

Robert Kurz

A Guerra de Ordenamento Mundial

**O Fim da Soberania e as Metamorfoses do
Imperialismo na Era da Globalização**

Título original: *Weltordnungskrieg – Das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung*

Autor: Robert Kurz

Horlemann Verlag, Bad Honnef, 2003

ISBN: 3-89502-149-0

Tradução: Lumir Nahodil e Boaventura Antunes

Revisão técnica: Boaventura Antunes e Bruno Lamas

Revisão literária: Luís Filipe Coelho

*Às vítimas anónimas
da comunidade democrática
de bombardeiros e
do terror económico*

ÍNDICE

Nota à tradução portuguesa	7
INTRODUÇÃO - A CRISE DO SISTEMA MUNDIAL E O NOVO VAZIO CONCEPTUAL	8
1. AS METAMORFOSES DO IMPERIALISMO	11
A <i>Pax Americana</i> : a luta pelo domínio mundial capitalista está decidida	12
A última potência mundial nos limites históricos do sistema	16
Do imperialismo nacional territorial ao "imperialismo global ideal"	18
Do pacifismo "de boas pessoas" nacional ao belicismo intervencionista global	22
A NATO como prolongamento supranacional do "imperialista global ideal"	25
2. OS FANTASMAS REAIS DA CRISE MUNDIAL	31
Os potentados de crise e as novas guerras civis	31
A economia de saque global	33
Sociedade do risco, constrangimento objectivo e relações de violência	37
A lógica da dissociação e a crise da relação entre os sexos	39
A frieza para com o próprio eu	40
A economia da autodestruição: A globalização e a "incapacidade de exploração" do capital	43
A metafísica da modernidade e a pulsão de morte do sujeito que deixou de ter limites	46
3. A POLÍCIA MUNDIAL PÓS-MODERNA	51
A nova doutrina militar e a nova economia de guerra	51
O " <i>Choque de Civilizações</i> " como ideologia de guerra	55
A ideologia e a lógica dos direitos humanos	57
Da economia política ao culturalismo pós-moderno	60
O imperialismo da segurança	69
O imperialismo do petróleo e do gás: a segurança das reservas estratégicas de matérias-primas	74
4. O MÉDIO ORIENTE E A SÍNDROME DO ANTI-SEMITISMO	77
A religião de combustão capitalista e os regimes do petróleo	77
O anti-imperialismo e a ideologia anti-semita de crise	80
O Estado de Israel e o seu estatuto paradoxal no mundo capitalista	85
O fim dos "movimentos de libertação nacional" e o fantasma da fundação do Estado da Palestina	87
Israel como um <i>Alien</i> no mundo capitalista, e o novo anti-semitismo árabe	90
Do sionismo à dominação dos ultras: a crise interna da sociedade israelita	92

5. O APARTHEID IMPERIAL	105
Um mundo cheio de refugiados	105
Imperialismo da exclusão: muros e faixas da morte à moda liberal	107
A ilusão da “reconstrução”	116
A economia-fantasma do complexo humanitário-industrial	120
A economia da violência sexual e da miséria	122
Do Estado-tampão ao zoo étnico	124
6. A COMUNIDADE DOS DEMOCRATAS	128
Estrangeiros nacionais como recursos humanos	128
A caça ao homem no interior e o terror da deportação	130
O campo de concentração democrático	137
Zonas de racismo	140
A população democrática em acção	144
EUA: A identidade de base racista e a guerra civil entre guetos	146
Identidades sintéticas e neo-radicalismo de direita	150
Os úteis e os inúteis	152
A globalização dos “decentes”	156
7. O IMPÉRIO E OS SEUS TEÓRICOS	162
O Império e os Novos Bárbaros (Jean-Christophe Rufin)	162
<i>Empire</i> : O mundo em crise como Disneylândia da <i>Multitude</i> (Michael Hardt / Antonio Negri)	171
8. O FIM DA SOBERANIA	183
A Al-Qaeda: uma nova qualidade da violência pós-política	183
Dois tipos de sacrifícios humanos. A teologia da indignação democrática	186
A autodefesa nacional como impossibilidade lógica	188
O poder totalitário da modernidade: o conceito de soberania	189
A desterritorialização político-militar	191
Todos contra todos: a transformação anómica	193
O colapso do direito internacional	197
A aliança com os poderes pós-soberanos	200
A privatização do monopólio da violência	202
O desgaste moral das instituições e a corrupção do <i>nomos</i> democrático	204
O fim da soberania e a ilusão jurídica	205
O capitalismo não funciona sem soberania	211
9. O ESTADO DE EXCEPÇÃO GLOBAL	215
O tribunal fantoche da democracia	215
O fim da moderna forma do direito e a ideologia da “legitimidade”	218
Crimes de guerra democráticos e desjuridicização democrática	220
O anómico imperialismo da segurança voltado para o interior	222
McCarthy manda saudades: a caça às bruxas democrática	224

Poderá a tortura ser pecado?	226
A lógica do estado de excepção	226
Sobre a história do estado de excepção	229
O estado de excepção permanente	231
Vida nua e vontade quebrada: o estado de excepção como <i>nomos</i> oculto da modernidade	232
As casas de terror da economia empresarial: O capitalismo como estado de excepção coagulado	236
A liquefacção do estado de excepção como liquefacção da soberania	239
A integração na cidadania destituidora da cidadania e a cidadania de miséria	241
Judeus e outros “supérfluos”: a estrutura da exclusão inclusiva	242
10. O CORTEJO ANACRÓNICO	244
O materialismo vulgar e a irracionalidade do sistema	245
Sempre de novo, a Primeira Guerra Mundial	248
Condutores da nova esquerda em contramão da História	251
A esquerda radical a dormir toda uma época	253
Da febre do petróleo ao desvario da alma	257
A Alemanha como fantasma de uma potência mundial	260
Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial	262
O grande jogo aos hitleres	264
Uma teoria da conspiração para indigentes intelectuais	269
A globalização da “ideologia alemã”	272
Após o 11 de Setembro: o último estádio do pensamento anacrónico	274
11. DA GUERRA DE ORDENAMENTO MUNDIAL AO AMOQUE NUCLEAR?	279
O regresso ao paradigma dos "Estados vilões"	279
A crise dos mercados financeiros e o “sonho do Oleodorado”	283
A pulsão de morte nuclear do poder	287
Por um renascimento da crítica social radical	293
BIBLIOGRAFIA	297

Nota à tradução portuguesa

O presente livro saiu na Alemanha pouco mais de um ano após “os devastadores ataques terroristas contra os EUA do 11 de Setembro de 2001 [que] tornaram claro, literalmente num abrir e fechar de olhos, o que já muito antes se conseguia adivinhar: a interligação social à escala mundial, não conseguida por intermédio de acordos conscientes e da autodeterminação humana, mas através das cegas leis da concorrência e dos mercados financeiros, produz não só novos tipos de crises estruturais, mas igualmente novos potenciais subjectivos de ódio e destruição, em que se manifesta a decomposição da ‘subjectividade política’ burguesa” (citado da introdução)

O autor teve a amabilidade de sintetizar as principais linhas de força do livro num curto texto então divulgado “Imperialismo de crise. Seis teses sobre as novas guerras de ordenamento mundial” que foi prontamente traduzido para português (online: <http://www.obeco-online.org/rkurz122.htm>). A partir daí ensaiou-se a tradução parcial do livro (Introdução, capítulos 1, 2, 4 e 7) em obeco.

Mas, como constatou recentemente uma “Recensão tardia”, em 2014 (http://www.obeco-online.org/manfred_sohn.htm), “o livro é muito mais do que uma descrição brilhante do nosso mapa-múndi político. É também uma obra económica aprofundada e – talvez mais que todas as outras publicações de Kurz – uma obra filosófica. Isso faz com que o livro, para quem não está familiarizado com o mundo conceptual de nomos, ontologia, mito e pós-modernismo fenomenológico, se torne por vezes difícil e só se consiga ler com um léxico de palavras estrangeiras. Mas o essencial é no fundo simples e compreensível, mesmo para os filosoficamente leigos: O capitalismo é o sistema social que gira em torno da transformação de D (= dinheiro) em D' (= mais dinheiro) e, nesse sentido, o sistema que fez de um nada sem alma o seu núcleo essencial. Ao longo dos séculos do seu desenvolvimento, ele sugou as relações humanas cada vez mais para dentro deste buraco negro, esvaziou-as e destruiu-as. A esta ausência de alma e à tendência do capitalismo para puxar tudo o que vive para este vazio do D – D' sem sentido e morto chama Kurz a pulsão de morte do capitalismo, a qual, em sua fase de declínio e final, se manifesta logicamente no desprezo individual mesmo da própria vida, nos atentados suicidas em regiões em decadência do capitalismo e na perspectiva (para Kurz próxima) do inferno da desgraça nuclear iminente.”

Dada a complexidade e extensão da obra, apenas nos últimos três anos, numa conjugação de esforços de obeco e Editora Antígona, se concluiu a tradução e revisão de todo o texto. A Antígona vai publicar em papel parte do livro cujo texto integral se disponibiliza em obeco aos leitores de língua portuguesa.

Abril de 2019

Boaventura Antunes

INTRODUÇÃO - A CRISE DO SISTEMA MUNDIAL E O NOVO VAZIO CONCEPTUAL

Num tempo em que o sistema dominante já parece dispensar qualquer tipo de legitimação, tanto quanto ainda se pensa reflectidamente, tal pensamento parece estranhamente anacrónico. Isto aplica-se não só ao conteúdo real, mas também às categorias em que esse conteúdo se apresenta. Tal como existem cada vez mais novas e gritantes contradições sociais, que, no entanto, já não podem ser explicadas recorrendo a modelos sociológicos claros e inequívocos, ou a conceitos de classe, também se podem observar à escala global novos conflitos económicos, lutas culturais e guerras, que já não podem ser descritos com os conceitos tradicionais da política económica, da política interna e externa. Embora o chamado debate da globalização, conduzido desde o início dos anos 90 do século passado (a coincidir aproximadamente com o colapso da União Soviética), se aperceba de uma série de fenómenos novos, estes continuam a ser passados pelo velho crivo categorial, visto não estar disponível nenhum outro sistema conceptual de referência. Verifica-se assim, por um lado, uma perda de importância da política e um desvanecimento da soberania dos Estados, se bem que se teime, por outro, em exprimir essas manifestações empíricas recorrendo aos conceitos tradicionais da política e das relações entre Estados.

Com isso se relaciona o facto de qualquer orientação, na medida em que é tentada, se voltar quase irremediavelmente para o passado, nomeadamente enquanto esperança e busca de concepções para alguma "recuperação da dimensão política"; e é precisamente por isso que a maneira de ver o novo se revela fenomenologicamente redutora, enquanto o sistema conceptual permanece o mesmo de sempre, sendo defendido desesperadamente. Isso manifesta-se até, e não em último lugar, ao nível das relações internacionais, ou entre Estados, quando, de um modo tão fanfarrão quanto desajustado, se fala de uma "política interna mundial". Esta frase feita, especialmente em voga e papagueada até à exaustão em círculos verdes e social-democratas, comprova imediatamente que tudo isto não passa de uma projecção de velhos conceitos burgueses, no pano de fundo de um desenvolvimento tão novo como incompreendido.

Aqui impõe-se o paralelismo com o debate acerca da crise da sociedade do trabalho. Também a este respeito se realça continuamente a novidade dos fenómenos, ao passo que a categoria do trabalho propriamente dita, enquanto apriorismo tácito, permanece literalmente um tabu, e todas as concepções ou até receitas milagrosas acabam por conduzir à preservação dessa mesma categoria, sob uma forma qualquer e quase a qualquer preço. A analogia dos modos de proceder remete para a conexão interna entre ambos estes complexos: a crise do trabalho mundial e a crise da política mundial representam apenas aspectos diferentes do mesmo processo social mundial.

Enquanto se agitava a Guerra Fria, como conflito sistémico entre duas manifestações ou fases de desenvolvimento assíncronas do moderno sistema produtor de mercadorias, ela sobrepunha-se a um problema mais basilar que assim passou despercebido. Sob o manto da Guerra Fria, foi-se constituindo uma estrutura de crise operante à escala global, que veio à luz sem aviso prévio com o colapso do capitalismo de Estado, mas que apenas pôde ser percebida de forma ideologicamente distorcida, sobre o pano de fundo da história do pós-guerra.

O que parecia ser a "vitória" do capitalismo ocidental foi-se revelando, ao longo dos anos 90 do século passado, como um colapso socioeconómico irreversível, desde já de extensas partes da periferia do mercado mundial. No âmago deste processo de crise encontra-se o dissolver da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista, por obra da terceira revolução

industrial, a crescente "incapacidade de exploração" do capital, devida aos seus próprios padrões tecnológicos de produtividade e, com isso, a dessubstanciação do dinheiro (desacoplamento dos mercados financeiros da economia real). Esta lógica interna da crise, contudo, não actua apenas como ruptura estrutural ao nível das relações mundiais de mercado (globalização do capital), mas também como ruptura estrutural ao nível do sistema político mundial (fim da soberania e do direito internacional).

Sob este aspecto, aquilo que é apregoado sob o rótulo da globalização, como uma mudança à escala mundial, positiva e detentora de um grande potencial para o futuro, há muito que pode ser decifrado como o processo de desagregação do modo de produção e de vida dominante, o qual se bifurca num capitalismo minoritário global em contracção, por um lado, e nos produtos da sua barbarização, por outro. Neste contexto, a contradição estrutural imanente à relação de capital, entre o Estado e o mercado, ou entre a política e a economia, não pode ser sustentada por mais tempo, tanto ao nível dos Estados-nações como ao nível do sistema mundial. O que, em termos de política interna, se manifesta como processo de erosão da soberania do Estado, manifesta-se em termos de política externa como desmoronamento das relações internacionais.

A ambos estes níveis se vai tornando difícil a resolução da contradição. Embora os Estados-nações continuem a existir, enquanto invólucros formais e enquanto aparelhos (que actuam, no âmbito da administração de crise, de um modo crescentemente repressivo), eles estão destituídos das bases coerentes da economia nacional. Os capitais transnacionais e os respectivos mercados, inversamente, embora consigam estender-se para além do tradicional sistema de referência nacional e internacional, por isso mesmo destroem cada vez mais as suas próprias condições de enquadramento. Surgem, assim, novas e incontroláveis formas de transição, em que culminam as irremediáveis contradições intrínsecas ao capital mundial.

Não é apenas uma preguiça mental generalizada que impede o desenvolvimento de uma nova conceptualização que corresponda aos fenómenos novos. É que, no que diz respeito aos conceitos em causa, que são a economia nacional, o Estado-nação, a política nacional interna e externa ou uma política nacional de interesses e de "influência" (imperialismo) daí decorrente, não se trata de expressões de uma determinada fase evolutiva transitória, mas, à semelhança do conceito de trabalho, trata-se de categorias fundamentais do próprio sistema social moderno, em todas as suas variações. Os novos fenómenos são fenómenos de crise de um tipo inédito, uma vez que já não conduzem a um estado evolutivo superior da socialização burguesa, mediada pela produção de mercadorias, constituindo antes a sua própria crise categorial.

Por tudo isso, o desenvolvimento também já não pode ser determinado sob o ponto de vista da ordem mundial vigente, mas unicamente do ponto de vista da sua autodestruição. Mais precisamente: já não existe qualquer "desenvolvimento" positivo e sustentável assente nesta base social. Isso significa que a análise tem de considerar, juntamente com o desmoronamento das relações sociais subjacentes, também o desmoronamento dos conceitos em que esta ordem se apresenta. E, deste ponto de vista, estão obsoletos não apenas os conceitos do sistema mundial económico, mas também os conceitos do sistema mundial político.

Os devastadores ataques terroristas contra os EUA do 11 de Setembro de 2001 tornaram claro, literalmente num abrir e fechar de olhos, o que já muito antes se conseguia adivinhar: a interligação social à escala mundial, não conseguida por intermédio de acordos conscientes e da autodeterminação humana, mas através das cegas leis da concorrência e dos mercados financeiros, produz não só novos tipos de crises estruturais, mas igualmente novos potenciais subjectivos de ódio e destruição, em que se manifesta a decomposição da "subjectividade política" burguesa. Do sono da razão nascem monstros, batendo a "mão invisível" de um economismo totalitário desenfreado tão sem dó nem piedade como a outra "mão invisível", a de uma cega raiva "pós-ideológica" e "pós-política", cujo balbuciar pseudo-religioso involuntariamente comprova que qualquer legitimação racionalista da chamada "modernização" se esgotou definitivamente.

A *ratio* da sociedade mundial, baseada na valorização infinita enquanto automovimento do capital monetário, é, ela própria, esse sono da razão. No entanto, esta racionalidade moderna de um fim em

si irracional degenerada em "pragmatismo", ou seja, já incapaz de reflexão e auto-reflexão crítica, não pode nem quer ver os seus limites e, assim, prossegue obstinadamente no *business as usual*, tentando definir os seus próprios demónios como um "problema de segurança" estranho e exterior. Pretende-se deter a imparável desagregação da economia com meios económicos, enquanto se quer travar com meios políticos a igualmente imparável desagregação da política. Os senhores mundiais do capital já não compreendem o seu próprio mundo.

Para se poder chegar a compreender o que parece incompreensível é necessário adoptar, bem contrariamente à ideologia pragmática das elites funcionais em exercício, que, hoje, em boa verdade, já apenas executam a pretensão totalitária da economia sobre o mundo, uma posição, muito pouco em voga, de distância e crítica radical. Somente a partir desta posição se torna possível reconhecer como tais os processos de decomposição e de autodestruição do sistema mundial, analisar todas estas correlações na sua dimensão histórica e, ao mesmo tempo, documentá-las como o limite da dinâmica capitalista que actualmente se nos apresenta.

1. AS METAMORFOSES DO IMPERIALISMO

No mundo do moderno sistema produtor de mercadorias, a política é apenas a continuação da concorrência económica por outros meios, tal como a guerra (de acordo com uma frase de Clausewitz) é a continuação da política por outros meios. Esta identidade mediada entre concorrência, política e guerra implica a luta pela hegemonia planetária e tem escrito a história do capitalismo.

A luta, inicialmente policêntrica, pelo domínio mundial capitalista foi, antes de mais, puramente europeia e teve as suas raízes na história da formação do modo de produção capitalista na Europa Ocidental e Central. Do século XVI até ao século XIX formaram-se, simultaneamente com o moderno sistema produtor de mercadorias, os Estados-nações territoriais europeus, cujo conceito de nação se expandiria para o resto do mundo e viria a determinar toda a história mundial, até ao fim do século XX. Mas as imensas extensões das regiões não-europeias surgiram, primeiro, como meros espaços politicamente vazios e como pomo de discórdia na expansão colonial da Europa. O processo europeu de construção de Estados e nações cedo se transformou numa escalada para um conflito pela hegemonia mundial destas entidades capitalistas emergentes, com base na economia nacional e no Estado-nação.

Dado que a luta também foi sempre travada por territórios coloniais e, assim, no ultramar, o mercado mundial identificou-se, desde o início, com guerra mundial. A corrida dos Estados-nações europeus pela hegemonia acabaria por não ser decidida, porque, a partir das condições iniciais, nenhum deles dispunha de uma vantagem decisiva. Até ao final do século XVIII, o papel de potência dominante mudou várias vezes, coincidindo com o papel de pioneiro no processo do desenvolvimento capitalista.

A Grã-Bretanha conseguiu, durante grande parte do século XIX, assumir a posição de primeira potência mundial, pois, ao impor o ritmo da industrialização, dominou por muito tempo a transformação decisiva, sobre cujo fundamento, apenas, começou a desenvolver-se o modo de produção capitalista nas suas próprias bases. Mas a corrida da França, e sobretudo da Alemanha, ao desenvolvimento industrial tornou este avanço apenas tangencial no princípio do século XX e repôs uma vez mais o equilíbrio político-militar das potências. Na época das duas guerras mundiais industrializadas e da crise económica mundial do período entre elas e a elas ligada, os Estados predadores nacionais europeus do capitalismo digladiaram-se e saíram mortalmente esgotados do campo de batalha. O mercado mundial colapsou; o comércio mundial recuou para um nível só comparável ao dos finais do século XIX. Surgiu com isso o perigo de se impedir a continuação do desenvolvimento capitalista nos mercados internos das economias nacionais e dos Estados fechados sobre si mesmos.

Este colapso, causado pela luta europeia pelo domínio capitalista mundial, foi já o prenúncio de um limite absoluto do moderno sistema produtor de mercadorias. Mas foi apenas o prenúncio. Pois a vaga de catástrofes socioeconómicas mundiais da primeira metade do século XX foi, antes de mais, político-militarmente induzida, ou seja, em formas derivadas da relação de capital, estando o espaço de manobra económico do desenvolvimento capitalista mundial ainda longe de esgotado. É óbvio que, na altura, em cima dos acontecimentos, era impossível reconhecê-lo. Mas, do ponto de vista actual, pode dizer-se que a época das guerras mundiais e da crise mundial a elas ligada foi a última catástrofe resultante da implantação do modo de produção capitalista (ou seja, no interior de um movimento económico ainda ascendente), mas não o seu limite interno absoluto, que marcasse o fim do mesmo movimento económico ascendente.

A Pax Americana: a luta pelo domínio mundial capitalista está decidida

Como consequência da época das guerras mundiais, o desenvolvimento resultante da luta perdida da Europa pela hegemonia capitalista mundial foi essencialmente determinado por um impasse político-militar, e isto num duplo sentido.

Por um lado, as regiões dependentes ou "subdesenvolvidas" do ponto de vista capitalista, situadas na periferia do mercado mundial, aproveitaram as fraquezas dos Estados hegemónicos europeus do centro do capitalismo, que sangravam e lambiam as próprias feridas, para sacudir o domínio colonial da Europa e a sua dependência política externa.

O tiro de partida deste movimento de descolonização e de "modernização atrasada", que atravessou todo o século XX, foi dado logo a seguir à Primeira Guerra Mundial pela Revolução de Outubro na Rússia, sem dúvida a Revolução Francesa do Leste. É verdade que o império dos czares fazia parte das potências europeias tradicionais, e ele próprio tinha acumulado um império colonial, expandindo-se, não no Ultramar, mas na massa continental da Eurásia. Contudo, a Rússia era simultaneamente periferia, sem qualquer base industrial própria, estando em muitos aspectos estruturalmente aparentada com as regiões coloniais e dependentes. Lenine viu a Revolução Russa sempre no duplo contexto de revolução contra o colonialismo europeu, por um lado, e de "modernização atrasada", como consciente "aprendizagem com a Europa Ocidental", por outro.

A orientação a ela ligada, capitalista de Estado, embora ideologicamente mascarada de "socialismo", só podia ser a criação de uma base industrial independente e de um mercado interno no quadro de um Estado-nação, para poder participar no mercado mundial capitalista como sujeito nacional autónomo. E foi precisamente nesta perspectiva que o paradigma da Revolução de Outubro irradiou para toda a periferia, tornando a União Soviética o "contrapólo" agregador dos historicamente atrasados, em concorrência com o Ocidente. A simples massa de população, território e recursos naturais, mobilizados à maneira do capitalismo de Estado no processo repressivo de industrialização da era de Estaline, transformou o contrapólo soviético, também política e militarmente, em contrapotência mundial, à qual o centro europeu do capitalismo ocidental, esgotado com as lutas dilaceradoras pela hegemonia mundial, pouco poderia opor.

Mas o mesmo processo que levou a luta europeia pela hegemonia capitalista mundial a terminar num empate de sujeitos nacionais esgotados e desmoralizados levou também o centro de poder capitalista ocidental a sofrer uma transformação decisiva e irreversível. Pois, paralelamente à emancipação político-militar e à "modernização atrasada" de todo o Leste e Sul, os EUA, de modo não totalmente despercebido, mas de certa maneira nas costas das potências europeias inicialmente centrais do capital, tornaram-se a potência mundial número um.

O centro do poder do capitalismo deslocou-se sobre o Atlântico para a América do Norte. De modo muito parecido com a União Soviética, só que tendo por base uma tradição totalmente diferente, designadamente de concorrência capitalista em vez da tradição burocrática estatal, a simples massa da população numa base industrial há muito desenvolvida predestinou os EUA, um colosso em comparação com as minúsculas nações europeias, para serem a potência dirigente do capital.

A extensão continental do território entre o Atlântico e o Pacífico (com o olhar de Jano virado, simultaneamente, para a Europa e para a Ásia), a aparente inesgotabilidade dos recursos naturais, tal como na Rússia, e, ao contrário dela, o poder de compra acumulado constituíram o maior mercado interno do mundo até hoje.

Foi por isso que os mais importantes desenvolvimentos capitalistas, as mudanças de estrutura social e as tendências culturais e tecnológicas partiram crescentemente dos EUA, para atingirem todo o mundo em maior ou menor escala. Não admira que o século XX tenha sido considerado o "século americano" (em primeiro lugar, por Henry Luce em 1941, como observa o historiador americano Paul Kennedy).

A partir desta base cresceu também o poder militar da potência mundial ascendente, os EUA, numa

dimensão até então desconhecida. As duas guerras mundiais só puderam ser decididas através da intervenção dos EUA e as potências europeias "vencedoras" viram-se numa situação semelhante à da Alemanha vencida, não apenas do ponto de vista dos prejuízos sofridos, mas também porque rapidamente foram obrigadas, mais ou menos envergonhada ou indisciplinadamente, a colocar-se sob a protecção feudal dos EUA para defenderem a sua "honra" imperial, numa situação em muitos aspectos semelhante à das divas, que, numa idade mais avançada, sonham com os sucessos dos tempos idos da juventude.

No final da Segunda Guerra Mundial, a superioridade da nova potência mundial número um era sob todos os pontos de vista tão impressionante que superava as vantagens alternadas das anteriores potências europeias, só temporariamente dominantes. Não sem orgulho, escreve Paul Kennedy: "Porque o resto do mundo, no final da guerra, estava tão esgotado ou se encontrava ainda numa situação de 'subdesenvolvimento' colonial, o poder americano em 1945 – na falta de melhor conceito – parecia ser tão elevado como, por exemplo, o inglês em 1815. Apesar disso, em números absolutos as dimensões de facto do seu poderio eram inéditas [...] Na verdade, o crescimento industrial nos Estados Unidos de 1940 a 1944 – mais de 15 por cento ao ano – foi superior a qualquer outro período anterior ou posterior. O nível de vida e a produtividade *per capita* eram superiores aos de qualquer outro país. Os Estados Unidos foram o único país entre as grandes potências que, com a guerra, ficaram mais ricos – e, na realidade, muito mais ricos – e não mais pobres" (Kennedy 1991/1987, pp. 533ss).

No final da Segunda Guerra Mundial, dois terços das reservas de ouro mundiais estavam guardados em Fort Knox, a casa forte de Washington. E a esta absoluta superioridade monetária correspondia a superioridade industrial: "Em 1945, três quartos do capital investido em todo o mundo e dois terços das capacidades industriais intactas encontravam-se nos Estados Unidos" (Ott/Schäfer 1984, 420). Com esta esmagadora capacidade económica por detrás, emergiu a partir da Segunda Guerra Mundial a "economia de guerra permanente" dos EUA, cuja indústria de armamento, força militar, armamento tecnológico continuamente desenvolvido e presença militar global (hoje em 65 países em todos os continentes) se tornaram rapidamente inalcançáveis para as restantes potências do centro capitalista ocidental.

Só a União Soviética, como contrapotência mundial que congregava os países historicamente atrasados, pôde oferecer resposta durante algum tempo ainda depois de 1945, assim como, inversamente, só os EUA, como primeira potência Ocidental no lugar das potências europeias abatidas, puderam manter em xeque o contra-sistema concorrente de capitalismo de Estado e o seu poder de irradiação para a periferia.

Já no século XIX, o historiador e teórico social francês Alexis de Tocqueville previu correctamente esta constelação, num famoso e sempre citado prognóstico: "Existem hoje na Terra dois grandes povos, que, partindo de situações diferentes, parecem prosseguir os mesmos objectivos: o russo e o anglo-americano. Ambos se tornaram grandes às escondidas e, enquanto o olhar dos homens se voltava para outras direcções, eles surgiram de repente na primeira linha das nações, e o mundo teve conhecimento quase ao mesmo tempo do seu nascimento e da sua grandeza. Todos os outros povos parece terem atingido os limites que lhes foram impostos pela natureza, só existindo para se manterem; pelo contrário, eles crescem, enquanto os outros estagnam ou só muito custosamente continuam; só eles percorrem fácil e rapidamente um caminho cujo fim não pode ainda ser vislumbrado. O Americano luta contra os obstáculos que a natureza lhe impôs; o Russo luta contra os homens. Um luta contra a selva e a barbárie; o outro, contra a civilização equipada com todas as suas armas: assim, as conquistas do povo americano são feitas com o arado dos camponeses, e as do russo, com a espada dos soldados. Para atingir os seus fins, o primeiro apoia-se no proveito pessoal e deixa agir a força e a razão do indivíduo, sem o dirigir; o segundo reúne de certo modo num homem toda a força da sociedade. Para um, o principal meio é a liberdade; para o outro, é a servidão. Os seus pontos de partida são diferentes, os seus caminhos desiguais; no entanto, ambos parecem chamados, por um desígnio secreto da Providência, a ter um dia nas suas mãos o destino de metade do mundo" (Tocqueville, 1987/1835, 613).

O que Tocqueville aqui formula na linguagem do século XIX apenas se tornou realidade no século

XX: a divisão do mundo entre os EUA e a União Soviética e o paroxismo da luta pela hegemonia mundial no quadro do moderno sistema produtor de mercadorias entre estas duas potências, que, na época da Guerra Fria, foram pertinentemente designadas por "superpotências", em contraponto com as anteriores grandes potências e pré-potências mundiais; ambas, na mesma medida e não por acaso, Estados federais multiétnicos de escala continental, que extravasaram o limitado conceito capitalista europeu de nação em todas as suas variantes.

Até mesmo a estrutura antagónica destas duas potências que, depois de 1945, se expandiu conceptualmente como "conflito de sistemas" Tocqueville apreendeu de maneira aproximadamente correcta, em todo o caso, formulada de modo menos exagerado e sem as meias verdades dos protagonistas desse antagonismo, mais de um século depois. O mundo actual é tão incapaz de compreender o sistema de referência categorial geral da moderna produção de mercadorias, enquanto forma social historicamente distinta (em vez de como ontologia social a-histórica), como o do tempo de Tocqueville. O que já para este aparecia como antagonismo essencial são apenas os dois pólos da socialização capitalista de mercado e Estado; ambos igualmente repressivos, pois ao poder burocrático não se opõe simplesmente a "Liberdade", mas apenas a chamada liberdade do mercado, tornada despotismo através do imperativo da concorrência.

O capitalismo de Estado foi, na realidade, a forma inicial de constituição do modo de produção capitalista não apenas na Rússia (já desde o czarismo), mas também na Europa Ocidental e Central — foi essa a forma como esse modo de produção se sobrepôs à sociedade agrária do feudalismo. O que dá uma peculiaridade única à potência capitalista EUA, a par do grau de desenvolvimento industrial e da dimensão continental do seu mercado interno, é que esta forma inicial da transformação europeia foi aí desnecessária, e o capital pôde desenvolver-se desde logo em formas sistémicas avançadas, totalmente liberto de uma sedimentação histórica de modos de produção e culturas pré-modernas, pois os colonizadores europeus, libertos das estruturas sociais de que partiram, não apenas puderam partir do zero de um novo nível de desenvolvimento, como destruíram as sociedades dos indígenas, fazendo assim do "Novo Mundo", de certo modo, a terra virgem e o campo de experiência único da modernização. Logo que, no século XX, os capitais e o grau de industrialização dos EUA ultrapassaram o nível europeu, esta característica histórico-cultural específica deu um impulso suplementar à sua ascensão a superpotência.

Em comparação, das duas superpotências, os Estados Unidos eram de longe a sociedade mais avançada no campo do moderno sistema produtor de mercadorias. Por isso, não podia haver dúvidas acerca do resultado da luta final pelo domínio capitalista mundial. Tais dúvidas só surgiram, porque foi atribuída à União Soviética, enquanto sistema "socialista" supostamente alternativo, uma capacidade de resistência e de desenvolvimento que ela realmente não tinha, precisamente porque a sua qualidade comum de sociedade produtora de mercadorias mediada pelo mercado mundial ficou fora de uma análise crítica. Precisamente por causa dessa forma de base comum, a União Soviética nunca foi uma alternativa histórica, mas apenas a contrapotência mundial capitalista dos países historicamente retardatários e, como tal, destinada a ser vencida a prazo.

Esta derrota manifestou-se também e não em menor medida do ponto de vista militar. Nem pela capacidade financeira nem pelos meios científico-tecnológicos, a União Soviética podia aguentar a permanente corrida aos armamentos. Assim como não foi possível ao contra-sistema de capitalismo de Estado fazer a transição para a terceira revolução industrial da microelectrónica, mantendo no seu conjunto as formas de reprodução social, também o poder militar soviético ficou cada vez mais para trás dos Estados Unidos, no que toca ao armamento electrónico com base em sistemas de alta tecnologia. Com isto, nos anos de 1980, o capitalismo de Estado do Leste fracassou economicamente no mercado mundial, por cujos critérios e normas tinha de se deixar avaliar como sistema produtor de mercadorias, tendo-se ao mesmo tempo esgotado até à morte pelo esforço armamentista. O colapso total foi a consequência lógica.

Se a luta policêntrica das antigas potências capitalistas europeias pela hegemonia mundial se transformou, desde meados do século XX, numa luta bipolar, também no final do século XX se constituíram uma nova estrutura monocêntrica e um sistema mundial capitalista sob a exclusiva

égide dos EUA. Não existe nenhuma potência, com base na sociedade do moderno sistema produtor de mercadorias, capaz de rivalizar pela hegemonia mundial, nem do ponto de vista do poderio militar e tecnológico nem do ponto de vista da dimensão económica e política ou do poder financeiro.

Os EUA são hoje realmente a "única potência mundial" como escreveu o politólogo americano Zbigniew Brzezinski (professor de Relações Internacionais em Baltimore e conselheiro do "Centro de Estudos Estratégicos Internacionais"), no seu livro de 1997, com esse título, acerca da hegemonia global dos Estados Unidos: "Na última década do século XX, a situação mundial alterou-se profundamente. Pela primeira vez na história, um Estado não euro-asiático tornou-se não apenas o árbitro das relações de poder euro-asiáticas, mas a potência dirigente a nível mundial. Com o fracasso, e depois colapso, da União Soviética, um país do hemisfério ocidental, os Estados Unidos, tornou-se a única e na realidade a primeira verdadeira potência mundial" (Brzezinski 1999, 15).

Esta nova característica da única superpotência sobrevivente não foi determinada apenas pelas especiais qualidades históricas e pela dimensão exterior dos EUA, mas também pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo no final do século XX. Só a terceira revolução industrial da microelectrónica, na qual a contrapotência mundial, União Soviética, fracassou por falta de capacidade financeira, tornou possível uma potência mundial na plena acepção do termo, ou seja, com uma possibilidade de intervenção directa global. É certo que as grandes expedições militares continuam a precisar de uma ampla e dispendiosa logística territorial, mas esta é significativamente facilitada pela existência de uma tecnologia de comunicações que cobre o mundo inteiro.

Enquanto as antigas potências europeias tinham de contentar-se com expedições militares pesadas e dificilmente controláveis, baseadas na industrialização clássica, e que hoje parecem antiquadas (como navios de guerra e exércitos de blindados), a máquina militar dos EUA pode na realidade, até certo ponto, considerar-se como omnipresente e capaz de intervir globalmente – mas apenas no plano da guerra entre exércitos regulares. As grandes expedições militares como as duas guerras de ordenamento mundial que se seguiram à queda do capitalismo de Estado (contra a Jugoslávia restante e contra o Iraque) são não apenas facilitadas mas ainda complementadas com uma capacidade de ataque até então inexistente. Em vez de grandes operações terrestres ou navais (de resto, não totalmente supérfluas), podem ser desencadeados ataques aéreos muito flexíveis e conduzidos através da microelectrónica.

É verdade que, até certo ponto, já a Alemanha nazi foi vencida, em grande parte, devido à impressionante superioridade aérea dos Aliados desde 1944 e à chuva de bombardeamentos aéreos (destruição das indústrias de guerra e das linhas de abastecimentos, etc.), embora não tenha sido esse o único factor a decidir a guerra. Mas, além disso, as próprias esquadrilhas tinham de ser levadas a muito custo até lugares donde o seu raio de acção lhes permitia alcançar os alvos. Se, até meados do século XX, a travessia aérea do Atlântico ainda era uma aventura, hoje a força aérea americana pode atingir qualquer lugar do mundo a partir do seu território, em tempo recorde. Por outro lado, a vigilância por satélite, também controlada por meio da microelectrónica, com uma capacidade de resolução muito precisa, possibilita o exercício de um controlo a partir do espaço de todos os movimentos e operações à superfície de todo o globo, que é mais abrangente do que alguma vez foi possível. Em ligação com a dimensão continental do seu território, com a força dos seus capitais e com o avanço da sua tecnologia de comunicações, o sistema de armamento de alta tecnologiados EUA, sem concorrente e em permanente desenvolvimento, criou um tipo qualitativamente novo de hegemonia global no mundo dos Estados capitalistas.

Tal superioridade leva facilmente a absolutizar a capacidade de controlo da superpotência americana, elevando a um "mito das armas electrónicas" o alargamento das possibilidades de intervenção baseadas na microelectrónica, apesar de a capacidade de intervenção directa ao nível global não significar o mesmo que controlo absoluto (o que seria uma impossibilidade lógica e prática). Antes de mais, e devemos assentar neste ponto, a hegemonia político-militar dos EUA exerce-se apenas no mundo dos Estados-nações capitalistas e dos respectivos exércitos industriais "fordistas", ou seja, no plano "macro" das relações internacionais capitalistas. Nesta perspectiva, o

exército de alta tecnologia dos EUA tem uma superioridade inalcançável, e pode ganhar qualquer grande ou pequena guerra, contra qualquer exército de um ou vários Estados-nações do mundo.

A última potência mundial nos limites históricos do sistema

A hegemonia da única superpotência restante, os EUA, é esmagadora, em comparação com as outras ditas potências do mundo capitalista, quer seja a União Europeia (UE), o Japão, a Rússia em decadência e também militarmente degradada, ou as pseudopotências regionais, do Irão à Índia, passando pelo Paquistão ou até pela China, supostamente um colosso, cuja gigantesca massa populacional está em relação inversa com o seu poderio económico e político-militar. Com isto se revela uma das tendências fundamentais da evolução do capitalismo mundial, em que as desigualdades, as disparidades e os atrasos irrecuperáveis na capacidade de reprodução do capital se tornam tanto maiores quanto mais irresistivelmente a relação de capital se apresenta irreversivelmente como relação mundial directa, começando as fronteiras nacionais a diluir-se em muitos aspectos.

Ironicamente, os EUA tornaram-se a inultrapassável potência mundial número um no momento em que o modo de produção capitalista, como tal, começou a esgotar-se. Enquanto as antigas potências europeias jogaram os seus trunfos nacionais em épocas determinadas da ascensão do sistema capitalista a sistema global, isto é, no quadro da história burguesa da modernização, a hegemonia dos EUA surgiu já nos limites do capitalismo como forma social de reprodução. Nesta base, os EUA são não apenas a única potência existente nos finais do século XX, mas a última potência mundial. É como nos contos de fadas: no momento em que o sonho se realiza, transforma-se em pesadelo e mentira, porque revela a fragilidade e até o absurdo dos seus pressupostos.

O processo em que ocorreu a contínua ascensão dos EUA a única e última superpotência mundial foi também o processo de desenvolvimento da crise do moderno sistema produtor de mercadorias. Se a segunda revolução industrial, a do chamado "fordismo" (automobilização, milagre económico), no pós-guerra, ainda pôde desencadear uma espécie de "plano de desenvolvimento" mundial, a terceira revolução industrial, a da microelectrónica, agudizou de tal modo o declínio do desenvolvimento, ao nível global, que regiões inteiras começaram a ficar sem capacidade de reprodução capitalista.

Simultaneamente, a partir dos anos 80 do século passado, o processo da crise socioeconómica começou até a devorar os centros do capital. O desaparecimento da "substância de trabalho" do capitalismo já só pode ser mascarado através da antecipação de rendimentos monetários e lucros futuros que na realidade nunca se verificarão, ou seja, através de um processo que degenera no endividamento global do conjunto dos sujeitos económicos (Estados, empresas, particulares) e através de bolhas especulativas nos mercados bolsistas, historicamente sem precedentes. A reciclagem de maciças quantidades sempre crescentes de "capital fictício" (Marx) no circuito económico fez da separação entre mercados financeiros e economia real a condição fundamental da valorização global do capital. O capital mundial atingiu um grau de simulação que polarizou como nunca a sociedade mundial: num dos pólos repetem-se a pobreza das massas e a miséria, e os processos de colapso económico sucedem-se a curtos intervalos; no outro pólo floresce uma riqueza monetária tão astronómica quanto sem substância, cuja fragilidade remete para o carácter precário assumido pelo modo de produção capitalista.

A hegemonia monocêntrica dos EUA está no centro desta contradição amadurecida do capital mundial. Na verdade, a supremacia político-militar da última superpotência já não pode ser superada (e é "absoluta" apenas nesta medida), mas, simultaneamente, a política enquanto tal, mesmo na sua forma de política mundial hegemónica, sofre uma perda de importância relativamente aos processos económicos mundiais, que se autonomizaram de uma maneira qualitativamente nova no contexto da crise. Neste aspecto destaca-se, com alguma importância, o facto de o pessoal político, nos EUA como em todas as partes do mundo, ter descido a um nível de

terceira categoria relativamente à elite funcional económica. A última potência mundial vê-se confrontada com um processo de crise, tanto interno como externo, que abrange o mundo inteiro e que, pela sua própria natureza, não pode ser contido com recurso a nenhum potencial político-militar.

As contradições entre o carácter de potência monocêntrica dos EUA e o carácter de crise da terceira revolução industrial, que, mais tarde ou mais cedo, necessariamente conduzirão à prova de fogo, à medida que a crise destrói internamente o modo de produção dominante, tornam-se evidentes de múltiplos pontos de vista.

As potências políticas só podem existir e desenvolver-se numa base estatal nacional, mesmo quando se trata de Estados que, devido à origem dos seus cidadãos, são grandes Estados multiétnicos de dimensão continental. Este carácter de Estado-nação, que até mesmo a última superpotência apresenta, está no entanto em contradição com a metamorfose transnacional do capital, devida ao processo de globalização. Ao mesmo tempo que a crise estrutural cria desemprego em massa e grandes sectores de baixos salários, desmantela o Estado social, etc., diminui o poder de compra nos mercados internos nacionais, e o capital é obrigado a espalhar-se empresarialmente, com um dinamismo inaudito, pelo mercado mundial, para aproveitar da melhor maneira a disparidade global de custos e, por outro lado, atrair para si poder de compra, onde quer que este ainda exista no mundo.

Mas esta transnacionalização do capital e a fuga, simultânea e ainda mais transnacional, para o novo capitalismo financeiro simulado, estão a minar os fundamentos económicos do Estado-nação; e isto também se aplica à última superpotência, os EUA. Também o capital americano passa pela metamorfose transnacional, assim tornando involuntariamente obsoleto o Estado-potência mundial.

Por outro lado, os EUA, enquanto Estado-nação limitado, apesar do seu estatuto de superpotência, não podem tão-pouco agir directamente como Estado mundial capaz de regular o sistema mundial – que se transforma em transnacional – da economia de crise capitalista, como até aqui os Estados-nações tinham regulado as suas economias nacionais. Assim, a última potência mundial vê-se arrastada pelos imperativos e formas de evolução de um processo de crise mundial que há muito não é controlável por meios políticos, e contra o qual o seu invencível exército de alta tecnologia apenas pode reagir externa e, em última análise, inadequadamente.

Que os EUA apenas são a potência dominante de um sistema mundial sem saída, em si mesmo doente e inquinado, demonstra-se pelo estado em que se encontra a sua própria economia interna, incluindo o Estado. No interior dos EUA, a riqueza monetária encontra-se não só polarizada ao máximo, no contexto do mundo ocidental, como o seu esplendor assenta essencialmente em pechisbeque económico. Pois os EUA são hoje, contrariamente à posição confortável e sem concorrência que tinham no final da Segunda Guerra Mundial, o país do mundo com o maior endividamento, quer interno, quer externo. A sua superioridade absoluta reduziu-se ao mero poderio militar.

Poderia argumentar-se que o fluxo de capital-dinheiro proveniente de todo o mundo, originado pelo processo de incrível endividamento dos EUA, é precisamente o tributo que o mundo capitalista tem de pagar à sua potência dominante. Não se trata, no entanto, de um tributo de tipo tradicional, como aqueles a que estavam sujeitos os "povos" ou "nações" vencidos ou conquistados, mas de um fluxo de capital-dinheiro transnacional privado que, como dinheiro-crédito, representa um encargo perigoso para a economia americana, pois a qualquer momento pode ser retirado (ou "evaporar-se" devido a um *crash* financeiro), derrubando assim todo o poderio da potência mundial.

Este perigo abrange, e não em último lugar, o próprio aparelho militar de alta tecnologia, que permanentemente devora somas astronómicas, dependendo por isso da seiva do capital financeiro transnacional. Pois trata-se de uma forma derivada de financiamento, que assim deveria assentar num poderio económico nacional efectivo e autónomo, que os EUA perderam há muito. O poderio militar, na sua forma até certo ponto "natural", não tem, por si mesmo, capacidade de sobrevivência, pois também ele, como tudo o mais no mundo capitalista, tem de passar pelo buraco da agulha da "financiabilidade".

Isto não se aplica apenas às prestações do Estado social ou aos cuidados médicos, mas também aos mísseis de cruzeiro, aos bombardeiros furtivos e aos porta-aviões. De um ponto de vista puramente económico, o Estado social e o aparelho militar não se distinguem – em ambos os casos, é necessário um financiamento mediado e externo, através de dinheiro que o Estado tem de sugar de algum lado. E, se há alguém ou alguma coisa que possa ser posto de joelhos com mísseis e bombardeiros de longo alcance, não são certamente os mercados financeiros transnacionais. Assim, se a bolha financeira global rebentar, a soberania militar mundial dos EUA imediatamente rebentará com ela.

O colosso arrogante e militarmente musculado que é a última potência mundial está assente em pés de barro. Não porque um outro colosso possa vir a crescer a ponto de o derrubar, mas apenas porque o modo de produção capitalista, que esteve na base de todas as potências mundiais modernas, começa a esbarrar com o seu limite absoluto. Os EUA já não podem ser derrubados por nenhuma outra potência mundial concorrente, mas serão derrubados pela sua própria lógica, que é a lógica do dinheiro capitalizado. A capacidade de controlo global da última potência mundial desaparecerá juntamente com a pseudocivilização do dinheiro.

É por isso que já não pode haver guerras mundiais do tipo das guerras da primeira metade do século XX, surgidas do facto de existirem várias potências da mesma grandeza a disputarem a hegemonia, no quadro de um sistema policêntrico. A estrutura bipolar da Guerra Fria bloqueará já a possibilidade deste choque, através do "equilíbrio do terror" nuclear. A União Soviética não pôde ser derrotada numa guerra mundial, mas teve de ser derrubada pela concorrência económica e esgotada pelo armamento militar.

Sob a hegemonia monocêntrica da última potência mundial, deixou de haver qualquer tipo de concorrência neste plano, e nem sequer existe potencial para uma guerra mundial entre grandes potências de igual valor. Mas a concorrência de crise transnacional permite ainda menos a existência de uma "paz mundial capitalista" (o que seria uma contradição nos termos), desencadeando, pelo contrário, como sua continuação por outros meios, novas formas de conflitos armados, que já não se situam no plano dos conflitos entre as grandes potências, nem podem ser analisados com as respectivas categorias. Nesta nova constelação da crise mundial cumpre-se uma profunda metamorfose qualitativa da acção imperial, que teve o seu início na estrutura bipolar das superpotências da história do pós-guerra.

Do imperialismo nacional territorial ao "imperialismo global ideal"

No início do século XXI, os EUA não apenas são a última potência mundial e, por outro lado, a "primeira efectivamente" mundial, como adquiriram um estatuto diferente do de todas as potências imperiais anteriores. O carácter monocêntrico desta potência mundial, que, no limite histórico do modo de produção capitalista, até certo ponto, deve administrar todas as contradições globais, aponta para uma transformação do imperialismo, em que este já não corresponde à sua definição anterior, estando sediado noutra plano de contradição.

No máximo do seu poderio, a posição dos EUA teria mesmo de se apresentar – do ponto de vista do antigo entendimento, válido até meados do século XX – como "pós-imperialista". A violência, a brutalidade e o cinismo das intervenções e da sua legitimação de modo nenhum se atenuaram, mas o seu conteúdo afastou-se qualitativamente do conceito original de um "império" moderno. Aos três estádios de evolução da hegemonia político-militar no mundo moderno – o policêntrico, o bipolar e o monocêntrico – corresponde um processo contínuo de alteração do carácter do imperialismo, que espelha a transição da fase de ascensão e imposição do sistema mundial capitalista para a fase da sua maturidade de crise.

Na época do antigo imperialismo policêntrico das potências industriais europeias (aproximadamente entre 1870 e 1945), o que estava em causa era sobretudo a repartição territorial do mundo em

colónias nacionais e "zonas de influência". Este nacional-imperialismo europeu clássico estava enraizado no princípio territorial do Estado-nação burguês, tal como este se tinha constituído, em oposição ao princípio dinástico ou pessoal da sociedade agrária feudal. A expansão territorial dos Estados-nações capitalistas, já iniciada no começo da Idade Moderna, prosseguiu em larga escala com base na industrialização – o seu objectivo era invariavelmente o alargamento do controlo territorial. Não era ainda um mercado mundial sem fronteiras que estava na base desta evolução, nem muito menos uma globalização transnacional do capital, mas, sim, a formação do processo de acumulação, cada vez mais assente na economia estatal e centrada na nação. A expansão do movimento económico assumiu, portanto, a forma de um esforço pela mera constituição de "economias mundiais" meramente parciais e relativas (no plural, a condizer com as nações), controladas por "grandes impérios" nacionais.

Assim, o debate acerca da política externa e da política social em todas as grandes potências capitalistas europeias seguia o lema de uma frase, centrada na nação, do general Friedrich von Bernhardi, da época de Guilherme II: "Poder mundial ou morte" (citado por Gollwitzer, 1982/2, 25). Em termos de orientação estratégica, desenvolveu-se na Alemanha a chamada "geopolítica", sobretudo com Karl Haushofer (1869-1946), que no *Reich* nacional-socialista, ascendeu a chefe dos criadores de *slogans* estratégicos. Já o título da sua obra, em três volumes, *Poder e Terra*, remete para o carácter territorial da tendência de expansão imperial então vigente. Num outro texto significativo de Haushofer lê-se, em consonância: "As grandes potências são 'Estados expansionistas' [...]. Vemo-las, por isso, todas elas surgir com um séquito maior ou menor de zonas de influência, que pertencem ao conceito de grande potência, tal como a cauda aos cometas [...]" (citado por Gollwitzer, *ibid.*, 562).

Um dos conceitos nucleares desta expansão territorial era o de "grande região", ou seja, um império mundial parcial, dominado de modo nacional-imperial, com base numa coerente economia capitalista de "grande região", que não podia ser senão o alargamento de uma grande economia nacional às colónias, zonas dependentes e territórios simplesmente anexados. O sinistro jurista e teórico social reaccionário Carl Schmitt, que há muito se colocara ao serviço dos nazis, escreveu oportunamente, em 1939 (com a 4.^a edição já em 1941), um ensaio de teoria jurídica intitulado *O Estatuto Jurídico Internacional da Grande Região e a Proibição da Intervenção de Potências Estrangeiras no Seu Âmbito. Contributo para o Conceito de Império no Direito Internacional* (citado por Gollwitzer, *ibid.* p. 562).

Este conceito geopolítico de grande região, frequentemente transformado vitalistamente em "espaço vital", pertencia também, como se sabe, ao vocabulário preferido de Hitler: *Povo sem Espaço* era o título de um oportuno romance *best-seller* do escritor etnocolonialista Hans Grimm (1926). Depois de o comércio mundial entre as grandes potências no período entre as duas guerras ter caído profundamente, envidaram-se esforços para conseguir uma autarcia nacional no Ultramar, que desde o início tinham a marca do imperialismo clássico. O objectivo desta política de autarcia, como declarou o economista Wilhelm Gerloff no começo dos anos 30 do século passado num congresso contra a economia liberal, era "a criação de um espaço económico auto-suficiente, do ponto de vista da produção e do consumo, com tanto espaço e tantas riquezas que pudesse suprir todas as necessidades económicas e culturais dos seus membros [...]" (Gerloff 1932, 13).

Que esta posição não era apenas motivada por rivalidades ideológicas, decorre da estratégia e da actuação político-económica dos nazis. Werner Daitz, um dos principais dirigentes económicos do Partido Nazi, formulou a tendência autárcica do nacional-imperialismo expressamente contra "o pensamento judaico-materialista dos economistas liberais", cujo "conceito antinacional de dinheiro" conduziu a economia alemã para a "economia mundial", ou seja, para "o comércio livre e para a divisão internacional do trabalho", em seu prejuízo na guerra mundial e na crise económica mundial. Daitz traça o programa autárcico dos nazis visando um império nacional autónomo contra a orientação económica liberal para o mercado mundial: "A descoberta de novos espaços livres e o seu povoamento (colonização) [...] só significarão um fortalecimento do crescimento e da força vital da economia pátria se não ficarem de fora da sua disciplina e do seu poder [...] cada povo deve disciplinar a sua liderança económica, de modo a que as últimas reservas em alimentos e matérias-

primas estejam sempre dentro das suas fronteiras" (Daitz 1938 I, 64s.).

É também neste sentido autárquico que ele define a "economia da grande região" europeia a formar pelo *Reich* nazi sob controlo alemão: "A Europa continental só poderá afirmar-se nas outras partes do mundo como uma unidade económica e cultural, se puder viver apenas dos recursos dos seus povos e do seu território, em caso de necessidade. Por isso, a Europa continental tem de ser uma unidade política, de Gibraltar aos Urais e do cabo Norte até à ilha de Chipre. Só neste espaço é que poderão existir todas as capacidades em produtos agrícolas e riquezas minerais capazes de permitir aos seus povos, mediante cooperação, e com a ajuda de uma tecnologia avançada, viver dos seus próprios recursos" (Daitz 1938 II, 45s.).

Não se tratava de modo nenhum de um objectivo longínquo ou de um sonho dos estrategos nazis, mas já no momento da argumentação de Daitz era uma política económica e externa determinada e efectiva, que, no essencial, foi aprovada e apoiada pela direcção dos monopólios alemães no seu próprio interesse, tal como a historiografia desse período esclarece: "A decisão de Hitler de atingir uma auto-suficiência de 100 por cento, no espaço de quatro anos e sem olhar a custos, nos sectores dos combustíveis, da produção de ferro e da produção de borracha sintética, foi bem acolhida pelos principais líderes económicos, não só pelos lucros que daí poderiam advir, como devido às dificuldades em reorganizar o mercado mundial a curtíssimo prazo. As indústrias do ferro, do carvão e do aço, habituadas ao protecção estatal desde 1879, desejavam alargar a sua hegemonia continental, pois no plano mundial não eram concorrenciais, e tinham como ambição política, à semelhança dos planos de paz dos pangermânicos na Primeira Guerra Mundial, a criação de um grande espaço económico dominado pelos Alemães no centro da Europa" (Martin 1989, 203).

A política de auto-suficiência dos nazis, portanto, apenas prosseguiu a tendência nacional-imperialista já iniciada antes da Primeira Guerra Mundial. Mas o *Reich* alemão não optou por esta lógica devido apenas à evolução especialmente nacionalista seguida desde a época imperial. Um pensamento autárquico, virado para a criação de um "amplo espaço económico" de tipo nacional-imperial, encontra-se, quer no período anterior à guerra, quer no período entre as duas guerras, em todos os países do centro capitalista, muito embora seguramente no campo anglo-saxónico não seja tão vincado como no regime nazi.

Lenine caracterizou o esforço nacional-imperialista, de acordo com a situação real e com o discurso imperial dominante, no seu famoso ensaio *O Imperialismo como Estádio Supremo do Capitalismo* (1917), sobretudo como uma política de anexação territorial: "Vemos, agora, que começa uma gigantesca 'corrida' à conquista colonial e que se agudiza em alto grau a luta pela divisão territorial do mundo [...]. A corrida de todos os Estados capitalistas às colónias em finais do século XIX, em especial, desde os anos 80, é um facto bem conhecido de todos na história da diplomacia e da política externa [...]. O que é característico do imperialismo é o esforço de anexação não apenas de territórios agrícolas, mas também de territórios industriais muito desenvolvidos (a cobiça alemã da Bélgica; a francesa, da Lorena), pois, por um lado, a repartição da Terra obriga a que, em cada nova repartição, se deite a mão a todo o bocado de terra cobiçado, e, por outro, a concorrência imperialista entre algumas grandes potências na sua luta pela hegemonia, ou seja, pela conquista de territórios, não é em si tão importante directamente, servindo sobretudo para enfraquecer os concorrentes e para consolidar a própria hegemonia [...]" (Lenine, 1970/1917, 82s., 97).

Ainda que a análise de Lenine parta de um conceito redutor de capital, limitado pela visão do marxismo do movimento operário, que implica uma falsa oposição entre o capitalismo concorrencial e o chamado capitalismo monopolista, a sua caracterização do imperialismo como política nacional policêntrica de anexação corresponde bem às formas reais do desenvolvimento capitalista mundial de então. Essa época, que terminou em 1945, não foi contudo o "último e supremo estágio do capitalismo", que Lenine, condicionado pelo seu tempo, não via sob o aspecto de uma crise categorial das formas económicas, mas sobretudo como a queda da constelação, até então em vigor, do capitalismo mundial.

Enquanto os EUA se desenvolveram ainda à sombra das potências europeias policêntricas, em luta pela hegemonia mundial, no século XIX e no princípio do século XX, seguiram, no entanto, a

lógica de uma potência imperial nacional em expansão. Já em 1823 o presidente americano da altura, James Monroe, formulou a doutrina que tem o seu nome, de acordo com a qual os EUA não tolerariam qualquer intervenção europeia em solo americano. A Doutrina Monroe, que tinha como pano de fundo a luta pela independência da América Latina contra a Espanha, e que levou a que os EUA se autonomassem "potência protectora" da parte sul do continente, tornou-se até um precedente: não foi por acaso que Carl Schmitt a referiu no seu ensaio *O Estatuto Jurídico da Grande Região e a Proibição de Intervenção*. Também a política nacional imperial de anexação directa não era alheia aos EUA: em 1848, após a guerra em que derrotaram o México, deitaram a mão ao Texas, ao Novo México e à Califórnia, bem como às jazidas de ouro aí localizadas; em 1898, na sequência da guerra contra a Espanha, anexaram as Filipinas, que só em 1946 (depois da ocupação japonesa na Segunda Guerra Mundial) alcançaram a independência nacional.

Já na época do "milagre económico" e da Guerra Fria, em que os EUA ascenderam à posição de única potência dirigente do capitalismo ocidental, a situação alterou-se radicalmente. Com a cobertura da *Pax Americana*, o estatuto de potência mundial sofreu, conjuntamente com o desenvolvimento do capital mundial, uma metamorfose decisiva, a partir da qual a antiga política expansionista dos impérios nacionais começou a ficar obsoleta. Como primeira potência mundial, os EUA literalmente já não podiam ser uma "potência de expansão territorial", e muito menos os Estados-nações europeus, agora dependentes, como potências hegemónicas despromovidas. Esta metamorfose fundamental foi determinada sobretudo por dois momentos: um, político-militar; outro, económico.

Por um lado, a Guerra Fria com a contrapotência mundial da "modernização atrasada" já não foi, desde o início, conduzida ao estilo de um controlo territorial com base na economia nacional sobre um "império mundial" particular, mas apenas como orientação estratégica de longo prazo numa escala imediatamente global. "Polícia mundial", com a auto-atribuída missão de liquidar o contra-império do capitalismo de Estado e "Império do Mal" (Reagan), o imperialismo americano teve de se tornar de certo modo um "imperialismo global ideal", ou seja, de operar num "metaplano", para além da simples expansão nacional.

Nessa medida, o que estava em causa não era uma nova constelação no interior da antiga lógica dos conflitos, mas o carácter transitório do próprio conflito. A própria expressão "polícia mundial", inicialmente usada em sentido crítico, remete involuntariamente para o facto de se tratar de uma opção por um monopólio de controlo global com apoio militar, em vez do crescimento para o exterior, como alargamento do próprio território.

Neste plano, já não era decisiva uma visão orientada para uma "grande região" imperial e para a respectiva "economia de grande região", mas a segurança global do modo de produção capitalista. Os EUA tornaram-se assim a "potência protectora" do capital a nível mundial, apenas sendo aceite a forma ocidental privada e concorrencial, e sendo as variantes de capitalismo de Estado do Leste e do Sul consideradas como princípio perturbador hostil.

A pressão era no sentido de destruir a Cortina de Ferro e de "abrir" o mundo inteiro ao movimento do capital privado (qualquer que fosse a sua nacionalidade), ou seja, de produzir um sistema capitalista mundial unitário. Neste sentido, os EUA fundaram a NATO em 1949, cujo âmbito organizativo servia para envolver directamente os Estados-nações europeus, entretanto transformados em potências de segundo ou terceiro grau, nas operações estratégicas dos EUA enquanto "potência protectora" do capitalismo mundial, utilizando-os como "porta-aviões" das forças armadas americanas.

Mas como este estatuto de potência mundial implicava um carácter "imperialista global ideal", e este já não podia identificar-se imediatamente com um interesse expansionista nacional imperialista, a contradição entre os EUA, como Estado-nação, e os EUA, como potência mundial de um novo tipo, tornou-se perceptível através de crescentes perdas por atrito. É verdade que os EUA, por hábito, sempre utilizaram inocentemente, até hoje, o conceito de "interesse nacional" para designarem a sua actividade de "polícia mundial", servindo-se de facto da sua posição de potência mundial, do papel do dólar como moeda mundial, etc., naturalmente também no seu próprio

interesse, sempre que possível. Apesar disso, os prejuízos sofridos no decurso da Guerra Fria pela potência mundial que, no fim da Segunda Guerra Mundial, atingira o estatuto de absoluta superpotência económica, tais como a redução da sua quota nacional no mercado mundial, a queda relativa da produtividade industrial e, finalmente, o enorme endividamento interno e externo, devem-se em grande parte ao peso do "consumo" político-militar de "potência mundial", improdutivo do ponto de vista capitalista.

Esta situação tem sido repetidamente descrita e lamentada, ultimamente por Paul Kennedy, que traça analogias com as anteriores hegemonias da história da modernização desde o século XVI (Kennedy, 1991/1987). O papel de "polícia mundial" ou de "imperialista global ideal" permanece assim controverso, no debate sobre a política externa e social dos EUA; mas foi o desenvolvimento mundial do capitalismo que condenou os EUA a assumirem esse papel.

Por outro lado, a antiga política de anexação territorial nacional imperialista tornou-se obsoleta, não só em virtude da constelação externa da política mundial durante a Guerra Fria, com a sua estrutura bipolar, mas também devido ao processo económico intrínseco ao modo de produção capitalista – para o que, no entanto, a unificação política do capital privado no plano mundial, operada pela superpotência EUA, não deixou de constituir uma condição de enquadramento. Pois só sob o tecto da *Pax Americana* se tornou real em grande escala a exportação de capital, já proclamada por Lenine e por Rudolf Hilferding, como nova característica estrutural do capital.

Lenine ainda tinha encarado a exportação de capital (em oposição à simples exportação de mercadorias) no contexto da antiga constelação das “potências expansionistas” centradas na economia nacional. Mas, neste nível de desenvolvimento, a exportação de capital ainda não podia ter nenhum papel relevante. Na verdade, até 1913, o comércio mundial expandiu-se continuamente sob o domínio das economias nacionais, permanecendo os investimentos no estrangeiro (sobretudo em capital fixo) limitados quase totalmente às próprias colónias ou zonas de influência nacionais, portanto, à respectiva “grande região” imperial nacional. Na luta policêntrica das grandes potências europeias pela hegemonia capitalista, outra coisa não seria possível.

No quadro da *Pax Americana*, após a Segunda Guerra Mundial, pelo contrário, não só o sistema mundial foi subsumido no conceito bipolar de "conflito sistémico" entre capitalismo privado e capitalismo de Estado, como, ao mesmo tempo, o hemisfério ocidental já estava orientado para o monocentrismo. Sob a batuta política deste monocentrismo é que foi possível criar as condições para um rápido crescimento da exportação de capital: designadamente, a possibilidade de exportar capital numa medida nunca vista no âmbito dos próprios países capitalistas industriais desenvolvidos, ou seja, de abrir grandes empresas de produção em antigos "países inimigos". Neste aspecto, a *Pax Americana* não significou senão que as grandes empresas multinacionais surgidas neste contexto começaram gradualmente a autonomizar-se do contexto da economia nacional. Tornaram-se, assim, visíveis os primeiros contornos da estrutura de crise de uma nova contradição entre capital, por um lado, e economia nacional ou estalidade nacional, por outro.

Do pacifismo “de boas pessoas” nacional ao belicismo intervencionista global

No processo de globalização da economia empresarial, a ideologia do imperialismo americano tornado "imperialista global ideal" sofreu uma metamorfose peculiar que a transformou, em consonância com o estatuto dos EUA, em ideologia global do capitalismo privado ocidental. Nos EUA existiu sempre, contra a antiga política imperial de anexação, uma oposição "de boas pessoas", que se alimentava das ilusões democráticas acerca do carácter do capitalismo e se reclamava do ideal burguês (uma "paz perpétua" kantiana entre nações comerciantes) contra a realidade do capitalismo de então (guerras nacional-imperialistas de rapina). Este pacifismo originalmente anti-imperialista revelou-se no pós-guerra progressivamente como uma nova legitimação do renovado papel de "polícia mundial" dos EUA.

Se tal ideologia era, na anterior constelação, essencialmente "isolacionista", isto é, dirigida contra as intervenções externas dos EUA, na nova constelação, com os EUA como única superpotência ocidental, ela pôde de repente passar a funcionar como legitimação das intervenções. Pois, agora, já não se tratava, em primeira linha, da expansão da "grande região" definida pelo imperialismo nacional americano, mas da manutenção e expansão global do "princípio" do capital privado, do liberalismo económico e do seu quadro de legitimação democrática. O ideal burguês podia neste sentido ser chamado a dar cobertura à realidade capitalista, cada vez mais insatisfatória, porque já não se tratava de evidentes interesses nacionais de rapina, mas da suposta manutenção e implantação da "paz mundial democrática" contra os chamados "inimigos da paz não democráticos"; definidos em primeiro lugar, na estrutura bipolar das superpotências, como o "império do mal" totalitário, do Leste e seus vassallos.

O novo papel de potência mundial dos EUA podia portanto ser assumido com um empenhamento que já quase tinha algo de religioso: a superpotência ocidental converteu-se no propagandista global e até no missionário do modo de produção e do modo de vida do capitalismo privado e concorrencial, incluindo os seus componentes culturais (*american way of life*). Neste sentido, o presidente Truman, logo em 1947, pôs de lado a Doutrina Monroe, limitada à perspectiva nacional imperialista, e, com a "Doutrina Truman", prometeu a suposta ajuda dos EUA aos "Povos Livres ameaçados na sua Liberdade", o que implicava o intervencionismo num metaplano do sistema mundial, para lá de simples interesses expansionistas, meramente nacionais.

Ao fazê-lo, Truman não operou num espaço ideologicamente vazio. Ele apenas prosseguiu o espírito da ideologia da "comunidade dos povos" democráticos, enraizada no antigo idealismo americano originalmente anti-intervencionista, tal como já fora formulada relativamente à política externa pelo presidente americano Woodrow Wilson (1856-1924), no seu programa de catorze pontos, de 1918, uma antecipação da posterior liderança doutrinal americana.

Neste constructo idealista, correspondente à visão do mundo harmonista das tradicionais classes médias democráticas, a concorrência brutal e a luta pela sobrevivência no mercado mundial foram solenemente redefinidas como colaboração pacífica entre Estados animados de boa vontade e legitimados pela "soberania popular"; uma interpretação profundamente hipócrita da realidade mundial do capitalismo, que apadrinhou quer a criação da chamada Sociedade das Nações (1920), sugerida por Wilson, quer a sua renovação no final da Segunda Guerra Mundial como Organização das Nações Unidas (ONU).

Que a União Soviética, como contrapotência mundial da "modernização atrasada", se tivesse deixado inscrever numa Nações Unidas indiscutivelmente dominadas pelos países ocidentais, sob a liderança dos EUA, foi apenas a consequência lógica, no plano político, do facto económico de que o capitalismo de Estado, como sistema produtor de mercadorias, tinha naturalmente de participar no mercado mundial e de se adaptar aos seus critérios. Com o colapso da contrapotência mundial em 1989 e a ascensão dos EUA ao estatuto de última potência mundial, o seu papel de "imperialista global ideal" de um sistema capitalista mundial, doravante unificado à escala planetária, alterou-se mais uma vez.

Apesar de todos os desmentidos, de todas as idealizações e falsas esperanças, a progressiva crise mundial e a globalização do capital a ela ligada constituem o pano de fundo que explica a razão por que a *Pax Americana*, agora efectivamente universal, produz tudo menos um mundo pacificado. Muito longe de se tornar supérflua para a dominação capitalista universal, a importância dos EUA como polícia mundial, pelo contrário, aumentou, como demonstram as duas guerras de ordenamento mundial dos anos 90 do século passado. Agora, já não se tratava de combater uma suposta contrapotência claramente definida, mas de conseguir manter, a bem ou a mal, o sistema capitalista unificado, embora ele já não seja capaz de reproduzir, a nível global, a grande maioria da humanidade. Por outras palavras, a própria luta do "polícia mundial" e dos seus xerifes ajudantes europeus contra a crise das categorias capitalistas tem forçosamente de assumir o carácter de uma campanha contra fantasmas ou, já quase ao estilo de Dom Quixote, contra moinhos de vento.

Nesta refrega globalizada contra os demónios da crise capitalista mundial, desvanece-se, ainda mais

do que nos tempos da Guerra Fria, o paradigma dos velhos "Estados expansionistas" dos impérios nacionais. Também esta metamorfose em curso tem novamente um momento político-militar e um momento económico. Ainda muito mais fortemente do que no caso do estrangulamento estratégico do sistema capitalista de Estado, a "geopolítica" centrada em qualquer Estado-nação tornou-se irrelevante e contraproducente na luta sem esperança por uma "pacificação" do processo de crise mundial do capitalismo. De todo o modo, o mundo está supranacionalmente unificado pelo capital, mas por baixo da fina camada de verniz do sistema mundial comum vai-se avolumando a crise, que conduz, hoje aqui, amanhã acolá, a erupções catastróficas. Quer política quer militarmente, já só está na ordem do dia uma estratégia de "intervenção flexível" a nível mundial, através de uma diplomacia ambulante de crise, de "forças móveis de intervenção" e de ataques aéreos selectivos.

A isto corresponde simultaneamente a metamorfose do capital na economia de crise, numa globalização directa da economia empresarial, para além da mera exportação de capital. Onde a grande maioria da "mão-de-obra" se tornou supérflua, do ponto de vista capitalista, a "apropriação" de territórios e dos seus povos já não constitui, nem por sonhos, uma opção para a acumulação; as anexações territoriais perderam definitivamente o sentido na lógica capitalista, e só poderiam constituir um peso, em vez de um ganho. Ao mesmo tempo que a reprodução do capital em termos de economia empresarial entra em conflito com os Estados-nações, o capital, financeiro e real, transnacionalmente disperso por todo o globo (naturalmente com densidades extremamente variáveis), já não permite a formulação de uma estratégia de expansão capitalista nacionalmente centrada.

Em consonância com esta nova situação mundial, a ideologia intervencionista ocidental de *freedom and democracy* (originalmente enraizada no pacifismo "de boas pessoas" dos EUA) desenvolvida durante a Guerra Fria foi do dia para a noite transformada na paradoxal "guerra de pacificação" global da NATO sob a liderança dos EUA. É assim que o actual discurso hegemónico liberal interpreta as reacções do Ocidente à crise global causada pelo seu próprio terrorismo económico "objectivo", com o repertório de chavões da mesma filosofia charlatã democrática que já caracterizara a época precedente.

Coerentemente, na Europa, o pacifismo idealista do movimento pacifista "de boas pessoas" em poucos anos deu lugar a um belicismo intervencionista de orientação global. Com isso, as "boas pessoas" da esquerda burguesa europeia apenas repetem aquela viragem e metamorfose operada pelos seus primos americanos, que já evoluíra desde os tempos do presidente Wilson. A contradição ideológica interna do capitalismo, entre políticos intervencionistas do interesse nacional-imperial e idealistas anti-intervencionistas, desmorona-se definitivamente na crise mundial: a impiedosa manutenção do sistema, a auto-afirmação do capitalismo a qualquer preço e o fraseado democrático-idealista tornam-se imediatamente idênticos no "pensamento de polícia mundial", contra os monstros da crise aparentemente surgidos dos abismos da História.

As expedições punitivas conduzidas pelo Ocidente contra a periferia capitalista, mergulhada no caos a partir do salto histórico de 1989, são apresentadas, de acordo com este espírito, como acções legítimas da "comunidade internacional", da "comunidade democrática dos povos", etc. O consenso mundial democrático omite sistemática e mentirosamente o facto de a maravilhosa economia de mercado mundial ser ela própria o ventre que, juntamente com a crise e o colapso da reprodução socioeconómica, pare aquela "falta de paz", contra a qual então os simpáticos membros da categoria superior da Humanidade põem em campo precisamente a mesma economia de mercado mundial, impregnada de idealismo e de bombardeamentos extensivos. A falsidade desta legitimação revela-se, desde logo, pelo facto de ser acompanhada de um histórico espírito de cruzada, estimulado em unísono pelos *media* capitalistas democráticos, como se estivessem todos sob as ordens de um censor onnipotente.

A NATO como prolongamento supranacional do "imperialista global ideal"

A NATO constitui o enquadramento político-militar da *Pax Americana* e da globalização de crise do capital que se inicia nesta época. Neste âmbito de referência, ela tinha de se distinguir fundamentalmente, à partida, das constelações de alianças imperiais anteriores. Nem podia tratar-se de uma relação apenas exterior entre uma potência hegemónica e os respectivos vassallos, no sentido imperial tradicional, nem de uma aliança entre potências imperialistas nacionais, mais ou menos em pé de igualdade. Pelo contrário, o contraditório estatuto duplo dos EUA, como Estado-nação ou economia nacional, por um lado, e como "capitalista global ideal", por outro, exigia aos Estados europeus do centro capitalista tornados secundários uma metamorfose análoga, com um carácter igualmente contraditório: por um lado, tal como os EUA, não podem deixar de ser Estados-nações; por outro, têm de integrar-se na nova estrutura de um pretenso controlo a nível global, sem poderem tornar-se imediatamente parte integrante dos EUA.

Deste modo contraditório, a NATO transformou-se, para lá da função meramente militar, na instância política comum de todo o Ocidente, a fim de integrar os Estados europeus do centro capitalista no sistema hegemónico do novo "capitalista global ideal", embutindo-os, por assim dizer, neste sistema, ou seja, fazendo com que, de "potências" de apenas segunda ordem do velho tipo se transformassem, eles próprios, em partes integrantes de um "imperialismo global ideal". A alternativa já não consiste em escolher entre um estatuto independente como velha potência imperialista nacional e um estatuto de vassallo perante a superpotência EUA, mas entre um estatuto de maior ou menor peso no seio da NATO, como prolongamento político e legitimador da hegemonia mundial de novo tipo dos EUA.

Assim, por um lado, a NATO comprova ser de facto uma estrutura supranacional de um pretenso controlo capitalista global, perante um mundo tomado de assalto por uma globalização da economia empresarial e uma simultânea desagregação de crise. Por outro lado, ela nem sequer pode ser imaginada sem o aparelho de administração de violência de alta tecnologia dos EUA, que continua centrado e controlado por um Estado-nação, e cuja falta de paralelo mantém de pé a hegemonia dos EUA no seio da contraditória obra de arte total do imperialismo mundial. Numa ordem bárbara, em última instância, quem manda acaba sempre por ser aquele que for capaz de brandir a moca maior. E, no âmbito dos critérios capitalistas e da tecnologia capitalista, a Europa nunca mais poderá ter a maior moca.

O raciocínio burguês europeu pensa no assunto de um modo lapidar e sóbrio, por exemplo, no diário económico *Handelsblatt*: "Uma identidade europeia em termos de segurança é em princípio desejável, mas de momento não é realizável. Os programas de armamento que para tal seriam necessários não podem ser financiados [...]. A recente intervenção no Kosovo revelou uma vez mais até que ponto os Europeus são inferiores aos EUA, quando se trata de impor poder militar para além das próprias fronteiras nacionais. Quase 80 por cento de todas as missões de combate e 90 por cento das bombas e dos mísseis utilizados foram-no por conta dos EUA. Até à sua própria porta, os Europeus não conseguiram dar mais que um contributo marginal para a derrota de uma potência militar de terceira ordem [...]. Enquanto os EUA continuarem a ser um parceiro de segurança fiável, não deve ser prosseguida qualquer política armamentista europeia que prejudique a consolidação orçamental" (Wolf 1999).

Com efeito, os Estados europeus do centro capitalista não têm capacidade de intervenção militar em maior escala – nem este ou aquele por si, nem todos em conjunto. Para tal faltam pura e simplesmente os meios militares, tais como frotas de bombardeiros estratégicos, porta-aviões e arsenais de mísseis – não apenas em termos quantitativos, mas igualmente no plano tecnológico. Se hoje a Alemanha, por exemplo, se encontra a este respeito aproximadamente ao nível de um polícia de aldeia global, a Grã-Bretanha e a França, apesar das suas experiências com guerras pós-coloniais e das pretensões militares daí decorrentes até ao presente, não se encontram em situação muito melhor. Na absurda guerra das Malvinas, os Britânicos conseguiram impor-se à marinha argentina por uma unha negra; e as diversas mini-intervenções francesas em África mal merecem o epíteto de militares. A imprensa francesa escarneceu acerca do desastre do porta-aviões "Charles de Gaulle",

que sofreu uma avaria, mal tinha entrado em serviço, tendo de ser rebocado a muito custo pelo seu predecessor, já abatido à carga, o "Clemenceau".

Se levarmos em linha de conta que, no seio da UE, entre 60 e 70 por cento de todos os meios despendidos com o desenvolvimento e aprovisionamento militar são da responsabilidade da Grã-Bretanha e da França, já se vislumbra a estreita margem europeia para um programa armamentista e intervencionista. Não admira que a planeada força militar da UE seja, logo à partida, designada por "tropa de papel".

Uma alteração fundamental da relação militar de forças, ainda que fosse pretendida, é de facto utópica, mesmo sob o ponto de vista financeiro. Seria a ruína económica, se a UE quisesse, num *tour de force* em termos de política armamentista (para o qual, para mais, nunca conseguiria estar suficientemente unificada), igualar o poderio militar dos EUA. Em lado nenhum se vislumbram quaisquer factores que demonstrem como seria possível a inversão de sentido dos fluxos globais de capital para isso necessários; e, se tal ainda assim fosse conseguido, a economia mundial seria desestabilizada ainda mais, e o já frágil edifício do capitalismo financeiro global desmoronar-se-ia.

Nem sequer os *opinion makers* políticos mais influentes têm quaisquer ilusões acerca da possibilidade de a relação de forças actual poder vir a ser alterada: "Não existe qualquer sinal de uma alteração fundamental dos pesos relativos [...]. A base económica da Europa para eventualmente desafiar os EUA e os seus planos de ordenamento mundial [...] não se tem alargado, tendo antes ficado mais diminuta [...]. Na área militar, a discrepância transatlântica é ainda mais visível. Assim, os Estados europeus da NATO despenderam com o aprovisionamento militar, nos últimos cinco anos, apenas aproximadamente metade do que foi despendido pelos EUA no mesmo período. No âmbito da investigação e do desenvolvimento, o fosso ainda se alargou mais" (Wolf 2001). Mas trata-se de considerações meramente hipotéticas, visto que, para além de tudo isto, já nem sequer existe qualquer motivo económico e "materialista" para estratégias de anexação e de "influência" territorial, no âmbito de um grande conflito dentro do imperialismo.

Tal não significa que não existam tentativas europeias de se perfilar perante a última potência mundial que são os EUA, embora, em todo o caso, estas partam mais da França do que da Alemanha. Mas tais atitudes não passam de disputas de competências e de guerras de capelinhas, no seio da ordem estabelecida do "imperialismo global ideal", sob a hegemonia incontroversa dos EUA, não configurando a afirmação de uma pretensão imperial autónoma. Também cada vez mais voltam à liça as contradições económicas e sobretudo comerciais entre a UE e os EUA, mas sem que alguma vez seja seriamente posta em causa a cobertura global comum da *Pax Americana*.

John C. Kornblum, até 2001 embaixador dos EUA na Alemanha, exprime, num abrir e fechar de olhos, quer a inevitabilidade capitalista da aliança encarnada na NATO, quer o problema da mesma: "O medo de que os Europeus e os Americanos se dividam em campos mutuamente concorrentes carece de qualquer justificação. Os laços que unem a Europa com os Estados Unidos são tão fortes que uma ruptura é inimaginável [...]. O que é tão especial na situação presente? Muito poucas vezes um Governo americano recém-eleito assumiu funções num tempo tão volátil. E foram igualmente raras as vezes que os Europeus e os Americanos sentiram uma tão idêntica perplexidade [como] perante esta confusão planetária" (Kornblum 2001). O "tempo volátil" e a "confusão planetária", uma formulação em termos conceptuais tão aconceptual como lamechas do colapso do moderno sistema produtor de mercadorias com base nas suas próprias contradições internas, faz da NATO, após o fim da Guerra Fria, ainda mais, a instância do capitalismo global, cuja razão obriga todos os conflitos internos e atritos a passar para segundo plano.

Isso também se aplica a pontos polémicos, como o novo bombardeamento injustificado do Iraque pelos EUA, sob a nova liderança do presidente ultraconservador Bush, os planos de Washington para uma "defesa nacional antimíssil" (NMD) ou, inversamente, o projecto de uma política europeia comum de segurança e defesa (PESD). Neste contexto, cada vez que se fala em "arrufos" na relação entre os EUA e a UE, tal conceito, que não passa de uma pequena diferença, aponta mais para a necessidade objectiva de uma política hegemónica imperial global do que para uma ruptura dessa coesão.

Todas as especulações de que semelhantes "desavenças" mútuas poderiam constituir o início de uma alteração profunda na constelação mundial capitalista carecem de qualquer fundamento: "Com estas reflexões orientadas pela política quotidiana, os cépticos não vêm com clareza [...] o significado fundamental de factores estruturais que actuam a médio e longo prazo e que abonam inequivocamente a favor da continuidade da parceria transatlântica. Embora continue a haver arrufos, estes não conduzirão a conflitos duradouros ou mesmo a uma rivalidade geopolítica" (Wolf 2001).

Embora as desavenças, os chamados arrufos, as tentativas de ganhar protagonismo e as exibições de um poder discricionário remetam para a continuação da existência da forma do Estado-nação, insuperável para a relação de capital, com a sua lógica própria, e, simultaneamente, para as contradições inerentes à estrutura do "imperialismo global ideal", no entanto, este assumiu irreversivelmente a forma supranacional da NATO. Esta inevitabilidade da NATO, como força de intervenção ocidental global sob a liderança dos EUA, também corresponde aos interesses capitalistas dominantes, que, no âmbito da crise e da globalização, afinal também se tornaram directamente transnacionais. Assim, "a integração global dos mercados dá mais força àqueles que retiram proveito da globalização e que por isso estão interessados na cooperação entre Estados. Isto aplica-se sobretudo às grandes empresas transnacionais, assim como aos investidores de capital financeiro" (Wolf 2001). Se traduzirmos a fórmula eufemística da "cooperação entre Estados" na da "guerra de ordenamento mundial imperial global", fica assim designado o pano de fundo real dos interesses capitalistas hoje dominantes. Se as contradições no plano do sistema mundial se agravarem dramaticamente, há que contar muito mais com acções unilaterais de um Governo dos EUA a entrar em pânico do que com um desafio europeu aos EUA.

O contexto imperial global e o contexto económico da globalização também se aplicam estritamente à própria indústria do armamento, que, tal como todos os restantes capitais, se tem integrado a toda a velocidade em estruturas transnacionais. As fábricas de material bélico, outrora dotadas de uma orientação estritamente nacional e intimamente associadas ao respectivo aparelho de Estado-nação e às suas pretensões de controlo e de expansão territorial, tornaram-se em grande parte *global players*, dotados de larga diversificação económico-industrial, com ramificações tanto nos EUA como na UE (e, em parte, no espaço asiático). No sector do armamento existem, por isso, tal como em todas as outras áreas, participações transatlânticas cruzadas, "alianças estratégicas", fusões e aquisições, estando a indústria de armamento dos EUA a dominar claramente o panorama.

Assim, por exemplo, por razões económicas, todas as agulhas foram apontadas no sentido de a grande empresa de armamento espanhola Santa Bárbara Blindados (SBB), no âmbito da sua privatização, não ser controlada por uma empresa de armamento europeia, mas sim pelo gigante de armamento americano General Dynamics, que, através desta aquisição, poderá também obter uma participação na fábrica de tanques de Munique Krauss-Maffei Wegmann (KMW); SBB constrói sob licença o tanque Leopard da KMW. Inversamente, a grande empresa europeia de material aeronáutico e espacial EADS (a casa-mãe da Airbus) pretende construir aviões militares nos EUA juntamente com um parceiro dos EUA (Lockheed Martin ou Northrop), a fim de conseguir aceder a lucrativas encomendas do Pentágono. Entretanto, a EADS já colabora com a Boeing na defesa antimíssil. Também está decidida a tomada do controlo dos estaleiros navais militares alemães HDW, através de uma participação maioritária do investidor financeiro dos EUA, One Equity Partners (OEP), que é interpretada como uma aquisição encapotada pelo gigante de armamento americano General Dynamics. A HDW constrói e vende submarinos, desde o Outono de 2002, juntamente com a empresa de armamento americana Northrop-Grumman. Embora existam reservas por parte da Comissão Europeia, segundo um lobista alemão de armamento, mais cedo ou mais tarde, toda a indústria de armamento europeia dependerá do mercado de aprovisionamento dos EUA e terá de se adaptar à situação através do estabelecimento de participações transnacionais: "Sem a América, nada é possível" (*Wirtschaftswoche* 40/2001).

Ao arrepio de todos os "arrufos" e tentativas de obstrução das classes políticas nacionais, a transnacionalização da indústria de armamento entre os centros capitalistas ocidentais progredirá; já existem projectos de um mercado de aprovisionamento electrónico transnacional para as grandes

empresas de armamento e aeronáuticas.

Afinal, já não há qualquer motivo essencial para que as empresas de armamento se cinjam ao plano nacional, ou mesmo ao da UE; os debates e as reservas a este propósito já não são de carácter estratégico nem, por isso, de primeira ordem, mas desenrolam-se ao nível das disputas secundárias de competências. A NATO constitui uma força de intervenção imperial global e um plano capitalista global de ordenamento mundial não só no que diz respeito às bases económicas gerais do capitalismo de crise globalizado, mas também directamente, em termos da tecnologia e da economia do armamento.

O conceito de "imperialista global ideal", elaborado por analogia com a formulação de Marx, segundo a qual o Estado-nação constitui o "capitalista global ideal", evidentemente, tal como este último, não remete porventura para um exercício de influência meramente "imaterial"; trata-se, sim, de um aparelho abrangente de violência de alta tecnologia e de intervenção política, em todo o mundo, que intenta estabelecer um enquadramento para a acção capitalista com validade universal e, neste sentido, tem de erguer uma pretensão de controlo igualmente universal. No entanto o "imperialista global ideal" mundializado encontra-se muito mais limitado no plano político-militar do que outrora o foi o "capitalista global ideal" no seio do Estado-nação: ele não reúne os capitais da sua área de poder num enquadramento ordenador também económico, pelo contrário, tem de obedecer à concorrência desenfreada dos capitais que destrói qualquer quadro ordenador, e sobre a qual já só pode reagir superficialmente e sem uma capacidade de intervenção político-económica autónoma.

A NATO, tal como os EUA, não constitui um "Estado mundial" que possa tomar conta das velhas funções do Estado-nação a um nível superior, supranacional. Ela mais não é do que o "imperialista global ideal" (alargado), ou seja, uma pura instância de violência e de pressão política, e não a instância de uma regulação mais abrangente. Assim sendo, a NATO não pode resolver a contradição do capitalismo de crise global, podendo apenas, na sua própria estrutura contraditória como organismo supranacional sob a hegemonia do Estado-nação da "última potência mundial", exprimi-la em mostras periódicas de violência.

À primeira vista este "imperialismo global ideal" monocêntrico do início do século XXI poderia recordar o conceito quase esquecido de um chamado "ultra-imperialismo", que o velho ideólogo-mor dos sociais-democratas alemães, Karl Kautsky, tinha criado no início do século XX, no âmbito do debate acerca do imperialismo com Rosa Luxemburgo e Lenine. Mas a analogia é apenas muito superficial. Kautsky escreveu em 1914, no *Neue Zeit*: "Não há qualquer necessidade económica de continuar a corrida aos armamentos depois da guerra mundial, nem mesmo do ponto de vista da própria classe capitalista, mas, quando muito, do ponto de vista de alguns interesses armamentistas. Inversamente, a economia capitalista é a primeira a ser fortemente ameaçada pelas contradições entre os respectivos Estados. Qualquer capitalista perspicaz tem hoje de dirigir aos seus consócios o seguinte apelo: Capitalistas de todos os países, uni-vos! [...]. Como é evidente, se a política actual do imperialismo fosse imprescindível ao prosseguimento do modo de produção capitalista, os factores acabados de enunciar não conseguiriam causar uma impressão duradoura nas classes governantes, não as levando a imprimir uma outra direcção às suas tendências imperialistas. No entanto, isso é possível, se o imperialismo, o esforço de cada grande Estado capitalista no sentido de expandir o seu próprio império colonial em detrimento dos outros impérios de tipo semelhante, constituir apenas um entre diversos meios de promover a expansão do capitalismo [...]. A exacerbada concorrência entre empresas gigantescas, bancos gigantescos e multimilionários criou a ideia de cartel das grandes potências financeiras que absorveram as pequenas. Do mesmo modo, também agora pode resultar da guerra mundial das grandes potências imperialistas uma união entre as mais fortes que porá termo à corrida aos armamentos. Portanto, não se pode excluir, do ponto de vista puramente económico, que o capitalismo ainda conheça uma nova fase, uma transferência da política de cartel para a política externa, uma fase do ultra-imperialismo, contra o qual, evidentemente, teríamos de lutar com a mesma energia que contra o imperialismo, mas cujos perigos seriam de índole diferente da corrida aos armamentos e da ameaça à paz mundial" (Kautsky 1914, 920s.).

Vê-se bem que a argumentação de Kautsky andava longe da realidade do seu tempo (e assim continuaria ao longo de décadas), porque a época da expansão nacional imperial na altura ainda não se esgotara. Mas, se o olharmos mais de perto, Kautsky também não é um bom profeta de um futuro ainda longínquo. Embora tenha visto com muito acerto (do mesmo modo que Lenine, sem ter elaborado um conceito das formas sociais capitalistas abrangentes) a possibilidade abstracta de uma outra constelação imperial global, não o fez contudo sob o aspecto de uma desagregação social mundial, nos limites internos do modo de produção capitalista, mas apenas como "outros meios de promover a expansão do capitalismo". É que a posição de Kautsky encontra-se inteiramente determinada pelo discurso social-democrata da viragem do século XIX para o século XX, que oficialmente pusera de parte a teoria da crise e do colapso, apostando numa capacidade de desenvolvimento ulterior do capitalismo, a ser coroada pelo movimento operário com uma transição pacífica e parlamentar para o socialismo de Estado.

Tal como em Lenine, também em Kautsky o tema não é a crise e a crítica (na altura "impensáveis") das formas sociais transversais às classes, mas a "vontade de classe", apenas sociologicamente fundamentada e politicamente manifestada, de "exploração", por um lado, e da respectiva suplantação, por outro. Contrariamente a Lenine, porém, ele não desenvolve esta análise redutora no campo dos factos históricos efectivos, ou seja, da real concorrência entre potências expansionistas imperialistas nacionais, mas como uma fantasmagoria vergonhosamente oportunista. Não resta dúvida de que é necessário um misto de ilusionismo e de auto-engano para se postular, mesmo no meio do troar dos canhões que anunciava o início da guerra mundial industrial, uma aliança pacífica do imperialismo global ou do ultra-imperialismo para a comum "exploração do mundo" após a guerra mundial, como se a realidade desta última nem sequer existisse ou já tivesse passado à História (uma atitude até hoje típica do raciocínio democrático reformista, a propósito de questões "perigosas").

No entanto, é precisamente por isso que a "visão ao estilo de Nostradamus" de Kautsky, de um democrático fala-barato de salão, muito menos se aplica ao "imperialismo global ideal", hoje real, da NATO. É que, primeiro, o que está em causa já não é uma tranquila "exploração comum" de regiões do mundo ainda não acessíveis ao capitalismo, mas sim o problema de uma crise mundial em contínua progressão e que se define precisamente pelo facto de o capitalismo do centro, no nível alcançado pelo seu próprio *standard* de produtividade e rentabilidade, se ir tornando cada vez mais "incapaz de explorar", e de o mercado mundial ir deixando atrás de si crescentes zonas de "terra queimada" em termos económicos, já incapazes de ser exploradas pelo capitalismo.

E, em segundo lugar, a NATO constitui também uma aliança pouco ou nada pacífica do imperialismo global, precisamente porque ela está totalmente concentrada em flagelar as consequências político-militares e barbarizantes da crise, sem solução possível. Assim sendo, embora corresponda à realidade o facto de, 80 anos depois das teses de Kautsky, já não existir qualquer conflito entre imperialismos semelhante ao da Primeira Guerra Mundial, o contraditório carácter supranacional da NATO baseia-se em desenvolvimentos em tudo diferentes dos que Kautsky tivera em mente; e assim, lá está, não se trata de uma era de paz capitalista que possa ser transformada pela via parlamentar, mas de uma bárbara guerra de ordenamento mundial, sem qualquer perspectiva civilizatória. A analogia entre o constructo de Kautsky do "ultra-imperialismo" e o real "imperialismo global ideal" da NATO é perfeitamente superficial e inverídica.

Mas o que faz crer que no século XXI não venhamos a assistir a uma reedição das anteriores lutas de influência territorial imperialistas nacionais pela hegemonia mundial não são apenas os factos económicos e político-militares no contexto da *Pax Americana* e da globalização. Também o desenvolvimento cultural e ideológico não comporta os mínimos sinais de que as velhas potências da época das guerras mundiais venham em breve a preparar-se para iniciar o terceiro *round*, não passando a NATO de apenas uma manifestação transitória circunscrita à época da Guerra Fria.

É que, numa constelação de conflito político mundial, as sociedades envolvidas têm de ser formadas e preparadas, não só nos planos político, económico e militar, mas também a nível cultural e ideológico. Basta vermos o enorme esforço e alcance histórico com que foram criadas e cultivadas as imagens dos respectivos inimigos, tanto na época das guerras mundiais, entre 1870 e 1945, como

na constelação bipolar do pós-guerra, entre 1945 e 1989. A "pérfida Albion", a França como "inimigo hereditário" e, inversamente, os "hunos" alemães, etc., ou posteriormente o "totalitário império do mal" no Leste, foram objecto de um culto e de uma coloração não apenas propagandistas, mas também artísticos e culturais, no plano tanto nacional como popular, que conseguiram chegar até aos pormenores da vida quotidiana. Para tal, foram aproveitados todos os registos mediáticos, da polémica académica ao livro infantil, da conservação do património à poesia lírica patriótica. Hoje em dia é impossível falar de uma tal construção sistemática de novas e mútuas imagens do inimigo no interior do campo imperialista. Até o tradicional antiamericanismo europeu não apenas se tornou marginal, mas ele próprio já está "americanizado".

Isto de modo algum significa que padrões culturais e ideológicos nacionalistas, anti-semitas, racistas, etc., não regressem, ou que o recurso aos mesmos não se torne mais frequente nos processos de crise da globalização. Mas, contrariamente à época das guerras mundiais, tais padrões não se encaixam no contexto de uma formação imperialista nacional, para a luta de morte entre as grandes potências capitalistas em torno de "grandes espaços geoestratégicos". Já a imagem do inimigo do "império do mal" soviético tinha sido formada num patamar diferente; ela já não reflectia a concorrência mútua entre os Estados imperialistas nacionais do centro ocidental do capitalismo industrial, mas sim a concorrência do centro como um todo com os retardatários históricos da periferia e o respectivo "contra-sistema", que não deixava de se manter enquadrado no paradigma capitalista.

Depois do colapso da União Soviética e do fim da Guerra Fria não regressam as anteriores imagens do inimigo, mas vai-se criando uma nova imagem do inimigo, substancialmente mais difusa, já não determinada em primeira linha por alguma concorrência prolongada como política imperial no seio do modo de produção capitalista (o que apenas se aplicava ao processo de ascensão histórica do mesmo), mas, e imediatamente, pelas manifestações de desagregação que pontuam a crise mundial capitalista: trata-se de exteriorizar e personificar ideologicamente estas últimas, a fim de manter obnubilado o carácter das manifestações da crise e encobrir as respectivas causas.

2. OS FANTASMAS REAIS DA CRISE MUNDIAL

A ideologia democrática capitalista naturalmente não quer admitir que o novo inimigo mundial é o produto da decomposição global do seu próprio sistema. Também por isso falta à definição oficial da situação qualquer análise realista. Pelo contrário, na tentativa de identificar o alvo, ergue-se, em caleidoscópio, toda uma panóplia de regimes estranhos, clãs anacrônicos, grupos terroristas, movimentos fundamentalistas, "Estados vilões", etc. Os patifes máximos e os inimigos principais, os monstros antidemocráticos e as figuras de magarefe vão-se revezando em sequência rápida, sem que nunca se obtenha uma imagem clara do inimigo. Do ponto de vista do sistema mundial capitalista, faltam pura e simplesmente os conceitos necessários.

O que se pode verificar é uma certa gradação nas obscuras imagens do inimigo da democracia mundial e no modo de proceder. No caso do Iraque e do seu ditador Saddam Hussein, por um lado, trata-se de certo modo de um resquício da Guerra Fria e das suas "quentes" guerras por procuração, uma vez que o Iraque, tal como muitos Estados do Terceiro Mundo, tinha seguido uma política de oscilação entre os dois blocos de poder, cozinhando à sombra deles o seu próprio caldinho na corrida aos armamentos a nível regional. Por outro lado, este armamento do Iraque também já estava determinado pela nova constelação da crise mundial, depois do fim de uma época, na medida em que, ironicamente, fora o próprio Ocidente a fornecer o armamento para a sangrenta Guerra do Golfo dos anos 80 do século passado, contra o vizinho regime dos mulás do Irão.

Saddam Hussein, inicialmente protegido pela União Soviética nos tempos da Guerra Fria, tinha-se convertido nos anos 80 do século passado (tal como figuras ditatoriais semelhantes da periferia, antes e depois dele) no monstruoso *baby* dos próprios democratas mundiais ocidentais, que o tinham apapicado, a fim de o mandar para uma nova espécie de guerra por procuração contra o "Estado vilão" número um da época, o Irão. A muito custo, esta opção voltou a ser revista, e o Ocidente viu-se constringido a desfazer a tiro e à bomba os sistemas de armamento de segunda categoria e fora de prazo que ele próprio fornecera, o que não abona propriamente a favor da existência de uma concepção coerente entre os guerreiros da ordem mundial.

Para se poder entender melhor o problema propriamente dito, é necessário fazer aquilo que as ideologias ocidentais e democráticas da guerra de ordenamento mundial tentam evitar a todo o custo: nomeadamente, relacionar as definições oscilantes dos "inimigos do mundo" com o verdadeiro processo da crise mundial capitalista, de cuja trajetória apenas se podem retirar ilações relativamente ao desenvolvimento da imagem do inimigo. Se a encararmos assim, a constelação da guerra contra o Iraque do início dos anos 90 do século passado revela-se como um fenómeno de transição.

Os potentados de crise e as novas guerras civis

Se a primeira guerra democrática de ordenamento mundial contra o Iraque ainda pode em parte ser entendida como um problema que sobrou da Guerra Fria, depois do fim de uma época, a segunda guerra de ordenamento mundial contra a Jugoslávia restante trazia já com muito mais clareza a marca das consequências da nova crise mundial. Contrariamente a Saddam Hussein, que, antes das sanções, ainda tivera acesso a todas as benesses da riqueza assente no petróleo, o novo papão Milosevic já não era um ditador fossilizado da época da Guerra Fria, mas sim um potentado de crise

típico, fruto do colapso da economia nacional jugoslava desbaratada pelo mercado mundial. Nesta medida, a crise jugoslava remete para uma qualidade diferente, superior, da guerra de ordenamento mundial – o que está em causa nos Balcãs já não é amestrar uma das velhas ditaduras que se tornou disfuncional, mas, sim, intervir contra as consequências político-militares de processos de desmoronamento económico.

Mas também o tipo do potentado de crise representado por Milosevic ainda não constitui a última fase na fenomenologia das formas de decomposição político-económica. Nos lugares onde a decadência induzida pelo capitalismo mundial já alcançou o nível subestatal, a imagem democrática do inimigo fica definitivamente reduzida à irracionalidade. A já quase mítica figura de um Osama bin Laden, por exemplo, dá a entender que o vazio conceptual da moribunda política burguesa anda à procura de imagens e imaginações, para dar uma espécie de rosto que possa ser esbofeteado àquilo que escapa ao seu acervo conceptual. Máfias, bandos de salteadores, guerreiros de Deus, príncipes ocultos do terror: o que se segue ao tipo dos Milosevic, no mundo em fragmentação das inconsequentes guerras de ordenamento mundial, já se situa para lá do conflito político-militar moderno, tal como ainda pôde ser levado a efeito, ao menos em termos formais, no caso do regime iraquiano e no da Jugoslávia restante.

De qualquer modo, porém, os conflitos primordiais que subjazem ao foco de cada distúrbio configuram guerras civis tão ferozes quanto aparentemente atávicas, que, de facto, se direccionam menos para o exterior do que para o interior – significando o "interior" uma economia nacional mais ou menos doente ou já destruída, cujo enquadramento estatal está a romper-se. Mesmo no Iraque, cujo potencial de conflito, em parte, ainda parecia situar-se num outro plano (designadamente no que diz respeito à intentada anexação do Kuwait), tal momento revestiu-se sem dúvida de alguma importância, por exemplo na guerra interna contra a população das zonas curdas. A guerra jugoslava constitui já uma típica guerra civil da concorrência de crise interna, tal como há muito tempo existe na quase totalidade do continente africano e, mais recentemente, também em grandes partes dos países do anterior *boom* asiático. As imagens do Kosovo e da Bósnia, do Leste da Turquia, do Cáucaso, do Afeganistão, da Indonésia e das Filipinas, do Ruanda, do Uganda ou do Congo assemelham-se umas às outras até ao mais ínfimo pormenor.

Se os Dayaks na ilha de Bornéu organizam cortejos de automóvel, em que se fazem acompanhar das cabeças espetadas dos seus vizinhos imigrados de Madrastra, tal não constitui um indício de regresso a padrões comportamentais atávicos, de restos de mentalidades pré-modernas ou até de maquinações assassinas de antigos caçadores de cabeças, como muitas das interpretações correntes gostariam que fossem; trata-se, clara e inequivocamente, de actos de desespero de uma competição pela sobrevivência que, não menos clara e inequivocamente, são induzidos em última instância pelo mercado mundial e pelas leis do funcionamento do sistema capitalista mundial. Há um nexo de causa e efeito entre as "reformas estruturais de introdução ou reforço da economia de mercado", que vão sendo impostas pelos conselheiros do Banco Mundial e pelos governos-sombras do FMI, por um lado, e, por outro, os massacres perpetrados à catanada, as violações maciças e os gigantescos fluxos de refugiados, com os quais os *media* capitalistas excitam o idealismo democrático.

No essencial, é a "continuação da concorrência por outros meios" que dá origem à violência nas regiões de crise e colapso generalizados. De certo modo, este novo tipo de reacção não deixa de evidenciar algum parentesco com a velha política capitalista e com a velha lógica de expansão imperial. Também a política burguesa enquanto tal não constitui, afinal, outra coisa senão a "continuação da concorrência por outros meios"; e esta nunca deixou de desembocar no uso não regulado da violência, sob a forma de uma política externa imperial. A violência da concorrência de crise no limiar do século XXI, no entanto, apenas constitui uma cruel caricatura desta relação burguesa fundamental. E o facto de a violência se virar essencialmente para o interior, e não para o exterior, é mais um sinal de decadência da subjacente pseudocivilização do dinheiro. A relação inverteu-se: já não é o inimigo externo, mas, sim, o inimigo interno a determinar a definição do conflito. Agora a imagem do inimigo interno é construída e desenvolvida até à explosão desmedida, com o mesmo esforço cultural e psíquico outrora usado para definir a imagem do inimigo externo.

Neste contexto, pelos vistos é perfeitamente indiferente se são desenterrados machados de guerra

antigos e já meio esquecidos entre determinados segmentos de uma população, ou se se inventam imagens do inimigo novinhas em folha. Também não faz diferença se o que domina a concorrência de crise são atribuições étnicas e racistas, religiosas ou outras. Trata-se muitas vezes de eclectismos perfeitamente arbitrários, como, por exemplo, quando, na guerra da Jugoslávia, alguns dos contendores eram definidos pela língua (os "kosovares"), outros através da religião (os "muçulmanos" bósnios) e outros, ainda, por padrões étnicos e culturais ("sérvios", "croatas"). Não tem importância, tão-pouco, se determinados grupos de pessoas são excluídos e expulsos com recurso a meios violentos (como na Bósnia ou no Ruanda), ou se, pelo contrário, a violência de que são alvo serve para manter o respectivo confinamento e sujeição a um determinado aparelho estatal (como no Kosovo ou nas províncias curdas da Turquia).

Todos os trajes ideológicos, se e quando, de algum modo, ainda são envergados, tornaram-se mais que transparentes e esfarrapados, já não passando de meros pretextos as capas ideais e metafísicas. O mesmo se diga também quanto ao recurso consciente a mundividências aparentemente pré-modernas. O chamado "fundamentalismo islâmico", por exemplo, pouco ou nada tem em comum com as culturas islâmicas reais do passado, constituindo, pelo contrário, a manifestação típica de um "asselvajamento pós-moderno do patriarcado" (Scholz 2000).

Há muito que se tornaram fluidas as transições entre estruturas mafiosas, seitas, separatismos étnicos, bandos nazis, quadrilhas de salteadores, grupos de guerrilha, etc. E o fenótipo das chacinas é o mesmo em toda a parte: o "jovem" entre os 15 e os 35 anos de idade, degradado em termos morais e culturais e totalmente desprovido de vínculos, como executor da concorrência de crise – um verdadeiro "empresário individual", de telemóvel e ténis Reebok ou Adidas, trazendo, a tiracolo, de modo dengosamente descuidado, a fria pistola-metralhadora, como acessório de moda e instrumento assassino, que se regala com o poder físico directo e com o medo da caça humana à sua disposição, porque nada mais lhe resta: "É uma ambiência de *High Noon*. Os homens envergam fardas extravagantes e variegadas, acompanhadas de chapéus cómicos e óculos escuros da moda. Conforme o respectivo estatuto, trazem pistolas-metralhadoras ou Kalashnikovs" (*Neue Zürcher Zeitung*, 26.3.2001). Esta impressão de um "ambiente à Faroeste", recolhida na zona-tampão do Sul da Sérvia, aplica-se a todas as regiões em conflito no *one world* em desagregação do capital. Talvez a maior parte da superfície terrestre já se encontre realmente sujeita a um domínio deste tipo.

A economia de saque global

A loucura que ganha terreno nestas situações é apenas um desenvolvimento ulterior da loucura capitalista perfeitamente normal, sujeita às condições da crise mundial qualitativamente nova. É por isso, também, que este comportamento assassino não deixa de obedecer a uma certa racionalidade económica; só que esta regressa – a bem dizer, não se pode dizer "regressa", visto a passagem histórica pela forma capitalista ser evidentemente irreversível – da regulação e juridicização externas das relações capitalistas e de uma forma de consciência vinculada às mesmas, a relações de violência imediatas, no interior da própria sociedade. O que aqui está a despontar não são relações imediatas de violência integradas numa cultura, como acontecia nas sociedades agrárias pré-modernas, mas estruturas de violência "desintegradas", que resultam da decomposição da anticivilização do dinheiro, produtora de mercadorias.

É certo que a brutalidade imediata desta violência parece, à primeira vista, arcaica (por oposição à "barbárie civilizada" dos burocratas e criminosos de colarinho branco do capitalismo, até à sua agudização extrema na máquina assassina nazi); no entanto, por detrás oculta-se uma consciência formada pela concorrência económica burguesa e pela individualização a ela associada, mas ao mesmo tempo caída fora das relações jurídicas burguesas.

A *ratio* económica do irracional que resulta desta "libertação" negativa é, desde logo, a racionalidade violenta de uma economia de saque, que, em boa verdade, já constitui a forma predominante das relações capitalistas modernas nas grandes regiões de crise e desmoronamento do

mundo. Evidentemente, as vertigens sanguinárias, os massacres e as crueldades espontâneas das "guerras civis" que proliferam já por todo o mundo (o próprio conceito de "guerra civil" tornou-se entretanto frágil, dando apenas uma vaga ideia do panorama real) já não obedecem a qualquer lógica económica. Mas a maior parte dos guerreiros de Deus ou dos bandidos étnicos tem vontade de auto-afirmação, formada por critérios capitalistas, suficiente para cobiçar o dinheiro e os bens associados ao consumo de massas moderno ou "pós-moderno"; ainda que, por outro lado, a referida auto-afirmação de certo modo já não o seja, uma vez que deixou de estar integrada no contexto funcional da reprodução capitalista.

É bom de ver que esta economia de saque deixou de corresponder ao modo de produção da economia empresarial, precisamente porque esta, localmente, ou se encontra em adiantado estado de decomposição, ou já se desmoronou por completo, ou saiu pela calada, já não podendo a concorrência concretizar-se na esfera de realização do mercado, mas apenas na esfera de realização da agressão armada. Os pressupostos assemelham-se tal e qual aos dos guerreiros da barbárie secundária: endividamento externo descontrolado e desaparecimento da identidade da economia nacional; empregados e funcionários públicos a receber salários apenas esporadicamente, ou nem sequer os recebendo; abandono e liquidação de infra-estruturas (na medida em que ainda existem), desde a recolha do lixo até ao sistema de saúde; regresso de grandes partes da população a uma primitiva economia de subsistência, etc.

Trata-se de uma "geração perdida" de jovens, tão cheios de energia quão desorientados, que reagem violentamente ao facto de se terem tornado "supérfluos" para o capitalismo, acabando por aderir às milícias desesperadas deste mundo. É óbvio que não se pode saquear o que não tenha sido produzido. Em alguns países, a oferta disponível é, por exemplo, o que resta de uma produção de matérias-primas legais e ilegais (drogas) para o mercado mundial. Deste modo, os talibãs afegãos, supostamente islamistas radicais, nos anos 90 do século passado tornaram-se os maiores traficantes de heroína do mundo, ultrapassando a máfia da droga colombiana.

Naturalmente que tais estruturas económicas de crime e de saque, já quase à escala de uma economia nacional, ultrapassam o potencial de energia destrutiva de jovens desempregados armados. Quem organiza e domina o sistema da economia de saque são "padrinhos". Por um lado, o crime organizado, nas regiões pouco concorrenciais e, por fim, desligadas do mercado mundial regular, torna-se um factor económico secundário decisivo, já muito antes do manifesto desmoronamento da economia nacional. São os cabecilhas mafiosos e os chefes dos bandos do negócio ilegal de drogas, mulheres e armas que, no contexto das convulsões sociais induzidas pela lei do mercado mundial, rapidamente se vêm promovidos a quase chefes militares, adquirindo um estatuto pseudopolítico, que se torna parte integrante da transição para a economia de saque (na velha terminologia marxista: de certo modo, a sua "superestrutura política"). Assim, por exemplo, o núcleo duro do chamado "exército bósnio", no início da guerra civil com os Sérvios, mais não era que a estrutura de comando da criminalidade local equipada com pistolas-metralhadoras.

Não raramente, no entanto, também se trata, desde logo, de vulgares homens de negócios, comerciantes, directores de fábricas, banqueiros, etc. (que em muitas regiões do mundo são mais ou menos os chefes de clãs patriarcais), para os quais, evidentemente, numa região em colapso, com a alteração do ramo de negócios se altera também o comportamento profissional. Podem, assim, compensar a sua falência no contexto da economia regular, tornando-se padrinhos da economia de saque. Se ainda dispuserem de capital suficiente, abrem-se campos de investimento novos, enquanto os velhos do mercado regular se tornam inseguros ou desaparecem por completo.

Anteriormente já era fluida a transição da actividade comercial maior ou menor para a criminalidade, como o comprova o caso do sérvio Zeljoko Raznatovic, entretanto baleado mortalmente em circunstâncias dúbias, que adquirira uma fama sinistra sob o nome de guerra de "Arkan": "Este [...] senhor da guerra começou por ganhar a vida como taberneiro em Belgrado. No entanto, o seu estabelecimento, situado nas imediações do estádio de futebol de Belgrado, sendo frequentado sobretudo pelas claques do Estrela Vermelha de Belgrado, não dava lucros de monta. Por conseguinte, Raznatovic, para começar, mudou de *métier* e foi para o estrangeiro. Após alguns anos, procurado com ordem de captura por assaltos a bancos na Suécia, na República Federal da

Alemanha, na Bélgica e na Holanda, e perante a pressão crescente da perseguição que lhe era movida pela Interpol, Rznatovic retirou-se para a sua Jugoslávia natal, que na altura estava em plena desagregação. Ali soube aproveitar os velhos contactos de taberneiro e, com a ajuda dos antigos clientes habituais, montou a sua 'Unidade de Tigres'" (Lohoff 1996, p. 165s.).

É preciso não esquecer os padrinhos da diáspora: vindos da Europa Ocidental ou dos EUA, onde tinham conseguido juntar dinheiro como homens de negócios, regressam agora armados em benfeitores da economia em desmoronamento da sua terra natal, arvorando-se em "cooperantes" do desenvolvimento da economia de mercado. Se não conseguem aproveitar-se dos fundos provenientes, por exemplo, dos créditos do FMI e do Banco Mundial, através de negócios aparentemente normais, muitos deleitam-se com o papel de financiadores desta ou daquela milícia, ou então entram logo em cena eles próprios como generais de tempos livres.

Finalmente, é preciso não esquecer os quadros do aparelho de Estado, quase reduzido à insignificância, que tanto mais facilmente assumem o papel de padrinhos da economia de saque, quanto mais já antes se tinham regalado com a corrupção, no âmbito dos processos socioeconómicos de crise que lentamente iam grassando: "Abandonado na desgraça pela sociedade ingrata, o aparelho de Estado à deriva, no entanto, não se limita a desaparecer sem deixar rasto. Se os funcionários públicos já não podem contar com um rendimento digno de registo através do erário fiscal, vêm-se obrigados a assegurar a sua subsistência a partir de outras fontes [...]. Despedidos da relação simbiótica ideal com a sociedade, mas continuando providos de direitos de soberania e das possibilidades de imposição inerentes aos mesmos, partes do aparelho do Estado consideram natural passarem a dedicar-se ao saque da sociedade" (Lohoff 1996, p. 163). Esta decadência, aqui referida a partir de um estudo da evolução da Jugoslávia, encontra-se por toda a parte na periferia arrasada pelo mercado mundial, derrubada pela concorrência e em colapso. Entre os saqueadores destacam-se, e não em último lugar, as forças armadas, policiais e de segurança oficiais, há muito indisciplinadas e embrutecidas. O passo de chefe administrativo ou policial para chefe de um bando não será, afinal, assim tão grande.

As motivações de todos estes padrinhos, assim como as dos seus clientes e dos seus peões armados, são por demais transparentes; quaisquer justificações ideológicas, para eles, não valem um tostão furado. Entretanto, até as instituições oficiais supranacionais têm de levar em conta uma interpretação vilmente económica dos "potenciais de perturbação" globais. Um estudo do Banco Mundial, do Verão de 2000, da autoria de Paul Collier, director de investigação do Departamento de Economia do Desenvolvimento, chega à seguinte conclusão: "Os conflitos internos armados por todo o mundo, contrariamente ao que habitualmente se pensa ou ao modo habitual de o público os encarar, raramente têm por base objectivos políticos ou disputas étnicas ou religiosas, mas sim motivações decididamente económicas [...]. As motivações políticas [...] na maior parte dos casos são usadas apenas como fachada justificativa e para fins de relações públicas internacionais. Collier alega que as organizações rebeldes têm muitas vezes tantas ou tão poucas motivações ideológicas como a Máfia [...]. Como maior factor de risco de conflitos armados internos, o relatório refere uma elevada dependência de exportações de matérias-primas. Diamantes, café e outras matérias-primas são fáceis de saquear, sendo utilizadas por organizações de guerrilha como fonte de financiamento" (*Neue Zürcher Zeitung*, 17.6.2000).

O jornal suíço pioneiro do liberalismo económico acrescenta ingenuamente: "No caso das desordens na Jugoslávia, contudo, a tese de Collier deverá ter dificuldades em comprovar-se" (*ibidem*). Na realidade, porém, todos os "distúrbios" e "guerras civis" do início do século XXI constituem, sem excepção, momentos de uma economia de saque. A ocupação de campos diamantíferos, etc. em África (Angola, Congo) representa apenas um caso específico deste fenómeno global. A maioria dos bandos, milícias, senhores da guerra, príncipes regionais, etc. tem de se contentar com formas mais rudimentares de saque, como destacam todos os relatos vindos da Chechénia, da antiga Jugoslávia, do Afeganistão ou da Somália. Antes de mais, o produto do saque tende a ser procurado junto do adversário oficial, etnorreligioso ou outro, da respectiva guerra civil; não obstante, nenhum dos lados deixa de saquear também a "própria gente".

Em parte trata-se de circuitos secundários do mercado mundial, à semelhança do empresariado de

miséria, que entretanto também já se pode observar nos centros, os quais, no entanto, não se concluem com a troca das mercadorias (mercadorias ou serviços de miséria) e do dinheiro, mas com o disparo de uma pistola-metralhadora. É verdade que, para poder transformar-se em dinheiro ou mercadoria, o produto do saque tem de regressar ao mercado e, assim, a relações de troca; mas há sempre um lugar em que a troca de mercadorias e dinheiro é interrompida por uma relação de violência imediata.

No plano do dinheiro trata-se, na maior parte dos casos, de poupanças em divisas (dólares ou marcos alemães) trazidas por trabalhadores migrantes, regressados da UE ou da América do Norte, ou enviadas por familiares que aí trabalham; no banco, porém, caso ainda exista, o dinheiro não se encontra em segurança, porque se "evapora", é congelado ou confiscado pelo Governo, tal como, para sua infelicidade, aconteceu aos trabalhadores migrantes jugoslavos, e não só. Assim, as divisas vão parar ao pé de meia ou ao colchão, à maneira das nossas avós – tornando-se presa fácil para os fãs da Kalashnikov. No plano das mercadorias trata-se frequentemente de todo o tipo de bens provenientes da ajuda humanitária do Ocidente, destinada às regiões de crise e de fome, e que se convertem em bens saqueados que alimentam os circuitos secundários.

As regiões em colapso também servem de placas giratórias para organizações mafiosas que operam à escala global. A Albânia ou o Montenegro, por exemplo, vivem em grande medida do contrabando de drogas, armas e prostitutas forçadas, através do mar Adriático, em direcção à UE. No Kosovo, os "combatentes da liberdade" apanham raparigas menores em plena rua; e quando não está disponível material humano para saquear do grupo populacional "inimigo", também serve a carne da "própria etnia", como mostra um relato vindo do Kosovo "libertado": "Depois das 20 horas, a avenida principal de Pristina fica deserta. As mulheres e as raparigas mais jovens ficam em casa [...]. Só em Pristina desapareceram, alegadamente, cerca de vinte mulheres albanesas. Ninguém conhece o número exacto [...]. Serão as mulheres levadas para Itália e ali obrigadas à prostituição? [...]. A violência há muito que deixou de ter por alvo apenas gente pertencente às minorias do Kosovo maioritariamente albanês" (*Handelsblatt*, 16.12.1999). No Afeganistão, membros de milícias até criaram bordéis com rapazes, cujos elencos eram arbitrariamente escolhidos entre a população. Não existe um bando ou milícia que na sua área não tenha exercido um reino de terror.

Por fim, a economia de saque reproduz-se simplesmente através do desmantelamento das ruínas económicas e do roubo de bens ainda existentes do passado. Assim refere uma notícia sobre a Chechénia: "Os cabos de alumínio não são a única coisa que dá dinheiro. Toda a infra-estrutura, de maquinarias industriais, até canos de água, é desmantelada, também o ferro-velho pode ser vendido [...]. São arrancadas e furtadas condutas, vedações, equipamentos e outros objectos metálicos [...]" (Avenarius 2000). No caso do saque individual, as vítimas são despojadas do dinheiro, do automóvel, do televisor, da máquina de lavar e de aparelhos electrónicos – por esta ordem. Grande parte dos bens roubados deste tipo volta a aparecer nos mercados de artigos em segunda mão, legais e semilegais, que cobrem o continente de lés a lés (no Leste e Sudeste da Europa, das fronteiras ocidental e oriental da Polónia até Istambul).

No nível mais baixo da economia de saque, já se trata apenas de alimentos e frutos da primitiva economia de subsistência. As hortas operárias do perímetro urbano de Moscovo são pilhadas, do mesmo modo que os campos de hortaliças na Ásia. Uma reportagem acerca dos abusos de polícias sérvios contra albaneses que vivem no Sul da Sérvia refere que os membros das forças paramilitares exigiram, de arma em riste, que lhes "fizessem o almoço".

Dos potentados de crise e senhores da guerra locais até estas baixezas do roubo directo de alimentos, formou-se todo um espectro de manifestações e concatenações da economia de saque global, que segue o processo de globalização de crise da economia empresarial do capital, como se de uma sombra se tratasse. De ambos os lados desvanecem-se os tradicionais motivos políticos e ideológicos, visto que a barbárie secundária pós-moderna, resultante da desagregação do moderno sistema produtor de mercadorias, não é menos parte integrante da "economia real" do que o capitalismo transnacional, que está a ultrapassar as suas próprias categorias.

O conceito de "economismo", aqui, está longe de designar um modo defeituoso ou insuficiente de

reflexão teórica social, que porventura descure outras áreas da vida, complexos causais e contextos motivacionais – o que tem vindo a tornar-se um argumento barato, para todo o serviço, de ignorantes, tanto de esquerda como de direita e liberais, que apenas aspiram a poder continuar a pensar nas categorias em vigor, e, de tanta suposta multicausalidade e contingência, etc., já não querem perceber o núcleo duro do sistema com uma lógica destruidora do mundo. Pelo contrário, é precisamente esse núcleo duro que é animado por um economismo, não apenas subjectivo ou teórico, mas objectivo e prático, como sua essência estruturante; precisamente um "economismo real" de critérios capitalistas intransigentes, que, na sua unidimensionalidade, afastou de si todas as outras "lógicas sectoriais" que usurpou sistematicamente e acabou por esmagar – e que a todos os níveis se vai infiltrando em todos os contextos motivacionais.

Sendo desde sempre uma característica essencial do modo de produção e de vida capitalista, de modo embrionário e latente, este "economismo real" foi-se afirmando, ao longo da história da ascensão e imposição do sistema mundial produtor de mercadorias, cada vez mais claramente, apenas amortecido e supostamente contrariado pelos processos de formação ideológica e política, aparentemente "exteriores à economia", que resultaram da decomposição e transformação dos modos de vida agrários, das lealdades tradicionais, de resquícios pré-modernos etc. No início do século XXI, nos limites do sistema, o reducionismo económico inerente à relação de capital torna-se visível, até na intimidade, de modo tão ofuscante como nunca antes; não só nas pequenas empresas de alta tecnologia da *new economy* e no seu modo de pensar erigido como modelo no Ocidente (se é que aqui ainda se pode falar em "pensamento"), mas também e mais ainda nas estruturas e motivações da economia de saque global, que, como reverso do capitalismo financeiro fora da realidade, representa, ela própria, uma *new economy*.

Sociedade do risco, constrangimento objectivo e relações de violência

À consciência burguesa comum talvez possa parecer que o economismo real do sistema produtor de mercadorias, o modo que lhe está associado de perseguir os "interesses" e o instinto de autopreservação específico que lhe é inerente se coadunam mal com as estruturas de violência e risco de uma economia de saque, porque afinal o "risco comercial", neste caso, inclui mesmo a possibilidade da própria eliminação física. Não deve ter sido essa a ideia do sociólogo alemão Ulrich Beck, quando nos anos 80 do século passado divulgou o seu fenomenologicamente redutor teorema de uma alegre "sociedade do risco".

Como o modo de produção capitalista representa um sistema de concorrência universal, obviamente implica também, por princípio, a lógica do "risco", e a ameaça de perda não se refere apenas a oscilações conjunturais ou pessoais dos rendimentos, mas, sim, à pura e simples existência social ou mesmo física. Para a maioria das pessoas que vivem sob o jugo capitalista, o "risco" sempre foi um risco de pobreza e de miséria. E a violenta "continuação da concorrência por outros meios" desde sempre tratou de apresentar periodicamente o imediato risco de morte como última instância.

A ideia do carácter no fundo pacífico dos "negócios", em nome do imperativo de valorização sistémico, nunca foi outra coisa senão uma mentira piedosa dos grandes e pequenos burgueses das zonas privilegiadas onde moram os que ganham melhor, e onde a fera da concorrência violenta apenas vai dormitando, enquanto puderem delegar o trabalho sangrento e sujo nas suas tropas especiais e nas suas criaturas violentas nas zonas menos felizes do planeta. É verdade que Ulrich Beck já há mais de quinze anos se via "sobre o vulcão da civilização" (Beck 1986, p. 23), mas, pelos vistos, da perspectiva de um lugar de camarote, ainda confortável, no seio da sociedade mundial.

Na realidade, a percepção superficial de um novo grau de desenvolvimento da relação de capital, em que os indivíduos abstractos e atomizados, desvinculados de "estruturas de classe" formadas social, cultural e politicamente, se vêem confrontados com um aparelho de risco social anónimo, tecnologicamente autonomizado (que na altura se manifestou na catástrofe nuclear de Chernobyl),

não deixava de corresponder à realidade sob alguns aspectos. Mas, como a reflexão de Beck se manteve circunscrita ao plano dos fenómenos, ele não retirou daí a consequência de uma crítica radical do capitalismo, renovada a um nível de abstracção superior, antes pelo contrário, esforçou-se por avistar, "para além de muitos riscos e perigos", carradas de "oportunidades" na sua maravilhosa "sociedade do risco", composta por indivíduos abstractos e não-solidários. Nesta perspectiva, a modernização capitalista deveria prosseguir sob uma forma "reflexiva" e o potencial de risco manter-se controlável por acção de uma chamada subpolítica e política de cidadania, através de uma "generalizada capacidade de resistência dos cidadãos no sentido de cooperação e reacção activas" (Beck 1986, p. 371). Beck invocou deste modo "a configuração e a percepção consciente das margens de manobra que a modernidade, entretanto, colocou ao nosso dispor" (*ibidem*, p. 372) e afirmou: "Já não há constrangimentos objectivos, se não os deixarmos nem fizermos prevalecer" (*ibidem*).

É impossível entender e interpretar o capitalismo em geral e o desenvolvimento contemporâneo do início do século XXI de modo mais profundamente errado. Beck, que desde essa altura se limitou a esmiuçar a sua fenomenologia das oportunidades de optimista profissional nos suplementos culturais da sociologia, não só limita a sua análise de um modo erróneo ao centro capitalista, recorrendo sobretudo ao exemplo da República Federal Alemã, pressupondo, contrariamente aos factos, a irreversibilidade dos sistemas de segurança do Estado social, como se limita a reduzir o conceito de risco apenas a potenciais tecnológicos de perigo. Pelo contrário, desde o início, passa ao lado da essência da relação de capital, ao representar os "constrangimentos objectivos" no plano das manifestações acessíveis à negociação democrática, "sub-política" etc. e, assim, em princípio como ultrapassados, quando na realidade se desenrolam num plano sem sujeito de processos sistémicos cegos, desde sempre pressupostos aos indivíduos e hoje tornados mais avassaladores do que nunca.

O capitalismo é o impiedoso constrangimento objectivo da lógica objectivada da valorização e da concorrência, e nada mais. Os falsos constrangimentos objectivos apenas podem cessar de se impor se a sociedade, num movimento revolucionário, se emancipar da forma de reprodução capitalista, isto é, da coacção da "valorização do valor". O que já qualquer criança sabe, da sua própria amarga experiência, e que qualquer administrador dos constrangimentos objectivos do terror económico tem no seu repertório *standard*, como questão fatídica democrática da "capacidade de concorrência" e da "capacidade de financiamento", os que alardeiam uma "reinvenção da esfera política" (Beck) e os inspiradores académicos de um "novo centro" ou de um *New Labour* querem ignorá-lo à força, assobiando para o lado.

Beck pressupõe indivíduos capazes de decidir livremente, sem compreender (como todos os democratas) que o "constrangimento objectivo" já se encontra determinado na própria forma apriorística do sujeito do dinheiro e da concorrência. O seu conceito de crise é tão superficial como a sua análise, ao circunscrever-se a coloridas manifestações "contingentes" e supostamente susceptíveis de resolução, uma a uma, enquanto a realidade da crise mundial, como autocontradição interna, atinge a própria forma burguesa de sujeito. No contexto do asselvajamento da concorrência de crise global a todos os níveis, também se tornam selvagens os sujeitos, cuja forma se desintegra, revelando em novos moldes o seu núcleo violento.

A violência, o sangue e o medo não se revelam como fenómenos vindos do exterior, que vêm juntar-se ao reducionismo económico, mas como suas partes componentes e integrantes. No final do capitalismo, a economia de saque pós-moderna e as suas atrocidades apontam traiçoeiramente para os seus começos e para os seus crimes fundadores; é que, contrariamente às suas lendas legitimadoras, a moderna máquina de fazer dinheiro não nasceu de um pacífico ambiente de comércio e troca, mas, sim, da economia das armas de fogo dos primórdios da modernidade e dos seus despotismos militares. A constituição e imposição da modernidade foram gravadas com terror, massacres e coacção violenta, com pilhagens e trabalhos forçados, não externamente, mas no âmago, como fundamento primordial do trabalho assalariado "livre" e da individualização capitalista, que apenas interiorizaram a relação de coacção.

A lógica da dissociação e a crise da relação entre os sexos

A relação social de coacção nascida de tais crimes fundadores sempre constituiu, em simultâneo, uma correspondente relação entre os sexos. Uma vez mais, ao arrepio de todas as lendas iluministas, a modernidade produtora de mercadorias não amenizou a opressão da mulher, e muito menos a ultrapassou como pretende – pelo contrário, agudizou-a numa sistemática "relação de dissociação" (Roswitha Scholz), o que se explica pelas suas origens da revolução militar moderna. Na sua essência, o capitalismo não é outra coisa senão a militarização da reprodução social; e não só pela referência externa às exigências económicas da produção de armas de fogo, que caracterizou os seus primórdios, mas também pela formação quase militar de todo o modo de produção, na forma dos "exércitos do trabalho", na forma da concorrência universal, como uma guerra económica permanente de todos contra todos, etc. Todos os momentos da reprodução e da vida que não se enquadram nestas formas são conotados com o "feminino", dissociados, tornados "não-oficiais", definidos como inferiores e excluídos. O sujeito da mercadoria é, portanto, "masculino" na sua essência, e um sujeito de violência latente ou manifesta, mesmo que parcialmente inclua mulheres. E neste sentido a sociedade capitalista contém o momento da predisposição para a violência até nos poros do quotidiano.

Este cerne violento do capital, que manifestamente caracterizou a história da colonização externa e interna, manteve-se presente até aos dias de hoje e através de todas as formas do regime capitalista. Não é por acaso que as democracias ocidentais contemporâneas dispõem de um arsenal militar e de capacidades destrutivas, sem qualquer precedente histórico, enquanto o aparelho capitalista da administração interna de seres humanos, também sem precedentes, está policialmente armado até aos dentes e preparado para reagir instantaneamente com violência a quaisquer "perturbações da ordem interna", ou mesmo a qualquer oposição aos processos de decisão capitalistas.

A relação de violência que obriga as pessoas a uma actividade heterodeterminada e em muitos aspectos irracional, mas que estas ao mesmo tempo já há muito carregam consigo e "são" elas mesmas, na sua forma burguesa de sujeito, até no momento "feminino" dissociado da reprodução, consolidou-se em formas económicas e jurídicas tácitas, sendo, na sua latência, também perceptível no dia-a-dia, através da violência masculina directa. Nos centros capitalistas apenas se tornou mais velada e (também quanto à relação entre os sexos) se mascarou com a típica caricatura democrática da participação que, em boa verdade, não é senão a coacção ao escárnio de si mesmo, uma vez que as decisões reais estão desde sempre pré-programadas pelo cego andamento dos processos do mercado e da concorrência. Nas regiões em colapso, o latente carácter violento do capitalismo revela-se abertamente, uma vez que já não pode ser camuflado e provisoriamente pacificado por meios jurídicos e pelo recurso a políticas sociais. A violência da economia e a economia da violência são apenas as duas faces da mesma moeda.

Mesmo nas formas pós-modernas mais rebuscadas, volta a afirmar-se imediatamente o carácter masculino, patriarcal e violento da economia, por muito domesticado que possa ter parecido aos ingénuos propagandistas pós-modernos da democracia de ambos os sexos. Ainda as (ex-)feministas do "novo centro" estavam a festejar a suposta nova igualdade dos sexos como sinónimo da igualdade capitalista de oportunidades, e, em vez disso, já era visível precisamente o referido "asselvajamento do patriarcado" nas estruturas da economia global de saque.

Nas precárias economias secundárias à margem do mercado mundial, que também já começam a proliferar no próprio centro, e que, na periferia, estão estreitamente interligadas com a economia de saque, o carácter dissociador da relação moderna entre os sexos volta também a manifestar-se, onde aparentemente as mulheres se vão tornando cada vez mais socialmente "masculinas", e os homens, cada vez mais socialmente "efeminados" pela depravação: "O resultado final desta dissociação não superada, em vias de decomposição e mudança de forma, é e continua a ser visto no essencial como uma preterição da mulher na oposição ao homem, nomeadamente também em época de crise [...]. Assim, acontece que hoje as mulheres são responsáveis 'pelo dinheiro e pelo (sobre)viver'. O facto de as mulheres agora assumirem funções que tradicionalmente eram reservadas aos homens não se aplica apenas aos 'países do Terceiro Mundo', em consequência nomeadamente de vagas

migratórias, mas também aos países altamente industrializados. Por exemplo, na Alemanha, as mães monoparentais vêem-se muitas vezes obrigadas a desempenhar os papéis de mãe e de pai ao mesmo tempo [...]. Entretanto, por muito que o desgaste do patriarcado produtor de mercadorias seja visível, o androcentrismo continua a fazer estragos [...] como 'fenómeno psicogenético de base', mesmo em modelos comportamentais, estados emocionais e códigos modificados que surgem a par de uma situação económica alterada" (Scholz 2000, pp. 132s.).

Se, por exemplo, nas regiões em crise e colapso, são as mulheres quem assegura quase a 100 por cento o funcionamento das diversas organizações de auto-ajuda (cf. Scholz, *ibidem*, p. 125), tal não é acompanhado de uma valorização "política", mas é apenas expressão da desvalorização e dissolução da política, situação em que a "feminilidade" dissociada tem de tirar as castanhas do lume. O mesmo se aplica à assunção de funções económicas e sociais "masculinas" por mães monoparentais, tanto no centro como na periferia: Também neste sentido não existe uma valorização do "feminino" dissociado, mas, sim, uma desvalorização da reprodução socioeconómica no seu todo, a favor da violência masculina imediata. O homem já não é um *pater familias*, mas tal situação, em vez de reverter a favor das mulheres, apenas se traduz na sua constituição num sujeito concorrencial monádico e perfeitamente desenraizado, que, como sujeito da violência, leva à manifestação do limite absoluto da constituição social moderna. É quase exclusivamente masculino o elenco dos "exércitos" da economia de saque; "vadios" sem qualquer espécie de responsabilidade, frequentemente ainda meio crianças, que, através do cano de uma Kalashnikov, reproduzem os códigos mais primordiais do patriarcado produtor de mercadorias, como se de um pesadelo absurdo se tratasse. A criança masculina armada como a derradeira figura misógina de terror da modernidade já é mais que uma ameaça anunciada.

Talvez em nenhum outro ponto a ideologia pós-moderna das "oportunidades" tenha sido tão cruelmente envergonhada como na relação entre os sexos. De facto, a tão invocada individualização no âmbito da "sociedade do risco" global apresenta-se bem diferente às mulheres e aos homens, a não ser que façam carreira no novo capitalismo financeiro e nas suas bizarras formas secundárias. O âmago do sujeito económico da modernidade mostra ser, afinal, um energúmeno masculino, tal como nos primórdios mais remotos dessa mesma forma de sujeito. O economismo real masculino pós-moderno responde à precária "feminização do emprego", ou até ao desmoronamento puro e simples da reprodução capitalista, de um modo antiemancipatório, com crescente violência contra mulheres e crianças, com violações, assaltos e assassínios.

A frieza para com o próprio eu

Certamente que o economismo real de saque não deve ser entendido como contexto motivacional em falsa imediatidade. O que constitui o pano de fundo e a força motriz da economia de saque (masculina) é a motivação do dinheiro e da concorrência, que já não pode ser exercida senão com recurso à violência. Apesar disso, é necessária a "definição do inimigo" não imediatamente económica, mesmo que o conteúdo dessa definição seja aleatório, e a violência de modo nenhum se circunscreva à população mais ou menos arbitrariamente definida como inimiga. A ideologia, qualquer que seja a sua cor, torna-se selvagem e abandalha-se, do mesmo modo que a concorrência e a sua forma de sujeito, mas não desaparece.

Para mais, não existe apenas uma relação directa entre a proliferação da miséria e o poder dos bandos. A miséria produz o húmus social da violência, mas não se manifesta necessariamente, ela própria, como violenta, ou pelo menos não é a única a fazê-lo. As camadas verdadeiramente lazarentas na maior parte dos casos já nem são capazes de pegar numa arma. Já apenas servem de massa sacrificada ou ficam de todo reduzidas a um exangue estado vegetativo. As milícias recrutam-se, antes de mais, de entre uma juventude masculina que ficou sem perspectivas, proveniente do operariado industrial, que, até há pouco tempo, ainda podia ostentar uma certa fachada de normalidade, ou então da classe média. E há também um grande número de

representantes da *jeunesse dorée*, dos que, apesar da crise, ainda gozam de uma situação privilegiada, dos ricos e dos super-ricos, dos que retiram lucros da crise e da globalização.

Pois é, a miséria também assusta aqueles a cujas portas ainda não tocou, na medida em que representa uma ameaça para o próprio futuro. A miséria não produz necessariamente compaixão ou crítica social emancipatória, mas também produz raiva aos miseráveis e uma degradação dos costumes, precisamente entre aqueles que ainda se encontram na mó de cima no seio da sociedade da miséria. Da "geração perdida" não fazem parte só os jovens desempregados de longa duração e "supérfluos", também os jovens não (ou ainda não) directamente afectados são moralmente marcados pelo clima de crise social e de asselvajamento. Por conseguinte, a maioria das milícias e bandos nas regiões em crise e desmoronamento constitui uma estranha amálgama de desempregados barbarizados e representantes de uma *jeunesse dorée* igualmente barbarizada (cujos pais, não raramente, fazem de padrinhos e subpadrinhos).

Quando a reprodução social como um todo já não funciona, quando a quantidade de pobreza, miséria e desespero ultrapassa um certo limiar, já não pode haver qualquer imaculada ilha de decência. O fluido do medo e do ódio atravessa sem qualquer esforço todas as cercas de alta segurança, por detrás das quais se entrincheirou a obscenidade da riqueza de crise. O acoplamento de minorias "de sucesso" à globalização, mesmo até nas regiões arruinadas, não constitui qualquer espaço social que possa manter-se mental e psiquicamente como extraterritorial. Ao fim e ao cabo, a sociedade é sempre indivisível. O negócio e a violência, que nunca andaram de costas completamente voltadas, começam a fundir-se – e esta fusão do núcleo da razão capitalista alastra num abrir e fechar de olhos às zonas do mundo onde supostamente reinam a normalidade e a legalidade.

No contexto da crise mundial, a concorrência transforma-se em concorrência de aniquilação económica e, assim, em concorrência pela vida no seio da sociedade, degenerando na imediata concorrência da força "masculinista". Se o risco da própria morte violenta se torna o pão de cada dia, agora na microárea do mundo do dia-a-dia como outrora nas trincheiras das guerras mundiais, tal não contradiz necessariamente o "interesse egoísta" e as cobiças de consumo de mercadorias. O que aqui se revela é a literalmente assassina autocontradição do sujeito da concorrência, na medida em que a contradição interna da lógica capitalista – agudizada pela crise – se reproduz nos próprios indivíduos; e sobretudo nos masculinos, devido à sua socialização. O beco sem saída da forma capitalista dilacera as motivações, os pensamentos e os sentimentos em contradições antagónicas, inconciliáveis e impossíveis de viver. A sede de sucesso, de consumo, etc., sob esta forma é contrariada pela total aridez e esterilidade mental do imperativo económico, cujos conteúdos se apresentam cada vez mais disparatados e, ao mesmo tempo, cada vez mais destrutivos.

No clima sufocante destas contradições levadas ao rubro, a consciência concorrencial facilmente degenera num estado que aponta para além dos conceitos de mero "risco" ou de "interesse": A indiferença para com todos os outros converte-se na indiferença para com o próprio eu. Os primeiros indícios desta nova qualidade da frieza social, como "frieza para consigo próprio", já se manifestaram nas grandes crises recorrentes da primeira metade do século XX, mesmo que essas experiências tenham parecido transitórias. Hannah Arendt, no seu famoso livro *As Origens do Totalitarismo*, verificou que o tempo entre as duas guerras mundiais se caracterizou por uma "generalizada atmosfera de decomposição", em que, a seu ver, teria nascido uma cultura da "perda de si próprio" (Arendt 1986/1951). E já nesses dias os principais afectados eram homens e, sobretudo, homens muito jovens.

Segundo Arendt, era muito mais que a mera perda da segurança profissional e material que fazia com que esses indivíduos estivessem no seu íntimo dispostos a sacrificar-se cegamente: "No entanto, mesmo esta amargura egocêntrica que, encarada sob o ponto de vista da psicologia individual, se tornou a imagem de marca de toda uma geração, não era algo que eles tivessem em comum, embora todas as diferenças individuais acabassem por se fundir num ressentimento generalizado; o egocentrismo não permitia que surgissem interesses comuns, sendo, por isso, muito frequentemente acompanhado de uma característica debilitação do instinto de autopreservação. A abnegação, não como bondade, mas como sensação de que a própria pessoa não tem importância, de que o próprio

eu pode, a qualquer momento, ser substituído por outro, tornou-se um abrangente fenómeno de massas, bem capaz de levar o indivíduo a arriscar a própria vida, mas sem a mínima semelhança com o que se costuma entender por idealismo. Essa gente [...] já tinha perdido muito mais que a cadeia da miséria e da exploração quando o interesse por si mesma lhe foi extorquido [...]. Perante uma tal negação do mundo, os monges cristãos poder-se-iam considerar apegados ao mundo, quase que transbordando de interesse por assuntos terrenos. Desde o início do século XIX que muitos historiadores e homens de Estado importantes têm vaticinado a chegada de uma época de massas [...]. Todas essas profecias se realizaram agora de facto, mas, como costuma acontecer com as profecias na maior parte dos casos, de um modo que afinal não fora previsto pelos profetas. O que eles não previram ou, mesmo prevendo, não avaliaram acertadamente, no que diz respeito às suas consequências verdadeiras, foi este fenómeno de uma perda radical de si mesmo, essa indiferença cínica ou aborrecida com que as massas encararam a sua própria morte ou outras catástrofes pessoais, e a sua surpreendente predisposição para aderir às ideias mais abstractas, essa obsessão por organizarem a vida segundo conceitos destituídos de qualquer sentido, se isso lhes permitisse fugir ao quotidiano e ao bom senso, que acima de tudo desprezavam [...]. A falta de uma verdadeira capacidade de discernimento anda aqui de mãos dadas com a estranha abnegação moderna, e ambas encontram uma correspondência por demais óbvia na atracção das massas por um mundo fictício [...]" (Arendt 1986/1951, pp. 510s., 539).

Tal como acontece em relação a numerosos outros momentos da sua análise do totalitarismo, Hannah Arendt não repara que aqui descreve muito mais que um determinado desenvolvimento histórico do totalitarismo político após a Primeira Guerra Mundial, a "catástrofe primordial" burguesa do século XX. O momento totalitário residiu no interior do moderno sistema produtor de mercadorias desde o início; constitui o seu âmago, que é um âmago violento: a submissão total do homem em carne e osso, de corpo e alma, com armas e bagagens, ao abstracto princípio da valorização do capital, em si absolutamente sem conteúdo, e do qual o Estado moderno (o princípio de soberania) é uma mera expressão secundária. Como os imperativos desta lógica irracional transformaram a sociedade num deserto natural secundário da luta pela sobrevivência, a auto-afirmação abstracta dos indivíduos apenas aparentemente se constituiu como princípio supremo dos indivíduos (na sua forma moderna, como sujeitos estruturalmente "masculinos"). Pelo contrário, por detrás espreita a não menos abstracta abnegação de si próprio; melhor dizendo: a auto-afirmação e a abnegação, na sua total separação de qualquer comunhão social, são no fundo idênticas, e esta identidade também se manifesta em termos práticos nas grandes catástrofes sociais do capitalismo.

Elementos disso mesmo já se encontram nos primórdios da história da moderna subjectividade burguesa e masculina, no início da chamada modernidade, nos bandos de saqueadores da Guerra dos Trinta Anos e nos protagonistas dessas inúmeras guerras civis que formaram o sistema social moderno. A abnegação e a perda de si mesmas das massas na época de transição do totalitarismo político manifestaram, a um alto nível de desenvolvimento, o mesmo âmago da subjectividade moderna que se revelou na segunda metade do século XX, nesse economismo real do sistema mundial em vias de se tornar aquilo que sempre foi, isto é, o totalitarismo económico.

Tal como todas as qualidades gerais do totalitarismo, que Hannah Arendt referiu como supostamente limitadas (segundo o seu entendimento) à forma política de imposição ou de disfarce do regime totalitário, podem ser reencontradas sob uma forma muito mais apurada no totalitarismo económico da relação de capital que se globaliza, o mesmo se aplica também, e não em último lugar, a essa cultura da abnegação, da perdição e do esquecimento de si mesmo, a essa perda total da capacidade de discernimento. Esta perda total de si mesmos dos indivíduos abstractos, implícita no imperativo económico total, expande-se no final do século XX, no seio da nova crise mundial no limite interno absoluto da relação de capital, com uma veemência e uma amplitude nunca antes vistas. O que no passado era apenas um estado temporário torna-se o estado normal e permanente; o próprio quotidiano "civil" se torna no estado de total perda de si mesmos dos seres humanos.

Que pessoas terão sido mais drasticamente "espoliadas do interesse por si mesmas" e mais constrangidas a sentir que "a pessoa em si não tem importância" e que todos os indivíduos podem ser substituídos a qualquer momento por indiferentes máscaras de carácter do movimento global de

valorização, do que as massas "supérfluas" da terceira revolução industrial e as máscaras de carácter da economia do capital financeiro globalizado? E isso atinge novamente, em primeiro lugar, a própria imagem masculina, ainda que este estado de perdição, em determinadas áreas da economia, não atinja menos as mulheres empíricas. Trata-se de uma perda de si que caracteriza os bandos de arruaceiros, saqueadores e violadores, do mesmo modo que os exploradores de si mesmos da *new economy* ou os trabalhadores em frente do monitor do *investment banking*.

A economia da autodestruição: A globalização e a "incapacidade de exploração" do capital

Hans Magnus Enzensberger tentou, de acordo com o pensamento de Hannah Arendt, descrever o denominador comum da abnegação que caracteriza as guerras civis da nova época de crise, tanto as generalizadas a todo um território como as "moleculares": "O que salta à vista repetidamente é, por um lado, o carácter autista dos autores de actos de violência e, por outro, a sua incapacidade de distinguir entre destruição e autodestruição. Nas guerras civis contemporâneas, desapareceu qualquer espécie de legitimação [...]. A única conclusão possível é que a automutilação colectiva não constitui um efeito colateral aceite como inevitável, mas, sim, o objectivo propriamente dito. Os combatentes sabem muito bem que apenas podem perder, que não há vitória possível. Fazem o que podem para agravar ao máximo a sua situação. Não querem transformar em 'escumalha' apenas os outros, querem também fazer o mesmo a si próprios. Um funcionário da segurança social diz das *banlieues* de Paris: 'Já destruíram tudo, as caixas do correio, as portas, as escadarias. Vandalizaram e saquearam a policlínica, onde os seus irmãos mais novos recebiam tratamento gratuito. Não reconhecem qualquer espécie de regras. Reduzem a escombros consultórios de médicos e dentistas e destroem as próprias escolas. Se lhes fizerem um campo de futebol, eles cortam as traves às balizas'. As imagens das guerras civis, tanto moleculares como macroscópicas, assemelham-se umas às outras até ao mais ínfimo pormenor. Uma testemunha ocular relata o que viu em Mogadíscio. A pessoa em questão pôde assistir à destruição de um hospital por um grupo de homens armados. Não se tratava de uma acção militar. Ninguém ameaçava os homens; não se ouviam tiros na cidade. O hospital já estava gravemente danificado e equipado apenas com os apetrechos essenciais. Os arruaceiros procederam com uma violência meticulosa. Rasgaram os colchões às camas, partiram frascos de plasma sanguíneo e de medicamentos; em seguida, os homens armados, nos seus camuflados imundos, atiraram-se aos poucos aparelhos existentes. Apenas se deram por satisfeitos depois de terem inutilizado o único aparelho de raios X, o esterilizador e a máquina do oxigénio. Qualquer desses *zombies* sabia que o fim dos confrontos não estava à vista; todos sabiam que as suas vidas continuavam a depender da existência de um médico que os tratasse, mas, pelos vistos, eles desejavam era mesmo a aniquilação da menor hipótese de sobrevivência. Tal poderia ser designado por *reductio ad insanitatem* [redução à insanidade]. No amoque colectivo, a categoria futuro desapareceu. Já só existe o presente. As consequências deixaram de existir. O elemento regulador da autoconservação foi desactivado" (Enzensberger 1993, p. 20, 31s.).

A descrição está certa, os factos são analisados com argúcia, e nem sequer falta a chamada de atenção para a caracterização sexual dos criminosos. Mas, tal como acontece, embora diferentemente, em Hannah Arendt, também Enzensberger não vai ao fundo do problema. É evidente o esforço para delimitar de algum modo a fenomenologia do horror da perda de si mesmo e da autodestruição como algo de estranho e exterior, para, assim, a excluir do próprio mundo do dia-a-dia, para não ter nada a ver pessoalmente com o assunto. Mesmo assim, Enzensberger não deixa de referir (ainda que o faça, antes de mais, como se de algo de acessório se tratasse) a conexão social exterior entre a globalização capitalista, as novas guerras civis e os protagonistas dos desactos: "Sem dúvida que o mercado mundial, desde que deixou de ser uma visão de futuro para se tornar uma realidade global, produz cada ano que passa menos vencedores e mais perdedores, e não só no Segundo e no Terceiro Mundo, mas também nos países centrais do capitalismo. Se por lá países, e até continentes inteiros, acabam por se ver excluídos das relações de troca internacionais,

aqui são partes crescentes da população que deixam de ser capazes de participar na competição das qualificações, que se agrava a olhos vistos" (Enzensberger, *ibidem*, p. 39).

É certo que este realismo dos factos, à primeira vista, se distingue agradavelmente do falso optimismo profissional da retórica oficial das "oportunidades", representada pela economia política académica ou pelos *spin doctors* do *New Labour* e do "novo centro". Mas Enzensberger vira do avesso o reconhecimento dos factos negativos, num volte-face afirmativo; o potencial socialmente destrutivo da globalização capitalista converte-se milagrosamente numa miserável apologética do Ocidente: "As conseqüências políticas previstas pelos teóricos marxistas, no entanto, não se verificaram. Comprova-se, assim, a falsidade das suas teses. A luta de classes internacional não se verifica [...]. Os derrotados, longe de se unirem sob um estandarte comum, trabalham para a sua autodestruição, e o capital retira-se, sempre que pode, dos cenários de guerra. Neste sentido, é necessário pôr um travão à arreigada convicção de que as relações de exploração podem ser reduzidas a um mero problema de distribuição, como se se tratasse da divisão justa ou injusta de um bolo de um determinado tamanho [...]. Recorre-se (a este lugar-comum) afirmando-se, sobretudo que 'nós' vivemos à custa do Terceiro Mundo; supostamente, somos ricos, porque nós, isto é, os países industrializados, os exploramos. Quem bate no peito desta maneira deve ter uma relação perturbada com os factos. Basta referir um único indicador: a quota-parte de África nas exportações mundiais é de, aproximadamente, 1,3 por cento, a da América Latina anda à volta dos 4,3 por cento. Economistas que se ocuparam da questão acham que, se as regiões mais pobres desaparecessem do mapa, a população dos países mais ricos nem sequer disso se aperceberia [...]. As teorias que explicam a pobreza dos pobres baseadas apenas em factores externos não só dão alimento barato à indignação moral como ainda têm outra vantagem: ilibam os governantes do mundo pobre, imputando ao Ocidente a responsabilidade exclusiva pela miséria [...]. Dos africanos que já se aperceberam deste truque ouvimos, entretanto, que só existe uma coisa pior que ser explorado pelas multinacionais, a saber, não ser explorado por elas [...]" (Enzensberger, *ibidem*, pp. 40s.).

Enzensberger tenta fugir à questão, projectando a problemática do novo capitalismo de crise universal, do limite interno absoluto do modo de produção e de vida capitalista tornado planetário, sobre a passada linha ascendente do capitalismo, sobre a história da sua imposição com as suas lutas internas. O conflito central neste sentido foi de facto a chamada luta de classes que, no entanto, pela sua essência e natureza, não foi outra coisa senão a "luta pelo reconhecimento" do trabalho assalariado nas formas jurídicas e políticas do capital (incluindo a relação capitalista entre os sexos) e, em segundo lugar, a luta económica pela distribuição de "quotas-partes", no interior do movimento de valorização do capital.

Em ambos os casos tratava-se de lutas de sujeitos constituídos à maneira capitalista, no interior das formas do sistema produtor de mercadorias, que não eram minimamente postas em causa. Por outras palavras: tratava-se de uma confrontação social "imaneente" que, precisamente graças ao contínuo movimento de ascensão e expansão da forma capitalista, pôde desenvolver-se na "jaula de ferro" (Max Weber) dessa forma, sem ir para além dela; ou seja, não era precisamente (ainda) uma "imanência" que, devido à própria dinâmica de crise interna do sistema mundial, tivesse sido empurrada para além dos limites do mesmo e obrigada a rebentar essa tal "jaula de ferro" da forma (e, com isso, da própria forma do sujeito).

O facto de a "luta de classes", que se mantém no âmbito da imanência, já não poder ocorrer no novo terreno de crise torna-se, para Enzensberger, o argumento para se esquivar ao problema da forma das relações sociais e da forma do sujeito, em vez de aí reconhecer o limite, a crise e a insustentabilidade dessa mesma forma. Porque não poderá a "luta de classes" continuar a ocorrer no interior das categorias burguesas, porque será que sobretudo os derrotados masculinos (e não apenas os derrotados notórios!) já apenas trabalham na sua autodestruição? Precisamente porque já não ocorre nenhum desenvolvimento sustentável no interior das formas categoriais da modernidade produtora de mercadorias, porque já não se pode ter uma perspectiva civilizatória, ainda que ilusória. Mas o que significa, afinal, o facto de partes cada vez maiores da população mundial já não serem sequer exploradas, tornando-se "supérfluas", e de continentes inteiros desaparecerem quase de todo do mapa da economia do capital? Não será outra coisa senão que a forma capitalista, a forma social

da modernidade, ou seja, o próprio sistema produtor de mercadorias se torna incapaz de se reproduzir para a maioria global (e em última instância para todos); impondo-se, assim, a crítica e a ultrapassagem da jaula da forma em que a defunta "luta de classes" ainda se podia mover.

Enzensberger, porém, faz do facto de as pessoas "já nem sequer serem exploradas" um argumento absurdo a favor do capitalismo, ou do centro ocidental do capitalismo. O facto de já não se tratar realmente de um mero problema de distribuição no interior da forma da riqueza produzida no capitalismo torna-se para ele a justificação dessa forma, o que evidentemente não quer dizer outra coisa senão que ele a encara como uma condição ontológica incontornável da existência humana em geral, em vez de uma formação histórica limitada no tempo. No entanto, a pobreza dos pobres não pode ser reduzida apenas a "factores externos" (esse foi o paradigma erróneo e redutor dos movimentos de libertação nacional meramente anticoloniais do passado), na medida em que o capitalismo se transformou, de uma relação colonial entre o centro e a periferia, num sistema mundial imediato, negativamente universal, que deixou de ter um "exterior".

Nas condições da terceira revolução industrial, que tornou esta imediatidade do mercado mundial uma realidade, as forças produtivas e os meios de produção da maior parte do mundo são paralisados por falta de rentabilidade em termos de economia empresarial, mas sem que as pessoas sejam dispensadas também da forma capitalista (que há muito constitui também a sua forma interior de sujeito), forma de sujeito que também sofre sempre a carga da moderna relação entre os sexos, ou seja, é sexualmente modificada.

Onde não são pura e simplesmente desactivados, os meios de produção (não em último lugar, as terras agrícolas férteis) sofrem uma reorientação forçada para o mercado mundial universal, o que significa, por exemplo, no âmbito do *agribusiness*, a produção pouco exigente em termos de mão-de-obra de produtos de alta tecnologia, de bens de luxo como ramos de flores ou alimentos seleccionados para os centros ocidentais, sendo a população local expulsa das suas terras e privada dos seus recursos vitais, que não (ou já não) podem ser representados na forma do valor económico, sem poder ser integrada na produção para o mercado mundial no novo patamar das forças produtivas, nem sequer de modo meramente repressivo como "mão-de-obra".

É um facto que os fluxos de mercadorias e de dinheiro, em que se representam a produção agrária marginalizada ou situações pontuais de aproveitamento assalariado barato, são de uma dimensão negligenciavelmente reduzida perante a totalidade do produto global e, em especial, perante o volume do capital financeiro vazio de conteúdo; mas é precisamente nesta dimensão relativamente microscópica da criação de riqueza "válida" a nível mundial que desaparece a vida de enormes massas populacionais de "supérfluos". A riqueza (ela própria apenas abstracta e destrutiva) dos países centrais do Ocidente não depende da massa de ramos de flores baratos, provenientes da Colômbia ou da África Central, transportados por via aérea para as metrópoles; mas é por essa meia dúzia de ramos de flores que populações inteiras são sacrificadas socialmente, precisamente porque a existência no âmbito do mercado mundial está ferreamente estabelecida como a única forma de existência possível.

A argumentação de Enzensberger é transparentemente apologética, e ele deverá ser o primeiro a sabê-lo. Pelos vistos, ele opta por converter em cinismo uma impotência sem perspectivas. Da problemática historicamente concreta, ele refugia-se assim em supostas inevitabilidades antropológicas, num existencialismo e num niilismo a-históricos: "Nesta situação, velhas questões antropológicas colocam-se de uma forma nova" (*ibidem*, p. 11). No seguimento disto, a propósito da forma qualitativamente nova de aniquilação de indefesos, o discurso torna-se desgraçadamente autista e fala de uma "acumulação de energia da juventude, induzida pelos níveis de testosterona" (*ibidem*, p. 22). Deste modo, a relação entre a forma moderna do sujeito e a relação moderna entre os sexos, no limite da crise global, não é criticamente tematizada, mas ideologicamente antropologizada, para não ter de se enfrentar essa mesma crise. Como "verdadeiros culpados" perfilam-se então os bárbaros "governantes do mundo pobre" (*ibidem*, p. 41), etc. O Ocidente, o centro da forma universal da relação de capital que destrói o mundo, deve declarar-se não responsável pelo seu próprio sistema mundial, não devendo o público ocidental ser mais incomodado com as "motivações incompreensíveis" (*ibidem*, p. 78) das loucas facções assassinas

desta ou daquela região exótica.

O eurocentrismo positivo da competência ocidental universal em nome do universalismo abstracto, que era sinónimo da possibilidade de exploração capitalista do mundo, converte-se em Enzensberger num eurocentrismo negativo da ignorância, que se esforça por exteriorizar e recalcar as catástrofes no interior do sistema mundial, precisamente porque este mundo se torna inexplorável com os meios capitalistas. O adeus às "fantasias de onipotência moral" (*ibidem*, p. 86) converte-se assim na velha sabedoria anquilosada de uma política de campanário: "No entanto, toda a gente sabe no seu íntimo que, antes de mais nada, tem de se ocupar dos seus filhos, dos seus vizinhos, de tudo o que imediatamente o rodeia" (*ibidem*, p. 87). Tal constitui apenas a versão invertida da política ocidental de intervenção militar, mas não uma crítica das relações a ela subjacentes. Assim, Enzensberger pôde ser acusado por um filósofo intervencionista como André Glucksmann de "fugir à responsabilidade", consistindo a "responsabilidade", para Glucksmann, em bombardear as zonas de crise incontrolláveis.

De um modo ou de outro, não parece estar na ordem do dia uma crítica alargada, que vise a forma do sistema moderno e da sua subjectividade, mas, como Enzensberger pensa, a "triagem", a selecção necessária como "constrangimento" (*ibidem*, 88s.) no quadro de condições existenciais ontológicas inalteráveis do sistema produtor de mercadorias. "O que deverá ser de Angola terá de ser decidido, em primeira linha, pelos Angolanos" (*ibidem*, p. 90) – como se a globalização não tornasse os bandos assassinos angolanos "vizinhos" tão imediatos como os bandos assassinos juvenis alemães em "Hoyerswerda e Rostock, Mölln e Solingen" (*ibidem*, p. 90). O "interior" universal não pode ser externalizado e particularizado.

A metafísica da modernidade e a pulsão de morte do sujeito que deixou de ter limites

Põe-se evidentemente a questão de saber como pode Enzensberger cair de uma análise que não deixa de ser lúcida numa ignorância de tal modo propositada e numa coexistência pacífica com a não resolução de "situações difíceis". Afinal, a alternativa à intervenção militar ocidental contra os processos de barbarização, induzidos pela própria relação de capital global, não é a retirada, sem perspectivas, para a suposta competência de resolução no próprio quintal, mas justamente o alargamento da crítica social, que já só pode ser formulada no contexto global, às formas tornadas insustentáveis do moderno sistema produtor de mercadorias e da sua subjectividade (estruturalmente "masculina"). O paradigma da luta de classes, imanente à forma, deverá ser substituído pelo paradigma da crítica do contexto da forma comum, transversal às classes, de uma moderna socialidade negativa, baseada na monetarização e na concorrência anónimas, assim como na relação de dissociação sexual.

Qual é então a origem da relutância, e não só de Enzensberger, em adoptar essa crítica da forma? A razão deverá estar no facto de que essa crítica, de maior alcance e categorial da modernidade, teria de abandonar todo o terreno conhecido. Toda a crítica social anterior, e não só a do movimento operário em sentido estrito, no âmbito do movimento de ascensão e expansão do capitalismo, referia-se positivamente ao sistema de ideias do Iluminismo burguês do século XVIII e, portanto, à constituição do sujeito burguês. Este sujeito, desde sempre pensado como primariamente masculino, devia actuar de modo emancipatório precisamente por via da sua forma, fosse qual fosse a capa ideológica. Não só a chamada nova esquerda herdou do velho movimento operário este mundo imaginário tendencioso, categorialmente na forma da mercadoria, como também, e em especial, a *intelligentsia* alemã do pós-guerra o invocou, contra a fatalidade da história alemã. Iluminismo, sujeito, política, democracia: foi isso que foram Marx e os profetas.

Tanto mais difícil é, hoje em dia, chegar à conclusão de que a história alemã e o nacional-socialismo foram parte integrante da história do capitalismo mundial, que no interior dessa forma já não existe qualquer alternativa que possa ser conotada positivamente, e que o que está no centro da actual miséria mundial é a própria forma do sujeito burguês moderno, que se tornou absolutamente

disfuncional e sem solução possível. Agora, nos limites do Iluminismo burguês e da reprodução na forma de mercadoria, a metafísica real da modernidade revela-se na sua maneira mais repugnante. Depois de o sujeito burguês esclarecido se ter despojado das suas vestes, torna-se evidente que sob essas vestes NADA existe: que o âmago desse sujeito é um vazio; que se trata de uma forma "em si", sem qualquer conteúdo. O que Enzensberger quer tornar exótico é o seu próprio ser social, como sujeito do Iluminismo burguês (e evidentemente masculino). Quando pensa estar a descrever o exotismo do "incompreensível", retrata a metafísica da própria modernidade ocidental: "O que confere à guerra civil da actualidade uma nova e assombrosa qualidade é o facto de ser conduzida sem qualquer empenho, de literalmente nada estar em causa" (*ibidem*, p. 35). Mas precisamente, este horror não é o alheio, o exterior; pelo contrário, o que nele vem à luz é apenas o mais íntimo eu do sujeito da mercadoria, do dinheiro e da concorrência, a essência do cidadão democrático. O nada de que se trata é o vazio absoluto do "sujeito automático" (Marx) da modernidade, que se autovaloriza.

É que a forma do valor que se exprime no dinheiro, e que, como abstracção real metafísica objectivada, domina a existência moderna como um deus secularizado e reificado, e da qual a metafísica da cidadania democrática mais não é do que o reverso, não tem "em si" qualquer conteúdo sensível ou social; existe neste mundo como força negativa, mas não é deste mundo. Por detrás das lutas de interesses, aparentemente tão racionais, e da aparente vontade de auto-afirmação dos indivíduos abstractos, está o vazio metafísico do valor. Gente como Beck e Enzensberger prefere não tomar nota desta cabeça de Górgona do vazio desligado do mundo no centro da modernidade. Mas é precisamente esta monstruosidade metafísica que surge de trás da máscara do, alegremente individualizado, "gestor de si mesmo" da pós-modernidade.

Num clima mundial de concorrência de aniquilação mútua, de ameaça permanente da existência social e, ao mesmo tempo, de uma precária riqueza monetária especulativa que a qualquer momento se pode desvanecer, floresce uma vontade de aniquilação difusa, que actua para além de "situações de risco" exteriores, e que é tão abstracta e tão vazia de conteúdo como a forma social que constitui a base do processo de valorização do capital. A forma "valor", e, assim, a forma "sujeito", (dinheiro e Estado) é pela sua essência metafísica auto-suficiente e, ainda assim, tem de se "exteriorizar" no mundo real; mas apenas para regressar sempre a si mesma. Esta expressão metafísica do movimento de valorização aparentemente banal (e, sob o aspecto sensível e social, de facto horrivelmente banal) constitui o verdadeiro tema de toda a filosofia do Iluminismo, muito evidente em Kant e especialmente em Hegel, que retratou exacta e afirmativamente a forma dialéctica do movimento deste "processo de exteriorização" de um vazio metafísico no mundo real.

Nesta auto-suficiência, todavia com necessário movimento de exteriorização, e, em última instância, auto-referencialidade da vazia forma metafísica "valor" e "sujeito", reside um potencial de destruição do mundo, uma vez que a contradição entre o vazio metafísico e a "obrigatoriedade da representação" do valor no mundo sensível só pode ser resolvida no nada e, portanto, na aniquilação. O vazio de conteúdo de valor, dinheiro e Estado tem de se exteriorizar sem excepção em todas as coisas deste mundo, para poder representar-se como real: desde a escova de dentes até à mais subtil emoção, do objecto utilitário mais simples à reflexão filosófica ou à transformação de paisagens e continentes inteiros. Vida e morte, todos os seres humanos e toda a natureza servem apenas esta capacidade de auto-representação multiforme do vazio social metafísico de capital e Estado.

Neste interminável movimento do fim em si metafísico (os objectivos dos desejos dos indivíduos competindo uns com os outros estão incluídos neste processo hierarquicamente superior de auto-reflexão do "sujeito automático"), as coisas deste mundo e o desejo dos indivíduos não são reconhecidos pela sua qualidade intrínseca, antes pelo contrário, esta é-lhes retirada, para os transformar em meras "gelatinas" (Marx) do vazio metafísico, integrando-os assim na forma do valor sempre igual a si própria (sob uma perspectiva superficial: "economificando-os", ou seja, tornando-os um simples e indiferente material do movimento de valorização).

Tal dá origem a um potencial destrutivo duplo: um "comum", por assim dizer quotidiano, que sempre resulta do processo de reprodução do capital, e outro por assim dizer final, quando o "processo de exteriorização" esbarra nos limites absolutos. A metafísica real do moderno sistema

produtor de mercadorias destrói o mundo parcialmente, como "efeito colateral" da sua exteriorização "bem sucedida"; e torna-se uma vontade absoluta de destruir o mundo, mal deixa de conseguir retratar-se a si mesma nas coisas do mundo. Poder-se-ia falar, assim, de uma pulsão de morte da humanidade moderna constituída à maneira capitalista, que também tem uma origem sexualmente especificada. No centro da filosofia do Iluminismo está a respectiva expressão ideal, a adoração da abstracção vazia de "uma forma enquanto tal" (Kant).

Esta lógica de aniquilação pode manifestar-se de modo banal no andamento perfeitamente normal dos negócios, por exemplo, na destruição das condições naturais da vida pela externalização de "custos" da economia empresarial, no abastecimento deficiente de grupos populacionais inteiros em alimentos e ajuda médica por falta de "capacidade de financiamento", na desnecessária morte em massa de lactentes e crianças pequenas nas regiões globais da pobreza, etc.

Mas a mesma lógica de aniquilação também pode manifestar-se imediatamente como explosão de violência e, nesse acto, provocar essa dissolução da consciência de si, que pôde ser observada não só nas frentes de batalha das guerras capitalistas, mas também nos grandes surtos de crise do século XX. Hoje esse desfazer do eu parece tornar-se o princípio que preside ao mundo. A vontade de aniquilação final do sujeito metafisicamente constituído dirige-se por fim contra esse próprio sujeito, na medida em que ele é deste mundo, ou seja, sensivelmente existente. E não é de modo nenhum por acaso que, nesta orgia da autodestruição, a essência "masculina" de tal sujeito volta a irromper bem obviamente à superfície.

Naturalmente que não é o vazio metafísico real do valor, da forma social do movimento do capital, que actua imediatamente "no" sujeito, mas esta actuação de crise, esta transição para a violência sem limites ocorre através da transmissão de formas de socialização e de mecanismos psíquicos. Aqui se revela precisamente a tão festejada individualização pós-moderna, que na verdade é apenas a forma mais exacerbada da subjectividade abstracta (separada) do ser humano constituído à maneira capitalista, até ao grau do abandono total, como forma de transição para a absoluta perda do eu, em que os mecanismos psíquicos da pulsão de morte se desenvolvem até à manifestação imediata, como o cientista social e psicólogo prisional Götz Eisenberg descreve de modo convincente: "Os conflitos sociais são reprivatizados e vão-se adensando num espaço anímico interior, inadequado à absorção de tais energias. É demasiado estreito. A infelicidade encarcerada não pode parar, procura uma saída [...]. Por detrás das imagens de humilhações sofridas emergem actualmente imagens do passado da própria vida, vindas da infância, mas só agora reveladas. Funcionando como amplificador, experiências de ofensas e rejeições muito antigas juntam-se às humilhações actuais, conferindo assim a estas o seu peso [...]. A energia emocional recolhida no interior difunde-se, recompõe-se noutro lugar, desloca-se e forma novas ligas [...]. O mundo interior transforma-se num caleidoscópio de fragmentos que se entrecruzam, criando imagens cada vez mais grotescas e assustadoras. Parcelas psicóticas da personalidade, que todos transportamos dentro de nós enquanto seres apenas 'parcialmente socializados' (Mitscherlich), passam para primeiro plano, ganhando assim uma espécie de hegemonia psíquica. Vai-se adensando um ódio arcaico a objectos que nos perseguem dentro e fora de nós, a percepção vai-se turvando, o mundo vai escurecendo, até que, por fim, tudo se torna um objecto 'maléfico e persecutório'. Agora, a calma e o domínio de si próprio já só funcionam com muito esforço; estão a chocar algo. Fantasias paranóicas começam a preencher a totalidade do campo visual interior. Agora já só falta um último impulso, e a mecânica da desgraça entra em acção" (Eisenberg 2002, p. 24s.).

A abstracção desta vontade de aniquilação reflecte a dupla autocontradição da relação de capital: Por um lado, ela visa a aniquilação dos "outros", aparentemente com a finalidade da sua autopreservação a qualquer preço; por outro lado, é também uma vontade de auto-aniquilação, que executa a falta de sentido da própria existência na economia de mercado. Por outras palavras: a fronteira entre o assassínio e o suicídio vai-se esbatendo. Trata-se, bem para lá do "risco" da concorrência, de uma fúria de aniquilação tão ilimitada que a distinção entre o próprio eu e o dos outros começa a desaparecer, o que, mais uma vez, pode apresentar-se como um mecanismo psíquico: "Para escapar à própria catástrofe narcisista e afastar insuportáveis sentimentos de medo, impotência e desamparo, o próprio interior é virado do avesso, encenando-se de modo assassino e

suicida. Pode acontecer que a preservação do valor próprio e da integridade da personalidade constitua uma motivação do comportamento humano com mais peso do que a protecção da própria sobrevivência minorizada. Antes que tensões internas destruam o eu, o criminoso destrói partes do mundo exterior numa espécie de defesa preventiva [...]. A fúria destruidora da criancinha que se sente abandonada, desrespeitada e desesperada, e por isso muito gostaria de partir tudo em seu redor, encontra-se limitada pela sua falta de força física; mas é outra coisa essa mesma raiva explosiva no corpo de um adulto, que pode ter acesso a armas, automóveis ou mesmo aviões" (Eisenberg, *ibidem*, pp. 25s.).

O eu abstracto do sujeito do dinheiro dissolve-se na concorrência de crise final, trazendo à luz o essencial daquilo que sempre esteve latente no seu interior, ou seja, o vazio da sua existência, que equivale à autodestruição. Nos cada vez mais frequentes colapsos das relações socioeconómicas provocados pelo mercado mundial da globalização, no processo de decomposição de sociedades inteiras, torna-se impossível que os indivíduos se definam a si mesmos, enquanto continuarem a mover-se no interior da forma social dominante (o que até à data fazem espontaneamente). O palavreado democrático só pode aumentar e atizar a raiva, porque ele próprio mais não é que uma expressão hipócrita e beata da mesma lógica de aniquilação do ser humano e da natureza.

Os fenómenos de perdição e aniquilação de si mesmo, que Enzensberger descreve na juventude masculina, tornaram-se hoje em dia universais, sob vários aspectos. Por um lado, não são apenas os autores de actos imediatos de aniquilação e auto-aniquilação (mais frequentes de ano para ano) que representam esta perda de si mesmos. Os autores evidentes de actos de violência constituem apenas a ponta do icebergue, o fenómeno manifesto de um estado da sociedade que é muito mais generalizado. A cada assassino suicida correspondem milhares e milhões de outros com sentimentos semelhantes, mas que (ainda) não passaram aos actos, antes brincando com eles na sua imaginação, ou descarregando-os em produtos mediáticos condizentes (o simples facto de tais produtos, os chamados videogames de grande violência e numerosas outras formas da sua glorificação mediática, poderem ser fabricados em termos de lucrativa produção em massa é um sinal claro de quão profundamente este problema afecta a sociedade).

Em segundo lugar, acontece que não são apenas os vencidos declarados, como os das *banlieues* ou de Mogadíscio, que se matam uns aos outros, ou que cortam conscientemente o fio que os prende à vida. A guerra civil molecular desenrola-se também, e com particular incidência, entre a juventude isolada na pseudonormalidade dos que auferem salários acima da média, dos vencedores da crise e dos fanáticos da decência, cuja indignação mental e perda de si nada ficam a dever às dos assassinos juvenis dos subúrbios degradados. O culto do assassinio e da violação, encarados como modalidade desportiva, tal como o culto do suicídio encenado, também grassam nos bairros chiques do Rio de Janeiro, de Nova Iorque ou de Tóquio. O já proverbial amoque com subsequente auto-execução nas *high schools* dos EUA é um fruto da imaginação dos rebentos das classes médias endinheiradas. E também os bombistas suicidas palestinianos ou do Sri Lanka são em regra provenientes de "boas famílias".

Finalmente, cabe esclarecer que não se trata da erupção de camadas mais antigas de uma cultura pré-moderna, que, sob a capa da modernidade capitalista e da universalidade global, se evidenciará nos "excluídos", por exemplo, sob a forma do islamismo que prolifera no mundo muçulmano. Embora o sistema único, universal, da metafísica real global do capital tenha um colorido cultural diferente nas várias regiões do mundo, de acordo com os padrões de tradições ancestrais, concepções religiosas, comportamentos sociais e estéticos etc., esse colorido, essa diferença cultural, não constitui o essencial, o âmago profundo, em relação com o qual a constituição capitalista e a integração no mercado mundial não passariam de uma espécie de verniz meramente exterior. A situação é precisamente a inversa. Após séculos de história de ajustamento ao capitalismo e após a imposição da relação de capital como relação mundial imediata, a mesma e única forma universal de sujeito, que "encarna" o vazio metafísico do valor idêntico em toda a parte, é que constitui o eu interior dos indivíduos, como essência totalmente incolor e mesmo sem quaisquer qualidades, representando a diferença cultural já apenas uma capa exterior, quase que folclórica.

É também por isso que as "bombas vivas" (Enzensberger, *ibidem*, p. 36) que erram pelo mundo do

capital globalizado são os produtos mais genuínos desse mesmo mundo: sujeitos idênticos da mesma metafísica real, em que se tornou manifesta a pulsão de morte própria desta socialização negativa. Os perpetradores dos amoque nas *high schools* dos EUA e os bombistas suicidas islâmicos estão mais unidos pela sua forma de sujeito e, daí, pelos seus actos, do que separados pelos seus diferentes panos de fundo culturais.

O que é evidente nos perpetradores dos amoque também se aplica aos bombistas suicidas, que aparentemente são mais influenciados por motivos ideológicos. Também entre eles, à semelhança do que Hannah Arendt já identificara na geração perdida do tempo entre as duas guerras mundiais, a predisposição para sacrificarem a própria vida não tem "a mínima semelhança com o que costumamos entender por idealismo". Os motivos religiosos que, não por acaso, substituíram as ideologias modernas propriamente ditas, são expressão dessa universal perda de si mesmo, que conduz ao "desejo apaixonado de organizar a sua vida segundo conceitos destituídos de qualquer sentido", acabando por deitá-la fora como um lenço de papel usado.

A loucura religiosa que grassa em todo o mundo e que também no Ocidente deu origem a um sem-número de seitas (incluindo mesmo "seitas suicidas" declaradas) já não possui qualquer tipo de coerência; ela compõe-se sincreticamente de todo o tipo de elementos religiosos desgarrados e enriquece-se com produtos da decomposição de ideologias passadas, desde o culto de Hitler até à "missa negra". O absurdo culto do mal corresponde à pulsão de morte no centro vazio da razão iluminista, que é posto a descoberto.

Esse processo já se tinha iniciado na era das guerras mundiais, tendo sido apenas interrompido pelo último surto de desenvolvimento fordista após 1945. Com efeito, o nazismo pode ser considerado uma espécie de precursor ou protótipo da venenosa mixórdia de ideias que hoje circula por todo o mundo, em receitas variadas. Também os nazis misturaram a sua patológica "mundividência" a partir de motivos pseudo-religiosos desconexos, mitos arcaicos sintéticos, ideologias modernas e produtos colaterais do pensamento das ciências da natureza associado à ascensão do capitalismo. Também os nazis se caracterizaram pelo culto da "masculinidade" violenta especificamente moderna e respectivos códigos. E, também já para os nazis, o que estava em causa não eram, ou pelo menos não eram apenas, os interesses imperiais, mas, igualmente, uma fúria de aniquilação com todos os contornos de um fim em si, que culminou numa orgia de auto-aniquilação e auto-imolação.

Hoje, contudo, o mesmo contexto motivacional já não se apresenta nacional e especificamente alemão, mas global e universal; a vertigem assassina já não se organiza como um *Reich* nacional e imperial, mas, sim, no contexto do "imperialismo global ideal" e na dispersão molecular por todo o globo terrestre.

A enfatização exacerbada de actos culturais exteriores, tanto nas seitas ocidentais como entre os islamistas, remete para o mesmo vazio de conteúdo. Se as religiões antigas sempre tiveram como pano de fundo a reprodução das civilizações agrárias, já não se pode verificar nada do género para as ideias *zombies* destas novas "gerações perdidas", agora globais, para as quais não pode existir qualquer futuro na sua constituição capitalista. Por outro lado, o "pano de fundo dos interesses" das anteriores ideologias modernas da história da ascensão do capitalismo já não consegue estabelecer qualquer coerência ideal. O próprio "interesse" se asselvaja e decompõe, e com ele a ideologia, também ela despojada de qualquer conteúdo coerente.

A avidez de êxito no mercado entre os rebentos dos minoritários ganhadores da globalização e a avidez da economia de saque de "mercadorias ocidentais" nas regiões em colapso transformam-se imediatamente no vazio do desinteresse total do jovem sujeito masculino do amoque e do suicídio. O McDonald's e a *jihad* [guerra santa] constituem, de facto, as duas faces da mesma moeda, ainda muito mais horríveis do que as representadas por Benjamin Barber no seu livro "*Coca-Cola e Guerra Santa*" (Barber 1996). A "sede de morte" não é um motivo especificamente islâmico, mas, sim, o universal grito de desespero de uma humanidade que se auto-executa na sua forma mundial capitalista. E os autores são, a 90 ou quase a 100 por cento, homens em violenta competição, no fim tal como no início desta extraordinária "civilização".

3. A POLÍCIA MUNDIAL PÓS-MODERNA

O novo “inimigo” dos democratas mundiais que bombardeiam *high tech* já não é um adversário imperial, no mesmo plano estrutural de poder e de critérios político-económicos. Isto percebe-se desde logo pelo tipo de preparativos militares. À primeira vista, poderíamos ser tentados a confundir com desarmamento os reagrupamentos dos aparelhos militares em curso, desde o fim da Guerra Fria. Pois em toda a parte a dimensão dos exércitos é reduzida e a “pesada” indústria clássica de armamento é parcialmente desmontada, por entre lamentos do *lobby* dos interesses dela dependentes. Na Alemanha, as forças armadas federais estão a ser afectadas pelos “cortes” do governo verde-rubro. Especula-se na imprensa sobre a “ameaça à capacidade de intervenção” das unidades de blindados, e os burgomestres de nada menos que 59 comunidades, em que se pretende encerrar as “bases” militares, juntaram-se por razões económicas, numa lamuriante comissão de defesa da guarnição. Reformas semelhantes estão cada vez mais na agenda política em todos os países da NATO, à medida que a época da Guerra Fria se vai tornando uma recordação longínqua.

A nova doutrina militar e a nova economia de guerra

Contudo, não se trata aqui de de desarmamento, mas sim de rearmamento para outras tarefas. A redução dos aparelhos militares não se limita a seguir a política empresarial de redução de custos, declarada uma religião universalmente benéfica, mas também resulta de uma reorientação da própria doutrina militar, através do paradigma económico. A estratégia já não pode ser determinada pela lógica de um poder expansivo nacional imperial, nem tão pouco pelo objectivo de derrotar um contrapoder do pólo oposto no plano global.

Uma vez que, assim, deixa de fazer sentido a opção de conquistar militarmente grandes espaços territoriais, ou de os defender e manter ocupados, todos os aspectos territoriais da questão militar, e o próprio equipamento técnico, têm de passar para um plano secundário. A “desterritorialização” da sociedade, que se manifesta economicamente no processo de crise da globalização e politicamente na ausência de regulamentação por parte do Estado-nação, manifesta-se também militarmente através do desmantelamento dos grandes exércitos nacionais tradicionais, em que as tropas de infantaria e as divisões blindadas, bem como a artilharia clássica, a respectiva logística etc. sofrem uma certa perda de importância.

O que irá em parte ocupar o lugar dos exércitos nacionais tradicionais, passando claramente a ser o centro da estratégia militar, são precisamente essas “tropas de intervenção móveis” e equipamentos de alta tecnologia para “ataques aéreos” (frotas de bombardeiros e sistemas de mísseis com todo o tipo de equipamento electrónico) que foram postos à prova em larga escala nas duas guerras de ordenamento mundial da década de 90 do século passado. Não é por acaso que o vocabulário deste reequipamento militar faz lembrar as campanhas de “flexibilização da força de trabalho”, tornando agora clara a ligação estrutural nunca rompida entre a economia de guerra e o desenvolvimento capitalista da modernidade: tal como na reprodução precária do capital de crise surge, em lugar dos “exércitos de trabalho” fordistas, maciços e altamente concentrados, um sistema de domínios funcionais da economia empresarial, globalmente diversificados e extremamente reduzidos, de grande mobilidade, organizados caso a caso como *profit centers* nómadas, com grandes exigências

de flexibilidade – também militarmente o paradigma de unidades móveis, flexíveis e globais de tropas especiais “reduzidas”, com equipamento de alta tecnologia, operando sobretudo a partir do ar, substitui o paradigma dos exércitos maciços de infantaria e blindados.

O desenvolvimento económico e o desenvolvimento militar na sequência da terceira revolução industrial correspondem-se, não só no perfil de exigência, mas também na lógica fundamental: a força de trabalho humana torna-se supérflua, mesmo como força de aniquilação – o cérebro das operações militares também já quase não precisa de “mão-de-obra”. Produz-se cada vez mais e também se mata cada vez mais, com cada vez menos energia humana. A relação entre capital real e trabalho vivo inverteu-se definitivamente, tanto no sector das forças produtivas como no sector das forças destrutivas. À “composição orgânica do capital” (Marx) corresponde a “composição orgânica” do aparelho de extermínio. A utilização de meios tecnológicos torna-se decisiva, tanto na produção como nas forças armadas.

À primeira revolução industrial (introdução da máquina a vapor, etc.) não se seguiu ainda qualquer mudança decisiva na condução da guerra e na doutrina militar; pelo contrário, esta revolução industrial é que foi, ela própria, consequência da anterior revolução militar (tecnologia das armas de fogo) a partir dos séculos XV/XVI. Apenas na segunda revolução industrial do “fordismo”, no início do século XX, esta relação se inverteu; agora as novas tecnologias capitalistas (motor de combustão interna, aviões, submarinos, novos sistemas electrónicos de informação etc.) revolucionaram por sua vez o aparelho de violência, sendo a própria guerra industrializada em grande escala. Na fase do “trabalho em massa” industrial fordista desenvolveram-se não só as respectivas indústrias de armamento, mas também os correspondentes novos exércitos de trabalhadores industriais especializados, ou seja, “trabalhadores em massa” da morte, constituindo infantaria motorizada, tropas blindadas e “força aérea”. Dado que a terceira revolução industrial transforma a guerra continuamente, através da electrónica e da robótica, resta apenas um resíduo de tropas especiais humanas, com armamentos gigantescos e equipamentos altamente desenvolvidos. Os custos por “posto de trabalho”, tal como os custos por “posto de homicídio”, crescem desmesuradamente, com a utilização muitíssimo elevada de capital real; daí que baixem correspondentemente os custos de produção, tanto por automóvel como por cadáver.

Uma característica destas mudanças é que as forças armadas acabam por ser um domínio enquadrado em termos sociopolíticos. Tornam-se um “emprego” para profissionais bem treinados, tal como assentar ladrilhos ou vender automóveis. Será possível imaginar a “privatização” da polícia mundial de alta tecnologia? Porque não, se até as prisões estão a ser privatizadas. Por isso, o fim dos exércitos de serviço militar obrigatório, ou “exércitos de cidadãos”, faz parte da lógica deste rearmamento, que implica a redução numérica das forças combatentes. Por outro lado, isto significa ainda que os “supérfluos” da indústria também se tornam militarmente “supérfluos”; os exércitos já não constituem uma reserva capaz de absorver as crises do ciclo económico. A militarização da sociedade não atinge as massas reais, ficando confinada ao sector ideológico – mais uma contradição interna da transformação do “imperialismo global ideal” em polícia mundial capitalista, com pretensões de controlo a nível global.

É evidente que, em si mesmas, estas unidades de polícia mundial – mais uma vez, em analogia com o desenvolvimento económico – à partida se organizam multinacional ou transnacionalmente, no quadro da NATO. Já no início dos anos 90 do século passado, após o colapso da União Soviética, houve planos para desenvolver as primeiras unidades de uma nova tropa de intervenção “multinacional aerotransportada”: “Perante a alteração profunda da política de segurança entretanto ocorrida na Europa, que permite que novas realidades estratégicas e operacionais se constituam, passa a existir uma tendência abrangente para a multinacionalidade. Assim, para as tropas de intervenção rápida da Aliança, deve ser reunido um corpo multinacional, o 'Allied Rapid Reaction Corps' (ARRC) – formado por duas divisões britânicas, uma divisão alemã e uma unidade multinacional, sob comando britânico [...]” (*Neue Zürcher Zeitung*, 27.9.91). Hoje estas novas estruturas militares estão já amplamente desenvolvidas, fazendo já parte do quotidiano também para as forças armadas federais alemãs. Assim, no campo militar de Hammelburg, treinam regularmente

soldados para intervir como “forças de reacção à crise” – significativamente num país fictício chamado “Krisovo”, com centenas de figurantes cujo aspecto parece mesmo oriental (Pfeiffer 1999). O aparelho militar da “última potência mundial”, os EUA, serve de modelo para esta reorganização: “Desde os anos 80, o exército foi reduzido 40 por cento – de 780 000 para 470 000 soldados. Já dispuseram de dezoito divisões; actualmente são apenas dez, sendo seis de blindados e quatro de infantaria ligeira ou pára-quedistas. No entanto, as forças armadas continuam com tanto para fazer [!] como antes” (Myers 1999). Os restantes Estados da NATO seguem mais ou menos rapidamente as linhas de orientação dos EUA nas suas reformas; os diversos debates sobre critérios para a redução das forças armadas e a redução, limitação ou simples supressão do serviço militar obrigatório vão todos nesse sentido, gizado pela lógica do novo intervencionismo.

É apenas neste contexto que o conceito de “polícia mundial” adquire o seu pleno sentido, indo além de um entendimento meramente metafórico e tornando-se literal. Como resultado surgem, para além da anterior estrutura da NATO, as tropas de policiamento mundial organizadas supranacionalmente, sem que isso supere a contradição entre a forma estatal nacional e a função global supranacional.

A mesma contradição, que surge na oposição entre a forma do Estado-nação, imprescindível ao capitalismo, e a pretensão de controlo global, também se exprime na discrepância entre a função policial, a bem dizer limitada ao interior do Estado, e o âmbito global da intervenção, entre o potencial militar de extermínio orientado para grandes extensões e as “funções de segurança” policiais orientadas para pessoas e grupos, entre a acção anónima a longa distância permitida pela alta tecnologia e a proximidade social associada ao conceito de polícia. As milagrosas armas do equipamento electrónico tidas como de precisão, destinadas, em princípio, a possibilitarem uma intervenção selectiva à polícia mundial, são na realidade pesadas armas militares de dispersão, que destroem tudo à sua passagem, que devastam paisagens inteiras, deixando ruas e bairros em escombros e cinzas. Matam-se, assim, muito mais civis não envolvidos e juridicamente inocentes do que “inimigos” determinados, que são difíceis de distinguir da “população” das regiões em crise arruinadas pelo mercado mundial, e cuja definição, de qualquer modo, é vaga e duvidosa.

Na consciência do quotidiano dos funcionários da polícia mundial, a patologia de todas estas contradições, compulsivamente comprimidas no quotidiano economificado, adquire formas francamente monstruosas, parecendo as máquinas de extermínio de alta tecnologia “postos de trabalho” normais. É o que consta de uma reportagem acerca dos bombardeamentos dos EUA na Jugoslávia: “Há dias, o piloto de um bombardeiro B-52 da força aérea dos EUA voou de Knob Noster, Missouri, até à Jugoslávia. Aí lançou mais de duzentas bombas de 900 quilos, capazes de destruir *bunkers*. Deu meia volta e pilotou sem escala o seu avião de regresso à base, no centro-oeste dos EUA. Chegado a casa, diz o piloto, ‘a minha mulher deu-me um beijo e disse: vê se cortas a relva, que entretanto eu vou buscar os miúdos. Depois de cumpridas as tarefas caseiras, fomos à Pizza Hut, comemorar’ – a sua primeira intervenção em combate corra bem. Pela primeira vez na história, os EUA conduzem uma guerra de bombardeamento continuado, a partir em parte do seu próprio solo. Um bombardeiro furtivo, com 52,5 metros de envergadura, mais parecendo uma nave espacial em forma de bumerangue, voou no mês passado mais de trinta vezes, ida e volta, em missão de 30 horas, entre a base aérea de Whiteman e a Jugoslávia. Os 45 pilotos dos bombardeiros estacionados em Whiteman vivem algo único na história das forças armadas dos EUA: estão a viver em casa e simultaneamente a combater, numa guerra num país distante, da qual os seus vizinhos pouco sabem. ‘A primeira intervenção dele foi no dia em que fez anos’, diz a mulher de um piloto. ‘Fiz-lhe uma merenda para levar e um bolo de aniversário. No dia seguinte, o meu filho foi jogar à bola e marcou o seu primeiro golo’. O marido, entretanto regressado, ficou todo orgulhoso. Passou então pela raríssima experiência de ‘primeiro lançar bombas, depois regressar a casa e ir ver o jogo de futebol do filho’. É ‘de facto um pouco estranho fardar-se na casa de banho em casa e ir depois entrar em combate’, conta também um piloto [...]. Ao sair do espaço aéreo inimigo, um oficial liga para a base, para a mulher que está em casa em Knob Noster [...]. ‘Depois’, diz um outro, ‘somos recuperados pela realidade’. Ao regressar a casa após o primeiro ataque aéreo, a mulher ainda estava a trabalhar. ‘Tomei um grande duche, dormi duas horas e depois cozi esparguete, para o jantar da minha mulher [...]’ (Ricks 1999).

Estamos assim perante uma polarização que corresponde exactamente aos dois lados da crise e da globalização: lá em cima, o pequeno-burguês pós-moderno, que larga a sua carga de bombas e pensa no descanso doméstico pós-laboral; cá em baixo, o pós-moderno aparentemente arcaico, que, de caçadeira, machado e faca em riste, saqueia e destrói tudo à sua volta. E não há como decidir qual dos dois representa o pior monstro. Ambos estão igualmente marcados pela ignorância e pela falta de ideia dos contextos sociais que os produziram.

A némesis da ignorância democrática do mundo, no entanto, revela-se na retumbante inconsequência das guerras de ordenamento mundial, se compararmos o seu resultado com o seu verdadeiro objectivo. Exércitos como o iraquiano ou o jugoslavo são de facto derrotados uns atrás dos outros, mas afinal o problema não reside nesse plano e também não é aí que pode ser resolvido. Onde a autodenominada polícia mundial falha necessariamente é na sua missão policial, que não deve ser confundida com as missões político-militares do passado. O “imperialismo global ideal” não tem qualquer hipótese de ganhar a luta contra uma hidra cujas cabeças ele próprio diariamente faz crescer, através do seu próprio sistema, que, embora dominando o mundo, já não é capaz de se reproduzir. Ele cria simultaneamente aquilo que pretende matar.

O assunto que ainda recorda mais os aspectos militares da antiga política externa e da antiga política mundial é o desarmamento coercivo e a pacificação de ditaduras tornadas disfuncionais, de aparelhos de Estados vilões e antiquados exércitos fordistas, com seus sistemas de armamento que são produto de uma industrialização falhada, que se autonomizam e asselvajam nos escombros das tentativas de modernização. Mas tal programa é contraproducente. A cada potentado de crise derrubado só pode seguir-se um outro, possivelmente ainda pior. Muitas vezes, os arsenais não controlados, que não constituem um desafio em termos de um contrapoder imperial, mas, sim, um instrumento de poder para “potenciais de perturbação”, não tardam a encher-se novamente. Uma ex-potência mundial em colapso, assente num enorme arsenal nuclear, como a Rússia (e num futuro próximo possivelmente a China), está fora de qualquer opção da polícia mundial. Aparelhos de Estado abandonados de economias em crise e colapso, como a Índia e o Paquistão, acederam agora com êxito à bomba nuclear, assim fazendo subir imediatamente o risco inerente às intervenções da polícia mundial.

Foi precisamente por isso que os EUA se foram meter no projecto NMD [National Missile Defense], projecto esse provavelmente tão pouco exequível do ponto de vista técnico quanto dificilmente poderá ser pago. Estes aparelhos de violência em crescimento desordenado e sem perspectiva, na periferia que se afunda em termos económicos e civilizacionais, são demasiado irrelevantes do ponto de vista da estratégia militar, contudo, vistos em termos de polícia mundial, são demasiado imprevisíveis para os meios de intervenção do todo imperial. É impossível desencadear uma grande guerra nuclear contra eles, nem podem ser obrigados a armar-se até à morte como a União Soviética (justamente porque não operam à partida como contrapoder global), nem tão-pouco podem ser pacificados com recurso a ataques aéreos “cirúrgicos” e tropas de intervenção móveis. O formato estratégico fica sempre além ou aquém desta realidade.

Os senhores da guerra e os bandos armados em guerra civil acabam, simplesmente, por desaparecer a paisagem, sob os aparelhos de violência de alta tecnologia, tal como acontece com os grupos terroristas da globalmente ramificada economia de saque, que, movidos por alucinações religiosas, operam por detrás das fachadas esburacadas de diversos Estados. As suas “guerras” saem fora do âmbito de intervenção de qualquer programa de pacificação da democracia mundial, que consiste precisamente em pretender ignorar à força os efeitos do capitalismo global de crise. Um guerrilheiro com catana não pode competir com bombardeiros furtivos, mas o inversa também é verdadeira. De facto já não existe qualquer plano de combate que tenham em comum.

As “forças”, já há muito pós-políticas e de certo modo também pós-militares, nem sequer são claramente captadas no plano organizacional pela rede de percepção da polícia mundial: “O que caracteriza estes grupos é não terem níveis definidos de comando e direcção, como acontecia, por exemplo, na Fracção do Exército Vermelho ou no Exército Republicano Irlandês. Pelo contrário, estamos perante formações amorfas e muitas vezes formadas ao acaso, com hierarquias horizontais, grande autonomia e formas de organização descentralizadas [...]” (*Neue Zürcher Zeitung*, 6.5.2000)

É a barbárie, ela própria flexibilizada e individualizada, que não consegue negar a sua origem no capitalismo mundial democrático da globalização. O terror flexibilizado e desterritorializado e a polícia mundial de alta tecnologia flexibilizada e desterritorializada também neste plano são o espelho um do outro. Quanto mais arcaico se apresenta o padrão do procedimento, tanto mais evidente se torna, em simultâneo, a subjectividade pós-moderna que se move mediaticamente, e que é apenas um bocadinho diferente: é assim que os senhores da guerra chechenos, tal como os bandidos do Abu Sayyaf filipino que se intitulam “rebeldes muçulmanos”, se apresentam na Internet como homens de negócios perfeitamente normais (que de certa maneira também são).

A superioridade militar é inútil numa “guerra civil molecular” (Enzensberger) da concorrência de crise. As tropas da força de estabilização da NATO no Kosovo ou na Bósnia, na Macedónia ou noutros lados parecem um xerife armado até aos dentes numa favela, que basta dar meia-volta – e já se ouvem tiros outra vez, precisamente porque não deverá ser mais que o garante sem esperança da manutenção da paz na favela. Não se pode colocar um agente da polícia mundial atrás de cada “supérfluo” do capital mundial, ou de cada jovem moralmente depravado da “geração perdida”. A tentativa de a polícia mundial de alta tecnologia manter sob controlo amplas extensões de território devastadas pelo mercado mundial, num mundo economicamente desterritorializado, está condenada ao fracasso. É por isso que pode persistir por muito tempo, até que o *crash* dos mercados financeiros mostre à húbria democrática mundial os seus limites, e retire à polícia mundial a base financeira.

O “*Choque de Civilizações*” como ideologia de guerra

A nova polícia mundial e as suas tropas de intervenção de alta tecnologia são determinadas pela “criminalidade política mundial”, tal como ela se apresenta ao entendimento da lógica capitalista e em muitos aspectos substitui o anterior “império do mal” do capitalismo de Estado: volta a haver um inimigo comum, apenas de maneira diferente, contra o qual continuam a diluir-se as diferenças no interior do centro capitalista (se é que estas não ficaram em todo o caso sem efeito, devido ao estatuto do EUA). Trata-se aqui, perante os senhores da guerra e as estruturas da economia de saque, da perturbação manifesta ou receada das leis de funcionamento do capitalismo, que nunca é deduzida a partir do interior desta mesma lógica, mas sempre a partir da conduta incorrecta, subjectiva e exterior de pessoas, instituições e “poderes” de todo o tipo, moralmente condenáveis. Em certos casos estes são declarados inimigos, que também têm de ser combatidos militarmente pela polícia mundial.

Mas, ao contrário da concorrência imperial no mesmo plano, o conflito nesta nova constelação não pode ser exposto claramente. Como os polícias mundiais democráticos, em comparação com a “continuação da concorrência por outros meios” em termos político-militares de épocas passadas, dificilmente conseguem construir uma imagem coerente do inimigo, relativamente aos “perturbadores” do sistema mundial capitalista, insinua-se uma estranha arbitrariedade nas definições. Quanto mais oscilantes são as definições, mais deplorável é o moralismo democrático de duas caras. Não admira, pois o é preciso perseguir são os próprios fantasmas da crise, justamente para manter em todas as circunstâncias o modo de produção que está na base dessa crise: mais uma indicação de que a irracionalidade capitalista adquiriu uma dimensão nova e acrescida.

Na urgência do poder de definição absoluto que, no entanto, já não consegue definir nada, há tentativas, como a do professor de Harvard, Samuel P. Huntington, de elevar a guerra democrática de ordenamento mundial do Ocidente contra os seus próprios demónios a um *Choque de Civilizações* (*The Clash of Civilizations*, Huntington 1996), a fim de dar ao “imperialismo global ideal” uma nova imagem do inimigo; particularmente contra o “arco de crise islâmico”, do Paquistão ao Norte de África. Huntington tenta escamotear o espaço total negativamente universalizado do sistema mundial unificado da economia real, como mudo pano de fundo, a fim de reinterpretar os processos de barbarização que surgem nesse espaço como uma luta livre de “culturas” ou “civilizações”,

exteriores e estranhas entre si. Enquanto o “imperialismo global ideal” ocidental domina com mão pesada um mundo formado de uma ponta à outra à sua imagem, no seu processo de reprodução material, mundo com o qual em grande parte já não consegue fazer nada, Huntington exorciza, contra a evidência dos factos, um suposto “poder crescente dos círculos culturais não ocidentais” (Huntington 1996, 507).

Dado que, excluindo a China descrita como “confucionista”, só podem ser apresentados como exemplo desta arriscada afirmação os movimentos sectários, grupos terroristas, movimentos de massas, etc. islâmicos (inimigos entre si, de modo nenhum unidos), e dado o armamento relativamente miserável e atrasado dos “Estados vilões” islâmicos, Huntington tem de construir uma inimidade histórica entre o Ocidente e o Islão, que é quase tão esclarecedora da actual situação mundial como os conflitos descritos no Antigo Testamento, o combate nos campos da Catalunha ou as Cruzadas dos séculos XI e XII.

Huntington não deixa subsistir qualquer dúvida de que esta referência anacrónica não tem por objectivo o controlo policial mundial dos ataques terroristas, mas sim a construção de uma imagem do inimigo abrangente e com pretensões estratégicas globais; pois ataca expressamente todos os ocidentais “medrosos” e multiculturalistas: “Alguns ocidentais, entre eles o presidente Bill Clinton, têm afirmado que o Ocidente não tem problemas com o Islão, mas apenas com os fundamentalistas islâmicos violentos. Mil e quatrocentos anos [!] de história provam o contrário. As relações entre o islamismo e o cristianismo, tanto ortodoxo como ocidental, foram frequentemente tempestuosas. Cada um é o Outro do outro. O conflito do século XX entre a democracia liberal e o marxismo-leninismo não passou de um fenómeno histórico fugaz e superficial, se comparado com a relação continuada e profundamente conflituosa entre o islamismo e o cristianismo. Em alguns períodos, prevaleceu uma coexistência pacífica, mas na maioria das vezes essa relação foi de intensa rivalidade de diversos graus de guerra quente [...] As causas dos renovados conflitos entre o Islão e o Ocidente residem, assim, nas questões fundamentais de poder e cultura. Quem vai dominar? Quem vai ser dominado? Esta questão fundamental da política, como Lenine a definiu [!], é a raiz do confronto entre o Islão e o Ocidente [...] Enquanto o Islão continuar a ser o Islão (como continuará) e o Ocidente continuar a ser o Ocidente (o que já é mais duvidoso), esse conflito fundamental entre as duas grandes civilizações e estilos de vida continuará a definir as suas relações no futuro, tal como as definiu durante os últimos catorze séculos [...] O problema subjacente para o Ocidente não é o fundamentalismo islâmico. É o Islão, uma civilização diferente, cujas pessoas estão convencidas da superioridade da sua cultura e obcecadas pela inferioridade do seu poderio. O problema para o Islão não é a CIA ou o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. É o Ocidente, uma civilização diferente cujas pessoas estão convencidas da universalidade da sua cultura e acreditam que o seu poderio superior, mesmo que em declínio, lhes impõe a obrigação de estender a sua cultura por todo o mundo. Esses são os ingredientes básicos que alimentam o conflito entre o Islão e o Ocidente” (Huntington, *ibidem*, 334s., 339).

Tais observações ainda há pouco não seriam normalmente toleradas a qualquer aluno do primeiro semestre do curso de História. O facto de Huntington ser em geral levado a sério mostra bem quanto desceu o nível intelectual dos ideólogos democratas ocidentais. É uma desfaçatez apresentar equiparações e atribuições assim disparatadas e arbitrárias, cujo carácter meramente fantasioso é óbvio. Se o conflito entre a democracia de mercado ocidental e a ditadura de partido do Leste, entre o capitalismo privado e o capitalismo de Estado, entre o sistema concorrencial e o planeamento burocrático ainda foi um verdadeiro conflito da modernização, nomeadamente entre o centro capitalista ocidental e os historicamente atrasados da periferia, o constructo de Huntington já não tem qualquer relação com a realidade. Pelo contrário, trata-se da tentativa de manter o processo de decomposição do moderno sistema produtor de mercadorias, que já não é compreensível nas categorias desse mesmo sistema, no quadro de um conflito convencional entre “potências”, e de o reinterpretar no quadro de uma “modernização” que supostamente prossegue, e que o Islão supostamente rejeita – embora a maior parte do mundo (e não apenas os países islâmicos) já tenha passado pelo completo fracasso da “modernização”, não sendo de esperar qualquer “modernização” ulterior.

Interpretar o potencial de desumanização daqui resultante e a sua violenta descarga como a pseudocontinuação de uma luta de 1400 anos entre duas religiões, ou “círculos culturais”, pertence à rubrica irracional da mundividência política; comparável talvez ao mito sintético da “raça ariana” e da sua luta ancestral contra a raça estranha “semita”, etc. Na verdade, a oposição ideal entre Osama bin Laden e o presidente Bush dos EUA ainda se assemelha mais ao conflito entre a Coca Cola e a Pepsi Cola do que às formulações religiosas de conflito das civilizações agrárias pré-modernas.

O rearmamento que Huntington recomenda e pratica em termos de política da identidade não tem qualquer carácter persuasivo intelectual que possa provar; é teoricamente irrelevante e sem fundamento. Mas isso também não tem importância. Trata-se somente de uma legitimação a divulgar mediaticamente, por muito absurda que seja, para o ataque militar da polícia mundial capitalista ocidental contra os “potenciais de perturbação” e “focos de distúrbio”, nos quais de algum modo tem de haver uma indicação do inimigo. Que se trata de atacar e nada mais, também sobre isso o novo Gobineau, ou Chamberlain, não deixa qualquer dúvida: “Com o virtual desaparecimento de uma ameaça militar vinda do Leste, o planeamento da NATO está cada vez mais dirigido contra ameaças potenciais provenientes do Sul. Um analista do exército norte-americano assinalou em 1992 que 'a Linha Meridional' está a substituir a Frente Central e 'está a tornar-se rapidamente a nova linha de frente da NATO' [...] Essas ameaças também são a base para a permanência de uma substancial presença militar dos Estados Unidos na Europa [...] Tendo em conta a maneira como muçulmanos e ocidentais se vêem uns aos outros e a ascensão do extremismo islâmico, não é de surpreender que, logo após a Revolução Iraniana de 1979, tenha irrompido uma quase-guerra intercultural entre o Islão e o Ocidente [...] Além disso, ambos os lados consideraram esse conflito uma guerra [...] Do lado ocidental, os Estados Unidos classificaram sete países como 'Estados terroristas', sendo cinco deles muçulmanos [...]” (Huntington, *ibidem*, 346s.).

Agora, porém, a polícia mundial bem pode bater com força que não atingirá realmente o inimigo, porque não consegue atribuir-lhe o nome certo. Tentativas como a de Huntington (que apesar, ou talvez por causa da sua superficialidade, atingiu uma certa proeminência) não conseguem trazer de volta uma imagem coerente do inimigo. Esta desapareceu com o fim do conflito mundial bipolar, pois o sistema mundial monocêntrico e praticamente universalizado da globalização já não tem qualquer “exterior”, não possibilitando por isso qualquer externalização da imagem do inimigo.

A ideologia e a lógica dos direitos humanos

O que é agora o novo “demónio” (não no sentido de acções meramente violentas ou de algum modo inaceitáveis, mas pela sua natureza social) já não pode ser definido claramente em si mesmo, do ilusório ponto de vista democrático, pelo contrário, já apenas pode definir-se *ex negativo* uma imagem difusa dos factos bárbaros, contrapondo-os à idealização dos “valores ocidentais”. Pois, naturalmente, é um axioma inquestionável desta ideologia que “economia de mercado e democracia” representam, desde sempre, o “bom” em si (ou, pelo menos, o melhor possível para a humanidade).

À hipocrisia conceptual a isto associada pertence também a categoria dos “direitos humanos”, entretanto desgastada até à exaustão, que é vendida como antídoto para o fundamentalismo de crise dos que caíram fora e dos transviados. Depois de ter lançado economicamente na barbárie grande parte do mundo com a sua muda lógica funcional, o capitalismo insurge-se “em termos de direitos humanos” justamente contra essa barbárie que ele mesmo causou, desejando agora de bombardeá-la militarmente, porque já não lhe ocorre mais nada.

No entanto, os chamados direitos humanos, já pela sua origem no Iluminismo burguês, só fazem sentido sob as condições da forma do sujeito e da reprodução capitalistas “funcional” – ainda que apenas num sentido ideológico, que encobre com fórmulas de uma linguagem orwelliana as relações sociais negativas e coercivas que estão na sua base: “ser humano”, neste sentido, na

verdade não é senão um ser produtor de mercadorias e ganhador de dinheiro, que só pode desfrutar dos elementares direitos da existência, incluindo o direito à “vida e à integridade física”, se tiver algo para vender, quanto mais não seja, ele próprio (e, em caso extremo, os seus órgãos), isto é, se conseguir ser solvente.

Um ser humano apenas tem capacidade jurídica, incluindo direitos humanos, no sentido em que consegue funcionar nas leis funcionais do capitalismo, que foram declaradas lei natural da sociedade. Basta ver os tópicos essenciais desde há 200 anos repetidos pelo Iluminismo, liberalismo, teoria económica e política democrática, para se compreender que “ser humano” aqui não significa existência física dos indivíduos, mas única e simplesmente existência de sujeitos do “trabalho” abstracto, no espaço funcional da economia empresarial e da troca de mercadorias (ou melhor: da esfera de realização da valorização do capital). Subentende-se que o “ser humano” terá vindo ao mundo nesta forma, que no decurso da história apenas se teria “diferenciado” sistemicamente. E subentende-se que o “ser humano”, como ser humano em geral, apenas pode apresentar-se nesta forma, que garantiria um aproveitamento óptimo das suas possibilidades de desenvolvimento.

Não está previsto o caso de os seres humanos, enquanto seres humanos, caírem fora destes pressupostos. Mas foi justamente o que ocorreu em massa, à escala mundial, no decurso da terceira revolução industrial. A maior parte da população mundial já não consegue, nem com a melhor boa vontade, funcionar de acordo com as leis capitalistas, tendo-se tornado simplesmente supérflua. Supõe-se que este cair fora seja apenas passageiro. Mas até o mais estúpido dos ideólogos dos direitos humanos sabe perfeitamente que, perante o *standard* de produtividade do capital real electronicamente equipado, nunca mais será possível restabelecer a operacionalidade para a maioria dos “supérfluos” nas regiões em colapso. Este é, afinal, o reverso da nova doutrina militar em nome dos “direitos humanos”.

Mas assim já não se aplica a estas pessoas o pressuposto constante da definição capitalista-iluminista de ser humano. Por conseguinte, no caso delas, e de acordo com a muda lógica capitalista, também já não se trata da categoria “ser humano”, ainda que isso poucas vezes se diga abertamente, estando apenas implicitamente incluído na própria definição. No sentido deste mudo pressuposto, portanto, os próprios “direitos humanos” são reduzidos ao absurdo nas regiões do globo em colapso. Os executores da concorrência de crise apenas demonstram de maneira chocante esta verdade, da qual o raciocínio democrático mundial não quer simplesmente tomar conhecimento.

Neste sentido, não contradiz de modo nenhum o conceito de direitos humanos o facto de a perseguição, a tortura, o saque e o assassínio de grupos populacionais serem conscientemente tolerados pela polícia mundial, nos locais em que os detentores do poder, os senhores da guerra, etc. mostram bom comportamento, permitindo o estacionamento no seu território, por exemplo, dos caças-bombardeiros dos EUA (como a Turquia ou a Arábia Saudita). Este procedimento, que já se evidenciara no caso das diversas “guerras por procuração”, na época da bipolaridade das superpotências, prossegue tanto mais desenfreadamente, no contexto da guerra de ordenamento mundial monocêntrica, quanto mais a imagem do inimigo se torna vaga, imprecisa e estranha.

Uma vez que a definição de “ser humano”, na prática, está reduzida à compatibilidade com os critérios capitalistas, isso significa, em caso de dúvida, que o direito de intervenção prevalece sobre o direito à vida física, podendo então os seres humanos serem cortados às fatias. Já na guerra do Vietname e em intervenções menores semelhantes, os esclarecidos EUA tinham sido de tal modo bárbaros a matar que Gengiscão teria certamente ficado pálido de inveja. E os pretensos “ataques de precisão cirúrgica” das novas guerras de ordenamento mundial, o bombardeamento rotineiro do Iraque, as diversas intervenções na ex-Jugoslávia, etc. tiveram também consequências assassinas levianamente assumidas. Só no Iraque morreram mais de 100 000 pessoas sob as armas ocidentais de alta tecnologia, tendo a comunidade democrática de bombardeiros apenas a lamentar os custos crescentes do capital real exterminador.

O carácter pérfido da legitimação pelos direitos humanos faz-se notar embaraçosamente, por vezes mesmo em atritos diplomáticos entre os sujeitos institucionais, como se viu, por exemplo, durante a Guerra do Kosovo: “A comissária dos direitos humanos da ONU, Mary Robinson, criticou

acerbamente a condução da guerra pela NATO, após o seu regresso da Jugoslávia e de outros Estados da região. Numa entrevista à BBC, ela falou de ataques quase indiscriminados a alvos civis e militares” (*Neue Zürcher Zeitung*, 15.05.1999). Mas tais declarações, tal como em qualquer ditadura, tornam rapidamente uma entidade oficial, que ousa ver a realidade, *persona non grata* perante as instâncias centrais de poder da democracia mundial, só conseguindo reabilitar-se com um bom comportamento ainda mais agressivo. Naturalmente que tal deslize fica mediaticamente escondido, na letra miudinha e completamente sem consequências. Nem o constructo legitimatório nem o procedimento factual são afectados por isso.

Contrariamente às tórridas “batalhas por procuração” da Guerra Fria na Coreia, no Vietname, etc., já não há heróis de guerra do lado ocidental, porque também já não há inimigos equiparáveis (agindo no mesmo plano imperial) e claramente definíveis em termos ideológicos, cujo combate pudesse trazer louros. As guerras policiais conduzidas pela última potência mundial fazem lembrar mais uma espécie de extermínio químico-electrónico de ervas daninhas e de parasitas, ou assemelham-se para a opinião pública à intervenção de especialistas qualificados, em caso de incêndios florestais ou de terremotos. Esta reificação da matança faz parte do conceito de direitos humanos, na medida em que o ser humano reificado pelo capitalismo, na figura do caído fora, nem sequer chega a ser uma coisa.

Por muito pouco clara que seja a consciência deste contexto, é o que se exprime justamente no auto-abandono dos indivíduos, que desde sempre integra o cerne da subjectividade moderna, e que irrompe tanto mais violentamente quanto mais claramente o caído fora perde objectivamente a qualidade de ser humano democrático. Os direitos humanos, de acordo com a sua própria lógica interna, acabam por desembocar no puro e total “direito à abnegação” e à auto-rejeição, que actualmente é percebido maciçamente como última e única opção.

Assim se torna de facto pouco credível a legitimação oficial, que naturalmente interpreta de modo puramente positivo o conceito de direitos humanos; mas, ao fim e ao cabo, a credibilidade também já não importa. O decisivo é apenas a “capacidade de aceitação”, a produção de “opiniões” condizentes e a sua encenação. Embora a militarização social em grande escala já não consiga na prática ultrapassar o domínio ideológico-mediático, os estrategos militares dos *media* trabalham intensamente para ultrapassar a frieza e a indiferença objectivas da sociedade relativamente à polícia mundial assassina, e para transformar a militarização limitada aos *media* apesar disso numa paixão quente.

Talvez ainda possamos assistir, no que respeita aos protagonistas principais, apresentados pelos nomes, à formação de clubes de fãs aquando das matanças de alta tecnologia, e à venda de objectos alusivos aos aficionados, a fim de tornar entusiasmantes as intervenções da polícia mundial, tal como são comercializados a fundo o campeonato mundial de futebol, o circo do esqui e do ténis ou a Fórmula 1. Hoje em dia os lançadores electrónicos de bombas são apresentados como “bons rapazes”, com potencial de *fairness* em termos de direitos humanos, enquanto o “inimigo” construído surge como um *Alien* monstruoso.

Enquanto a cobardia democrática faz de cada arranhão no corpo de um piloto de caça um título de caixa alta, ponderando sobre o “sentido” do derramamento de sangue, as vítimas dos bombardeamentos, tão anónimas quão numerosas, surgem sob a palavra-chave de “danos colaterais”, como o efeito secundário da acção de uma empresa de desinfestação (e este cheirinho a objectividade, de facto, dificilmente pode ser reinterpretado como o charme desportivo da democrática caça ao homem). Nada poderia tornar mais claro o que em última instância significa “direitos humanos”: a literal ausência de valor dos que não conseguem vender-se, que mesmo como cadáveres queimados ainda “perturbam” a imagem “cívica” da comunidade democrática mundial. Eles não passam realmente de parasitas, cujo rosto humano foi carimbado como inválido pelo processo democrático.

Daqui se vê como é desesperadamente ingénuo que os benevolentes moralizadores amigos da paz e da humanidade procurem, por sua vez, criticar as guerras bárbaras da polícia mundial, invocando os direitos humanos, ou defendam as vítimas, precisamente em nome do princípio que as vitimou.

Seria com certeza completamente errado subsumir a actividade de diversas organizações civis de direitos humanos, como a Amnistia Internacional e outras, simplesmente à ideologia capitalista dos direitos humanos, e rejeitá-las por isso. Com a sua intervenção imediata a favor das vítimas da guerra e da perseguição, com a sua integridade e coragem muitas vezes mostradas contra os poderes dominantes, elas constituem uma importante instância de ajuda prática, e mesmo de crítica e de acusação empíricas. Mas é justamente aí que também estão limitadas. Elas não podem substituir a necessária crítica social; a sua acção não pode atingir as causas da violência e da perseguição, tal como a Cruz Vermelha não conseguiu impedir a Primeira Guerra Mundial. Mas, sobretudo, o título ideológico da sua autodenominação não realiza a sua própria actividade empírica, tornando a sua legitimação uma faca de dois gumes. Elas de certo modo criticam ideologicamente os efeitos em nome das causas. Por isso correm até o risco de a sua existência e a sua acção serem invocadas para legitimar o ocidental imperialismo global, sendo para isso instrumentalizadas.

Os ideólogos dos direitos humanos “do outro lado”, apesar de tudo auxiliar e crítico, não perceberam o carácter da forma jurídica burguesa em geral, nem dos direitos humanos em particular. Estes direitos não são uma promessa, mas sim uma ameaça: se deixas de ser funcional, deixas de ter capacidade jurídica, e, deixando de ter capacidade jurídica, já não és um ser humano.

Por isso é de prever que o procedimento contra os “perturbadores” guerreiros de Deus, senhores da guerra, gangues e padrinhos da economia de saque, etc. se torne cada vez mais uma secreta campanha de extermínio, em última análise já não assim tão secreta, contra os “supérfluos” desta Terra. A campanha pelos direitos humanos é, por natureza, uma campanha pela forma capitalista do ser humano, que é definida como única e exclusiva, implicando, portanto, necessariamente uma campanha de aniquilação contra todos os seres humanos que, em consequência do desenvolvimento capitalista, caem fora desta definição (em perspectiva, a maioria global), e por isso “perturbam”, não só como guerreiros de Deus ou bandidos de crise, mas também pela sua simples existência física.

Da economia política ao culturalismo pós-moderno

É significativo o modo como a ligação óbvia entre crise e globalização, entre mercado mundial e barbárie surge na visão distorcida da consciência da economia de mercado democrática mundial e nos seus *media*. O descarado cinismo de pretender ver no empresariado de miséria global em expansão, nas tristes feiras da ladra onde os reformados vendem ao desbarato os últimos haveres, ou nos mercados de segunda mão da economia de saque global uma espécie de folclore da economia empresarial, confiante no futuro (“tudo tão belo e multicolor por aqui”) corresponde à externalização ideológica dos fenómenos de violência e destruição, como se isto não estivesse tudo ligado.

Assim se ensaiou uma cantiga democrática mundial, segundo a qual a existência de potentados de crise, de gangues e milícias, etc. é periodicamente explicada como se fossem estes fenómenos que impedem o funcionamento, realmente necessário e possível, do modo de produção capitalista da economia de mercado e da sua abençoada prosperidade. A questão de saber de onde vêm então todos estes fantasmas negativos e destruidores, ou permanece oculta, ou a sua resposta esconde sistematicamente a força de destruição económico-social procedente do mercado mundial. Mas a crise, que continua a arder em lume brando, tem de ser de algum modo designada pelo nome, e tem de ser explicada.

Neste aspecto, operou-se, na última década do século XX, uma clara mudança no padrão de explicação. No início dos anos 90 do século passado, quando o mundo ainda estava plenamente sob a égide da Guerra Fria e do conflito sistémico entre capitalismo de Estado e capitalismo concorrencial, vindo desde meados do século XX, a importância da discussão da economia política, entre orientação estatal e orientação de mercado, era determinante. Nas universidades ocidentais, as ciências políticas e a economia política tiveram grande importância até meados dos anos 80 do

século passado, como raramente antes. Correspondentemente, o colapso do capitalismo de Estado no fim dessa década foi percebido sobretudo nas categorias da economia política. A sentença, ofuscada pela aparência dos fenómenos, dizia então: a orientação económica estatal é um pecado mortal. De repente, todos eram ardentes defensores da economia de mercado, até a maioria dos ex-neomarxistas. Na euforia da vitória, o neoliberalismo proclamou, para todas as regiões em crise e em colapso, a única doutrina que levaria à salvação, a das “reformas da economia de mercado”: ou seja, desmantelamento do Estado social, desregulamentação, privatização, comércio livre, desencadeamento da concorrência.

Esta interpretação tinha de passar ao lado da realidade, porque não queria perceber que Estado e mercado mais não são que os dois pólos da socialização capitalista, e não podem ser lançados um contra o outro. Em todo o espectro ideológico procedeu-se, bem à maneira do liberalismo económico clássico, como se o Estado fosse uma espécie de corpo estranho ao mecanismo capitalista, em vez de o reconhecer como o reverso lógico do mercado. A oposição entre mercado e Estado não é uma oposição entre capitalismo e não-capitalismo, mas sim uma oposição dentro do próprio capitalismo. Na sua ilusão, o triunfalismo da economia de mercado apenas conseguiu perceber a orientação económica estatal como a imagem ideológica do inimigo, em vez de a entender na sua condicionalidade histórica. Deste ponto de vista redutor, a propriedade estatal e a intervenção estatal não passavam de “erros e equívocos”, que teriam de levar necessariamente ao fracasso.

Mas assim confundiu-se a causa com o efeito. Se olharmos para a história do século XX no seu conjunto, vemos que não foi a economia estatal que provocou a crise, pelo contrário, ela foi uma resposta a crises anteriores. O desnível do desenvolvimento capitalista global, que não podia ser ultrapassado por meio da concorrência da economia de mercado, produziu no Leste e no Sul, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, como ideia e como práxis da “modernização atrasada”, o Estado como “empresário colectivo nacional”; tal como o intervencionismo estatal keynesiano ocidental fora uma reacção à experiência catastrófica da crise económica mundial.

Em suma, poder-se-ia daí retirar a conclusão de que não é uma determinada orientação da política económica, no interior do sistema de mercado e Estado, que produz a crise, mas sim a lógica basilar do próprio sistema, do processo de valorização da economia empresarial. Por isso o capitalismo de Estado do Leste e o keynesianismo do Oeste não puderam, afinal, vencer a crise e o “subdesenvolvimento”, pelo contrário, após um período de incubação de várias décadas, tiveram de falhar pelos critérios do sistema. Mas ainda mais célere é o falhanço actual do radicalismo de mercado neoliberal, cujas receitas mais agravaram do que venceram a crise em vastas regiões mundiais. Tal como, por exemplo, a guerra civil jugoslava no início dos anos 90 do século passado já tinha sido o resultado das “reformas da economia de mercado” no interior do capitalismo de Estado de Tito, também agora, uma década depois, se torna claro que o prosseguimento das reformas “da economia de mercado”, sob a égide neoliberal, mergulham completamente no caos zonas inteiras de todo o mundo, fazendo brotar ainda mais, quais cogumelos depois da chuva, milícias, senhores da guerra, terroristas, fundamentalistas, etc.

Mas, em vez de reconhecerem a paralisia do moderno sistema produtor de mercadorias, em todas as suas variantes, os ideólogos da democracia e os mandarins da ciência conseguiram, no decurso desses anos 90 do século passado, ignorar simplesmente o problema da economia política, tornado insolúvel à escala global, e desviar-se para um campo completamente diferente, para poderem dar a impressão de uma explicação conformista e de uma perspectiva de domínio do assunto. Esta recente viragem do *mainstream* intelectual, que entretanto foi assumida em todo o mundo pela política e pelos *media*, foi constituída por diversos momentos ou forças propulsoras, confluindo num novo padrão de interpretação.

Em primeiro lugar, trata-se aqui de uma mudança fundamental, e há muito preparada, das modas nas ciências sociais e humanas. Desde a segunda metade dos anos 80 do século passado que a marcha triunfal das chamadas teorias pós-modernas ou pós-estruturalistas, partindo de França, de filósofos como Lyotard, Derrida, Baudrillard, Foucault e outros, chegou até aos seminários de introdução aos cursos e às mesas das cantinas universitárias. Apesar de todas as diferenças e

contradições nos pormenores, pode reconhecer-se um traço característico comum nessas teorias: o paradigma da economia política foi substituído pelo paradigma do culturalismo. Com o mesmo fervor com que nos anteriores anos 70 se estudavam as lutas de classes e as teorias da crise, estudavam-se agora formas culturais, “capital cultural” (Bourdieu), estilos de vida, formas de identidade, etc.

Não por acaso, nem por mera simultaneidade, esta viragem intelectual ligou-se complementarmente à viragem na política social e económica do neoliberalismo. A sociedade já não é percebida essencialmente como produto da economia política, mas sim como produto de um “discurso cultural”, em vez de se relacionar o momento cultural com a dinâmica da acumulação de capital e das suas crises (Pierre Bourdieu, que tentou isso de modo meramente superficial, e portanto redutor, na fenomenologia sociológica, não se considerou como “pós-moderno”, bem pelo contrário, mas acabou por dar involuntariamente bananas ao macaco pós-moderno, com a sua concepção de “capital cultural”). Para as teorias pós-modernas, portanto, os movimentos sociais, as intervenções e as mudanças da sociedade não resultam de estruturas “rígidas”, mas sim, “performativamente”, do “discurso” em sentido amplo, da atitude cultural, do *design* social e da auto-apresentação simbólica.

Por consequência, a economia política já não é objecto de qualquer reflexão, nem mesmo de crítica (quando muito fala-se ainda de “estilos económicos”, que não tocam na estrutura categorial da valorização capitalista, mas apenas expõem a sua vestimenta cultural). As categorias e processos político-económicos constituem apenas o vago ruído de fundo do “discurso”. Nesta percepção ocorre uma estranha inversão: quanto mais a cultura era economificada na realidade social dos anos 80 e 90 do século passado, tanto mais, inversamente, a economia era culturalizada no pensamento ideológico. Neste processo paradoxal torna-se claro que estamos perante um trabalho colectivo de recalçamento da consciência social, que penetrou na interpretação da crise mundial e das guerras de ordenamento mundial no decurso dos anos 90 do século passado.

O economismo intelectual de vistas curtas, dentro dos limites do sistema, portanto, apenas foi trocado por um ainda mais deficitário culturalismo intelectual, perante o pano de fundo já não tematizado das formas do sistema, precisamente quando este começou a revelar o seu economismo real totalitário. Na arbitrariedade superficial e na mudança rápida para a orientação culturalista exprime-se, por um lado, a arbitrariedade do consumo de mercadorias, sendo tal orientação, por outro lado, também a mais apropriada para se esquivar aos problemas não solucionados e insolúveis da economia política.

Para grande parte da *intelligentsia* de esquerda, o culturalismo pós-moderno ofereceu um alívio intelectual: era possível ir na onda do espírito do tempo e, apesar disso, continuar a apresentar-se como “radicalmente crítico”, num plano simbólico-performativo. A possibilidade de alívio intelectual através de elementos do pensamento pós-moderno era ainda mais tentadora para os ideólogos do mercado total: um vez que eles pretendiam curar as falhas do Estado através do mercado puro, podem agora ignorar ou fugir à explicação das falhas do mercado, que não se fizeram esperar, apenas de outra maneira, virando-se para a interpretação culturalista, assim apontando para “causas extra-económicas”.

A “viragem culturalista” veio mesmo a calhar para a hipocrisia e a ignorância da democracia mundial, que agora pode insistir ainda mais em atribuições e pseudo-explicações redutoramente “étnicas” ou “religiosas” das estruturas de violência, que se vão expandindo globalmente, evidentemente sem nunca mencionar a relação do mercado mundial e da globalização com a crise económica, o terrorismo e a economia de saque. Como razão para a guerra da Jugoslávia, não ocorreu à imprensa ocidental outra interpretação que não fosse um “ódio profundo” popular e culturalmente mediado dos diversos povos, que o regime de Tito teria mantido artificialmente oculto: “O comunismo manteve juntos, com mão de ferro, os desavindos povos eslavos do Sul” dizia a *Der Spiegel* na Primavera de 1999.

Nem uma palavra acerca da história da doença e do colapso socioeconómico da economia jugoslava, já desde os anos 70, embora sobre isso pudessem ter sido lidas análises críticas pormenorizadas (ver

sobretudo Lohoff 1996). Mas não se quer tomar conhecimento de tais análises, porque apontam para os devastadores mecanismos de destruição da sagrada economia de mercado mundial.

Assim, nos anos 90 do século passado, houve apenas algumas vozes isoladas que não se deixaram levar completamente pelo consenso democrático global, pondo em questão, mesmo do ponto de vista académico especializado, o superficial padrão explicativo culturalista, para destacarem o pano de fundo socioeconómico real, ainda que não através de uma análise político-económica crítica dos processos do mercado mundial.

O etnólogo berlinense Georg Elwert, por exemplo, elaborou em meados dos anos 90 do século passado um conceito histórico-empírico de “mercados da violência”, em que assinala o regresso dos processos catastróficos dos surtos iniciais da modernização (por exemplo, na China, em África, etc.): “Ouve-se constantemente que são as emoções, o ódio e a solidariedade tribal que conduzem à violência. Existem mesmo cientistas que defendem este tipo de explicação. Mas a acção estratégica e a logística militar pressupõem cabeça fria e planeamento de longo prazo. Por isso gostaria de apresentar outra explicação. É uma acção económica racionalmente compreensível que determina os padrões racionais, estáveis no longo prazo, destes mercados da violência. Emoções como o ódio e sobretudo o medo são usadas neste quadro, mas não são os seus componentes estruturais [...] É-nos difícil ver trabalho ou mercados em acções e estruturas que nos repugnam. Assim apenas denunciámos que, para lá da nossa definição especializada, dotámos estes conceitos de conotações emocionais positivas [...] O acto de 'saquear' [...] o roubo sistemático perpetrado por soldados, é [...] uma forma óbvia de reprodução da força de trabalho. Achamos mesmo que está a criar-se um mercado para o saque. Quer dizer, paga-se o perigo para poder participar em assaltos organizados [...] Em espaços abertos à violência constitui-se uma economia de mercado completamente desregulada, radicalmente livre. A perspectiva culturalista não permite compreender esta estrutura. Nestas guerras civis, as partes em conflito não são etnias e clãs, mas sim interesses económicos (que vão do lucro ao soldo, do rendimento dos bens roubados até à simples subsistência) [...]” (Elwert 1996).

Elwert vê os “mercados da violência” directamente como uma “forma de modernização” e põe assim mais ou menos em questão esta expressão democrática em voga, embora ele próprio ainda continue apegado à ideologia democrática: “Falar dos mercados da violência como parte da modernização sublinha a fragilidade do nosso próprio projecto de 'modernidade', e lembra que na Bósnia não se combateram reminiscências de tempos passados, possuídas por atavismos, mas pessoas dum Estado industrial burocrático, cujos dirigentes, quase sem excepção, estiveram emigrados, como trabalhadores na indústria ou intelectuais, na Europa Ocidental altamente industrializada” (Elwert 1996).

Esta argumentação é empírica e objectivamente acertada, e destaca-se positivamente do esquema de justificação ideológica dos democratas mundiais. Mas permanece ainda assim incoerente, na medida em que faz da fenomenologia dos “mercados da violência” apenas uma possível versão da modernização (talvez errada, podendo ser substituída por uma alternativa melhor, no seio do mesmo horizonte), sem a colocar sistematicamente em relação com o desenvolvimento e a crise do moderno sistema produtor de mercadorias. Esta incoerência apenas pode ser suplantada através de uma adequada fundamentação na teoria da crise, em que a “modernização” perca definitivamente a sua falsa auréola. A partir de uma tal perspectiva de mais longo alcance, os actuais “mercados da violência” não constituem porventura uma deplorável via secundária desta eterna “modernização”, nem sequer uma mera analogia com versões semelhantes noutros lugares e noutros tempos, mas sim a sua consequência e o seu fim desastroso; pois a actual economia de saque global, contrariamente às crises de transformação protomodernas, não está no início, mas sim no fim da história da modernização. Ela constitui hoje, na maior parte do mundo, o resultado da “modernização atrasada” que falhou, apontando para os limites do moderno sistema produtor de mercadorias.

Por isso seria tempo, não apenas de deixar os conceitos de “trabalho” e de “mercado” perderem o seu tom emocional positivo, e de deixar de os aceitar como conceitos ontológicos neutros que podem ser preenchidos à vontade, para, pelo contrário, passar a determinar, num metaplano para

além da velha orientação socialista de Estado ou capitalista de Estado, a sua negatividade fundamental e o seu carácter repressivo e destruidor.

Para conseguir continuar a recalcar o verdadeiro carácter da crise mundial, o consenso democrático mundial nos últimos anos ampliou e flanqueou o modelo de explicação etnorreligioso, com as suas falsas atribuições, de certo modo em termos de teoria económica. Com essa finalidade, o culturalismo pós-moderno é associado a uma determinada orientação no interior da teoria económica, que desde o início do século XX dá pelo nome de “institucionalismo” ou “economia institucional”, e que durante muito tempo tinha levado uma existência mais na sombra. Tal abordagem, fundada por Thorstein Veblen, apresentava-se inicialmente como uma crítica pragmática ao economismo da teoria económica clássica: o ser humano não devia ser encarado unilateralmente como *homo economicus*, mas sim como ser social num sentido abrangente, tornando-se, assim, necessário enriquecer a teoria económica com outras ciências sociais, a fim de analisar a actividade económica e as suas instituições na interacção com outras formas sociais de organização, motivos e modelos de actividade (direito, tradições, ideologias, religiões, normas extra-económicas, modos de vida e de comportamento, etc. – e precisamente “cultura”, no mais amplo sentido).

Por muito pertinente que fosse em princípio esta crítica ao economismo unidimensional, ela revelou-se muito limitada, na medida em que não desenvolveu nenhum conceito crítico do sistema global, pondo apenas lado a lado, exteriormente, as diferentes formas de acção social e as respectivas instituições. Por isso o institucionalismo, entendido criticamente por Veblen, também se revelou propenso a uma instrumentalização em conformidade com o sistema.

Desta viragem apologética tratou a chamada “nova economia institucional”, após a Segunda Guerra Mundial, representada sobretudo pelo neoliberal *hardcore* James M. Buchanan, que recebeu o Prémio Nobel em 1986 – precisamente a tempo de aplicar o institucionalismo *new look*, como arma de grande nomeada (e em ligação com a abordagem culturalista), à necessária explicação da economia política nos anos 90 do século passado. Buchanan e outros economistas com a mesma orientação, ao contrário de Veblen, analisam o papel das instituições extra-económicas inteiramente no sentido do totalitarismo económico: formas jurídicas, tradições, regras, atitudes perante a vida e modelos culturais, etc. não são considerados neutralmente, na sua inter-relação com a economia capitalista, mas são apreciados normativamente, para saber se abrem ou não caminho ao *homo economicus*, como sendo o “verdadeiro ser humano”.

Por outras palavras: a consideração das formas de actividade extra-económicas tem unicamente por objectivo definir condições de enquadramento institucional óptimas para o funcionamento do mercado total. Aqui se incluem, segundo Buchanan, as normas jurídicas constitucionais em defesa dos indivíduos abastados contra o “sector público”, a segurança jurídica das transacções capitalistas e a garantia do direito à propriedade privada (*property rights*), ou seja, a possibilidade de os proprietários excluïrem outras pessoas do acesso aos bens pretensamente “escassos”.

De acordo com este “novo institucionalismo”, não pode haver qualquer falha do mercado, mas apenas falta de condições estruturais de enquadramento (jurídicas, culturais e outras): ou seja, falta de orientação cultural de toda a vida para o totalitarismo económico. Em ligação com o culturalismo pós-moderno, criou-se à pressa, no decurso dos anos 90 do século passado, o novo paradigma de um maior ou menor auge de “cultura económica e política”.

Para além de Buchanan, desempenha aqui um papel destacado a correspondente teoria do economista Mancur Olson. O desenvolvimento específico do institucionalismo feito por Olson insiste no modelo da maior ou menor possibilidade de “coligações de interesses” capitalistas, estruturas de compromisso e negociação, etc. que, tendo por fundo o mecanismo do mercado, devem constituir uma espécie de “segunda mão invisível”. Assim, a mais improdutiva forma económica será a “ditadura instável”, a “ditadura estável” será de algum modo mais produtiva, mas a mais produtiva de todas, naturalmente, será a maravilhosa democracia dos sujeitos económicos capitalistas, porque implica o mínimo de “relações contrárias ao mercado”. Além dos *property rights* e de outros pressupostos institucionais seriam, portanto, as condições de enquadramento das

estruturas de interesses democraticamente negociáveis que permitiriam o maior ou menor sucesso do mecanismo de mercado, em si mesmo justo e “natural” (ver Olson 2000).

Ligado a estes constructos das teorias económicas institucionalistas, pôde desenvolver-se o novo paradigma ideológico de justificação do capitalismo, perante a crise mundial que avançava, sem ter de enfrentar a falha do mecanismo de mercado global. Tornou-se moda falar de “cultura empresarial” dos gestores, ou de “cultura do empreendedorismo” nacional, de “cultura bolsista”, ou de “cultura da segurança jurídica” de um país, de “cultura de negociação” e, finalmente, da pura e simples “cultura democrática”, não apenas como modelo a implantar a nível mundial, mas como pressuposto institucional do crescimento económico, sem o qual o abençoado mecanismo do mercado, infelizmente, não conseguiria funcionar.

E logo foi possível ligar esta amálgama ideológica de economia institucional e culturalismo com a nova imagem do inimigo global do Ocidente. Huntington forneceu o quadro adequado de interpretação, com o seu mote do *Choque de Civilizações*. Quanto Huntington se alimenta do culturalismo pós-moderno, é o que mostra a sua definição da sociedade e da história, axiomáticamente subjacente ao constructo da imagem do inimigo: “A história da humanidade é a história das culturas. É impossível pensar com outros conceitos o desenvolvimento da humanidade [!] [...] Em todos os tempos, as culturas foram para os seres humanos o objecto da sua completa identificação” (Huntington, *ibidem*, 49). O conceito de “cultura” ou “civilização” é separado do seu contexto de reprodução material, a fim de, por um lado, apresentar a forma capitalista de reprodução (inicialmente saída do Ocidente) a-historicamente no plano dos processos e leis naturais, e, por outro lado, medir o modelo cultural na sua compatibilidade com esta forma capitalista pretensamente “natural” da sociedade.

Só era preciso alargar este contexto à questão da “cultura” institucional e económica, para escamotear do domínio da economia política o maçador problema das crises e dos colapsos, que se sucedem cada vez mais frequentemente, apesar de todas as “reformas da economia de mercado”. As causas não serão o abençoado modo de produção capitalista nem a abertura sem filtros ao mercado mundial, diz-se, mas o facto de aos “Bárbaros” do Leste e do Sul, incivilizados em termos de cultura económica, faltarem ainda as condições de enquadramento institucional, a consciência da economia de mercado, os procedimentos democráticos, os *property rightse* a “cultura empresarial” em geral.

Esta mais recente ideologia da justificação ocidental pretende, mesmo no caso do Japão abalado pela crise e no dos tigres asiáticos que estão de rastos, ambos há pouco celebrados como modelo impressionante de um capitalismo “asiático” ou “confuciano” de sucesso, identificar agora de repente apenas estruturas de lealdade “não modernas”, autoritarismo disfuncional, corrupção, cleptocracia, economia de clã e nepotismo. Estas faltas de estrutura institucional, de consciência nacional e de “cultura económica” constituirão pretensamente o solo fértil para “distúrbios” e fundamentalismos, máfias, senhores da guerra, etc., quando na realidade é a falta de capacidade financeira, objectiva e sistemicamente condicionada pelo capitalismo (portanto insusceptível de ser resolvida por qualquer reforma meramente cultural ou institucional), que faz as sociedades entrar em ruptura, umas a seguir às outras, na crise mundial da terceira revolução industrial.

Na nova ideologia do culturalismo económico, a relação entre causa e efeito é virada de pernas para o ar, tal como antes a relação entre crise e economia estatizada. Na realidade não são a corrupção, o domínio da máfia, o terrorismo, as meras “relações contrárias ao mercado” e os respectivos modelos culturais, etc. que geram a crise, tal como antes não eram as orientações económicas estatais a criá-la, pelo contrário, é a crise económico-social, derivada do fracasso do respectivo país no mercado mundial, que destrói ou nem sequer deixa surgir o contexto institucional de “segurança jurídica” e “cultura” cívicas.

Mas, uma vez que, com o paradigma de capitalismo de Estado da “modernização atrasada”, também foi removida qualquer crítica da economia, o verdadeiro complexo causal da crise já não pode ser nomeado. Assim, também os ideólogos da “sociedade civil”, que fornecem as palavras de ordem aos verdes-rubros, ao *new labor*, etc. e aos respectivos governos “neoliberais de esquerda”, se

refugiam no fraco argumento da economia institucional mobilizada pelo culturalismo, para minimizarem a essência económica da crise, invocarem agora reformas do enquadramento democrático-institucional e fornecerem, juntamente com o constructo de Huntington, a legitimação para a imagem do inimigo da democracia mundial.

Este argumento barato, pondo os factos de pernas para o ar, tornou-se a bíblia até de muitos ex-críticos da socialização de mercado mundial capitalista: “Sem segurança jurídica não pode haver desenvolvimento económico” (Cremer 2001), é o que se ouve agora também da parte de antigas iniciativas anticapitalistas para combater a miséria do Terceiro Mundo.

Tanto a ideologia da “sociedade civil” dos realistas como a viragem “institucionalista”, impulsionada pelo conformismo de grande parte do movimento de solidariedade com o Terceiro Mundo, fazem parte do contexto a que também pertence a “teoria da regulação”; também ela um produto de combates de retaguarda e de movimentos evasivos da esquerda e ex-esquerda. Neste teorema, que saiu de França no início dos anos 80 do século passado e foi acolhido na Alemanha nos meios de esquerda, entende-se por “regulação” os procedimentos institucionais, culturais, políticos, etc. da acumulação de capital.

Em vez de passar do entendimento positivista e redutor da economia política no capitalismo de Estado para a crítica inevitável das categorias fundamentais do moderno sistema produtor de mercadorias, ou seja, do “trabalho”, da forma do valor, do dinheiro, do mercado, da racionalidade da economia empresarial e do Estado, são precisamente estas categorias que continuam fora da reflexão, passando, em vez delas, para o centro das atenções os modos específicos como vigoram: não se trata da coisa em si, mas, de certo modo, apenas da sua música de fundo. Consequentemente, para a “teoria da regulação”, as distorções globais desde o fim dos anos 80 do século passado não constituem uma crise categorial da modernidade produtora de mercadorias, mas sim uma simples crise de uma determinada “acumulação” e, portanto, do “modelo de regulação” – donde se conclui, depois, que a questão não seria a crítica categorial do capitalismo, mas apenas “intervir criticamente” no promissor “modelo de regulação” que se segue (do qual em lado nenhum se vislumbra qualquer pista), nos seus procedimentos institucionais e políticos, por assim dizer, na sua “cultura de regulação”.

É fácil de entender que também a “teoria da regulação”, do ponto de vista teórico e político-social, é parte integrante da grande viragem mundial caracterizada quer pelo neoliberalismo, quer pelo culturalismo pós-moderno. No fundo, trata-se de uma variante “de esquerda” do “novo institucionalismo” de Buchanan e Olson. Ou seja, a paradoxal amálgama “neoliberal de esquerda” não se encontra apenas entre os verdes-rubros e o *new labor*, mas atravessa, em múltiplas e mescladas formas de culturalismo, economia institucional e lamechices da sociedade civil, todo o espectro da crítica social que está a capitular gradualmente de diversas maneiras. Não admira que hoje grande parte dos anteriores movimentos de solidariedade, contaminados pelo “realismo” da economia de mercado, estejam, na figura das chamadas organizações não governamentais, lado a lado com o Banco Mundial, numa frente de campanhas ridiculamente inócuas contra a corrupção.

A democracia mundial unida pretende agora por toda a parte explicar também a miséria económica do que resta da Jugoslávia no sentido das pseudo-análises culturalistas e institucionalistas, culpando por ela exclusivamente o regime de Milosevic: “Os Sérvios sentem-se roubados por ele. Treze anos de trabalho foram feitos desaparecer pelo seu regime mafioso e traficados no estrangeiro aos milhões em divisas” (Schmidt-Häuer 2001). Contra esta interpretação nunca será de mais frisar que foi o mercado mundial que muito antes volatilizou o “trabalho de uma vida” dos sujeitos sérvios da mercadoria, através do colapso financeiro – e que Milosevic foi o produto desta crise, e não o seu causador.

Quanto está na moda a solução fácil de declarar como causa última da miséria a corrupção e os “regimes mafiosos” – como se eles tivessem caído do céu – é o que mostra a carreira da iniciativa contra a corrupção *Transparency International (TI)*: “No decurso da década de 1990, de uma pequena iniciativa nasceu um grande movimento, a cujas reuniões comparecem chefes de Estado, ministros, banqueiros, industriais e até o secretário geral da Interpol. O índice anual da corrupção da

Transparency é estudado pelos chefes das grandes empresas, e alguns governos temem-no com razão – ele influencia fluxos de investimento, atribuições de crédito e apoios ao desenvolvimento. Este ano será publicada pela primeira vez também uma tabela classificativa mundial dos Estados existentes” (Grill 1999). O congresso da TI tornou-se um grande acontecimento, com delegados de 135 países. Assume traços grotescos o facto de se juntarem aqui entidades oficiais e não oficiais, de esquerda e de direita, para jurarem que a SIDA se pega a partir das manchas vermelhas na pele.

Surfando nesta onda do espírito do tempo, o velho historiador económico dos EUA, David Landes, conseguiu fazer um *best-seller* a nível mundial, no fim dos anos 90 do século passado, da sua obra *A Riqueza e a Pobreza das Nações. Porque São Algumas Tão Ricas e Outras Tão Pobres* (Landes 1999). Landes tem o descaramento de, numa falsificação da história incrivelmente tosca, que projecta anacronicamente os critérios capitalistas modernos para trás, até à Antiguidade e através da Idade Média, redefinir todas as indecências da história europeia como outros tantos factores culturais competitivos para a produção geral de riqueza, e apresentar a constituição sangrenta do capitalismo como uma “cultura” de um idílio comercial: “Quando os Europeus se consideraram razoavelmente seguros quanto à agressão externa (do século XI em diante) puderam, como nunca antes em nenhum outro lugar, lutar pelos próprios interesses [...] A oportunidade de desviar os belicistas para fora das suas fronteiras (pense-se nas cruzadas) contribuiu para a pacificação [...] A expansão económica da Europa medieval foi assim promovida por uma sucessão de inovações e adaptações organizacionais [...] Os senhores, mesmo locais, esforçavam-se por acompanhar o ritmo, mostrar-se hospitaleiros, oferecer mão-de-obra disponível [!], atrair empreendimentos e as receitas por eles geradas. Ao mesmo tempo, a comunidade dos negócios inventou novas formas de associação, contrato e troca, criadas para assegurar o investimento e facilitar o pagamento [...] Quase toda essa 'revolução comercial' teve origem na comunidade mercantil [...] Conseguiram assim uma segurança substancialmente incrementada [...] e uma ampliação do mercado que promoveu a especialização e a divisão do trabalho. Era já o mundo de Adam Smith a ganhar forma, quinhentos anos antes do seu tempo” (Landes 1999, 55, 59s.)

Este forjar da História é um simples produto dos paradigmas da economia institucional e do culturalismo, segundo cujo padrão acontecimentos históricos completamente divergentes são anacronicamente nivelados, de modo que o seu resultado já nada tem de surpreendente: “Se aprendemos alguma coisa da história do desenvolvimento económico é isto: a cultura faz a diferença decisiva [...] Os êxitos económicos do Japão e da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial podiam ser perfeitamente previstos através da observação da cultura. O mesmo se aplica à Coreia do Sul, em comparação com a Turquia, e à Indonésia, em comparação com a Nigéria [...] Também a reacção contrária é possível: a cultura pode opor-se às iniciativas empresariais. É o caso da Rússia, onde 75 anos de uma ideologia hostil ao mercado e ao lucro e de uma economia de privilégios cimentaram e estabeleceram atitudes contrárias às empresas [...] Particularmente sério é o problema em países onde as actividades empresariais são raras. Num mundo em rápida mudança e de concorrência internacional, uma sociedade dificilmente se pode dar ao luxo de ficar à espera da iniciativa privada [...]” (Landes 1999, 517s.)

Landes torna-se culpado de um duplo pecado intelectual, que provém de um idêntico erro de raciocínio ideológico. Por um lado, afere uma história de milénios pelos critérios do irracional fim em si capitalista da valorização do valor, e julga assim depois todos os países e culturas, desde a Grécia antiga e a antiga China até ao actual mundo dos Estados, no sentido de saber se (na sua opinião) foram úteis à constituição das estruturas capitalistas ou não. No que toca à actual periferia capitalista, os seus critérios, mesmo considerados de modo puramente imanente, foram postos a ridículo logo no momento do aparecimento do livro, pois, após o colapso dos tigres asiáticos, aproximaram-se bastante, do ponto de vista económico, a Coreia do Sul da Turquia, e a Indonésia da Nigéria. Este desastre, no entanto, não pudera ser previsto por qualquer “consideração cultural”.

Por outro lado, Landes apresenta como argumentação um penoso círculo vicioso em que, sob os pressupostos cegos das condições de produção capitalistas, uma cultura mais adequada às motivações capitalistas é, quem diria, “mais bem sucedida” do que outras, não se esquecendo sequer de acrescentar que o sucesso implica vencedores e perdedores, num plano perfeitamente

existencial. O descaramento da argumentação consiste, como geralmente na ideologia burguesa, em que o capitalismo é apresentado, já não como formação social histórica, mas simplesmente como condição humana supra-histórica. Landes consegue assim inverter claramente o culturalismo pós-moderno, fazendo dele o veículo de um novo eurocentrismo explícito, situação em que ele se considera um “quebrador de tabus”, o que, por assim dizer, lhe dá imenso gozo: a versão ocidental do ser humano surge mais uma vez como superior, sob o signo da totalitária economia de mercado.

Este novo eurocentrismo, por assim dizer secundário, submerge agora a crítica culturalista de muito curtas vistas do velho eurocentrismo (colonialista). O pós-modernismo de esquerda é derrotado com as suas próprias armas e apologeticamente instrumentalizado. O espírito pós-moderno neoliberal anticrítico instala-se, mesmo nas próprias regiões em crise ou em colapso, como falsa alternativa à barbárie dos senhores da guerra corruptos e da economia de saque. São sobretudo os bons alunos, intelectualmente educados no Ocidente e no espírito do tempo ocidental, que agora querem procurar as causas da miséria, já não no “terror da economia” capitalista, mas no atraso institucional e cultural das massas humanas cuspidas pelo mercado mundial. Assim afirma, por exemplo, a africana Axelle Kabou, com o aplauso retumbante dos ideólogos da legitimação ocidental e dos *media* mais influentes: “A África não está moribunda, mas está a suicidar-se, numa espécie de embriaguez cultural [!] que causa tão-somente satisfação moral. As grandes injeções de capital não conseguirão mudar nada disso. Seria preciso, em primeiro lugar, desintoxicar [!] a mentalidade africana, acertar [!] o relógio e confrontar as pessoas em África com as suas responsabilidades [!] [...]” (Kabou, 1993, 40).

É algo patético como intelectuais africanos, “intelectualmente intoxicados” pelo espírito do tempo capitalista, assumem aqui a velha matriz colonialista, reformulada à maneira pós-moderna, a fim de coagirem os “negros preguiçosos”, finalmente, a uma “cultura de responsabilidade” capitalista, apesar de a África representar já o grosso dos “supérfluos” no sistema mundial.

Pela mesma cartilha lê o famigerado “economista do desenvolvimento” peruano, Hernando de Soto, que já antes se destacara ao enaltecer a economia da miséria como “economia de mercado a partir de baixo”, exigindo agora “liberdade para o capital” (de Soto 2000), surfando também a onda da “economia institucional”, a fim de mastigar uma vez mais a ideologia da “falta de instituições de confiança”, já mais que mastigada, “chamando a atenção” para ela com pompa e circunstância.

Assim, a ideologia culturalista do politicamente correcto, interpretada como formalmente emancipatória sobretudo nos EUA, se revela como um novo instrumento de dominação, perfeitamente no sentido de Landes. A tendência pós-moderna, muito superficial em termos de crítica social, de reconhecer oficialmente as “identidades” e tradições das pessoas de cor e das culturas não europeias, e de as aceitar nos cânones académicos, dando-lhes garantias de quotas, é agora virada contra os seus supostos beneficiários: os beatos do mercado amarram-nos agora pejorativamente às suas identidades “étnicas” e culturais, que, de repente, se revelam como uma nódoa e um estigma de falta de compatibilidade com o todo-poderoso totalitarismo económico. Assim se tornam eles próprios culpados da sua pobreza e das suas crises, por não terem suficiente “cultura capitalista”, nas suas cabeças e nas suas instituições.

“Cultura capitalista” que agora lhes deve ser misericordiosamente administrada pelo glorioso Ocidente, como de costume, como “ajuda ao desenvolvimento”, ajuda que é puramente ideológica e portanto nada custa. A guardar a vinha global da humanidade é posto o maior de todos os ladrões, precisamente o sistema mundial capitalista, com todos os seus honoráveis representantes, conseguindo assim redefinir-se os efeitos da crise sistémica como sendo as suas causas externas. Temos culpados, e está salva a própria ignorância socioeconómica.

Por fim, a novíssima moda da ideologia de legitimação capitalista chega aos grandes paquidermes institucionais, tendo, entretanto o Banco Mundial entrado também na viagem do culturalismo pós-moderno e da economia institucional: “Instituições para criar mercados” (Banco Mundial 2002), foi como ele intitulou um dos mais recentes relatórios sobre o desenvolvimento mundial, para assim, com fé e confiança, reclamar “o entendimento do papel das instituições que suportam o mercado” (Wolfensohn 2002) e em conformidade reinterpretar a sua “missão”: “A criação de instituições

eficazes é uma exigência decisiva para a missão do Banco Mundial de combater a pobreza. Estando nós conscientes da importância fundamental das instituições no processo de desenvolvimento, criámos um quadro de desenvolvimento abrangente (*comprehensive development framework*) que realça a estreita associação entre as instituições e os aspectos humanos, físicos e macroeconómicos do desenvolvimento” (Wolfensohn, *ibid.*)

Assim se inverte alegremente a relação causal entre a crise e a degradação das instituições, sendo ideologicamente impermeabilizada a ignorância capitalista, o que de facto em nada altera o desenvolvimento dos processos reais de crise e de colapso. Enquanto o terror económico vai encurtando os horizontes a uma crescente maioria da humanidade, a começar pela juventude, um artista alemão da palavra e pensador-mestre do equilíbrio liberal-democrático dá-se ao luxo de efabular acerca dos “horizontes abertos com que a juventude de hoje se vai familiarizando”, e anunciar, imperturbável perante a realidade factual do mundo, uma “segunda fase” da gloriosa globalização do capital: “Far-se-á, assim, na segunda fase da globalização, uma dupla descoberta no terreno: o mundo no seu conjunto e, sobretudo, os antigos Estados industrializados, tornar-se-ão mais ricos economicamente e em geral [...] A crescente riqueza económica das nações chega como que *sponte sua*, espontaneamente, em consequência das leis da economia, do progresso tecnológico e da divisão internacional do trabalho” (Dettling 2001). Mas isso, obviamente, apenas se os seres humanos se abrirem “cultural” e institucionalmente ao encanto do capital e aos seus desaforos.

Sponte sua vai a democracia mundial dando repetidamente expressão à sua palavra de ordem geral que diz: o descaramento vencerá! Pelos factos vergonhosos é agora responsável a imagem do inimigo, destilada a partir do culturalismo e da economia institucional, de uma corrupção mundial, de uma criminalidade mundial, de uma barbárie mundial, etc., contrapostas como corpos estranhos e exteriores à economia de mercado em si “boa”. Estes fenómenos, deixados completamente por esclarecer na sua génese, são considerados como forças destruidoras, surgidas, sem se saber como nem porquê, do “mal” em si mesmo, situação em que a imagem do mundo capitalista em crise, completamente distorcida e invertida, é enriquecida com uma contraposição igualmente culturalista do “Ocidente” aos adversos mundos africano, asiático, islâmico, etc. ficticiamente reconstruídos. E este modelo de explicação, vergonhosamente deturpado, infiltrou-se no idealismo democrático das “boas pessoas”, primeiro devotado à economia de mercado e depois convertido ao belicismo, que só assim pode justificar a sua intervenção.

O imperialismo da segurança

Levanta-se naturalmente a questão: para quê tanto esforço? Por que razão pretende o “imperialismo global ideal” da NATO, sob a liderança inquestionável dos EUA, pacificar militarmente o mundo com uma legitimação ideológica assim tão frágil, mundo com o qual de qualquer modo já não consegue lidar na maior parte dos seus territórios? Porque não abandona ele simplesmente a massa dos “caídos fora” ao seu destino e à sua sombria tendência para se matarem uns aos outros, na continuação da concorrência capitalista por outros meios?

Num caso ou noutro, esta pode perfeitamente ser a opção. Assim, a intervenção na Somália, ainda com mandato da ONU, em 1993, foi miseravelmente interrompida, depois de as tropas de intervenção vindas de muitos Estados-membros da ONU correrem o risco de ser aniquiladas em combates penosamente mal-sucedidos com milícias de clãs locais, e de já nem sequer ser possível encontrar algo como um contacto “político”, no impenetrável contexto de um desmoronamento estatal já muito avançado. Teve um carácter simbólico o facto de o então ministro da Defesa alemão, Volker Rühle, numa pomposa visita às tropas, ter tropeçado e caído nas areias do deserto, perante as câmaras.

A retirada foi das mais miseráveis, e acompanhada por acontecimentos inesquecíveis no aeroporto de Mogadíscio: “Ao amanhecer, ainda os carros de combate dos capacetes azuis paquistaneses não se tinham retirado, a multidão irrompeu no recinto e levou rapidamente móveis, tapetes,

electrodomésticos e tudo o que pudesse ter algum valor. Os 1500 paquistaneses em retirada, os últimos capacetes azuis na Somália, recuaram para o porto de Mogadíscio, para trás das linhas dos fuzileiros navais americanos e italianos, que asseguraram a evacuação dos capacetes azuis. Partidários armados do chefe de milícia somali Mohammed Farah Aidid expulsaram finalmente os saqueadores com tiros a partir do aeroporto e conseguiram controlar a situação” (dpa [Agência de Imprensa Alemã], Março 1995). O único resultado de toda a operação resumiu-se, assim, ao facto de a desorganizada economia de saque regressar ao domínio organizado dos gangues.

Desta experiência chegou-se à já bem sabida conclusão de concentrar as acções da polícia mundial mais na NATO, em forças militares de alta tecnologia e em ataques aéreos selectivos, como os que depois foram utilizados sobretudo contra a Jugoslávia e no subsequente conflito interminável com o Iraque. No entanto, o raio de acção da polícia mundial capitalista, assim, já está severamente reduzido: por um lado, há países e regiões, como a Rússia, a China, o Paquistão, a Índia, etc., que, mesmo em caso de uma necessidade capitalista de pacificação, dificilmente alguém se atreverá a abordar; por outro lado, a experiência da Somália levou a que outros países e regiões, como toda a África central, etc., tenham sido classificados como sem importância, e de facto, para já, abandonados à fatalidade das suas convulsões internas, na barbarizada concorrência de crise.

Mas a pretensão de domínio da polícia mundial não pode ser abandonada. O que diz Enzensberger – que o capital e os representantes do seu domínio “se retiram dos palcos da guerra” – não é verdade. A pretensão de controlo tem de continuar a expressar-se manifestamente, e até ser reforçada, onde o permitir a classificação de risco e o “valor da intervenção”; e tem de permanecer latente, como ameaça fundamental, também para o resto do mundo. Como não podia deixar de ser, sob condições capitalistas, este “valor da intervenção” também pode em última instância ser explicado como determinação económica.

Aqui é preciso lembrar duas coisas. Por um lado, a crise da terceira revolução industrial atingiu há muito também os Estados do centro capitalista. De facto a crise mundial não está aí tão avançada como nos grandes espaços da periferia, mas a sua presença já é suficiente para colocar amplos constrangimentos à acção. Também no Ocidente o poder de compra das grandes massas está a diminuir, também no Ocidente se formou já uma base humana de “supérfluos”, também no Ocidente a capacidade de reprodução do capital está, em última instância, comprometida.

Por outro lado, a globalização levou a que os capitais individuais se dispersassem empresarialmente por todo o globo, como reacção a este problema. Em lugar dos espaços territoriais de reprodução do capital, surgem ilhas desterritorializadas de lucro e produtividade: cadeias empresariais de produção de valor a nível mundial, que se desenvolvem através dos territórios das economias nacionais depauperadas. A economia empresarial desterritorializada simula um mundo do capital com capacidade de reprodução, que pretende já não ter nada a ver com os territórios dos “supérfluos”, pretendendo, no entanto, manter estes sob rédea curta.

Naturalmente que esta economia empresarial do capital transnacional se distribui com diferentes densidades pelo globo. Na tríade do centro capitalista (Japão, América do Norte, Europa Ocidental) encontra-se também a maior densidade do capital transnacional; a parte de leão das cadeias globalizadas de criação de valor, bem como dos investimentos e fluxos de capital financeiro que lhes estão associados, concentra-se nestas regiões mundiais relativamente pequenas, enquanto a densidade da globalização na periferia diminui cada vez mais e, em África sobretudo, já somente se regista em doses quase homeopáticas.

Mas grão a grão enche a galinha o papo. Isto é, quanto mais claramente se manifesta o limite interno do modo de produção capitalista, maior se torna a necessidade de o capital transnacional conseguir aproveitar as mais pequenas ilhas de rentabilidade das aplicações, de poder de compra e de possibilidade de lucro. A desterritorialização exige omnipresença pontual, em todas zonas com capacidade de reprodução capitalista, para poder arrecadar onde ainda há algo para arrecadar.

Este interesse pontual pode assumir diversas formas, nos enormes espaços da periferia em grande parte inaproveitáveis. Mesmo o mais pequeno dos regatos do cada vez mais reduzido poder de compra deve ser desviado para os moinhos do capital transnacional, nem que seja através da

economia de saque. O mesmo se aplica às pequenas e mesmo mínimas ilhas de produtividade, onde se revelam lucrativos (muitas vezes apenas transitoriamente) processos de trabalho qualificado no quadro das cadeias transnacionais de criação de valor, embora a grande massa da população não sirva para nada.

Mas os espaços da periferia do capitalismo têm de se manter sobretudo como reservatórios de matérias-primas – desde os metais raros até às reservas farmacológicas das florestas tropicais, cuja possibilidade de exploração deve ser garantida enquanto elas ainda existirem, numa corrida contra o tempo com a destruição dessas florestas pelo capitalismo. Finalmente há interesse em manter à disposição do turismo, também pontual, dos mais bem remunerados dos centros (também aqui, obviamente, enquanto os houver!) os recursos climáticos e paisagísticos das regiões mundiais periféricas, enquanto não forem também arruinados pelo capitalismo.

A democracia mundial capitalista exige, portanto, a uma grande parte do mundo tornada inaproveitável, que o processo de valorização e de destruição possa continuar à vontade, mesmo onde isso já só for possível em pequena escala. Os que não prestam para nada devem conformar-se com o seu destino, e mendigar a atenção dos “investidores”, com ofertas muito baratas em termos de “política de localização do investimento”; o acesso às ilhas de rentabilidade, no oceano da miséria, deve ser “livre” e sem entraves; as coisas boas do mundo, no inutilizável resto, devem alimentar sem fim o circuito da reprodução capitalista, ou apodrecer. Os miseráveis devem ser afastados, o mais solícitamente possível, ao chegarem à praia, de modo que a sua visão não perturbe a vista dos democratas mundiais, e que as mãos estendidas não incomodem o divertimento descontraído das pessoas que trabalham arduamente na economia de mercado. Quem abre uma loja *gourmet* para os que ainda têm poder de compra, numa zona de fome, deve poder prosseguir os seus negócios, certamente benéficos para a região, sem ser prejudicado pela “inveja” dos que não prestam para nada; e em princípio até mesmo um senhor da guerra do potentado vizinho só deve ser morto depois de ter pago o seu Mercedes. Numa palavra: o interesse está em manter o capitalismo, com a sua “economia de mercado e democracia”, como única forma de reprodução válida, mesmo onde o capital já não consegue ser uma relação social geral.

Trata-se, portanto, de um controlo, já não territorial, mas social, “pós-político” e policial mundial, para uma delimitação dos subsequentes processos catastróficos, que os contínuos colapsos económicos causam em cadeia cerrada. O conceito central para o problema que aqui surge é o de “segurança”. O “imperialismo global ideal” da NATO, portanto, é no essencial um imperialismo da segurança: a segurança do curso dos negócios entre as ilhas das cadeias transnacionais de criação de valor, do fornecimento de matérias-primas, dos investimentos financeiros, etc. deve ser assegurada nos territórios mundiais que não prestam para nada a não ser para isso, ignorando a respectiva incapacidade de reprodução social geral.

Podem verificar-se indesejados factores de perturbação desta segurança, no plano macro e no plano micro. No plano macro são regimes de natureza estatal ou semiestatal intratáveis, “meio-malucos”, vindos de outras conjunturas, ou então que se furtam ao controlo das instituições financeiras internacionais, que interferem e se opõem ao livre acesso do capital transnacional aos recursos naturais, aos mercados restantes, etc., ou pretendem desesperadamente agarrar-se a velhas regras do Estado-nação e da economia nacional na política monetária e económica (frequentemente já em ligação com interesses da economia de saque, ou puramente cleptocráticos), ou que ameaçam a segurança dos negócios com operações militares arbitrárias no interior da sociedade, sendo considerados “apoiantes do terrorismo”, etc.

Candidatos ao estatuto de regime criminoso ou Estado bandido, neste sentido policial mundial, não faltam. Além do Iraque e do resto da Jugoslávia, já receberam este título o Irão, o Sudão e a Líbia; a Indonésia, a Malásia, as Filipinas e o Zimbabué de Mugabe escaparam ocasionalmente por um triz à classificação. Um problema no caso da missão na Somália foi precisamente o de não ter sido definido a tempo e claramente esse estatuto de vilão-mor.

No plano micro trata-se dos inúmeros grupos terroristas, gangues mafiosos, senhores da guerra locais, de resqúcios desgovernados de aparelhos de Estado em decomposição, que se dedicam à

pilhagem, de organizações de guerrilha que ficaram sem objectivo, e finalmente também de múltiplas manifestações de uma criminalidade individual maciça, que surgem necessariamente dos processos de crise e colapso socioeconómico.

Perturba o contexto funcional capitalista que na América Latina sejam raptados gerentes norte-americanos do capital transnacional, já quase por rotina, com vista à obtenção de um resgate (aqui desenvolveu-se uma verdadeira “indústria dos raptos”), que jovens assaltantes chacinem um gerente alemão da Siemens com a família no interior da China, que turistas europeus sejam mantidos durante um mês como reféns dos separatistas nas Filipinas, sejam roubados e violentados por vadios desempregados no Quênia, sejam queimados e esartejados por fundamentalistas islâmicos no Egipto.

O drama da família alemã Wallert, sequestrada num parque de campismo na Malásia por “rebeldes muçulmanos” filipinos, por exemplo, tornou-se tema da imprensa sensacionalista, e levou até os mais estúpidos pequenos-burgueses alemães amantes do turismo a perceber um pouco a barbarização da sociedade capitalista mundial, fora dos idílios provincianos dos que ganham melhor. Mas, tal como no caso de outras manifestações de crise, também estas foram consideradas secundárias pela consciência capitalista e pelo seu sentido de negócio. Os *media* internacionais foram em peregrinação até aos raptos das Filipinas e fizeram uma encenação prenhe de audiência, tendo como base a actuação da senhora Wallert, que deveria representar a relação entre histeria e incompreensão, na democrática cabeça de uma turista ocidental, com direito de reclamação, confrontada com a realidade do Terceiro Mundo. Perante catástrofes reais, tais solistas do pânico, aos quais nada falta, mas que encenam em voz alta e eficazmente o seu direito prioritário ao resgate, são a maior parte das vezes resgatados de facto em primeiro lugar, quase sempre à custa do mais silencioso desespero e de feridos graves. Os trocistas poderiam dizer que só faltou que os raptos tivessem oferecido o pagamento de um resgate para se verem livres da senhora, porque jamais lhes havia passado pela cabeça quão horrorosa poderia ser uma alemã da classe média. Está de acordo com isso o facto de a família Wallert ter comercializado mediaticamente a sua aventura, com sentido do negócio, a acreditar nos relatos da imprensa.

Tais fenómenos surgem cada vez mais no contexto das zonas de crise turística. Aqui se vai esboçando um perverso mercado secundário para o turismo de aventura; por exemplo, quando turistas ocidentais viajam de propósito para o Iémen, para serem raptados por clãs locais e poderem depois ser libertados pelas respectivas embaixadas ou consulados. Nada é impossível no que respeita à fúria consumista e desejo de aventura absurdos do meio mentecapto ganhador de dinheiro. Mas estes fenómenos são secundários. No seu conjunto, a crescente falta de segurança nas regiões de crise do globo é areia na engrenagem do sistema mundial, e os seus efeitos repercutem-se negativamente, como perdas e custos nas contas.

Perturbações sensíveis notam-se também nas vias comerciais e linhas de abastecimento marítimas do capital transnacional. Pois a economia de saque não se refere apenas ao facto de as economias nacionais em colapso serem desmanteladas, e os grupos étnicos definidos como inimigos, ou simplesmente quaisquer famílias ou indivíduos serem assaltados nas regiões socioeconomicamente abandonadas. Saqueados são também “os navios com os tesouros da economia mundial” (*Der Spiegel*, 34/2001). Constitui um forte indício do processo de colapso global da modernidade produtora de mercadorias o facto de regressar maciçamente um fenómeno dos seus tempos iniciais: a pirataria. No Pacífico asiático, no oceano Índico, no mar da Arábia, no Atlântico entre África e a América do Sul “ressurge a caveira” (*ibid.*). Com catanas e machados, como nos tempos clássicos, mas há muito também com modernas lanchas rápidas, com espingardas automáticas e mesmo com armas pesadas, os piratas atacam os cargueiros e os simples barcos de pesca. E, tal como os senhores da guerra em terra, também a nova pirataria já criou a sua figura lendária: “Um dos mais brutais descendentes dos corsários é Aliasa Bungalos, que ataca nas águas do Sul das Filipinas, intitulado-se comandante Alex” (*ibid.*). Tudo é apesado, pois nada está absolutamente seguro: dinheiro, jóias, bens materiais, mas também navios inteiros. A brutalidade assume aqui, tal como no caso da economia de saque em terra firme, traços de louca embriaguez sanguinária: “Os piratas entraram numa noite de Novembro de 1998, com farda da guarda fiscal, no cargueiro “Cheung Son”,

que devia transportar escória dos altos fornos de Xangai para a Malásia. Dominaram e amordaçaram a tripulação. Dez dias depois de terem capturado o navio, os piratas assassinaram os prisioneiros; lançaram borda fora os 23 mortos, acorrentados a pesos [...] Também os assassinos não sobreviveram muito ao banho de sangue. Polícias do Sul da China encontraram numa rusga imagens dos piratas, que se tinham fotografado uns aos outros durante o massacre. Os carneiros foram executados” (*Der Spiegel, ibid.*).

A rápida queda do padrão de segurança nos mares de todo o mundo alarmou associações de companhias de navegação, seguradoras e empresas de turismo, e não só. Com o crescente profissionalismo dos piratas, perdem-se cada vez mais cargas valiosas, incluindo petroleiros com toda a carga, que depois é vendida ao desbarato nos mercados negros transnacionais. O Japão, particularmente dependente do transporte marítimo, já receia pelas suas principais vias de abastecimento. E a pirataria em crescimento, tal como as suas empresas irmãs em terra, pode ser claramente reduzida aos processos de colapso socioeconómico causados pela lógica do mercado mundial; é o caso no Sudeste Asiático, onde as consequências sociais da crise de 1997/98 se fazem sentir bem, enquanto no plano dos mercados financeiros foi dado um fim de alerta (falacioso e de vistas curtas): “Os piratas de hoje são vítimas e portanto também resultantes do colapso dos tigres asiáticos. As falências de empresas em 1998 repercutiram-se com atraso nas aldeias ao longo da costa: as lojas estavam vazias; as poupanças, esgotadas – e lá fora, sobre o mar, estavam navegando ao largo tesouros da economia mundial: electrónica, alimentos, petróleo” (*Der Spiegel, ibid.*).

Esta ligação real entre causa e efeito só raramente surge nos *media* ocidentais, mas nunca na argumentação da ideologia democrática mundial. Se no Sudeste Asiático as poupanças das pessoas “desapareceram”, então naturalmente foi porque a sua queima, em termos de capital financeiro, coincidiu com a recuperação dos investidores ocidentais pelo FMI.

Seja rapto, pilhagem e assassinio de turistas, ou simples pirataria: no plano micro da “insegurança” global, em cada caso há também intervenções no modo de actuar dos serviços secretos, observação por satélite, utilização de comandos especiais, etc. Assim são elaborados cada vez mais planos pormenorizados para intervenções no estrangeiro à escala micro, que já não têm nada a ver com as velhas estratégias nacionais imperiais, mas assumem o carácter de policiamento mundial: “As forças armadas federais [alemãs] planeiam uma nova tropa especial para intervenções em costas distantes. O inspector geral Harald Kujat quer formar um regimento de fuzileiros navais e infantaria com cerca de 1000 soldados, à semelhança dos marines dos EUA [...] A marinha deve adquirir [...] dois grandes navios de desembarque para o transporte das tropas. Devem transportar helicópteros e servir de comando central flutuante e de hospital militar – por exemplo, em caso de libertação de turistas das mãos dos raptos” (*Der Spiegel, 29/2001*).

Em regra, este campo é obviamente demasiado vasto, para que possa ser acessível à intervenção directa de um imperialismo da segurança global. Em vez disso, os diversos regimes são periodicamente exortados a elevar os seus “padrões de segurança”, recebem ofertas de ajuda de toda a espécie da polícia mundial (por exemplo, formação de forças policiais), etc. Neste aspecto, também é possível fazer a distinção entre regimes e potentados de crise com mais ou menos boa vontade, a fim de se poder acenar com restrições ou com prémios (em primeira linha, através de créditos do FMI e do Banco Mundial).

Os planos micro e macro do imperialismo da segurança e dos seus motivos convertem-se permanentemente um no outro; a crise mundial progressiva cria neste aspecto acontecimentos sempre novos e surpreendentes. A verdade é que a desejada “segurança”, afinal, não pode ser construída, precisamente porque o totalitarismo económico da democracia mundial capitalista é que constitui, ele próprio, a causa da perda geral de segurança.

Assim, por um lado, o capital globalizado foi-se adaptando cada vez mais a ter de viver com “riscos de segurança”, num número crescente de regiões mundiais. Apesar disso, os negócios pontuais são feitos, os gerentes e empregados colocados no local têm de suportar esse risco, juntamente com as famílias. Para a maioria dos países de África, da Ásia e da América Latina (e entretanto também para a Europa de Leste) existem “guias de segurança”, com os respectivos conselhos; são

frequentemente recrutados guarda-costas locais, ou existem mesmo serviços de segurança próprios. Por outro lado, o aparelho político e militar do imperialismo da segurança preparou-se para conduzir uma guerra sem fim contra os “potenciais de perturbação”, que de facto nunca poderá ser ganha, mas que pode contê-los temporariamente.

As grandes intervenções no plano macro de situações e conflitos estatais ou pseudo-estatais representam apenas a actividade mais visível deste intervencionismo global. Somente as intervenções que atingem a ordem de grandeza de verdadeiras guerras de ordenamento mundial, como as expedições punitivas contra os regimes de Saddam Hussein e Milosevic, são estrategicamente calculadas. Na maior parte dos casos trata-se sobretudo de acções simbólicas, que mostram presença e pretendem evidenciar o poder de intimidação da democracia mundial.

Assim, por exemplo, o facto de uma inofensiva fábrica de medicamentos e fertilizantes no Sudão ter sido reduzida a escombros e cinza por bombardeiros dos EUA, a título de demonstração, causou pouca excitação, porque aqui o que estava em causa não era um objectivo militar tático, mas sim o mero efeito intimidatório – e porque este motivo é amplamente partilhado pela opinião pública democrática mundial. Desde que se trate da “segurança” da própria imagem tacanha do mundo, a questão da verdade empírica fica sem efeito, e os *media* “livres” revelam-se como um muro de silêncio. As populações das regiões de crise e risco esmagadas pelo mercado mundial não só são reféns dos seus potentados de crise, mas também são carne para canhão para o imperialismo da segurança ocidental, a fim de ensinar boas maneiras aos maiores ou menores detentores do poder e manter de algum modo sob controlo a perigosa massa dos caídos fora.

O imperialismo do petróleo e do gás: a segurança das reservas estratégicas de matérias-primas

Da multiplicidade dos fenómenos de potentados de crise, economia de saque e imperialismo da segurança policial mundial, destaca-se no entanto um aspecto, que vai além do interesse pelas mais diversas possibilidades de valorização pontuais; trata-se da segurança das reservas estratégicas de matérias-primas, sobretudo petróleo e gás. Neste ponto, a governação democrática mundial do terror económico não está mesmo nada para brincadeiras, pois as fontes de energia fósseis, com o petróleo à cabeça, constituem o combustível da máquina mundial capitalista.

Mesmo para os mais tacanhos actores do sistema mundial, tem de ser claro que a descomunal exploração exaustiva, através da economia de crescimento permanente sistemicamente condicionado, transporte individual, jactos, aparelho militar e turismo, seguramente esgotará os limitados jazigos de energia fóssil com condições de algum modo favoráveis, no decurso das próximas décadas (apesar de todos os fins de alerta periodicamente repetidos a este respeito). Mas, também a este respeito, aplica-se ao capitalismo democrático mundial o princípio “depois de nós, o dilúvio”, e, precisamente por isso, a segurança militar do acesso a este recurso natural decisivo e do seu fluxo permanente para as indústrias capitalistas centrais são de uma grande importância para o “imperialismo global ideal” e para a sua polícia mundial.

O centro deste interesse número um do imperialismo da segurança reside, como sempre, no Médio Oriente; mas a área do mar Cáspio, com os seus jazigos até agora pouco acessíveis, está cada vez mais sob a mira dos estrategos da segurança da democracia mundial, uma vez que esta região do mundo, após o colapso da União Soviética capitalista de Estado, entrou nos típicos desenvolvimentos de desmoronamento do Estado, economia de saque, etc., assim apresentando um alto nível de insegurança no que respeita a reservas estratégicas de energia e revelando também “necessidade de pacificação”.

Seria, no entanto, errado derivar as anteriores guerras de ordenamento mundial e as intervenções da polícia mundial, desde o fim da constelação bipolar, directa e unidimensionalmente deste interesse da política energética, e pressupor uma estratégia do imperialismo da segurança, tão abrangente

quanto ampla, apenas a isso referida, estratégia essa em que particularmente as intervenções nos Balcãs tivessem um estatuto evidente. Tão-pouco se trata da continuação da antiga “geopolítica”, agora reduzida aos puros interesses da política energética, e que por natureza era determinada em termos nacional-imperiais e territoriais.

Pelo contrário, nas diversas intervenções sobrepõem-se interesses económicos gerais, “simbólicos” (estabelecidos como exemplos) e, especificamente, da política energética do imperialismo da segurança, o qual, além disso, está eivado de grandes confusões e é movido por medos e constrangimentos irracionais, sendo, portanto, ele mesmo um momento dum processo cego de crise mundial, e tudo menos um actor soberano.

Importante aqui, no sentido do interesse bruto, mas não isolável, da política energética, já não é qualquer controlo nacional da região das matérias-primas, sobretudo no Médio Oriente e, recentemente, no mar Cáspio; isso também já não faria sentido nenhum, perante a dispersão da economia empresarial em todos os espaços da valorização do capital. O que também se aplica à indústria petrolífera instalada no espaço do Cáspio, que se pretende agora tornar acessível. Através da banca, os protagonistas mais importantes são as grandes empresas petrolíferas transnacionais. Se alguma tónica nacional se pode ver ainda neste contexto é a preponderância das empresas-mães dos EUA, o que corresponde apenas à irreversível hegemonia político-militar dos EUA neste sector estratégico.

Abstraindo disso, são sobretudo consórcios, constituídos por grandes empresas petrolíferas transnacionais; incluindo, além de empresas dos EUA, sobretudo empresas francesas, italianas e norueguesas – e também alemãs, mas por enquanto sem posição de destaque. Nomes de empresas que apontem para a sua pertença nacional são em todo o caso irrelevantes, pois as relações de concorrência dos consórcios na área do Cáspio desenvolvem-se numa linha completamente diferente das relações de pertença nacional. Isto vale também para as relações de propriedade, nas quais, como aliás também na economia globalizada do capital, se podem constituir cada vez menos pertenças nacionais: tal como uma empresa alemã se pode encontrar realmente na posse de japoneses, americanos, franceses, etc. (e reciprocamente), também a exploração e a pesquisa da matéria-prima estratégica número um são cada vez mais feitas por conglomerados de grandes empresas, em mistura variada e por vezes impenetrável.

Assim, em muitos projectos de gasodutos da região do Cáspio, a sociedade argentina Bridas foi a principal concorrente da empresa de petróleos californiana Unocal, o que de modo nenhum aponta para um posicionamento estratégico do “imperialismo nacional argentino” na Ásia Central (como teria de parecer do ponto de vista dos notórios charlatões da “geopolítica”). O consórcio “Kazgermunai” para a exploração de campos de petróleo no Cazaquistão, em que participam as empresas alemãs RWE-DEA Aktiengesellschaft für Mineralöl und Chemie e Erdöl-Erdgas Gommern GmbH, com 42,5 por cento, a filial do Banco Mundial International Finance Corporation, com 7,5 por cento, e a empresa local KazachOil, com 50 por cento, seria por sua vez um mau exemplo da suposta estratégia nacional imperial alemã para o petróleo – pois a KazachOil há muito foi tomada pela canadiana Hurricane Kumkol Munai (HKM).

Perante uma economia do capital globalizada e a atingir ao mesmo tempo os seus limites, o que interessa não são as relações nacionais de poder para a segurança das reservas estratégicas de matérias-primas; mesmo os EUA, tanto no Médio Oriente como na área do Cáspio, intervêm neste sentido, não como protagonistas imperiais nacionais, mas como cabeça do imperialismo global da segurança, em nome do “livre acesso internacional” às reservas de petróleo, de acordo com a capacidade de pagamento. O importante é única e exclusivamente que a “matéria” fulcral, o elixir da vida, para a destrutiva cultura de combustão capitalista, continue a poder fluir abundantemente e sem restrições, e o mais possível também a baixos preços.

Tal como noutros aspectos, também na política energética o “imperialismo global ideal” se torna o garante das insaciáveis necessidades do capital transnacional, que por sua vez são a condição da sua existência. E, tal como em todos os outros planos, também no que respeita às reservas estratégicas de matérias-primas as rivalidades nacionais remanescentes têm de passar para segundo plano.

Precisamente no caso do póquer em torno do petróleo do Cáspio, as principais disputas do lado ocidental ocorrem menos entre diferentes “interesses nacionais” do que entre os protagonistas económicos e político-militares: enquanto as multinacionais do petróleo, sobretudo dos EUA, apoiam veementemente, por puras razões de custos, rotas dos *pipelines* através do território russo (ou sob controlo russo) ou mesmo iraniano, os estrategos da administração do imperialismo da segurança, sobretudo também dos EUA, querem a todo o custo impor rotas através da Turquia, bastante dispendiosas e pouco rentáveis. Mas, por enquanto, não há investidores para este “oleodutopolítico”.

Naturalmente que também as reservas do imperialismo da segurança face à Rússia, à China e ao Irão, na Ásia Central, não têm base “geoestratégica”, no velho sentido do imperialismo nacional, mas assentam na suspeita de que estes protagonistas estatais-nacionais são, eles próprios, demasiadamente instáveis e imprevisíveis, para poderem funcionar como garantes das reservas de matérias-primas no Cáspio e serem utilizados como tais. Para todas as regiões de matérias-primas estratégicas, vale que a prioridade é a “estabilidade” e a “liberdade de acesso” capitalista a qualquer preço, independentemente de quem as apoia e com que meios.

De resto, a corrida ao petróleo do Cáspio também não deve ser sobreavaliada. Independentemente dos enormes custos de exploração e transporte, a capacidade dos jazigos é provavelmente menor do que inicialmente previsto: “As reservas estimadas de petróleo no mar Cáspio não podem ser comparadas, nem de longe, com as da região do Golfo. Os *stocks* presumidos são da ordem de grandeza das reservas do mar do Norte, talvez um pouco mais, ou seja, abaixo de 5 por cento das reservas mundiais estimadas” (*Neue Zürcher Zeitung*, 14.12.1998). A euforia de meados dos anos 90 do século passado sobre uma suposta “segunda região do Golfo” também se foi dissipando entretanto; os projectos de gasodutos não foram em grande parte realizados, e as empresas petrolíferas reduziram a sua presença a uma dimensão relativamente pequena.

A Ásia Central não sofrerá uma espécie de *showdown* estratégico mundial como região de matérias-primas, nem no sentido do fantasista “imperialismo nacional geoestratégico”, nem no sentido do imperialismo da segurança real. O que resta é a importância da opção de flanquear as reservas de petróleo da região do Golfo, que continuam fulcralmente estratégicas: o esgotamento, lento mas seguro, de outras reservas (incluindo as do mar do Norte), em virtude da exaustiva exploração capitalista, apesar de todas as medidas de diversificação, actualmente elevou já de tal modo às alturas a quota-parte do Médio Oriente na exploração global de petróleo (até 2010 vai subir aos 50 por cento), que a riqueza petrolífera do Cáspio permanece interessante, como reserva de recurso a longo prazo, mesmo com expectativas modestas.

Seja no Médio Oriente, na área do Cáspio ou noutra parte, o “imperialismo global ideal” do Ocidente pousa o seu punho blindado sobre tudo, e também as últimas reservas de energia fóssil desta Terra. Quanto mais se aproxima do fim socioeconómico a cultura capitalista de combustão, e mais se esgotam também as reservas físicas, tanto mais implacavelmente os aparelhos político-militares do capitalismo transnacional têm de abrir à força o “acesso sem entraves” às últimas fontes de petróleo. Os combustíveis fósseis, e em primeiro lugar o petróleo, são e continuam a ser a base energética da economia do fim em si capitalista; no terreno deste modo de produção e de vida, no quadro do seu entendimento da natureza e do seu modo de pensar, não há qualquer outra possibilidade. E o mundo pode estar certo de que, para satisfazer a avidez da sua máquina mundial do combustível que se esgota, a democracia mundial unida reduzirá a escombros, se necessário, não apenas “Estados vilões” isolados, mas até meios continentes.

4. O MÉDIO ORIENTE E A SÍNDROME DO ANTI-SEMITISMO

No processo de barbarização e autodestruição do sistema mundial dominante, existe um foco de tensão em que se enredam singularmente nos seus limites sistémicos históricos a destrutiva globalização capitalista, a história e a constituição ideológica do mundo moderno – é o Médio Oriente, com Israel e o chamado conflito palestiniano no centro. À primeira vista parece tratar-se, antes de mais, do campo mais importante do imperialismo ocidental do petróleo. O que, naturalmente, é verdade, tendo em conta o bruto interesse da cultura de combustão capitalista. Mas o conflito não se resume de modo nenhum a esse aspecto; pelo contrário, inclui ainda outra dimensão essencial, completamente diferente, que é a lógica do anti-semitismo, como ideologia de crise capitalista central, e a constituição do Estado de Israel a ela associada, Estado este que por isso mesmo não é um Estado como os outros.

A religião de combustão capitalista e os regimes do petróleo

Ainda assim, o quadro seria incompleto e enganador se deixássemos totalmente de parte o pano de fundo dos interesses do imperialismo ocidental do petróleo, relativamente ao conflito do Médio Oriente. Como o Médio Oriente, devido a motivos naturais e geográficos que se prendem com a localização das jazidas, é e continua a ser a fonte principal de combustível da máquina mundial capitalista, também tem de se concentrar aqui a intervenção do "imperialista global ideal" como polícia mundial. Trata-se de um aspecto não despidendo da definição culturalista do inimigo contra o Islão; pois é precisamente junto às sacrossantas fontes da religião de combustão capitalista, na qual o fim em si irracional da "valorização do valor" por assim dizer se materializa em termos energéticos, que os produtos islâmicos da barbarização induzida pela globalização são forçosamente sentidos como especialmente "perturbadores" e perigosos (muito mais do que, por exemplo, no Paquistão ou na Indonésia).

Como em qualquer outro aspecto, também e especialmente neste terreno específico da globalização e da intervenção policial mundial, o "imperialismo global ideal" se envolve em contradições insolúveis, que deixam transparecer, por detrás do pragmatismo da racionalidade do objectivo, a loucura objectivada do sistema e dos seus protagonistas.

É o caso, antes de mais, do posicionamento perante o próprio mundo árabe e muçulmano. Uma ditadura ocidental evidente sobre todo o espaço central da extracção de petróleo seria um estado de necessidade dificilmente sustentável por muito tempo, e que teria muito provavelmente repercussões catastróficas na frágil construção babélica do etéreo capital financeiro transnacional. Por isso, a polícia mundial do imperialismo global tem de envidar todos os esforços, segundo um padrão bem tradicional, para atrair à sua esfera de influência os regimes autóctones da região, a fim de os utilizar como vice-reis legitimatórios, "porta-aviões" e polícias militares auxiliares.

No caldeirão fervilhante de um espaço em que vivem centenas de milhões de pessoas, que de ano para ano vão sendo cada vez mais socialmente esmagadas sob a roda de Juggernaut da globalização capitalista, tal estratégia de policiamento mundial só pode acabar por dar maus resultados. A riqueza do petróleo, que, devido ao seu estatuto especial na estrutura do sistema mundial, é um objecto especulativo que se materializa a um nível de preços sujeito a oscilações intempestivas, tem

um carácter que propicia a exclusão: a esmagadora maioria dos árabes é empurrada para a pobreza e miséria, ao passo que a minúscula classe alta da riqueza energética de crise se apresenta uma obscenidade até neste Terceiro Mundo excepcional. Os "projectos de desenvolvimento" das economias dos diversos regimes petrolíferos árabes, com especial destaque para os da região do Golfo, que contam de longe com os maiores níveis de extracção e de reservas, quase não passaram de meras palavras e de operações de cosmética, apesar da sua imensa capacidade financeira – a maior parte dos "petrodólares" tem sido e vai sendo bombeada para os mercados financeiros transnacionais, em vez de ser aplicada em investimentos reais, constituindo um segmento do "capital fictício", na superestrutura financeira especulativa da terceira revolução industrial.

Ainda assim, vistos em conjunto, os regimes petrolíferos do Médio Oriente, incluindo os países árabes e o Irão, subdividem-se em duas formas diferentes, ainda hoje visíveis, embora já mitigadas, e que remetem para pontos de partida diametralmente opostos. Por um lado, temos os antigos regimes de modernização atrasada, com projectos de industrialização, entretanto todos eles falhados, mas que em tempos foram prosseguidos com toda a seriedade, apresentando uma constituição republicana e um ditatorial "culto do líder", de que Saddam Hussein e Khaddafi são exemplos. Por outro lado, há as monarquias formalmente arcaicas, com regimes de terror clericais-feudais, e que parecem saídas de uma versão hollywoodesca das "trevas medievais", ou das fantasias para jovens de um Karl May. Se os regimes de modernização republicanos e ditatoriais, como no Egipto, no Iraque, na Argélia, etc., foram em regra laicos, as monarquias (todas elas sunitas), os sultanatos, emiratos, etc., com suas bizarras linhagens de príncipes, constituíram desde o início "teocracias" sintéticas, com uma legitimação islamista arqui-reaccionária, cuja expressão religiosa não remonta de modo nenhum ao islão pré-moderno, resultando pelo contrário da sua inserção absurda e intrinsecamente contraditória na modernidade e no mercado mundial capitalistas.

Isto aplica-se especialmente ao regime do deserto saudita, que só no século XX surgiu sob a sua forma estatal actual. A dinastia saudita deriva do movimento sunita dos wahabitas, fundado no século XVIII pelo líder de uma seita religiosa chamado Abd-al-Wahhab, e ao qual aderiu o xeque do deserto Ibn Saud. Os wahabitas empenharam-se desde o início no "regresso" reaccionário a uma fantasmagórica "forma original" do islão, entendida comotossa literalidadee associada a formalidades rituais extremamente rígidas, a uma dominação de carrascos especialmente draconiana e a uma opressão exacerbada das mulheres. Sob a forma da monarquia saudita, esta louca construção religiosa – uma versão muçulmana precoce das seitas mais ou menos político-religiosas, que hoje se expandem globalmente e em grande quantidade, no âmbito do processo de desagregação pós-moderno – assumiu a forma exterior de um Estado moderno, insuflado pela riqueza do petróleo proporcionada pelo capitalismo.

Uma posição intermédia, entre os falhados regimes de modernização laicos e as teocracias monárquicas reaccionárias, que sempre foram apenas nichos político-religiosos e ao mesmo tempo um segmento dependente do capitalismo financeiro global, é a do regime do islamismo xiíta no Irão, saído da deposição violenta da monarquia do Xá (1979): aqui entrecruzam-se tentativas de modernização, sob a forma de projectos industriais, com uma teocracia retrógrada, assim como um regime formalmente republicano com uma constituição quase religiosa, o que impediu (deixando de parte a iconização, mais religiosa que política, da figura de Khomeini) a formação de um culto do líder, como no caso das ditaduras laicas.

Ora, no processo de crise da globalização, também no Médio Oriente as tentativas de modernização independente foram entretanto destruídas e arrasadas em todos os regimes da região, tendo-se iniciado um processo de asselvajamento e de reconversão. Os últimos ditadores-dinossauros da industrialização falhada, que já não podem agora oscilar entre as superpotências, como durante a Guerra Fria, tornam-se imprevisíveis e prestam-se a aventuras fantasistas, como por exemplo Saddam Hussein; a coberto de caducas fachadas das formas de Estado, vai-se estabelecendo o domínio dos clãs e dos bandos armados, como no resto do mundo; e o momento ideológico da universalidade social vai-se deslocando cada vez mais para a forma da loucura pseudo-religiosa militante.

Neste contexto, na base da produção capitalista de mercadorias e do mercado mundial, a religião

não pode voltar a ser a constituição reprodutiva da sociedade, como nas sociedades agrárias pré-modernas, nem pode substituir-se à política moderna; antes se convertendo, no Médio Oriente muito mais extremadamente do que em qualquer outro lado, numa destruidora e assassina ideologia de crise que, longe de superar o insustentável regime das relações capitalistas de concorrência, o exacerba numa configuração fantasista, dando expressão à pulsão de morte da razão moderna no momento da sua falência mundial. Uma vez que o Médio Oriente sob muitos aspectos constitui um foco das contradições do capitalismo mundial actual, também é aí que a manifesta pulsão de morte assume proporções sociais especialmente drásticas. Neste sentido todos os países muçulmanos do Médio Oriente, mesmo os que até à data têm sido laicos, resvalam para um processo de decomposição islamista e carregam-se de ideias pseudo-religiosas de ódio.

É eloquente o facto de o imperialismo do petróleo e da segurança de todo o Ocidente, sob a égide dos EUA, ter desde o início tentado cimentar o seu domínio sobre este espaço eminentemente estratégico, apoiando-se prioritariamente nas teocracias monárquicas reaccionárias. Para sub-representantes autóctones, não se optou pelos regimes laicos de modernização, que à primeira vista eram muito mais próximos do modo de vida ocidental, mas sim pelos regimes de pesadelo político-clericais da monarquia saudita, dos sultanatos, dos emiratos e dos reinos da tortura, perfeitamente disfuncionais quanto à modernização. Tal aconteceu precisamente porque, na sua essência, são especialmente sinistros e, ao mesmo tempo, absolutamente incapazes de independência económica ou militar. E não foi de modo nenhum por acaso que, por outro lado, Estados como o Iraque, a Líbia e a república islâmica xiita do Irão foram declarados "Estados vilões", embora se saiba que nesses países, por exemplo, ainda hoje a posição da mulher é relativamente melhor do que nas monarquias teocráticas reaccionárias.

O "imperialismo global ideal" tem escolhido para "potências amigas" da região petrolífera central, com uma pontaria infalível, os regimes de loucura e terror mais instáveis e mais absurdos, como que saídos de um sanguinário conto de fadas. Indirecta e involuntariamente, trata-se de uma dupla confissão: em primeiro lugar, de que a pretensão ocidental de dominação é ela própria na sua essência maligna e irracional; e, em segundo lugar, que o "desenvolvimento" e a "modernização", ao contrário da ideologia oficial, na realidade nunca estiveram especialmente previstos para a mais importante região produtora de petróleo. Foram necessários pactos diabólicos com os piores e mais reaccionários monstros feudais, caracterizados desde o início pela hipocrisia islâmica e pelo reinado do terror de uma "xária" interpretada de modo arcaico, para proteger os costados do reles e pseudo-racional materialismo dos interesses da cultura de combustão capitalista na mais importante região petrolífera. Quanto mais países o Ocidente define como "Estados vilões", mais os seus próprios amigos e ajudantes nas regiões de crise se assemelharão a *gangsters* hollywoodescos, ou a figuras nascidas da imaginação de Hieronymus Bosch.

A némesis desta espécie de monstros com legitimação imperial não se fez rogada. Nas rupturas e abalos da globalização, que desestabilizaram as bases socioeconómicas de todos os regimes do Médio Oriente ou até já deram cabo delas, os regimes clericais-feudais amigos do Ocidente constituem precisamente o seio de onde brotam os demónios do islamismo "antiocidental" sem qualquer perspectiva de vida emancipatória. À semelhança do que ocorre em todo o mundo e no seu próprio interior, também aqui e sobretudo aqui são as próprias criaturas do "imperialismo global ideal" que, perante a nova qualidade dos processos de decomposição social, escapam dos seus laboratórios político-estratégicos, para vagabundear com especial intensidade através do império do petróleo, como "factores de perturbação" de um terror cego.

Não é de modo nenhum por acaso que justamente a versão wahabita do islão, um credo sectário especialmente primitivo e brutal, que ao mesmo tempo constitui a religião de Estado do reino saudita, se tornou o terreno de onde brota grande parte do submundo do terrorismo islâmico e das suas várias correntes. Os príncipes do terror, encabeçados pelo tristemente famoso Osama bin Laden, os seus ideólogos e os colaboradores mais próximos são a 90 por cento descendentes dos mesmos clãs clericais-feudais em que o Ocidente se apoia, pois as suas figuras de terror são as que melhor se adequam à própria pretensão de domínio imperial. No decorrer da crise socioeconómica, porém, que cada vez mais escapa a qualquer controlo, os demónios por si criados rapidamente se

tornam muito mais imprevisíveis e perigosos do que os dinossauros remanescentes dos regimes da modernização falhada. O Ocidente recebe das sociedades secretas do terror, wahabitas e afins, não só o que merece, mas também o que ele próprio alimentou e educou.

O anti-imperialismo e a ideologia anti-semita de crise

Os regimes petrolíferos, de modo completamente anacrónico clericais-feudais, mas, ao mesmo tempo, do capitalismo financeiro, sempre foram um apoio demasiado inseguro, havendo necessidade de uma segunda e diferente potência da segurança na mais importante região petrolífera; e não é segredo que o Estado de Israel, como preço amargo da sua existência, tem, em grande medida, mas não sem contradições, de exercer a função de cacete do "imperialismo global ideal" ocidental perante os inseguros lugar-tenentes dos regimes árabes, ameaçados nos seus países pelos ressentimentos antiocidentais. Foi por essa razão que Israel foi protegido pelos EUA, recebeu generosas quantidades de armamentos de alta tecnologia e apoio material maciço dos Estados ocidentais. Por si só Israel não seria ainda hoje economicamente viável, ou em todo o caso não o seria no nível de vida actual – que se destaca flagrantemente dos países árabes circundantes, com elevados padrões à moda ocidental (embora com as mesmas disparidades internas entre ricos e pobres, que também existem no Ocidente).

Estes factos económicos e político-militares foram e continuam a ser aduzidos vezes sem conta contra Israel pelas tradicionais posições da esquerda "anti-imperialista", com uma agressividade furiosa; uma identificação do inimigo que radica no contexto do paradigma, ele próprio há muito falido, da "libertação nacional", como forma da modernização atrasada na periferia meridional do mercado mundial. Até hoje, em todo o Terceiro Mundo, Israel é tido na conta de um algoz do imperialismo e de um "Estado ilegal", que no fundo nem sequer deveria existir. Os interesses próprios defendidos por Israel neste contexto são percebidos como uma mera pretensão subimperial, ou quase colonial, sendo o nacionalismo de Israel e o seu expansionismo, por via do movimento dos colonatos e da conquista militar, considerados quase como a encarnação do nacionalismo puro e duro, e a autodefinição etnorreligiosa do Estado de Israel (incluindo a discriminação oficial e jurídica dos cidadãos não judeus) encarada como a encarnação do racismo por excelência.

A contrapotência mundial soviética, que agregava os retardatários históricos da periferia do mercado mundial com uma ideologia de legitimação "marxista", sempre se esforçou por forjar uma aliança com os regimes de modernização árabes laicos e construiu, sob a sigla do "sionismo", uma imagem do inimigo anti-israelita, que reflectia a aliança de Israel com o capitalismo e o imperialismo ocidental – "Israel foi, ao longo da Guerra Fria, um precioso aliado militar (dos EUA): as suas forças armadas testaram-lhes os sistemas de armamento, e o seu serviço secreto esteve disponível para operações que a CIA não podia levar a cabo" (Birnbbaum 2002). Na época da Guerra Fria, a maior parte da esquerda política de todo o mundo adoptou esta imagem do inimigo sob a palavra de ordem do "anti-sionismo". Israel foi inteiramente subsumido à constelação do conflito, então prevalecente, dos movimentos anti-imperialistas "revolucionários nacionais" do Terceiro Mundo contra o império ocidental da *Pax Americana*. O preço que Israel teve de pagar ao imperialismo pela sua existência foi convertido em argumento "anti-imperialista" contra essa mesma existência.

Assim, no entanto, ficaram necessariamente ofuscados um aspecto completamente diferente e uma dimensão muito mais essencial do desenvolvimento do capitalismo mundial, que o anti-imperialismo tradicional, com a sua perspectiva redutora, não pôde nem quis perceber. O que escapava a esse modo de ver o mundo era o papel decisivo do anti-semitismo no contexto da constituição ideológica burguesa e, com isso, um plano da contradição central do próprio imperialismo. Embora a esquerda sempre tivesse assinalado Auschwitz e o Holocausto como um grande crime dos nazis, ela sempre tendeu a minimizar o papel do anti-semitismo, e nunca o encarou como um elemento essencial ou constituinte do nacional-socialismo em particular e do

capitalismo em geral.

Esta específica falta de compreensão, por outro lado, explica-se em última instância pelo défice geral de que padecem as esquerdas marxistas, do movimento operário e anti-imperialista, quer no centro quer na periferia, e que consiste em terem permanecido limitadas às categorias sociais da relação de capital (do moderno sistema produtor de mercadorias), tendo optado por uma equiparação, participação e co-governança jurídico-política da "classe operária", com as suas instituições, como cidadãos do Estado, por um lado; e tendo optado pela modernização atrasada e pela participação independente no mercado mundial, como sujeito económico nacional e estatal nacional, por outro. Sob esta perspectiva, na qual um limite e uma crise objectivos das categorias sociais capitalistas se afiguravam impensáveis (tanto para os sociais-democratas como para os leninistas), a atenção teve de se centrar no conteúdo e no horizonte do interesse socioeconómico e político, aparentemente racional, das construções ideológicas. Por outras palavras, a ideologia era associada ao conteúdo do interesse dos sujeitos do sistema produtor de mercadorias – a "classe operária" contra a "classe capitalista", a "libertação nacional" contra o "imperialismo".

O anti-semitismo moderno pôde assim, quando muito, ser entendido como uma espécie de manobra de diversão ideológica secundária da "classe dominante", ou como uma ideologia de interesse concorrente específica da "pequena burguesia", que teria por fim distrair a "classe operária" ou os "povos oprimidos" dos seus reais interesses (teoria da manipulação). O que, mais uma vez, ficou completamente escondido foi a dimensão ideológica do contexto da forma social, para além das classes e das nações, e historicamente objectivado em trabalho abstracto, valor, forma da mercadoria, dinheiro, produção em regime de economia empresarial, mercado (mundial) e Estado. Pelo contrário, este contexto formal apresentava-se, quer em termos teóricos quer em termos práticos, como fundamento ontológico intransponível de qualquer vida em sociedade.

Assim tinha de permanecer incompreendido que não só o moderno sistema produtor de mercadorias disfarça e reveste nessa forma "interesses" aparente e superficialmente divergentes, mas, das contradições e crises da moderna constituição formal comum, abrangente de todas as categorias sociais, também surgem criações ideológicas comuns, transversais às classes, que são muito mais essenciais e perigosas do que a transparente e superficial legitimação de "interesses" formados pelo capitalismo das várias classes, camadas sociais e funcionários. Todos os momentos de "mundividência", padrões explicativos e ideias condutoras da acção que não pareciam dedutíveis da sociologia das classes, foram assim mal entendidos no seu alcance e desprezados como sendo meras manobras de diversão.

Assim, a esquerda do movimento operário e marxista, incluindo a esquerda radical (e não menos a esquerda anarquista), nem sequer se aperceberam de que elas próprias tinham assumido positivamente partes essenciais da ideologia burguesa, como "herança" da história ideológica e intelectual protestante e iluminista na formação do sistema produtor de mercadorias. Especialmente no que se refere à canonização da abstracção "trabalho" que, com o seu carácter de fim em si repressivo, passara directamente do ideário do protestantismo e do chamado Iluminismo do século XVIII para a ideologia do movimento operário. Ao invocar precisamente o "trabalho" como ponto de referência central, pretensamente oposto ao capital, a esquerda mais não fez que jogar um estado de agregação do capital contra outro. Deste modo, o "trabalho" não se apresentava como aquilo que de facto é, ou seja, a forma de actividade especificamente capitalista (o "trabalho abstracto" em Marx), portanto um conceito inteiramente pertencente ao capital e uma relação real correspondente, mas como uma categoria ontológica da humanidade.

Desta comunhão ideológica central com o capital, definido como adversário de modo meramente superficial e sociologicamente redutor, tiveram forçosamente de nascer, por um lado, outros inconfessados interesses comuns, assim como, por outro lado, essa total subestimação das ideologias de crise e de destruição, que são o racismo e o anti-semitismo. Uma vez que o movimento operário ocidental, os regimes de modernização atrasada do Leste e os "movimentos de libertação nacional" do Sul se limitaram a actuar no âmbito das formas sociais comuns do capital, afirmando com o "trabalho" a forma de actividade capitalista, apenas conseguiram formular uma crítica redutora da relação de capital, que constituiu um recuo relativamente à concepção de Marx

do capital como relação fetichista irracional. Lamentava-se, por um lado, apenas a incapacidade de o Estado regulamentar o sistema produtor de mercadorias através da burguesia nele representada, criticando-se, por outro lado, a subordinação do "trabalho produtivo" ao "capital financeiro", sem perceber a ligação intrínseca, mediada (e cada vez mais de crise) entre o "trabalho produtivo" e o "capital financeiro" (capital monetário que rende juros e capital monetário especulativo).

Esta crítica do capitalismo, notoriamente redutora, sempre apresentou pontos de contacto com a ideologia anti-semita. Pois o anti-semitismo pôde tornar-se uma poderosa ideologia de crise da modernidade, precisamente pelo facto de exteriorizar e naturalizar em termos sociobiológicos as contradições internas da sociedade constituída à maneira capitalista e de todos os seus sujeitos: "os judeus" tornaram-se a representação negativa do capitalismo financeiro "improdutivo" e a encarnação de todas as manifestações destrutivas da moderna sociedade produtora de mercadorias, com base em atribuições desse género oriundas já da Idade Média e dos primórdios da modernidade (por exemplo, nas tiradas de agitação anti-semita de Martinho Lutero). Ao que se devia contrapor, como pólo oposto e positivo, o "trabalho honesto" e o "capital produtivo"; no caso dos nazis, como é sabido, na contraposição ideológica do capital "rapinante" ("judeu") ao capital "criador" ("alemão" ou "nacional"). Em vez da crítica das formas reais e transversais às classes do sistema produtor de mercadorias, surge assim a culpabilização maliciosa imputada a um grupo de sujeitos específico, definido pela "raça", segundo o lema: o "trabalho", o valor, o dinheiro e a forma do capital seriam maravilhosos e uma bênção se não fossem os judeus. Esta atribuição, que fingia "explicar" a relação sistémica, em si irracional, com recurso a uma dimensão adicional de irracionalidade, ascendeu ao estatuto de explicação ideológica do mundo assassina por excelência.

É verdade que a ideologia do movimento operário e dos "movimentos de libertação nacional" anticoloniais sempre se demarcou das correntes abertamente anti-semitas, invocando, em vez da fantasista "oposição das raças", a oposição social entre as classes, e a oposição nacional de interesses entre as economias ou os Estados-nações, coloniais ou pós-coloniais, e o imperialismo ocidental.

No entanto, em primeiro lugar, também esta "ideologia de libertação" social, aparentemente mais racional, se deteve, de modo semelhante ao do anti-semitismo, no plano subjectivo das meras relações de vontade e de poder, sem aflorar o plano da constituição desses sujeitos (ou seja, o modo como estes são formatados pelas categorias do sistema produtor de mercadorias). Não foi a negatividade da relação formal comum, ou seja, também da própria forma de sujeito, que passou a ser alvo da crítica, mas apenas o "poder" negativo dos "sujeitos contrários": no caso dos anti-semitas, o poder subjectivo e a maldade atribuídos à "contra-raça judia"; no caso do movimento operário, o poder subjectivo e o suposto "poder de disposição" da "contraclasse social"; no caso dos "movimentos de libertação nacional", o poder subjectivo e o poder de intervenção global das potências centrais imperiais.

Uma vez que ficaram parados, tal como o anti-semitismo, no mesmo plano lógico de uma subjectividade da vontade simplesmente "dada" e não derivada do contexto da forma social, plano esse resultante de uma crítica redutora do capitalismo semelhante (embora não idêntica), o movimento operário, o "movimento de libertação nacional" e a esquerda radical não conseguiram aperceber-se dos seus implícitos pontos de contacto com o anti-semitismo. O mesmo se aplicava, por maioria de razão, à ontologização e adoração do "trabalho produtivo", que igualmente partilhavam com os anti-semitas.

Daí, porém, e em segundo lugar, também teve de permanecer incompreendido o perigo, transversal às classes, da ideologia anti-semita. A redução da forma do interesse constituída no capitalismo ao horizonte sociológico das classes e a ontologia supra-histórica do "trabalho" deram azo à ilusão de que a "classe operária" e os "povos oprimidos", devido aos seus interesses impostos pelo capitalismo e à sua ontologia existencial, já seriam "em si" (independentemente da sua consciência real) forças transcendentais, cuja potência suposta como ultrapassando "objectivamente" o sistema apenas precisava de ser chamada para as "lutas" sociais. A forma da concorrência, inerente à sua forma constituída de sujeito, parecia ser apenas uma conduta imposta de fora pelo "contrapoder" subjectivo, "não autêntica", no fundo alheia; assim sendo, também o anti-semitismo parecia ser uma

ideologia "alheia à classe", simplesmente imposta por engano ou manipulação.

Tinha de escapar completamente a este pensamento que a emancipação social da relação de capital, embora em princípio seja possível, não se encontra prefigurada "em si" pela posição "objectiva" de determinadas classes, ou de outros sujeitos modernos, na estrutura do sistema produtor de mercadorias; trata-se aqui de uma ilusão objectivista, que Marx também já formulara, em contradição com a sua própria teoria crítica da modernidade como relação social fetichista. Pelo contrário, todos os sujeitos deste sistema sem excepção, ou seja, mesmo a "classe operária" e os "povos oprimidos" etc. encontram-se, devido à sua própria forma constituída pelo sistema (forma de reprodução e de sujeito), igualmente bem longe da passagem para a emancipação desta forma social negativa. A formação de uma consciência radicalmente crítica contra essa forma (consciência essa de que até hoje a esquerda radical não se aproximou, e muito menos os movimentos sociais) é possível; mas apenas a partir da assimilação negativa das experiências de sofrimento e impertinência nesta forma, e não devido a alguma base ontológica positiva. Não existe nenhuma determinação ontológica supostamente "fora" ou "abaixo" do sistema (por exemplo, na forma do trabalho) e que assim pudesse servir de alavanca objectiva para derrubar a relação social repressiva e destrutiva.

Por isso, as "lutas" sociais e outras não são à partida *per se* emancipatórias, nem mesmo as "lutas" da classe operária, de grupos e minorias oprimidos etc. Pelo contrário, a "luta", sob a forma da concorrência, é a forma geral de movimento do próprio sistema capitalista. O mesmo se aplica também às diversas formas de continuação da concorrência por outros meios, particularmente à violência imediata.

Ir além da forma da concorrência, ou seja, ir também além da própria forma de sujeito, exige – como uma vez se expressou Marx – uma "consciência enorme", coisa que de modo algum é sugerida pelas próprias relações. Pelo contrário, o que se desenvolve espontaneamente é a concorrência até às últimas consequências, no âmbito da comum forma de sujeito constituída. Neste contexto, a concorrência entre trabalhadores assalariados e entidades representantes do capital (administração, associações patronais, etc.) constitui apenas um plano das multifacetadas formas de desenvolvimento da concorrência. Aqui se enquadra, evidentemente, a própria concorrência entre os vários capitais isolados, entre os vários ramos, entre as fracções e os agrupamentos dos trabalhadores assalariados, entre as economias nacionais ou os Estados-nações etc; mas também a conotação "étnica" e racista das relações de concorrência e, por fim (como reacção extrema), a sua transcendência aparente no anti-semitismo.

É precisamente este contexto de uma complexa rede de múltiplas linhas da concorrência que não tem de modo nenhum uma base subjectiva e manipuladora, mas sim uma base objectiva na forma geral de sujeito do sistema produtor de mercadorias, através do trabalho, do dinheiro e do Estado, enquanto a ruptura emancipatória da "jaula de ferro" dessa mesma forma não pode ser objectiva, no sentido de uma determinação do comportamento. Uma vez pressuposto o sistema produtor de mercadorias e a sua forma de actuação abstracta e irracional como definição ontológica inultrapassável, pode muito bem ser do interesse "objectivo" de trabalhadores assalariados prover a concorrência de uma conotação nacionalista, racista etc., ou querer subtrair-se fantasistamente a ela, recorrendo à ideologia anti-semita.

É certo que na história do movimento operário também existiu algo como um desejo transcendente de libertação do jugo da concorrência, desejo de uma sociedade solidária, para além do sistema moderno. No entanto, estes momentos extravagantes tiveram de ficar sem resposta, precisamente porque até à data os movimentos sociais da modernidade não conseguiram chegar a um conceito dessa transcendência, nem portanto a uma acção correspondente.

A crítica redutora do capitalismo no âmbito das formas do próprio capital também se atolou necessariamente nas formas de desenvolvimento da concorrência. A mútua chacina dos trabalhadores assalariados nas guerras mundiais não foi por isso uma traição nem um comportamento contrário à sua natureza ontológica, mas sim a consequência da sua própria forma de sujeito, afirmada em vez de criticada. Nem os partidos políticos operários, nem os sindicatos (só

esta divisão em representação política e representação social já remete para a forma de constituição burguesa do movimento operário) conseguiram alguma vez desenvolver uma força solidária que fosse além das relações de concorrência. A superação da concorrência permanecia parcial e limitada ao motivo da igualdade burguesa, ao passo que a inserção nas relações de concorrência continuava a ser universal.

Tal como já na quotidiana luta de interesses institucionalmente regulada os movimentos sociais eram perpassados pela lógica da concorrência, o mesmo se passou na explosão de violência das guerras mundiais entre as potências nacional-imperiais. Nesse quadro, o risco social da concorrência universal tornou-se imediatamente manifesto como risco de morte, e com isso se tornou evidente a consequência última da forma de sujeito geral da modernidade. O mesmo se pode dizer sobre o poder do anti-semitismo, e sobre a derrota do movimento operário europeu face ao fascismo e ao nacional-socialismo. Também esta catástrofe foi consequência do envolvimento no sistema da concorrência internacional. Existe até uma relação directa entre a continuação da concorrência pelas guerras mundiais e a continuação da concorrência pelo aparecimento do anti-semitismo em todas as classes e camadas sociais.

Os sindicatos, os partidos marxistas e mesmo a esquerda radical apenas foram concebidos para resolver o conflito de interesses, supostamente "racional", no invólucro formal do sistema produtor de mercadorias. Mesmo a agudização militante da luta nunca saiu do espaço da racionalidade burguesa. A esquerda fechou-se no carácter em si irracional do sistema e, por isso, nas crises foi regularmente cilindrada pela poderosa erupção dessa irracionalidade. Enquanto a esquerda, mesmo no meio das crises mais graves, queria manter de pé o "interesse racional" já irrealizável da forma burguesa, apesar do colapso temporário objectivo dessa forma, o anti-semitismo afirmava a própria irracionalidade do interesse, como vontade de exclusão e de aniquilação, obtendo por isso mesmo um poderoso efeito social.

O anti-semitismo não é (contrariamente ao racismo comum) uma figura da concorrência entre outras, mas sim a *ultima ratio* da concorrência, numa situação em que a resolução imanente e aparentemente racional da concorrência deixa de ser viável. Em tal situação, a própria forma de sujeito burguesa geral ameaça quebrar-se. O anti-semitismo promete uma saída sem pôr em causa esta comum forma de sujeito do sistema, ao externalizar o problema de um modo irracional e assassino. É assim que ele, apesar e precisamente por causa do seu carácter intelectualmente primário, pode exercer uma atracção transversal às classes sobre uma grande massa de indivíduos constituídos pelo capitalismo, do desempregado ao gestor, do agricultor sem terra do Terceiro Mundo ao príncipe do petróleo, do serralheiro mecânico ao banqueiro de investimento, da mãe monoparental à modelo, do aluno do ensino especial ao intelectual com formação académica.

Por outras palavras: a síndrome anti-semita constitui a última e extrema reserva da ideologia de crise do moderno sistema produtor de mercadorias. O anti-semitismo espreita na própria forma de sujeito burguesa geral; ele é invocado regularmente quando a crise irrompe, e é-o de um modo tanto mais maciço quanto mais violentamente se manifesta a crise. Assim, a era das guerras mundiais e da grande crise económica mundial foi acompanhada por uma onda de anti-semitismo sem precedentes. Na Alemanha, que, na história específica da sua constituição capitalista como nação, incubara uma versão particularmente agressiva e eliminatória da síndrome anti-semita, com particular efeito de profundidade social, esta onda submergiu as próprias instituições do Estado – aqui, o anti-semitismo, nessa situação de crise económica mundial, não só serviu de válvula de escape para a agressividade social acumulada das relações de concorrência, mas foi elevado a doutrina de Estado e realizado como o crime contra a humanidade no Holocausto.

Não foi de modo nenhum por acaso que o nacional-socialismo alemão constituiu, ao mesmo tempo, uma formação social em que a pulsão de morte da forma vazia da subjectividade capitalista se manifestou numa dimensão até aí nunca vista. É que a lógica do anti-semitismo e a inerente pulsão de morte e aniquilação da subjectividade capitalista estão muito próximas uma da outra; o latente e irracional desejo de destruição do mundo, no vazio metafísico do valor e do seu movimento de valorização como fim em si, exprime-se na agudização extrema como desejo de aniquilação dirigido contra os judeus e, simultaneamente, como desejo de auto-aniquilação, como desejo da

destruição de qualquer existência física em geral.

Em termos puramente exteriores, militares e de poder político, os nazis perderam a Segunda Guerra Mundial; mas, na realização até hoje mais extensa do desejo de aniquilação do mundo, que espreita no âmago do capital, eles tiveram um enorme êxito, identificando a aniquilação industrializada dos judeus com a auto-aniquilação organizada. A esquerda, agarrada à superficial racionalidade burguesa, não conseguindo chegar à crítica das formas fundamentais do capitalismo, nem portanto à crítica e ao abandono da sua própria forma de sujeito constituída de modo capitalista, teve assim de passar necessariamente ao lado do vazio dessa forma, do potencial demoníaco de pura irracionalidade que lhe é inerente e das suas consequências destruidoras, e daí também ao lado da essência do anti-semitismo moderno.

O reverso deste déficit catastrófico foi, depois da Segunda Guerra Mundial, o alegre anti-sionismo da esquerda, igualmente deficitário, que não quis reconhecer a dimensão do Estado judaico como consequência do anti-semitismo moderno na história mundial e no capitalismo mundial, mas subsumiu Israel no paradigma anti-imperialista dos movimentos revolucionários nacionais do Terceiro Mundo, cuja crítica do capitalismo era ainda muito mais pesadamente redutora que a do movimento operário ocidental.

O Estado de Israel e o seu estatuto paradoxal no mundo capitalista

Certamente também ao Estado de Israel, que é evidentemente parte integrante da economia mundial capitalista, podem ser imputados, dada a sua forma, todos os atributos negativos da estatalidade moderna e do moderno sistema produtor de mercadorias. Mas, devido ao seu carácter singular, já que constitui, em última instância, um produto involuntário dos nazis e da lógica de aniquilação da subjectividade capitalista na sua extrema agudização, este Estado é o primeiro, o último e o único a conter um momento decisivo de justificação, que aliás faltou desde o início a todos os Estados revolucionários nacionais do Terceiro Mundo (começando todos eles muito rapidamente a assumir expressões bem feias). Trata-se de um Estado capitalista que é expressão da forma de sujeito capitalista, mas que, simultaneamente e numa articulação paradoxal, representa a necessidade e a legítima defesa extremas contra essa mesma forma de sujeito.

E evidentemente que pode apresentar-se em princípio contra o sionismo – que afinal foi, ao nível das ideias, um produto da formação nacionalista europeia do século XIX e do início do século XX – o mesmo tipo de crítica que contra o nacionalismo moderno em geral. No entanto, isso só é possível se ignorarmos o contexto específico da sua génese e o analisarmos de modo perfeitamente abstracto e isolado, como sendo apenas mais um nacionalismo no meio de tantos outros. Ora o sionismo não estava no mesmo plano dos restantes nacionalismos. Pelo contrário, era eminentemente um produto secundário da experiência do grande sofrimento judaico, com especial relevo para a exclusão sentida na Alemanha e na Áustria, pois as nações europeias não tinham vontade nem capacidade de integrar os Judeus, antes necessitavam do anti-semitismo como constructo do "outro" (da alteridade), para poderem definir-se a si próprias como identidade nacional positiva.

Esta definição da alteridade também assumia outras expressões, tais como o racismo colonial e a delimitação culturalista das nações europeias entre si, mas o anti-semitismo constituía a sua expressão mais extrema. Assim, o que é válido para o Estado judaico enquanto Estado também se aplica ao nacionalismo sionista enquanto nacionalismo: como legítima defesa contra o próprio nacionalismo europeu primordial e o modo como este definiu a alteridade, ele apenas pode ser aquilo que é numa articulação paradoxal com a sua própria negação.

O mesmo se aplica às componentes socialistas do sionismo, componentes essas que são insuficientes, uma vez que não transcendem decisivamente o moderno sistema produtor de mercadorias. Estas, evidentemente, permaneceram igualmente redutoras e integradas no sistema de referência do Estado-nação, tal como a crítica do capitalismo do movimento operário ocidental (em

cujo ideário os elementos socialistas do sionismo ao fim e ao cabo se basearam) e, muito mais ainda, a dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Em associação com o aparelho de Estado e com o *pathos* nacional, o socialismo sionista, tal como os partidos operários do resto do mundo, teve de se aproximar dessa tendência de regulamentação social que acompanhava a constituição das nacionalidades europeias e que, desde os finais do século XIX até à Segunda Guerra Mundial, determinou a história geral do desenvolvimento dos centros capitalistas; assim aconteceu, por exemplo, sob a forma do Estado social de Bismarck e das participações tardias da social-democracia no governo e, de um modo geral, na formação das burocracias do trabalho e dos serviços sociais, do Estado-providência, etc. – desenvolvimento este que, como é do conhecimento geral, também caracterizou, em protoformas de regulação fordista, o fascismo e o nacional-socialismo. É, no entanto, uma deturpação pérfida recriminar especialmente ao sionismo a sua quota-parte específica num desenvolvimento estrutural geral e abrangente, associando ao mesmo tempo o momento socialista redutor ao socialismo nacional dos assassinos nazis.

Tudo isto fará sentido se for encarado precisamente na perspectiva inversa. No que respeita à qualidade socialista do sionismo (ou melhor, do chamado sionismo trabalhista) até se pode constatar empiricamente um aspecto emancipatório particular: é que, sob a forma dos *kibutzim*, este momento em Israel acabou por não assumir uma forma de capitalismo de Estado e repressiva, como aconteceu por toda a parte, assumindo antes uma forma cooperativa e de autogestão, que em mais lado nenhum do mundo conseguiu obter uma importância semelhante. É evidente que também esta forma continuava ainda amarrada ao sistema produtor de mercadorias; no entanto, continha um elemento que remetia para além dele, mesmo que associado a uma ideologia comunitária sob muitos aspectos mesquinha, ao pretender uma relação interna não na forma da mercadoria, nos seus aspectos da reprodução para além do dinheiro e do Estado.

Assim, tudo o que de um modo geral pode dizer-se contra o nacionalismo apenas se pode aplicar ao sionismo de um modo condicional e paradoxalmente articulado com o seu contrário. Apesar das suas relações quase coloniais no Médio Oriente, Israel não é um projecto essencialmente colonial, como tantas vezes foi designado pelo discurso revolucionário nacional dos movimentos terceiro-mundistas, ele próprio há muito falido, sendo, pelo contrário, essencialmente um projecto de emergência e de salvamento, perante a síndrome anti-semita associada à moderna forma de sujeito.

É por isso que, de um ponto de vista emancipatório, também não se pode instaurar qualquer processo a Israel, pelo facto de dever tanto a sua fundação como a sua existência e segurança militar ao imperialismo do petróleo ocidental. Antes pelo contrário, é preciso dizer que é vergonhoso e deprimente que o direito à existência de Israel não tenha outra garantia senão esta garantia infame – vergonhosa, sobretudo para a esquerda do mundo inteiro, que nunca foi capaz de conceder a este direito à existência uma garantia melhor, ou mesmo um simples apoio, tendo-se até furtado sempre a reconhecer por princípio esse direito à existência. A crítica redutora do capitalismo formulada até hoje pelo movimento operário, pelos movimentos de libertação nacional e pelo radicalismo de esquerda, apenas superficial, actuando de modo irreflectido no interior da forma do sujeito e dos interesses capitalistas, constitui ela própria uma condição histórica para que Israel não tivesse outra escolha senão alcançar o seu direito à existência encostando-se ao imperialismo do petróleo ocidental.

No entanto, é precisamente uma garantia deste tipo que é extremamente contraditória e, por isso, insegura. O "imperialismo global ideal" do Ocidente não apoia a existência de Israel com base numa consciência da verdadeira ligação entre o anti-semitismo e o sionismo, que aliás lhe é perfeitamente indiferente. Mais ainda, uma vez que o anti-semitismo constitui simultaneamente a última reserva ideológica do sistema, a motivação do imperialismo do petróleo, por um lado, e a motivação da "administração da crise" para a ideologia, via tolerância da síndrome anti-semita ou até desencadeamento da mesma, por outro, entram numa contradição que não pode ser mediada.

Numa situação mundial agudizada, não é de modo nenhum impensável (embora na actualidade nada para aí aponte) que o "imperialismo global ideal" deixe cair Israel e abra a válvula do anti-semitismo, tendo em vista as suas contradições internas. De resto, na mesma medida em que a atenção ocidental se vira para as reservas petrolíferas do mar Cáspio, também neste plano do vulgar

interesse, a precária garantia do direito à existência de Israel corre o risco de caducar. Outra variante do abandono de Israel poderia consistir em o Ocidente, no caso de uma crise petrolífera que ameaçasse o capitalismo mundial na sua existência (por exemplo, perante uma grave desestabilização e ameaça de derrube das monarquias do petróleo), atirar Israel aos monstros feudais do capital financeiro árabe, a fim de salvar a sua economia mundial.

O fim dos "movimentos de libertação nacional" e o fantasma da fundação do Estado da Palestina

A crítica de esquerda e anti-imperialista do sionismo (no fundo, o conceito de crítica é aqui descabido; trata-se mais de um ódio a arder em lume brando, que talvez intuitivamente também se alimente do carácter duvidoso das próprias motivações) teve assim de passar completamente ao lado da verdadeira natureza do problema. Tudo o que os chamados movimentos de libertação revolucionários nacionais do Terceiro Mundo foram capazes de apresentar em argumentos contra o sionismo aplicava-se em primeiro lugar e muito mais a eles próprios; e, em segundo lugar, faltava-lhes por completo essa dimensão mais profunda de justificação, que para o sionismo decorria necessariamente do potencial anti-semita do capitalismo mundial, especialmente do crime alemão contra a Humanidade. A legitimação – de resto ilusória, como há muito está comprovado – de uma participação autónoma, enquanto sujeito como economia nacional e como Estado-nação no mercado mundial, não só foi muito mais fraca do que a invocada pelo sionismo, como andou associada, desde o início e por todo o Terceiro Mundo (independentemente do colorido ideológico), às situações repressivas do capitalismo de Estado e aos extremos profundamente antiemancipatórios do culto do "líder".

Depois de o paradigma da "libertação nacional" anti-imperialista ter ficado sem efeito, nas condições da terceira revolução industrial e da globalização, e depois de os próprios regimes ou movimentos correspondentes há muito terem resvalado para processos de decomposição bárbaros, também o correspondente discurso de esquerda e marxista perdeu a razão de ser, ou então assume traços abertamente anti-semitas em relação ao sionismo e à crítica do capitalismo, afastando-se de vez das intenções emancipatórias originais – desenvolvimento este que, no entanto, desde sempre esteve latente no entendimento categorialmente redutor e negativamente imanente do pensamento anti-imperialista e socialista, e que agora, na hora da sua falência, se torna manifesto.

O fim inglório do paradigma da revolução nacional anti-imperialista na era da globalização é assinalado pelas múltiplas manifestações de embrutecimento moral e barbarização dos regimes desenvolvimentistas que fracassaram no mercado mundial, pela transformação dos líderes remanescentes de uma guerrilha, que em tempos se reclamara dos ideais de esquerda, em vulgares senhores da guerra da economia de saque, em barões da droga, sequestradores em busca de resgates, etc. Onde a pretensão de constituir um Estado com base numa revolução nacional ficou por cumprir, mas apesar de tudo é mantida, embora o desenvolvimento do capitalismo mundial já há muito a tivesse ultrapassado, o asselvajamento e embrutecimento dessa pretensão absurda assumem formas especialmente drásticas e hediondas.

Isto aplica-se, independentemente de quaisquer especificidades nacionais ou diferenças culturais, tanto ao movimento dos Curdos como aos rebeldes chechenos ou aos separatistas tâmile, para apenas referir alguns exemplos. Tal não pode justificar, nem a repressão bárbara por parte de grandes Estados de passado imperial, como a Turquia e a Rússia, eles próprios perfeitamente instáveis e cilindrados pelo mercado mundial, ou por um regime étnico como o cingalês no Sri Lanka, nem as intervenções não menos bárbaras da nova polícia mundial do imperialismo global. Mas, sob as condições mundiais modificadas, os "movimentos de libertação nacional" já não constituem uma alternativa, nem sequer ilusória, o que apenas quer dizer que já nenhuma "modernização" pode ser portadora de pretensões emancipatórias, uma vez que já não há desenvolvimento possível na base do moderno sistema produtor de mercadorias e do Estado-nação

por ele gerado, restando apenas a desintegração social e a barbárie.

Esta situação histórica modificada em nenhum dos irrealizados projectos revolucionários nacionais sobranceiros da época antiga se torna tão evidente como no caso palestino, que se encontra paradoxalmente ligado a Israel numa intimidade hostil. Se já os Estados realmente fundados na esteira dos movimentos tricontinentais, e que em tempos estiveram carregados de ideais mais burgueses e iluministas do que comunistas, entretanto fracassaram no mercado mundial e na sua própria constituição e forma de sujeito burguesa, o projecto palestino, tornado irreal para lá desse horizonte de realização, assume traços francamente horrendos. Trata-se do projecto *zombie* de uma época defunta, a que já não sobra qualquer momento emancipatório, e que já apenas assombra o mundo como um espírito maligno.

O assombramento da OLP, incarnado em Yasser Arafat como figura trágica de um morto-vivo histórico, remete no entanto para o carácter desde sempre negativo das constituições estatais pretensamente emancipatórias da modernização atrasada. Depois de esta ilusão se ter definitivamente dissipado no decurso da globalização capitalista, também se torna empiricamente manifesto que o "direito a um Estado próprio" ou o "direito a fundar um Estado" representa o preciso oposto da libertação social. Sob as condições do início do século XXI, esta palavra de ordem apenas pôde revelar-se como o "direito" a capitular "autonomamente" perante as leis da lógica da valorização capitalista global, e a "poder" executar pela própria mão o processo da degradação social. Com a mesma lógica poder-se-ia reclamar o "direito a um administrador de falência próprio" ou o "direito a um torcionário próprio", da mesma carne e do mesmo sangue étnicos.

Nesta medida, a visão de Estado da OLP constitui realmente um dos últimos redutos da ideologia burguesa do Iluminismo, que se revelou até ao reconhecimento do seu teor profundamente repressivo e destrutivo. O que faz falta aos Palestinos não é um "Estado próprio", mas sim o acesso autónomo a recursos materiais, sociais e culturais que hoje são objecto de restrições tão rígidas como desprovidas de sentido impostas pela forma "Estado", precisamente em nome do terror económico globalizado. A insistência na opção do Estado-nação há muito obsoleta, que no caso dos habitantes da Palestina é o constructo ideológico mais tardio do encobrimento institucional e cultural do sistema produtor de mercadorias, e portanto o mais transparente em termos históricos, assume traços profundamente patológicos.

O Estado-fantasma palestino, por conseguinte, é o primeiro que já antes da sua fundação oficial entrou em processo de decomposição e putrefacção. A formação de um Estado e a sua decomposição coincidem aqui de imediato, o que constitui um paradoxo histórico. Ainda antes que pudesse desenvolver-se um aparelho de Estado abrangente, com legitimação e história próprias, tomam o seu lugar estruturas de clã, senhores da guerra e estruturas mafiosas.

Simultaneamente, o Estado secular palestino é triturado pela islamização pseudo-religiosa, ainda antes da sua fundação. Como resquício dos impulsos no sentido de uma modernização laica, a OLP trava uma luta perdida de antemão. Os movimentos islamistas do Hamas e da Jihad começam a suplantá-la e, vendo-se a OLP constrangida a fazer concessões aos mesmos, o seu projecto de fundação de um Estado vai perdendo cada vez mais a legitimação assente na política de modernização.

O que resta é a irracionalidade pura do ódio cego, sem qualquer perspectiva político-social. O constructo ideológico moderno de "povo", formado com base em critérios etnopolíticos, encontra na versão palestina a sua horrenda desconstrução real: ao refugiar-se no universalismo abstracto da guerra religiosa e ao enviar os seus próprios filhos para "academias suicidárias", este "povo" construído admite pelos factos que já não tem qualquer esperança de futuro, que já deixou de constituir um potencial "povo de Estado", para se converter numa massa amorfa de desesperados sem objectivo.

Esta versão palestina de uma sociedade pós-moderna em colapso, que já nem uma sociedade é, também é perpassada pelas estruturas da violência masculina desenfreada e pelo "asselvajamento do patriarcado". Por um lado, não deixa de constituir o cúmulo da individualização pós-moderna das

"oportunidades" que, entretanto, também uma ou outra palestina adolescente já desperdice a sua vida ainda não vivida como bombista suicida (e é o cúmulo do asselvajamento do patriarcado que tenha sido industriada para isso por homens barbudos). Mas, ainda assim, a identidade palestina de destruição e autodestruição não deixa de ser essencialmente a da subjectividade concorrencial masculina.

Neste clima de absoluta falta de objectivos e de futuro, além da impossibilidade de pensar a constituição de uma nação, o anti-semitismo que há muito tempo anima o ódio palestino (tratados nazis de toda a espécie circulam no "sistema educativo" palestino, como, por exemplo, o indescritível panfleto e primaríssima falsificação intitulado *Protocolos dos Sábios de Sião*, etc.) também é de natureza diferente do anti-semitismo europeu e alemão. No processo de constituição nacional, que, sobretudo no caso da Alemanha dos inícios do século XIX, atrasada na História, foi acompanhado de uma ideologia etnoculturalista e biologista do "étnico", que remonta a Herder e Fichte, o anti-semitismo (eliminatório na Alemanha e na Áustria) constituiu o fermento dessa formação "étnica" do Estado-nação, ao construir os Judeus como alteridade negativa.

No entanto, este fermento já não pode fazer efeito na versão palestina, nem mesmo com uma conotação cultural diferente, porque o parto estatal do constructo nacional palestino, na era da globalização e do capitalismo de crise, apenas poderá dar origem a um nado-morto. A formação "étnica" já está a desfazer-se nos seus produtos de decomposição pós-nacionais (neste caso islamistas) antes mesmo de poder ter-se afirmado a nível institucional. O anti-semitismo, na sua versão actual palestino-árabe, onde já não reside qualquer força de formação social, torna-se assim directamente, muito mais abertamente do que no caso dos nazis, o momento da pulsão de morte de uma subjectividade capitalista completamente desorientada; por isso se manifesta também imediatamente como uma obsessão de bombistas suicidas.

A destruição física da infra-estrutura palestina, já de si escassa, pela condução da guerra de Sharon poderá contribuir para a criação de lendas de uma "luta heróica"; no entanto, nem sequer foram necessários os crimes de guerra do exército israelita, nem a odiosa política israelita de fragmentação em relação ao território potencialmente palestino, para arruinar por completo o Estado da Palestina, ainda antes da sua fundação. Já de si, um Estado palestino, pelas suas próprias forças (leia-se: capacidade de participação no mercado mundial, já nada mais conta) ainda é muito menos capaz de sobreviver que o israelita, mesmo num nível médio de pobreza árabe. Na falta de possibilidades de desenvolvimento reais, o aparelho da OLP desde o início se viu reduzido ao estatuto de receptor de esmolas da Liga Árabe (como é óbvio, sobretudo dos príncipes do petróleo), da União Europeia, dos EUA, etc. (aproximadamente por esta ordem) e, como tal, a fazer fé em inúmeros testemunhos, está totalmente corroído pela corrupção. Antes do último capítulo da Intifada, os tiroteios e os assassinios por encomenda entre grupos rivais já eram tão quotidianos como em qualquer outra região em desagregação. Os "acertos de contas" entre palestinos, executados pelos próprios produtos da barbarização, pouco ou nada ficam a dever à repressão israelita, e só a política de guerra de Sharon os fez passar temporariamente para segundo plano.

O facto de não só os próprios palestinos mas também a União Europeia, os EUA e o "imperialismo global ideal" do Ocidente, e até mesmo em parte a política israelita insistirem na opção totalmente obsoleta da fundação de um Estado da Palestina só demonstra o grau de desorientação e desfasamento da realidade a que chegou todo o "realismo" oficial. Ninguém quer aceitar como verdadeiro que as velhas fórmulas da emancipação, do "desenvolvimento", da democracia, etc. ficaram totalmente desvalorizadas e inválidas. Enquanto não surgir um movimento de oposição social qualitativamente novo, radicalmente anticapitalista e, no seu entendimento próprio, à partida transnacional e pós-estatal, a fatalidade dos processos de dissolução e de autodestruição apenas pode seguir o seu percurso; e, na Palestina, de um modo mais literalmente suicida e sem perspectivas do que em qualquer outro lugar. Os enunciados assustadoramente desamparados e sem ideias dos poucos representantes da inteligência crítica que restam no espaço palestino e árabe em nada poderão alterar esta realidade, uma vez que apenas são expressão do facto de, até à data, nem mesmo a aflicção extrema ter conseguido encorajar o pensamento a libertar-se dos paradigmas obsoletos da época passada.

Israel como um *Alien* no mundo capitalista, e o novo anti-semitismo árabe

Israel não constitui de modo nenhum uma excepção a este amargo diagnóstico. O que é tanto mais trágico, porque Israel não é exactamente apenas um Estado entre Estados e um concorrente do Estado da Palestina virtual, mas é ao mesmo tempo um paradigma, referente ao mundo inteiro, contra o anti-semitismo inseparavelmente ligado às formas de reprodução capitalistas – sendo assim, apesar do seu envolvimento na estrutura imperial ocidental, ao mesmo tempo um potencial de resistência contra a última reserva ideológica de crise do capital mundial. A simples existência de Israel constitui uma espécie de garantia de que a marcha do sistema mundial produtor de mercadorias ainda não pode acabar na barbárie; não porque ao Estado de Israel seja imanente uma qualidade metafísica em si especial, mas, precisamente pelo contrário, porque a existência real de Israel é inconciliável com as derradeiras consequências da metafísica real capitalista.

Nesta medida, o significado (involuntário) de Israel com respeito à crise mundial capitalista merece uma análise muito mais pormenorizada do que, por exemplo, a sociedade palestiniana, ou qualquer outra sociedade em crise da periferia; é que, no caso do desenvolvimento israelita, se bem que se trate de um processo de crise análogo, este no entanto está carregado de um significado adicional que influencia directamente o destino do mundo inteiro.

Israel, de facto, apenas pode sobreviver como aquilo que é, na sua existência estatal moderna, enquanto não tiver consciência da essência dessa existência na história mundial. O paradoxo desta existência encontra a sua base na existência capitalista dos Judeus em geral. De um modo tão irreflectido como todas as outras pessoas no quotidiano (ou, no campo do pensamento conceptual: de um modo tão redutor como todos os teóricos modernos), também eles, na sua falsa imediatidade, não querem desde logo outra coisa senão "trabalhar", "ganhar dinheiro", "ser cientistas", etc. e adquirir de qualquer modo uma identidade capitalista normal. Contudo o anti-semitismo profundamente arreigado na modernidade não o permite. Quanto mais normais querem ser os indivíduos judeus, mais cruelmente são contrariados pela definição alheia que os trata como o cúmulo da alteridade. A sua pura vontade de normalidade cruza-se com a pura anormalidade ou monstruosidade da relação de capital.

O conformismo judeu, também na sua forma tornada Estado como membro da hipócrita "comunidade das nações" (ou seja: da comunidade concorrencial e assassina de monstros nacionais e estatais), vê-se já sempre confrontado com o problema de, com todo o seu esforço de adaptação, mesmo sobredeterminado, ser ao mesmo tempo definido *a priori* como um *Alien*. Esta representação do Judeu como monstro, representando como representa diabolicamente a autocontradição dilacerante da subjectividade capitalista, vai muito além de todas as relações concorrenciais, rivalidades e racismos "normais", e mesmo da "exotização" cultural colonialista.

Em todas estas relações negativas e definições da alteridade, ainda assim, a humanidade formada no capitalismo reconhece-se, através de todos os conflitos, na sua humanidade burguesa e negativa. O anti-semitismo, porém, é o outro da própria concorrência: ele estabelece uma estranheza absoluta, que não é senão a auto-alienação social do ser produtor de mercadorias, o qual, como sujeito metafísico da forma vazia do valor, não é deste mundo, não deixando de estar neste mundo; e ele exterioriza esta auto-alienação absoluta na figura do Judeu, como o absolutamente outro e inconciliavelmente estranho, ou seja, como aquele que também já não pode ser mediado nem pacificado politicamente.

O mesmo se aplica também ao Estado de Israel como Estado. Assim, os israelitas apenas podem ser um povo de Estado e um Estado entre Estados se ao mesmo tempo representarem para todos os outros o outro absoluto, como negatividade abstracta, quer queiram quer não. Esta situação tem sido colocada repetidamente e com toda a acuidade por autores judeus, tanto dentro como fora de Israel, como é o caso em Nathan Glaser 1975: "A maior parte do tempo, os Judeus têm querido ser como todos os outros. Até a fundação do Estado de Israel foi ironicamente fruto do esforço para fazer com que os Judeus possam ser iguais a todos os outros – de ora em diante teriam um Estado e deixariam assim de ser um estranho povo sem pátria, para serem um povo como todos os outros. Mas não foi

isso que aconteceu. Israel reforçou o estatuto especial dos judeus, não o reduziu. Nenhum outro Estado sabe de modo tão definitivo que uma guerra perdida significaria a sua destruição e o seu desaparecimento" (citado segundo: Eisenstadt 1987/1985, 576).

Neste contexto há que distinguir, no entanto, entre o "estatuto especial" dos Judeus, no sentido da posição do Estado de Israel no âmbito da História e da política mundial, no contexto do anti-semitismo moderno e da sua função social, por um lado, e a relação concorrencial específica e imediatamente hostil para com todos os seus vizinhos árabes, por outro, que de modo nenhum esteve associada à partida ao anti-semitismo moderno (originariamente ocidental). Por isso, a hostilidade árabe para com Israel, pelo menos nos seus começos, não pode ser equiparada de imediato ao "estatuto específico" dos Judeus na sociedade mundial, ou porventura ao anti-semitismo eliminatório dos nazis.

O não reconhecimento de Israel por parte dos Árabes (e sobretudo onde ele é oficial) originalmente refere-se apenas à existência como Estado, e não à existência física ou social dos seres humanos que o compõem. Por outras palavras: aos judeus na Palestina (invertendo o problema palestino) não se reconhece o "direito a um Estado próprio", mas não se lhes nega o direito à vida. A ideia é que vivam como cidadãos de um imaginário Estado palestino-árabe, pretendendo-se que de um modo tão subalterno e confinado em "*homelands*" como agora os palestinos sob a soberania israelita. Tal significaria, evidentemente, que Israel deixaria de existir como local de refúgio para os perseguidos do anti-semitismo global. Mas este aspecto do problema, de qualquer modo, nunca interessou ao lado palestino-árabe. Os representantes palestinos falam de si próprios, no melhor dos casos, como "vítimas das vítimas", sem quererem reflectir o contexto da sociedade mundial capitalista e das suas destruidoras contradições.

Mas tal atitude, desde logo, não é idêntica ao anti-semitismo eliminatório dos nazis, nem ao anti-semitismo ocidental de um modo geral. No espaço árabe, os Judeus não se encontram à partida definidos como a alteridade absoluta, no processo nacional de constituição de um Estado e de modernização. Até hoje existem, na maior parte dos países do Médio Oriente, comunidades judaicas com sinagogas e com possibilidade de viverem relativamente sem sobressaltos, mesmo na República Islâmica do Irão. A pressão migratória em direcção a Israel, que evidentemente existe, não se deve a grandes ondas de perseguições, mas tem a sua origem em outros motivos (culturais e sobretudo sociais). Mesmo no estado actual da escalada do ódio, uma derrota militar de Israel, embora também acarretasse as tradicionais chacinas vingativas, saques e expulsões, o que seria assaz horrível, provavelmente não conduziria, para além da perda da sua existência como Estado, a um assassinio em massa dos Judeus, segundo o padrão dos nazis, que não foi afinal o resultado de um típico conflito moderno de interesses, na área de confluência e atrito de contradições reais, mas tinha a sua origem directamente no seio da metafísica geral do sujeito capitalista – ou seja, passava-se a um nível de abstracção completamente diferente, tendo, precisamente por isso, sido executado de modo tão extremado e desprovido de sentimentos. A singularidade de Auschwitz não é superada pela hostilidade árabe aos Judeus.

Se entretanto o potencial de ódio palestino-árabe a Israel está realmente a carregar-se de elementos de anti-semitismo importado da Europa e do Ocidente, por exemplo nas tiradas de alguns *media* palestinos e no "sistema educativo" da autoridade autónoma, isso deve-se menos à contradição real, devida a conflitos de interesses em torno da posse da terra, da água, etc., do que à identificação negativa de ambas as partes em conflito com o processo destrutivo da globalização capitalista, que torna irreal ou surreal a realidade do conflito de interesses, e torna obsoleta a forma de sujeito juntamente com todos os interesses.

Mas, mesmo no que toca ao anti-semitismo moderno, os Árabes, como parte integrante do mundo capitalista, chegam de certo modo tarde de mais. Eles já não conseguem, à semelhança dos nazis, mobilizar essa reserva ideológica de crise como processo de formação social. Nas condições da globalização, a explicação irracional do mundo e da crise pelo anti-semitismo já não pode em lado nenhum assumir uma forma estatal, como programa de aniquilação organizado à escala social, e muito menos na Palestina. Precisamente por isso é que o impulso eliminatório, neste caso, é imediatamente auto-agressivo (bombistas suicidas); ele mistura-se, na prática, com as elementares

relações de concorrência capitalistas da reprodução material local, e, ideologicamente, com os produtos político-religiosos da decomposição da estatalidade: também isto constitui uma diferença em relação aos nazis, sem contar com a diferença entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, que também se manifesta no espaço formalmente homogêneo da globalização e matiza os padrões ideológicos.

Do sionismo à dominação dos ultras: a crise interna da sociedade israelita

Israel, por sua vez, como Estado capitalista entre Estados capitalistas, além de não se livrar da alteridade absoluta, também está sujeito aos mesmos processos de crise que todos os outros Estados no espaço capitalista planetário; e tendo específicos potenciais de risco, em comparação com o Ocidente, devido à sua existência económica subsidiada e precária. Contudo, uma vez que Israel, para poder ser um Estado capitalista, não deve conhecer ele próprio a sua verdadeira legitimação, ou só pode conhecê-la superficialmente (positivamente, como lugar de refúgio para os judeus perseguidos pelo anti-semitismo, mas apenas com um entendimento superficial e redutor da natureza deste anti-semitismo), tem de reagir à crise de um modo tão regressivo e perverso como todos os outros, em relação aos quais é definido como alteridade absoluta: a ânsia dos judeus pela normalidade burguesa reproduz-se também negativamente. Israel, estabelecido como alteridade, de facto, e como é óbvio, não pode mobilizar o anti-semitismo como última reserva interna da subjectividade burguesa, mas na verdade está neste mundo e é deste mundo, sendo parte integrante do seu desenvolvimento, e também do seu desenvolvimento para a barbárie.

A alteridade imposta não faz de Israel uma alternativa histórico-social positiva, nem dos seres humanos que o integram, pessoas diferentes. Se o racismo antiárabe permanece no Ocidente uma manifestação racista, entre outras e, no âmbito da autodestruição iminente do sujeito burguês, não serve para projectar a auto-alienação num objecto exterior, em Israel tem que servir de substituto expedito da forma anti-semita de crise da subjectividade capitalista, que aí não é possível. Assim, Israel trilha o seu próprio caminho para a barbárie, que no entanto pouco ou nada se diferencia do dos seus vizinhos inimigos árabes, quanto às formas de manifestação.

Tal como em qualquer parte do mundo, também em Israel a mobilização político-religiosa reaccionária se revela como um genuíno produto do desmoronamento da subjectividade capitalista e da estatalidade – só que, aqui, está carregada de projecções antiárabes. Em Israel também o processo de barbarização decorrente do processo de globalização tem uma pré-história – mais precisamente: antagonismos internos antigos e aparentemente perdidos no passado são redireccionados e, precisamente neste caso concreto, são agressivamente amalgamados com os externos. O destacado sociólogo e historiador israelita Shmuel N. Eisenstadt (Universidade Hebraica de Jerusalém) apresentou, em meados dos anos 80 do século passado, uma abrangente investigação, *A Transformação da Sociedade Israelita* (Eisenstadt, 1987/1985) que, sob este ponto de vista, pode ser considerada extremamente elucidativa.

Aqui é decisiva a circunstância de o sionismo trabalhista secular ter esbarrado, desde o princípio, com a resistência entrincheirada dos religiosos ortodoxos e ultra-ortodoxos nas comunidades judaicas, tanto nas diversas regiões do mundo como no interior do Estado de Israel. De facto, os ultra-ortodoxos (os chamados *haredim*), que em Israel não constituem de modo nenhum uma pequena minoria, até hoje não reconheceram o Estado de Israel, tal como os grupos palestinos mais militantes e os Estados islâmicos. Este conflito interno judaico vem muito de trás. Alimentou-se sempre da raiva dos reaccionários clericais contra a secularização moderna e contra a política de interesses intracapitalista – equivalendo de certo modo à versão judaica da "moderna antimodernidade", ou seja, do contra-Iluminismo burguês meramente regressivo e autoritário, sem qualquer momento de crítica emancipadora.

Contudo, diferentemente do mundo ocidental, estas forças autoritárias e reaccionárias em Israel não se integraram simplesmente na política burguesa, como uma corrente radical de direita. Constituíram, de facto, partidos e participaram na política, mas tacticamente de fora, mantendo-se por princípio anti-estatais. Anti-estatais, mas não num sentido de emancipação anarquista, mas pura

e simplesmente como um programa de subordinação directa da vida ao fetichismo especificamente religioso, com uma mobilização política quase religiosa.

Como se evidencia na investigação de Eisenstadt, no decurso do desenvolvimento israelita os ultra-ortodoxos foram inicialmente considerados como uma espécie de dinossauros do judaísmo, que mais cedo ou mais tarde se extinguiriam. Sob o signo do Holocausto, receberam amplas concessões institucionais como imigrantes, de modo a poderem viver em Israel, apesar de o negarem como Estado. Nada disto tinha de parecer grave nem funesto enquanto Israel, apesar da sua posição especial na história mundial e apesar do envolvimento árabe hostil, se pôde desenvolver como Estado capitalista entre Estados capitalistas, no contexto da era de acumulação fordista global. A posição dos ultra-ortodoxos apresenta-se, contudo, de modo completamente diferente no contexto da globalização e da crise capitalista mundial. A cada surto da crise pós-moderna, esta força social reaccionária revela-se crescentemente como um fermento de autodestruição social intra-israelita. Longe de se extinguir pouco a pouco, este segmento político-religioso da sociedade israelita, considerado apenas como grotesco, começou a tomar as proporções de um típico fundamentalismo religioso pós-moderno.

Dois momentos deram a esta tendência uma força particular. Por um lado, os ultra-ortodoxos não tiveram de se inventar a partir do zero, como representantes de um "Estado teocrático"; tal como os wahabitas da Arábia Saudita, nunca estiveram dispostos a cultivar o seu nicho no espaço da tolerância religiosa burguesa, estando, pelo contrário, sempre à espera de impor à sociedade secular a sua "lei de Deus" como movimento militante. Por outro lado, tornaram-se cada vez mais capazes de o fazer em termos institucionais, graças às concessões estatais; ao contrário da maioria dos seus irmãos espirituais islâmicos, eles não se viram obrigados – mais uma vez à semelhança do ocorrido na Arábia Saudita – a formar-se a partir da clandestinidade. Sob a protecção do cidadão de boa vontade do Estado, "[...] eles insistiram sempre na autoridade superior dos seus estabelecimentos próprios, dos seus centros de estudo e das decisões do seu Conselho de Sábios, perante o qual eram responsáveis os seus deputados no Parlamento. Simultaneamente apresentavam ao Estado numerosas exigências de princípio e religiosas: por um lado, pretendiam que fossem impostas à população tantas limitações religiosas quanto possível; por outro, contudo, exigiam também diversas concessões e subsídios bem terrenos para as suas próprias necessidades, sobretudo para o seu sistema escolar separado [...]. Além disso exigiram determinados privilégios e uma espécie de imunidade limitada, perante muitas leis estatais [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 531).

Por outras palavras, os ultra-ortodoxos constituíram no interior do Estado de Israel desde a sua fundação um Estado teocrático separado, inimigo por princípio do sionismo secular – uma posição que, nas condições da nova crise mundial capitalista, se presta optimamente a dar início ao processo interno de decomposição do Estado e da sociedade em produtos de barbarização pós-modernos e pós-estatais. O paralelismo com os vizinhos inimigos desta região do mundo não podia ser mais claro e embaraçoso. Para poderem funcionar como fermento deste processo destrutivo, as forças ultra-ortodoxas têm de sair do isolamento sem abandonarem as suas pretensões clericais reaccionárias, e passar a misturar-se contraditoriamente com outras tendências sociais que operam na mesma direcção.

Em primeiro lugar ocorreu, "[...] em estreita ligação com a tendência geral na Diáspora [...] uma forte expansão dos grupos ortodoxos em Israel. Comunidades ultra-ortodoxas e círculos ortodoxos de toda a espécie cresceram em número e tornaram-se mais visíveis" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 533). Tal como no resto do mundo, em formas diversas, também no universo judaico e em Israel cresceram em termos quantitativos as formas político-religiosas e sectárias de lidar com as manifestações de crise social.

Sob esta pressão, não tardaram a aparecer rupturas no interior do sionismo fundador do Estado na sua anterior composição. Originariamente o sionismo formara-se com uma ala secular e socialista e com outra dita nacional e religiosa. Os nacionalistas religiosos, ao contrário dos ultra-ortodoxos, reconheciam o Estado de Israel como tal e, portanto, também a sua manifestação secular – funcionavam como força política partidária com vestes ideológicas religiosas, tal como, por exemplo, os democratas-cristãos na Europa. Mas, sob a pressão da crise tanto do exterior como do

interior e sob a pressão do forte levantamento dos ultra-ortodoxos, a "aliança histórica" dos religiosos nacionalistas com a corrente principal secular do sionismo trabalhista começou a desfazer-se, a olhos vistos. Em vez disso, os nacionalistas religiosos foram-se aproximando dos ultra-ortodoxos, e vice-versa, o que significou que aos primeiros passou a ser imposto o fanatismo religioso, e aos segundos, o nacionalismo militante. Esta convergência, por si só, iria constituir um detonador da sociedade israelita, com consequências explosivas, tanto interna como externamente.

A isto juntaram-se outros fenómenos destrutivos que vieram na senda da imigração de judeus para Israel. Se os surtos iniciais de imigração, sobretudo no tempo do Holocausto e logo após, foram protagonizados sobretudo por judeus da Europa Central e Oriental (asquenazes), na sua maioria com orientação secular e ocidentalizada (o que, afinal, também correspondia à ideologia sionista), pouco a pouco o grosso da imigração passou a ser constituído por imigrantes asiáticos e africanos ditos "orientais" (sefarditas). A maior parte destes recém-chegados, numa época de acumulação capitalista em decréscimo global, não tardou a constituir a camada social inferior da sociedade israelita. A contradição social interna daí resultante, contudo, foi crescentemente articulada, não de modo socioeconómico, mas, sim, "etnopolítico", tal como é característico do culturalismo pós-moderno. Esta etnicização do social específica do interior de Israel não se ficou por um simples multiculturalismo, mas foi-se transformando, sob a crescente pressão interna e externa, numa tendência de "orientalização" militante da sociedade israelita, acompanhada por uma mobilização do ódio contra o sionismo secular europeu – assim, já no início dos anos 80 se viam, "nos arredores [...] a norte de Tel Aviv, muitos *graffiti* com a palavra 'asquenazi' (uma junção de asquenaze com nazi) [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 783).

Como não podia deixar de acontecer, a reaccionária mobilização político-religiosa, no decurso da fusão entre fanáticos ultra-ortodoxos e ultra-nacionalistas religiosos, também começou a ligar-se à "orientalização" etnopolítica – uma mistela de fundamentalismo religioso, nacionalismo extremista e etnopolítica, numa única liga, a bem dizer, um exemplo paradigmático da actuação destrutiva da política de barbarização em tempos de crise.

No mínimo, igualmente problemático é o enriquecimento da sociedade israelita com um segundo potencial racista de motivação diferente, a saber, através da imigração em catadupa vinda da Rússia e da Comunidade de Estados Independentes, após o colapso da União Soviética: "Todos os dias se pode ver no aeroporto Ben Gurion um avião da Aeroflot ou da Transaero a despejar uma carga de imigrantes das camadas mais baixas da ex-União Soviética" (Kampfner, 2002). O carácter "judaico" (ao fim e ao cabo, um constructo histórico, tal como todas as outras etnodefinições, e, tal como o Estado de Israel, legitimado apenas pelo anti-semitismo existente em todo o mundo) de muitos destes imigrantes é antes de mais duvidoso; afinal, as condições são de tal modo horrorosas em muitos lugares da sociedade ex-soviética em colapso que até a migração para o ameaçado Israel surge como uma saída social. De acordo com a lei israelita do regresso, os imigrantes têm de "comprovar que têm um avô judeu. Na maioria dos Estados ex-soviéticos, os documentos necessários podem facilmente adquirir-se a troco de dinheiro" (Kampfner, 2002). Tal como no caso da migração dos chamados russos de ascendência alemã para a RFA, aqui se evidencia o carácter duvidoso e a duplicidade dos critérios "étnicos" em geral – estes são sempre susceptíveis de adquirirem um conteúdo racista de sinal duplo, tanto incluyente como excluyente.

Os imigrados russos com ascendência judaica real ou falsa, na maioria originários da camada inferior russa dos chamados "*sovs*", mudaram ainda mais o perfil da sociedade israelita: "Hoje constituem um sexto da população total. Marcados durante gerações pela ditadura soviética e mentalmente condicionados em conformidade, estes *sovs* pouco sabem de Israel e muito menos dos Árabes. Enquanto antes odiavam os "negros" das repúblicas soviéticas do Sul da Ásia Central e da Transcaucásia, agora viram o seu ódio contra os Palestínianos e contra os países muçulmanos que rodeiam Israel [...] Os únicos *sovs* que têm contactos regulares com os palestínianos são os membros do crime organizado, que se dedicam a actividades tão lucrativas como receptação de carros roubados, ou tráfico de armas para a Margem Ocidental do Jordão e para a Faixa de Gaza. As armas, obtêm-nas de soldados israelitas que, assim, financiam o consumo de drogas" (Kampfner 2002).

Quase todos os imigrados "sovs" são de orientação firmemente secular e nada têm a ver com a alucinação religiosa dos ultra-ortodoxos. Mas eles de modo nenhum modificaram a parte secular dos Israelitas no sentido emancipatório. Pois o que eles trazem consigo e reorientam é o reles racismo secular das camadas inferiores do capitalismo, que se funde contraditoriamente com o racismo de motivação religiosa: "Não é a religião que os move. A maioria dos sovs não tem religião nenhuma. Eles constituem com outros grupos da sociedade israelita uma aliança casual e nada santa que mudou profundamente a paisagem política" (Kampfner, 2002).

Uma agravante adicional foi necessariamente o facto de Israel, como parte integrante da sociedade mundial capitalista, estar evidentemente ao mesmo tempo submetido às suas principais tendências económicas e ideológicas. Sob a égide global do neoliberalismo, com os seus princípios fundamentais de privatização, desregulamentação e globalização, todos os momentos socialistas do sionismo perderam a sua força aglutinante. Particularmente, a ideia dos *Kibutzim* não foi renovada, de acordo com os tempos, nem em termos intelectuais, nem em termos práticos, mas sofreu um declínio quantitativo e substancial. À ideologia tacanha da comunidade não se seguiu nenhuma crítica avançada da forma de sujeito capitalista, mas, sim, como por todo o mundo, uma progressiva capitulação perante ambas as manifestações pós-modernas intimamente ligadas, que são, por um lado, a individualização abstracta pela coerção do mercado e da concorrência e, por outro, o culturalismo religioso ou étnico militante.

Do ponto de vista superficialmente político, todos estes desenvolvimentos não tardaram muito a conduzir a uma completa reviravolta nas relações de poder em Israel: o sionismo trabalhista secular foi cada vez mais encostado à parede; ocorreu uma "subida, inicialmente lenta, mas continuada do Gachal, que mais tarde daria origem ao bloco Likud" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 526), o centro político da tendência de barbarização reaccionária, com toda uma série de apêndices de partidos ultra-religiosos, ultranacionalistas e etnopolíticos, grupos resultantes de cisões, seitas e organizações fanáticas de luta, que hoje constituem, no mínimo, o fiel da balança para a constituição do Governo: "O Governo Likud de Ariel Sharon apoia-se em imigrantes soviéticos, judeus sefarditas e ultra-ortodoxos" (Kampfner 2002).

Estes factos do desenvolvimento político-social de Israel lançam por maioria de razão uma luz forte sobre a assombrosa ignorância do "anti-imperialismo" tradicional da esquerda: enquanto este continua a gritar as suas palavras de ordem "anti-sionistas" (desde sempre com uma carga anti-semita, que hoje se torna óbvia), na realidade já há muito que o sionismo trabalhista secular foi cilindrado pelas próprias forças reaccionárias anti-sionistas e anticivilizatórias pós-modernas de Israel. Também sob este ponto de vista, o anti-imperialismo "revolucionário nacional" é já meramente anacrónico. A subida do bloco Likud foi acompanhada por uma deslegitimação sistemática do pensamento sionista original e equivaleu em larga medida a um processo de erosão da sociedade israelita, orientado tanto para o exterior como para o interior.

No que diz respeito à orientação para o exterior, a postura defensiva perante os Árabes converteu-se em hostilidade militante, arrogância culturalista e ideias agressivas de conquista. Tal orientação ideológica dos ultras, a ganharem influência a olhos vistos, repercutiu-se, na prática, num programa de colonização novo, formado por extremistas de direita. O Gush Emunim ("Bloco dos Crentes"), fundado em 1974, pregou um novo ideal de "pioneirismo", já não socialista, mas religioso e nacionalista, com o objectivo de expulsar os residentes árabes e, em última instância, incorporar em Israel as áreas ocupadas: "A política dos colonatos na Judeia e Samaria enveredou de facto numa nova direcção, após a chegada ao poder do Governo Likud [...] O processo de colonização sob o Governo Likud apresentou algumas características típicas. A primeira foi a sua enorme dimensão. Enquanto entre 1967 e 1977 foram fundados cerca de quarenta novos colonatos, entre 1976 e 1983 surgiu quase o dobro [...] A segunda característica do processo de colonização sob os Governos do Likud diz respeito à localização dos novos colonatos. Nos tempos do bloco trabalhista, os colonatos tinham sido estabelecidos em áreas sem residentes árabes ou com muito poucos [...]. A escolha do local para novos colonatos mudou profundamente sob o Governo Likud. O objectivo agora era conseguir o máximo de presença judaica em todas as partes da margem ocidental. Em vez de se pouparem as regiões com densa população árabe, preferiam-se precisamente estas áreas para a

fundação de colonatos, e até se estabeleciam colonatos nas grandes cidades árabes como Nablus, Ramallah e Hebron. A localização exacta dos novos colonatos orientava-se pela identificação de uma determinada localização com uma povoação bíblica [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 754s.).

Esta colonização já não obedeceu a qualquer ideal universal, como o sionismo trabalhista, portanto já nem sequer à exigência implícita de haver um lugar para todos os perseguidos e que, além disso, todos os seres humanos se possam instalar em qualquer lado, desde que não seja à custa de outrem. Bem pelo contrário, o Gush Emunim representa uma política de "limpeza" e expropriação etnopolítica, com um fundamento de legitimação totalmente irracional (bíblico). O actual chefe do Governo israelita destacou-se aqui já no princípio dos anos 80 do século passado: "A política geral da colonização [...] esteve sob a dinâmica direcção de Ariel Sharon [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 757). Por isso não foi por acaso que, sob a direcção de Sharon como ministro da Defesa, em 1982 foi conduzida a incursão ao Líbano, pela primeira vez puramente agressiva e não imposta do exterior, que culminou no famigerado massacre de Sabra e Chatila, próximo de Beirute: aí as milícias cristãs, aliadas de Israel, assassinaram mais de 800 civis palestinianos, à vista do exército israelita e com evidente aprovação tácita de Sharon.

Quanto à orientação para o interior, como em qualquer outra parte do mundo, a viragem à direita da sociedade israelita foi acompanhada em grau crescente por casos de corrupção e, sobretudo, por uma inconciliável cisão, que já nos anos 80 do século passado conduzia uma retórica de violência cada vez mais agressiva da direita contra a esquerda israelita: "Estas tendências de cisão associaram-se, consideravelmente, a uma violência pelo menos verbal e ilegalidades a diversos níveis, que [...] em muitas áreas da vida iriam prolongar-se no tempo. Isso manifestava-se nas relações do dia-a-dia, no trânsito rodoviário e na alta taxa de sinistralidade. Em estreita ligação com tal violência estava a crescente intolerância contra os adversários, incluindo a tendência a cobri-los com designações extremamente depreciativas [...] Estes sentimentos de discórdia e hostilidade, que eram expressos com veemência, encontravam-se sobretudo nos grupos próximos do Likud" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 745s.).

A deslegitimação do sionismo trabalhista não poupou nenhum aspecto, desde os *Kibutzim* à Central Sindical Histadrut: "De particular importância foram as tiradas de ódio repentinas [...] contra os *Kibutzim*, esse símbolo central do modelo sionista [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 735). Tal como os *Kibutzim*, também o movimento sindical sofria sob a dupla pressão da crise capitalista e da globalização neoliberal, por um lado, e do ódio político-religioso dos radicais de direita, por outro: "De um modo geral, a Histadrut foi perdendo cada vez mais o seu lugar, como parceiro do governo na formulação da política económica. Muitas vezes foi marginalizada [...]" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 771). Nem sequer o papel histórico da Haganá sionista, o núcleo militar da fundação do Estado de Israel, foi poupado neste processo de deslegitimação: "Até a história da luta contra os ingleses e pela independência foi reescrita – sobretudo com o objectivo de minimizar o papel da Haganá em todo este processo" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 767).

No fim da sua investigação, Eisenstadt manifesta a esperança de que Israel, apesar deste desenvolvimento, possa chegar a um novo "equilíbrio dinâmico" e superar as tendências para a autodestruição. Infelizmente os anos 90 do século passado revelaram exactamente o contrário. O assassinio do primeiro-ministro Yitzhak Rabin, em Novembro de 1995, por um jovem fanático judeu nacionalista-religioso constitui apenas a ponta do *iceberg* com que Israel ameaça soçobrar, devido à sua própria barbarização fundamentalista. Neste sentido, a investigação de Michael Karpin e de Ina Friedman, de 1998, *Murder in the name of God. Plot to Kill Yitzhak Rabin*[*Assassínio em Nome de Deus. A Conspiração para Matar Yitzhak Rabin*], lê-se como um funesto prosseguimento da análise de Eisenstadt. Karpin e Friedman, que são dos mais conhecidos jornalistas israelitas, mostram com corajoso desassombro quanto progrediu entretanto a destruição fundamentalista religiosa e nacionalista radical de direita da sociedade israelita, e uma vez mais tanto para o exterior como para o interior. O facto de com Yitzhak Rabin ter chegado novamente ao poder um governo secular-sionista podia ser atribuído à vontade de paz e de conciliação da maioria dos israelitas; mas o fim sangrento desta política, que não passou de um mero episódio, remete para o já amadurecido poder da tendência fundamentalista.

Tanto antes como depois do assassinio de Rabin era visível um reforço, que se prolonga até hoje, da política de colonização e expropriação militante contra a população árabe, numa dimensão que assustou frequentemente até os negociadores norte-americanos. Já Eisenstadt se referira, na última parte da sua investigação, ao carácter racista da ideologia de colonização e ao seu apoio nas altas esferas da sociedade israelita. Como ele escreve, "alguns grupos religiosos até justificavam um comportamento extremamente xenófobo que invocava as acusações bíblicas contra Amalek" (Eisenstadt, *ibidem*, p. 787). O primeiro-ministro do Governo Likud, Begin, desumanizara publicamente os Palestínianos como "animais de duas patas"; e, na mesma medida em que a maioria dos rabinos ortodoxos em Israel cada vez mais abertamente propagandeava o "Estado teocrático" judaico, também este racismo subia de tom. O rabino Yitzhak Ginsburg, um dos extremistas da linha dura, publicou um decreto "segundo o qual 'sangue judeu e sangue não judeu não são idênticos'" (Karpin/Friedman, 1998, p. 18). E o célebre rabino Meir Kahane, um dos ideólogos da direita fundamentalista, ele próprio assassinado em 1990 numa aparição pública em Nova Iorque, "designou [...] todos os árabes como 'uma epidemia de bactérias que nos envenenam' [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 69).

Já há mais de dez anos que gente desta era mais ou menos tão "marginalizada" em Israel como Jörg Haider na Áustria. No funeral de Kahane, em Jerusalém, "estiveram mais de 15 000 convidados, e o discurso fúnebre foi pronunciado pelo rabino-mor de Israel, Mordechai Eliyahu [...] Entre os que vieram prestar a última homenagem a Kahane incluíam-se também dois ministros e uma série de deputados da direita do Knesset" (Karpin/Friedman, 1998, p. 70).

A motivação racista tornou-se o propulsor para uma série infindável de actos de violência dos colonos israelitas. Foi o caso, para dar apenas um exemplo dos primeiros, do assalto no Verão de 1983 de um grupo de extremistas mascarados à Universidade de Hebron, que mataram três palestínianos e feriram muitos outros, com tiros de espingardas e granadas. No seguimento, foi perpetrado um sem-número de atentados à bomba contra presidentes de câmara árabes. Foram planeados grandes atentados contra a Mesquita de Al-Aksa em Jerusalém e outros símbolos islâmicos, ainda que evitados a tempo. Até conhecidos líderes políticos da direita participaram pessoalmente nos actos de violência, como aconteceu com o membro do "núcleo de acção" da direita contra Rabin, Gadi Ben-Zimra. No quotidiano foram precisamente os grupos de colonos mais expostos, frequentemente minúsculos, que, sob protecção do exército, aterrorizaram os vizinhos palestínianos, derrubaram as suas vendas de legumes, alvejaram as suas casas, destruíram os seus carros, etc. Assustador foi o atentado suicida do médico Dr. Baruch Goldstein, do célebre colonato Kiryat Arba, próximo de Hebron, que em 25 de Fevereiro de 1994 matou 30 palestínianos com uma espingarda automática durante a oração da manhã e acabou ele próprio linchado pelos sobreviventes enraivecidos. Goldstein alcançou o estatuto de "mártir" em amplos círculos ortodoxos e nacionalistas, pelos quais chegou a ser designado como "vítima do terror árabe", e mesmo "equiparado às vítimas do Holocausto nazi" (Karpin/Friedman, *ibidem*, pp. 104, 177).

Todas estas violentas erupções de ódio racista-nacionalista e de alucinação religiosa foram organizadas e não actos isolados. Os colonos constituíram milícias privadas próprias, com armas fornecidas pelo Exército a mando do Governo Likud, que rapidamente começaram a autonomizar-se, da própria administração Likud, e a agir ilegal e arbitrariamente, como "resistência clandestina armada": mais uma vez, assim aconteceu em flagrante paralelo com os seus vizinhos inimigos árabes e palestínianos. Com isto, a destruição interna de Israel já atingira o nível dos senhores da guerra. Assim, a imprensa laica israelita não tardou a designar "os focos da violência dos colonos como 'margem do Oeste selvagem' [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 64).

Paradoxalmente, os *haredim* e os ultranacionalistas, na mesma medida em que esvaziaram e destruíram a autoridade e as instituições do Estado de Israel, reinterpretaram radicalmente o fundamento legitimatório deste Estado: enquanto o seu activismo fundamentalista destruía o Estado no interior, este devia assumir para o exterior a desproporcionada dimensão de um "grande Israel". De lugar de refúgio secular dos sionistas, transformou-se em lugar bíblicamente mistificado de uma promessa de salvação nacionalista religiosa; e, deste ponto de vista de uma "antipolítica" fundamentalista religiosa dos radicais de direita, o estabelecimento das fronteiras não pode sequer

ser o resultado de negociações. Em vez disso, a crença fanática afirma que "só há uma directiva para fixar as fronteiras: a promessa de Deus ao patriarca Abraão [!]: 'Darei aos teus descendentes a terra que vai do rio do Egito até ao grande rio Eufrates' (Moisés I, 15,18). Tais fronteiras abrangem hoje a maior parte do Médio Oriente, do Egito até ao Iraque [!] [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 15).

No processo de fusão de fundamentalismo religioso, nacionalismo secular, racismo e política étnica, a doutrina da salvação pelo Messias transformou-se num constructo pós-político, que a si mesmo se definiu como "revolucionamento" político-religioso da sociedade israelita: "A 'revolução neomessiânica' foi comandada pelas sinagogas e estabelecimentos de ensino. As sinagogas já não eram lugares de oração, mas centros de doutrinação política, as escolas talmúdicas já não eram lugares de erudição, mas forjas de quadros do movimento do Grande Israel [...] Foi construído um enorme aparelho de propaganda, sob a aparência de associações supostamente apolíticas, agraciadas com isenção de impostos [...] Um 'despertar' desta dimensão não ocorria no mundo judaico desde a ascensão do sionismo um século antes [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 291).

O movimento teocrático neomessiânico em prol de um grande Israel fantasmático agiu para o interior com a mesma violência crescente, legitimada na teologia talmúdica, que para o exterior. Também esta violência interna, dirigida sobretudo contra a esquerda secular, começou cedo, em paralelo com a violência racista dos colonos nas zonas ocupadas. O tiro de partida foi dado por um incidente em Fevereiro de 1983: "Yonah Abrushmi, um jovem amargurado movido pela desenfreada retórica da direita, lançou junto à sede da Presidência do Conselho de Ministros uma granada de mão contra uma multidão de manifestantes do movimento 'Paz Agora'. Neste atentado morreu um homem, Emil Grunzweig, e onze pessoas ficaram feridas" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 155).

A violência e a retórica da violência da direita teocrática e/ou nacionalista, em parte explícitas, em parte subliminares, não abrandaram desde então. O assassinio de Rabin foi precedido de uma longa campanha de agitação, em que por várias vezes a sua morte foi exigida publicamente; durante dias seguidos, "turmas fantasmáticas" de rabinos fundamentalistas amaldiçoaram-no em tons pseudomedievais, frente à sede do seu Governo, de acordo com a chamada Din Rodef, a sentença de morte talmúdica para os judeus traidores. E, por uma percentagem já assustadoramente grande da sociedade israelita, este assassinio foi, em parte, aceite passivamente, e, em parte, motivo de um júbilo disfarçado e em muitos casos abertamente declarado. O assassino, Jigal Amir, foi considerado "herói" por muitos *teenagers*, recebendo correio maciço de muitos fãs, etc. E a aprovação mais ou menos tácita ou, no mínimo, a banalização deste homicídio penetra profundamente nos mais altos círculos da direita política: "Quase dois anos após o assassinio, Sharon, como ministro do Governo de Netanyahu, repetiu a afirmação dos radicais de direita e dos rabinos extremistas: culpou Yitzhak Rabin da própria morte, que seria devida à sua teimosia" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 301).

Em analogia com a cultura global de amoque, com a sua amálgama de agressão e auto-aniquilamento, a direita nacionalista teocrática de Israel também elaborou justificações do atentado suicida idênticas às dos islamistas, tendo o caso do assassinio em massa de Goldstein constituído um precedente. E, tal como acontece com os islamistas, a reinterpretação militante dos conceitos religiosos serviu esse empreendimento: "Kidush ha-Shem, antes de ser associado ao fervor messiânico dos colonos da Gush-Emunim, era um auto-sacrifício, que teria escolhido a morte em vez da conversão forçada [...]. A transformação agressiva deste auto-sacrifício, feita por Goldstein, foi rapidamente sancionada pelos fanáticos judeus [...]. Num livro com intitulado *Baruch ha-Gever* ('Homem Abençoado') elogiaram o seu auto-sacrifício como a mais elevada expressão de convicção religiosa e exortaram outros a imitá-lo. O rabino Elitzur Selga [...] escreveu que os santos rabinos nunca tinham condenado o modelo de missão suicida de Goldstein. 'Evidentemente que uma morte ainda mais certa, por exemplo quando uma pessoa se faz explodir juntamente com os seus inimigos com recurso a uma granada, é igualmente sancionada como um acto nobre' [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 67). Não se podia dizer com mais clareza que a vincada e manifesta pulsão de morte da razão capitalista pode revestir-se de qualquer roupagem ideológica.

Também do ponto de vista cultural e político-social se agudizou nos anos 90 do século passado a pretensão teocrática radical face à sociedade israelita e contra a esquerda secular; e tal ocorreu de novo numa embaraçosa afinidade com os seus vizinhos árabes inimigos. Tal como os wahabitas e todos os outros islamistas, as forças ultra-ortodoxas e nacionalistas religiosas hoje em dia não só fulminam verbalmente "a cultura oca do Ocidente" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 23), o materialismo moderno, a erosão dos valores patriarcais, etc., mas querem submeter mais do que nunca a sociedade aos seus mandamentos irracionais. Tal como entre os islamistas, surge aqui em primeiro lugar uma hostilidade militante para com a sexualidade. Mesmo os ortodoxos moderados estão aterrados com a pressão institucional que os *haredim* puritanos conseguem entretanto exercer neste sentido. Em 1997, por exemplo, o professor Jehuda Friedländer, reitor da Universidade Bar-Ilan, citava "exemplos das mudanças no seu próprio círculo familiar [...]. 'É estritamente observada a etiqueta externa, proibindo-se simplesmente as raparigas de andarem de meias curtas [...]. O comprimento da saia e a altura da racha são rigorosamente vigiados [...]' Foi proibido aos pais irem à festa de fim de ano escolar das filhas, pois aí actuava um coro de raparigas [...]. O director da escola básica do seu filho proibiu o jovem de frequentar no Verão um campo de férias científico organizado pela Universidade Hebraica [...]. Há cem anos ainda não se imiscuíam (nos assuntos particulares), hoje atiram-se às mais pequenas minudências, por muito pessoais que sejam' [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 73s.).

O poder institucional da ortodoxia e da ultra-ortodoxia dos rabinos domina amplos sectores do direito civil, porque os mesmos nunca foram secularizados. Este poder traz aborrecimentos insuportáveis à vida de cada um, mesmo daqueles que não têm nada a ver com a religião: "Para os judeus de Israel, isso significa serem controlados pelo *establishment* religioso ortodoxo e que, com o passar dos anos, esta regulamentação tem tido um efeito devastador sobre os direitos civis de inúmeros cidadãos. Devido à asfixia pelos clérigos ortodoxos, nenhum judeu israelita, nem sequer o ateu mais consolidado, se pode casar fora da sua 'fé' [...]. A milhares de crianças israelitas que foram adoptadas no estrangeiro é vedada a conversão ao judaísmo, porque os seus pais não professam o estilo de vida ortodoxo. É estritamente proibido às mulheres deporem perante o tribunal rabínico, ao qual tem de se recorrer para o divórcio [...]" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 76).

Também o desprezo e a repressão das mulheres pelos rabinos ortodoxos são completamente iguais aos dos islamistas (e naturalmente também aos dos cristãos tradicionais e, em geral, aos dos patriarcas e neo-patriarcas da ideologia de crise em todo o mundo). Nas comunidades estritamente ortodoxas, o comportamento misógino é a lei prática do dia-a-dia, que cai como gelo sobre as relações amorosas dos indivíduos, como mostra por exemplo o angustiante filme de Amos Gitai, "*Kadosh*". E esta lei quotidiana pseudo-arcaica da repressão das mulheres estende-se de múltiplas maneiras, por intermédio do poder institucional, sobre a vida secular israelita.

O mesmo se diga quanto ao desprezo e à perseguição dos homossexuais, que lhe estão estreitamente associados, difundidos tanto pelos crentes ultra-ortodoxos como pelos racistas seculares dos "sovs". Os ataques de ódio a Rabin, antes do seu assassinio político, incluíam regularmente o *slogan* "Rabin é gay" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 113). Uma homofobia militante idêntica à dos islamistas encontra-se não só entre os ultras israelitas, como igualmente entre os seus apoiantes e mentores na diáspora judaica, incluindo nos EUA, onde causam muita polémica. Foi assim que o rabino radical de Nova Iorque, Abraham Hecht (um herói também para a direita israelita), apoiou com demagógicas tiradas contra os homossexuais a eleição do *mayor* Giuliani, que mais tarde ganharia notoriedade pelas medidas draconianas contra os pobres. "Quando ele apoiou Giuliani, em 1989, anunciava que o seu candidato limparia finalmente uma cidade corrompida por males como o sexo antes do casamento, os abortos e os crimes de homossexualidade [!], e apoiou (tal como a secção local do Ku-Klux-Klan) a pena leve dada a um assassino por um juiz do Texas, porque as vítimas eram 'apaneleiradas', segundo as palavras do juiz" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 220).

A ideologia neo-arcaica, agudizada pelo racismo e pelo nacionalismo, é acompanhada de um comportamento ritual compulsivo, tal como no islamismo e nas seitas sincretistas ocidentais. Por exemplo, após os devastadores atentados suicidas palestinianos, os fanáticos ultra-ortodoxos procuram separar "eticamente" os restos dos corpos, para que nenhum bocado do corpo do suicida

de outra "raça" possa por engano ser enterrado junto com membros judeus. Contra a vontade da população secular, são impostos pela direita religiosa cada vez mais constrangimentos religiosos à vida quotidiana, os quais entretanto extravasam de longe a imediata competência institucional dos ultra-ortodoxos. A face de Israel vai mudando a cada nova concessão aos partidos religiosos, com a técnica da política de coligação. Por um lado, quanto ao seu sistema político, o país é uma democracia capitalista de cunho ocidental, que contudo, como já se disse, nunca foi reconhecida pelos *haredim*; por outro lado, o quotidiano israelita iguala já sob muitos aspectos o de um Estado teocrático, segundo o padrão dos talibãs.

É óbvio que estamos aqui a assistir à preparação de um catastrófico e decisivo confronto entre duas concepções antagonistas do mundo. Se Eisenstadt, na sua análise socio-histórica de 1984, ainda estava esperançado num compromisso interno, já a avaliação do estado interno de Israel por Karpin/Friedman, 14 anos mais tarde, é escura como breu: "Os Israelitas vêem cada vez mais o país como um barril de pólvora com a mecha acesa. A maior ameaça para eles não é o terrorismo fundamentalista nem a guerra com os vizinhos, mas a dissolução a partir de dentro [...]. Quando, numa sondagem Gallup para o jornal *Maariv*, no segundo aniversário do atentado, se perguntou se o país estaria mais perto da unidade ou da guerra civil, mais do dobro dos israelitas (56 contra 21 por cento) responderam que estaria mais próximo o assassinio fratricida nacional do que a paz interna" (Karpin/Friedman, *ibidem*, p. 427).

Se a iminente explosão violenta das contradições internas até agora foi sendo adiada em Israel, tal é de atribuir em primeira linha à agudização do conflito externo com os Palestínianos, desde o começo da chamada Intifada de Al-Aqsa. As tiradas de ódio anti-semita, os atentados suicidas e as formações quase militares de milícias de senhores da guerra palestínianos não só trouxeram de novo para primeiro plano as contradições externas, mas têm também, por enquanto, deslocado para o exterior a própria energia racista, fundamentalista e nacionalista da direita israelita, tanto mais que esta direita entretanto constitui o *mainstream* social, tendo firmemente na mão o leme institucional.

Também o proceder do exército israelita nos territórios ocupados sob o Governo de Sharon é um corolário disso mesmo, não podendo já ser interpretado como acto de autodefesa de um poder largamente superior em termos técnico-militares. Naturalmente, tal como em todo o mundo, as tendências ultradireitistas da sociedade implantaram-se com mais força no exército. Quando os relatórios de jornalistas ocidentais, assim como de grupos oposicionistas e de organizações humanitárias israelitas, relatam, entretanto, toda uma série de crimes de guerra do exército israelita, não se trata só de desinformação da propaganda palestíniana.

Assim, foram destruídos deliberadamente casas privadas, monumentos históricos e alvos sem qualquer interesse militar: "Em Ramallah, os soldados devastaram o Centro de Saúde da União Europeia, destruíram a secção de óptica, o gabinete de aluguer de equipamento médico e o centro de juventude [...]. O Ministério da Cultura em Ramallah [...] só foi evacuado pelos ocupantes em 2 de Maio. Deixaram atrás de si gabinetes devastados, sujos e cheios de terra, computadores destruídos e estantes vazias [...] até as loiças das casas de banho foram destruídas. Na administração da cidade de Ramallah, os soldados rebentaram o cofre-forte das finanças locais e arrancaram todos os discos rígidos dos computadores. No Ministério da Educação [...] fizeram desaparecer os documentos para os próximos exames finais e os carimbos de validação dos certificados de exame, e, para concluir a sua obra, araram o jardim com os seus tanques de guerra. Segundo informação do ministro da Educação Abderabboh, os soldados roubaram todos os documentos do registo predial sobre a propriedade da terra, o que constitui uma pesada perda, à luz da crescente expropriação em prol de colonatos judeus [...]. De acordo com numerosos depoimentos [...] os soldados também destruíram objectos de valor e roubaram dinheiro em escolas e em muitas residências particulares" (*Neue Zürcher Zeitung*, 8.5.2002).

Os relatos de buscas e pilhagens em grandes centros comerciais, não só em Ramallah, e de assaltos a civis, etc., são tão numerosos e concordantes que podem considerar-se verdadeiros. Das tripulações dos blindados israelitas diz-se que "estacionaram à frente de lojas, ourivesarias, bancos e casas de computadores e os pilharam" (Wieland/Schäfer 2002). A pretexto de busca de armas, estudantes foram desapossados das carteiras. Parte do exército israelita comporta-se na "terra do

inimigo étnico" perfeitamente de acordo com todo o desenvolvimento global; o procedimento nas zonas palestinianas começou a tornar-se parte da economia global de saque.

Mas não se ficou apenas pelo roubo e pilhagem. Em Abril de 2002, porta-vozes de oito grupos internacionais de direitos humanos apresentaram, numa conferência de imprensa em Jerusalém, relatórios sobre execuções extra-judiciais e torturas levadas a cabo por soldados israelitas. "Ouviu-se falar de um grupo de dez mulheres que saíram à rua, após um tiroteio, de braços no ar, implorando aos soldados permissão para assistir os feridos abandonados. A sua líder, a médica Dra. Kadah, foi abatida a tiro, e as outras mulheres foram gravemente feridas" (*Neue Zürcher Zeitung*, 17.4.2002).

O Supremo Tribunal israelita teve de proibir expressamente a tortura de prisioneiros palestinianos, o que equivale a uma confissão de que a tortura em diversos graus já no passado fazia parte do dia-a-dia em Israel, tal como nas ditaduras militares do Terceiro Mundo. Carmi Gillon, embaixador de Israel na Dinamarca, provocou protestos quando defendeu publicamente a tortura de prisioneiros palestinianos, mesmo depois desta sentença. O facto de a acusação de tortura ter sido formulada de novo, maciçamente e com pormenores, também no caso da mais recente ofensiva militar israelita, demonstra que estas práticas continuam a ser utilizadas. Acerca do destino de Marwan Barghuti, membro do Conselho Executivo Palestiniiano, que foi detido pelo exército israelita em Abril de 2002, pôde ler-se em relatos de imprensa: "Barghuti é vítima da tortura do sono aplicada pelo serviço secreto interno israelita Shin Beth [...]. Além disso, é repetidamente atado durante muitas horas a uma cadeira coberta de pregos. Tem os pés e as mãos atados de tal modo que não consegue sentar-se direito. Ficou com ferimentos tão graves nas costas e nas mãos que teve de ser transportado para uma enfermaria. Foi aí que ocorreu o contacto com os representantes da organização de direitos humanos. Os torturadores tinham ameaçado Barghuti de lhe matar o filho, prisioneiro na cidade israelita de Ashkelon" (*Neue Zürcher Zeitung*, 25.5.2002).

Acontecimentos como crimes de guerra, torturas, etc. não podem ser atribuídos apenas aos agentes, como únicos culpados, tanto mais que estes crimes em regra não são objecto de condenação, ou são apenas como "crimes heróicos" (em Israel, tal como na Rússia, no resto da Jugoslávia e noutros lados); estes crimes, pelo contrário, são sempre também o espelho da sociedade de onde provêm. As atrocidades do exército israelita, que não podem ser justificadas com a barbarização da sociedade palestinianiana, remetem para a barbarização da própria sociedade israelita, que precisamente neste aspecto é parte integrante da sociedade mundial capitalista.

Se a contradição interna de Israel ainda não rebentou violentamente em grande escala, tal não se deve atribuir apenas à "exportação" da violência e dos potenciais de ódio radicais de direita e teocráticos, através da renovada confrontação externa com os adversários palestinianos complementarmente barbarizados. Um factor adicional é o recuo da esquerda secular e mesmo das simples forças seculares do mundo do dia-a-dia de Israel. Não é para admirar que o Partido Trabalhista já há muito tempo tenha seguido o rumo de todas as sociais-democracias. O assassinio de Rabin não libertou qualquer potencial de crítica, pelo contrário, empurrou mais para a direita os restos do sionismo trabalhista, há muito enfraquecido, à semelhança da evolução de todas as sociais-democracias no início da Primeira Guerra Mundial. Também então, mesmo que todos os líderes social-democratas tivessem sido mortos a tiro por radicais de direita (o que aconteceu de facto em França com Jean Jaurès), a política de tréguas teria continuado de pedra e cal.

Acresce que a consciência da juventude israelita secularmente orientada, mesmo e precisamente da esquerda, tal como a dos seus contemporâneos europeus e norte-americanos, está fortemente impregnada pela individualização abstracta hedonista do consumo de mercadorias da chamada pós-modernidade, que tem poucos argumentos a opor ao avanço da outra face da mesma tendência, o fundamentalismo etnoculturalista. Uma esquerda, além disso, completamente desarmada de ideias devido às teorias pós-modernas, que torna inofensivos o capitalismo e a barbárie como simples "eventos do discurso", tem de se tornar ela própria inofensiva, o que naturalmente se revela fatal, particularmente nas regiões de crise, como verifica o professor universitário israelita de esquerda, Ren HaCohen: "Estes jovens israelitas consideram-se radicais, orientados para a paz, contra a ocupação e mesmo assim condenados a viver submetidos a fanáticos regressivos. Ao mesmo tempo,

porém, a mesma estrutura de consciência possibilita-lhes acomodar-se à ocupação [...]. A moda intelectual chamada pós-modernismo – no Ocidente já em decadência, mas ainda vivíssima no provinciano Israel – desempenha aqui um papel importante [...]. Uma vez que não existe verdade nenhuma, também não podemos opor qualquer resistência a nada nem apoiar realmente nada. As palavras são mais importantes do que os actos. A linguagem é o fundamento de tudo, a análise do discurso é a chave para tudo [...]. O caso de Israel representa uma impressionante prova de quão perigosa pode ser esta ideologia" (HaCohen 2002).

Sob todas estas circunstâncias e condições é possível, desde já, que a exclusão da enfraquecida esquerda secular pela administração de direita se processe a frio. É o que diz, por exemplo, a directora do Instituto Cohn na Universidade de Tel Aviv, Rivka Feldhay, acerca da situação dos intelectuais seculares e de esquerda nas universidades: "A ministra para as questões da educação de Israel, a ultranacionalista Limor Livnat, procura isolar-nos e boicotar-nos. A investigação e o ensino em Israel são financiados por um conselho para o ensino superior. A nova ministra refez nos últimos meses esta comissão para enfraquecer as universidades em benefício de cientistas próximos do Governo. Foi bem sucedida [...]. Vemo-nos na necessidade de pedir ajuda aos Europeus. Não com boicotes. Mas para que coloquem os seus bons nomes no prato da balança para protestar contra a política do Governo" (Feldhay 2002).

Mesmo no dia-a-dia, os representantes da esquerda secular têm de contar que irão ser cada vez mais hostilizados e insultados; artistas e intelectuais retiram-se gradualmente de determinados bairros dominados pelos ultra-ortodoxos, em Jerusalém e noutras cidades. Apesar disso, a oposição de esquerda ainda traz centenas de milhares de manifestantes para a rua. Segundo informações da organização Yesh Gvul ("Existe Uma Fronteira"), fundada em 1982 (como reacção à invasão do Líbano ordenada por Sharon), desde o Outono de 2000 mais de mil soldados israelitas, incluindo oficiais de alta patente, recusaram-se a prestar serviço sob o Governo de Sharon nas regiões ocupadas: "Não é a primeira vez que israelitas recusam prestar serviço nas forças armadas, contudo nunca tantos membros de unidades de combate – oficiais e soldados na reserva – se pronunciaram publicamente pela objecção de consciência nas zonas ocupadas" (Dachs 2002).

Contudo esta resistência, que ainda se mantém, não muda o facto de a esquerda secular no seu conjunto estar enfraquecida, devendo temer pelo seu futuro social e institucional, e mesmo pela vida, no caso de uma reorientação para o interior dos potenciais de agressão nacionalista e teocrático. A escalada das contradições internas ameaça desencadear-se, não em último lugar através de uma crise económica catastrófica que é bem visível. Israel que, em conjunto com a Palestina, como muitas outras regiões do mundo, apesar de todos os apoios, já tem grandes dificuldades, devido ao processo da globalização capitalista e à dependência da entrada de capital financeiro transnacional, arruína-se adicionalmente com os enormes custos militares que se repercutem na reprodução social. O Governo de Sharon também está sentado num barril de pólvora económico-social. A crise económica, que leva a crises periódicas de governo, coloca inexoravelmente a questão de quais as partes da população israelita que têm de ser socialmente passadas pelas armas. E os partidos dos ultras já tornaram inequivocamente claro que devem ser todas as camadas seculares de que eles não gostam – um desígnio que pode ser auxiliado pelo desencadeamento dos potenciais de ódio internos.

O conhecimento deste desenvolvimento consubstancia-se numa "votação com os pés": centenas de milhares de israelitas seculares emigraram ou pensam fazê-lo: "Nunca houve tanto potencial de emigração na história recente do país de imigração tradicional [...]. Não só o Canadá, a Austrália e os Estados Unidos atraem muitos israelitas, como um íman: até Vanuatu, antes Novas Hébridas, Estado insular republicano no Oceano Pacífico [...]. Em Tel Aviv [...] 2000 famílias já se inscreveram na sociedade cooperativa 'Mondragon', que, por 4500 dólares, vende parcelas de terreno de 3000 metros quadrados em Vanuatu. Isto é apenas o começo, pois a 'Mondragon' arrendou cerca de 80 000 hectares de terra por 150 anos, para repartir e vender a israelitas desejosos de emigrar. O que dá mais de 50 000 parcelas, ou seja, lugar para mais de um milhão de pessoas" (Landsmann 2001).

Há algo de profundamente deprimente e comovente no modo como cada vez mais judeus seculares viram as costas ao suposto lugar de refúgio e à suposta pátria de Israel, empurrados quer pelos

comandos terroristas palestinos quer pela funesta aliança interna de fanáticos religiosos, ultranacionalistas, políticos etnicistas e racistas seculares. Quanto mais a esquerda secular de Israel se esvai com este trágico êxodo, mais depressa progride necessariamente o desmoronamento e a barbarização internos da sociedade israelita.

Naturalmente, coloca-se a questão de como avaliar este triste desenvolvimento social de Israel, tendo em conta o "imperialismo global ideal" do centro capitalista. Em caso algum uma posição emancipatória e anticapitalista pode estar empenhada numa "equidistância" perante israelitas e palestinos, no sentido de se referir apenas à barbarização complementar das duas sociedades mutuamente entrosadas, no contexto da crise geral da globalização. Isso seria de vistas curtas, porque, com tal positivismo de crise, seria ofuscada a função do anti-semitismo a nível mundial e, com ela, o particular significado do Estado de Israel.

Israel é sempre ambas as coisas ao mesmo tempo: um Estado capitalista periférico sob condições capitalistas numa região central de crise, por um lado; e um produto específico da resistência contra a última reserva anti-semita da ideologia de crise do imperialismo, por outro. Daí que a existência do Estado de Israel tenha, como já se referiu, uma qualidade diferente da de todos os outros Estados. Enquanto já não pode estar no horizonte da emancipação social que os palestinos constituam um Estado próprio, pois aqui já se tornou actual a perspectiva pós-estatal de libertação, a existência e defesa do Estado de Israel mantém-se como condição decisiva para flanquear a constituição de um movimento de emancipação global e transnacional de tipo novo, que não deixe perder a ânsia de libertação através da abertura da válvula da ideologia anti-semita. Por outras palavras, de todos os países, Israel é o último a poder abandonar a existência estatal e "nacional", no quadro de um novo movimento mundial emancipatório.

A existência de Israel, de certo modo dupla, como um vulgar Estado capitalista de crise e como um ponto de referência global da ideologia de crise capitalista, exige uma correspondentemente dupla aproximação da crítica social radical. A defesa da existência de Israel tem de ser incondicional para uma nova crítica do capitalismo; pois esta defesa constitui uma *conditio sine qua non* para o conteúdo emancipatório da crítica. A defesa incondicional da existência de Israel não pode, simultaneamente, abstrair-se do desenvolvimento social real de Israel, como região capitalista de crise. Pois a redução do desenvolvimento social à esfera ideológica e, com ela, a redução da crítica à crítica da ideologia, porventura ainda por cima concentrada na síndrome anti-semita, colocaria de pernas para o ar a relação entre a sociedade e a ideologia, e transformaria em ideologia a própria crítica da ideologia.

Nesta medida, na perspectiva da crítica radical, também é errado subsumir os acontecimentos no Médio Oriente exclusivamente ao desabrochar da ideologia de crise do anti-semitismo no Ocidente, e especialmente na Alemanha, e depois, a pretexto de que a tematização da evolução social em Israel apenas "serve" o anti-semitismo, esconder este desenvolvimento real, ou então pintá-lo de cor-de-rosa.

O anti-semitismo não pode ser analisado e combatido independentemente do seu fundamento social – o moderno sistema produtor de mercadorias. Desligada da realidade social, a crítica transforma-se em afirmação, como mostra a actual discussão do anti-semitismo reduzida à ideologia, até no interior da esquerda radical. Tendo a teoria crítica acentuado sempre o nexo interno essencial entre o capitalismo e o anti-semitismo, entre Auschwitz e a história alemã do capitalismo, agora pretende-se, exactamente ao contrário, estigmatizar a crítica radical do capitalismo como tal com a mácula do anti-semitismo, a fim de obrigar a esquerda a calar-se. Uma esquerda que ceda a esta pressão tem de desistir de si mesma, revelando-se, então, o reducionismo, na crítica da ideologia, de uma total subsunção da crítica social à crítica do anti-semitismo, como uma banal defesa do capitalismo mundial imperial global, sob o falso pretexto de uma crítica do anti-semitismo, a qual, precisamente por isso, em si mesma tem de deixar de ser verdadeira.

O papel da teoria crítica não pode ser o de inventar "planos de paz" para o Médio Oriente com base no "realismo" capitalista. Sobre esta base, de qualquer modo, não haverá nunca paz em lado nenhum. O papel da teoria crítica é a análise firme das relações sociais, da qual resulta como

consequência imanente a crítica radical destas relações. Neste sentido, relativamente às complexas relações entre a ideologia de crise anti-semita (em todo o mundo, no Ocidente e especialmente também na Alemanha e na Áustria), a evolução social em Israel e o chamado conflito da Palestina, tem de se ligar a defesa da existência de Israel ao apoio da esquerda secular israelita e a uma luta comum contra o processo de barbarização do sistema produtor de mercadorias a nível mundial.

Esta necessária ligação tem o seu conteúdo objectivo precisamente na defesa primária de Israel, como existência, tornada Estado, da resistência contra a síndrome global do anti-semitismo; pois tal existência encontra-se ameaçada, não só a partir do exterior, mas também a partir do interior. Nos anos 90 do século passado ocorreu uma ruptura na sociedade israelita, que até coloca fundamentalmente em questão a referência comum à memória do Holocausto. Assim declarava o rabino ultra Chaim Miller: "O que pretendemos é uma estrita separação entre crentes e não crentes na questão do Holocausto" (cit. de: *Der Spiegel* 8/1995). O chefe do partido ultra-religioso Agudat-Israel, Mosche Feldmann, "exigiu a instituição de um memorial só para os crentes" (*ibidem*). Esta dissociação ameaça os judeus seculares vítimas dos nazis de serem apagados da memória: as "verdadeiras" vítimas passam a ser apenas os estritamente religiosos, tal como os "verdadeiros" judeus vivos devem ser apenas os ultras. Uma tal deslegitimação interna do projecto sionista põe em questão o lugar histórico de Israel, uma vez que os critérios de inclusão e exclusão são fundamentalmente deslocados, e o fundamento (negativo) da legitimação deixa de ser o anti-semitismo global, passando o seu lugar a ser ocupado por um etnonacionalismo positivo, excluidor da esquerda judaica secular.

Não é de prever que, a curto ou médio prazo, Israel possa ser vencido militarmente, em sentido tradicional, pelo mundo árabe, que ficou muito para trás em termos capitalistas. Em vez disso, Israel está a ser posto em causa pela pulsão de morte da razão capitalista, tanto a partir do exterior como do interior, por comandos suicidas, porventura com cargas explosivas atómicas ou biológicas, bem como pela autodestruição teocrática e racista. O calculismo do imperialismo ocidental do petróleo poderia aceitar precisamente uma destruição violenta da sociedade israelita a partir de dentro, como pretexto para uma reorganização regional, que deixaria, ao mesmo tempo, o caminho aberto à ideologia de crise anti-semita no próprio Ocidente.

5. O APARTHEID IMPERIAL

O imperialismo da segurança e das matérias-primas, virado para o exterior, de uma tão intransigente como penetrante cultura global de minoria, que já apenas tem um interesse parcial e pontual pelo resto do mundo, apesar da sua pretensão de controlo absoluto, dada a sua natureza apenas pode constituir um aspecto parcial do “imperialismo global ideal”. Não menos importante é o seu interesse em isolar os centros ocidentais da “desestabilização” social que resulta da inutilidade capitalista de grande parte do mundo e do seu material humano. Pois, de um modo exactamente inverso à diminuição da ânsia do capital por explorar a força de trabalho tornada pouco rentável dessas populações, que deixaram de poder ser a “mão-de-obra” da acumulação, a massa dos milhares de milhões de “supérfluos” desenvolve, por seu lado, a ânsia pela migração da miséria, rumo aos centros capitalistas onde essa miséria é causada.

De certo modo, estamos aqui perante um maciço aviltamento de segundo grau. Num passado longínquo da história da modernização, o aviltamento de primeiro grau consistira no facto de as pessoas se transformarem no material do processo de valorização, na “mão-de-obra” da “economia desvinculada” (Karl Polanyi) de todos os laços humanos do capital e do mercado mundial. Mais tarde, os movimentos sociais e políticos das massas já reduzidas a material de trabalho tentaram, no âmbito do seu próprio aviltamento, obter como que uma “dignidade” humana secundária: precisamente enquanto sujeitos da sua própria objectivação pela máquina mundial capitalista. A autoconsciência social já apenas se referia positivamente à própria existência nas categorias da sociedade mundial historicamente ascendente, ao “reconhecimento” enquanto sujeitos de direito e sujeitos nacionais dentro dessa forma.

Ora, na crise da terceira revolução industrial, é cada vez maior a parte desta humanidade domesticada e disciplinada pelo capitalismo, a que já nem sequer é concedida a “dignidade no aviltamento” secundária, enquanto sujeitos regulares do trabalho dependente: num enorme surto de aviltamento de segunda ordem, o sistema mundial tira-lhes a última esperança de uma existência minimamente suportável sem, no entanto, os largar sequer das suas garras, e sem que eles ainda sejam sequer capazes de imaginar uma existência diferente. Este paradoxo de uma relação global, em que a maior parte do mundo se torna economicamente “supérflua”, ficando, ainda assim, amarrada à forma do moderno sistema produtor de mercadorias (e também à própria forma de sujeito), remete antigas economias nacionais para o estatuto de pedintes e vagabundos institucionais, a quem não se dá o direito de viver nem de morrer.

Um mundo cheio de refugiados

É apenas coerente que à economia secundária de saque, que desafia o imperialismo da segurança ocidental, venha juntar-se uma economia igualmente secundária de fugas maciças e movimentos migratórios, que são magicamente atraídos pela suposta normalidade capitalista dos centros e suas promessas de consumo. Quem ainda estiver em condições de agir e não se tornar um activista da economia de saque faz-se ao caminho, para as terras ou regiões prometidas da economia global de mercado, sozinho ou com todo o agregado familiar.

Em parte trata-se de migrações internas, como por exemplo no Brasil, do Nordeste, socioeconomicamente desertificado, rumo aos centros mais a sul da (precária) industrialização de mercado global. Muito maior ainda é o fluxo migratório dos miseráveis na China, onde chegam a 200 milhões as pessoas da paupérrima população rural que se encontram em contínuo movimento, em busca de empregos de miséria nas áreas de influência das indústrias exportadoras. Esta forma da migração interna pode ser observada, em maior ou menor grau, em toda a periferia capitalista, e mesmo já na América do Norte e na Europa.

Em parte, porém, também se trata de grandes fluxos humanos transfronteiriços e mesmo transcontinentais, que procuram a salvação na fuga para o exterior, para mais uma vez depararem em todo o lado apenas com o mesmo terror da economia. Na sua dimensão global, a massa destes movimentos de fuga ultrapassa de longe os grandes surtos migratórios do século XIX (sobretudo da Europa para as duas Américas, e do Leste europeu, rumo ao Ocidente), que já na altura tinham sido causados por um estágio ainda incipiente da mesma história dos desaforos capitalistas.

O termo “refugiado económico”, criação desclassificadora das administrações democráticas da miséria, acaba por apontar o dedo aos seus autores, na medida em que remete para o economismo global do capital, como motivo generalizado da fuga. São sempre apenas formas derivadas deste motivo primordial de todo o potencial catastrófico e desespero modernos que, em gradações variáveis, constituem as categorias de razões de fuga e de refugiados. Os “refugiados de guerra” são escoraçados pelas chamadas turbulências, as guerras de saque e miséria, que mais não são que uma consequência do fracasso de regiões mundiais inteiras pelos critérios da concorrência capitalista. Os “refugiados da pobreza” apenas expressam mais directamente o mesmo motivo de fuga. As pessoas são varridas maciçamente do seu pedaço de terra, muitas vezes até com uma violência brutal (tanto formalmente legal como ilegal de todo), para o transformar em herdades viradas para a exportação de alimentos seleccionados, para o mercado global e seus habitantes mais abastados.

Há muito que também existem “refugiados de catástrofes”, que tentam salvar-se das catástrofes naturais socialmente causadas: falta de água, desertificação, avanço dos desertos, secas e inundações, em consequência de uma economificação cega, da externalização dos custos da economia empresarial, da grosseira depredação de matérias-primas e da destrutiva industrialização da agricultura com vista à obtenção de divisas, encontram-se na base da maior parte destes processos supostamente naturais.

É especialmente reveladora a categoria dos “refugiados do desenvolvimento”, que se tornam vítimas daqueles projectos megalómanos, a cada passo apoiados pelo Banco Mundial, a título de “ajuda ao desenvolvimento”. Frequentemente impulsionados por regimes populistas e ditaduras corruptas, e avidamente aprovados por grandes empresas ocidentais, como a Siemens, que assim preenchem os seus cadernos de encomendas com uma lucrativa maquinaria de destruição do mundo, em regra, mais não são que meros elefantes brancos, ou que uma fuga para a frente inerente aos processos de crise económica. Pretende-se, com uma espécie de construção de pirâmides keynesiana de direita, gerar números abstractos de crescimento económico, anunciando-os como “êxitos”.

O protótipo destes destrutivos projectos piramidais, não por acaso também designados por “elefantes brancos”, é a construção de enormes barragens, que têm por consequência a submersão de grandes regiões, em que vivem milhões de pessoas. Bem à maneira de Estaline, cuja industrialização de terror era famigerada, devido à deslocação forçada de grupos populacionais inteiros, também as vítimas dos “elefantes brancos” são expulsas das bases da sua subsistência, sendo a sua resistência quebrada com recurso à força policial e militar.

No Brasil, é a barragem de Itaipu, no rio Paraná, junto à fronteira com o Paraguai, que é apodada de “projecto faraónico”, ao passo que na Argentina é a barragem de Jacyreta, igualmente na fronteira com o Paraguai, que é considerada um “monumento à corrupção”. Um dos projectos centrais apoiados pelo Banco Mundial é a famigerada barragem de Sardar Sarovar, na Índia, “a maior de um enorme programa de construções destinado a abranger 30 grandes barragens, 135 barragens de dimensão média e 3000 pequenas barragens, assim como redes de canais com um comprimento

total de 80 000 quilómetros. O plano prevê o realojamento de catorze milhões (!) de indianos [...]” (von Laak 1999, p. 112). Este projecto, acompanhado por protestos à escala global, ainda é superado pela construção da barragem chinesa das Três Gargantas no rio Yangtze, com consequências ecológicas imprevisíveis, onde os deslocados também são aos milhões. Projectos análogos também foram iniciados em África.

Acontece que, contrariamente à União Soviética estalinista, na maior parte dos casos nem sequer se procede a um realojamento digno desse nome, sendo, em vez disso, os habitantes das regiões submersas postos a andar rumo ao nada. Ajudas financeiras nacionais e internacionais, supostamente destinadas à reconstrução da vida noutro lado, já de si de uma dimensão ridiculamente diminuta, desaparecem nos bolsos das administrações corruptas que, tal como os projectos gigantescos, são já elas próprias uma expressão da miséria económica. Também na assembleia anual do Banco Asiático para o Desenvolvimento (ADB), em Maio de 2000, ocorreram protestos de rua contra projectos de irrigação realizados à custa das populações: “De acordo com a opinião do professor Kazuro Sumi, da Universidade de Niigata no Japão, o banco dos asiáticos deveria pôr fim à produção de cada vez mais refugiados do desenvolvimento, através de mal concebidos projectos, que implicam a deslocação das populações locais” (*Handelsblatt*, 8.5.2000). O estalinismo “desenvolvimentista” do Banco Mundial, de instituições afins, de megalómanos potentados de crise e de alguns capitalismos de Estado ainda subsistentes é tão bom a produzir as suas categorias de refugiados como o curso absolutamente normal da concorrência no mercado global.

Frequentemente, os motivos de fuga misturam-se, quando as pessoas são atingidas simultaneamente por várias pragas apocalípticas do sistema global capitalista. Mas mesmo deixando de parte as fugas maciças no verdadeiro sentido da palavra, pode observar-se uma migração laboral, à escala global, das periferias para os centros. Segundo dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, há hoje mais de 120 milhões de pessoas a trabalhar fora do seu país de origem: “Num mundo feito de ganhadores e perdedores, estes últimos não saem, sem mais nem menos, de cena, procuram um novo país” (Stalker 2000).

Mesmo sem catástrofes directas que obriguem à fuga, a escandalosa disparidade de riqueza no mundo degradado pelo capitalismo faz com que as pessoas se desloquem: “Salários mais elevados têm o efeito de um íman – não obstante todas as diferenças culturais, linguísticas e geográficas. Assim, operários mexicanos ganham, nos EUA, 276 dólares por semana, ao passo que no seu país de origem recebem apenas 31 dólares. Operários indonésios devem dar-se por satisfeitos com 0,28 dólares por dia no seu país de origem, ao passo que na vizinha Malásia o seu salário atinge 2 dólares diários” (*Handelsblatt*, 2.3.2000). Até mesmo no que toca aos salários de miséria existe uma disparidade, tanto global como regional, que conduz fatalmente a migrações em massa.

Se acrescentarmos ainda aos que trabalham oficialmente no estrangeiro os ilegais, os movimentos migratórios internos e os refugiados de catástrofes diversas, neste momento mais de 10 por cento da humanidade anda de um lado para o outro, para se salvar das consequências do terror económico e dos processos dele derivados.

Imperialismo da exclusão: muros e faixas da morte à moda liberal

São as massas de refugiados das guerras civis, da miséria e “da economia” que suscitam o imperialismo da exclusão do Ocidente. Deste modo vem definitivamente à luz do dia a implosão global da relação de capital e da sua apropriação imperial do mundo. Se, na sua história passada de ascensão e imposição, o capitalismo era insaciável na sua avidez de carne humana, que procurava descobrir nos mais recônditos recantos do mundo para a incorporar a si como “trabalho”, agora assemelha-se a um canceroso sem apetite, atormentado e submerso pelo seu antigo objecto do desejo, que já não consegue engolir nem digerir, e que lhe instila temor e repulsa.

É um facto que, do ponto de vista do velho imperialismo de expansão nacional, o conceito inverso de um imperialismo da exclusão, que se apresenta como defensivo, seria considerado completamente absurdo; mas, em termos ideológicos, é possível detectar um certo recurso a um modelo de ideias, proveniente do dealbar do século XX, que na altura mais não era que uma corrente secundária. Na história da ideologia burguesa, os desejos de espoliação e exploração do imperialismo e colonialismo ocidental foram muitas vezes projectados sobre as suas vítimas, de um modo que tanto tinha de agressivo como de alucinado, para que o próprio comportamento parecesse uma espécie de “defesa preventiva”, contra um adversário que no futuro poderia vir a estar em posição de superioridade. Tanto no mundo anglo-saxónico como sobretudo na Alemanha, enquadrava-se neste âmbito o discurso popular do “perigo amarelo” proveniente da Ásia, que segundo se dizia ameaçava inundar a Europa e a América do Norte, como outrora as hordas dos cavaleiros mongóis. Também aos “jovens povos africanos” se atribuiu repetidamente uma perigosa e máscula vitalidade, que poderia fazer parecer obsoleto o “homem branco” que se ia tornando efeminado no luxo proveniente da sua conquista do mundo. *O Declínio do Ocidente*, de Oswald Spengler, está pejado de tais motivos debruados com traços míticos.

A conversa de café e mediática dos nossos dias, que afirma que “o barco está cheio”, tal como a pseudoteoria de Huntington sobre *O choque de civilizações*, entroncam claramente no contexto destes motivos ideológicos. E hoje, contrariamente ao passado, as massas do Terceiro Mundo e da periferia europeia estão realmente às portas do centro capitalista. Simplesmente não se trata de “povos conquistadores”, impolutos e aguerridos, como nas fantasias idiotas dos velhos ideólogos capitalistas, mas de massas de miseráveis, produzidas e escarradas pelo sistema mundial capitalista, de lázaros da fome, da SIDA e da violência, bem como de mafiosos pós-modernos das regiões em colapso, transformados empresários de risco, cujo raio de acção se estende ao Ocidente.

Há algo de terrivelmente miserável e ao mesmo tempo banalmente realista no facto de as massas humanas, que chegam em vagas sucessivas, serem encaradas como uma ameaça fundamental e repelidas administrativamente. Medos irracionais dos “estranhos” que desembarcam, vindos da crise mundial produzida por nós próprios, misturam-se aqui com interesses concorrenciais perfeitamente banais (por exemplo, quanto aos mercados de trabalho) e com motivos de “segurança interna”, no que diz respeito à formação de guetos, conflitos de rua, criminalidade massificada, etc.

Tal como no passado das potências da expansão nacional-imperial, neste contexto afirma-se mais ou menos difusamente um interesse comum concorrencial e de dominação chauvinista de trabalhadores assalariados e de beneficiários da assistência social, de direcções de grandes empresas e da classe política ocidental, contra as massas do Leste e do Sul do globo, que no entanto, nas condições actuais, já não visa a assimilação, mas precisamente a exclusão.

Este carácter defensivo assassino é evidente no discurso ideológico e cultural. Até mesmo no caso dos radicais de direita e neonazis mais ordinários, já não se fala do “espaço vital no Leste”, de “zonas de influência” nacionais, de anexações coloniais ou paracoloniais, etc. Estas imaginações, outrora eficazes de uma auto-afirmação nacional expansionista, converteram-se, a bem dizer, no seu contrário, numa ideologia de fecho e exclusão, por exemplo, em palavras de ordem como “a Alemanha para os Alemães”, “a Áustria para os Austríacos”, “a França para os Franceses”, etc., ou “a Alemanha em primeiro lugar” (“a Áustria, França, etc. em primeiro lugar”).

No fecho relativamente aos fluxos de refugiados e migrações da miséria, estas palavras de ordem tornaram-se a doutrina geral de Estado no Ocidente e o consenso no seio da NATO, ainda que menos num sentido estritamente nacionalista do que num sentido regional, referido ao centro capitalista como um todo. Este desenvolvimento reflecte-se nas expressões, que têm vindo a tornar-se correntes, “fortaleza Europa” e “fortaleza América do Norte”. Com efeito, estas duas partes do centro começaram nas últimas duas décadas a construir cada uma delas uma espécie de Muralha da China, ou fronteira fortificada, à imagem do *limes*[latim = fronteira] romano.

Nos EUA, essa “Cortina de Ferro” está a ser traçada na fronteira com o México, como linha de demarcação do espaço latino-americano. Embora o México e os EUA estejam oficialmente unidos com o Canadá numa zona de comércio livre (a NAFTA), esta lógica, pela parte dos EUA, não se

aplica de modo nenhum ao “comércio livre da força de trabalho”. Contrariamente ao espaço comercial da UE, que inclui a livre circulação de trabalhadores e, deste modo, é definido como congruente com a relação de inclusão e exclusão, na fronteira do Sul dos EUA, tal relação corta a meio a própria união económica oficial. Apenas existe um interesse em “fábricas de chaves-de-fendas”, para um trabalho por encomenda barato nas zonas fronteiriças mexicanas (“*maquiladoras*”), ao passo que a migração maciça para a Califórnia é impedida por todos os meios. É também por isso que as classes políticas dos EUA e do Canadá reagem friamente e mesmo com irritação a todas as iniciativas mexicanas, a última das quais foi lançada pelo presidente Vicente Fox, no sentido de ampliar a NAFTA a uma união económica coesa, à imagem da UE.

E os meios de exclusão são drásticos. Todas as noites, a polícia fronteira dos EUA organiza verdadeiras caças ao homem, que visam os “mal-vindos” com holofotes, sensores e cães. Literalmente à imagem dessas muralhas fronteiriças com que os impérios tentaram fechar-se a intrusos na Antiguidade clássica e não só, as fortificações fronteiriças dos EUA junto ao México são cada vez mais reforçadas: “Desde o início da ‘Operação Guardian’, no final de 1994, as autoridades americanas transformaram a linha de demarcação numa larga e árida faixa fronteira. As novas instalações suscitam no visitante europeu a lúgubre memória dos tempos tidos como passados do Muro de Berlim, das faixas da morte e dos projectores que tudo iluminam, como se fosse de dia. As escavadoras ainda estão a terraplanar a faixa que segue da costa do oceano Pacífico, ao longo do leito cimentado do rio fronteiro e dos novos bairros industriais, rumo ao interior montanhoso. Em cima da linha de fronteira, unidades do exército (!) dos Estados Unidos colocaram uma primeira barreira de aço – de um comprimento de 44 milhas – contra a multidão de *desperados* vindos do Sul. Placas de aço, sobradas da guerra do Golfo, foram alinhadas numa divisória com cerca de três metros de altura e com a dissuasora cor vermelha da ferrugem. Atrás dela abre-se uma faixa de uma largura de 50 a 100 metros, equipada de conjuntos de holofotes potentes e limpa de qualquer vegetação. Ao longo da zona central da cidade de Tijuana, segue-se a *pièce de résistance* da fortificação fronteira, com pelo menos dois quilómetros – colunas de cimento de secção redonda, apertadas umas contra as outras, coroadas por uma rede de aço, constituem um obstáculo difícil de transpor, com cerca de cinco metros de altura” (*Neue Zürcher Zeitung*, 8.7.1998).

Só no ano 2000, as tropas de fronteira dos EUA, cujo equipamento foi reforçado em 3000 milhões de dólares, prenderam quase meio milhão de pessoas, que tentavam ilegalmente atravessar a fronteira. O número de mortes na fronteira sul dos EUA não pára de crescer; no primeiro trimestre de 2000, por exemplo, foram mais de 200 pessoas que, ao tentarem imigrar, perderam a vida na fuga aos caçadores de cabeças fardados: as causas das mortes não se resumem a insolações e hipotermia, tendo havido também casos de migrantes que foram forçados a lançar-se ao rio Tijuana, ou alvo de severos maus-tratos.

Neste contexto, junta-se à crueldade oficial das tropas de fronteira a justiça feita com as próprias mãos por donos de quintas e herdades situadas junto da fronteira, do lado dos EUA, que se uniram numa racista “Liga de Cidadãos Preocupados” e que, armados até aos dentes, organizam as suas próprias caçadas à fauna humana vinda do Sul: “[...] ‘Essa corja não está a fazer nada, nem no meu terreno nem nos EUA’, vocifera Robert Barnett, de 57 anos. O criador de gado [...] avisa, sem deixar lugar a mal-entendidos: ‘Estou mesmo pronto a ceifar vidas’. Também David Stoddard reforçou o seu arsenal. O agente da polícia reformado tem na sua propriedade dois cães de combate e possui uma meia dúzia de espingardas. ‘A minha casa é o meu castelo’, diz Stoddard, ‘quem quiser entrar aqui à força candidata-se a ir desta para melhor [...]’” (*Der Spiegel* 7/2001).

E mais não é necessário dizer acerca da democrática liberdade de circulação do Ocidente liberal e da sua potência hegemónica. No entanto, os “visitantes europeus” não precisam de viajar até à fronteira do sul dos EUA para se sentirem recordados desses “tempos que se crê serem do passado”, do Muro e da faixa de morte da antiga RDA. Também podem ter essa vivência à porta de casa. A “fortaleza Europa” até se fecha em duas frentes regionais mundiais, recorrendo a uma “Cortina de Ferro” contra os refugiados de guerra e os migrantes da miséria: por um lado, ao longo do Mediterrâneo, contra o Magrebe norte-africano e o Médio Oriente; por outro lado, nas fronteiras Leste da UE, contra a Europa Oriental e a Ásia Central.

No Mediterrâneo Ocidental, a Espanha, com a sua guarda-costeira e a sua polícia de fronteiras fortemente armada, constitui o Estado fronteiriço contra as massas de migrantes vindos do Norte de África. O estreito de Gibraltar e os enclaves espanhóis em território norte-africano são, especialmente, considerados zonas críticas: “O Verão de 2000 está a ser turbulento na encruzilhada entre a África e a Comunidade Europeia, sonho de quantos procuram uma vida melhor. Já em meados de Agosto, as autoridades tinham registado na Andaluzia mais refugiados do que em todo o ano de 1999 [...]. Só em Ceuta, tal como Melilla, outro enclave espanhol em Marrocos, a polícia prendeu 3000 ditos ‘indocumentados’ – um aumento de 50 por cento, relativamente ao ano anterior, embora na linha de demarcação tenha sido entretanto montada, à custa de um pesado investimento, uma cerca com vigilância electrónica” (*Süddeutsche Zeitung*, 26.8.2000).

No Mediterrâneo Oriental, é sobretudo a Itália quem é responsável pelo “Muro de Berlim” da UE. Não estão esquecidas as imagens desse navio de carga, sobrecarregado de refugiados albaneses, que, em meados dos anos 90 do século passado, ficou encalhado na costa adriática, junto de Bari. Mesmo ao lado das praias turísticas, magotes de seres humanos, de corpos imundos e meio mortos de sede, que não tardaram a ser recolhidos pela polícia de estrangeiros. No mar Adriático, tais tragédias há muito que se tornaram o pão-nosso de cada dia. A guarda costeira italiana monta uma caça sistemática aos desesperados que vão dando à costa, como “mal-vindos” sem um tostão das regiões em guerra do Sudeste Europeu, da Anatólia e da Ásia central. Ocasionalmente até podem dar-se ao luxo de afundar “por engano” uma embarcação cheia de refugiados. Ninguém contou os miseravelmente afogados.

Tanto para a UE como para a NATO, o espaço mediterrânico está hoje definido sobretudo por esta estratégia de encerramento: “O desenvolvimento demográfico em muitos dos Estados do Mediterrâneo Meridional e Oriental e as sombrias perspectivas de futuro das maiorias populacionais cada vez mais jovens produzem um elevado potencial migratório, que se orienta sobretudo para a Europa. Se, para além disso, os conflitos e as crises já existentes em muitos desses países se desenvolverem em conflitos abertos, é de esperar que aos migrantes com motivação económica se junte um elevado número de refugiados de guerra e de guerras civis” (Jacobs/Masala 1999, p. 31).

A definição estratégica referida a estas tendências já não obedece à lógica da disputa entre potências capitalistas pelo domínio do Mediterrâneo, como nas épocas da luta policêntrica e bipolar pela hegemonia mundial, mas à premissa de um imperialismo da segurança e da exclusão, que abrange a totalidade do Ocidente. Neste aspecto “pode constatar-se que não é intenção da NATO nem da UE voltarem a transformar o Mediterrâneo num *Mare Nostrum*, ou seja, numa área de influência hegemonicamente estruturada da política europeia e transatlântica. Mas pretende-se transformá-lo num *Mare Securum*, ou seja, numa zona limítrofe que, num futuro previsível, não comporte riscos de segurança para o desenvolvimento de cada uma das sociedades dos Estados europeus e dos EUA” (Jacobs/Masala 1999, p. 37).

O bloqueio naval, como “Cortina de Ferro” contra refugiados, entretanto tornou-se também um costume democrático do outro lado do mundo, na Austrália. Este assunto tornou-se drasticamente conhecido em todo o mundo com o drama dos refugiados que ocorreu no final de Agosto de 2001, ao largo da ilha de Natal. Depois de o cargueiro norueguês “Tampa” ter salvado 438 refugiados, sobretudo afegãos, em risco de se afogarem em alto mar, e de ter lançado ferro no Pacífico junto da ilha de Natal, que pertence à Austrália, tanto esta como Estados vizinhos, e mesmo a Noruega, recusaram-se a acolher os náufragos. O comandante e a tripulação do “Tampa”, que, devido à falta de equipamento adequado, estavam completamente impossibilitados de tratar e aprovisionar os refugiados (entre eles numerosas crianças e algumas mulheres grávidas), foram vergonhosamente abandonados à sua sorte. Enquanto muitas pessoas, amontoadas num espaço exíguo, adoeciam com diarreia e se desenvolviam situações higiénicas indescritíveis a bordo, iniciou-se um indigno jogo do empurra entre os Estados sobre o destino a dar-lhes.

O primeiro-ministro da Austrália, Howard, em vez de disponibilizar ajuda de alguma espécie, mandou invadir o “Tampa” por tropas de elite equipadas para a guerra, para o manter fora das águas territoriais do país. Enquanto os homens, entre os refugiados, iniciavam uma greve da fome e ameaçavam no seu desespero com um suicídio em massa, Howard aproveitou os fugitivos do reino

dos pesadelos dos Talibãs como exemplo, para assumir, à maneira democrática habitual, uma atitude de ameaça contra os “fluxos humanos”: “Camberra prometeu enviar ao ‘Tampa’ víveres e medicamentos, mas não se mostrou apressada em passar aos actos. Na terça-feira, Howard tinha dito tratar-se de uma das situações mais complicadas da história recente da Austrália. Em sua opinião, o país parece perder o controlo do fluxo humano que cai em cima dele. Disse ser tempo de tomar uma atitude inflexível, por ‘supostos refugiados’ estarem a tentar pressionar a Austrália” (*Neue Zürcher Zeitung*, 30.8.2001).

A única consequência do drama acabou por ser um reforço militar da burocracia fronteiriça da Austrália e dos seus caçadores de cabeças: “Howard anunciou [...] um reforço maciço dos controlos de fronteiras da Austrália. Com efeitos imediatos foi decidida a afectação de mais cinco navios-patrolhas e quatro aviões de vigilância para bloquear a fronteira aberta de par em par no Norte da Austrália” (*Neue Zürcher Zeitung*, 3.9.2001). Assim, por analogia aos EUA e à UE, agora fala-se de uma “fortaleza Austrália” que, tanto lá como aqui, ganha maiorias democráticas com fundamentações claramente chauvinistas. “A população”, diz o relato de um correspondente no continente meridional, “considera posta em causa a posição do país, como ilha dotada de uma situação consideravelmente abastada num ‘mar de pobreza’” (Astbury 2001).

Assim, a linha dura de Howard é objecto de uma aprovação maciça: “Finalmente os Australianos voltam a apoiar o seu Governo quase sem excepção [...]. ‘Dar cabo deles e afundá-los’ é o mote que até se faz ouvir em altos berros dos altifalantes das telefonias” (Wälterlin 2001). A cavalgar a onda desta simpatia infernal, o Governo até pôde alardear o ‘orgulho’ de ter dado um exemplo. Se, no entanto, este cinismo é apodado de “política da implacabilidade” (Wälterlin 2001 a) na imprensa europeia, tal não passa de pura hipocrisia. Afinal, a UE, no Mediterrâneo, dificilmente pode ser superada em matéria de “política da implacabilidade”. Poucos dias depois do drama do “Tampa” (os refugiados acabaram por ser levados para a Nova Zelândia e, em parte, para uma ilha inóspita no Pacífico), a Espanha acusou o Governo marroquino de “laxismo”, relativamente aos migrantes ilegais, que embarcam na sua direcção em praias marroquinas.

Ainda há outro aspecto sob o qual a tragédia do “Tampa” remete para a hipocrisia dos democratas unidos. Pois, mesmo nos oceanos, a humanidade é dividida, de uma maneira nunca vista, em pobreza extrema e riqueza obscena. Aos *boat people* da miséria correspondem os outros *boat people* da riqueza de crise; ambos estão em fuga – uns, das catástrofes do capitalismo; outros, da tributação da sua fortuna, adquirida com os meios do capitalismo, e das consequências sociais do modo como fazem dinheiro: “Entretanto já se está a formar uma sociedade de duas classes, mesmo nos oceanos, existindo a diferença entre pobres e ricos. Hoje estão em construção enormes navios de luxo, nos quais uma pessoa pode comprar um apartamento, para ter um domicílio fiscal em alto mar – aldeias flutuantes de alto luxo, que já não precisam de muros para se verem livres do resto do mundo, sem serem condomínios fechados, como nos EUA. Oásis fiscais móveis dos privilegiados, que vão navegando de porto em porto, sempre com a certeza absoluta de ali serem atendidos com toda a simpatia. Para os refugiados, o cargueiro “Tampa” é uma prisão enorme, de onde qualquer fuga é impossível. Para os futuros habitantes do outro tipo, porém, o oceano torna-se garante da sua liberdade total de qualquer responsabilidade social, um paraíso no meio da terra de ninguém. Mas o que aconteceria se precisamente um tal navio de luxo tivesse de salvar os refugiados de um naufrágio – e é essa a sua obrigação – e não o ‘Tampa’? Será que os novos nómadas ricos colocariam à disposição os seus magníficos apartamentos? Ou não apelariam, contra os intrusos, à ajuda das marinhas de guerra daqueles Estados aos quais antes concederam poucas ou nenhuma receitas fiscais?” (Steinberger 2001).

A mesma caça ao homem que existe na fronteira do sul dos EUA, nas águas australianas e no Mediterrâneo ocorre na fronteira do Leste da UE, ao longo do rio Oder e na fronteira checa. Aqui é a Bundesgrenzschutz (BGS) [guarda fronteiriça federal] da Alemanha que caça os migrantes e refugiados, com recurso a cães, carros-patrolhas e holofotes, não sendo nem um pouco mais contida no seu tratamento do que os camaradas das polícias da fortaleza nas outras “cortinas de ferro” do capitalismo democrático, como o comprovam numerosos exemplos: “O trágico acidente ocorreu no final de Julho de 1998, perto da cidade saxónia de Freiberg, próxima da fronteira checa. Duas

dúzias de refugiados albaneses do Kosovo tentaram atravessar a fronteira externa fortemente controlada do Espaço Schengen num veículo de transporte de mercadorias. A camioneta teve o acidente numa curva, ao ser perseguida em alta velocidade pela guarda fronteiriça federal alemã (BGS). Sete pessoas morreram ainda no local do acidente. Mais de vinte pessoas deram entrada em hospitais [...]. Às portas de Freiberg decorria, naqueles dias, o acampamento fronteiriço da campanha ‘Ninguém é Ilegal’. Houve uma manifestação e tentativas diversas de organizar apoio aos feridos [...]. Mas a BGS guardava o hospital, como se fosse uma prisão. Os elementos da guarda fronteiriça tinham acordado com o director clínico, com o departamento da manutenção da ordem da cidade e com outros dignitários locais medidas que assegurassem o isolamento dos feridos – sem que existisse qualquer base legal para isso [...]. Esta ocorrência é um exemplo do modo como o direito a ter direitos é territorialmente enfraquecido ou mesmo suspenso. Na zona fronteiriça, que por lei tem uma largura de trinta quilómetros, os refugiados, ao serem apanhados, poucas hipóteses têm de fazer um pedido de asilo, e encontram-se sob a ameaça de uma expulsão imediata de volta para o país vizinho [...]” (Dietrich 2000).

Também é significativo que, nestas regiões fronteiriças do Leste da RFA, com especial relevo para a cidade de Zittau, os taxistas serão objecto de processos-crimes se, em corridas no interior do país, transportarem pessoas que “eventualmente” tenham atravessado a fronteira de forma ilegal – ou seja, devem tomar uma decisão com base no aspecto do cliente, o que de facto compete às autoridades. Aqui, todos os profissionais de um grupo são recrutados à força, como caçadores de cabeças e denunciantes por obrigação. Evidentemente, a situação na fronteira da Áustria com a Hungria e a Eslovénia não está melhor. A polícia austríaca, de qualquer modo notória pelo seu pendor racista e pelos abusos daí decorrentes, não fica atrás dos seus colegas na RFA, em Espanha e em Itália, relativamente à brutalidade no tratamento das pessoas despojadas de direitos e amordaçadas.

Não resta dúvida de que as guerras balcânicas da NATO são conduzidas não apenas no interesse do imperialismo ocidental da segurança, mas igualmente (e até em primeira linha) no contexto do imperialismo ocidental da exclusão. Já no início dos anos 90 do século passado, o *Handelsblatt* alertara para a “fronteira do bem-estar”: “A Europa está ameaçada, nos seus flancos leste e sul, de ser tomada de assalto por uma nova migração dos povos” (Habicht 1992). Uma escassa década depois, foi identificado o foco principal da migração ilegal nos anos 90 do século passado, dizendo: “Os Balcãs estão a tornar-se o flanco aberto da ‘fortaleza Europa’ [...]” (*Handelsblatt*, 15.2.2001).

Pelo acordo de Schengen, que entrou plenamente em vigor em 1995, foi estabelecida a liberdade de circulação no seio da UE; os *media* democrático-capitalistas, hipócritas como sempre, celebraram a remoção das barreiras e dos controlos fronteiriços como um suposto avanço epocal, uma ultrapassagem do pensamento tacanhamente nacionalista. Mas, no acordo de Schengen, a liberdade de circulação no interior está expressamente vinculada ao controlo reforçado, e a bem dizer brutalizado, da fronteira externa comum, opondo-se à liberdade de circulação das massas de sub-humanos e de desumanizados de “lá de fora”, do exterior da capacidade de reprodução capitalista, que também devem ser mantidas “de fora”.

No entanto, a UE faz esforços crescentes no sentido de afastar a indigna fronteira do seu capitalismo de exclusão para mais longe e de deslocalizar o trabalho sujo para os países limítrofes, a fim de manchar o menos possível a idílica imagem da democracia. A política de asilo tenta passar o problema para os Estados fronteiriços, fora da UE. Todos os países da Europa de Leste candidatos à adesão tiveram de se comprometer nos tratados a “readmitirem” requerentes de asilo e migrantes ilegais que tenham entrado através do seu território e que tenham sido rejeitados na RFA ou na Europa Ocidental, ou seja, a tratarem dessas pessoas como se elas fossem um problema seu.

Neste âmbito, a Comissão Europeia e especialmente o Governo da RFA, como advogado principal de um dito alargamento da UE a Leste, trabalham com pressões nada disfarçadas, no sentido de tornarem os candidatos mais próximos da adesão, que são a Polónia, a República Checa e a Hungria, já hoje os postos avançados do seu capitalismo de exclusão: “Na Comissão Europeia circulam, por isso, reflexões sobre uma ‘guarda de fronteiras europeia’, que poderia incluir funcionários dos novos e dos velhos Estados-Membros [...]. A Comissão ainda está à espera de uma resposta

convicente do Governo polaco à questão de como pensa proteger melhor a permeável fronteira com a Bielorrússia e a Ucrânia [...].Será que no futuro haverá, nas fronteiras externas polacas e noutras da Comunidade, patrulhas mistas de agentes da polícia de fronteiras dos Estados actuais da UE com colegas lituanos, polacos ou húngaros? A ideia de que funcionários da guarda fronteiriça federal alemã poderiam patrulhar a fronteira de Leste desperta na Polónia, mesmo mais de meio século após o fim da Segunda Guerra Mundial, terríveis recordações [...]" (Bünder/Friedrich 2000).

Para se anteciparem a tão vergonhosas pressões, os governos dos países candidatos à adesão fazem esforços cada vez maiores, no sentido de tornarem já bem visível a desejada dureza, no exercício da "defesa avançada" da "fortaleza Europa", nas suas fronteiras orientais. Tudo isto tem consequências repugnantes para a "liberdade de circulação" no seio da Europa do Leste, que agora se encontra dividida de uma nova maneira: "Quando pessoas de Lemberg [Lviv], a velha metrópole do Ocidente da Ucrânia, querem visitar os seus amigos e parentes na cidade polaca de Przemysl, a cem quilómetros de distância, a viagem fica longa [...]. A fronteira entre as duas tornou-se nos últimos quatro anos num baluarte impenetrável. Arame farpado e patrulhas com cães visam manter longe quaisquer imigrantes ilegais; helicópteros da polícia passam constantemente sobre a faixa verde; nos postos fronteiriços camiões e autocarros são passados a pente fino. Junto dos moradores da zona fronteiriça, este nojo tem um nome significativo: Cortina de Bruxelas (!) [...]. Também nas fronteiras orientais da Eslováquia e da Hungria a situação é semelhante à do Sudeste da Polónia. Até os checos trancam a sua fronteira oriental com o co-candidato à adesão à UE, a Eslováquia, não obstante o facto de, nos tempos da Checoslováquia, ou seja, há oito anos, esta fronteira ter sido tão invisível como qualquer fronteira entre Estados federados alemães [...]" (Oztowics 2000).

Os mais bem posicionados Estados do Leste candidatos à adesão, assim humilhados e degradados, esforçam-se por mostrar à UE o seu bom comportamento, pela dureza contra os territórios situados ainda mais a leste. Assim, o primeiro-ministro romeno escreveu, em Julho de 2001, num devoto artigo publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung*: "A Roménia compreende as preocupações dos Estados-membros da UE quanto ao crescente problema da criminalidade organizada transfronteiriça e da imigração ilegal. Também compreendemos que, devido à sua situação geográfica na vizinhança imediata com os Estados que sucederam à antiga União Soviética, a Roménia tenha até aqui sido considerada mais como uma das causadoras dos ditos problemas do que como uma parceira da UE. Nos últimos meses, porém, o Governo romeno provou que o país sabe manter a segurança nas suas fronteiras [...]. O direito de asilo da Roménia foi adaptado às normas da UE. É desta maneira que a Roménia se prepara para que a sua fronteira Leste se torne a fronteira externa da UE. A reintrodução da obrigatoriedade do passaporte para os cidadãos da República da Moldávia em viagens à Roménia não foi uma decisão fácil, uma vez que a língua materna de dois terços dos habitantes do nosso país vizinho é o romeno e, para mais, existem ligações históricas e culturais muito estreitas entre os dois Estados [...]. Nos últimos meses, com um apoio significativo de peritos alemães e à imagem dos Estados-membros da UE, a polícia de fronteiras da Roménia foi dotada de uma nova estrutura organizacional. Dois mil funcionários adicionais foram destacados para garantir a segurança da fronteira. Com recurso a meios provenientes do programa Phare da UE, e com o apoio de alguns Estados da UE, o equipamento técnico da polícia de fronteiras foi substancialmente melhorado. O nível de segurança das fronteiras aproxima-se da norma da UE [...]. Ao preparar-se para a adesão à UE, a Roménia converte-se, de um país de origem e de trânsito de imigrantes ilegais, num escudo contra os mesmos" (Nastase 2001).

De um modo igualmente repugnante e submisso se comporta a Ucrânia, que também quer mostrar "seriedade" capitalista nas normas de exclusão relativamente a refugiados e máfias transnacionais, embora haja quem acuse o seu próprio chefe de Estado de atentados à vida de cidadãos malquistos: "Mais ou menos abertamente, os esforços da Ucrânia vão no sentido de que a futura fronteira externa da UE venha a ser não a fronteira ocidental com a Polónia, mas a fronteira oriental com a Rússia" (Wehner 2000). O comportamento das tropas fronteiriças ucranianas tem-se brutalizado a condizer; com o democrático apoio alemão, como é óbvio: "Na fronteira ocidental, no ano passado, na província de Lemberg, foram interceptados mais de setecentos imigrantes ilegais; nos montes Cárpatos, onde a fronteira é mais fácil de passar, cerca de cinco mil. A maioria vem do Sri Lanka,

do Bangladesh, do Afeganistão, alguns da Chechénia [...]. A qualidade do alojamento dos refugiados na Ucrânia é catastrófica. Segundo relatos de colaboradores da Cruz Vermelha, em Lemberg são fechados até vinte refugiados num quarto de doze metros quadrados, numa caserna das tropas fronteiriças. No Inverno, quando não havia quartos suficientes, dúzias de refugiados teriam sido metidos numa tenda sem aquecimento [...]" (Wehner 2000).

É inconcebível a desfaçatez com que o discurso ocidental se pode excitar, mesmo mais de uma década após a queda do "Muro de Berlim", derramando litros de lágrimas de crocodilo sobre essa "fronteira desumana", ao mesmo tempo que não tem vergonha de pedir um "muro e arame farpado" contra os "indesejados". Aí, de repente, já não se trata de um "muro da vergonha", mas de um "baluarte democrático" contra os humilhados e ofendidos do sistema mundial capitalista.

Assim, o PDS, como partido sucessor do antigo partido de Estado da RDA responsável pela construção do Muro, o SED, desculpa-se de uma maneira confrangedora. Diz que nenhum Estado tem o direito de cercar a liberdade de circulação das pessoas e de as encerrar no seu território nacional. Esta reverência democrática, pelos vistos, não é mais que uma tentativa de obter o bilhete de entrada para o "arco da governação", e poder "assumir parte da responsabilidade" pela nova construção de um muro muito maior no Leste (sobre a qual, no contexto de todo o "debate do pedido de desculpas", não se ouve evidentemente nem uma palavra).

No que diz respeito à maravilhosa liberdade de circulação, acaba por não fazer nenhuma diferença fundamental se as pessoas são encerradas ou excluídas com recurso à violência e a fortificações, se a caça ao homem tem por alvo os refugiados ilegais para o exterior ou para o interior. Se quisermos de algum modo envolver-nos numa argumentação acerca da construção de um muro, a legitimação da RDA até era melhor: a burocracia do capitalismo de Estado queria impedir que a RDA passasse o tempo a dar como perdidos custos enormes com a formação de médicos, engenheiros, cientistas, etc., pelo facto de os especialistas acabados de formar se escapulirem para o Ocidente, com os seus conhecimentos na bagagem. Tratava-se de uma enorme transferência económica a favor da RFA, a custo zero. E os especialistas, claro, independentemente de todas as justificações ideológicas, queriam vender melhor no Ocidente o seu capital humano adquirido de graça. Se a designação depreciativa de "refugiado económico" tem algum cabimento, é com espécimes deste tipo. O "Muro de Bruxelas", pelo contrário, dirige-se contra as migrações de miseráveis causadas pelo terror económico global do capitalismo da concorrência; a sua legitimação é ainda mais mesquinha que a do "Muro de Berlim".

Quanto maior se foi tornando a afluência e quanto mais duras se foram tornando as medidas de separação no decurso dos anos 80 e 90 do século passado, mais a "ajuda à fuga" se foi tornando um negócio mundial, exercido com profissionalismo – mais uma analogia nefasta com a história do "muro e arame farpado" entre a RDA e a RFA. Se, no entanto, os membros das organizações de ajuda à fuga junto do Muro de Berlim, que frequentemente não deixavam de ser ávidos do vil metal, foram outrora celebrados no Ocidente como heróis, os chamados "sindicatos de passadores" são agora considerados associações criminosas da pior espécie, embora em princípio não façam coisa diferente da que os seus predecessores faziam junto do muro entre as duas Alemanhas – se bem que a uma escala muito maior e de um modo puramente comercial, completamente despido de qualquer máscara ideológica de liberdade.

O negócio dos passadores, entretanto, vale milhares de milhões à escala global, literalmente uma espécie de tráfico humano, com o acordo por força da necessidade da mercadoria humana, cujo objectivo único é, afinal, poder vender a própria pele nos mercados de trabalho ocidentais do capital. Em troca de esperanças frequentemente ilusórias, os refugiados, já sem qualquer perspectiva no seu país de origem arruinado pela lei da concorrência do mercado mundial, vêm-se em regra despojados das poupanças de toda uma vida. Na Albânia e noutros pontos de partida, como a Bósnia-Herzegovina, os passadores arrebanham a sua "clientela" como gado, de arma em riste; e se, durante a travessia do Adriático, aparecer a guarda costeira italiana, que por seu lado não é flor que se cheire, os refugiados são simplesmente obrigados a saltar borda fora, alguns com uma arma apontada à cabeça.

A outra odisseia, por via terrestre, consiste no facto de os passadores esconderem a carga humana apertada em contentores montados em camiões, iguais a todos aqueles que entopem os grandes eixos viários europeus, graças à política capitalista de transportes. Quando, no Verão de 2000, funcionários da alfândega britânica descobriram num desses contentores os cadáveres de 58 chineses, que tinham morrido asfixiados, as lágrimas de crocodilo da imprensa democrática voltaram a jorrar copiosamente; e o mesmo se passou com relatos sobre crianças de famílias de refugiados que tinham morrido de frio, ou de cansaço, durante a travessia pedestre ilegal dos Alpes. Morrer afogado, asfixiado, de frio, ser morto a tiro ou, no melhor dos casos, ir parar a um campo pestilento ou à prisão que antecede a expulsão é a perspectiva principal de quantos dão tudo aquilo que ainda têm. Este facto permite avaliar a medida do desespero. O que é pior é pensarmos que são sobretudo pessoas jovens e activas, com um resto de capacidade de pagamento, que enveredam por este caminho pejado de sofrimento. Como será o dia-a-dia dos que ficaram para trás, dos velhos, doentes e sem quaisquer recursos?

Aquilo de que os hipócritas *mediademocráticos* se apercebem, no meio de tudo isso, nunca é a relação político-económica global deste estado de coisas, mas sempre apenas a “falta de escrúpulos dos *gangs* de passadores”. Uma vez mais, o efeito converte-se em causa, a aparência é declarada essência. É raro ouvir-se uma voz crítica, como a do britânico Jeremy Harding: “Não é difícil perceber por que os passadores são odiados, tanto pelos governos como pela polícia e pela imprensa. Rompem as linhas de defesa dos Estados Unidos e da fortaleza Europa e levam um vírus criminoso para a terra prometida dos ricos – uma doença que (ao menos segundo pensamos) tem a sua origem lá longe. Mas quando, no final dos anos 90, assisti ao desembarque de centenas de ‘*clandestini*’ nas praias da Apúlia, comecei a interrogar-me se os passadores são realmente a reincarnação moderna do mal. Não duvidei, nem por um momento, do seu sentido apuradíssimo para o negócio, nem da sua falta de escrúpulos ao lidarem com vidas humanas, mas – graças a Adem, que conheci num centro de passagem para imigrantes clandestinos, perto de Otranto – também aprendi a encará-los de um outro lado. Adem vem de Pristina [...]. Chegou à Albânia por via terrestre e pagou 1750 marcos por um lugar num barco insuflável [...]. Adem contou-me, no seu inglês titubeante, de sotaque americano, que os pilotos – chamados *scafisti* – tinham sido ‘*very good guys*’, uns rapazes impecáveis [...]. Quando [...] apareceu uma vedeta da guarda costeira italiana, esperou o pior. Em vez disso o *scafista* e o seu ajudante teriam dado uma guinada ao volante, deixando a sua carga desembarcar na água pouco funda. A embarcação da polícia aproximou-se perigosamente [...]. Adem estava convencido de que os *scafisti* tinham corrido um grande risco com este modo de proceder. Ainda assim, a existência de Schindlers filantrópicos deverá ser uma grande excepção entre os passadores [...]. Mas quando estes especialistas em negócios dúbios chantageiam os seus clientes, ou os enviam rumo à morte certa, isso mais não é que uma variante, à moda da economia de mercado, do fundamental desprezo pela vida humana que os refugiados experimentam, vindo de inimigos ainda mais poderosos – tanto daqueles que os oprimem e perseguem como dos que gostariam de os manter longe das fronteiras do seu país. Os passadores são simples vectores entre os dois pólos do desdém, que se encontram no ponto de partida e no ponto de chegada do percurso da fuga [...]” (Harding 2000).

Mas isto ainda não é tudo. Pois, se ainda sobrar algo, as últimas poupanças não ficam apenas nas mãos dos passadores. O que aconteceu ao iraniano Nuzaki e à sua família é o mesmo que acontece a muitos refugiados que caem nas mãos da guarda fronteiriça federal alemã (BGS): “Passadores comerciais tinham levado a família a atravessar a fronteira numa noite de Dezembro. Mas ainda na orla fronteiriça foram presos pela BGS. O Senhor Nazaki exalta-se visivelmente, ao falar das 48 horas que a família passou presa pela BGS. Diz que ninguém quis saber da sua declaração de não poder voltar para o Irão [...]. O Senhor Nazaki procura os recibos que um funcionário da BGS lhes entregara antes de serem recambiados. Guarda-os bem dobradinhos numa capa de plástico. Falam de ‘serviços de segurança’ e ‘custos policiais’. Pela estada de dois dias e pela recondução da família de cinco membros à fronteira, a BGS reteve um total de 2600 marcos” (John 2000). Qual é então o saque mais “sem escrúpulos” de refugiados despojados de quaisquer direitos: o ilegal e pouco democrático, sem recibo – ou o legal e democrático, com direito a recibo?

A ilusão da “reconstrução”

Quanto maior se torna a intransigência com que o centro capitalista democrático cerra fileiras contra as massas dos excluídos do sistema, menos os seus guardiões querem admitir que os fenómenos de crise que se esforçam por conter com métodos de tamanha perfídia se inscrevem no contexto do processo de dissolução e autodestruição do sistema mundial de produção de mercadorias; ou seja, no naufrágio da sua própria ontologia capitalista. Continuam a fazer de conta que o que está em causa é a criação de um “novo” mundo de economia de mercado e democracia, depois do fim de uma época com a queda do capitalismo de Estado, quando o que se passa de facto é o regresso à mais velha brutalidade social do princípio da realidade capitalista.

O que pode fazer a decomposição do sistema mundial parecer, à primeira vista, aos ideólogos democráticos algo como a constituição positiva de uma nova sociedade mundial auto-sustentada é a relativa dilatação no tempo dos processos de crise e a sua não-simultaneidade. É verdade que, também neste aspecto, a dinâmica cega do capitalismo, condicionada pela concorrência total, produz os seus efeitos: em comparação com a dissolução de anteriores constituições sociais (por exemplo, do antigo Egipto, da antiguidade romana ou do feudalismo dito medieval), a sociedade mundial capitalista encontra-se, também neste aspecto, sujeita a uma enorme aceleração. No entanto, o horizonte temporal da consciência capitalista também se encurtou a condizer, tendo-se contraído à escala dos ciclos cada vez mais rápidos dos mercados e das modas (ao máximo, na “cultura do nanossegundo” dos mercados financeiros), de modo que um desenvolvimento que se arraste ao longo de anos ou mesmo décadas já transcende a consciência temporal capitalista. Num mundo em que uma pessoa pode “ser famosa por cinco minutos”, tudo o que vá além do prazo de uma estação ou de um ano e, assim, do raio de acção dos projectores mediáticos tem de assumir uma dimensão de certo modo “histórica”, embora possa não passar de um ínfimo pormenor no âmbito da verdadeira dimensão histórica. Se as “épocas” acabam por se medir em anos ou mesmo meses, ao menos para essa consciência reduzida poderá realmente chegar a existir uma “época” de um mundo pós-moderno, unificado pelo capitalismo e pela democracia.

A realidade da administração da crise global, reduzida a um repressivo e sanguinolento *business as usual* declinado até ao enjoo, assume neste sentido desenvolvimentos epocais que desembocam num “buraco negro” do futuro. Pelo menos assim será enquanto não se levantar nenhum novo contramovimento emancipatório digo desse nome. E para essa nova época, que já não é nenhuma, também são elaboradas estratégias e concepções correspondentes, que marcam pontos de referência no processo de decomposição global e pretendem sugerir uma perspectiva positiva. Às teorias dos conflitos mais ambiciosas e ao mesmo tempo desprovidas de conceitos, como as formuladas por Glucksmann, Fukuyama ou Huntington, associam-se, por isso, concepções secundárias de resolução, que também são ideologicamente enriquecidas. Contrariamente às globais teorias culturalistas dos conflitos, a congeminação de concepções ilusórias parte menos dos intelectuais em sentido estrito, que alcançam uma fama sazonal, do que dos académicos de segunda classe, e sobretudo da classe política, assim como da inteligência burocrática funcional e administrativa dos aparelhos capitalistas.

Tal como as teorias intelectuais acerca da situação do mundo e as suas falhadas identificações epocais limitadas pelo culturalismo, também estas corriqueiras concepções e ideologias de resolução são, no essencial, de orientação nostálgica. Se as primeiras, em grande medida, voltam a concentrar-se nos falsos ideais do Iluminismo burguês do século XVIII – há muito desgastados e desmascarados, até o seu conteúdo repressivo se tornar reconhecível – para assim legitimarem a pretensão de domínio global de um capitalismo já incapaz de reprodução, as últimas, à minguada de alternativas, ainda estão de olho no paradigma do período de prosperidade que se viveu nos centros capitalistas após a Segunda Guerra Mundial.

É verdade que os economistas sabem melhor como andam as coisas e já há muito admitiram, com tanta abertura como cinismo, que para a maior parte da humanidade já não haveria “ocupação”, nem

“desenvolvimento”, nem futuro, pressupondo o capitalismo condensado como a condição ontológica da humanidade, enquanto forma pseudonatural da sociedade. Mas o *business as usual* do imperialismo democrático da exclusão clama precisamente por concepções susceptíveis, de algum modo, de fazerem acreditar numa perspectiva possível na prática, associando-se, assim, as nebulosas afirmações ideológicas do universalismo ocidental a terminologias traiçoeiras e insustentáveis de “reconstrução”, “normalização”, “reinserção na comunidade das nações democráticas”, etc., para as regiões globais de colapso, saque e guerra civil.

A expressão que se oferece a nível conceptual, sendo de uso entretanto inflacionado e rotineiramente debitada pelos ministros dos negócios estrangeiros democráticos, encarregados especiais, chefes de ONG e palhaços mediáticos, chama-se “Plano Marshall”. Essa ajuda económica e financeira, que, após a Segunda Guerra Mundial, foi disponibilizada à Alemanha destruída pela superpotência emergente que eram os EUA, a fim de integrar a Alemanha na nova frente da Guerra Fria, é pintada como exemplo luminoso e receita económica polivalente para, relativamente à reintegração das zonas economicamente queimadas do mercado mundial no regime de “economia de mercado e democracia”, espalhar a ideia de uma espécie de ajuda no arranque, e fazer de conta que se trata de um meio de eficácia comprovada, passível de se repetir a qualquer momento, de ajuda aos “parentes pobres”.

Já o original histórico não passa de um mito económico, inventado por motivos de bom comportamento ideológico, tendo em vista a integração da República Federal da Alemanha no bloco ocidental. Na realidade, o Plano Marshall desempenhou um papel pouco mais que simbólico. O verdadeiro ponto de arranque do *boom* do pós-guerra foi a conjuntura militarmente mediada pela Guerra da Coreia; e o dito milagre económico que se seguiu alimentou-se dos potenciais imanes da segunda revolução industrial (fordismo, “automobilização”, etc.), para o aproveitamento alargado da força de trabalho humana por parte da economia empresarial. O Plano Marshall nada teve a ver com isso. E nada disso pode ser hoje reproduzido. Afinal, a nova crise mundial da terceira revolução industrial consiste precisamente no facto de o potencial capitalista de absorção de força de trabalho se apagar, perante as novas forças produtivas libertadas pela microelectrónica, por isso sendo produzidas massas sempre novas de “supérfluos” e ficando regiões cada vez maiores do mundo arredadas da capacidade de acesso ao mercado mundial.

Como, no entanto, a ideologia oficial a este respeito virou de pernas para o ar a relação entre causa e efeito, não querendo compreender os processos de decomposição social, a proliferação das guerras civis, os excessos de violência e as estruturas da economia de saque como consequência do fracasso no mercado mundial, mas apresentando pelo contrário tais fenómenos como consequência de uma orientação insuficiente para o mercado mundial, e como obstáculos a essa orientação culturalmente mediados e da responsabilidade dos próprios afectados, ela pode, por conseguinte, remeter para a miragem de não só um, mas muitos “planos Marshall”, que são distribuídos de mãos largas, pelo menos em declarações de intenções políticas e em comentários mediáticos.

Políticos dos EUA, e mais ainda da União Europeia, andaram a prometer “planos Marshall” para o Kosovo, para a Bósnia, para o que restava da Jugoslávia após a deposição de Milosevic, e até para toda a região dos Balcãs, tendo a mesma promessa sido feita para o Afeganistão, para o Médio Oriente e, já agora, para todo o continente de miséria de África – de tal modo que o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, cheio de esperança, logo se apressou a apresentar, na cimeira do G8 no Canadá, em Junho de 2002, um novo “plano de desenvolvimento” dos países africanos chamado NEPAD (New Partnership for Africa's Development / Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), para o qual os países do G8 deviam desembolsar 64 000 milhões de dólares por ano.

No entanto, esta inflação de planos Marshall não contrasta apenas com a vil objectividade económica, que mostra que, por muitas que sejam as “ajudas ao arranque”, já não há motor do desenvolvimento que pegue, por falta de rentabilidade, porque o sistema mundial capitalista dispensa cada vez mais força de trabalho, em vez de a absorver. Que uma ajuda meramente simbólica não pode trazer nenhum crescimento auto-sustentado, não chegando a representar nem mesmo uma gota de água no oceano, é coisa no fundo sabida, embora ninguém o queira admitir, e, assim, embora as almejadas ajudas do tipo plano Marshall sejam atribuídas com predilecção em

pomposas declarações de intenções, em termos reais predomina a pura avareza, tendo em conta os previsíveis fracassos, sendo os fundos prometidos libertados apenas aos bochechos, de má vontade e normalmente numa extensão muito menor do que a prometida.

Foi por esta péssima experiência que também passou o charmoso e democrático intelectual versado em Habermas, Zoran Djindjic, que se tornou o menino bonito dos *mediaocidentais*, enquanto susceptível de servir de telegénica estrela de uma “oposição democrática” ao regime de Milosevic. Mas, desde que exerce funções no topo de um frágil Estado de fachada, a amizade democrática tem andado a encolher os cordões à bolsa: “Em entrevistas, o primeiro-ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, mostra-se agastado com o facto de os fundos vindos dos EUA e da UE, prometidos para a reconstrução da Jugoslávia, não estarem ainda à disposição ou serem utilizados para outros fins [...]. Diz que, no âmbito do Pacto de Estabilidade para os Balcãs, vários milhares de milhões de marcos tinham sido prometidos ao seu país, mas que até à data apenas cerca de 400 milhões de marcos tinham chegado à Sérvia, e que logo tiveram de ser despendidos até ao último tostão para pagar fornecimentos de energia [...]. No dia depois da extradição de Milosevic, a conferência de doadores de Bruxelas, em que participaram 42 Estados e 26 organizações internacionais, tinha prometido à República Federal da Jugoslávia [...] ajudas de emergência no valor de 1,3 mil milhões de dólares [...]. Mas agora, os diplomatas dos ‘países doadores’, ao abrirem as malas, não apresentam maços de notas, mas antigos títulos de dívida. E explicam ao primeiro-ministro que o dinheiro prometido não se destina prioritariamente à ajuda de emergência, mas à liquidação de dívidas antigas da Jugoslávia” (Thörner 2001).

Por outras palavras, Djindjic e os seus pares foram defraudados pelo Ocidente no que toca à maior parte do prémio pela violenta extradição da não-pessoa Milosevic. É deste modo que agem invariavelmente os “países doadores” e as “conferências de doadores”. Para além de muito palavreado sem sentido acerca de pacotes de “arranque rápido”, “bancadas de trabalho” para projectos de reconstrução económica ou uma tal “*Task Force* Boa Governação” (sob a presidência do Conselho da Europa), os trabalhos académicos acerca do tema vêm-se estrangidos a verificar, de passagem e lapidarmente: “(Em todo o mundo) nem sempre houve apenas experiências positivas com o comportamento dos doadores: até um terço dos fundos prometidos no plano internacional nunca chega a ser disponibilizado. É frequente passar muito tempo até as ajudas financeiras e créditos prometidos poderem ser libertados e convertidos em projectos concretos” (Calic 2001, p. 14s.). E tudo isto apenas para acrescentar, a propósito do “Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu”, com uma *verve* patética: “A sua função mais importante continua a ser a de continuar a manter o complexo e desafiador tema do Sudeste Europeu na agenda internacional e recordar persistentemente todos os parceiros da promessa, feita no Verão de 1999, de promoverem a estabilização da região através da sua integração” (Calic, *ibidem*, p. 16).

Este misto de impotência e cinismo radica na própria natureza do problema: os projectos económicos, se é que realmente existem, não têm uma centelha de vida própria (leia-se: capacidade de concorrer no mercado mundial), sendo puros projectos *zombies*, que sobrevivem apenas através de transfusões monetárias vindas do exterior. A resistência dos “doadores” a encherem um poço sem fundo é muito bem fundamentada; mas os motivos não devem ser proclamados em voz alta, uma vez que traduziriam em palavras o falhanço sistémico da economia de mercado global, desmentindo toda a propaganda do Ocidente e dos seus agentes locais acerca da “reconstrução”. E esta propaganda, por seu lado, é necessária para dar uma perspectiva ilusória às tentativas do imperialismo da exclusão ocidental de conter a migração de miséria das regiões em crise e desmoronamento.

Inicialmente, logo após as conquistas e ocupações por “soldados da paz” e após os respectivos “tratados de paz” diplomáticos (impostos), como por exemplo a pacificação da Bósnia em Dayton, empresas ocidentais mostram regularmente o seu veemente interesse na “reconstrução” – mas apenas por esperarem arrecadar uma parte choruda dos fundos de ajuda internacionais, e não por acreditarem seriamente numa presença duradoura no mercado. Assim, por exemplo, empresas alemãs esperavam obter financiamentos, segundo o padrão da economia *zombie* alemã de Leste, integrada na República Federal da Alemanha, e que é subsidiada directa ou indirectamente com 200

000 milhões de marcos anuais, entretanto convertidos em 100 000 milhões de euros. Por exemplo, era notório desde o início que a Volkswagen não iria reanimar a diminuta produção de automóveis na sua antiga fábrica em Sarajevo, destruída pela guerra e desactivada, por motivos que se prendessem com alguma capacidade de acesso ao mercado: “De qualquer modo, em Vogosca, as coisas não voltarão a ser como dantes. ‘Em Sarajevo já não podemos construir o Golf em condições que se coadunem com o mercado mundial’, diz o gestor da Volkswagen Udo Stolz. As máquinas avariadas [...] não levariam certamente muito tempo a ser substituídas, mas hoje ninguém sabe dizer se as condições económicas de enquadramento poderão ser recuperadas e de que maneira. A Jugoslávia socialista foi um grande mercado fechado ao exterior. A Volkswagen podia fornecer o país inteiro, de Ljubljana até Skopje, sem fronteiras nem concorrentes. Hoje, a Volkswagen apenas poderia vender sem problemas de maior os seus carros a partir de Vogosca no triângulo que vai de Sarajevo até Tuzla e Zenica, uma zona em que, agora, vivem tantas pessoas como na zona de Hamburgo. Para isso não se monta uma produção de automóveis” (Piper 1996).

Falando claro: os antigos subsídios “socialistas”, que fracassaram no embate com o mercado mundial, apenas poderiam ser substituídos pela atribuição de novos subsídios por parte dos fundos de ajuda internacionais dos “planos Marshall”. Perante um pano de fundo de 50 a 90 por cento de desempregados oficiais nas regiões superficialmente “pacificadas”, de modo algum será possível imaginar um mercado interno, e muito menos para automóveis. E como os “planos Marshall”, como era de prever, nunca mais vêm, também rapidamente se perdem as esperanças das empresas de poderem tirar algum proveito de uma “reconstrução” subsidiada. “Zona de garimpeiros transforma-se em cemitério de tostões”, dizia numa parangona o jornal económico *Handelsblatt* com desalento, ao falar do Kosovo conquistado, para em seguida se ver compelido a constatar uma triste realidade económica: “Juntamente com a BAO Berlin-Marketing Service GmbH, uma filial da Câmara de Comércio e Indústria (IHK), foi fundada [...] a ‘Iniciativa Berlinense para o Desenvolvimento do Kosovo e dos Balcãs’. Esta limita-se à área que se encontra sob a protecção do exército alemão, em torno de Prizren. No início de Agosto segue-se a desilusão, após a visita de três dias de uma delegação a esta região. ‘Ali não há nada a ganhar’, recorda-se Michael Schütthoff da Deutsche Babcock sobre as reacções no regresso. ‘Ali vejo poucas oportunidades para a actividade empresarial. Nem pensar em fazer negócios’, concluiu dos relatos. O mesmo também se passou recentemente com uma delegação proveniente de Dortmund, que também promoveu atempadamente uma acção para encher os bolsos no Kosovo” (Löwer 1999).

Além da despesa, não houve nada. Para completar a imagem da verdadeira situação económica do mundo, os próprios prospectores esperançados do Kosovo, vindos da capital alemã, tiveram entretanto de dizer adeus à primeira liga do mercado mundial. Três anos após a viagem ao Kosovo, a Berlin está tanto na bancarrota como a Deutsche Babcock. O que resta de iniciativas empresariais domésticas foi desde o início uma miséria e continuou a sê-lo porque, além da rentabilidade, falta mesmo o mínimo dos mínimos das condições de enquadramento. Continua a ser verdade o que já em 1997 foi constatado relativamente à antiga pérola do Adriático: “Em Dubrovnik não existem empresas industriais dignas de registo, e dificilmente existirão mesmo no futuro. O prefeito é favorável à introdução de uma agricultura biológica [...]. O clima é favorável a essa actividade, e o solo não está contaminado – se abstrairmos por um momento das minas antipessoais (!) que ainda por aí estão disseminadas” (Bender 1997). Poucos anos depois, os relatos acerca do Kosovo sob protectorado ocidental ainda são mais desoladores: “Das seis estradas que atravessam as fronteiras rumo ao estrangeiro, duas levam à Sérvia e são intransitáveis por motivos políticos para os albaneses do Kosovo. Na estrada que leva à Albânia espream os bandidos, uma outra conduz por montanhas escarpadas até ao Montenegro e à longínqua costa croata, e há duas para a Macedónia, abalada pela guerra [...]. No fundo, todas as estradas teriam de ser reparadas. No Kosovo, a distribuição de energia eléctrica e as ligações telefónicas continuam a ser deficientes. Os comboios não circulam. E o aeroporto não obedece às normas comerciais” (Farnam 2001).

As imagens do local falam por si: em lado algum se vislumbra algo que possa ser designado por “reconstrução”. Nem sequer os locais em que ocorreram massacres, como Srebrenica, que em tempos deram mais-valias propagandísticas ao Ocidente, são reconstruídos como aldeias

potemkinianas simbólicas para os *mediamundiais*, de tal modo é pouco séria a vontade de interpretar à letra as próprias promessas e previsões: “Como se as tropas sérvias apenas ontem tivessem abandonado o cenário de guerra de Srebrenica, nesta vila, agora pertencente à república Srpska, ainda predominam as fachadas dos edifícios esburacadas e consumidas pelo fogo. O único sinal de reconstrução é uma betoneira à frente da nova mesquita, que é financiada por uma organização malaia de ajuda (!)” (Flottau/Kraske 2002).

Em todas as zonas superficialmente “pacificadas” por tropas da NATO ou da ONU, estas imagens assemelham-se umas às outras, a ponto de se confundirem. Em lado nenhum volta a vicejar o mais ténue rebento de uma economia de mercado, capaz de amadurecer pelos seus próprios meios até aceder ao mercado mundial. Além dos projectos oficiais *zombies*, apenas existe uma paupérrima economia de subsistência nos espaços rurais e a inserção, que continua a verificar-se sob supervisão ocidental, em estruturas mafiosas transnacionais ligadas à economia de saque ou dela oriundas. Estados bem comportados que apenas existem no papel, como a Albânia ou o Montenegro, depois da intervenção da NATO e de uma ocupação temporária, vivem como antes, em grande medida do contrabando de tabaco, drogas e armas, assim como do tráfico de mulheres através do mar Adriático.

A economia-fantasma do complexo humanitário-industrial

Para além dos poucos projectos emblemáticos e da continuação da economia de saque e miséria está a formar-se uma segunda economia-fantasma, constituída não pelos fundos dos “planos Marshall” meramente propagandísticos, que de qualquer modo raramente chegam na realidade, mas simplesmente pela presença ocidental imediata nas zonas “pacificadas”. A Bósnia foi e continua a ser o protótipo desta economia secundária dependente sob administração da NATO ou da ONU: “Um factor económico importante também são as tropas da IFOR. Os soldados não se limitam a assegurar a paz e a ordem pública, também têm dinheiro e gastam-no. Em Sarajevo, pouco tempo após o fim do cerco sérvio, os primeiros cafés de rua e tabernas voltaram a abrir; graças à procura oriunda dos acampamentos militares, a zona pedonal já tem quase o mesmo aspecto que teve em tempos de paz. De Abril a Maio, o rendimento mensal médio *per capita* aumentou em cinquenta por cento – de 80 para 120 Marcos; a diferença para chegar ao mínimo necessário à subsistência de 300 Marcos tem de ser colmatada por ajudas humanitárias e rendimentos provenientes do contrabando” (Piper 1996).

Deste modo, a presença continuada de soldados de ocupação ocidentais, aliás “tropas de paz”, que recebem o soldo em dólares ou euros (mais gratificações por estarem em missão em zonas tipo “Kosovo”) não se torna um factor económico além de outros, mas sim o próprio pilar que suporta a reprodução e que substitui inteira ou parcialmente o sistema da economia de saque. A eles acrescem não só as “remessas de ajuda humanitária” da barata beneficência ocidental sob a forma de bens materiais (de roupas usadas até medicamentos fora de prazo), mas também as próprias organizações de ajuda humanitária e os seus activistas, funcionários, empregados, etc., que, também eles, gastam localmente uma parte dos seus rendimentos para satisfazer as suas necessidades pessoais. Os soldados e as organizações de ajuda humanitária constituem assim, pela sua pura e simples presença, as bases de uma economia *zombie* secundária, toda ela injectada do exterior no corpo morto da economia local.

Do dinheiro assim ganho, os locais custeiam, por exemplo, a reparação das habitações (na medida em que têm acesso a materiais de construção), sem que daí surja a mínima actividade económica autónoma. O mercado é gerado quase em exclusivo pelos rendimentos do pessoal de representação do Ocidente: “A construção de habitações, pelo contrário, poder-se-ia dizer que anda de vento em popa por comparação à situação das empresas. Ainda hoje, três anos e meio depois do fim da guerra, na economia bósnia pouco ou nada mexe [...]. A única empresa estrangeira com êxito em Sarajevo parece ser a empresa de logística DHL. Abastece os estrangeiros. Mesmo sem contar os omnipresentes soldados da SFOR, há quinze mil estrangeiros a viver em Sarajevo. Podemos

duvidar se a ajuda disponibilizada pelas suas organizações surte algum efeito. No entanto é pelo seu consumo pessoal (!) que estes úteis estrangeiros mantêm viva esta cidade de quatrocentos mil habitantes. Charles Lyon, do grupo de reflexão norte-americano International Crisis Group, estima que as despesas dos estrangeiros perfazem 42 por cento do rendimento mensal dos locais” (Ginsburg 1999).

Foi no jogo de acção e reacção entre o fracasso no mercado mundial, os subsequentes colapsos económicos, guerras civis e economia de saque, intervenção militar ocidental, regimes de ocupação e objectivização das respectivas regiões em teatros de intervenção de “organizações de ajuda humanitária” ocidentais que os anos 90 do século passado produziram essa economia secundária duplamente perversa: por um lado, no local, a dependência total da presença dos “ajudantes”, administradores, militares e outros ocidentais e do seu consumo substitui-se a uma reprodução económica própria; por outro lado, esta perversa “ajuda” desenvolve um interesse económico próprio, não em último lugar nutrido pela crise económica que grassa no próprio Ocidente.

Tal como nos países centrais do Ocidente há um certo tipo de suposta “assistência social” (cada vez mais “privatizada”) que vive à custa dos orçamentos de Estado para importunar o exército de desempregados e o humilhar com “medidas” que frequentemente não passam de absurdas, assim um tipo semelhante de administração da crise global e pseudo-ajuda (igualmente cada vez mais “privatizada”) vive à custa dos fundos das organizações internacionais, donativos, etc., para, nas moribundas zonas de ocupação da guerra ocidental de ordenamento mundial, erguer um maligno “regime de ajuda”: “Em Sarajevo e Zagreb, a United Nations Protection Force (UNPROFOR) despendia, no final dos anos 90 do século passado, cerca de dez milhões de dólares por mês em salários, serviços e aluguer de instalações. Sem dúvida, as organizações de ajuda humanitária são o maior empregador da Bósnia [...]. No Kosovo, a presença maciça e de forma alguma desinteressada das estruturas de ajuda estrangeiras contribuiu, numa medida a não subestimar, para que os restos da sociedade civil kosovar que conseguiram escapar à política de expulsão de Milosevic ficassem definitivamente marginalizados. Intelectuais independentes, activistas dos direitos humanos e peritos em cuidados de saúde primários converteram-se em motoristas, intérpretes e trabalhadores por conta das organizações de ajuda humanitária” (Gebauer 2002).

A infâmia da sociedade mundial capitalista também se revela no facto de, não se limitando a administrar de cima para baixo os colapsos socioeconómicos por ela própria causados, convertendo as pessoas, por ela própria lançadas na miséria, em objectos da sua hipócrita “ajuda”, ir ao ponto de ainda explorar essa mesma “ajuda” como um ramo de negócios próprio, transformando assim a própria crise num objecto do mercado. O radicalismo ideológico do mercado, os vencedores da globalização e da privatização, os que lucraram com a guerra e as organizações de “ajuda” de todo o tipo formam uma aliança pouco sagrada que, sob muitos aspectos, produz uma espécie de administração colonial secundária que é ao mesmo tempo a expressão imediata do economismo totalitário, como processo que o leva ao absurdo: “Neste contexto, também causa alguma preocupação o facto de as próprias organizações de ajuda humanitária se contarem entre os que tiram proveito das economias de guerra civil. Há muito que a ajuda humanitária é considerada um íman de donativos e de publicidade. A grande predisposição para ajudar, que felizmente continua a existir entre a população, é cada vez mais aproveitada para alimentar um novo “negócio da ajuda” que prospera há vários anos com altas taxas de crescimento. Longe de toda a moral, a ajuda é negociada como mera mercadoria. Quando organizações internacionais de ajuda humanitária procedem à delimitação das suas parcelas, para posteriores medidas de ajuda e reconstrução, enquanto o Afeganistão ainda está a ser bombardeado, quando o planeamento e a concessão de socorro obedece ao *diktat* do *marketing*, quando, durante a Guerra do Golfo, comerciantes hábeis se oferecem para fornecer ao Estado de Israel, ameaçado pelos mísseis Scud iraquianos, máscaras de gás antiquadas, mas dotadas de inscrições hebraicas, estamos apenas perante uma manifestação extrema de um negócio que é dominado pelas leis comuns do mercado [...]. Também os *mediaperceberam* isso e começaram a constituir organizações de ajuda humanitária próprias. É o caso da RTL, com a sua fundação ‘Hilfe für Kinder’ [Ajuda às crianças], criada em 1997. Em vez

de uma distribuição clara dos papéis, vislumbram-se aqui os prenúncios de um auto-referente ‘complexo humanitário-industrial’ que ameaça vulgarizar-se no futuro” (Gebauer, *ibidem*).

A economia da violência sexual e da miséria

Se a “reconstrução” nas regiões em colapso militarmente “pacificadas” é uma farsa económica, e a verdadeira realidade é o colonialismo secundário da administração de crise, do regime e do negócio da “ajuda”, não é de admirar que se faça acompanhar por uma correspondentemente democrática mentalidade de gente superior. Neste quadro se inscreve, e não em último lugar, o facto de as mulheres e as crianças de ambos os sexos nas zonas a pacificar serem cada vez mais consideradas fáceis presas sexuais. No “Leste selvagem” e no “Sul selvagem” do capitalismo global de crise, os educados representantes do universalismo ocidental, da “comunidade das nações democráticas”, de “Estado de direito e segurança jurídica”, etc., perdem regularmente todas as inibições e, com os bolsos recheados de dólares e euros como estão, tomam o gosto aos divertimentos facultados por situações anómicas: “Muitos dos ‘ajudantes’ – do guardião da paz sob comando da ONU ou da NATO, passando pelo motorista de camião que trabalha para a organização de ajuda aos refugiados, até ao formador internacional da polícia – consideram assistir-lhes, nas suas missões, o direito de frequentar o bordel” (Böhm 2000a).

Quanto mais histericamente grassa a projectiva discussão em torno do “abuso sexual”, que está na moda entre a *intelligentsia* de classe média ocidental, tanto mais desavergonhadamente os seus representantes nos protectorados do *apartheid* capitalista global efectivam esse abuso. E quanto mais a propaganda ocidental se arvora em protectora dos direitos da mulher contra o fundamentalismo islâmico, maior é a brutalidade com que os seus executores se agarram de qualquer maneira aos corpos femininos, mal tenham corrido com os “regimes de injustiça”, os “terroristas”, etc.: “Na Macedónia, a prostituição é proibida. Mesmo assim, os bordéis macedónios são um factor económico de primeira ordem. Perto de 50 000 soldados da KFOR estacionados no Kosovo, na Macedónia e na Albânia, assim como 7000 colaboradores de organizações internacionais, ONU e organizações privadas de ajuda humanitária, quase todos com os bolsos recheados de marcos alemães e dólares, constituem um verdadeiro potencial económico para um país pobre como a Macedónia. Há aqui aldeias que vivem quase exclusivamente do negócio do sexo. Em Vrutok, perto de Gostivar, há uma prostituta por cada quatro habitantes; em Velesta, junto de Tetovo, uma por cada três. Clientes fardados vêm sobretudo do Kosovo, que não fica longe [...]. A polícia e as autoridades raramente interferem nos negócios sujos. No Kosovo, os traficantes de mulheres podem operar, sem serem incomodados, mesmo nos campos de refugiados. A prostituição é um negócio que vai de vento em popa. Além dela, desde a Guerra do Kosovo já não há quase nada de vento em popa na Macedónia e que contribua para o produto interno bruto” (Wiedemann 2001).

Já seria bastante mau que as mulheres tivessem de se vender por sua própria iniciativa aos “anjos da paz” e “protectores” ocidentais devido à sua real miséria. Mas o que ainda é pior é que uma grande parte da prostituição nos protectorados da ONU e da NATO se baseia na coacção pura e simples. Não apenas na Bósnia, no Kosovo, na Sérvia, na Macedónia, etc., mas igualmente nos Estados circundantes da Europa do Leste, como a Bulgária, a Hungria ou a Roménia, que se vêem entregues à miséria socioeconómica, mulheres e raparigas, sendo literalmente apanhadas à mão no meio da rua, têm de posar nuas em cima de mesas para serem avaliadas e, em seguida, deixar-se leiloar para satisfazerem as “necessidades pessoais” da gente da paz ocidental pagante, enchendo os bolsos dos seus violentos proxenetas.

Simultaneamente, as vítimas vão sendo cada vez mais novas, uma vez que os anjos democráticos da liberdade e da economia de mercado cada vez gostam mais da tenrinha carne infantil: “Pouco antes do Natal, uma prostituta de dezasseis anos chamada Sesil abalou profundamente a paz que reinava no *métier*. Sesil revelou à televisão pública alemã ARD, numa entrevista dada ao programa de informação internacional *Weltspiegel*, que tinha doze anos quando a mandaram atacar pela primeira

vez, e que, aos quinze anos, serviu em Tetovo sobretudo rapazes verde-azeitona da unidade de aprovisionamento do exército alemão ali estacionada [...]. É um facto que os Balcãs têm a sua própria escala de valores. Mas, também na Macedónia, a prostituição infantil é, em princípio, considerada uma infracção grave às regras. Só que a invasão de estranhos com chorudas ajudas de custo abalou as referências antigas. De acordo com estimativas grosseiras, hoje, por aqui, cerca de 20 por cento das meninas da noite ainda não atingiram a maioridade [...]. Não há dúvida de que os comandantes sabem de tudo o que se passa em torno das suas bases. No processo contra o furriel Frank Ronghi, do Ohio, que tinha violado e morto uma rapariga de onze anos no Kosovo, a defesa citou um oficial do 504º Regimento de Pára-Quedistas com a frase: ‘O que se passa aqui é uma espécie de *Apocalypse Now*’ [...]” (Wiedemann 2001).

Nos numerosos campos de refugiados em África que se encontram sob a administração da ONU, as coisas passam-se como nos protectorados da NATO no Sudeste Europeu. Os campos no Quénia, na Tanzânia, na Libéria, na Guiné, na Serra Leoa, etc., com os seus milhões de refugiados, tornaram-se a “área de negócio” de capacetes azuis e colaboradores do ACNUR. “Entre 1500 e 6000 dólares era quanto exigiam pela emissão de documentos falsificados. Prometiam às suas vítimas o estabelecimento como perseguidos num país terceiro seguro, como os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha ou a Austrália” (Thielke 2002). Ao mesmo tempo, a extorsão de serviços sexuais por parte dos representantes da “economia de mercado e da democracia” processa-se, nos campos africanos, de uma maneira ainda mais directa do que nos Balcãs. Aqui, a prostituição já não é sequer um negócio próprio, processando-se antes de modo imediato, em troca de bens de ajuda humanitária, tais como alimentos de primeira necessidade: “As principais afectadas são raparigas entre os treze e os dezoito anos, mas também houve alguns rapazes que foram abusados por mulheres mais velhas. ‘Se não tiveres uma mulher ou irmã ou filha que possas oferecer aos funcionários, os bens da ajuda tornam-se difíceis de obter’, referiu um refugiado aos investigadores. Uma mulher disse: ‘Na nossa comunidade, ninguém arranja farinha de soja sem antes fazer sexo. Dizem: Um quilo em troca de sexo’ [...]” (Thielke, *ibidem*).

Quanto mais campanhas contra a corrupção as diversas organizações de ajuda humanitária conduzem, mais corruptas se tornam elas próprias. A perda de qualquer perspectiva, a degradação ao serviço do capitalismo de exclusão e a depravação moral absoluta são o preço inevitável a pagar pelo pragmatismo lobista que tem caracterizado as ONG desde os anos 90 do século passado. A aceitação do *diktat* económico capitalista tinha de destruir a melhor vontade de ajudar. Sem a crítica social radical, sem a rigorosa não aceitação do sistema vigente, nem sequer é possível qualquer ajuda pragmática. O pragmatismo puro, acrítico na sua base, que realmente se fia no palavreado inócuo de “reconstrução”, “integração” e “plano Marshall”, acaba por sufocar-se a si próprio. Devido à realidade negativa, que não pode ser escamoteada, mas à qual tenta ajustar-se, descamba ou num fanatismo ideológico democrático, ou nessa corrupção cínica que já nem se coíbe de violar crianças.

Por muito nojento que o negócio da pacificação e da “ajuda” possa ser em todas as suas manifestações, ele acaba por não ser menos infundado em termos económicos. Assemelha-se a uma excrescência parasitária num corpo em decadência que tem de morrer juntamente com este. Também nisto se manifesta o parentesco com a economia de saque. Nem nos países “receptores”, nem nos países “doadores” dá origem a uma única produção que “crie valor” no sentido capitalista. Todos os rendimentos monetários que entram neste processo, assim como os “postos de trabalho”, desde os capacetes azuis ou soldados da SFOR, passando por quem ajuda a reconstruir, pelos instrutores da polícia, pelos distribuidores de bens de ajuda humanitária e muitos outros até ao pessoal local e por fim até à prostituição infantil, tudo isto deriva sem excepção de fundos improditivos das burocracias militares, dos orçamentos de instituições internacionais, de recolhas de donativos, etc. E mesmo estes já quase não provêm dos impostos cobrados sobre rendimentos produtivos, mas em grande parte e cada vez mais de fundos derivados do novo capitalismo financeiro, ou seja, das bolhas financeiras globais que não passam, elas próprias, de fenómenos da crise do sistema capitalista mundial.

Por isso, todo o processo de pacificação, “ajuda” e pseudo-reconstrução repousa sobre uma base económica ainda mais tremida que as próprias operações militares das guerras democráticas de ordenamento mundial. Sob todos os aspectos, o limiar da dor financeira estabelece o limite. É ilusório, tanto para a polícia mundial como para o “complexo humanitário-industrial”, ter como território de intervenção todo o mundo de crise a nível planetário. E assim se vai tropeçando de caso em caso, de mês a mês, de escândalo em escândalo, de catástrofe em catástrofe.

Do Estado-tampão ao zoo étnico

Pouco a pouco, sob a nuvem negra da progressiva crise mundial do sistema produtor de mercadorias, vão-se desenhando os contornos de uma maior diferenciação relativamente às zonas do *apartheid* global, que se tornam normas para o imperialismo democrático da exclusão. Cada uma destas zonas, por sua vez, é em si diferenciada em ganhadores e perdedores, em subzonas de uma riqueza relativa e de pobreza relativa ou absoluta. Em todo o lado está a relação de capital globalizada e em todo o lado está o *apartheid*, mas em relações graduadas de crise e exclusão.

Evidentemente, o centro imperial é formado pela pequena minoria dos Estados do G7, que há muito produziram as suas próprias zonas de pobreza, bairros de lata e áreas de risco. O objectivo imediato do imperialismo da exclusão é defender esse centro da migração de miséria global, não apenas com muros e arame farpado, com ordem para atirar e caça ao homem, mas, na medida das possibilidades, com a criação de uma orla de "Estados-tampões".

Como Estados-tampões, podem ser considerados, por exemplo, o México, a Tunísia, Marrocos, a Turquia, a Croácia, a Polónia, a Hungria, a República Checa, a Roménia e a Bulgária. Um Estado-tampão, em regra, consegue salvaguardar à justa uma fachada estatal e de economia nacional – os seus défices da balança de transacções correntes são alimentados de tempos a tempos (ou seja, de uma crise financeira à outra) pelo FMI e pelo Banco Mundial, os seus aparelhos policial e militar são benevolmente patrocinados, os seus representantes no plano governamental são reconhecidos. Para o imperialismo da exclusão, estes Estados-tampões têm uma dupla função: por um lado servem de “defesa de proximidade contra refugiados”, na medida em que, por assim dizer, executam, na zona limítrofe do *limes* e autonomamente, tarefas de guarda fronteiriça, tendo ainda por cima licença para proceder com muito mais brutalidade do que os seus senhores democráticos. Por outro lado, nos casos em que esta pré-fronteira falha, servem de “alternativa de proximidade para refugiados”, ou seja, devem absorver a parte mais ousada das massas de refugiados e retê-la em campos, antes que consigam franquear as fronteiras do centro imperial.

No entanto, a crise e os abalos sociais dela resultantes abrem brechas cada vez maiores nesta orla de Estados-tampões, de tal modo que o centro imperial se vê obrigado a intervir militarmente de imediato como polícia mundial e com “assistentes sociais mundiais”, sem que a fachada estatal e de economia nacional possa ser salvaguardada. Embora essa opção continue a ser invocada em termos retóricos, na verdade, em todos os casos das zonas de emergência mais ou menos pacificadas já não há regresso ao estatuto de Estado-tampão. Neste aspecto, a Sérvia está meio cá, meio lá, tal como a Albânia, ao passo que a Bósnia, o Kosovo e, no essencial, também a Macedónia já desceram de divisão. Idênticas condições também já são visíveis em amplas partes da Ásia central e oriental, na área do Pacífico e em África.

Os países e as regiões que perderam o estatuto de Estado-tampão adquirem duradouramente o estatuto de protectorado ou semiprotectorado da ONU e, cada vez mais, directamente da NATO. Assim, a Bósnia é um conjunto constituído por dois Estados que a compõem e três ditos grupos étnicos, mas que nem em um único aspecto é capaz de sobreviver por sua conta, sendo de facto governada por um “alto representante” e a sua equipa, a saber, o “Office of the High Representative” (OHR), apoiado na presença militar ocidental. E é indiferente a base institucional em que o protectorado é administrado em cada caso individual, quer sejam comissões da ONU ou da NATO, da UE, etc. Para a Bósnia, por exemplo, o mandato do “alto representante” foi atribuído

formalmente, e em conformidade com o Acordo de Dayton, por um denominado “Conselho de Implementação da Paz”, do qual fazem parte 55 Estados e organizações internacionais. Em termos institucionais, o estatuto do protectorado encontra-se no estágio da experimentação precária. A este propósito, o Kosovo é designado como “laboratório da política ocidental” (*Neue Zürcher Zeitung*, 25.3.2000), ou seja, do imperialismo democrático de exclusão.

Para lá dos Estados-tampões, protectorados e semiprotectorados estendem-se as zonas obscuras da barbarização total, que já foram designadas novas “*terrae incognitae*” (Rufin 1991). Em termos sociais e subculturais, a *terra incognita* pode ser encontrada em qualquer parte, até mesmo no âmago do centro. O que se passa nos mundos dos que caíram fora do sistema já não é em grande medida apanhado nas redes da administração oficial, dos *media*, da investigação académica. Quanto mais nos afastamos do centro, mais a respectiva *terra incognita* se converte numa situação territorial real que atravessa de lés a lés a manta de retalhos dos Estados. Centro, Estado-tampão, semiprotectorado, protectorado, *terra incognita* – é nesta gradação que o mundo do *apartheid* democrático e da sua barbárie se apresenta, pelo menos num determinado estágio do processo global de decomposição social.

No entanto, é evidente que partes consideráveis do universo dos Estados em desmoronamento não se encaixam totalmente neste padrão: os Estados de pobreza com armamento nuclear, como a Rússia, a China, a Índia e o Paquistão, impossíveis de serem pacificados com meios militares, mas apenas susceptíveis de ser integrados de um modo pós-político e pseudopolítico, tão difuso quanto sumamente perigoso, ficam de fora desta classificação. Não fazem parte do centro, mas não são nem Estados-tampões nem protectorados, constituindo a parte não pacificada do planeta, que, ainda assim, dê por onde der, se encontra integrada na forma sistémica única do mercado mundial. Por detrás destas fachadas estatais, as *terrae incognitae* adquirem traços especialmente ameaçadores. O “imperialismo global ideal” observa com desconfiança os aparelhos com potencial nuclear naquelas partes do mundo que não pode controlar, e que estão a asselvajar-se, mas ao mesmo tempo tenta fazer-lhes a corte e vinculá-los a si. Trata-se, portanto, de uma zona própria, nem pacificada nem controlada, que continua a ser um espinho na carne do imperialismo da segurança e da exclusão, mesmo que os “poderes” que nela vegetam já não consigam aceder a qualquer posição de rivalidade global com o Ocidente.

Desta gradação, que se gerou de modo natural e espontâneo no âmbito do processo de crise, pode depreender-se igualmente uma determinada opção estratégica do “imperialismo global ideal” para a posterior evolução. Pois é preciso colocar a questão dos padrões ideológicos e legitimatórios, com os quais se pretende conter os fluxos migratórios, enclausurar as massas “supérfluas” nas zonas respectivas, manter sob rédea curta as respectivas partes em conflito, valorizar as criaturas locais do capitalismo de segurança e exclusão, tornando-as aceitáveis como sub-representantes. Não pode haver qualquer dúvida de que a opção geral representa, neste aspecto, uma nova versão da divisa “dividir para reinar” – mais concretamente, sob a forma de uma “etnicização”, positivamente conotada em grande medida, da crise e da decomposição das estruturas sociais. Por outras palavras: o imperialismo da segurança e da exclusão, num exercício generoso de hipocrisia, concede às massas dos que caíram fora do sistema uma absurda autonomia como etno-sujeitos, desde que, com esta forma específica de loucura, estes possam ser fixados numa determinada zona, para, através de etnochefes instalados ou pelo menos controlados pelo Ocidente, serem postos a estufar identitariamente na sua própria pele de miséria.

Ora, isto não significa que o capitalismo global ocidental apoie do mesmo modo, em geral e em todo o lado, movimentos separatistas etnicistas de senhores da guerra da economia de saque, para os converter em Estados-tampões, semiprotectorados ou protectorados. No caso da Chechénia, por exemplo, a estimulação de um bom comportamento russo é, pelo menos por enquanto, muito mais plausível. Ainda mais claro é o apoio dado ao grande Estado-tampão que é a Turquia contra a etnosublevação curda. Evidentemente, as coisas passar-se-iam de modo diferente numa situação em que, no caso de um desmoronamento dramático dos restos de substância económica, se tornasse inevitável a dissolução galopante do sujeito estatal da Rússia ou da Turquia. A opção do imperialismo da exclusão, no sentido de apostar em zonas definidas por etnias e delimitações zonais,

para fazer com que “grupos étnicos” lançados uns contra os outros se mantenham mutuamente em xeque e para os manter simultaneamente fixados à sua “própria” região de miséria, só se coloca após o colapso de uma economia nacional cilindrada pelo mercado mundial e do Estado-nação correspondente (como no caso da Jugoslávia), ou depois de um Estado ainda existente ter sido definido como um “Estado vilão”, que já não pode ser tolerado (como no caso do Iraque).

Em termos ideológicos, também neste aspecto, o culturalismo pós-moderno fornece os padrões de interpretação. Pouco importa que as argumentações sejam contraditórias, ou mesmo, completamente irreconciliáveis – o que interessa é que o padrão culturalista possa ser instrumentalizado afirmativamente. Por um lado, recrimina-se aos candidatos globais ao colapso, relativamente à economia, uma falta de compatibilidade da sua “cultura” específica com os critérios capitalistas; por outro lado, pretende-se, depois de, por fim, se terem realmente desmoronado, emparedá-los vivos nessa mesma “identidade” pós-política dessa “cultura”, a fim de mantê-los à distância.

As “zonas de protecção” curdas no Norte do Iraque, estabelecidas pelo Ocidente, constituem protótipos desta definição étnica, tal como, embora de outro modo, por exemplo as chamadas zonas autónomas palestinianas, o protectorado de “três etnias” da Bósnia, o Estado-tampão da Croácia, criado por obra e graça do FMI, a “separação étnica” no Kosovo sob supervisão da NATO, ou, do outro lado do mundo, a constituição do etnoproctorado de Timor-Leste sob a égide da ONU. Durante a Guerra do Kosovo, esta opção étnica até foi posta em prática, com a ajuda empenhada do *lobby* das ONG, literalmente sob a forma de uma etnoprisão para os refugiados “kosovares”, sem que este aspecto tivesse tido algum eco no alarido universalista generalizado dos *media*.

Neste contexto, os “kosovares” apareciam *a priori* sob uma forma dupla, ideologicamente construída, a saber, por um lado, como vítimas do satânico regime de Milosevic, regadas pelas lágrimas de crocodilo ocidentais, enquanto ainda podiam ser fotografados na sua miserável e imediata expulsão em solo doméstico, e, por outro, como sujeitos suspeitos do crime de migração, desde que por sua vez ameaçassem transpor as fronteiras da UE. Segundo esta linha de raciocínio, as massas de refugiados albaneses do Kosovo viram o seu estatuto de refugiados “politicamente” reconhecido (e aproveitado para fins legitimatórios), mas, na sua maioria, não lhes foi franqueada a entrada no mundo protegido do império democrático, sendo mantidos, contra a sua vontade, em campos que se assemelhavam a campos de concentração: “Em território macedónio e albanês [...] a NATO estabeleceu, em estreita cooperação com organizações de ajuda humanitária e organizações não-governamentais (ONG) internacionais, um extenso sistema de campos de retenção em que os refugiados foram internados. O termo ‘internados’ descreve exactamente as condições da existência nos campos – contactos com o mundo exterior são quase impossíveis, os visitantes conseguem apenas entrar nos campos, cercados de altas vedações de arame e vigiados por polícias armados e com cães, após passarem por rigorosos controlos de entrada e longos tempos de espera. Quem vive no campo é confinado à passividade e está condenado à dependência total. Sobretudo nos campos situados na Macedónia surgiram repetidamente revoltas e tentativas de evasão em massa, durante as quais as vedações foram arrasadas, e patrulhas da polícia e colaboradores de ONG foram atacados” (Seibert 2000).

Campos de internamento deste tipo mostram em termos simbólicos o que se pretende que a região de miséria “libertada” e generosamente “devolvida” aos seus ocupantes étnicos (ou, melhor dizendo, aos seus quadros dirigentes mafiosos) venha a ser: nada menos que uma etnoprisão. O verdadeiro modelo, embora não seja abertamente admitido, são as “*homelands*” do *apartheid* sul-africano: protectorados de pobreza e miséria pseudo-estatais e pseudo-independentes para a maioria populacional negra sob a batuta do Estado racista branco. É precisamente isto que agora acontece no plano global, de um modo em tudo semelhante, nas regiões em colapso. A etnicização natural e espontânea da concorrência é repescada positivamente pela polícia mundial e transformada em legitimação para a construção de *homelands* étnicas para os “supérfluos” no espaço do mercado mundial universal. Deste modo, a administração do estado de necessidade da miséria socioeconómica não resolvida é coberta com um manto “cultural”.

Por isso, é assaz hipócrita que ideólogos adutores da democracia, como o historiador londrino Mark Mazower, declarem, com um sorriso de orelha a orelha, que a queda de Miosevic significou “o fim da política de sangue e solo na Europa” (Mazower 2000) e afirmem: “O triunfo da democracia [...] não acabou de uma vez por todas com o extremismo político e a intolerância étnica. No entanto, estas atitudes existem agora num contexto pluralista. Já são apenas um aspecto de uma realidade que também nos Balcãs está marcada pela mudança da economia mundial” (*ibidem*). Em boa verdade, a nova “tolerância étnica” do Ocidente talvez seja ainda mais perversa que a “intolerância étnica” autóctone das regiões em crise. Ambas são apenas variantes de uma continuação da concorrência por outros meios. A tolerância étnica da parte das intervenções imperiais não significa outra coisa senão uma nova política de sangue e solo do próprio Ocidente, ou seja, uma suposta administração da crise por intermédio de *homelands* étnicas. Os administradores imperiais da crise querem um “pluralismo das etnias”, um pluralismo de sangue e solo formado por pequenas e pequeníssimas etnoprisões, para conter a pressão migratória global.

Não podem passar em claro os empréstimos contraídos junto da “ideologia alemã” outrora específica, o constructo “étnico” irracional, de sangue e solo, criado por Herder e Fichte para a formação da nação alemã, que abasteceu de munições culturalistas a ascensão da Alemanha a grande potência até 1914, para depois ser agudizada e executada pelos nazis, até ao crime contra a humanidade do Holocausto. No entanto, sob a direcção do “imperialismo global ideal” liderado pelos EUA, este constructo é objecto de uma ampla redefinição, para dar resposta às novas necessidades de exclusão no contexto da globalização. De ora em diante, a ideologia nacionalista já não se encontra ao serviço de um imperialismo de expansão nacional, mas, inversamente, de facto, ao serviço de um imperialismo de exclusão supranacional.

Por conseguinte, a ontologia do étnico também não é atribuída de modo legitimatório à própria existência que, pelo contrário, deve ser positivada enquanto globalizada, mas, sim, proclamada como condição específica da existência dos que caíram fora do sistema. A identidade étnica não se apresenta como auto-interpretação imperial, sendo antes instrumentalizada para a estigmatização dos miseráveis. Por isso, o que está em causa também já não é a construção de um “grande corpo” nacional, como o Império Alemão e o Império Nazi, mas sim, pelo contrário, a criação do maior número possível de “pequenos corpos” étnicos. Construções étnicas de uma “grande Albânia”, uma “grande Sérvia” (ou também de um “grande Israel”) são recusadas ou vistas com desconfiança – quanto mais pequeninos forem os bichos do zoo étnico, e, obviamente, as suas jaulas, tanto melhor, no sentido da política de “dividir para reinar”.

Pelo mesmo motivo, a ideologia culturalista instrumental da segurança e exclusão do “imperialismo global ideal” dirige-se antes de mais contra as ideologias religiosas de crise, e sobretudo maciçamente contra a sua variante islâmica. Pois o recurso a interpretações religiosas implica, por assim dizer, um contra-universalismo bárbaro e, assim, ligações de grande envergadura, que são muito mais difíceis de combater com os meios da polícia mundial do que os microgrupos étnicos mutuamente incompatíveis no zoo étnico pluralista. A concepção do imperialismo da exclusão, surgida naturalmente e elaborada de modo tacteante, resume-se, portanto, a uma dupla estratégia: por um lado, uma autodefinição universalista, através do mercado mundial e do capital transnacional (talvez ainda com um ideológico olhar de soslaio para os “valores cristãos do Ocidente”); por outro, um “reconhecimento” negativo, totalmente contrário, dos outros, dos inúteis a pacificar, através do pluralismo de sangue e solo em *homelands* étnicas, que são administradas como protectorados pela polícia mundial e pela assistência social mundial.

É um facto que também esta concepção acaba por estar condenada ao fracasso, por falta de substância económica, quer por ser impossível calafetar suficientemente as jaulas étnicas, quer porque as populações vizinhas, etnicamente definidas pela própria polícia mundial, voltam periodicamente a atacar-se entre si, requerendo um grande e dispendioso esforço de segurança. Mas esta concepção, afinal, tal como as intervenções militares directas e as verdadeiras guerras de ordenamento mundial, não serve para encontrar uma verdadeira resolução da crise mundial, mas pretende apenas ganhar tempo, contendo e administrando a crise mundial. Os pragmáticos vão-se mantendo nas suas próprias contradições até nelas se afogarem.

6. A COMUNIDADE DOS DEMOCRATAS

Não só as concepções do imperialismo da segurança, mas igualmente as do imperialismo da exclusão acabam por estar condenadas ao fracasso, uma vez que são incoerentes em si mesmas e não querem outra coisa senão manter em vigor em todas as circunstâncias uma forma de reprodução social que se tornou insustentável. É também por isso que a pressão migratória se revela mais forte que todas as medidas de exclusão. Por muito brutal que seja o procedimento dos guardas fronteiriços do *limes* exterior e por muitas que sejam as pessoas retidas nas *homelands* étnicas dos protectorados, ainda resta um número suficiente de refugiados e migrantes que de algum modo conseguem passar pelas malhas para surgirem nos países do centro, eles próprios já tornados instáveis, como uma “massa problemática” adicional.

Estrangeiros nacionais como recursos humanos

Sobrepõem-se aqui várias camadas migratórias oriundas de diversos períodos da história do pós-guerra, criando-se várias categorias de “forasteiros” ou “estrangeiros” de modos diversos convertidos em “nacionais”. No essencial trata-se de três categorias de migrantes que, formalmente, têm estatutos diversos, embora as fronteiras sejam fluidas, tanto em termos oficiais e jurídicos como na percepção pública.

A primeira categoria consiste, em parte, em trabalhadores ditos “convidados” que, na época há muito defunta do “milagre económico” fordista dos anos 60 e 70 do século passado, foram angariados pelos próprios centros capitalistas, devido à falta de mão-de-obra que então se fazia sentir; noutra parte, no caso das antigas potências coloniais como a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e os Países Baixos também se trata de migrantes provenientes do espaço das antigas colónias. Muitos deles há décadas que vivem legalmente com as suas famílias nos países centrais capitalistas. Em proporções diversas de acordo com o país também adquiriram a nacionalidade correspondente, embora nos vários países esta questão (com destaque para a “dupla cidadania”) seja resolvida de modos muito diversos, sendo frequentemente alvo de um tratamento restritivo.

A segunda categoria consiste nos migrantes legais ou semilegais da “segunda leva” que já foi impulsionada pela globalização e pela crise mundial capitalista desde os anos 80 do século passado. Aqui trata-se, por um lado, de uma massa de requerentes de asilo que aumentou exponencialmente nos anos 80 e 90, e que, invocando a sua perseguição política nas ditaduras de crise e regiões em guerra civil e decomposição globais, fazem apelo às diversas leis de asilo dos países ocidentais, as quais em parte tinham sido decretadas após a Segunda Guerra Mundial, pressionadas pelas perseguições racistas e anti-semitas, apenas para lançar uma luz favorável sobre a democracia. De acordo com a medida em que essas leis são aplicadas restritivamente, uma esmagadora parte dos requerentes de asilo vê-se remetida para um estatuto de expectativa do seu “reconhecimento” que pode arrastar-se ao longo de anos. Em boa verdade, apenas uma parte relativamente diminuta acaba por ser reconhecida.

Por outro lado, esta segunda categoria é composta por uma força de trabalho recém-recrutada, mais uma vez apesar e precisamente por causa da crise. Tal facto, à primeira vista surpreendente, explica-se pelas convulsões da própria crise socioeconómica mundial. Estas convulsões criam, por assim

dizer, uma necessidade secundária de força de trabalho, por um lado, no topo e, por outro, no fundo da escala laboral; necessidade essa que não entra em contradição com o crescimento do desemprego, inserindo-se antes na sua lógica.

Assim, o desemprego maciço é frequentemente acompanhado de uma relativa falta de mão-de-obra especializada. A razão é a mesma, a saber: a política da redução de custos a qualquer preço. Por um lado, postos de trabalho são abolidos com recurso a maquinaria de alta tecnologia e a novas tecnologias de comunicação, por outro lado, também se poupa nos elevados custos da formação de mão-de-obra especializada, sendo esta, em seguida, contratada noutra qualquer através de um processo de *outsourcing*, uma vez mais, obviamente, ao menor preço possível. Isto pode passar pela adjudicação de determinadas tarefas, como o desenvolvimento de *software*, a empresas situadas, por exemplo, algures na Índia ou na Bulgária, ou, inversamente, mandando vir especialistas indianos ou búlgaros. Por outras palavras, as grandes empresas ocidentais apoderam-se do “capital humano” formado, com elevados custos, noutras partes do mundo (na maior parte dos casos ainda na esperança de um desenvolvimento autónomo), sem terem de pagar essa formação. Este processo não difere nada do modo como em tempos a RFA tirava proveito dos custos da formação na RDA, através dos refugiados altamente especializados desta última. Evidentemente isto foi chão que deu uvas, visto que, juntamente com as estruturas económicas, na periferia (e já mesmo nos próprios centros), as instituições de ensino estão a cair de podres. Mas, transitoriamente, este “recurso humano” pode ser aproveitado.

Em determinadas áreas, este turismo dos especialistas assume traços caricatos, por exemplo, quando o clero católico alemão vai pescar padres *low-cost* à periferia: “A falta de vocações faz com que os bispos católicos tragam para a Alemanha cada vez mais padres estrangeiros. São cobiçados sobretudo os polacos e os indianos [...]. Há um ano, Peter Paul Thenayan, de 56 anos, proveniente da diocese de Cochim, no Sul da Índia, se ocupa, juntamente com um compatriota, da paróquia bávara de Weilheim [...]. Durante os primeiros três meses em Weilheim, Peter Paul ganhava 770 marcos como auxiliar. Agora chega aos 2500 marcos limpos por mês [...]. Para [...] prevenir qualquer percalço, a diocese de Augsburg elaborou um programa de formação de três anos. No primeiro ano, os clérigos aprendem a língua alemã e, de passagem, familiarizam-se com idiossincrasias bávaras, tais como a mão de porco, os chifres de veado e os calções de cabedal [...]” (Korosides 2001).

Na outra ponta da escala estão, em parte, os sujeitos e pouco qualificados empregos mal pagos como os de ajudantes de colheita no *business* agrário, actividades de serviço e limpeza na hotelaria e em lares privados, serviços de cuidados extremamente mal remunerados na área da saúde, etc., que, apesar do desemprego maciço, padecem de uma falta de mão-de-obra que é suprida com recurso a pessoal auxiliar estrangeiro. Isto aplica-se especialmente à parte europeia continental do centro capitalista, onde o Estado-providência fordista ainda não está completamente dissolvido e onde, apesar de um desmantelamento contínuo, determinados direitos sociais adquiridos pelos desempregados podem ser impostos juridicamente, o que significa que (ainda) não têm de aceitar qualquer emprego de miséria.

Tanto no caso dos empregos de topo da pequena minoria de cobiçados especialistas como no dos empregos de miséria pouco qualificados na base da pirâmide laboral, ainda acresce outro factor que torna a mão-de-obra proveniente das periferias do Leste e do Sul barata, a milhas de qualquer concorrência, a saber: a taxa de câmbio. Dois a cinco euros de salário por hora estão, para franceses ou alemães, incontestavelmente abaixo do mínimo de subsistência, mas para mão-de-obra polaca, búlgara, sérvia ou indiana podem constituir uma proposta interessante, porque, devido à desvalorização das moedas locais, o poder de compra de um euro nos seus países de origem é várias vezes superior ao que tem na Eurolândia. Sem estes irregulares empregos *low cost*, que, em todo o caso, apenas são possíveis como consequência indirecta da crise monetária global, ramos inteiros da economia, como o *business* agrário ou os cuidados médicos, teriam de fechar nos países centrais do capitalismo. Noutros ramos (sobretudo na construção civil) surge do mesmo modo uma concorrência a baixo preço que subverte todos os acordos colectivos de trabalho e tem por

consequência despedimentos colectivos dos trabalhadores assalariados nacionais (situação que, por regra, em vez de produzir crítica social provoca uma reacção racista).

Este sistema de uma força de trabalho secundária também é possível, porque, contrariamente aos migrantes fordistas dos tempos do milagre económico, na maioria dos casos não está em causa uma migração duradoura, mas de relações laborais a prazo ou meramente sazonais, ou seja, de um permanente “vaivém fronteiriço” de migração laboral passageira – frequentemente em condições degradantes, como alojamentos em contentores ou mesmo em tendas, colchões toscos em pequenos apartamentos sobrelotados, etc.

A terceira categoria consiste em refugiados e imigrantes clandestinos que passaram a salto ou pelo mar, por sua conta ou com a ajuda de bandos de traficantes. Muitos dos requerentes de asilo recusados incluem-se também neste grupo, tendo passado à clandestinidade antes de poderem ser expulsos. Mas há uma percentagem cada vez mais elevada de deportados que voltam repetidamente, porque o inferno das regiões em colapso continua a ser mais insuportável que o purgatório da fuga e da perseguição nas zonas democráticas.

A caça ao homem no interior e o terror da deportação

Assim se formou, em todas as regiões mundiais do centro imperial, tanto nos EUA e no Canadá como na Austrália e na UE, um sedimento social de “ilegais”, pessoas “sem papéis”, ou com passaportes falsos, inseridas em relações laborais e sociais ilegais: verdadeiros párias nas zonas democráticas, cuja mera existência refuta a ideologia dos direitos humanos. Esta clandestinidade social dos migrantes ilegais constitui o objecto de uma caça ao homem permanente e abrangente dos aparelhos democráticos de violência, de segurança e de justiça, mesmo no interior das fronteiras imperiais. Os ilegais, as massas sem direitos da vagabundagem transnacional, devem ser apanhados, internados e “repatriados” para as zonas do planeta para eles previstas.

Em todos os países do centro, as disposições restritivas que regiam a imigração e o asilo sofreram um endurecimento draconiano nos anos 90 do século passado. Através de um podre compromisso transversal ao espectro partidário, a classe política alemã conseguiu esvaziar completamente a lei do asilo, há muito considerada um resquício incómodo da história do pós-guerra, para, também no que respeita a pessoas perseguidas por motivos políticos ou racistas, regressar a uma política de exclusão, que sempre foi intrínseca à “ideologia de sangue e solo” da formação da nação alemã. Mas também todos os outros países ocidentais, com especial relevo para as democracias anglo-saxónicas e da Europa Ocidental e do Norte, considerados liberais devido à sua tradição, assumem, neste aspecto, traços cada vez mais “alemães”.

Além da Alemanha, as leis de asilo, imigração e estrangeiros foram também restritivamente endurecidas e reinterpretadas nos EUA, na Grã-Bretanha, em França e em Itália; e, depois de “viragens políticas à direita”, até nos Países Baixos e na Dinamarca, em tempos países especialmente encorajadores das migrações. São precisamente os Países Baixos quem está a preparar a legislação mais restritiva de toda a UE para os estrangeiros: “Os Países Baixos estão a abandonar a política liberal em relação aos estrangeiros que prosseguiram nas décadas passadas. Os três maiores partidos chegaram a um acordo sobre uma proposta de lei a condizer. O país fica, assim, com uma das leis de estrangeiros mais restritivas de toda a Europa. O espectro do populista de direita assassinado, Pim Fortuyn, continua a assolar a cidade de Haia, sede do Parlamento e do Governo holandês. A opinião de Fortuyn, segundo a qual os grandes problemas do país nas áreas da saúde, do ensino e da segurança são causados por imigrantes, reflectir-se-á sem dúvida no programa do novo Governo [...]. Prevê-se que pessoas que queiram estabelecer-se no país tenham de suportar no futuro elas próprias os custos da imigração, conseguindo-se, assim, que pessoas de reduzida formação e pobres deixem de emigrar para os Países Baixos. Pessoas que já se encontrem no país e pretendam o reagrupamento familiar têm de demonstrar que dispõem de um rendimento mínimo de 19 000 euros [...]. Para mais, também são tornadas mais restritivas as condições aplicáveis aos

filhos dos imigrantes [...]. Discute-se também se deverão ser utilizados aviões militares para o transporte de requerentes de asilo recusados e de ilegais [...]" (*Neue Zürcher Zeitung*, 17.6.2002).

Ultimamente, a mesma má imagem nos chega também da Dinamarca. Após um acordo com o Partido Popular da Dinamarca, populista de direita, o Governo liberal-conservador endureceu drasticamente as leis de estrangeiros e de imigração: "Deste modo, a Dinamarca, considerada liberal, terá a partir do dia 1 de Julho uma das leis de imigração mais draconianas de toda a Europa. No futuro, o reagrupamento familiar será quase impossível. Quem quiser mandar vir para a Dinamarca marido, mulher ou filhos, terá de depositar uma garantia bancária de quase 7000 euros [...]. Uma autorização de residência, que até à data já era atribuída ao fim de três anos, de futuro apenas será disponível ao fim de sete anos, durante os quais as prestações sociais serão também fortemente restringidas. Mas, antes de mais, o requerente tem de provar que domina o dinamarquês como um aluno do nono ano, ou seja, na perfeição. Além disso, é exigido um juramento de fidelidade à Constituição. O secretariado das Nações Unidas para os refugiados teceu duras críticas a esta legislação" (*Handelsblatt*, 13.5.2002).

No final do mês de Junho de 2002, na cimeira do Conselho Europeu, os chefes de Estado e de Governo da UE prometeram envidar esforços comuns para a contenção dos fluxos migratórios e acordaram "um reforço da cooperação no intercâmbio de dados e conducente à elaboração comum de programas de repatriação" (*Neue Zürcher Zeitung*, 24.6.2002) para a caça aos ilegais. No caso de uma insuficiente "cooperação" a este respeito, países terceiros da periferia são abertamente ameaçados com sanções e reduções de financiamentos.

Debates semelhantes também decorrem, há alguns anos, no Japão, que, com uma autocompreensão etnonacionalista inabalável, à semelhança da Alemanha, como parte do centro capitalista, tem especiais dificuldades em lidar com o número crescente de migrantes laborais legais e ilegais: "As vozes que clamam por sanções mais duras têm de ser vistas perante o pano de fundo de que tanto o desemprego como as passagens ilegais da fronteira sofreram aumentos pronunciados [...]. Nos últimos meses multiplicaram-se sobretudo as notícias sobre uma imigração ilegal proveniente da China, havendo também muita gente à procura de emprego oriunda de países do Médio Oriente, das Filipinas, da Coreia e mesmo do Brasil, país de origem da maior colónia de estrangeiros residente no Japão [...]. Num caso concreto, já foi desmembrado um bando de traficantes conhecido por 'Cabeça da Serpente'. Esporadicamente ouve-se falar de detenções [...]" (*Neue Zürcher Zeitung*, 7.10.1998).

Um pouco por toda a parte, a caça aos ilegais, o seu internamento e a sua deportação assumem traços especialmente malignos, porque as populações, os governos e os aparelhos do centro imperial consideram o cúmulo da impertinência que os resultados humanos da miséria global causada pela economia de mercado tenham conseguido chegar até aos jardins das moradias e às zonas pedonais locais. Aqui, o aparelho democrático de justiça e segurança ignora qualquer sensibilidade humana, quaisquer barreiras morais e as obrigações mais elementares; não se abstém de qualquer baixeza nem atrocidade. Se quisermos procurar exemplos de um modo de agir semelhante, teremos de recuar aos tempos da escravatura ou à máquina de selecção dos nazis.

O que é especialmente pérfido neste contexto é que existe uma zona cinzenta entre a "tolerância" e a ilegalidade, que contém uma forte medida de arbitrariedade: pessoas "toleradas" transitoriamente podem converter-se em qualquer altura em detidos à espera de serem deportados, permanecendo o seu estatuto incerto até ao fim, tendo a "tolerância" frequentemente a única função de tornar os invisíveis visíveis aos aparelhos e de os deixar à mercê dos mecanismos de selecção. A situação completamente indefesa e destituída de direitos destas pessoas leva a medidas que roçam o sadismo, em que as instituições do Estado e as forças policiais directamente envolvidas costumam passar por uma determinada instrução em brutalidade e embrutecimento, muito à semelhança do que acontece com os dispositivos democráticos de "auxílio" e de "paz" nas zonas de pacificação exteriores.

Os métodos de detecção e deportação, eufemisticamente designados pelas burocracias "gestão do regresso", são um pesadelo pegado. Os serviços alemães de estrangeiros, a título de exemplo, instigados pelos endurecimentos sucessivos do discurso político e jurídico, não se detêm perante

nada. Homens são separados das suas mulheres; crianças, dos seus pais, não sendo raro que crianças sejam postas num avião, abandonadas a si próprias. Assim, a administração interna de Berlim quer deportar para a Costa do Marfim um rapaz de dezasseis anos que vive com o pai: “Um homem, uma mulher, três filhos. Ele engenheiro numa grande empresa americana em Berlim; ela, escriturária num gabinete de advogados [...]. Uma família alemã normalíssima, portanto, e ainda assim um ‘processo’ administrativo. Pois entra pelos olhos dentro que o homem é africano, e o seu filho Yannick, que frequenta actualmente um liceu francês em Berlim, deve regressar para donde veio ilegalmente, dez meses antes, para a Costa do Marfim – é esta a vontade do Serviço de Estrangeiros de Berlim” (Broder 2001).

Dois irmãos de Neumarkt vivem sob uma ameaça semelhante: “Os irmãos Silvester e Sead, de onze e treze anos, que vivem em Neumarkt há sete anos, arriscam-se a ser expulsos para o Montenegro. A ambos os rapazes, que vivem com os avós, fora entregue pelo Landratsamt, correspondente ao governo civil, enquanto autoridade executiva do Ministério do Interior bávaro, uma injunção no sentido de abandonarem o país até ao dia 31 de Julho [...]. Segundo a lei de estrangeiros em vigor, os dois não podem basear-se na presença dos avós para requerer um direito de residência permanente na Alemanha. A única hipótese teria sido serem adoptados pelos avós, mas esta foi recusada pelo tribunal de comarca de Neumarkt, dizendo que o direito jugoslavo não permite uma adopção por parte de parentes directos” (*Nürnberger Nachrichten*, 19.7.2001).

É em tudo semelhante o caso da turca Basak, de doze anos, que vive em Hamburgo, também em casa dos avós. Do pai, na Turquia, perdeu-se o rasto; a mãe é doente mental. Ainda assim, o Serviço de Estrangeiros insiste na expulsão da rapariga rumo a um futuro incerto – de facto, para uma vida de miséria, como criança de rua: “O caso de Basak Coklar é um exemplo de como a lei dos estrangeiros é por vezes absurda, de como quebra percursos de vida ainda antes de terem começado verdadeiramente. A integração de Basak, as suas boas notas e o prognóstico positivo de nada servem perante a letra da lei. Esta exige a sua expulsão por, há anos, os avós de Basak terem cometido um erro formal” (Ulrich 1999).

Esta rabulice de meter nojo e esta ignorância deliberada são desenvolvidas pelas autoridades em muitos aspectos com grande imaginação. Aos poucos exemplos documentados pela imprensa correspondem inúmeros outros que passam em silêncio. A prática especialmente repugnante de expulsar crianças não leva em conta nem o facto de muitas delas já terem chegado ainda bebés ou na mais terna infância à Alemanha e aí se terem criado, nem a questão de saber se é impossível encontrar os pais biológicos nas regiões em guerra e em crise, se desapareceram ou morreram. Sem aviso prévio, as crianças são levadas pela polícia, para horror e apesar do protesto dos seus colegas de turma, mesmo do meio das aulas, para serem deportadas com as suas famílias. Foi esse o caso, em Nuremberga, de Claudiu, de 17 anos, da Roménia, ou de Teuta, de 16 anos, do Kosovo. Ambos vivem na Alemanha desde a primeira infância. Os exemplos, provenientes das mais diversas cidades e regiões, nunca mais acabam. Também a condenação de familiares e a violação flagrante da legislação em vigor se começam a ensaiar sem pestanejar. Assim, o Tribunal Administrativo de Munique tinha confirmado, em Julho de 1998, a ordem de expulsão emitida pelo município não só contra “Mehmet”, de 14 anos, tido como “perigosíssimo criminoso”, mas também contra os seus pais, que havia 30 anos que viviam na Alemanha sem quaisquer antecedentes criminais, antes que tal veredicto fosse revertido por uma instância superior.

Os abusos e as brutalidades são quase infundáveis. Até a vinda legal de crianças no âmbito do reagrupamento familiar é bloqueada, com recurso a argumentos francamente absurdos: “Entre a mãe e o filho medeia uma distância de 6200 quilómetros. E, se for por diante a vontade das autoridades alemãs, assim será para todo o sempre. Na Alemanha, mais precisamente em Eschweiler, perto de Aachen (Aix-la-Chapelle), Kiran Naz Rana, uma paquistanesa de trinta anos, tem saudades do seu filho. No Paquistão, em Chak Neebay Wala, o pequeno Akbar, já com três anos, espera desde o ano de 1999, que a sua mãe o venha buscar. Mas, pelos vistos, a Embaixada Alemã em Islamabad e a secção 509 do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão não se poupam a meios para que tal nunca aconteça [...]. De acordo com o parágrafo 20 da lei de estrangeiros alemã, não há nada a saber: a Senhora Rana tem uma autorização de residência

permanente na Alemanha. Está casada com um cidadão alemão de ascendência paquistanesa [...]. Em termos jurídicos não haveria problema nenhum em mandar vir [...] Akbar, nascido no início do casamento, no Paquistão. Mas as autoridades teimam em não acreditar que Akbar seja o filho biológico de Kiran Naz Rana, pelo que negam à criança o visto de entrada. Inicialmente, a embaixada em Islamabad duvidava da certidão de nascimento e dos comprovativos de gravidez apresentadas pela mãe [...]. Cansados da guerra de papeladas e nervos, no Verão de 2001, a mãe e o filho submeteram-se a um teste de ADN por análise salivar, destinado a esclarecer definitivamente o grau de parentesco. A análise genética da saliva foi efectuada e avaliada no Instituto de Medicina Legal de Münster. O resultado: há uma probabilidade de 99,9999998 por cento de a Senhora Rana ser a mãe do pequeno Akbar. Não há valor mais elevado que possa ser alcançado num teste de ADN [...]. Mesmo assim, continuando a não querer reconhecer os pareceres de genética humana, no Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão enveredaram pela hipótese seguinte: afinal podia acontecer que a Senhora Rana tivesse, no Paquistão, uma gémea homozigótica, uma irmã que não pudesse ser distinguida dela em termos genéticos, podendo ser ela a mãe do pequeno Akbar [...]. O facto de a Senhora Rana não ter nenhuma irmã gémea não incomoda os burocratas [...]. Os oficiais estão redigidos num tom capaz de fazer crer que se trata de um inimigo do Estado, e não de uma criança em tenra idade [...]. No Instituto de Medicina Legal da Universidade de Münster constata-se ultimamente que a dúvida sistemática relativamente a pareceres de ascendência com base no ADN, por parte de burocratas tão ignorantes quão obstinados, se propaga ‘como a peste’ [...]” (Rückert 2002).

Como se não bastasse, não foi este o único caso em que as autoridades retiraram o *dossier* aos institutos universitários oficiais para mandarem elaborar duvidosos “contrapareceres” por um instituto privado de investigação dos grupos sanguíneos pertencente ao biólogo Jürgen Henke e riscarem os médicos legais sérios da lista de peritos. A maldade estrutural dos aparelhos anónimos, em que encarnam os instintos mais baixos do carácter sistémico, tornam-se assim a marca distintiva da individualidade de burocratas que fazem suas as intenções difusas do todo social negativo e, precisamente com respeito aos migrantes e refugiados, pouco seguros do seu estatuto jurídico ou mesmo já sem esse estatuto, se deliciam numa arbitrariedade tão tenebrosa que nem a imaginação de um Franz Kafka poderia ter ido mais longe.

É de arbitrariedade que se trata quando casamentos entre mulheres alemãs e estrangeiros, sobretudo provenientes da África subsariana, são desqualificados pelas autoridades com o predilecto pretexto de serem “de conveniência”, para poderem expulsar os homens, apesar de a situação jurídica não o permitir. Frequentemente, as mulheres têm de se sujeitar a procedimentos aviltantes e abrir a sua intimidade ao escrutínio das autoridades para delas poderem obter a concessão de que afinal talvez se trate de um “verdadeiro” casamento, podendo tal conclusão depender da disposição momentânea do funcionário. Muitas vezes, os serviços de estrangeiros apenas querem levantar a proibição de entrada, mesmo para maridos comprovadamente “verdadeiros”, se as mulheres assumirem os exorbitantes custos de deportação antes causados pela arbitrariedade dos próprios burocratas. Entretanto, a Dinamarca resolveu o problema de um modo tão brutal quanto simples: proibiu pura e simplesmente os casamentos entre cidadãos dinamarqueses e requerentes de asilo.

Também se trata de arbitrariedade quando os serviços de estrangeiros, ao despacharem pedidos de prorrogação de autorização de residência, vão prolongando a seu bel-prazer as listas dos atestados requeridos, até ao abuso de exigirem a indicação do tamanho da habitação não só em metros quadrados, mas igualmente em metros cúbicos, ou exigirem uma declaração do casal dizendo que não têm intenção de se separar. Mulheres iranianas são obrigadas, através de violência policial, a tirarem uma fotografia do tipo passe de lenço na cabeça, e residências comunitárias criadas por organizações de auxílio para as crianças refugiadas são “forçadas à rendição pela fome” pelas autoridades. A arbitrariedade, os abusos e a tática de desgaste também presidem, repetidamente, à distribuição de “embalagens alimentares” (em vez de dinheiro ou senhas de valor) como contributo à subsistência de requerentes de asilo. Assim se diz, numa das numerosas queixas, vinda desta vez de um distrito na Baixa Francónia: “Dizem que os alimentos são pouco variados. Por vezes, até a data de validade está ultrapassada. Para os lactentes, não há leite em pó adequado à idade nem

fraldas. Além do mais, nalguns casos, requerentes de asilo de fé islâmica teriam recebido produtos com carne de origem suína [...]. No passado também já tinha havido problemas com a distribuição central das embalagens alimentares na Francónia Central. Também nesses casos, refugiados e grupos pró-asilo que os apoiam tinham criticado a falta de qualidade das rações de três dias, além do facto de o preço facturado ao Governo pelo fornecedor, de 25 Marcos por embalagem, ser demasiado elevado” (*Nürnberg Nachrichten*, 3.6.1998).

Maldades deste género até poderão parecer brincadeiras de mau gosto quando comparadas com a prática, cada vez mais disseminada, das autoridades de, através de processos judiciais, devolverem ao estatuto da incerteza mesmo requerentes de asilo reconhecidos em tribunal, e, em flagrante violação da legislação em vigor e com base em pretextos absurdos, deportarem mesmo vítimas de tortura para os seus “países natais”. Na RFA, este procedimento é tão sistemático que já tem de ser documentado anualmente: “É uma documentação do horror, e este não há maneira de chegar ao fim. Sob o título ‘Da Alemanha para Câmara de Tortura Turca’, o movimento pelo direito de asilo Pro Asyl e o conselho dos refugiados da Baixa Saxónia já apresentaram pela terceira vez uma lista de curdos requerentes de asilo que foram recusados na Alemanha e deportados, tendo sido presos e maltratados no seu país de origem por motivos políticos. Responsáveis pelas doze novas tragédias humanas são os flagrantes erros de avaliação de chefes de serviço e juízes alemães. E, num caso ocorrido na Baviera, até um modo de proceder que, na listagem, é designado inequivocamente como contrário à lei: embora a agência federal de asilo já tivesse concordado com uma revisão do processo de atribuição de asilo, o serviço de estrangeiros de Rottal-Inn ainda aproveitou para expulsar, em Setembro de 1997, o curdo Duran Y. de 31 anos. Este foi parar directamente à câmara de tortura. Durante quatro anos, Y. foi mantido preso e torturado por forças de segurança turcas [...]. Uma fotografia documenta os resultados: mostra as costas martirizadas de Y., cobertas de hematomas do pescoço até às nádegas [...]. Mesmo deportados que não desempenhem funções de destaque [...] são apanhados nas malhas da maquinaria de tortura turca – e disso nem a mais solene geminação de cidades os salva. Assim, consta da documentação o caso da simpatizante do PKK, Can I., que foi torturada na cidade geminada de Nuremberga, Antalya [...]. A curda teve de se despir por completo, foi insultada e ameaçada de violação, e foi banhada durante uma hora com água fria [...]. No entanto, tanto a agência federal como os juízes recusaram ‘com justificações estereotipadas’ todos os pedidos de asilo [...]. Negaram a existência de uma perseguição que visasse um grupo, banalizaram o procedimento como ‘correspondente aos costumes do país’ (!) e ‘mero assédio’ e remeteram para a alternativa de uma fuga dentro do próprio país [...]” (Woratschka 2000).

Um pesadelo documentado também é o destino da família Akyüz que se viu posta num carrossel de horror de várias sessões de tortura na Turquia, seguidas de fuga e sempre novas expulsões de volta à câmara de tortura: “A odisseia de fuga e perseguição da família Akyüz começou no início dos anos 90 do século passado na sua aldeia de Sivrice no Sudeste da Turquia, perto da fronteira com a Síria. Membros das forças armadas turcas quiseram obrigar Abdulcabbar Akyüz a trabalhar para o exército como “protector de aldeia”. Depois de recusar, foi várias vezes preso e torturado como ‘apoiantes do PKK’ até conseguir fugir para a Alemanha. Em Junho de 1993, fez um pedido de asilo que foi recusado como ‘evidentemente desprovido de justificação’ [...]. Após a fuga do pai, a família restante tinha ficado na mira dos militares turcos. Choveram ameaças e mais ameaças e também pancada. Tanto Emine Akyüz como o seu filho mais velho, na altura com dezasseis anos, foram várias vezes levados à força para a esquadra de polícia e violados. Dois pareceres do centro psicossocial de Frankfurt para vítimas de tortura e violência organizada o confirmam [...]. No Verão de 1995, a família conseguiu fugir para a Alemanha. Em 1997, o seu pedido de asilo foi recusado pelo tribunal de comarca de Wiesbaden, tendo a família pedido a revisão do processo de atribuição de asilo. Após o fim da moratória às deportações para a Turquia, Abdulcabbar Akyüz foi expulso para a Turquia pela primeira vez em Julho de 1998. Já no aeroporto de Istambul, foi preso como ‘terrorista arménio’ e torturado com choques eléctricos. Após mais prisões e sessões de tortura em Sivrice, voltou a fugir em 1999 [...]. O pedido de revisão do processo de atribuição de asilo, apresentado pelo seu advogado, não foi reconhecido, uma vez que, de acordo com a norma actual, o refugiado tem de apresentá-lo pessoalmente. Ainda antes de Abdulcabbar Akyüz poder fazê-lo, foi

preso no final do mês de Janeiro. Quando, na detenção, à espera de ser deportado, teve graves problemas cardíacos, foi transferido para a enfermaria da penitenciária de Höchst e, depois de ter alta, foi expulso no dia 17 de Fevereiro – embora a revisão do processo ainda estivesse em curso. Em Istambul, foi recebido por uma ‘unidade antiterrorista’, cujos membros voltaram a torturá-lo. Depois da sua libertação, passou pelo mesmo em Sivrice e na capital de distrito, Midyat. Desde então, está a esconder-se na região. Apesar das novas justificações do seu estatuto de perseguido, o tribunal administrativo de Wiesbaden recusou em Abril um pedido urgente que teria tido um efeito suspensivo relativamente à deportação da família Akyüz. O juiz competente negou-se a inquirir os requerentes de asilo e a ter em conta os referidos pareceres [...]" (Dreis 2000).

O sistemático conluio entre os serviços municipais de estrangeiros e a justiça, exemplificado de um modo especialmente repugnante neste caso pelo município de Wiesbaden, que, assim, adquiriu uma celebridade pouco abonatória, funciona às mil maravilhas quando se trata de vítimas de tortura provenientes da Turquia, país parceiro na NATO. A cumplicidade com o regime torturador desse país é tão forte que, em tais ocasiões, as autoridades não têm o mínimo problema em fazer pouco caso dos critérios do direito de asilo já reduzido.

No entanto, também estão documentados casos semelhantes relativamente a outros países, onde os deportados se arriscam a ser torturados e condenados à morte. Assim, o activista *sikh* Singh Bhullar foi expulso em 1995 de Frankfurt para a Índia, e ali, depois de preso, constrangido a uma confissão e julgado, acabou no corredor da morte: “Iniciativas na Alemanha falam de uma ‘catástrofe’. Bernd Mesovic, da Pro Asyl, disse que, de acordo com o seu conhecimento, se trata do primeiro caso em que um refugiado que foi deportado com base num despacho erróneo agora se arrisca a ser executado depois de ser condenado em tribunal” (Wagner 2002).

Além disso, pode falar-se taxativamente de uma “enorme vontade de expulsar” (Dreis, *ibidem*) dos serviços de estrangeiros. Também pessoas afectadas por doenças gravíssimas são expulsas sem hesitação, não raramente para uma morte certa. Mais um destino de curdo: “O curdo Mustafa Dana, portador de deficiência grave, a quem hoje se pretende expulsar para a Turquia após uma estada de 20 anos em Erlangen, de acordo com o parecer do pneumologista de Erlangen, Dr. Wolfgang Brock, ‘não está apto a voar’. Devido à sua grave asma brônquica, a deportação prevista pode ter por consequência a morte por asfixia deste homem de 46 anos, segundo avisa o especialista de Medicina Interna num atestado. Contradizendo um médico da penitenciária de Nuremberga, que tinha atestado ao homem a aptidão para voar [...]. Como relatámos anteriormente, Mustafa Dana tinha fugido para a República Federal da Alemanha depois de, no seu país, ter sido espancado a ponto de ter de receber tratamento hospitalar, e depois de lhe terem incendiado a sua empresa de tecelagem [...]" (*Nürnberger Nachrichten*, 28.10.1999). Outro médico vê-se constrangido a relatar: “Sigo um albanês que é paciente de diálise e que, ainda assim, pretendem deportar para o Kosovo. Acontece que há uma peritagem oficial estabelecendo que ali não existem quaisquer instalações em que se pudesse fazer a diálise. Para o homem, a deportação equivaleria à sentença de morte” (*Nürnberger Nachrichten*, 11.6.2001).

Os casos documentados ou que foram relatados na imprensa também neste aspecto não passam da ponta de um icebergue. Ao lermos os relatos, poderíamos chegar à conclusão de que, nos democráticos serviços de estrangeiros e aparelhos executivos se acumula algo como a escumalha da humanidade. Por vezes também parece ser exercida uma pressão indirecta pelos governos e autoridades sobre os juízes supostamente independentes que têm de tomar decisões acerca de deportações; por exemplo, ameaças de a sua carreira vir a ser alvo de uma involuntária “travessia do deserto”.

É a suspeita que é sugerida pelo caso de um juiz de Nuremberga que não se vergou e pôs a descoberto semelhantes práticas: “Uwe Stark é o juiz de instrução que, no caso de um detido à espera de ser deportado (do sudanês Abdalla), declarou estar em conflito de interesses. A sua justificação: no Serviço de Estrangeiros de Nuremberga ter-lhe-iam explicado que o ministro do Interior, Günther Beckstein, queria ‘cortar a cabeça’ ao juiz que libertasse o detido. Mesmo após os desmentidos mais vigorosos vindos do Ministério do Interior e do Serviço de Estrangeiros, o juiz mantém a sua versão. Diz ter ouvido essa expressão com os seus próprios ouvidos no mês de Junho

deste ano. Com efeito, diz não temer o Senhor Beckstein. Mas afirma já não se sentir em posição de julgar imparcialmente o caso” (Baumer 1999). Quantas vezes poderá ser exercida uma tal pressão sem que nada disso venha à luz do dia? E quantos profissionais da justiça serão capazes de pôr a sua carreira acima da existência de uma não-pessoa humana despojada da forma do direito? Os colegas dizem do juiz Stark “que é um teimoso que não consegue coibir-se de furar a parede com a própria cabeça” (*ibidem*). Pelos vistos, o caminho do menor esforço consiste em decretar sempre a deportação institucionalmente desejada, como quem bebe um copo de água, fazendo tranquilamente a sua carreira.

À ignorância e desumanização do processo de reconhecimento, conscientemente restritivo e tendencialmente indiferente, mesmo relativamente à letra da lei, corresponde a maneira como a polícia lida com os refugiados. Tanto a caça ao homem de que são alvo as existências “ilegais” como o processo da deportação se caracterizam pela brutalidade e por cenários de horror. Quando se trata de estrangeiros ilegais, parece ser maior a facilidade de recurso à força bruta, e a arma parece estar mais pronta do que noutros casos. Em todos os países ocidentais repetem-se os escândalos, as humilhações sádicas e os graves ferimentos sofridos por ilegais que foram alvo de “tratamento policial”, as mortes mal esclarecidas e os suicídios. E, também nestes casos, o número estimado de casos não denunciados é elevado.

Eis um caso da quotidiana caça ao homem a que se assiste nas cidades alemãs: em Novembro de 2000, o curdo Davut K., de 17 anos, que, antes da sua fuga, fora preso e torturado na Turquia, estava na lista das pessoas procuradas pela polícia, devido a já ter sido decretada a sua deportação. Os agentes tomaram de assalto o centro de aconselhamento psicoterapêutico “Xenion” em Berlim, especializado no tratamento pós-traumático de vítimas de tortura, onde o jovem estava a tratar-se. Davut entrou em pânico e atirou-se da janela para o saguão: “Desde o dia 24 de Novembro, Davut está internado num hospital de Berlim com ossos fracturados e graves lesões internas. Não responde a estímulos, e os médicos que o tratam não sabem por enquanto prever se alguma vez voltará a ser capaz de se deslocar pelo seu próprio pé” (Broder 2000).

O licenciado em Psicologia, Dietrich Koch, director do “Xenion”, declarou acerca do desenrolar da acção policial, depois de os agentes terem tocado à campainha da porta do consultório: “Eu disse: Somos um consultório terapêutico, trabalhamos com gente traumatizada. Não podem entrar nas nossas instalações. Eles disseram: Há aí alguém que está na lista das pessoas procuradas [...]. Depois bateram fortemente à porta do consultório. Abri e vi cinco ou seis polícias no corredor [...]. Ouvimos um ruído como se de uma porta a bater. A isso, dois agentes, uma mulher e um homem, gritaram ‘perigo iminente’, puxaram das armas e desataram a correr, de uma divisão para a outra, como num filme. No final, a mulher-polícia abriu a janela que dá do corredor para o saguão e disse: ‘É ali em baixo que ele está, é o que dá estar armado em esperto’. Para mim, o tempo parou naquele momento” (Boder, *ibidem*). A ironia no meio disto tudo: foi aberta uma investigação, não contra a acção policial por falta de proporcionalidade, mas contra o psicólogo responsável pelo tratamento, por “resistência à autoridade e omissão de auxílio”.

Na outra ponta do processo, que é a expulsão, os detidos para deportação são metidos nos aviões, custe o que custar, rodeados de mudos cordões policiais. Quando, desesperados, se defendem, são considerados “pessoas extremamente recalcitrantes” que devem receber um tratamento especial. Neste quadro inscrevia-se, até 1999, a prática da Guarda Fronteira Alemã (BGS) de “acalmar” os detidos para deportação que tivessem entrado em pânico e se debatessem enfiando-lhes à força um capacete de mota integral negro. Um dos resultados: o caso de Aamir Ageeb. “No dia 28 de Maio de 1999, o sudanês de trinta anos morreu a bordo do voo LH 588 de Frankfurt para o Cairo – com um capacete de mota negro enfiado na cabeça e rodeado por três agentes do BGS, que durante vários minutos forçaram brutalmente o detido recalcitrante a manter-se no seu lugar” (Dahlkamp/Mascolo 2001). A partir daí a utilização do capacete passou a ser proibida, mas não desapareceu a brutalidade da prática da expulsão, que é intrínseca à mesma.

Métodos semelhantes são correntes em quase todos os países da UE, como teve de admitir o Conselho da Europa: “Como um capítulo negro em termos de violações dos direitos humanos por parte dos Estados da Europa Ocidental, o Conselho da Europa condenou a prática de deportação de

numerosos governos relativamente a imigrantes não autorizados e requerentes de asilo recusados [...]. No relatório elaborado pela suíça Ruth-Gaby Vermot-Mangold, chama-se a atenção para as queixas recorrentes desde há sete anos, no que toca a maus tratos infligidos a pessoas a deportar. Todas as organizações que investigam tais queixas referem, além disso, um nítido aumento das ocorrências nos últimos dois anos. A seu ver, isso demonstra que não se trata de casos isolados em que as pessoas à espera de serem deportadas se vêem expostas, em violação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a discriminações, linguagem racista, métodos perigosos de manietar pessoas, e mesmo a uma violência potencialmente mortal e a um tratamento desumano e humilhante. Estes métodos teriam causado um número apreciável de mortes aquando das deportações” (*Neue Zürcher Zeitung*, 2.2.2002).

O campo de concentração democrático

Nada confirma tão claramente que as medidas internas do imperialismo democrático de exclusão configuram uma guerra social contra os “caídos fora” do sistema do mercado global como a existência de um crescente número de acampamentos semelhantes a campos de concentração e espaços logísticos extraterritoriais para a massa dos migrantes, refugiados e ilegais capturados, que já se torna difícil de gerir.

Será admissível usar-se essa expressão? Existe um certo tipo oportunista de tabuização do conceito “campo de concentração” que pretende reservar o mesmo em exclusivo à prática nacional-socialista de extermínio. Mas, por muito certa que esteja a ideia de estabelecer diferenciações no meio do horror capitalista e insistir na singularidade de Auschwitz, tal ideia torna-se errada e converte-se em apologética quando o objectivo é separar hermeticamente as práticas dos aparelhos democráticos – e, em especial, do actual capitalismo de exclusão – da prática do nacional-socialismo. Tal como os nazis foram uma parte integrante da história da modernização do Ocidente e do desenvolvimento capitalista, também a prática do campo de concentração faz parte do acervo comum da modernidade e também do conjunto das democracias ocidentais.

Isto não significa que cada campo de concentração seja um campo de extermínio do tipo de Auschwitz. Mesmo no seio do nacional-socialismo alemão existia um sistema variado, com um amplo leque de modalidades de internamento, de “extermínio pelo trabalho” e de assassinio em massa industrializado dos judeus europeus. A singularidade de Auschwitz não significa que o seu local de implantação não fizesse de algum modo parte da civilização capitalista e Auschwitz nada tivesse tido a ver com as suas práticas; pelo contrário, constituiu a agudização extrema dessa lógica de extermínio que é inerente à pulsão de morte do capitalismo como fenómeno universal e se manifesta sob diversas formas e em gradações diversas. O actual imperialismo democrático da exclusão inscreve-se claramente no âmbito dessas práticas diferenciadas e, por isso, produz uma determinada forma de campos de concentração.

Deste carácter aproximam-se não só os campos de retenção e de refugiados nos protectorados e nas inseguras regiões em colapso, mas igualmente instalações aparentadas de internamento e da prática de deportação nos centros democráticos. Acresce que a transição da prisão “normal” para o campo de concentração é frequentemente sorrateira e inicialmente quase imperceptível, por exemplo, quando se anuncia no contexto do endurecimento das leis de estrangeiros nos Países Baixos: “Como hoje os Países Baixos já não dispõem prisões suficientes, está prevista a construção de várias centenas de novas celas prisionais” (*Neue Zürcher Zeitung*, 17.6.2002). Mas ao construírem-se prisões adicionais para uma determinada categoria de gente que já não é abarcada pela jurisdição civil e penal da Constituição estatal, sendo antes delincente pela sua pura e simples existência, iniciou-se um processo de transição que conduz à constituição de um “espaço de excepção”, um espaço além da forma jurídica burguesa, mas que ainda assim permanece vinculado à mesma; e, ao fim e ao cabo, um campo de concentração não é outra coisa: um não-espaço para o

encaminhamento de não-pessoas para o nada, uma emanção burocrática da pulsão de morte do capitalismo.

A mesma transição para o campo enquanto espaço de excepção ressalta nitidamente de um relato de Junho de 2002, que versava sobre o dramático estado de sobrelotação de um campo de acolhimento na ilha italiana de Lampedusa. O facto de este campo ser administrado pela Cruz Vermelha nada altera relativamente ao seu carácter, e ainda menos se nos recordarmos das condições nos protectorados da periferia, invadidos por “organizações de ajuda”. É do mesmo que falamos ao relatar-se a forma como o município de Colónia lida com os requerentes de asilo, com o beneplácito de todos os grandes partidos: “Com o alojamento em grandes centros com alimentação de cantina pretende-se tornar Colónia o menos atraente possível para os refugiados” (Beucker 2001).

Um estatuto de campo sem tirar nem pôr é o do já famigerado “centro” para refugiados não bem-vindos, na francesa Sangatte, uma pequena cidade junto do Canal da Mancha: “Este campo de refugiados sem qualquer estatuto legal, provisório na sua origem, existe desde o Outono de 1999. Dizem que, à partida, as instalações estavam concebidas para meio ano de utilização [...]. Mas entretanto já estão em serviço há três anos, e o número das pessoas que aqui vivem tem vindo a crescer a olhos vistos, em função do crescente tempo de permanência. No ano passado, [...] o centro teve de abarcar uma média de 700 a 800 pessoas. Agora consta que serão cerca de 1400 pessoas. Dantes, ficavam por alguns dias, agora, o tempo médio de permanência é de dois meses” (Schmid 2002).

Repetidas vezes, ocupantes desesperados do centro tentam escapar, como passageiros clandestinos de comboios ou a pé pelo “Eurotúnel”, que fica próximo, rumo à Grã-Bretanha: “Às ordens do seu traficante, saíram por fim do esconderijo para a luz ofuscante dos holofotes, escalararam a vedação de arame farpado e tentaram subir para um dos comboios de mercadorias que atravessam o túnel da Mancha, de 50 quilómetros, de Calais para Dover. À distância ainda se ouve o ladrar dos mastins [...]” (Nesshöver 2001). De acordo com relatos locais, os seguranças têm já atirado sobre ocupantes em fuga. Membros de uma iniciativa que milita em prol dos migrantes “relatam maus tratos infligidos aos refugiados por parte dos seguranças. Dizem que um método relativamente novo consiste em pintar o cabelo dos refugiados apanhados – um vexame que ao mesmo tempo tem a finalidade de reconhecer os migrantes que já foram apanhados” (Schmid, *ibidem*).

Na Austrália, que já se notabilizou por uma defesa contra refugiados especialmente rígida nas suas fronteiras externas, a situação ainda está um pouco mais avançada rumo ao campo de concentração. Os migrantes que conseguem chegar ao interior da “fortaleza Austrália” e depois são apanhados são internados no deserto em campos: “Cercados de arame farpado e praticamente sem contacto com o mundo exterior, esperam ser reconhecidos como refugiados. Ocasionalmente, a espera, no meio do nada, prolonga-se por anos e anos. As consequências do isolamento são trágicas. Muitos dos encarcerados sofrem de depressões. O pior são as crianças. No meio do deserto, vivem como presos de delito comum [...]. ‘Não é como um campo de concentração’, disse recentemente um homem que conhece a situação a um jornal diário australiano, ‘é um campo de concentração’. O homem trabalha num dos seis campos do Governo australiano. É a ‘pessoas do interior’ como ele que podemos agradecer o facto de o mundo ter alguma ideia do que se passa no interior dos campos de internamento. Pois não existe qualquer controlo independente. O ministro da Imigração, Philip Ruddock, responsável pelo seu funcionamento, proíbe por princípio o acesso a qualquer representante dos *media*. Recentemente, um grupo de trabalho das Nações Unidas tentou obter acesso aos campos, mas teve de desistir [...]. Devido ao aprisionamento de crianças e não só, a Austrália infringe a Convenção dos Direitos Humanos [...]” (Wälterlin 2001 b).

O Governo australiano, que nem sequer monta operações de busca e salvamento quando refugiados são dados como desaparecidos ao largo da costa australiana, permitiu que nos campos se desenvolvessem situações que até ultrapassam o horror vivido nos campos dos protectorados e das regiões em crise. Evidentemente, isso também se deve ao modo como esses campos são geridos: “Apesar de temperaturas acima dos 40 graus centígrados, não há ar condicionado. Faltam oportunidades de ocupação e entretenimento, tais como a televisão e os jornais. Cada recluso recebe um número que substitui o seu nome. Em Novembro, uma enfermeira relatou a violação sistemática

de um rapaz iraquiano. Mary Quinn acusou a firma privada que explora o campo, a Australasian Correctional Management (ACM), de ter abafado o caso, ocorrido em Woomera. A ACM é uma subsidiária da americana Wackenhut Corrections Corp., que explora, em todo o mundo, cerca de cinquenta penitenciárias com mais de 40 000 detidos (!). A empresa, controversa nos Estados Unidos, gere os campos australianos desde 1997. Em regra, os funcionários têm apenas experiência em lidar com autores de crimes graves, mas não com refugiados, muitos deles gravemente traumatizados. Desde o escândalo em torno do rapaz de 12 anos, não passa uma semana sem que o Ministério da Imigração tenha de ouvir novas acusações. Crianças de pés atados, fracturas de ossos sem tratamento, crianças em prisão solitária – as acusações, compiladas por organizações como a Amnesty International, lêem-se como um relato de horrores vindo de outro mundo [...]. O sistema do internamento forçado ainda foi concebido pelo *Labour Party*. Este hoje está na oposição – mas unicamente ao governo conservador, não à sua política de internamento” (Wälterlin, *ibidem*).

O campo de Woomera, designado “antro infernal” por opositores australianos, viu entretanto greves de fome, revoltas desesperadas e fugas que foram recebidas em todo o mundo quase como se nada tivesse acontecido: como situações que, embora não estivessem muito na ordem, seriam certamente resolvidas, não podendo prejudicar a autocompreensão democrática. Em boa verdade, em todo o lado se pode ir vendo, a longo prazo e com o avançar da crise, a via para os campos de concentração democráticos para os “supérfluos” que, segundo tudo indica, estará mais aberta nos campos australianos. Não é por acaso que estes “antros infernais” se encontram nas mãos de empresas privadas que os exploram, nem é por acaso que a sua empresa-mãe se encontra radicada nos EUA. O campo de concentração, como empresa privada destinada a gerar lucro, corresponde por completo à transformação do totalitarismo político do período entre as duas Guerras no totalitarismo económico da sociedade de mercado mundial após a Segunda Guerra Mundial e nos daí decorrentes excessos do terror económico de hoje.

Também a Bélgica começou a privatizar os campos: “Desde Dezembro que organizações privadas podem declarar-se interessadas em organizar e gerir campos de acolhimento para refugiados” (*Neue Zürcher Zeitung*, 12.12.2000). Neste contexto de endurecimento das restrições impostas aos refugiados, os Países Baixos pretendem seguir o mesmo caminho: “Os requerentes de asilo deverão ser colocados em centros de internamento fechados enquanto os seus pedidos são analisados [...]” (*Neue Zürcher Zeitung*, 17.8.2002). Na Alemanha, são determinadas instalações estatais que vão adquirindo o estatuto de campos de concentração. Para além de centros semelhantes a campos para o alojamento restritivo de requerentes de asilo, há pouco que também existem instalações idênticas aos campos para reunir requerentes de asilo rejeitados, designados, na gíria das autoridades, com um cinismo sem par, por “centros de saída”. Assim, o Estado livre da Baviera, conhecido pela sua especial brutalidade contra os refugiados, quer montar um tal “centro de saída” feito de contentores na cidade de Fürth: “Ao montar os ‘centros de saída’, a Baviera invoca o direito federal que delega a deportação aos Estados federados. Além disso, o parágrafo 61 da lei de imigração diz que os refugiados podem ser obrigados a morar em instalações destinadas à preparação da saída. A intenção é promover ‘por acompanhamento e aconselhamento a predisposição para a saída voluntária’. Centros de saída já existem nos Estados da Baixa Saxónia e do Bade-Vurtemberg. Críticos falam em ‘terríveis experiências’ com as instalações já existentes. Dizem que os afectados têm de ‘vegetar’ em ‘condições paupérrimas’ e só recebem visitas de funcionários encarregados de obter voluntariamente a sua colaboração” (Bomhard 2002).

Mas não é só nos grandes campos de internamento destinados aos ilegais que a lógica do campo de concentração se vai materializando até ficar reconhecível. Elementos avulsos do campo de concentração distinguem-se a cada passo nos procedimentos, aparelhos e práticas do imperialismo democrático da exclusão, ainda que não tenham constituído um sistema abrangente. Mas para lá caminham.

Um tal elemento de especial inumanidade é o “processo de aeroporto” instaurado na Alemanha, cuja crueldade passo a passo vai empurrando os refugiados retidos para o suicídio tentado ou consumado: “As autoridades trataram o caso com a rapidez da rotina. Apenas uma semana depois de a mulher árabe se ter apresentado, no passado mês de Setembro, a funcionários no aeroporto de

Frankfurt, a agência alemã para o reconhecimento de refugiados estrangeiros recusou o seu pedido de asilo. Dez dias depois, também o seu recurso foi rejeitado. A mulher tinha dito que no seu país de origem, a Argélia, fora perseguida por motivos políticos e violada. Mas os juízes não quiseram acreditar no seu depoimento. A árabe então matou-se. Colaboradores do serviço social do aeroporto de Frankfurt encontraram-na no penúltimo sábado pelas 21,25 horas – enforcada no duche do alojamento transitório no edifício 182/183 C do aeroporto. O seu suicídio volta a lançar o descrédito sobre a mais polémica instituição do direito de asilo alemão. Cerca de quarenta requerentes de asilo, a maior parte dos quais chegou de avião, esperam nesta altura, empilhados num espaço reduzido, no recinto do aeroporto, alguns há três meses ou mais – uma situação que, obviamente, é insuportável para muitos. A árabe passara já seis meses nesse execrável edifício. Acontece que, segundo a legislação em vigor, as autoridades têm de se esforçar por resolver todos os casos dentro de 19 dias, o que frequentemente é impossível” (Pieper 2000).

Mas o que está aqui em causa não é unicamente a inumanidade do processo, mas igualmente outra coisa; a saber, também aqui, é uma definição cabal do estatuto que evidencia o elemento crucial do campo de concentração para além de meras condições restritivas (já de si suficientemente maléficas): “O assim chamado processo de aeroporto foi estabelecido em 1993 para bloquear a estrangeiros indesejados a via aérea rumo à Alemanha. Desde essa altura, requerentes que aterram no aeroporto não pisam, em termos jurídicos, solo alemão. O seu processo pode ser finalizado rapidamente, sem que eles tenham de ser alojados no exterior. Permanecem no alojamento especial 182/183 C, com segurança em todo o redor e vigiado pela Guarda Fronteiriça Alemã. Podem sair para apanhar ar duas vezes ao dia, num pátio cercado – Big Brother, em versão brutal [...]” (Pieper, *ibidem*).

No “processo de aeroporto” torna-se especialmente evidente o aspecto do campo de concentração como não-espaco: de facto, as não-pessoas encontram-se em solo alemão, mas não em termos jurídicos. Assim sendo, não se encontram em lugar nenhum. Já por isso, a sua existência é declarada em princípio inválida. O processo ultrapassa a definição democrática comum, na medida em que os refugiados passam por criminosos sem terem cometido um crime: o seu crime consiste em existirem sem que haja necessidade capitalista dessa existência. E assim, esta tendência prolonga-se no facto de os criminosos sem crime serem tornados cada vez mais invisíveis, sendo confinados a espaços que, por assim dizer, se encontram formalmente fora do mundo. Neste ponto, tal como acontece nos campos australianos, já foi alcançada a antecâmara lógica do extermínio.

Zonas de racismo

A mentalidade de selecção e a prática desumanizadora dos aparelhos democráticos de exclusão não deixam de representar a consciência das massas dos cidadãos do Estado democrático, na sua qualidade de hienas da concorrência. No entanto, também nos centros, a consciência de crise já não se reduz à concorrência socioeconómica quotidiana por dinheiro, poder de compra, postos de trabalho, vantagens, comedouros, prebendas, etc., que por si já mobiliza os mais baixos instintos, sendo incentivada oficialmente como uma “competição” supostamente salutar. Pelo contrário, sente-se cada vez mais essa “continuação da concorrência por outros meios” que, nas regiões em que a crise e o colapso são manifestos, já transbordou na forma de “guerras civis” de um novo tipo. Também e precisamente nos centros, a lógica destes conflitos já não decorre de fricções pontuais entre correlações de interesses reais e intrinsecamente racionais, mas de um tratamento irracional da crise sistémica e dos modos como ela se manifesta. A bem dizer, também aqui o que está em causa é única e exclusivamente a definição de uma imagem do inimigo, sobre a qual se possam projectar as impertinências do sistema e os constrangimentos causados pela crise.

Contrariamente ao que acontece nas regiões em colapso da periferia, nos centros esta definição do inimigo ainda não deu lugar a actos de guerra armados e colectivos nem à omnipresença de estruturas da economia de saque. Ao invés, apresenta-se para já sob a forma de campanhas

demagógicas, abusos, *pogroms* e formação de gangues. Também é essencial uma diferença quanto ao conteúdo da definição do inimigo. Se, na periferia, esta acompanha invariavelmente as diferenciações étnicas internas, nos centros trata-se antes de uma campanha racista de exclusão dirigida contra os migrantes. Acresce que a espontânea continuação da concorrência por outros meios, sob a forma de ideologias de exclusão violenta e de abusos igualmente violentos, segue exactamente a lógica burocrática dos democráticos aparelhos de exclusão. Ambas as formas – a prática de selecção e exclusão do Estado e a violência espontânea na rua – não só são interdependentes como também radicam ambas na mesma ideologia racista da filosofia iluminista e da história colonial do Ocidente.

Pode constatar-se uma gradação dos impulsos de exclusão racista que se estendem desde os centros no Norte ou no Oeste europeus e na América do Norte, por assim dizer, em círculos concêntricos para Leste e Sul, de acordo com os cambiantes e a composição dos fluxos migratórios.

O círculo exterior é constituído pelo racismo comum a todo o centro democrático contra o Sul planetário dos antigos territórios coloniais – o chamado Terceiro Mundo. Assim sendo, a violência de rua da população democrática dirige-se com predilecção contra migrantes de pele escura, sobretudo negra, que, em recorrentes excessos violentos, são perseguidos pelas ruas. Não é por acaso que tanto a população como as burocracias de estrangeiros alimentam um ódio especial às relações sexuais e aos casamentos de mulheres brancas e democráticas com migrantes negros – uma associação que é ressentida, com uma irracionalidade furibunda, como uma “profanação da raça” e uma humilhação sexual da masculinidade de dissociação branca e democrática. Precisamente neste aspecto, o teor racista do pensamento de Hume, Kant, Hegel, etc. chegou até à população, assim se tendo o Iluminismo “realizado”.

O segundo círculo é constituído pelo ódio de exclusão racista contra o mundo árabe e muçulmano e os fluxos migratórios daí provenientes; e, neste aspecto, a população democrática encontra-se perfeitamente alinhada com a definição culturalista e estratégica de Huntington e dos seus executores no Pentágono. Dito isto, o racismo democrático contra os muçulmanos faz-se sentir, para além dos próprios EUA, de uma maneira especialmente drástica, na Grã-Bretanha, onde se formaram guetos inteiros de migrantes vindos dos antigos territórios coloniais do império britânico e, pelo mesmo motivo, de uma maneira ainda mais evidente, em França, onde os migrantes provenientes do espaço magrebino, e especialmente da que fora a colónia mais estreitamente vinculada à França, a Argélia, constituem o contingente principal de “estrangeiros”. Algo de semelhante se aplica aos outros países limítrofes do Mediterrâneo, como a Itália e, mais ainda, a Espanha, onde se faz sentir um forte fluxo de refugiados e migrantes proveniente de Marrocos.

Não em último lugar, também a Alemanha constitui um bastião da propaganda xenófoba e racista que aqui se centra nos Turcos e Curdos, na medida em que estes constituem de longe o contingente migratório mais forte na República Federal da Alemanha. O facto de, ao mesmo tempo, a irracional explicação anti-semita do mundo e da crise voltar a erguer-se dos pântanos remete apenas para a estrutura contraditória e estúpida, impermeável à coerência e à lógica, de toda a elaboração ideológica racista. Também na política oficial existem focos de forte resistência à integração da Turquia (muçulmana) na Europa (cristã), ao passo que, ao mesmo tempo, o regime de tortura turco é apoiado e cortejado, como flanco estrategicamente importante da NATO. Também neste aspecto, o racismo democrático e iluminista do Ocidente não quer saber de contradições.

O terceiro círculo, situado mais ao centro, dos impulsos espontâneos de exclusão e dos abusos da população democrática visa os próprios “estrangeiros” europeus, verificando-se – em analogia com a gradação das manifestações socioeconómicas da crise – uma diferenciação, tanto no sentido Norte-Sul como no sentido Oeste-Leste.

Recorrendo a velhos preconceitos e a definições negativas de ordem cultural, na crise faz-se sentir um impulso de delimitação e de exclusão do Norte europeu protestante, altamente desenvolvido do ponto de vista industrial, contra o Sul católico, menos desenvolvido industrialmente – uma reprodução mais fraca das reacções de repulsão do Norte contra o Sul que se verificam no plano global. Nesse impulso tem a sua quota-parte de responsabilidade a inveja das zonas industriais do

Norte pelos subsídios agrícolas da UE destinados ao Sul, um elemento de concorrência que se agudiza com a minguada capacidade de financiamento, embora necessitem da fruta e dos legumes vindos do Sul. Tirando o motivo da concorrência económica, porém, também neste plano, a ideologia racista se autonomiza relativamente a todas as correlações de interesses reais (elas próprias irracionais quanto à sua estrutura). O mesmo motivo se vê também na católica Itália sob a forma do racismo entre italianos e do ódio de exclusão das regiões industriais a norte do rio Pó em relação às zonas de pobreza do Sul e seus migrantes que se vão deslocando para norte, até às tendências abertamente separatistas da Liga do Norte, para cujo chefe, Umberto Bossi, como se sabe, “a sul de Roma começa a África”. Num cartaz de uma manifestação da Liga do Norte, já se podia ler no início dos anos 90 do século passado: “Não aos ensaios clínicos em animais – usemos napolitanos”.

O impulso de exclusão racista intra-europeu ainda é mais forte na diferenciação Oeste-Leste. Se, em muitas conversas de café da Alemanha Ocidental, já a Alemanha do Leste da antiga RDA anexada passa por uma “zona” de gente “de segunda”, incapaz e atrasada, que é uma chatice ter de sustentar, a mesma reacção de repulsa reforça-se em direcção ao Leste, por parte dos Alemães em termos gerais e especialmente pelos de Leste, em relação aos “mandriões polacos” que nos invadem atravessando a fronteira em busca de emprego e de resíduos urbanos volumosos e, de um modo geral, também em relação aos eslavos da secção Leste da Europa Central que aspiram à adesão à UE e à consequente migração. Já na Polónia, na República Checa, nos Estados bálticos e nos outros países que confinam com a UE a leste, a fúria racista da população dirige-se, para além dos ciganos, sobretudo contra migrantes ou populações russas; e na própria Rússia, são os “caucasianos” e “asiáticos” que são vítimas do ódio de exclusão, enquanto todos eles vão ficando cada vez mais pobres.

Em termos globais, pode cartografar-se algo como um “mapa do racismo”, tanto nos centros democráticos como nas zonas limítrofes e nas regiões em colapso da periferia. A diferença estrutural das definições encenadas do inimigo “interno”, que determinam a prossecução violenta da concorrência de crise, é apenas vaga nas delimitações etnorracistas e pseudo-religiosas. Ainda assim pode distinguir-se claramente a diferença que reside na definição do inimigo como migrante (“estrangeiro”) ou como a “outra” parte da população interna.

Esta última definição da concorrência de crise resulta natural e espontânea nos “Estados multiétnicos”, pertencentes sobretudo à periferia, em que, ao longo da história da imposição do capitalismo, a formação da nação, as atribuições étnicas, a língua, a religião, etc., nunca puderam coincidir; fosse devido à pura e simples dimensão imperial (por exemplo, na Rússia), fosse devido a uma falta de integração no âmbito do processo de “modernização atrasada” (por exemplo, na Jugoslávia), ou porque a constituição capitalista das nações, no seguimento do desenvolvimento pós-colonial, se consumou de um modo puramente sintético e só se sobrepôs superficialmente a outros condicionalismos socioculturais (por exemplo, na África do Sul e na Indonésia).

Nos Estados-nações relativamente homogeneizados, cuja constituição já ocorreu há mais tempo, como é o caso nos centros capitalistas da Europa, a racista concorrência de crise da população atiza-se sobretudo na propaganda contra os migrantes/“estrangeiros”. Contudo, não é apenas a diferença formal entre o Estado-nação relativamente homogéneo e o “Estado multiétnico” (não passando nenhum deles de constructos históricos e meros invólucros de espaços de reprodução capitalista) que produz estas diferenças na definição do inimigo na “continuação da concorrência por outros meios”, mas igualmente a diferença substancial entre o centro e a periferia, em que, sob uma forma transfigurada e asselvajada, se reproduz a velha história colonial: não só na administração bárbara dos protectorados nas regiões periféricas em colapso, e não só na construção de um novo *limes*, mas, e muito mais, nas imagens do inimigo da população endodemocrática que encontra nos refugiados e ilegais, mas igualmente nos “tolerados” e naturalizados, uma “massa de inimigos” suficientemente grande para justificar propaganda, abusos e *pogroms* que, analogamente aos processos de barbarização e decomposição na periferia, podem avolumar-se com o avançar da crise, chegando a actos de guerra descarados e conflitos armados.

Só na República Federal da Alemanha vivem mais de sete milhões de “estrangeiros” das categorias mais diversas; e, na reformulação da ideologia alemã de “sangue e solo” cria-se, no contexto da concorrência de crise, sobretudo o antagonismo relativamente aos “estrangeiros” que, contrariamente à história passada do poder expansionista nacional-imperial, já não se dirige para o exterior, na perspectiva de uma política de conquista, mas, também na Alemanha e de modo semelhante nos restantes centros democráticos da UE, se dirige para o interior, contra as populações de migrantes.

Esta diferença estrutural na definição do inimigo por parte da ideologia de crise não é evidentemente absoluta. Em certa medida, o abuso racista dirigido contra migrantes e refugiados também se encontra, como expressão da concorrência de crise, nas sociedades periféricas, onde entra e onde passa a maior parte da vagabundagem global.

Assim, os refugiados de guerras civis e trabalhadores migrantes da Indonésia, especialmente abalada pela “crise asiática”, vêem-se expostos repetidas vezes a abusos racistas e xenófobos, nos países vizinhos do Sudeste Asiático. Só na Malásia vivem dois a três milhões de migrantes legais e ilegais. De acordo com o exemplo ocidental, uma parte cada vez maior deles acaba em campos de internamento ou serve de superfície de projecção para o ódio de crise em expansão. Na China, os quase cem milhões de trabalhadores migrantes desenraizados que atravessam o país tornam-se objecto de raiva ou até de trabalho escravo imposto à força, não pela sua classificação étnica ou religiosa, mas como categoria social marginalizada.

Toda a África está cheia de refugiados e migrantes levados pelo desespero, que são perseguidos e considerados alvos a abater pelas populações locais. Também aqui isso acontece em concordância com governos e aparelhos, que frequentemente se aproveitam para conscientemente atizarem animosidades contra os destroços humanos trazidos pela maré. Assim acontece na Guiné, onde vegeta quase meio milhão de refugiados da Libéria e da Serra Leoa. Na África do Sul, dezenas de milhares de refugiados e requerentes de asilo são objecto de abuso e exploração. E na Líbia já houve vários surtos de violência contra migrantes vindos da África Subsariana: “Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Gana disse que os seus compatriotas tinham sido perseguidos e agredidos. Depois de os seus alojamentos terem sido queimados, milhares de ganeses em desespero teriam procurado ajuda junto da sua embaixada [...]. Em geral, os Líbios responsabilizam os estrangeiros por todos os males reais ou imaginários” (*Neue Zürcher Zeitung*, 4.10.2000).

Deparamos com o mesmo quadro na América Latina, onde, por exemplo, no Brasil, os migrantes pobres vindos do Nordeste são sujeitos a ataques de todo o tipo, tal como os migrantes internos em Itália ou na China. Também na Argentina, os trabalhadores clandestinos vindos do Peru ou da Bolívia são responsabilizados pelo aumento da criminalidade: “A simpatia com que se dão as boas-vindas aos visitantes europeus em Buenos Aires não é sentida pelos trabalhadores de pele escura vindos dos países dos Andes – em regra, vêem-se confrontados com desconfiança e até com comportamentos declaradamente racistas” (*Neue Zürcher Zeitung*, 4.2.1999).

Ainda assim, nas regiões da periferia em estado avançado de crise, o ódio ideologicamente carregado contra os migrantes, que marca os conflitos de crise, está apenas em segundo lugar, estando em primeiro lugar, na maior parte dos casos, a definição de inimigo atribuída a “outras” etnias, tribos, grupos étnicos etc. já há muito residentes, que constitui a divisória em que eclodem as hostilidades. Trata-se, quase sempre, de um separatismo etnorreligioso ou, no sentido inverso, de uma integração forçada, com vista à legitimação da ideologia de crise ou da economia de saque.

Inversamente, a determinação do inimigo de cariz etnorreligioso, separatista/anti-separatista também se encontra na Europa; não só na Itália sob a égide da Liga do Norte, mas igualmente nos velhos conflitos entre grupos étnicos que voltam ao de cima a cada passo devido à concorrência de crise, por exemplo em Espanha, na Bélgica ou na Irlanda do Norte, ou, sob um modo mais atenuado, em processos de autonomização regionalistas, como, por exemplo, na Escócia, em algumas zonas da França e mesmo na Suíça. Ainda assim, nos países da UE, a principal linha de conflito, até à eclosão de excessos de violência como continuação da concorrência, não é

claramente traçada pela reformulação de antagonismos étnicos no seio dos velhos Estados-nações, mas pela campanha contra os “estrangeiros”, os refugiados e os migrantes que convergem para a UE, vindos das zonas periféricas europeias e das regiões globais atingidas por catástrofes.

A população democrática em acção

Há muito que os brutais excessos da população arruaceira democrática e racista de adolescentes desorientados e moralmente depravados contra a população residente “estrangeira”, seja qual for a sua cor e proveniência, se tornaram quotidianos em todos os países da UE. A xenofobia até tem alaistrado entre a juventude outrora considerada especialmente tolerante e cosmopolita dos países escandinavos; não só na Suécia, entretanto famigerada pela sua fauna de energúmenos de extrema-direita (onde ocorrem regularmente graves tumultos, havendo até notícias de os sindicatos terem sido infiltrados por neonazis), mas também na Dinamarca, onde as agressões verbais às pessoas de cor aumentaram drasticamente, assim como na Noruega que, em Janeiro de 2001, teve de registar o seu primeiro assassinio por motivos racistas: “Ontem, a polícia de Oslo já não tinha dúvidas de que Benjamin Hermansen, de 15 anos, que foi apunhalado no fim-de-semana no parque de estacionamento abandonado de um centro comercial, teve de morrer devido à cor da pele. Três homens detidos como suspeitos da autoria do crime, de 21 e 20 anos, bem como como duas raparigas de 17 anos, pertencem ao grupo de extrema-direita ‘Boot Boys’. Benjamin Hermansen, filho de pai africano e mãe norueguesa, já anteriormente se vira confrontado com o racismo e a xenofobia na Escandinávia, considerada fundamentalmente liberal e pacífica. No Verão, participou num torneio de futebol na vizinha Dinamarca e fora corrido de uma discoteca juntamente com amigos igualmente de cor. Benjamin foi o único que ousou comentar o episódio perante uma câmara de televisão. Na noite de sábado tornou-se a primeira vítima mortal, após uma série de agressões não necessariamente frequentes, mas cada vez mais brutais a estrangeiros na Noruega” (Borchert 2001).

As cenas de violência na Escandinávia ainda são relativamente raras quando comparadas com as perseguições, batalhas de rua e ataques terroristas racistas na Grã-Bretanha que, desde o final dos anos 90 do século passado, se tornaram verdadeiras orgias de violência. A atmosfera nas grandes cidades com elevada “percentagem de estrangeiros”, especialmente migrantes provenientes do subcontinente indiano, mas igualmente nas zonas rurais, está ao rubro e alivia-se em ataques sempre renovados: “Mohammed Yunis nunca mais esteve descansado desde que, em Setembro de 1997, comprou a sua mercearia em West Cornforth, perto de Sedgefield. Ele, a mulher e os seus sete filhos são originários do Paquistão. Bastaram três meses para que a sua loja, situada por baixo do seu apartamento, fosse incendiada. É assim que as coisas se passam: pedras que estilhaçam as janelas, alguém que escreve ‘pirem-se, paquis’ na fachada do imóvel, insultos em plena rua e, anonimamente, para o telefone dos filhos, entoando, em frente à casa, ‘arde, *baby*, arde’” (Ebeling 2000).

Tornou-se símbolo o negro de 17 anos Stephen Lawrence que, em 1993, foi apunhalado por um gangue de adolescentes brancos após um calvário de incedíveis maus tratos. No decurso dos anos 90 do século passado, o potencial de violência não parou de aumentar: “Todos os anos se registam cerca de dez mil crimes e discriminações de motivação racista na Grã-Bretanha e, de acordo com organizações de defesa dos direitos civis, o número estimado de casos não denunciados é pelo menos três vezes maior” (Bebber 2001). O racismo branco conduziu a reacções violentas e à constituição de gangues entre migrantes adolescentes. No mês de Maio de 2001 ocorreram em Oldham, no Norte de Inglaterra, e, em Julho do mesmo ano, em Bradford, igualmente no Norte de Inglaterra, verdadeiras batalhas “raciais” e com “estrangeiros”, com barricadas e ruas inteiras a ferro e fogo. De acordo com relatos da imprensa, em ambas as cidades, o desemprego real entre os jovens, tanto brancos como asiáticos, ronda os 20 por cento, chegando em alguns bairros aos 45 por cento.

Diga-se a propósito que isto revela algo sobre a medida em que a estatística oficial britânica é mentirosa.

Quanto mais fortemente se vêem expostas a ataques, mais forte se torna igualmente a tendência de as populações migrantes se isolarem: “Na Grã-Bretanha corre-se o risco de guetização de grupos desfavorecidos e étnicos. Esta afecta sobretudo as zonas urbanas abandonadas pela classe média branca, lê-se num relatório oficial sobre as tensões raciais na cidade de Bradford, no Norte de Inglaterra. ‘O município fractura-se ao longo de linhas raciais, culturais e religiosas’, prossegue o alarmante relatório que foi encomendado pelo Conselho Municipal de Bradford, já no ano passado” (*Handelsblatt*, 11.7.2001).

Em França é nas *banlieues*, nas degradadas zonas suburbanas, com elevadas taxas de desemprego, que se verifica a constituição de guetos de migrantes provenientes da Argélia e de outros países do Magrebe e, em parte, das antigas colónias francesas na África Negra: “De acordo com investigações do Ministério do Interior de Paris, a França já conta com 1300 enclaves explosivos, de onde o Estado e o Direito desapareceram’ (*Nouvel Observateur*) [...]” (*Der Spiegel* 35/1998). Em Paris e noutras cidades, quase regularmente em Estrasburgo, no final dos anos 90 do século passado, ocorreram, tal como na Grã-Bretanha, repetidas vezes confrontos entre adolescentes franceses e migrantes, batalhas campais com a polícia, pilhagens e destruições. O ódio mútuo já reforçou o racismo em vastos círculos da população: “Para a maioria dos franceses, os culpados desta miséria estão identificados: 56 por cento da população pensa que há demasiados árabes em França; e 40 por cento não se coíbe de admitir uma ‘propensão para o racismo’ [...]” (*Der Spiegel, ibidem*).

A crescente pressão migratória também em Itália vai deslocando a linha da frente do ódio de exclusão, da migração interna para a que vem do exterior, nomeadamente em relação aos ilegais (*clandestini*) que conseguiram infiltrar-se através de uma linha costeira de cerca de oito mil quilómetros. O mesmo se manifesta ainda mais claramente em Espanha que, em Fevereiro de 2000, fez as parangonas com os relatos de *pogroms* racistas: “Na freguesia de El Ejido, no Sul de Espanha, ocorreram graves tumultos xenófobos. Centenas de espanhóis, muitos deles munidos de barras de ferro e cacetes, atacaram restaurantes e lojas de estrangeiros. Arderam carros, houve ruas que ficaram bloqueadas durante horas e horas [...]. Embora ninguém tivesse previsto a brutalidade dos tumultos, há muito que alguns especialistas tinham alertado para os riscos sociais existentes em El Ejido, próximo de Almería. Aqui, a percentagem dos estrangeiros é comparativamente muito elevada. Cerca de um quinto dos 50 000 habitantes são estrangeiros – na maioria, marroquinos. A maior parte deles trabalha como mão-de-obra barata nas ‘estufas de plástico’, às quais a região deve a sua considerável prosperidade [...]” (*Handelsblatt*, 10.2.2000).

Ou seja, as vítimas desta orgia da violência e de outras subsequentes não foram outras senão os refugiados chegados de Marrocos em barcaças, que tinham conseguido passar pelas malhas da polícia marítima espanhola, só para se verem obrigados a trabalhar como mão-de-obra barata e ilegal no cultivo intensivo de legumes, viverem em pardieiros miseráveis, serem insultados de “mouros” e acabarem por se converter em alvos a abater e objectos de projecção das frustrações da população local, que se recruta tanto entre jovens desempregados como entre a *jeunesse dorée* local – uma imagem recorrente nas regiões em guerra civil da periferia.

Mas o claro bastião do “racismo vindo debaixo” na UE é a República Federal da Alemanha. Em lado algum os ataques a “estrangeiros” e migrantes são tão frequentes e densos como aqui. Já no início dos anos 90 do século passado, os brutais ataques em massa a refugiados em Rostock e Hoyerswerda, tal como os atentados assassinos e incendiários de Mölln e Solingen informaram o mundo que a pátria da ideologia de sangue e solo não quer que lhe disputem a primazia em termos de racismo e anti-semitismo, na tabela classificativa dos povos quanto ao pensamento de ódio e extermínio dirigido contra “estrangeiros”. Quando, em Agosto de 1992, em Rostock-Lichtenhagen, várias centenas de adolescentes racistas atacaram com bombas incendiárias, secundados pelo aplauso frenético de milhares de vizinhos, um centro de acolhimento de requerentes de asilo conscientemente superlotado pelas autoridades, assim como os apartamentos próximos de famílias vietnamitas, pegando fogo aos edifícios evacuados, a extensão deste *pogrom* tornou claro em que medida a propaganda contra os estrangeiros cala fundo na sociedade. Se os pontos altos da

brutalidade de rua racista no resto da UE ainda podem ser referidos remetendo para algumas ocorrências concretas, tais acontecimentos com um elevado nível de violência, indo até ao assassinio, na Alemanha já alastraram inflacionariamente.

O racismo, o anti-semitismo e a difusa xenofobia estão em alta em toda a Alemanha, mas especialmente na Alemanha do Leste, antiga RDA, onde a incidência percentual de tais actos violentos é desproporcionalmente elevada, quando comparada com a população total. Do “culto da tradição prussiana” do regime capitalista de Estado da RDA, que fomentou um “socialismo” burocrático nacionalmente isolado, olhando de esguelha mesmo contactos pessoais mais próximos dos seus cidadãos com pessoas dos “países irmãos socialistas”, tentando limitá-los, nada restou senão um ódio primitivo a tudo o que seja estrangeiro. Se, nos tempos da RDA, este apenas ocasionalmente se descarregava nos relativamente poucos trabalhadores contratados do Vietname, que eram insultados e ainda hoje são objecto de um ódio racista, agora o mesmo flagelo tão rançoso quanto traiçoeiro dirige-se, com uma brutalidade animalesca, contra todos os que têm um ar de “estrangeiros” e não correspondem aos provincianos costumes tribais da Alemanha do Leste.

Em todas as partes da Alemanha, pegar fogo a pessoas, habitações e lojas “estrangeiras”, atentados contra alojamentos de requerentes de asilo e perseguição de gente de cor nas ruas tornou-se uma espécie de desporto de fim-de-semana de adolescentes frustrados. Só no Estado federado de Brandeburgo, há mais de 80 cidades e aldeias na lista dos municípios notórios pela violência xenófoba: “Locais onde jovens de extrema-direita insultam, batem e até matam. Estão entre eles cidades de alguma dimensão como Frankfurt/Oder, assim como freguesias que aparecem nas edições de segunda-feira dos jornais regionais com uma regularidade assustadora, porque mais uma vez uma *roulotte* turca ‘se desfez em fumo’, um concidadão de pele escura levou tanta pancada que quase morreu, todos os vidros de um restaurante grego foram partidos ou operários da construção civil estrangeiros foram perseguidos pelas ruas por *skinheads* em altos berros” (Engelisch 1998).

Desde os assassinios e crimes incendiários exemplares do início dos anos 90 do século passado que, não por acaso, coincidiram com a unificação alemã, é raríssimo passar um dia em que não se noticiem novas ocorrências e excessos em regiões da Alemanha. Repetidamente, são ataques incendiários a instalações e habitações de cidadãos “estrangeiros”. Repetidamente, pessoas de cor, turcos e outros “estrangeiros” são espancados e feridos com gravidade, atirados a rios e lagos; e repetidamente são assassinadas pessoas no meio disso tudo, apunhaladas ou espancadas até à morte. Tal como aconteceu, para apenas referir um exemplo entre muitos, no Verão de 2000 a Alberto Adriano: “...quando, no serão do 11 de Junho, Alberto regressava de casa de amigos, em Dessau, de onde tinha telefonado a parentes em Maputo, capital de Moçambique, para anunciar a sua visita, no parque próximo da sua casa foi espancado por três *skinheads* de tal modo que morreu três dias depois. O homem, de 39 anos, era, para eles, um ‘porco estrangeiro’. Os poucos minutos em que foi perpetrado este crime não só roubaram à sua mulher alemã, de 43 anos, o marido, e, aos seus três filhos, o pai, como influenciaram também a vida de toda uma aldeia em Moçambique, a quase dez mil quilómetros de distância [...]. Quando Alberto enviava 100 marcos, era mais dinheiro do que eles todos conseguiam juntar num ano inteiro” (Räther 2000).

EUA: A identidade de base racista e a guerra civil entre guetos

As definições racistas do inimigo, na concorrência violentamente prolongada, decorrem nos EUA de modo ligeiramente diferente do ocorrido na UE e na Alemanha. A última potência mundial não é nem um “Estado multiétnico”, com um “povo de senhores” construído “eticamente” como núcleo, à imagem da Rússia, nem uma nação homogeneizada relativamente a migrantes do exterior, como acontece na Europa Ocidental e Central, mas um grande Estado sem um passado pré-capitalista, que nasce, ele próprio, de múltiplos fluxos migratórios vindos do mundo inteiro, ainda que a lenda fundadora dos “pais peregrinos” seja a dos protestantes anglo-saxónicos brancos (WASP). Apesar deste núcleo da história e da identidade dos Estados Unidos claramente branco, carregado de

racismo e centrado na ideologia de base ocidental e capitalista, os EUA sempre passaram por ser a encarnação social dos ideais do Iluminismo, bastião da liberdade e exemplo para a convivência pacífica de pessoas das mais diversas origens, sob a mesma bandeira estrelada. Além disso, é um dado há muito estabelecido que os EUA mais não são que um “cadinho” (*melting pot*) de “raças”, “etnias” e identidades religiosas e culturais construídas, uma “supernação” capitalista em que todas as identidades ligadas à origem e à história se fundem numa única hiperidentidade a-histórica da lógica e da “liberdade” capitalistas.

Por um lado, esta construção ideológica foi evidentemente, na sua formulação positiva, desde o início uma profundíssima mentira. Não só a história e a ascensão dos EUA se baseiam no trabalho de escravos negros, como o racismo branco contra a população minoritária negra foi sempre constitutivo da identidade dos EUA e, apesar da emancipação jurídica formal, continua a sê-lo até hoje. O movimento negro dos direitos civis dos anos 60 do século passado e os seus movimentos sucessores foram e são mais um indício do alastramento continuado de um racismo informal dirigido contra os Negros do que de uma emancipação bem sucedida, dentro dos limites do sistema capitalista. Tal como o facto de a maioria dos milhões de presos de delito comum existentes nos EUA (que já de si dá uma ideia do carácter de exclusão e terror do sistema), e especialmente dos condenados à morte, continuar a ser de negros.

Por outro lado, estes factos nem sequer contradizem as ideias de esclarecimento, da liberdade, etc. ocidentais, mal os decifremos e libertemos da sua formulação afirmativa e hipócrita. A liberdade ocidental juntamente com os seus falsos “direitos humanos” é, na verdade, um sistema de selecção e exclusão, de degradação do ser humano a auto-executor do movimento fetichista de valorização do capital e de desumanização daqueles que caem fora desse movimento, sendo transformados numa biomassa já nem sequer “digna de reconhecimento”. Nesta medida, e na agudização da pulsão de morte do sujeito do valor, a identidade nazi alemã e a identidade dos Estados Unidos, apesar de manifestações historicamente distintas, convergem nos pontos decisivos da comummente subjacente forma de base da modernidade (ideologicamente bem perceptível no que o nazismo e o liberalismo têm em comum, em termos de darwinismo social, de pretensão ao domínio total do planeta e de manifestação da pulsão de morte através do amoque tanto individual como colectivo).

As diferenças têm residido, até à data, em parte na constituição histórica e no peso e na intensidade, associados à mesma, do anti-semitismo (existente nos dois lados) que só na Alemanha chegou a engendrar a singularidade de Auschwitz; noutra parte, porém, também têm residido numa diferente acentuação do terror sistémico – por um lado, numa forma “política” alemã (que corresponde à história europeia da imposição do capital) e, por outro, numa forma “económica” nos EUA (que corresponde à planetarização do capital completada, depois de 1945, até à maturidade de crise). Todas estas diferenças não passam de uma deslocação dos pólos no seio do mesmíssimo sistema de fetiche político-económico.

Como o capitalismo, a democracia, a liberdade e os “direitos humanos” se baseiam na concorrência, na selecção e na exclusão, é apenas lógico que o prolongamento racista destes mecanismos tenha eternos direitos de alforria no país nuclear do capital, e o racismo contra os Negros faça parte não só da constituição histórica, mas igualmente da constituição lógica, sempre actual, dos EUA. Esta lógica não tem menores efeitos do que os que teria se estivesse inscrita na tão exemplar Constituição dos EUA; e só não está aí inscrita, por não ser outra coisa que não o inevitável reverso dessa mesma Constituição (e, em termos gerais, de qualquer Constituição capitalista).

Assim sendo, a teoria do *melting pot* nunca passou de ideologia; e, se é que esta ideologia pareceu “realizar-se”, em primeiro lugar, nunca se referiu substancialmente aos Negros e, em segundo lugar, apenas se referiu à fase de prosperidade da Segunda Guerra Mundial e das três décadas subsequentes. Entretanto, já há muito que a crise mundial da terceira revolução industrial e da globalização também atingiu com toda a força os EUA, o “centro do centro”. É verdade que este facto foi economicamente encoberto, nos anos 80 e sobretudo nos anos 90 do século passado, pelo capitalismo das bolhas financeiras da pretensa “nova economia”, cujo núcleo foi desde o início constituído pelos mercados financeiros da última potência mundial. Como íman dos fluxos de mercadorias e de capital financeiro do mundo inteiro, alimentado pelo “capital fictício” do etéreo

capital financeiro, os EUA financiaram os investimentos e o consumo dos anos 90 do século passado a partir das bolhas financeiras, sem qualquer base na “economia real”, conseguindo assim manter de pé uma cintilante fachada de potência mundial. Mas, por detrás desta, há muito que já se abria um abismo social, uma profunda e insanável cisão da população entre ganhadores e perdedores, como em nenhum outro lado no mundo ocidental, com a excepção talvez da Grã-Bretanha, aparentada do ponto de vista da história da sua constituição.

Era inevitável que a crise social, agudizada por detrás da fachada de potência mundial e respondida com brutais restrições, tivesse de se traduzir numa tendência de delimitação e exclusão etnorracista; no fundo, como no resto do mundo. Por detrás do multiculturalismo pós-moderno da cultura do aleatório espregueada, também e muito em especial nos EUA, um terror racista “vindo de baixo” que, no entanto, em circunstâncias diferentes também assume uma forma diferente da do passado. Evidentemente, nos EUA como no resto do mundo ocidental, estão na ordem do dia o tratamento restritivo de refugiados e migrantes, a construção de um *limes* na fronteira do sul e os abusos da população arruaceira democrática. De resto, o facto de pelo menos as primeiras gerações de imigrantes serem tratadas como alvos a abater, como “seres humanos inferiores”, bestas de carga e escravos contratuais com direitos reduzidos faz parte da tradição profundamente enraizada da terra-mãe da liberdade e da democracia.

Mas, em proporção à massa populacional e à nova dimensão da crise, nos EUA, os migrantes e os refugiados não se prestam à definição geral como inimigos para os fins da “continuação da concorrência por outros meios”, tanto mais que, contrariamente ao que acontece na UE, a “origem estranha” dos “estrangeiros” não pode ser facilmente evidenciada exteriormente. Com base na sua história de um país que é todo ele de imigração, aterraram nos EUA tantos fenótipos vindos de todos os países do mundo que se torna difícil uma delimitação geral do que é de “dentro” e do que é de “fora”, independentemente das características construídas. Falta a homogeneidade “nacional” (evidentemente, por seu lado historicamente construída) dos Italianos, dos Franceses, dos Alemães, etc. Por outro lado, e contrariamente, por exemplo, à Rússia, também dificilmente é possível construir uma “etnia superior”, dominante em termos numéricos, culturais ou religiosos.

É um facto que a identidade dos “WASP” constitui uma tentativa nesse sentido, mas esta já em termos numéricos se desmente a si própria. Independentemente de os imigrantes brancos católicos, vindos sobretudo da Irlanda (de onde veio, por exemplo, o clã dos Kennedy) e da Itália, não serem congruentes com a identidade dos WASP, as vagas mais recentes de imigração ainda fizeram com que as proporções se alterassem de um modo muito mais fundamental: “Na Califórnia, o grupo populacional dos Brancos perdeu, pela primeira vez na história recente, o seu estatuto maioritário. Segundo os resultados do recenseamento do ano 2000, a sua proporção na população geral baixou para os 47 por cento. Dito isto, os Anglo-Americanos são agora oficialmente uma minoria na Califórnia, embora a maior. Ainda há dez anos, 75 por cento dos californianos eram brancos. No entanto, era de prever que os anglo-americanos perdessem o seu estatuto maioritário. As alterações demográficas devem-se à alta taxa de natalidade no grupo populacional dos Latinos e ao número crescente de imigrantes provenientes de países asiáticos. 32 por cento da população da Califórnia são latinos. O número de imigrantes asiáticos aumentou 43 por cento nos últimos dez anos. A sua proporção na população geral ronda os 12 por cento. A quota-parte dos negros, porém, manteve-se aproximadamente idêntica, nos sete por cento [...]. Espera-se que outras áreas com fortes taxas de imigração, como o Texas, a Florida e Nova Iorque, venham a passar por alterações demográficas semelhantes” (*Neue Zürcher Zeitung*, 31.3.2001).

Este desenvolvimento vai de par com outro: cada vez menos se aplica a lei, de qualquer modo dúbia, do *melting pot* – os diversos grupos linguísticos, étnicos e religiosos nos EUA vão-se fechando em guetos, na mesma medida em que alastra a crise social. Tal como noutros lados, a etnicização do social constitui o reverso da individualização. Em condições concorrenciais permanentemente agudizadas a todos os níveis, desenvolve-se espontaneamente a tendência, sobretudo entre os novos imigrantes vindos da Ásia e da América Latina, não só de recorrerem, na luta pela sobrevivência, a estruturas familiares e de clã trazidas dos seus países de origem, mas igualmente de se organizarem em guetos étnicos. Não obstante a ideologia do *melting pot*, este fenómeno não é nada de

fundamentalmente novo, se pensarmos nas *Chinatown*s que encontramos nas grandes cidades dos Estados Unidos; mas esta tendência reforça-se, nas novas condições de crise. Em vez de um cadinho e de uma metanação, os EUA constituem hoje antes de mais uma manta de retalhos de estruturas de bairro e de clã, de associações territoriais, de guetos étnicos e religiosos, seitas, e por aí fora, cujo único tecto comum é o economismo real absoluto do capitalismo e o seu meio feito fim em si na forma do dólar.

Aqui se confundem identidades tradicionais, reformuladas e reconstruídas sinteticamente, e a concorrência universal faz-se não só entre os indivíduos, mas igualmente entre as identidades. Precisamente nos EUA, a ideologia pós-moderna do multiculturalismo preparou o terreno para identidades de gueto, hermeticamente fechadas umas em relação às outras, o que apenas em tempos de prosperidade poderia apresentar-se sob a forma de uma “correção política” semanticamente tolerante, correndo o risco de revelar-se em tempos de crise como uma teia de determinações mútuas de ódio, inimizade e exclusão. A mesma ruptura nesta ideologia, que se apresenta para as regiões periféricas em colapso e para os perdedores como uma avaliação culturalista negativa, faz-se sentir nos EUA como uma generalizada guetização e etnicização da concorrência. Também neste aspecto se torna evidente que os superficiais teoremas do baile de máscaras da pós-modernidade foram de muito curto alcance, porque não foram capazes de chegar até à crítica das formas basilares da sociedade.

É fácil de calcular o que terá de acontecer quando a crise mundial da reprodução capitalista atingir em cheio os EUA e a “continuação da concorrência por outros meios” não puder ali desenrolar-se como *pogrom* de uma “cultura majoritária” barbarizada contra minorias. Já nos chamados “tumultos raciais” do início dos anos 90 do século passado, em Los Angeles, se podia ver, ainda incipiente, uma guerra de “todos contra todos”: não só brancos contra negros, mas igualmente negros contra judeus e asiáticos, latinos contra negros, brancos contra latinos e asiáticos, e por aí fora. Em Maio de 1992, poucos meses antes do *pogrom* alemão em Rostock-Lichtenhagen, foram pilhadas sobretudo as lojas de coreanos.

Se o movimento dos direitos civis de um Martin Luther King (à semelhança do movimento de Nelson Mandela contra o *apartheid* na África do Sul) ainda se encontrava na linha da velha ideologia burguesa e iluminista da emancipação, como já o demonstrava o conceito dos “direitos civis”, este modelo em fim de linha foi há muito substituído, mesmo nos EUA, por um modelo selvagem da barbarização da concorrência, que torna visível o núcleo de violência e a lógica de exclusão do próprio “direito civil”. Um fenómeno de transição foi, por exemplo, o dos *black muslims*, a construção sintética de uma “muçulmanização” de movimentos dos negros que, não por acaso, deu lugar a um anti-semitismo clássico. Esta tendência já se fazia sentir desde os anos 80 do século passado, até no seio da *intelligentsia* académica negra: “[...] Quem deu nas vistas foi Leonard Jeffries, um professor negro no City College de Nova Iorque. Com tiradas anti-semitas e a sua tese de que os *ice people* brancos eram moralmente inferiores aos *sun people* negros, devido ao menor teor de melanina na sua pele, chegou à beira de um processo disciplinar” (Uthmann 1991).

O velho racismo branco contra os negros e o contra-racismo negro cruzam-se, portanto, num anti-semitismo comum, o que deixa tanto mais transparente a estrutura da racista guerra concorrencial de todos contra todos (e do anti-semitismo como ideologia de cobertura da crise). Quem está mais bem organizado continua a ser, sem dúvida, o racismo branco nos EUA, existindo hoje, neste espectro cerca de 500 grupos ditos de ódio (*hate groups*), que vão do tradicional Ku Klux Klan, do Sul, até à extremamente anti-semita *World Church of the Creator* [Igreja Mundial do Criador]. Uma parte dos atiradores tresloucados que pululam nos EUA vem deste meio e é movida por motivos racistas: “Benjamin Smith não é um caso único. Duas pessoas morreram e nove foram feridas quando este indivíduo de 21 anos enveredou pela caça ao homem. Smith atirou indiscriminadamente sobre negros, judeus e asiáticos nos Estados de Illinois e de Indiana antes de se matar a si próprio” (Pfeifer 2000).

A obscura miscelânea de *hate groups* racistas, seitas protestantes fundamentalistas e organizações de possuidores de armas mobiliza-se cada vez mais. Formaram-se entretanto numerosas milícias, só na Califórnia operam 35 organizações de luta armada deste género. É o que consta de um relatório

sobre um campo de treino no Estado de Michigan: “Reúnem-se ao serão ou ao fim-de-semana, disfarçados nos seus fatos de combate malhados, com as caras assustadoramente besuntadas de pinturas de camuflagem. Armados até aos dentes e com a cabeça a transbordar de rebuscadas teorias da conspiração, estão a preparar-se para uma suposta luta pela sobrevivência contra o próprio Governo. Aqui treina-se para a guerra de guerrilha a ‘Michigan Militia’, um grupo paramilitar de autodenominados patriotas, liderados por Norman Olson, de 48 anos, simultaneamente pregador baptista e comerciante de armas. Olson lidera na paróquia de Alanson uma brigada da maior milícia do país; diz que a milícia tem, no total, 12 000 combatentes. Da Florida até ao Estado de Washington, na costa do Pacífico, há alguns anos que associações de extrema-direita estão a nascer das águas estagnadas de uma pequena burguesia americana frustrada. A sua profissão de fé: ‘Perdemos o controlo da nossa vida, dos nossos filhos, da nossa casa’. Em todo o caso é o que afirma Ray Southwell, porta-voz da Milícia do Michigan” (*Der Spiegel* 17/1995).

No dia 19 de Abril de 1995, um poderoso engenho explosivo demoliu o edifício das autoridades federais em Oklahoma City, morrendo 168 pessoas. Significativamente, os primeiros suspeitos foram “terroristas islâmicos”, e a confirmação desta suspeita já na altura teria estado em linha com a externalização do mal pelos democratas comuns e com a campanha ideológica contra o terrorismo das culturas diferentes. Não deixou de ser embaraçoso que rapidamente se descobrisse que o autor do atentado, Timothy McVeigh, entretanto executado, era um genuíno produto da sociedade dos EUA e membro de uma das milícias racistas. Los Angeles, em 1992, e Oklahoma City, em 1995, deram uma pequena ideia da orgia de violência das identidades de gueto (entre as quais, entretanto, já se contam os próprios anglo-saxões brancos) que ameaça irromper, quando a economia dos EUA for atingida pela profunda depressão que se espera depois do fim do capitalismo das bolhas financeiras.

Identities sintéticas e neo-radicalismo de direita

O mortífero constructo da “raça”, um fantasma da sociedade da concorrência profundamente enraizado na filosofia iluminista e repetidas vezes reciclado pela charlatanice das ciências naturais e da biologia, funde-se na crise mundial com constructos etnoculturalistas e pseudo-religiosos. Na projecção sobre as populações migrantes, este conglomerado de loucura torna-se o agente central do ódio exclusionista vindo “de baixo”, que fermenta nas populações maioritárias do centro democrático europeu, e o agente da guerra civil entre guetos, que arde em lume brando nos EUA.

Projeções e racismos em sentido inverso, assim como constituição de identidades agressivas não se fazem esperar entre os migrantes e nos guetos raciais ou religiosos, chegando a constituir grupos armados. Sobretudo os jovens, que, enquanto náufragos massificados da globalização capitalista, já não sabem falar nem escrever bem língua nenhuma, nem a velha, nem a nova, tendendo para a constituição de identidades sintéticas militantes que, no entanto, devido à sua completa falta de perspectiva, se desmentem a si próprias, desembocando, nessa “*reductio ad insanitatem*”, na autodestruição cega que Enzensberger descreveu com tanta clarividência, mas também com tão pouca compreensão (por manter-se apegado à identidade iluminista burguesa da modernidade).

Assim, não é só nos países árabes e muçulmanos, ou entre os negros dos EUA, que está a alastrar o velho anti-semitismo branco ocidental, adoptado como ideologia de ódio, mas o mesmo também acontece nas *banlieues* francesas, entre os jovens migrantes magrebinos: “Mais de cem ataques a instalações da população judia e a locais de culto judaicos ocorreram em França desde o início de Outubro. Nestes inclui-se o ataque com fogo posto à sinagoga de Trappes – um subúrbio a Oeste de Paris – que ficou reduzida a cinzas [...]. Em Venissieux, um subúrbio de Lyon, tentaram demolir o muro da sinagoga com um chamado ‘carro-pilão’ – um método popular nas cidades-dormitórios: com um carro roubado, fura-se a fachada de um edifício que se pretende pilhar [...]. Para muitos dos adolescentes oriundos da imigração árabe e norte-africana, o conflito do Médio Oriente é a superfície onde se projectam as suas frustrações e agressões, que supostamente lhes permite ver na

situação dos palestinianos o reflexo do seu próprio destino [...]. O Islão para muitos é acima de tudo um equivalente do anti-semitismo [...]" (Schmid 2000).

Este tipo de reacção à crise e de constituição de identidades negativas não é o único a indicar que as vítimas, os excluídos e humilhados, não são de modo nenhum as melhores pessoas, e que não “têm” minimamente de reagir de modo emancipatório. Tal como a migração não é à partida um acto de crítica, mas um acto de concorrência e de luta pela sobrevivência no invólucro do sujeito capitalista, que já não tem capacidade de sustentação, mas do qual ainda assim ninguém se liberta, o mesmo se aplica tanto mais à constituição de identidades sintéticas e às reacções militantes perante a experiência de ser excluído. Tal como acontece com os Negros nos EUA, a ideia da emancipação social, que já não pode ser enunciada à maneira iluminista burguesa, vai-se diluindo, enquanto a crítica emancipatória da modernidade ocidental e do seu totalitário sistema produtor de mercadorias não estiver suficientemente elaborada e tão amplamente divulgada que a questão social global possa ser reformulada de novo e de modo mais radical do que o foi pelo defunto marxismo do movimento operário.

Assim, a experiência da crise, da miséria e da falta de perspectiva, tanto nos migrantes e ilegais como nos desempregados e nos beneficiários de prestações da segurança social ocidentais e brancos, já não se manifesta socialmente, mas sim étnica ou racistamente. A retórica social emancipatória é substituída por difusos racismos e contra-racismos culturalistas e associativos, como formas de asselvajamento e barbarização da concorrência, tal como acontece nas zonas em crise ou em colapso da periferia, se bem que ainda não na mesma dimensão de maciça violência social imediata. Em vez de se unirem, o que exigiria uma ideia de libertação universal para lá da concorrência e da forma do sujeito capitalista, as vítimas e os perdedores migrantes também se excluem mutuamente de modo etnorracista. Mesmo nos campos de internamento democráticos, as “tribos”, “etnias” ou outros grupos em confronto atacam-se uns aos outros ao murro e à navalhada.

A resistência a abusos legitima-se cada vez mais com argumentos nacionalistas, etno-identitários e de fanatismo religioso, ou seja, com as mesmas ideias e acções bárbaras que os torcionários do lado contrário. Até a própria autodefesa judaica em França contra o novo anti-semitismo dos jovens migrantes magrebins está cada vez mais carregada de etnonacionalismo e racismo, em vez de assumir uma atitude emancipatória e crítica da sociedade: “A exigência de represálias militantes é perfilhada especialmente pela Betar, uma organização próxima do Likud de France e cujos métodos são controversos [...]" (Schmid 2000). No mais amplo sentido, ideologias de crise e conflitos de crise são formulados e resolvidos por todas as partes à maneira da direita radical, ou seja, nas formas do asselvajamento da masculinidade dissociada ocidental, agora globalizada, do sistema produtor de mercadorias – não apenas racistas, mas também fundamentalmente autoritárias, misóginas, irracionais e orientadas para a violência.

No entanto, este novo radicalismo de direita não deve ser confundido, nas suas formas de desenvolvimento, com o do período entre as duas guerras; sobretudo na medida em que hoje não se dirige para o exterior, mas para o interior, sendo menos político e mais pós-político e pós-moderno, não formando um movimento unitário, mas organizado numa rede contraditória de gangues, clãs, milícias, guetos militantes, etc. Tal qual como na periferia, só que com outra composição, o abalo dado à sociedade pela crise tende a resultar na guerra civil universal contra e entre guetos e identidades sintéticas.

Apesar de tudo, na fase actual do processo de crise, este desenvolvimento continua a ser mediado, ainda que fragilmente, com a forma política convencional. Na onda do difuso ambiente de crise e exclusão vão, em parte, partidos cuja ideologia é abertamente neonazi, como por exemplo o “Partido Nacional Democrático” (NPD) na Alemanha, em parte, estruturas partidárias mediaticamente encenadas apelidadas de populistas de direita, como as de Jörg Haider, na Áustria, ou Silvio Berlusconi, na Itália; em França, Le Pen parece assumir antes de mais uma posição intermédia entre o radicalismo de direita tradicional e o populismo de direita mediático e pós-moderno. Evidentemente, todos estes fenómenos são ainda mais visíveis em todos os países da Europa do Leste e na Rússia, onde se formou um alargado espectro de partidos de direita radical e nacionalistas e uma correspondente subcultura amplamente ramificada.

Os úteis e os inúteis

Ora, é digno de registo o modo como a sociedade oficial dos centros ocidentais e a sua representação política, económica e cultural reagem a estes traiçoeiros fenómenos e tendências no seio das suas maravilhosas democracia e economia de mercado. Dê por onde der, tenta-se caracterizar a violência racista nas ruas e o novo radicalismo de direita como o mero regresso dos demónios de um terrível passado, para assim os externalizar cronologicamente, tal como se tenta externalizar espacial e culturalmente o terrorismo islâmico, embora ambos sejam demónios vindos do interior do próprio capitalismo globalizado. Com uma hipocrisia sem paralelo, todo o público democrático tenta lavar daí as suas mãos, dando sucessivamente uma tranquila expressão à sua “consternação”, ao seu “repúdio”, etc. pelos actos de violência e assassínios racistas. Jornais liberais apelam à luta contra os neonazis, políticos tanto conservadores como social-democratas integram cadeias humanas de sinal anti-racista e por toda a parte se propagandeia a “revolta dos decentes” contra a nova barbárie.

É por demais evidente a manobra que aqui se ensaia, em que se confundem a propaganda apologética e uma falsa autoconsciência moralizante, contradições gritantes entre o interesse e a argumentação, uma vontade de auto-afirmação pura e simples e um confrangedor receio das consequências, um recalçamento sistemático e uma auto-ilusão pseudo-ingénua. Os mesmos representantes e instâncias, cuja vontade de dominar o mundo, no imperialismo da segurança, do petróleo e da exclusão, passa por cima dos montes de cadáveres produzidos pela sua polícia mundial de alta tecnologia, depois de a “mão invisível” do seu sistema de terror económico já ter tornado inabitável metade do planeta, e tudo isto em nome da ideologia dos direitos humanos, cujo único conteúdo acaba por ser a transformação lógica dos “supérfluos” em biomassa – essas mesmas pessoas reagem aos assassínios perpetrados pelos seus *killer kids* assassinos com trejeitos de consternação e argumentação pedagógica. Os mesmos *apparatchiks* e mandarins democráticos, cristãos, social-democratas, liberais, verdes, que são responsáveis pela caça ao homem e pelos campos de concentração para os refugiados, cujos algozes torturam crianças e expulsam seres humanos conscientemente de volta às câmaras de tortura dos regimes de pesadelo seus aliados – precisamente estes monstros da mentira e da desumanização têm o desprazo de se mostrar civicamente escandalizados com os irregulares instintos assassinos da sua própria criação, porque aqui não se seguem os trâmites burocráticos.

Como querem convencer-se de que a economia de mercado mais a democracia são uma coisa humana, aliás, a melhor possível para a humanidade e, de resto, necessária para todo o sempre, e não o sistema fetichista destruidor do mundo e possuído pela pulsão de morte que realmente é, têm de fazer de conta que as atrocidades perpetradas pela população são um terrível erro, devido à falta de educação, e não a manifestação asselvajada, sem disfarce, imediata e carregada de um ódio obtuso, daquilo mesmo que os aparelhos e as instituições democráticas fazem quotidianamente, só que sem tanto barulho. Na realidade, a consciência democrática oficial apenas se distingue da dos seus arruaceiros pelo facto de não querer “resolver” à paulada e com alguns mortos pelo caminho o problema migratório criado pelo seu próprio modo de produção globalizado, preferindo antes “regulá-lo” através da selecção.

Os democratas só querem “deixar entrar” aqueles que “nos são úteis”, não sendo muito claro o que isso quer dizer. Com tal divisa destacam-se especialmente os ideólogos economicistas do liberalismo: “Porque não assumimos o nosso próprio interesse nacional e limitamos as entradas à medida economicamente desejada e socialmente sustentável? Tal como fazem a América, a Austrália, o Canadá ou Singapura. Nenhum destes Estados se sente vocacionado para abrir as portas de par em par aos miseráveis e perseguidos deste mundo. Pelo contrário, cada um tenta ir buscar os melhores trabalhadores e investidores” (Ramthun 1997). Assim sendo, o que está em causa não são os refugiados e as causas da sua fuga, nem a xenofobia e o racismo enquanto tais, mas única e exclusivamente a “utilidade” económica, uma relação óptima entre a exclusão dos refugiados e a exploração da sua penúria.

Esta pífida motivação revela-se involuntariamente na esperteza com que o primeiro-ministro Blair, um representante típico do “novo centro”, se distancia dos assassinos: “Quando um jovem e talentoso estudante negro é assassinado por arruaceiros racistas [...], isso enfraquece o consenso fundamental de decência e respeito, sem o qual a força do nosso país é posta em causa” (citado segundo: Back 2000). A lógica deste enunciado é duplamente traiçoeira. Em primeiro lugar, a “decência e (o) respeito” não figuram como valores em si mesmos, mas apenas como funções da “força do nosso país”. E, em segundo lugar, Blair não é capaz de se indignar com o assassinio senão dizendo que a vítima foi um “jovem e talentoso estudante negro” (aí toca a sineta: um estrangeiro potencialmente “útil”!). No contexto de todo este debate em torno da “utilidade”, esta descrição das características da vítima deixa no ar a ideia de que não viria tanto mal ao mundo se a vítima fosse um refugiado velho, sem talento e sem posses, resumindo: sem qualquer “valor útil”.

Nos refugiados e migrantes executa-se com toda a franqueza a mais íntima lógica do capitalismo enquanto tal: a saber, a tendência para reduzir o ser humano à sua “utilidade económica”, como unidade de dispêndio de força de trabalho e de “produção” rentáveis. O que ainda não é possível até às últimas consequências com os próprios cidadãos, a saber, “reconhecer” como ser humano apenas a máquina humana de produção que possa ser aproveitada rentavelmente, mas não os realmente não utilizáveis como as crianças, os velhos, os doentes, ou os que de outro modo não forem capazes de produzir, tudo isto fica brutalmente à vista no tratamento dado aos migrantes: têm de ser jovens e saudáveis, de preferência desportistas de categoria olímpica bem formados noutro lado, de preferência sem filhos, sem pai, sem mãe, sem dependentes nem obrigações além da de serem “úteis” ao processo de valorização local. E ainda mais bem-vindo é, evidentemente, o “investidor”, o homem que traz dinheiro, “produção” passada coagulada, que foi arrancada a ferros a homens-máquinas sabe-se lá onde, para agora, na “localização” consagrada, voltar a converter-se no estado de agregação líquido do capital e a engrandecer “a força do nosso país”.

Neste sentido, o Governo federal alemão verde-rubro (constituído pelo SPD e os Verdes) enviou, no Verão de 2002, uma carta com objectivos eleitorais a todas as famílias, em cujo sobrescrito se lia a inscrição: “Abra o futuro”. O conteúdo desta carta justifica a chamada lei de imigração. Para tal, o Governo dirige-se, com a sua argumentação a favor do processo selectivo, pleno de confiança e em busca de compreensão, à base popular da sua população racista: “O bem-estar e o trabalho da Alemanha dependem da competitividade internacional da nossa economia. Para produtos de primeira categoria, tecnologias inovadoras e uma investigação altamente desenvolvida necessitamos das melhores cabeças do mundo. Temos muitas delas no próprio país. Mas também precisamos de especialistas vindos de outras partes do mundo [...]. A lei vai conduzir a uma redução substancial do número de imigrantes. Já apenas virão como imigrantes pessoas que tenham uma perspectiva na Alemanha e às quais sejam oferecidas oportunidades de trabalho qualificado [...]. Com toda uma série de medidas, a permanência de estrangeiros com obrigação de saída acaba com maior eficácia e rapidez [...].” (Folheto do Governo federal alemão de Agosto de 2002).

A pesca das “melhores cabeças” com o “*green card*” infelizmente não é muito bem compreendida pela população alemã que recusa distinguir entre estrangeiros “úteis” e “inúteis”. Afinal a “utilidade” também não está estampada na cara de toda a gente com a clareza porventura desejada pelos democratas. Por isso, não param de se suceder ocorrências como esta: “Após uma agressão brutal a um cientista indiano de 28 anos, na Segunda-Feira de Pentecostes, em Leipzig, foi preso um extremista de direita de 26 anos. O indiano acabara de chegar à cidade poucas horas antes, para um estágio de investigação, quando arruaceiros que se presume serem de direita o atacaram. A partir de uma cabine telefónica, tinha observado vários jovens com um cão a perseguirem um africano. Em seguida, os criminosos começaram a bater no cientista e pisaram-lhe os óculos. O cão mordeu o homem de 28 anos no braço [...]. A universidade de Leipzig referiu que esta ocorrência prejudicava gravemente o seu prestígio internacional” (*Nürnberger Nachrichten*, 16.6.2000).

Também no que diz respeito aos maus-tratos infligidos às “melhores cabeças” estrangeiras, a Alemanha do Leste ocupa um lugar de topo: “Em Janeiro, um professor de Matemática convidado, de nacionalidade chinesa, e um botânico russo foram assaltados e espancados em Jena [...]. Já antes, dois matemáticos russos e um professor egípcio tinham-se tornado vítimas de xenofobia em Jena.

Também em Berlim, Halle, Leipzig e Frankfurt/Oder foram reportados ataques a investigadores de outras nacionalidades ou cores. São notícias como estas que levam a que muitos cientistas estrangeiros não apenas se sintam pouco à vontade ao pensarem num posto na Alemanha do Leste – simplesmente grassa o medo nos institutos e laboratórios [...]. ‘A Alemanha, e especialmente a Alemanha do Leste’, queixa-se Mojib Latif, chefe de um grupo de investigação no Instituto de Meteorologia Max Planck de Hamburgo, ‘tem péssima fama em termos internacionais. Quando recebo chamadas de cientistas estrangeiros, antes da questão do salário vem quase sempre a questão da segurança’ [...]” (Hackenbroch 2002).

Pelo mesmo motivo se encontra também ameaçado o futuro do Instituto para Física de Semicondutores em Frankfurt/Oder, onde trabalham cientistas de 16 países, dos quais já ninguém se sente seguro. Até foram atacados pela população nazi participantes das celebrações do 250º aniversário de Goethe, em Weimar, uma ocorrência eminentemente alemã. Vai-se tornando um hábito que literatos, notáveis, artistas, etc. vindos de “cidades geminadas” no estrangeiro e em passeio pela cidade sejam insultados, maltratados a pontapé e perseguidos com cães de luta. No entanto, uma certa falta de capacidade de selecção não caracteriza apenas os gangues de arruaceiros, mas igualmente a polícia e os serviços de estrangeiros. Uma vez posto em marcha, o aparelho tem tão pouca capacidade de contenção como os idiotas tatuados com símbolos nacionais: “Em esquadras da polícia de Hamburgo, estrangeiros sofreram insultos, golpes e tortura. Algumas das vítimas foram até pulverizadas pelos agentes com produtos de desinfecção e gás lacrimogéneo” (*Der Spiegel* 46/1996). Em 1997, a comissão contra a tortura do Conselho da Europa acusou os agentes da polícia alemã de um “uso de violência excessiva” sobretudo contra estrangeiros (*Das Parlament*, 1.8.1997).

No meio disto tudo, pode bem acontecer que um convidado de honra, um docente convidado, um jornalista, ou mesmo um abençoado investidor vestido desportivamente seja confundido com um requerente de asilo. Depois, evidentemente, todos dizem que é mentira, como no caso do repórter fotográfico britânico de origem chinesa Justin Jin, que, ao ser atacado por nazis em Rathenow, no Brandeburgo, não foi posto sob protecção da polícia, mas foi levado para a esquadra com brutalidade, ao passo que os arruaceiros não foram molestados: “No carro-patrolha, tiraram a Jin também o telemóvel com que antes tinha solicitado a ajuda da polícia. Um porta-voz da polícia explicou entretanto este facto com a necessidade de proteger de eventuais interferências as comunicações por rádio das autoridades. Segundo a versão da polícia, também o uso da força contra o britânico foi um ‘mal-entendido’. Provavelmente tê-lo-iam agarrado pelo braço para que aceitasse o convite a entrar (!) no carro-patrolha [...]” (Englisch 2000).

Também os diversos serviços de estrangeiros, acirrados pela política democrática de todas as cores, e há muito habituados a uma intervenção musculada e o mais restritiva possível, não querem nem são capazes de ser particularmente sensíveis na selecção das suas vítimas. Repetidas vezes, tanto as “melhores cabeças úteis” como as “cabeças” estrangeiras que não sejam assim tão úteis têm de passar pelo mesmo vexame nos trâmites da sua autorização de residência e do visto de trabalho. E, se for preciso, mesmo aos que tenham sido reconhecidos como “úteis” faz-se-lhes sentir, sem lugar a qualquer mal-entendido, quão depressa a Alemanha pode livrar-se deles. Eis um exemplo: o egípcio Salah El-Nemr, de 38 anos, “que, nos últimos dois anos, caiu em desgraça na consideração das autoridades, passando de empresário bem sucedido para estrangeiro ilegal e indesejado” (Böhm 2000b). Como profissional de hotelaria, El-Nemr tinha criado quatro postos de trabalho em Elsterwerda, no Estado de Brandeburgo [...]. Era precisamente por isso que o serviço de estrangeiros local lhe tinha dado uma autorização de residência. ‘Interesse público especial’, dizem no serviço de ordem pública. Esse interesse extinguiu-se o mais tardar na noite de 1 de Outubro de 1998, quando a casa de Salah El-Nemr, onde também se encontrava o seu restaurante, foi incendiada por desconhecidos [...]. Na mesma altura, o serviço de estrangeiros competente chegou à conclusão de que já não havia ‘interesse público’ na permanência de Salah El-Nemr, pelo que recusou o seu pedido de prorrogação da autorização de residência” (Böhm, *ibidem*).

No entanto, não é com a tentativa de proceder a uma selecção que divida os estrangeiros em “úteis” e “inúteis”, em “melhores cabeças” e uma escória humana feita de não-pessoas, que o democrático

imperialismo da exclusão consegue resolver as suas insolúveis contradições internas. Pelo contrário, elas agudizam-se. Assim é bastante embaraçoso que seja precisamente o perfil das “melhores cabeças” aliciadas através do “*green card*” que corresponde exactamente às características dos “terroristas latentes” definidas pelos peritos em terrorismo. Não é armados em refugiados deprimidos e doentes que os temidos “terroristas latentes” penetram no espaço por detrás das muralhas do centro, mas como especialistas formados ou “jovens e talentosos estudantes”. É precisamente isso que faz deles “agentes latentes” do terror, da némesis do capitalismo.

E, por outro lado, a própria classe média democrática não se rege pelos critérios de selecção que favorece em termos ideológicos, desde que estejam em jogo os seus fúteis interesses próprios. São precisamente os ilegais oficialmente sujeitos à caça ao homem e à deportação que, por outro lado, servem a muitos representantes produtivos do capitalismo como objectos da sua economia pessoal, o que, por sua vez, apenas é possível prolongando a estada ilegal destas não-pessoas: “Em todo o caso, é um segredo público que, por exemplo, em Genebra é quase impossível encontrar uma ama ou uma enfermeira com um visto de trabalho válido. Em muitas famílias da *bonne société* e da classe média, são peruanas ou equatorianas que tomam conta das crianças” (*Neue Zürcher Zeitung*, 27.8.2001). O mesmo se passa em todos os países do centro democrático: precisamente por estarem tão desamparados e destituídos de direitos, os “*sans papiers*” são uma mão-de-obra escrava cobiçada. Também nos EUA já houve detentores de ou candidatos a cargos que tropeçaram no facto de por acaso alguém ter descoberto que tinham empregado mão-de-obra barata e ilegal; entre os “produtivos” democráticos de todas as áreas, é um delito de cavalheiros, só não convém deixar-se apanhar.

Isto também se aplica a outras áreas, como por exemplo a agricultura. Assim tornaram-se conhecidas práticas do género em Espanha, quando 12 trabalhadores baratos e ilegais vindos do Equador tiveram um acidente mortal numa passagem de nível sem guarda: “Os 12 trabalhadores [...] seguiam numa carrinha superlotada, a caminho do seu local de trabalho, uma plantação de brócolos [...]. Os equatorianos são pagos em função da eficiência do seu trabalho – 12 cêntimos de marco por um quilo de brócolos – e chegam a ganhar, numa jornada de 12 horas, um salário de 50 marcos. Não têm contrato, nem acesso ao serviço de saúde, nem documentos de trabalho. Como em Espanha são considerados trabalhadores ilegais, o empresário agrícola mandava a carrinha ir buscá-los aos seus pequenos apartamentos, em que vivem apertados como sardinhas enlatadas, o mais cedo possível, antes do romper do dia, e levá-los até à plantação através de caminhos secundários, para evitar controlos da polícia. Pelo transporte até ao seu posto de trabalho tinham, ainda por cima, de pagar no mínimo seis marcos por dia, e mesmo mais de dez marcos, se a distância fosse maior” (Haubrich 2001).

Como se não bastasse, a ideia democrática da selecção de acordo com critérios de utilidade económica não tem qualquer justificação prática, não passando de um duvidoso constructo legitimatório. Em boa verdade, todos os migrantes são igualmente objecto de exclusão e, em simultâneo, de exploração nas margens da reprodução capitalista; não existe nenhum limite que distinga entre “úteis” e “inúteis”, já que todos são tanto odiados quanto temidos, e, individualmente, é de todos que se busca tirar proveito, tanto quanto possível, aproveitando a sua situação. Não há um orgulhoso detentor de “*green card*” que, enquanto potencial “terrorista latente”, não possa vir a ser objecto de suspeição e de medidas a condizer; e não há um potencial “detido para deportação” que, não por acaso, não seja igual e perversamente “bem-vindo” como escravo de trabalho ilegal.

Pretende-se que os migrantes e os refugiados estejam de certo modo presentes (como trabalhadores baratos e servos) e de um modo diferente não estejam – a sua fantasmática existência-inexistência jurídica subdivide-os em variadíssimas funções negativas para as necessidades concorrenciais do centro democrático, que em nenhum dos modos se encontram associadas ao seu “reconhecimento”. Assim, as escassas “melhores cabeças” entre especialistas migrantes podem contribuir tão pouco para o reforço da acumulação real de capital global como o trabalho de miséria dos ilegais na área dos serviços pessoais e em sectores marginais da produção para o mercado; mas, assim como assim, aproveita-se o que se consegue arrancar a uns poucos entre os “supérfluos” que vão entrando no

nosso território. Um aproveitamento parcial e marginal deste tipo vai perfeitamente de braço dado com a grande tendência repulsiva do imperialismo da exclusão.

A globalização dos “decentes”

Não existe nenhuma “globalização dos decentes” que possa ser cuidadosamente separada das atrocidades da população racista e da sua propaganda xenófoba; isto abstraindo do facto de a globalização do capital fazer parte do complexo de causas da migração. Por isso, também a tão invocada “revolta dos decentes” contra essa população acaba por não ter força nenhuma. Não é só o democrático e institucional imperialismo da exclusão que coincide com os desmandos da população; não sendo também o aproveitamento capitalista de uma parte dos migrantes, contraditoriamente inserido neste contexto, a única motivação democrática. Pelo contrário, os “estrangeiros” ainda constituem um recurso para a relação de capital e suas instâncias sob um aspecto completamente diferente, a saber: como carne para canhão da reacção à crise. Quanto mais a reprodução capitalista global ameaça tornar-se um evento minoritário, mesmo nos centros, tanto maior se torna a necessidade capitalista de atirar à difusa fúria popular uma vítima conveniente. Com o avançar da crise, as elites democráticas desenvolvem, pensando com os seus botões, o raciocínio de poderem de algum modo salvar alguma “ordem e sossego” para si próprios, precisamente pela autorização relativa (se bem que não admitida) do *pogrom*.

É uma negociata nunca explicitamente formulada, mas que se está a impor na prática, dos democratas do mercado mundial com a sua população racista e os seus *killer kids* assassinos. Se é preciso haver distúrbios, “luta” violenta, etc., mais vale que seja contra “estrangeiros” ou guetos problemáticos escolhidos do que contra parlamentos, centros de emprego ou bancos. E se é para pilhar, mais vale que a vítima seja o pequeno coreano ou o turco da esquina do que Karstadt ou Wal-Mart. Há que abrir uma válvula de escape, de alguma maneira, para o caso de tudo ameaçar ruir, ganhando assim os aparelhos e a gestão talvez algum tempo. Talvez as próprias massas de perdedores brancos e ocidentais da globalização e do capitalismo de crise possam engolir os piores desaforos e fenómenos de miséria incipiente, se em troca puderem incendiar alguns “estranjas” sem que lhes aconteça muito mais do que, depois, terem de assistir a uma piedosa cadeia humana democrática. Tal estratégia nem sequer tem de ser elaborada conscientemente, embora mesmo esta eventualidade seja difícil de descartar; basta que o reptiliano cérebro global ideal da classe política e dos aparelhos democráticos congemine nalgum recanto da sua monstruosidade esta ideia implícita para que ela transite por osmose para um comportamento político-burocrático real.

Neste campo, um dos aspectos é também o “comportamento dos eleitores” apurado pelas sondagens. Como, fora do estado de excepção, a legitimação do aparelho passa pelo indigno espectáculo das “eleições”, que já há muito nada significam em termos de conteúdo, a obtenção ou conquista do poder exterior e, com ele, dos tachos estatais, da capacidade de distribuição nepotista, da satisfação da ambição política, etc., depende de uma adaptação tão maleável quanto possível à disposição das massas, que a cada momento é fomentada pelos *media*. E como a classe política que anda à pesca de votos sabe exactamente que o povo eleitoral não é formado por pessoas livres e responsáveis, mas reles sujeitos da concorrência de um sistema de coerção totalitário, que ainda por cima ameaça ficar fora de controlo, evidentemente também conhece bem a quota-parte constante, ou porventura crescente, de componentes racistas, anti-semitas, xenófobos e autoritários da disposição das massas, que, na sua sensibilidade maligna, pretende ser “servida”.

Pode dar-se o caso de uma parte da *intelligentsia* democrática, dos pregadores éticos, dos políticos mediáticos, dos ideólogos do liberalismo económico, dos gestores, etc. na realidade não desejar esta lógica, ou pelo menos ser-lhe indiferente, e, por falta de uma auto-avaliação realista, preferir auto-iludir-se, chegando mesmo a acreditar nas próprias frases repisadas. Mas a profundidade social da afinidade entre a democracia da economia de mercado e a população racista é um facto objectivo que se adensa precisamente no local para onde todos convergem: no famigerado “centro”, tanto no

velho como no novo. O fenómeno não é nenhum segredo, recheando já as bibliotecas de seminários de sociologia e de politologia. E as provas são esmagadoras.

Enquanto os partidos democráticos ainda apelam à “revolta dos decentes” contra partidos de extrema-direita, neonazis e racistas, em todo o mundo ocidental fazem as suas próprias campanhas com base em concessões bem doseadas à xenofobia e ao racismo, como acontece, por exemplo, na Grã-Bretanha: “Os conservadores e o Governo do Partido Trabalhista andam a criar um ambiente hostil aos refugiados, a imprensa inventa uma crise do asilo – parece que uma modesta dose de xenofobia rende votos [...]. Como quase em toda a Europa, antes de eleições, também os políticos britânicos tentam exceder-se mutuamente com exigências ruidosas de lei e ordem. Nisto são secundados por jornais conservadores que têm andado a proclamar uma crise do asilo” (Sontheimer 2000). Também em França e em Espanha, em Itália e na Austrália, todos os partidos democráticos, incluindo a esquerda, andam à pesca de votos do “centro”, recuperando as tónicas do radicalismo de direita que oficialmente dizem combater.

Este trabalho de equipa é sobretudo visível na Alemanha. O chamado compromisso de asilo, isto é, o esvaziamento total das leis do asilo, apoiado pela “comunidade dos democratas” de todos os partidos, foi uma resposta directa aos desmandos da população racista – de facto, a confraternização com a mesma, visto que a lógica de todo o debate em torno do asilo e dos estrangeiros, assim como das alterações introduzidas na legislação desde o início dos anos 90 do século passado, tornava-se mais clara: quanto mais brutalmente os gangues de arruaceiros intervierem contra migrantes e quanto mais xenófobo se tornar o ambiente nas conversas de café, mais restritivas se tornarão as leis. Não porventura as leis contra a incitação ao ódio e contra a violência e os assassínios racistas, mas as leis dirigidas contra estrangeiros – sempre de olhos postos no difuso potencial de votos de direita e etnorracista.

O absurdo argumento de que tal é necessário para evitar o pior e para manter os neonazis precisamente fora dos parlamentos é apenas a prova involuntária de que as sociedades de concorrência, que se caracterizam pela democracia e pela economia de mercado, não só geram uma necessidade intrínseca do racismo e da xenofobia, como, na crise, permitem que estas ideologias assassinas cheguem mesmo a ter representação parlamentar, acabando por se avolumar até serem capazes de disputar a maioria. É o melhor argumento contra toda a ordem instalada que, afinal, é apregoada pelos democratas como modelo contra o racismo, quando, na realidade, é o seu regaço materno.

E evidentemente esta estranha “defesa” contra o racismo, que passa por “compreender” os seus motivos, recuperando-os num intuito de apaziguamento, serve em primeiro lugar para lhe abrir espaços de manobra. Apenas lhe iria conferir o estatuto de satisfatório e frequentável se, em boa verdade, não o tivesse já e desde sempre. E, no maior dos segredos, é precisamente esse o objectivo: manter à trela a população, mesmo a da classe média, não a hostilizando, e abrindo, ao mesmo tempo e através dessa população, uma válvula de escape para a crise.

No entanto, não é apenas o calculismo eleitoral com base nas sondagens que torna compatível a “comunidade dos democratas” com a população e as suas formas de expressão. Também nos planos ideal e programático têm algo em comum, cuja origem reside no teor racista da ideologia iluminista, da qual afinal saíram todas as tendências e escolas do pensamento político e ideológico da história da modernização. Todos os partidos políticos, incluindo os socialistas e os verdes, estão entretecidos e interligados de modos múltiplos tanto com o ideário como com as representações políticas da direita. Também no seu próprio pensamento, a “globalização dos decentes” deve coexistir com uma consciência nacional supostamente “normal” e com “interesses patrióticos”, o que evidentemente serve apenas para tapar as contradições dilacerantes da globalização capitalista.

A partir da margem direita, múltiplas formas de organização do racismo e do anti-semitismo, da ideia de si étnica e da militância religiosa transbordam para a política e para a cultura democráticas oficiais. Apenas se encontram politicamente proscritas de modo puramente superficial seitas abertamente neonazis como o NPD alemão, ao passo que a tentativa titubeante da UE de boicote à participação da Haider no Governo da Áustria se desmoronou miseravelmente, e os populistas de

direita dotados de um enorme poder mediático, como Berlusconi, em toda a parte têm lugar à mesa. Através dos partidos conservadores e democratas-cristãos, junto de cujos caciques de província e em cujos subagrupamentos florescem todas as gradações do idiotismo nacionalista, do desvario étnico e do clericalismo autoritário, todo o espectro democrático se encontra engrenado com o populismo racista de direita.

Figuras especialmente tenebrosas deste tipo, como o ministro-presidente do Hesse, Robert Koch, o ministro do Interior de Potsdam, Jörg Schönbohm e, evidentemente, toda a camarilha da CSU bávara, aproveitam regularmente para os seus fins os sentimentos da extrema-direita, banalizam as exacções da população racista e bloqueiam qualquer acção decidida contra a xenofobia, para a qual os aparelhos de qualquer modo não estão preparados. E os democratas das associações de estudantes amaciados pelos verdes, que, por assim dizer, a salivar de agrado, se instalaram comodamente “na república”, nas suas coutadas e nos seus aparelhos parlamentares e governamentais, colocam ocasionalmente a pergunta espertalhona sobre se, na normalidade democrática, não temos de arranjar algum modo de “viver com a direita”, que, paciência, está incluída, tal como a festa da cerveja, o festival de Bayreuth e a liberdade de opinião.

Não é por acaso que hoje em dia não há nenhum país em que a engrenagem do fundamentalismo de direita com a política democrática oficial seja tão variada e vá tão longe como no país campeão do Iluminismo, da liberdade ocidental, da democracia e do capitalismo, que são os EUA. O Partido Republicano do presidente Bush em grande medida apoia-se e está permeado pelas mesmas forças que também se reúnem nas milícias racistas ou nas seitas protestantes fundamentalistas. Assim, nos anos 90 do século passado instalou-se no partido a “Christian Coalition” [coligação cristã] liderada pelo pregador militante da televisão Pat Robertson. Outra força de peso no seio dos republicanos foi sempre o populista de direita Patrick Buchanan, ainda que esta corrente apenas sirva para captar votos nas margens da direita.

A forte ala situada na orla direita dos republicanos não se priva de nenhum contacto nesse espectro, incluindo o Ku Klux Klan e o anti-semitismo declarado, que o próprio Buchanan raramente escondeu. O facto de o Governo ultraconservador dos EUA apoiar os representantes da direita e da linha dura israelita e, na guerra policial e cultural contra o mundo muçulmano, apostar tudo no regime de Sharon e dos ultras israelitas não impede nem por sombras que em casa, na sua base, estejam tu cá, tu lá com os piores agitadores anti-semitas e com os racistas brancos. Também aqui, a loucura ideológica racista prova que vive com referências intrinsecamente contraditórias e não se deixa perturbar no seu mister destruidor. O que, de resto, apenas demonstra uma vez mais quão pouco Israel se pode fiar em que a última potência mundial garanta a sua existência.

A engrenagem e a interligação da política democrática com o racismo e o etnonacionalismo prolongam-se no plano dos aparelhos administrativos, policiais e de justiça. Em todas as democracias ocidentais aplica-se a lei fundamental de que o radicalismo de direita em sentido lato é tratado nas palminhas e é tolerado em muitos aspectos, ao passo que o pleno rigor e o ódio, a vontade militante de perseguir, se dirigem, sempre e literalmente por atacado e sem qualquer relativização, invariavelmente contra radicais de esquerda e antifascistas militantes. No que diz respeito à agitação contra os estrangeiros, até se desenvolveu uma espécie de divisão do trabalho entre os gangues de arruaceiros e as autoridades, não sendo raros os casos em que os assaltos chegam a ser referidos como motivo para retirar às vítimas o direito de permanência. E a relação com os líderes e agitadores da propaganda contra os estrangeiros é, na prática, das melhores, chegando até a ser pessoal, como confirmou um antigo membro da fauna de extrema-direita na Média Francónia: “Naquela altura, no distrito de Erlangen-Höchstadt, estávamos integrados às mil maravilhas [...] com numerosos presidentes de câmara, e até nos tratávamos por tu” (citado segundo: Woratschka 1999).

Enquanto a polícia democrática interveio, por exemplo, em Génova, contra críticos de esquerda da globalização, com uma dureza brutal que causou ferimentos graves, recorrendo ao uso de armas de fogo, as intervenções contra autores de crimes violentos com fundo racista quase sempre acabam por ser comparativamente anémicas. Na RFA, isso já se tornou evidente aquando do *pogrom* de Rostock de 1992. Nessa altura, a força policial, que recuara perante a população nacionalista

enfurecida, só entrou em acção aquando de posteriores contramanifestações da esquerda: “Depois de, na semana anterior, o aparelho policial não ter intervindo contra a matilha, agora, com uma auto-estrada fechada e helicópteros a voar no horizonte, mostrou eficazmente do que é capaz quando se trata de intervir contra elementos de esquerda” (Bendemann 2002).

Do mesmo tipo foi também o corolário jurídico do *pogrom*: “O balanço das autoridades judiciárias, após as noites em que Rostock-Lichtenhagen esteve a ferro e fogo, desde o início deixava muito a desejar. No final da semana, a polícia anunciou 260 detenções – entre os detidos também se encontravam mais de 100 activistas antifascistas. Apenas foram emitidos 30 mandados de captura, numa quantidade de cerca de 800 atacantes militantes e vários milhares de espectadores que aplaudiam. É um facto que, após o *pogrom*, a polícia de Rostock abriu cerca de 300 inquéritos judiciais. Mas a maioria acabou por ser arquivada com justificações esfarrapadas. ‘No que diz respeito aos tumultos ocorridos em Rostock-Lichtenhagen, não conseguiu provar-se que nenhum dos autores de actos de violência tivesse cometido o crime de incitação ao ódio’, segundo constava no despacho de arquivamento. Exclamações como ‘estrangeiros prà rua’ seriam ‘discriminatórias e xenófobas em sentido lato’, mas não configurariam o crime de ‘incitação ao ódio’ [...]. Assim não admira que apenas em 32 casos tenha sido deduzida acusação, na maior parte por perturbação da ordem pública [...]. Quase sempre, os juízes encontraram motivos para uma redução da pena. Ora era o álcool, ora a degradação da situação social, ora a situação de desemprego em que se encontravam os arguidos [...].” (Bendemann, *ibidem*).

Os mesmos motivos nunca são tidos em conta quando os acusados são radicais de esquerda; pelo contrário, nesses casos tendem a ser considerados agravantes. Numa parte substancial do aparelho policial e de justiça, este modo de proceder diferenciado corresponde sem margem para dúvidas a uma mentalidade autoritária permeada pelo positivismo jurídico, sendo ela própria racista, tal como acontece com as administrações e os caciques da província, para os quais os bandidos dos gangues de arruaceiros racistas passam em regra por serem “os nossos jovens locais”. E aquela parte dos aparelhos que se tem por neutral, por pensar que actua puramente nos moldes do positivismo jurídico, engana-se a si própria. O positivismo jurídico implica já de si uma afinidade estrutural com o potencial de violência de direita, de cariz racista e etnonacionalista, na medida em que a forma do direito mais não é do que a capa formal do sujeito capitalista da pulsão de morte.

Quando os adeptos democráticos e pseudoneutrais do positivismo jurídico nos aparelhos têm a impressão de não dar nenhum tratamento preferencial à direita, são vítimas da mesma ilusão que a (comprovada) das professoras e professores no favoritismo das crianças do sexo masculino: mesmo que façam um assumido esforço por, nas suas aulas, também promoverem o desenvolvimento das raparigas, mantém-se a dominância masculina estruturalmente inerente ao sistema, e também ao sistema escolar, e a pessoa docente dá de facto menos atenção às raparigas, como resultou claramente de testes efectuados. O mesmo se passa com os funcionários públicos, juízes e procuradores que se julgam “puramente objectivos” no que diz respeito à sua notória hesitação e brandura perante radicais de direita, sobretudo se forem adolescentes.

O facto de os jovens servirem de motivo de banalização (“partidas de rapazes tontos”) é um dos pretextos democráticos preferidos para que não se tome nenhuma atitude inflexível contra a fauna racista e radical de direita. Mesmo de notórios autores de crimes violentos e assassinos, as autoridades e os *media*falam numa linguagem que faz crer que se trata de crianças que exageraram um pouco na brincadeira. Assaltos de arruaceiros de direita a jovens de esquerda são regularmente apresentados como se tivessem ocorrido lamentáveis alterações “entre extremistas”, tendendo-se, em caso de dúvida, a abrir um inquérito contra os da esquerda. A regra de ouro para o modo de proceder com jovens radicais de esquerda é estigmatização, rejeição, exclusão; a regra de ouro para o tratamento de jovens radicais de direita, pelo contrário, é uma preocupação generalizada de não os excluir, oferecendo-lhes melhores actividades de tempos livres, etc.

Entre os ideólogos desta brandura integracionista encontram-se, em primeiro lugar, políticos e pedagogos da esquerda democrática “realista”, institucionalizada e responsável, dos socialistas “virados” defensores da economia de mercado, dos sociais-democratas e dos verdes. Enquanto um modo de proceder militante de jovens radicais de esquerda, seja ele qual for, apenas provoca

reações de distanciamento drástico, por exemplo no PDS, que é o antigo partido de Estado da RDA entretanto “chegado à democracia”, não são poucos os populistas da esquerda nacional que mostram compreensão para com os rapazes assassinos racistas da Alemanha do Leste, que se sentam à mesa com os arruaceiros, os “levam a sério” e descobrem a sua veia para a pedagogia nacional (e talvez igualmente uma afinidade ao nível das manchas castanhas na própria alma).

E foi evidentemente um académico democrático de esquerda da Universidade da reforma verde-rubra de Bremen, o professor de Pedagogia Social Franz Josef Krafeld, que, no final dos anos 80 do século passado, inventou, especialmente para a maneira de lidar com adolescentes racistas de extrema-direita, o mote do “trabalho de aceitação dos jovens” – mesmo oportuno e como que encomendado para o início da era do brando recuo do Estado perante a população racista. Tais ideias prenes de compreensão, no sentido de “ir buscar” os jovens mundividencial e militantemente delinquentes “onde eles estão”, não tinha ocorrido nem a sonhar aos pedagogos sociais democráticos de esquerda, quando o Estado intervinha com dureza implacável contra simpatizantes da RAF, por muito jovens que fossem. Foi com toda a razão que, após amarguíssimas experiências, em 1998, grupos antifascistas do Norte da Alemanha lutaram contra a cumplicidade objectiva desta “concepção pedagógica”: “O trabalho de aceitação dos jovens faz sentir aos tipos de direita que estão a ser apoiados e levados a sério, não apesar, mas por causa das suas opiniões. Em relação a eles, até se constroem conceitos específicos que aceitam expressamente as suas opiniões e lhes dão importância, na medida em que servem de pretexto para lhes disponibilizar espaços, assistentes sociais, fundos, etc.” (citado segundo: Simon 2000).

O quadro deixa tão pouca margem para dúvidas, que a afinidade dos democratas com a população racista não pode provir apenas de um cálculo exterior tático ou utilitarista, como se no seu íntimo esse sentimento lhes fosse estranho e eles o aceitassem apenas de algum modo como um facto inevitável da realidade social, para o aproveitarem instrumentalmente. Esta última predisposição, a de tratar o *pogrom* racista de um modo sobretudo benevolente como “mal menor”, por comparação com uma rebelião social séria contra as instituições capitalistas, remete para o teor racista da subjectividade democrática enquanto tal, que, como elemento da pulsão de morte burguesa, está latente na forma totalitária da sociedade da concorrência, até ao ponto da destruição do mundo e de si próprio. Não foi por acaso que já o herói espiritual do Iluminismo, Kant, usou a linguagem da população, quando lhe aprouve discorrer sobre os “Negros” e o seu estatuto sub-humano.

No seu romance “Davids Rache” [A vingança de David] (1994), Hans Werner Kettenbach apresentou o psicograma de um professor de liceu cheio de benevolência democrática, ideologia humanitária burguesa e esclarecimento cívico de esquerda que, ao hospedar um amigo da Geórgia (o resultado de uma visita de estudo em regime de intercâmbio) fugido do colapso e da guerra civil, começa a subtilmente a mudar e a desenvolver fantasias absurdas, até que o racismo profundamente enraizado vem à superfície nessa família de classe média democrática, e o pedagogo cosmopolita, que poderia ter saído de um manual de eleitos de esquerda e verdes, acaba por encobrir um horrendo acto de violência contra o “convidado”, perpetrado com a participação do seu filho “transviado” neonazi (que na realidade representa o verdadeiro carácter do pai).

Ao centro da sociedade, às elites de serviço democráticas e à sua decência esclarecida aplica-se o que Robert Musil constatou de passagem no seu *O Homem Sem Qualidades*: “Abstraindo do seu desenvolvido sentido familiar, a íntima razão de ser das suas vidas é o dinheiro, que é uma razão com dentes bem são e estômago bem forte.” Isto também se aplica, de outro modo, numa era de individualização e pós-modernidade. O esclarecimento e os ideais humanitários não são outra coisa senão a forma ideológica do processo capitalista de ingestão e digestão, incluindo a preocupação com a própria prole. Mas quando a lógica do dinheiro, enquanto “íntima razão” da democracia, corre o risco de ruir; quando as entranhas burguesas se inflamam, o sujeito iluminista reduzido às suas entranhas do dinheiro perde a compostura cuidadosamente cultivada, e os “dentes são” revelam ser os caninos de um monstro sedento de sangue e tresloucado. Nessa altura se verifica que os “decentes” burgueses, o velho como o novo “centro”, os mestres talhantes e os professores de liceu, os pseudoboémios da nova economia e as sociedades unipessoais são, eles próprios, a verdadeira população, a malcheirosa valeta democrática, da qual, em boa verdade, brota toda a

brutalidade. Nenhum *skinhead* bêbedo e desejoso de matar pode ser mais animalesco que um sujeito dos interesses da classe média esclarecido, versado em valores ocidentais, bem temperado, moralmente reforçado, amestrado para a autovalorização e treinado em auto-apresentação.

Merece certamente todas as honrarias o facto de, uma vez por outra, indo contra o rasto de perfume do *mainstream* mediático e político, cuja ambivalência relativamente à população racista permite adivinhar qual é a verdadeira natureza do sujeito burguês, um ou outro jornalista se debruçar sobre os condicionalismos da “xenofobia”, relatando sem maquilhagens o conluio entre as autoridades, a política e os autores de crimes violentos; da mesma maneira que numerosas investigações sociológicas e sociopsicológicas souberam isolar o “extremismo do centro”. A imprensa liberal dá espaço a estas vozes, mas fá-lo sob o pressuposto de que a ontologia capitalista se mantenha intacta.

No entanto, é precisamente isso que desvaloriza a crítica. Um mero somatório de fenómenos, descritos de modo “consternado” e acusador, não é ainda um conceito de crítica. Enquanto os críticos não romperem, por seu lado, com a “comunidade dos democratas” para denunciarem a “democracia e a economia de mercado”, o contexto sistémico dos sujeitos da concorrência, como o regaço materno do racismo e do imperialismo da exclusão – a sua crítica, que se agarra precisamente a essa “comunidade dos democratas”, permanecerá condenada à banalidade e à ineficácia.

Isto também se aplica a esse anti-racismo de esquerda que obteve grande mérito na luta prática contra a população e os seus apoiantes. É um facto que os praticantes e militantes dos movimentos anti-racistas se distanciam da “comunidade dos democratas” no sentido da sua aceção oficial, mas, na maior parte dos casos, legitimam-se apenas com uma ideologia antifascista pouco profunda e de escassa reflexão, que continua a levar às costas toda a história irreflectida do marxismo do movimento operário e do seu apego ao invólucro formal do capitalismo. Assim, também na luta anti-racista, apenas se invocam as categorias burguesas não ultrapassadas que ganham forma até serem reconhecíveis precisamente no racismo e no anti-semitismo. É o mesmo problema que o da relação entre a ideologia dos direitos humanos e as guerras de ordenamento mundial, fora do centro capitalista: enquanto a crítica se submeter ao poder definitório do capitalismo, na medida em que não descortina a relação entre o racismo e a democracia, limitando-se a esgrimir o ideal democrático contra a realidade democrática, ela também se põe em campo contra o racismo sob a bandeira do inimigo, por isso sendo constantemente derrotada.

7. O IMPÉRIO E OS SEUS TEÓRICOS

É perfeitamente claro em que consiste a lógica do imperialismo democrático da exclusão. Tendo em conta o processo global de crise, que se tornou impossível de dominar socialmente no interior da economia capitalista, tem de se proceder a uma divisão fundamental do mundo em duas zonas ou submundos. De um lado, uma zona global de "relativa normalidade", caracterizada por procedimentos democráticos, um Estado de direito burguês e a reprodutibilidade da vida assegurada à massa da população, onde a miséria produzida pela economia de mercado pode ser mantida minoritária e controlável enquanto socialmente marginal. A este nível, o carácter de desaforo do capitalismo tem de permanecer como linha de conduta interiorizada, de certo modo num estado de pacificação. Esta zona inclui, por enquanto, os centros ocidentais, o Japão e os "enclaves de reprodutibilidade" ou "ilhas de produtividade" capazes de aceder ao mercado mundial, nas grandes regiões do globo no seu conjunto inviáveis do ponto de vista capitalista. Por outro lado, e justamente por isso, assistimos ao crescimento de uma zona global onde a economia de mercado já caiu no "estado natural" da concorrência capitalista. Esta zona, onde a sorte da maioria é a miséria, já não é controlável nas formas do direito burguês.

Dado que a linha de demarcação entre as duas zonas é traçada cada vez mais nitidamente – literalmente com muros, vedações, barreiras eléctricas, faixas de morte, etc. – impõe-se a comparação, não só com as fronteiras fortificadas da História e com a Muralha da China, mas também com os impérios que lhes estavam associados. A própria noção de imperialismo tem a sua origem nas ideias de dominação das velhas civilizações agrárias e no seu poder repressivo (latim *imperium* = poder de mandar).

O Império e os Novos Bárbaros (Jean-Christophe Rufin)

"O Império e os Novos Bárbaros" (Rufin, 1991): foi assim que o médico e politólogo francês Jean-Christophe Rufin (membro dos Médicos sem Fronteiras) intitulou o seu estudo sobre o tema, no início dos anos 90 do século passado, quando ocorreu a queda do capitalismo de Estado, chegou ao fim a constelação política mundial bipolar e começou a vir à luz mais claramente esta outra bipartição global, nova e diferente.

Rufin estabelece aí uma analogia directa com a Antiguidade, comparando a presente situação da civilização ocidental norte-americana e europeia com a de Roma após a queda de Cartago: agora, como então, desaparece o adversário exterior, com as consequências daí decorrentes. Segundo Rufin, terá sido o historiador Políbio (ca. 200-120 antes da nossa era) quem legitimou a missão imperial de Roma: "Ao escrever a sua história, Políbio modela o passado de Roma, recria-o, dá-lhe retrospectivamente um percurso de rectidão. Ele persuade os Romanos de que a sua vitória não foi fortuita, mas tem a marca de um destino particular. Desde a sua origem, foi cometida a Roma uma obra de paz, justiça e sabedoria [...]. O resto do mundo, tudo o que está fora do Império, está numa situação lamentável: os Bárbaros estão privados da civilização. Roma tem o dever de lhes levar a civilização, ou de os combater, se eles persistirem no seu arcaísmo e tentarem ameaçá-la. Políbio substitui a angustiante imagem de uma Roma perante o vazio pela ideia exaltante de uma responsabilidade imperial, de uma missão universal. E, assim, ele inventa uma nova 'massa dupla': o

Império em oposição aos Bárbaros [...]. Ora eis que surge uma nova revolução polibiana. A oposição Norte-Sul ressuscita esta ideologia da desigualdade, da assimetria. Sem dúvida que, para esconjurar a angústia nascida do recuo soviético, o Sul vê-se a partir de agora remetido ao papel dos novos Bárbaros, perante um Norte supostamente reunificado, imperial, depositário dos valores universais da civilização liberal e democrática" (Rufin, 1991, p. 19s.).

Esta constelação não é assim tão nova. Com efeito, ela fora preparada no plano ideológico desde os tempos de Woodrow Wilson; e, no plano político e militar, desde o fim da Segunda Guerra Mundial que o império capitalista da *Pax Americana* se definira como "mundo livre", tanto perante o "sistema totalitário" do bloco do Leste, como perante os "países subdesenvolvidos" do conjunto do Sul. Tal definição já fazia sua essa ideologia missionária, cujo objectivo consistia precisamente na unificação económico-política do sistema mundial. Os elementos fundamentais da analogia que Rufin estabelece, entre o Império Romano após as guerras com Cartago e os anos 90 do século passado, já antes estavam constituídos.

Na história da Guerra Fria, a ideologia missionária ocidental, obviamente sob influência da mobilização fordista e do concomitante "milagre económico" após a Segunda Guerra Mundial, ainda continha a promessa de prosperidade e "desenvolvimento" para o conjunto do planeta. Tal promessa revelou-se objectivamente irreal. O que dela resta apresenta-se hoje sob forma decadente, tão falaciosa como desacreditada, na boca dos conservadores neoliberais e dos novos sociais-democratas. Na crise mundial da terceira revolução industrial já ninguém afirma com seriedade que seja possível um novo "milagre económico" capitalista. Se já antes a maioria da população mundial estava de facto excluída, e apenas numa perspectiva idealmente integrava num futuro imaginário, hoje trata-se apenas de encontrar um vocabulário disfarçado, para apresentar a pérfida dialéctica da exclusão total e da simultânea vontade de dominação total. Na verdade, os próprios economistas reconhecem entretanto abertamente que os centros do capitalismo não voltarão a conhecer o "pleno emprego", nada mais sendo de esperar que uma pauperização crescente de partes cada vez maiores da população. Do conteúdo da ideologia missionária resta apenas, embalada numa fraseologia democrática, a vontade nua e crua do capitalismo de dominar um mundo, cuja reprodução económica já não é capaz de assegurar.

Deste modo, hoje pode-se considerar retrospectivamente que a antiga Cortina de Ferro constituiu, de certa maneira, a primeira versão do novo *limes* entre o "Império" e os novos "Bárbaros". Esta perspectiva é denunciada pelas opiniões que hoje se ouvem nas conversas de café do Ocidente, achando que, contas feitas, melhor fora ter deixado ficar "o Muro", ou que é mesmo conveniente erguer outro (o que, de qualquer modo, há tempos vem sendo feito, apenas alguns meridianos mais a leste). O que se verifica é que, no tempo da Guerra Fria, ambos os lados se iludiam. O que para o capitalismo de Estado do bloco do Leste era uma garantia de "desenvolvimento atrasado" autónomo, e para o império ocidental um obstáculo malévolamente a impedir o acesso a mercados prometedores, revela-se mais tarde como a linha de demarcação provisória entre "fusos horários" de um processo de crise comum, em que o moderno sistema produtor de mercadorias esbarra no seu limite absoluto.

Se reportarmos a análise a antes de 1989, que marca o fim de uma época, a argumentação de Rufin apresenta-se bruscamente invertida. A Cortina de Ferro teria então constituído este paradoxo: não teria sido, em primeiro lugar, o "Império" a isolar-se com um *limes* face aos Bárbaros, mas antes os "Bárbaros" a isolar-se face ao "Império", até que, apenas nos anos 90 do século passado, a realidade fez o obséquio de se conformar à analogia. Evidentemente, esta analogia não explica tudo. Ela ilustra apenas um estádio particular de um desenvolvimento comum, que se prolonga tanto a montante como a jusante. A analogia de Rufin constitui uma descrição dos fenómenos actuais sob muitos aspectos correcta, mas válida apenas para a constelação de um estádio transitório determinado: "O novo *limes* contemporâneo entre Norte e Sul marca o paulatino surgir de uma moral de desigualdade, de uma espécie de *apartheid* mundial. Na ideia de *limes* está mais ou menos clara a intenção de definir e proteger a civilização do Norte. Mas tal implica o abandono violento do Sul, identificado com a barbárie. Este abandono já hoje é perceptível em muitos domínios. Demográfico: à ambição de limitar a população mundial substitui-se uma esperança minimalista de conter as massas do Sul, confiando-se nos flagelos malthusianos para a sua regulação. Económico:

ao ideal de desenvolvimento universal substituiu-se uma política selectiva, que consiste em prestar assistência apenas aos Estados-tampões, situados ao longo do *limes*, que devem assegurar a estabilidade" (Rufin, 1991, p. 26).

Infelizmente, Rufin não se interroga nada, ou quase nada, acerca das razões estruturais desta nova percepção das coisas, não indo muito além da percepção enquanto percepção, como um "constructo" que supostamente poderia ser diferente. Assim, não se apercebe do que afinal soa a falso na construção aparentemente tão pertinente da sua analogia. Parte implicitamente de uma relação entre o exterior e o interior que já não existe há séculos. Pois é aí que está a grande diferença: o Império Romano não foi edificado na base de uma socialização planetária sob a forma do valor, ou seja, sobre um sistema universal de produção de mercadorias. Na Antiguidade, o grau de socialização era muito mais fraco do que na modernidade, sobretudo no limiar do século XXI, tanto na sua densidade interior como no seu alcance exterior.

É por isso que a relação entre o "Império" e os "Bárbaros" na Antiguidade pode ser realmente compreendida como uma relação entre "estar dentro" e "estar fora". Mesmo no interior do Império Romano, as estruturas de mediação directa eram sobretudo superficiais e enxertadas (ligações sob a forma de tributos, cobrança antecipada de impostos às províncias e redes comerciais relativamente ténues, no quadro de uma economia agrária dominante de modo nenhum socializada), apesar da constituição de um certo quadro cultural. O "dentro" não passava propriamente de um ponto, a saber, Roma como centro. Quanto às regiões situadas para além da fronteira exterior, marcada no Baixo-Império como *limes*, elas de modo nenhum se encontravam numa relação de ligação com o interior do Império. A sua maioria, do ponto de vista de Roma, não passava de território "inexplorado", cujas formas sociais e modelos culturais eram tanto mais independentes de Roma quanto mais, na perspectiva do Império, se perdiam nos confins do espaço exterior.

A legitimação ideológica desta "missão civilizatória", cujo cerne económico é o rapto de escravos em larga escala, fundava-se numa relação real com o exterior, apenas comparável, relativamente à história da modernização, quando muito com o início da colonização nos séculos XV e XVI. Em ambos os casos, uma crítica histórica da ideologia pode trazer à luz, simultaneamente, o pano de fundo predador e assassino da pretensa "missão civilizatória", bem como a ignorância e falta de distanciamento da definição pejorativa do estrangeiro como "bárbaro", que involuntariamente denunciavam essa pretensão civilizadora. Marx preparou o terreno para esta crítica histórica da ideologia, reinterprestando o conceito de "barbárie" que, em vez de uma caracterização do "mundo subdesenvolvido", passou a designar uma consequência do modo de produção capitalista moderno. E, com efeito, estamos hoje confrontados com uma barbárie "secundária", saída do processo de crise e desmoronamento do próprio sistema global produtor de mercadorias.

Esta a razão porque a analogia de Rufin acaba por não ser pertinente. O novo *limes* é uma fronteira traçada no interior do próprio "Império" que, como sistema mundial totalitário, já não tem "exterior". Não se trata de uma barreira contra forças exteriores, contra tribos ou o que se chama culturas, nem de uma medida de segurança contra a intrusão do desconhecido, mas sim de uma tentativa de exteriorizar momentos do próprio "interior", a fim de externalizar e manter de fora o que foi produzido pela sua própria lógica social. Mesmo quanto às suas formas de consciência, os "novos Bárbaros" não são "tribos" bizarras de hábitos estranhos, nem populações enclausuradas em relações arcaicas, que permanecem em estádios inferiores de desenvolvimento social. Pelo contrário, são manifestações próprias do capitalismo pós-moderno, muito bem conhecidas – de tal modo conhecidas que formas de consciência e de comportamento semelhantes (novas formas de violência: amoques, kamikazes, crises de demência, actos individuais de desespero, etc.) surgem igualmente nos centros do "Império", onde parecem ainda controláveis.

Tanto os processos de barbarização na periferia como a política de portas fechadas e de exclusão no "Império" são partes integrantes de uma relação de crise global, que se desenrola na sociedade mundial, chegada ao fim da sua capacidade de desenvolvimento. Rufin apercebe-se de que "há qualquer coisa que não bate certo". Mas, permanecendo também ele prisioneiro do velho aparelho conceptual da modernidade produtora de mercadorias, não consegue passar de uma compreensão fenomenológica da realidade, que é insusceptível de ser captada com tais conceitos (e que ele não

recalca simplesmente, à maneira dos ideólogos *hardcore* ocidentais). É o universo categorial dos conceitos – "desenvolvimento económico, economia de mercado, política, democracia, direitos humanos", etc. – que assim entra em flagrante contradição com o universo empírico dos fenómenos, que ao menos sempre é apreendido na realidade concreta. É precisamente aí que parece residir uma das fraquezas fundamentais dos críticos ocidentais, por mais honestos que sejam, que simplesmente não querem pôr de parte a ideologia democrática do sistema produtor de mercadorias, a fim de avançarem para novas ideias de emancipação humana.

Assim, Rufin aproxima-se muito de uma crítica nova, quando põe em questão, ainda que de maneira vaga, o "invólucro económico" universal, negativo do mundo: "Habitúamo-nos a viver neste economismo omnipresente, que parece natural" (*ibid.*, p. 129). Ele reconhece também que, até aqui, as contradições passadas, de uma maneira geral, mas sobretudo na época da sociedade bipolar global do pós-guerra, estavam encerradas neste "invólucro económico", em última análise categorialmente idêntico: "O produtivismo ocidental estendeu-se ao mundo inteiro. O marxismo, sob as suas diversas formas, longe de se lhe opor, contribuiu para o propagar, ao pregar por todo o mundo os mesmos fins, apenas com uma via diferente para os atingir" (*ibid.*, p. 129).

Sem dúvida que também este conceito crítico do "produtivismo ocidental" (manifestamente tomado do movimento verde e alternativo dos anos 80 do século passado) é ainda insuficiente. Rufin vai ainda mais longe, ao verificar, sempre numa perspectiva vagamente crítica, que o dado "mais cobiçado" sob o fascínio deste produtivismo é, independentemente do campo ideológico, "o índice (abstracto) da produção, ou seja, da 'criação de valor'" (*ibid.*, p. 129). E chega mesmo a esta constatação, tão surpreendente quanto é esclarecedora: "Sob esta perspectiva, Marx é concorrente de Adam Smith e não seu negador" (*ibid.*).

Seria de crer que restava apenas dar um passo e retirar de tudo isto as consequências lógicas de uma nova crítica fundamental das categorias da modernidade, e assim tomar finalmente Marx a sério; considerando-o, não na dimensão reduzida de um simples concorrente de Smith, mas como seu negador (pela crítica radical do moderno fetichismo do sistema produtor de mercadorias, como fim em si mesmo, sob o feitiço da valorização do valor), e pôr em evidência a relação entre o "produtivismo" abstracto, alheio às necessidades humanas, e esta "criação de valor", que se trataria de descobrir e ultrapassar como critério negativo e não positivo. Em síntese: trata-se de salvar e sobretudo conseguir a sério, positivamente, o mundo unificado da humanidade, que foi desfeito à escala planetária pelo "modo de produção baseado no valor" (Marx), ou seja, pelo moderno fim em si da chamada economia.

Mas Rufin abstém-se de retirar tais consequências. De facto, ele elabora a sua crítica apenas a partir do carácter falacioso dos dados estatísticos do "produto social" e de outros índices abstractos da economia capitalista. Assim ele pode demonstrar que os "bons resultados" provisórios de países como o Brasil, os "tigres" asiáticos e outros bons alunos do totalitarismo de mercado, escondem na realidade profundas desigualdades sociais e económicas (por exemplo: criação de aumentos de produção não rentáveis do ponto de vista capitalista, dependência unilateral das exportações, etc.) que, mais tarde ou mais cedo, acabarão por desmentir os pretensos sucessos estatísticos. O colapso dos países do milagre asiático confirmou de modo chocante esta análise, poucos anos depois. Em todo o caso, as conclusões que daí retira Rufin não são claras. Agarrando-se a uma crítica vaga, que recua perante o obstáculo das categorias, depressa fica para trás da sua própria abordagem crítica. Assim, ele abandona o terreno "perigoso" do sistema de referência comum do terror económico por excelência, o trabalho e o valor abstractos, que é imposto na prática com rigor universal no mercado mundial, regressando, pelo contrário, sem qualquer mediação, às diversas diferenças sub-sistémicas, culturais, etc.

Aproxima-se assim perigosamente das reinterpretações pós-modernas e culturalistas da economia capitalista, que culpam os países "perdedores" e as zonas em colapso da periferia de serem eles próprios responsáveis pelos seus problemas, por serem "errados" e incompatíveis com o mercado os modelos culturais que os regem. Implicitamente, Rufin permite que reentrem pela porta das traseiras os critérios categoriais do "invólucro económico" negativa e abstractamente universalista. Por um lado, ele reconhece, ainda que de modo limitado aos fenómenos, que é problemático fixar

genericamente os critérios capitalistas do "desenvolvimento": "No Sul, nem sempre o desenvolvimento é desejável; pode ser perigoso ou inútil" (*ibid.*, p.142). Por outro lado, quando aborda os conceitos e os critérios categoriais, Rufin não deixa de se lhes referir, ainda que implicitamente, na escala de referência do economismo real capitalista: "Hoje é preciso reconhecer que o Sul inventou muito mais meios que o marxismo para paralisar, ou cortar a mão invisível" (*ibid.*, p. 65). Isto não soa propriamente a "negação" de Adam Smith que, como se sabe, festejou a vitória da "mão invisível" dos mecanismos cegos do mercado.

Com efeito, se não é a "mão invisível" global da valorização capitalista do valor que está na origem da aberta barbárie nas regiões onde reina o colapso e a crise, mas se, pelo contrário, é a barbárie que corta a "mão invisível", então tal barbárie, como causa última autónoma, deve ser necessariamente a característica autóctone do próprio "Sul". Assim, a pretendida crítica de Rufin desliza para uma estranha penumbra que a transforma exactamente no seu contrário: a cega afirmação dos "valores ocidentais". Esta contradição atravessa toda a sua argumentação: Por um lado ele constata: "O empobrecimento do Sul é novo, é recente, construído à custa de pacientes esforços. A actual miséria é o produto de trinta anos de desenvolvimento". (*ibid.*, p. 74). Por outro lado, ele supõe que as regiões em crise do Sul obedecem a uma tendência natural, pré-moderna, para uma "economia de predação fundada no assalto, no roubo, no ataque a comboios civis" (*ibid.*, p. 124). Esta última perspectiva é de novo claramente a do culturalismo neo-eurocêntrico.

E tal argumentação torna-se em si mesma naturalmente absurda, quando Rufin afirma "que, particularmente em África, se trata por tradição de sociedades em que a troca e a apropriação das riquezas superam largamente as actividades produtivas. Os nossos critérios económicos de desenvolvimento seriam no fundo bastante inadequados para estas sociedades, baseadas na predação e na circulação de bens. Aquilo a que chamamos corrupção não seria senão um dos aspectos desta economia sem produção [!]" (*ibid.*, p. 140). Aqui convém lembrar o que Marx dizia dos antigos piratas: para haver qualquer coisa para pilhar, é necessário que tenha sido produzida. Para lá da caça e da recollecção mais elementar, mesmo nas sociedades mais primitivas, a massa dos bens é constituída por "produtos". O folclore fenomenológico descrito por Rufin, de uma economia do Sul consistindo em "pilhagem sem produção", na realidade não é senão a economia de saque mundial do próprio capitalismo de crise: a produção segundo critérios capitalistas retirou-se, decorrendo algures, a um nível cada vez mais restrito, enquanto a economia de saque, por um lado, esparteja a substância em ruínas e, por outro, continua indirectamente ligada aos grandes centros produtores de capital por circuitos secundários. Neste sentido, a corrupção não é um fenómeno autóctone, mas (independentemente da "herança" negativa do período colonial) resulta do aumento da dependência material da produção externa, por ter sido destruída pela relação de capital global toda a base produtiva autónoma, devido à "rentabilidade" insuficiente.

Esta estranha tendência de Rufin torna-se ainda mais clara quando se trata de interpretar as inúmeras novas "guerras civis" do *one world* do capital. Na perspectiva da crítica radical da forma do valor negativa globalizada, os modelos de legitimação cultural pseudo-arcaicos e pseudo-religiosos da nova violência não são senão a máscara do asselvajamento da concorrência universal, que penetra até às microrregiões e até aos poros do dia-a-dia. Na perspectiva da afirmação culturalista, pelo contrário, são as identidades culturais profundamente enraizadas, "no fundo" pejorativamente definidas como pré-modernas, que geram esta violência contra o mecanismo do mercado em si tão pacífico.

Rufin verifica que os conflitos internos do Sul, que na história do pós-guerra passavam por momentos da Guerra Fria, "sobrevivem" a esta (*ibid.*, p. 115). De novo se põe a questão das conclusões a tirar. Para a crítica radical, resulta da interpretação disso que a Guerra Fria apenas encobriu uma crise mais profunda do sistema de referência comum – o do contexto global de mediação na forma da valorização e do dinheiro – crise que agora reaparece pouco a pouco à luz do dia. Rufin, na linha da apologética culturalista, tira uma conclusão exactamente oposta: "O confronto Leste-Oeste no Terceiro Mundo encobriu rivalidades muitos mais antigas, e também mais misteriosas para nós" (*ibid.*, p. 119).

Seja no plano social e económico (economia de "predação" pretensamente pré-moderna) ou no

plano político ("misteriosas rivalidades" muito antigas), Rufin, em contradição com partes da sua própria argumentação, reduz assim o "Sul" à qualidade negativa de uma "barbárie" completamente "autónoma", que jaz sob a superfície da modernidade e hoje ressurge. Uma qualidade negativa de "barbárie" que se situaria completamente fora dos conceitos universais ocidentais, que são a economia de mercado, a democracia, os direitos humanos, etc.: um fundo literalmente "negro" do demoníaco irracional, oposto à "racionalidade" do Norte. E este traço demoníaco, a sua natureza pretensamente "original", segundo Rufin, leva o "Sul" a tomar, "face à civilização produtivista e comercial, disposições antagónicas" (*ibid.*, p. 146), apenas escassamente revestidas e sincreticamente misturadas com restos de ideologias ocidentais (sejam elas o marxismo ou o liberalismo). O poder emergente destas "posições" violentas e bárbaras seria, apenas agora, "[...] a descolonização, sim, a primeira descolonização radical" (*ibid.*, p. 112).

Para apresentar esta nova constituição identitária do Sul, que define como "uma muito concreta pregação do ódio" (*ibid.*, p. 107), Rufin chega mesmo a recorrer a Frantz Fanon, o teórico argelino da passada revolução anticolonial. Aparta do seu objectivo histórico a afirmação emocional de que a identidade do colonizado, imposta de modo violento, só pode ser superada de modo igualmente violento, para a apresentar como tendo sido desde sempre a identidade por excelência do "Sul": "O movimento ideológico do Sul contemporâneo não se construiu 'a favor de algo', mas 'contra algo'. A ausência de racionalidade, de que resulta uma aparente incoerência, é na realidade uma vontade de ruptura com a racionalidade. O grito de Fanon, que tanto agradou a Sartre, é a nova e última palavra de ordem: 'Quando um colonizado ouve um discurso acerca da cultura ocidental, saca logo da catana'" (*ibid.*, p. 105).

Na realidade, a frase de Fanon é inseparável da constelação formada por colonização e luta anticolonial, luta que também ela se movia no interior das categorias da modernidade. O aspecto violento e irracional que contém releva precisamente desta constelação e não é de modo nenhum uma qualidade "subjacente", "original", "ontológica" e sulista dos colonizados. A vontade de ruptura com a racionalidade não constitui apenas um resultado; pelo contrário, é parte integrante desta racionalidade, que com isso revela a sua própria irracionalidade. Ou seja, a profunda irracionalidade das próprias categorias sociais ocidentais. A catana de Fanon é o símbolo do trágico levantamento anticolonial; trágico pela única razão de se ver obrigado a manifestar-se, ele próprio, em nome dos valores ocidentais. A catana não simboliza a violência do Sul, profundamente enraizada e culturalmente fundada, mas a violência da civilização ocidental, sob cujo império a elementar sede de libertação apenas pode exprimir-se "sacando da catana". Tal grito exprime somente uma coisa: a total mentira e baixeza da economística "cultura ocidental" – uma mentira tal que faz do acto de "sacar da catana" um acto de razão, de humanidade e de bondade.

Tendo partido da crítica do sistema mundial negativamente unificado (segundo os seus próprios critérios), Rufin desliza para uma definição culturalista e negativa do Sul (irracional e bárbaro), oposto ao Norte (racional e esclarecido), acabando assim por se enganar dupla e grosseiramente quanto aos factos empíricos.

Por um lado, ele limita o rebentamento do "invólucro económico" apenas ao Sul planetário, que seria incapaz de servir de critério económico para a sua "natureza" cultural supostamente diferente, enquanto, por outro lado, mantém sem mais explicações a área de influência da antiga potência soviética como fazendo parte do "Norte" e sendo capaz de se integrar sem fricções no novo "Império" da economia de mercado e democracia: "A abertura à economia de mercado, a saída do comunismo, a integração de métodos e de correntes de produção e troca procedem a uma rápida igualização de sistemas na Europa de Leste. Concluída esta transformação será então legítimo "integrar" e classificar as suas economias como ligadas às do Oeste" (*ibid.*, p. 133). E Rufin prossegue no mesmo tom: "Esboçam-se dois universos. Por um lado, o Norte, unificado no seu sistema económico (ou em vias disso), apresenta condições para um verdadeiro desenvolvimento, ou seja, para uma evolução análoga à dos países mais avançados. Neste mundo homogéneo é possível um invólucro económico: faz sentido classificar a França comparando-a com a Hungria, ainda que muitas coisas as separem, pois ambos estes Estados vão no mesmo sentido. O Sul, pelo contrário, é um mundo muito diferente [...]" (*ibid.*, p. 142).

No princípio dos anos 90 do século passado, esta visão das coisas ainda podia passar por plausível, tendo em conta a euforia generalizada que suscitavam os pretensos "novos mercados do Leste". Entretanto, a última década pôs em evidência o carácter perfeitamente ilusório do triunfalismo ocidental. Como se verifica, a maior parte da Europa Oriental e da Ásia Ocidental encontram-se para lá da linha de demarcação do novo *limes*. A fronteira do Império passa mesmo ao meio do Norte; ou então, para usar a terminologia de Ruffin, ter-se-ia de dizer que zonas cada vez maiores do Norte se transformam em zonas do "Sul". A evolução dos factos põe a nu uma crise crescente do sistema mundial e não a existência de um "mundo de natureza diferente", que seria constituído pelo Sul e susceptível de ser circunscrito.

Por outro lado, Ruffin supõe *a priori* confirmada a integração bem encaminhada dos centros do Norte na base do modelo de civilização capitalista. Mesmo abstraindo das capacidades, maiores ou menores, de os países do antigo bloco do Leste se adaptarem ao capitalismo e se desenvolverem nesse modelo, pelo menos o domínio central imperial ocidental do Norte deveria estar em condições de constituir um espaço de "democracia e direitos humanos" unificado e positivo no "invólucro da economia": "O Norte procede a reunificações, a novas integrações económicas e políticas, em síntese, ao que Toynbee designa como passagem revolucionária do pluralismo à unidade. O Sul, pelo contrário, é atravessado por inúmeras fissuras – entidades cada vez menores, identificadas como tribais, religiosas, revolucionárias ou seja o que for, entram em conflito armado com os poderes centrais" (*ibid.*, p. 125).

A história dos anos 90 do século passado e do começo do século XXI demonstrou, entretanto, que o centro imperial é também ele atravessado por "fissuras" de toda a espécie e cada vez mais numerosas. Sob a forma de bandos e seitas, de movimentos separatistas (como a Liga do Norte em Itália), de concorrência de crise com conotações étnicas e irrupções de violência xenófoba, de clãs locais (ramos de uma máfia política transversal aos partidos), de formação de guetos, etc., vai aparecendo um "tribalismo" secundário também em Nova Iorque e Milão, em Londres e Berlim, em Paris e Bruxelas.

As campanhas de "localização do investimento" no contexto da globalização favorecem patriotismos locais e regionais, enquanto os processos de individualização a estes inerentes destroem os laços sociais. E cresce de ano para ano a massa de indivíduos cuja reprodução o capitalismo já não consegue assegurar, mesmo nos centros – sistemas de segurança social, serviços públicos, cuidados médicos, tudo se desfaz sob o ditame da valorização do capital. Com o movimento de integração oficial de mercados, moedas e instituições políticas, há muito tempo que começou a desintegração social, a todos os níveis e por todo o lado. Tal como o fracasso da reconstrução do capitalismo de Estado do antigo bloco do Leste no contexto de um capitalismo concorrencial, também a crescente desintegração do Ocidente demonstra a crise dos fundamentos económicos do mundo, o limite histórico do moderno sistema produtor de mercadorias e do seu "invólucro económico" mundial.

Ruffin exprime o respeitável desejo de manter para a humanidade um mundo unificado, de não deixar que ele se divida numa zona imperial de "civilização" e numa zona externalizada de barbárie. Mas, porque não consegue prosseguir e levar a bom termo a crítica da forma geral da sociedade, que é constituída pelo "invólucro económico", a sua crítica mantém-se, assim, contraditória e fraca, vendo-se ele obrigado a quedar-se num moralismo insípido, que acaba por cair no nível da propaganda dos "valores ocidentais" e do seu universalismo abstracto e negativo. Já não se interroga sobre o nexos interno existente entre este "invólucro económico" (pretensamente tornado inacessível apenas ao Sul) e os ideais da democracia, dos direitos humanos, etc., que prega sem a menor crítica. Nem reconhece o conteúdo intrinsecamente negativo destes ideais hipócritas, nem levanta a questão de saber como poderão estes "valores ocidentais" existir separados dos seus fundamentos económicos.

Embora ele mesmo tenha demonstrado a nocividade e a impossibilidade prática para o "Sul" da "mitologia do desenvolvimento" ocidental (*ibid.*, p. 147), ele não pode (apesar dos votos piedosos de um mundo único sem *limes*) deixar de legitimar esta "mitologia", contra tudo e contra todos, por meio de uma fórmula nostálgica: "A ideologia do desenvolvimento mantinha um laço entre os dois

mundos: ela postulava a sua natureza comum e a possibilidade de o atrasado apanhar o que se adiantara. A ideologia do *limes* quebra esta unidade. Ela separa, por um lado, o mundo histórico, onde se aplicam as categorias universais, e, por outro, o mundo dos novos Bárbaros, onde reina o relativismo cultural, ou seja, as divisões étnicas, os ódios entre grupos da população e o particularismo violento" (*ibid.*, p. 228).

Mas esta bipartição está votada ao fracasso, pois são precisamente as "categorias universais" do capitalismo que, por força da concorrência universal de crise, engendram o seu aparente contrário: o relativismo cultural dos novos Bárbaros, as divisões étnicas, o ódio entre as populações, etc. É por isso que os fenómenos da nova barbárie, pretensamente mantidos fora do *limes*, se encontram por toda a parte, até mesmo no interior do Império. Na verdade, esta "mitologia" económica constitui uma lei coerciva para o conjunto do mundo, submetido à relação de capital; e tornou-se nociva e impossível para todos, mesmo para o Ocidente. Dada a inconsequência e a insuficiência da sua análise, Rufin não vê isso, pelo que a conclusão da sua crítica da nova ideia imperial fica insuficiente e inverídica: "A ideologia do *limes* permite ao Norte, que se unifica e se vê como guardião da democracia e do direito, esquecer que o caminho ainda é longo até chegar aos seus ideais" (*ibid.*, p. 265).

Este caminho é, na verdade, um beco sem saída, no fim do qual está a barbárie universal, que revela a verdadeira natureza desses "ideais". Rufin não sabe muito bem se há-de ser um Políbio do Império da NATO ou seu crítico; mas, na incerteza, sempre acaba por se arvorar em Políbio. Assim, como por magia, ele transforma-se de pensador crítico em ideólogo envergonhado da guerra de ordenamento mundial capitalista – pois como poderia ser doutro modo restabelecida a unidade do mundo, na base dos valores ocidentais e universais, contra a barbárie localizada exclusivamente no Sul? Aqui Rufin vira-se contra os ideólogos autoproclamados "antitotalitários", que continuam a avaliar a potencialidade de conflito do ponto de vista da Guerra Fria, hoje terminada, e que dividem estes conflitos entre posições "pró-ocidentais", por um lado, e "pró-totalitárias", por outro (de algum modo aparentadas com o comunismo de Estado): "A capacidade de distinguir entre o bem e o mal, erigida como fim último da filosofia, pelo menos por André Glucksmann, tornou legítima, e mesmo inteligente, esta divisão. Para os antigos marxistas não pode haver outro perigo, nem sequer outra realidade senão o objecto sempre adorado do seu próprio arrependimento" (*ibid.*, p. 114).

Mas este escárnio do anacronismo dos "cães de caça antitotalitários" do estilo de Glucksmann não consegue esconder que a lógica da argumentação de Rufin está muito próxima: tal como Glucksmann, ele fustiga a "moleza" e a "indiferença" do Ocidente, que se tranca atrás de uma linha de segurança, em vez de, contra a barbárie ascendente, levar ao mundo os benefícios dos valores ocidentais (ou de lhos impor à força de bombas). É exactamente a mesma argumentação que é desenvolvida por Glucksmann contra Enzesberger, sendo que Rufin teve a intuição de a formular a partir de 1991, em conformidade com a nova definição culturalista do inimigo, ignorada pelos Glucksmann, que por sua vez têm os olhos obstinadamente cravados no velho e malvado totalitarismo marxista.

No fim da sua argumentação, Rufin quase se transforma num ideólogo da legitimação de tipo novo, à moda de Fukuyama ou de Huntington, ainda que não o faça sem "dores de barriga". Pelo menos uma das alternativas que procura formular contra a "ideologia do *limes*" – e que ele apresenta simbolicamente como inspiradas no exemplo de duas figuras históricas pouco conhecidas – vai nesse sentido. A primeira atitude, que o próprio Rufin privilegia abertamente, é ilustrada pelo exemplo de Jean-Baptiste Kléber, general de Bonaparte, que teria sido um "homem de ideais" (*ibid.*, 257) e que tinha por divisa: "Quem subiu deve esforçar-se por puxar os outros para cima [...] A ideia de um *limes*, de uma fronteira Norte-Sul, de um mundo compartimentado seria insuportável para um homem como Kléber [...] Contra todas as prudências da *realpolitik*, ele continuaria a incomodar a China, a apoiar os seus dissidentes, a militar pela sua democratização. Perseguiria Castro com acusações [...] Mas não se limitaria a importunar os velhos marxismos estafados: assediaria também os novos totalitarismos, particularmente os religiosos. Ajudar o Irão, recebê-lo de novo no concerto das nações, muito bem. Mas na condição de se exigir que ponha termo à opressão que sofre o seu povo. Cooperar com a África Negra, sim, mas não para proveito exclusivo

dos chefes de clã que aferrolham a vida política local [...] Kléber é um universalista, ele aceita a ideia de um imperialismo da democracia" (*ibid.*, 257s.).

Este discurso exala do princípio ao fim uma ideologia perniciosa, não apenas à Glucksmann, mas também à Huntington. É a postura moral dos que, num tom escandalizado, acusam o Império capitalista de não fazer com suficiente energia e convicção aquilo que já de si faz. Sob a falaciosa designação de uma crítica ao "egoísmo" e à "indiferença", pugna-se por cada vez mais ingerência violenta, por cada vez mais espírito de missão, por uma polícia mundial cada vez mais activa. Os homens que vivem nas zonas de colapso não são vistos como vítimas e simultaneamente sujeitos auto-referenciais do economismo ocidental totalitário, mas como "imatuross" da democracia, aos quais seria preciso oferecer, quais pérolas de vidro, os costumes civilizados, a tiro de canhão.

Depois de se ter retirado a estas massas humanas toda a autonomia económica e depois de o mercado mundial ter destruído a sua reprodução, chega-se à conclusão assaz moral de que a democracia e os direitos humanos não podem "deixá-los ficar mal", pelo que convém bombardeá-los um bocadinho. Aí está um exemplo típico da estrutura *double bind*: o postulado da "autonomia", como resultado de uma coerção externa. Vamos fazer-vos entrar na era dos direitos humanos à força de bombas, até que nada reste de vocês! Isto não é a moral da crítica emancipatória, é a moral dos agitadores ideológicos. É destes moralistas que o Pentágono precisa.

Rufin ainda sente um desconforto suficiente com esta consequência para esboçar a possibilidade de uma segunda "atitude", que apresenta de forma distanciada – a "revolta" encarnada pelo exemplo do oficial czarista von Ungern. Não será por acaso que este não é um revolucionário (no sentido dos séculos XIX e XX), mas sim um reaccionário, ou um contra-revolucionário: "Resta uma última atitude: inverter a questão, afirmar que só a insegurança e a destabilização do Norte podem trazer a justiça. O destino de Roman von Ungern é um exemplo. Após a revolução bolchevique, este oficial do czar combateu, primeiro, no exército branco da Sibéria, comandado pelo almirante Koltchak. Após a derrota deste, von Ungern recusou exilar-se ou render-se. Com um punhado de russos, passa para a Mongólia, cavalga pelas estepes e subleva os guerreiros nómadas que encontra" (*ibid.*, p. 262).

A estranha conversão revolução/contra-revolução, que ocorre neste simbolismo, retira o seu significado da identificação entre revolução bolchevique e "modernização", ou seja, a "colocação sob a forma do valor", ou a colocação em marcha do moderno sistema produtor de mercadorias, sob a forma de capitalismo de Estado, na Rússia. E, sob este ponto de vista, a Rússia bolchevique e o Ocidente são efectivamente gémeos, ou apenas momentos historicamente diferentes de uma mesma lógica, que se manifesta no "invólucro económico" comum do mercado mundial.

Mas em que medida é que pretende que precisamente um von Ungern seja o símbolo da "revolta" contra esta lógica? Para o explicar, Rufin passa a Marx, sem qualquer mediação, não conseguindo ainda assim tornar plausível essa ligação: "Quem é hoje von Ungern? Todos os que vêm na reunificação do Norte o fim de qualquer oposição séria ao produtivismo capitalista. Os que pensam que as críticas de Marx eram fundadas e que a partir de agora reina um economismo frio, a máquina cinzenta da democracia, uma sociedade fechada sobre o seu espectáculo, que apenas tem para oferecer aos cidadãos o simulacro mediático de uma falsa escolha. Os que pensam que, à falta de uma verdadeira alternativa de sociedade, o Norte é uma gigantesca e nojenta tirania. Para todos eles, o futuro do ser humano, a aventura, a liberdade, o ideal, só podem estar do lado dos Bárbaros, isto é, algures nas estepes, como acreditava von Ungern" (*ibid.*, p. 263).

É preciso reconhecer que Rufin, a despeito do seu pendor ideológico para os falsos "valores ocidentais", acaba por dizer abertamente que o maravilhoso Ocidente e a sua maravilhosa liberdade devem ser considerados, pelas melhores razões, "uma gigantesca e nojenta tirania". São manifestamente as suas experiências práticas nas regiões de crise que a cada passo põem Rufin em contradição com a sua identidade ideológica. Mas, porque não pode ou não quer conceptualizar esta disparidade, porque a crítica que transparece da sua apologética e que parcialmente vem à luz do dia não vai suficientemente longe, nem deixa de ser contraditória, ele vê-se obrigado no fim a reconhecer a sua falta de perspectivas. Com efeito, se a constituição do império significa, na

verdade, o fim de "qualquer oposição séria" à lógica capitalista, nesse caso a oposição do tipo von Ungern só pode ser "não séria", quer dizer, em si mesma não verdadeira.

Perante a revolução bolchevique da modernização, o von Ungern real, histórico, em si mesmo, não constituía qualquer alternativa emancipatória, mas de facto uma alternativa bárbara, reaccionária. Se a modernidade burguesa é em si mesma falaciosa e um desaforo sem paralelo, a contramodernidade burguesa, simplesmente reaccionária, ainda o é mais. Regredir atrás da modernidade, para o feudalismo, não seria senão trocar o mal do terror económico por um mal menos duro, mas também mais primitivo, que em caso algum poria fim ao mal da "dominação do homem pelo homem" (Marx), sendo que tal regresso é obviamente impossível. Também von Ungern, no seu cargo ao serviço do czar, era um produto da modernização, e a sua alternativa fantasista, como toda a ideologia simplesmente reaccionária, há muito se situava no terreno da modernidade.

O mesmo se aplica hoje, mais ainda, a todas as ideologias de barbarização, etnicistas e pseudo-religiosas. São apenas ideologias (mesmo sob uma forma refinada e sincrética), ou seja, produtos da decomposição da modernidade produtora de mercadorias em decadência. "Algures nas estepes" não há nada de autóctone, nenhum ideal para o futuro da humanidade, nada senão o sujeito asselvajado da concorrência da modernidade capitalista, atolado a meio do caminho, produto de uma barbarização secundária. A alternativa emancipatória não é a regressão fantasista, representada pelo fundamentalismo cristão, islâmico, judeu, hindu, etc., ou pelas diversas seitas suicidárias, bandidos étnicos, clãs e senhores da guerra da economia de saque.

A alternativa tem de ser procurada para lá da simples oposição, imanente ao sistema, entre a sociedade mundial do terror económico, com o seu embuste democrático, por um lado, e os produtos da sua barbarização e asselvajamento, por outro. A alternativa não pode ser uma regressão, mas sim um futuro para lá do moderno sistema produtor de mercadorias, um romper para a frente e não para trás, para um passado simplesmente imaginário. Tal alternativa está ainda para ser formulada, pois todas as críticas até hoje, mesmo as radicais, continuam até à exaustão e, apesar disso, paradoxalmente persistentes, nas categorias do moderno sistema produtor de mercadorias.

Empire: O mundo em crise como Disneylândia da Multitude (Michael Hardt / Antonio Negri)

O dilema da parcialidade categorial da crítica social da ontologia capitalista muito menos se resolve quando as ideias antiquadas do marxismo do movimento operário são enfiadas com as plumas e lantejoulas da pós-modernidade. Dez anos após o livro de Rufin "O Império e os Novos Bárbaros", Michael Hardt e Antonio Negri publicaram "*Empire*", o seu *opus* que pretende descrever a "nova ordem do mundo" e a sua futura ultrapassagem, no quadro de uma vasta teoria da história da modernidade e do desenvolvimento humano em geral (Hardt/Negri, 2002/2000). Ainda que os autores sigam na pegada de Rufin, a ponto de se servirem da sua referência a Políbio, não o citam nem sequer o referem na bibliografia. Na perspectiva de uma nova formulação de uma teoria social emancipatória, porém, o que deveria ser feito não seria sacar às escondidas elementos a Rufin, mas proceder à crítica imanente da sua argumentação, para dar um passo decisivo para além dela.

Hardt/Negri não chegam lá, porque, tal como Rufin, também não conseguem conceptualizar satisfatoriamente as formas sociais capitalistas fundamentais e as suas consequências. Para eles, a totalitária forma de mercadoria da reprodução social (o problema do "invólucro económico" em Rufin) é um facto assente, a ponto de nem sequer ser evocado, enquanto conceito a pôr em causa, como já foi observado numa recensão: "Antes de falar do conteúdo do livro, há que referir aquilo de que os autores não falam: nem valor, nem mercadoria, nem dinheiro, nem trabalho são referidos como categorias críticas. Daí que, à partida, muito pouco valham todas as análises num livro que, num grande arco histórico, pretende falar de tudo o que é essencial na ascensão e queda da forma social capitalista" (Jappe, 2002, 122). De facto, querer fazer a crítica do capitalismo, sem criticar a forma do valor e a sua valorização, é quase como querer fazer a crítica da religião, sem criticar o conceito de divindade.

É precisamente a este absurdo que chegam Hardt/Negri: para eles, a forma do valor – forma fetichizada que faz de um produto uma mercadoria – é simplesmente um dado ontológico; mais ainda, para eles, "criar valor" é, com toda a seriedade, algo de eminentemente positivo, em que a humanidade se realiza. Parece então que "o conhecimento e a existência no mundo biopolítico consistem sempre numa produção de valor" (Hardt/Negri, *ibid.*, p. 396). O capitalismo sofreria apenas da negatividade de que "os valores resultantes da cooperação colectiva do trabalho são explorados [...]" (*ibid.*, p. 397). Em suma, nada que ultrapasse o mais banal e empedernido marxismo do movimento operário, e uma profunda regressão, não só para trás de Marx, mas até para trás daqueles marxistas que ainda consideravam a forma fetichista do valor e da valorização algo a ultrapassar, quanto mais não fosse num estágio posterior do seu "socialismo proletário". Estes, pelo menos, ainda tinham uma concepção da forma do valor (a totalitária forma de mercadoria da reprodução) não como simples condição ontológica da humanidade, mas como uma formação histórica e social que, por isso, é finita.

Daí que não seja nada surpreendente que Hardt/Negri não desenvolvam qualquer crítica da categoria "trabalho". Também aqui eles vão atrás vulgaríssimo velho marxismo do movimento operário, quando a toda a hora elogiam "a força do trabalho vivo" (*ibid.*, p. 65) definida "como simples poder de agir" (*ibid.*, p. 365), como actividade autónoma de indivíduos que cooperam (e apenas externamente são "explorados") e não como forma de actividade específica do capitalismo; como fonte de desejo e não como contaminação capitalista do desejo, etc.

Assim, o que lhes interessa, tal como ao mais banal marxismo do movimento operário, é ainda e sempre a "libertação do trabalho" (*ibid.*, p. 74) e não a abolição desta categoria de actividade reduzida à economia e unicamente determinada pela relação de capital. Já o operário italiano (donde vem Negri, que nunca foi capaz de o ultrapassar) tinha impingido a sua superficial "crítica do trabalho" vendendo gato por lebre, na medida em que não formulava tal crítica como crítica categorial de uma forma social de actividade, mas apenas como crítica superficial e fenomenológica de um regime de produção suposto não ser capitalista senão externamente, crítica atrás da qual continua a poder ouvir-se o eterno elogio paleoprotestante e arquiburguês do "trabalho vivo".

Apesar dos abundantes empréstimos tomados à fraseologia pós-moderna, Hardt/Negri continuam vulgares marxistas tradicionais; dão lustro aos velhos conceitos de capital, trabalho e luta de classes, a fim de supostamente ressuscitar na "pós-modernidade" a velha constelação conflitual há muito desaparecida. Sem que se apercebam, a velha forma da crítica, já exangue, torna-se com eles pura afirmação. Tão desprovidos dos conceitos da teoria da acumulação como qualquer pesquisador de tendências ou cronista da economia, anunciam triunfalmente "a passagem à economia da informação" (*ibid.*, p. 306) e festejam o trabalho "imaterial" e as suas formas de cooperação, no contexto da passagem à informática, à Internet e aos novos *media*, etc., cada vez mais como uma "possibilidade de autovalorização [!!]" (*ibid.*, p. 305); ideia já antes propagada por Negri.

Exactamente o último grito das técnicas sociais e de *management*, utilizadas pelo capitalismo na gestão da crise (*outsourcing*, falsa independência, "empresas em nome individual", etc.), acede assim à categoria de força libertadora. "Torna-se aqui claro que Negri quer convencer os novos empresários da miséria que o seu "trabalho independente" é uma verdadeira liberdade – a propaganda neoliberal faz exactamente o mesmo" (Jappe, 2002, 128). O facto de as novas forças produtivas da microelectrónica serem incompatíveis com a forma do valor do economismo real da nossa época é confundido com uma força libertadora deste fetichismo, precisamente na forma por ele assumida na crise. O que já constituía uma ilusão do antigo movimento operário, a saber, a vontade de perpetuar o processo de valorização do valor autonomamente, enquanto "classe sociológica", ou seja, reproduzir o capital como "capital sem capitalistas", pretensamente para as necessidades do movimento operário e sob a sua direcção, sem tocar na qualidade do capital como forma social, eis o que Hardt/Negri retomam numa versão nada melhor, em estilo pós-moderno. Mesmo considerado de um ponto de vista imanente ao sistema, *Empire* surgiu precisamente no momento em que esta ideia foi posta completamente a ridículo: no exacto momento em que a "nova economia" do capitalismo da Internet entregava a alma que não tinha.

Comportando-se de modo acríptico e aconceptual perante as formas categoriais do moderno sistema

produtor de mercadorias, Hardt/Negri têm necessariamente de passar ao lado da nova crise mundial. Para eles, que nesta questão estão completamente na tradição da social-democracia e do leninismo, não se trata dos limites históricos objectivos deste sistema, nem da correspondente crise das categorias da forma social. É certo que falam constantemente de "crise", mas nunca no sentido preciso de uma análise baseada na teoria da acumulação. Só vagamente evocam o seu conteúdo, e de modo tão pueril que se torna simplesmente ridículo, quando, por exemplo, afirmam que "o poder imperial funciona pela ruptura [...] A sociedade imperial está sempre e em toda a parte em ruptura, mas isso de modo nenhum significa que caminhe para a ruína total" (*ibid.*, p. 213).

Que tudo isto nada quer dizer é o que se torna claro quando Hardt/Negri chegam ao ponto de negar a evidência empírica da crise efectiva: "No momento em que escrevemos este livro e em que chega ao fim o século XX, o capitalismo está milagrosamente de boa saúde e a sua acumulação é mais vigorosa do que nunca" (*ibid.*, p. 281). Tal como a partir da ideia puramente ilusória de uma substância do valor (ontologizada, ainda por cima) da "nova economia" eles deduzem uma pretensamente nova subjectividade dos produtores que "se valorizam a si mesmos", também a afirmação segundo a qual "a acumulação é mais vigorosa do que nunca" se baseia na ilusão de que o capital poderia emancipar-se das leis do trabalho abstracto e da substância do valor em geral; e assim passam a uma arbitraria definição da "criação de valor", onde literalmente tudo é de algum modo "trabalho" e logo "criador de valor" (incluindo, com toda a seriedade, o "desemprego" e até mesmo as emoções humanas). O verdadeiro pano de fundo social desta fantasmagoria económica, perfeitamente inconsistente em termos de argumentação e de análise, era simplesmente o capitalismo global das bolhas financeiras dos anos 90 do século passado, de que a "nova economia" era apenas uma bolha secundária.

Assim Hardt/Negri desmascaram-se, não apenas como arcaicos ideólogos de um tosco e anacrónico marxismo do movimento operário, vestidos de pós e pop-modernos, mas também, simultaneamente, como banais teóricos "de esquerda" do novo capital financeiro, que, por azar, tal como a "nova economia", esbarrou também nos seus limites empíricos no preciso momento em que aparecia este livro. De olhos cegos pelo "ano louco" de 1999, com a escalada das cotações em milhares por cento de valor fictício em todas as praças financeiras, eles atribuem a este capitalismo financeiro um potencial de valorização ilimitado, à maneira dos analistas e de todos os então eufóricos do *investment banking* (depois tornados mais discretos, é verdade).

Por outro lado, eles não criticam este capitalismo financeiro no quadro de uma construção teórica, mas esforçam-se por denunciá-lo banalmente como "parasitário", à maneira da religião do trabalho e do antigo leninismo, e de um modo perigosamente próximo da economia política do anti-semitismo: "Como diz Santo Agostinho, os grandes senhores não passam de versões ampliadas de pequenos ladrões. Agostinho, tão realista na sua concepção pessimista do poder, ficaria sem dúvida estupefacto perante os actuais ladrões detentores do poder monetário e financeiro" (!) (*ibid.*, p. 397). Tal como o pequeno especulador que, depois de ter sido depenado, como era inevitável, lança diatribes moralistas contra os grandes especuladores e contra "os judeus", também Hardt/Negri vociferam contra os "grandes ladrões" dos mercados financeiros, enquanto eles mesmos não passam de ideólogos de esquerda pop e pós-modernos do "capital fictício", que elevam entusiasticamente à categoria de "nova ontologia" da pós-modernidade.

Em vez de analisarem a relação intrínseca existente entre os limites históricos da acumulação real, as manifestações empíricas da crise à escala mundial e o novo capitalismo de bolhas financeiras, eles juntam-se também à frente dos que dão aos processos de desagregação social uma pseudo-explicação culturalista, segundo a qual tais processos seriam imputáveis à "corrupção"; uma teoria que não é melhor por pretensamente se dirigir contra o capitalismo e não contra os seus filhos transviados.

A relação de capital é assim reduzida à "corrupção" de forma assaz simplista, em vez de explicar a corrupção pela crise desta relação: "No *empire* a corrupção domina em toda a parte. Ela é ao mesmo tempo a pedra angular e o elemento-chave da dominação. Ela está sob diferentes formas no governo supremo do *empire* e nas administrações vassalãs, nas forças da polícia administrativa mais refinadas e nas mais corruptas, nos grupos de pressão das classes dominantes, nas estruturas

mafiosas dos grupos sociais ascendentes, nas igrejas e nas seitas, nos autores de escândalos e nos seus seguidores, nos grandes centros financeiros e nas transacções económicas do dia a dia [...] Através da corrupção, o poder imperial lança uma cortina de fumo sobre o mundo" (*ibid.*, p. 396). Assim, o capitalismo do *empire* surge "[...] imediatamente como corrupção. O seu modo de funcionamento cada vez mais abstracto – da acumulação de mais-valia à especulação monetária e financeira – revela-se um potente promotor da generalização da corrupção" (*ibid.*, p. 397).

A interpretação culturalista do impiedoso processo social e económico da crise conduz Hardt/Negri a conclusões já subjacentes no velho operaísmo italiano, agora regressado em novo estilo pós-moderno e numa forma conceptualmente degradada. Tais conclusões, porém, assentam numa base filosófica que deixa muito a desejar; o que Hardt/Negri procuram dissimular, esgravatando abundantemente na história das ideias e disso fazendo ostentação, com toda a falange do grande pensamento ocidental a desfilar em fileiras cerradas. Porém, o substrato do seu pensamento, enriquecido com este *name dropping*, não passa de um subjectivismo assaz vulgar e enfático, que dissolve o desenvolvimento social em meras relações de vontade.

Não é nada de novo, naturalmente, apenas uma tendência de um certo "marxismo do factor subjectivo" e, mais genericamente, de uma corrente permanente do moderno pensamento burguês, que sempre opôs ao "objectivismo" a sua contratendência polar, sem chegar a criticar o campo de referência comum desta polaridade, nem muito menos acabar com ela. Deslizando constantemente para a que era a posição da esquerda tradicional e, por outro lado, do anti-semitismo, esta maneira de ver as coisas não associa os sofrimentos e as crises às formas fetichistas do sistema, mas a "maquinações" voluntárias de "sujeitos contrários" de origem mal determinada; sem que possa ser ultrapassado o "objectivismo", que também é parte integrante da forma de consciência capitalista. Trata-se sempre apenas de dois momentos, ou dois pólos, da mesma imanência errónea e afirmativa.

Sem compreenderem esta relação, Hardt/Negri atiram-se às "teorias dos ciclos" ou teorias objectivas do desenvolvimento: "De qualquer modo julgamos esta forma de pensamento totalmente inadequada, porque cada teoria dos ciclos, ao impor uma lei objectiva que rege as intenções e as resistências, as derrotas e as vitórias, as alegrias e os sofrimentos dos seres humanos, parece esquecer-se do facto de que a história é um produto da acção humana. Pior ainda, ela obriga as acções humanas a dançarem ao ritmo das estruturas cíclicas" (*ibid.*, p. 249).

Ora, verifica-se que a natureza do moderno sistema fetichista de produção de mercadorias, totalitário, autotélico e orientado para a "acumulação" sem sentido da abstracção valor, se divide precisamente na polaridade sujeito-objecto, como já Marx sabia, quando constatava que "os seres humanos fazem, de facto, a sua história, mas não de livre vontade". É precisamente o que caracteriza a estrutura paradoxal da relação fetichista: a sociedade impõe a si mesma uma lei cega e coerciva, ou seja, através de actos de vontade (em si irreflectidos relativamente ao contexto social) produz uma lei pseudonatural da sua própria reprodução, a qual conduz a sociedade a consequências destruidoras e autodestruidoras. Ainda que no imediato tudo ocorra na sequência de actos voluntários, estes são preformados pela lei da forma, anterior à vontade individual ou institucional, que na modernidade é a lei da forma do valor ou da produção de mercadorias à escala mundial, como resultado cego e inconsciente de processos de formação histórica.

Uma crítica radical seria, com a ajuda do Marx "esotérico" da crítica do fetichismo, libertar-se desta lei pseudonatural da sociedade, para chegar a relações de vida com consciência de si, e não mais guiadas pela "mão invisível do fetiche"; em que os membros da sociedade regulariam directamente as relações recíprocas e determinariam a utilização dos recursos comuns, em função das necessidades e da razão, como indivíduos sociais, sem um princípio formal cego e anterior a eles, e sem uma mediação reificada e autonomizada. Os teóricos que não chegam ao nível desta questão – e deles fazem parte, sem dúvida, Hardt/Negri – vêm-se paradoxalmente constringidos a encerrar a emancipação social na prisão desta moderna polaridade sujeito-objecto, e assim a fracassar, naturalmente.

A partir deste inevitável fracasso há duas possibilidades, cada uma das quais se reclama afirmativamente de meia verdade, ou seja, de um dos pólos situados no interior da inultrapassada

"jaula de ferro" da moderna sociedade fetichista. A primeira posição, objectivista, considera a emancipação social como a realização consequente de "leis históricas", e não como ruptura consciente com a lei real pseudonatural do sistema produtor de mercadorias. Ignorada esta ruptura com a falsa "segunda natureza" da sociedade fetichista, a sociedade pretensamente liberta volta a funcionar de novo segundo as suas leis estruturais cegas, em vez de ser colectivamente determinada pela consciência dos seus membros (Louis Althusser foi um representante da tendência estruturalista, sobretudo implícita no seio do marxismo tradicional).

A outra posição, subjectivista, age como se esta "segunda natureza" cega, constituída por leis sociais da estrutura e do desenvolvimento, sob o domínio do meio autonomizado que é o valor/dinheiro, simplesmente não existisse (ou não existisse "efectivamente"). Como se o fetichismo da modernidade não fosse uma "aparência real" (Marx), mas apenas um epifenómeno da consciência, hoje já sem validade; como se o nexos social não fosse um contexto da forma *a priori* realmente reificada, não passando, pelo contrário, de um somatório de decisões e actos voluntários conscientes (Hardt/Negri constituem, de certo modo, a ponta de lança desta posição, sempre dominante no pensamento contestatário desde os anos 60 do século passado, apesar de Althusser).

Irónica mas também consequentemente, ambas as posições têm de rejeitar o conceito marxiano de constituição fetichista da moderna sociedade produtora de mercadorias, ainda que por razões opostas: precisamente porque tal conceito não permite a dissolução unilateral da polaridade numa imanência errónea e afirmativa, seja a da subjectividade pura ou a da objectividade pura.

Assim, para Hardt/Negri o *empire* não é um fenómeno de crise do capitalismo que se estrangula a si mesmo, nem o produto da decomposição da modernidade produtora de mercadorias, nem um regime de estado de necessidade global, mas apenas uma pura constituição positiva da vontade dos "poderosos", dos tais da "corrupção generalizada". A corrupção não aparece aqui, à maneira da ideologia oficial, como obstáculo à benéfica "mão invisível", mas como um regime de autoridade que estaria nas mãos de elites corrompidas, enquanto a "mão invisível" parece ter desaparecido.

Pois o dinheiro, encarnação da forma do valor e das suas leis fetichistas, apresenta-se para Hardt/Negri como privado de toda a autonomia e dinâmica próprias, em total ignorância da realidade dominante do mundo (de certo modo como em Ulrich Beck); ele está como que submetido a uma "economia de comando geral" (!) (*ibid.*, p. 212): "O comando imperial opera por meio de três meios mundiais e ilimitados [!]: a bomba atómica, o dinheiro e a comunicação [...]. O dinheiro é o segundo meio mundial de controlo absoluto [...] Enquanto as estruturas monetárias nacionais tendem a perder qualquer característica de soberania, atrás delas perfila-se já a sombra de uma nova reterritorialização monetária unilateral, que se concentra nos centros políticos e financeiros do *empire*, nas *global cities*. Uma construção monetária [...] que corresponde apenas às necessidades políticas do *empire* [...]" (*ibid.*, p. 353).

Ora, na verdade aquilo que Hardt/Negri inflam como substância toda-poderosa, como puro "poder de controlo sem limites" de "sujeitos corruptos" não passa de uma sombra. Logicamente, vêem-se assim obrigados a reinterpretar o declínio real e o real processo de decomposição da política, que ocorre com a globalização, como o surgir de um novo poder político, o do *empire*. Um subjectivismo destes, esta ignorância da constituição fetichista da sociedade e da sua "segunda natureza" cega, transforma-se necessariamente em "politicismo", em hipostasiação do "poder".

Da sua realidade de gestão global do estado de necessidade, o *empire* transforma-se assim fantasmagoricamente numa constituição positiva, autónoma, quiçá nesta nova "ontologia" pós-moderna de um suposto "poder de comando" imediato financeiro-capitalista, como Hardt/Negri não deixam de sublinhar. O poder autocrático do *empire*, assim positivado, quase já negativamente glorificado, surge como francamente "monárquico": "Antes de mais, a monarquia imperial pós-moderna significa a dominação do conjunto do mercado mundial" (*ibid.*, p. 327). Eis a teoria transformada definitivamente em mitologia, uma mitologia na verdade bem miserável.

Na sua forma pós-moderna, o subjectivismo operaísta "de classe" é ainda mais primitivo do que na anterior versão *proletkult*. O objectivismo e o subjectivismo, os dois pólos hipostasiados, unilateralizados, de uma relação fetichista comum (incompreendida e logo não criticada), têm de ser

fatalmente recuperados pela némesis das respectivas contrapartes e transformados um no outro.

O objectivismo social-democrata e estalinista, da execução de "leis sociais independentes dos homens" (em que se tinha orgulho!), da "necessidade histórica", etc., teve assim de se transformar no subjectivismo da política, na razão do partido que "tem sempre razão", na arbitrariedade da ilusão estatista da política e do comando burocrático sobre a economia moderna não ultrapassada, que estava condenado ao fracasso.

Inversamente, o subjectivismo neo-operaísta, da política, da autoridade, etc., no preciso momento em que se exprime, terá de se transformar exactamente na objectividade muda das estruturas, dos estádios de evolução, etc., denunciados como violência teórica contra a liberdade subjectiva das pretensas "relações de vontade", como veremos já a seguir.

A constituição pretensamente positiva do *empire* realiza-se, segundo Hardt/Negri, como processo revolucionário da época da pós-modernidade (cuja verdadeira importância é inteiramente sobreavaliada), como expressão das novas forças produtivas da "economia da informação" e do "trabalho imaterial", etc., até mesmo como o aparecimento de uma nova ontologia. Mas o que é isto senão uma "teoria dos ciclos", que introduz uma "lei objectiva", uma vez que esta ontologia pós-moderna é erigida como pano de fundo objectivo de todo o pensamento e actividade ulteriores? Que significa este assinalar por Hardt/Negri que os sujeitos ficam prisioneiros deste "campo imanente" objectivo, preexistente e definido, senão "mandar as acções humanas dançar ao ritmo das estruturas cíclicas"?

Esta lastimável desventura acontece-lhes porque eles pensam os seus sujeitos e a respectiva actividade sem pressupostos, como puras vontades em si, sem simultaneamente reflectirem a constituição histórico-social destas vontades, ou seja, a forma apriorística fetichizada destes sujeitos sociais, já postos como sujeitos da concorrência antes que possam pensar e agir por si mesmos. A ignorância relativamente à constituição inconsciente da forma (o que é por eles apresentado insuficientemente como "constituição" não passa de facto da modificação consciente, intra-histórica, das relações de vontade e logo das relações de poder) acaba por se vingar, pois a tão vilipendiada objectividade cega regressa pela porta do cavalo, na própria argumentação destes enfatizadores do sujeito.

Hardt/Negri tornam-se assim involuntariamente objectivistas de um duplo ponto de vista: desde logo, de certo modo "meta-ontologicamente", quando remetem os seres humanos a uma ontologia objectiva da "criação de valor", apresentada como natural e trans-histórica, que deve formar o próprio "campo de imanência" do ser humano social; por outro lado "intra-ontologicamente", quando definem a "autovalorização" do ser humano definitivamente reduzido ao economismo real, que fica despromovido ao seu próprio capital humano, como o "campo de imanência" objectivamente inevitável e historicamente actual da pós-modernidade, ao mesmo tempo que redefinem como forma de "libertação" esta redução e auto-rebaixamento extremos dos idiotas do mercado.

Eis-nos de volta ao objectivismo hegeliano do desenvolvimento: o que existe é bom, porque necessário e válido, como momento de uma teleologia da história. Assim, até esta estúpida pós-modernidade e os igualmente estúpidos autovalorizadores da "nova economia" passam por emancipatórios, pelo simples facto da sua existência histórica. Mas, mal Hardt/Negri acabam de dar a sua bênção a esta estupidez global ideal, infelizmente para eles, eis que ela já só existe sob a forma de uma bancarrota global real.

Isto não é teoria crítica, mas sim ideologia afirmativa, cujo gesto crítico consiste apenas em lançar uns contra os outros os diversos fenómenos, momentos e categorias, empíricos e "ontológicos", da "imanência" capitalista. O *empire* corrompido ou império da corrupção é aferido pelas virtudes capitalistas perdidas: "A aristocracia transnacional parece preferir a especulação financeira às virtudes empresariais [!], revelando-se assim como uma oligarquia parasitária" (*ibid.*, p. 327). Qualquer nazi ou anti-semita diria exactamente o mesmo.

Correspondentemente miserável fica a visão emancipatória resumida por Hardt/Negri: "O modo de produção da multidão coloca o trabalho contra a exploração [sic!], a cooperação contra a

propriedade, a liberdade contra a corrupção. Ele procura que os corpos [!] se autovalorizem no trabalho [!] [...] e transforma a existência em liberdade" (!) (*ibid.*, p. 415), graças a "novas reconfigurações [...] da autovalorização, da cooperação e da auto-organização política" (*ibid.*). É a velha lengalenga do movimento operário: o capitalismo (agora pós-moderno) sem capitalistas, só com a "mudança do poder". Depois de ter reduzido a relação de capital à "corrupção" e apresentado a gestão do estado de necessidade global como sendo o glorioso *empire* desta corrupção, eles opõem a isso o "trabalho honrado" do pequeno burguês e a "sã autovalorização" dos "corpos" em cooperação. Também aqui se ouve de novo o refrão nazi/anti-semita.

O problema levantado por Rufin do "invólucro económico" planetário, com a intenção teórica a ele associada de não encarar Marx como concorrente de Adam Smith, mas como seu "negador", não é resolvido por Hardt/Negri, e já nem sequer é colocado. Pelo contrário, Hardt/Negri transformam Marx numa espécie de versão turbo de Adam Smith, enriquecida com um *ethos* do trabalho *proletkult* e um anti-semitismo encoberto. Partindo da crítica da economia política, caem completamente numa retórica intracapitalista das possibilidades e ao mesmo tempo na ilusão política.

Rufin tinha deixado entrever – ainda que com inequívocas dores de barriga – que preferia à ideologia do *limes*, que pretende externalizar os "Bárbaros", a "responsabilidade" democrático-humanista do próprio Império. Hardt/Negri, pelo contrário, pretendem ultrapassar a corrupção do império capitalista mundial no seu próprio terreno com as suas próprias categorias, virtuosamente redefinido por uma nova subjectividade imanente, pós-moderna, "a partir de baixo". Diferentemente de Rufin, vêem claramente que já não há "exterioridade" espacial ou social e que todos os fenómenos se desenvolvem no interior do império. Deste ponto de vista é totalmente inútil a tentativa de erigir um *limes*. Mas, como esta ideia de que não existe "exterioridade" real está ligada em Hardt/Negri à obrigação de uma imanência "positiva", não pode ser assumida num sentido crítico e emancipador, antes se vendo obrigada a procurar mobilizar uma força puramente imanente ou a proclamá-la.

Naturalmente que tudo é de algum modo "imanente"; ou seja, não há nada que exista fora do mundo e, por essa razão, também a crítica é determinada pelo seu objecto. Dito assim, é uma observação trivial. A questão, no entanto, é que a crítica radical é determinada negativamente, e não positivamente, pelo seu objecto; ela pretende ultrapassá-lo e, portanto, não pode invocar nenhuma força imanente positiva, mas apenas a força da negação, que tem, ela própria, de se constituir em movimento social de emancipação, em vez de ser categorialmente determinada *a priori* pela forma daquilo que existe.

Esta é que é a dificuldade operaísta em Hardt/Negri: colocam *a priori* um sujeito de pura vontade, para o qual as categorias formais do capital pretensamente não seriam pressupostas, mas apenas exteriores e secundárias: quer como "meios" funcionais do poder, quer como meios do contra-poder, não residindo a diferença na forma social enquanto tal, mas apenas no conteúdo da vontade. Hardt/Negri têm, portanto, de esconder a constituição ou formatação dos sujeitos, como sujeitos da valorização do valor e da concorrência. O processo de valorização, como substância da subjectividade, é por eles compreendido positivamente, como potencial de "auto-realização" humana, enquanto a lógica da acção imanente desta subjectividade, a concorrência universal, praticamente não aparece (uma verdadeira proeza, numa obra que pretende abrir novas perspectivas acerca do capitalismo!).

Sendo no fundo incapazes de formular uma "crítica", tal como Rufin, Hardt/Negri têm de escolher uma alternativa imanente imposta pelo império da crise, e adivinha-se qual é: a imanência da barbárie, reinterpretada positivamente. Na argumentação de Rufin, tratava-se de uma pseudo-alternativa, encarnada na personalidade de von Ungern; agora já não se trata de uma externalidade, de um "lá longe, nas estepes", mas de uma internalidade do próprio *empire*. Os "Bárbaros" são imanentes, mas tal imanência para Hardt/Negri já é positiva, o que os leva a concluir, apoiando-se numa interpretação errónea de Walter Benjamin: "Os novos Bárbaros destroem com violência afirmativa e traçam novos caminhos de vida através da sua própria existência material" (*ibid.*, p. 227). Estes novos Bárbaros, segundo Hardt/Negri, não são eles próprios produtos da crise de

valorização global do capital; pelo contrário (em absoluta conformidade com a ideologia do culturalismo pós-moderno e da economia institucional) estão na origem da crise; compreendidos não negativamente, mas positivamente, como "subjectividade rebelde".

De acordo com esta ideologia fantasmática do sujeito, a valorização do capital porta-se às mil maravilhas, não estando o negativo nela, mas na corrupta dominação que a governa; correspondentemente, não há supérfluos, "o *empire* tem trabalho para todos" (*ibid.*, p. 346), ainda que se trate de um trabalho "explorado" e dominado pela corrupção. Como o capitalismo pós-moderno teria de todo o modo conseguido transformar tudo em trabalho e criação de valor (coisa que eles não se sentem obrigados a provar), já não pode haver crise real, nem limite interno absoluto à valorização do capital. Que mesmo o indivíduo que se masturba algures, na privacidade de um WC, de certa maneira "valorize capital", isso seria o sonho do "sujeito automático", se ele pudesse sonhar, mas tal constitui uma impossibilidade lógica e prática. Em Hardt/Negri transforma-se na realidade do valor, como pura relação de vontade.

Deste modo, a crítica reduz-se à ilusão de um confronto entre sujeitos imanentes; a barbárie negativa do *empire* corrupto seria curada pela barbárie positiva dos produtos sociais e ideológicos da sua decomposição. Mas assim estes enfatizadores do sujeito enredam-se em novas contradições. Pois o seu novo sujeito ontológico da "economia da informação" e do "trabalho imaterial", etc. não se tem feito notar até hoje por qualquer espécie de rebelião; ele representa mais a barbárie e a corrupção do próprio sistema do que a contra-barbárie dos produtos da sua decomposição.

Sempre que Hardt/Negri querem falar das famosas "lutas", levadas a cabo pela famosa subjectividade recauchutada à maneira operaísta, vêem-se obrigados a pôr de parte os seus sujeitos autovalorizadores da nova economia e a recorrer para o efeito aos movimentos migratórios e aos êxodos maciços da crise mundial, aos bandidos étnicos e de crise, à cega evolução dos actuais processos de colapso. Ora, a subjectividade que aí se manifesta não é de modo nenhum a das forças produtivas mais avançadas dos centros, antes pelo contrário, é a subjectividade pseudo-arcaica das zonas de colapso até hoje periféricas, ou delas proveniente.

Hardt/Negri já não se detêm perante o absurdo da sua produção de um *kitsch* neo-operaísta. No fundo, tudo é "sujeito" e, em última instância, tudo está em tudo. Tendo eliminado definitivamente o carácter fetichista, objectivado e autonomizado no contexto sistémico da valorização do capital, os sujeitos não apenas têm de "fazer" a crise de maneira puramente voluntarista, mas também podem reinterpretar discricionariamente a lógica do sistema.

Contudo, há uma diferença de dignidade entre estes sujeitos da pura vontade. Os sujeitos do "poder", os dominantes (não se sabe quem são nem donde vêm, uma vez que a constituição lógica e histórica do sistema fica envolvida na obscuridade mística de uma metafísica do sujeito) sem dúvida exercem realmente o poder, continuando ainda assim "irreais" e não autónomos. Estes sujeitos do poder são simplesmente movidos; movidos obviamente não pelo imperativo sem sujeito da valorização do valor, como fim em si irracional, nem preformados pelas leis sistémicas coercivas do "sujeito automático" e da concorrência universal, mas movidos apenas pelo contra-sujeito proletariado ou "multidão" (*multitude*), que é como Hardt/Negri rebaptizam pomposamente o velho conceito de sujeito do sociologismo das classes, que não chega ao conceito de crítica do sistema. É este proletariado, aliás *multitude*, que constitui o sujeito verdadeiro e autónomo da história (faz lembrar uma hipóstase conceptual análoga em Georg Lukacs), enquanto os dominantes mais não fazem que vigiar e reagir às acções autónomas e criadoras deste "verdadeiro" sujeito.

De acordo com esta lógica algo confusa, o desenvolvimento capitalista das forças produtivas não se efectua em primeiro lugar por meio da concorrência nos mercados mundiais, mas apenas e só como reacção às "lutas" sociais do proletariado/*multitude*. Hardt/Negri levam até ao absurdo este ponto essencial e mais que falso do velho operaísmo, que ignora todas as relações de mediação da forma social. Tendo sido ofuscadas e mesmo ontologicamente positivadas até este ponto as formas de mediação e as leis do movimento fetichistamente objectivadas do sistema de referência comum, a sociedade fica literalmente reduzida ao confronto directo e imediato de puros sujeitos da vontade, pretendendo-se que a subjectividade da *multitude* constitui o momento unificador e a verdadeira

força motriz do desenvolvimento.

O velho movimento operário, que agia apenas no interior das leis formais do sistema e apenas podia imaginar a emancipação no terreno ontologizado da forma fetichista da modernidade, através desta tacanhez histórica tornou-se efectivamente um dos motores internos do desenvolvimento da sociedade capitalista, ficando assim também ele encerrado no sistema universal da concorrência e limitado a uma determinada época do desenvolvimento. Hardt/Negri, não só hipostasiam este papel, como o destacam do contexto global das relações de concorrência do capitalismo e das suas "leis coercivas" (Marx), para sublimar a velha "luta de classes do proletariado", que continua miseravelmente imanente, como se fosse o único e verdadeiro motor da sociedade, transformando assim enganosamente a tacanhez histórica e a heteronomia sistémica do movimento operário na força de vontade autónoma da História.

Assim, absolutamente tudo o que se passa na sociedade seria resultado directo ou indirecto da "vontade criadora" do proletariado/*multitude*, sempre e em toda a parte. Hardt/Negri nem receiam afirmar que a hegemonia americana após a Segunda Guerra Mundial foi "de facto sustentada pelo poder de oposição do proletariado nos EUA" (*ibid.*, p. 280), por mais misteriosa que seja a onipotência desta "luta de classes", que já tinha desaparecido das relações gerais de concorrência nos Estados Unidos antes de desaparecer na Europa. Será de questionar porquê e com que objectivo deveria o proletariado/*multitude* "libertar-se", uma vez que, como sujeito autónomo da história, ele já "faz" tudo.

Esta mitologia aconceptual de um sujeito proletário da vontade, cujo invólucro formal social é simplesmente ignorado, prolonga-se sem descontinuidade até aos processos da globalização e da constituição pretensamente positiva do *empire*. Aqui, Hardt/Negri vêem-se obrigados a negar abertamente os factos, como é próprio dos mitólogos e dos mistagogos, ajustando impiedosamente a realidade global em flagrante contradição com o seu mito das "lutas".

Os gloriosos autovalorizadores da "nova economia", voltando a ela por um momento, não lutam verdadeiramente, apenas abrem falência; ainda assim, sendo tudo "trabalho", não poderá ser tudo em si "luta" social, mesmo "abrir falência"? Ao falido (ou falida, a falida pós-moderna) não será muito difícil, através da falência, constituir-se, segundo a mesma lógica de Hardt/Negri, tanto em "trabalho" e "valorização do capital", como até em "luta", tudo em um. O "campo da imanência", pelos vistos, inclui em si tudo isso.

O que de certo modo não deixa de ser verdade, se compreendermos a concorrência universal como uma "luta" social permanente; uma vez que, neste caso, tal "luta" não contém a menor centelha de autonomia, nem o menor potencial emancipador, é preciso agora que o *kitsch* sentimental do operaísmo aí invista a "subjectividade de classe" proletária, com um toque de varinha mágica, sendo tal potencial de libertação encarado como uma ânsia que lhe seria inerente.

Seja na farsa auto-afirmativa do economismo real e seus projectos empresariais sem substância, seja na auto-exploração de um novo empresariado de miséria, o facto é que os autovalorizadores pós-modernos "lutam" apenas de forma virtual, contrariamente ao que pretendem Hardt/Negri, para quem eles supostamente constituem a base ontológica de um novo sujeito em si das "lutas". De repente, não sendo nada disto verdade, parece que cabe à *multitude* da periferia, de Chiapas à Chechénia, conduzir uma espécie de "luta por procuração" em nome dos sujeitos da nova economia, algo desajeitados em matéria de luta social.

Infelizmente, esta *multitude* da periferia – a massa real de miseráveis que nem sequer estão ligados por telefone – apenas negativamente está ligada ao conjunto dos sujeitos das novas forças produtivas, através do "invólucro económico" planetário e das leis coercivas da concorrência. Ou será que os nossos autores estão aqui a pensar nos chefes de clãs e senhores da guerra equipados com telefone por satélite, nos piratas da Internet e nos dirigentes da indústria do rapto de reféns?

Pouco importa, pois, como repetem monotonamente Hardt/Negri, em todos estes casos está em acção a energia criadora autónoma da *multitude*. As monstruosas migrações desencadeadas pela miséria global, neste começo do século XXI, são logicamente reinterpretadas como "movimentos de libertação" objectivos: "Os movimentos da multidão abrem novos espaços e estabelecem novas

residências. É a autonomia do movimento que define o lugar adequado à multidão [...]. Uma nova geografia é instaurada pela multidão, à medida que os fluxos produtores dos corpos definem novas correntes e novos portos. As cidades do mundo vão tornar-se simultaneamente grandes depósitos de humanidade cooperante e locomotivas da circulação, residências temporárias e redes de distribuição maciças para a humanidade viva. Através da circulação, a multidão reapropria-se do espaço e constitui-se como um sujeito da acção" (*ibid.*, p. 404). É verdade que "tais movimentos custam muitas vezes terríveis sofrimentos" (*ibid.*), mas esta "nova singularidade nómada" (*ibid.*, p. 371) não deixaria por isso de ser plena de força autónoma e de potencial emancipador.

E, é escusado repeti-lo, seriam novamente os lázaros da autonomia e as suas "lutas", e não a lógica interna da concorrência capitalista e a sua dinâmica, que "de facto" engendrariam a globalização: "São eles próprios que põem em marcha o processo da globalização e o sustentam. O poder imperial murmura os nomes das lutas para as seduzir e reduzir à passividade" (*ibid.*, p. 72).

É preciso fazer prova de raro sangue-frio, na contemplação intelectual do exterior para, por um lado, apresentar as migrações maciças de "inúteis", devidas à miséria, como uma valorização do capital de tipo novo e, por outro lado, querer retirar delas um potencial emancipador que elas naturalmente não têm. Nas condições de concorrência planetária universal, a migração não passa de um momento desta, ou da sua continuação por outros meios. Migrar, em si, não é mais emancipador do que ficar em casa, e o sujeito "nómada" da valorização não é mais propenso à crítica e à revolta do que o sujeito sedentário. Se o único pensamento das pessoas é poder refazer a própria vida segundo critérios capitalistas e conseguir "trabalho", para isso abandonando os seus próximos e arriscando até a vida, elas não estão mais próximas de um acto emancipatório do que os autovalorizadores pós-modernos ocidentais, de que apenas constituem a variante miserável.

A realidade empírica a nível global mostra bem que a época da "luta de classes" e da "subjectividade de classe" terminou há muito. A nova natureza da crise e a globalização também há muito tempo revelaram a ticanhez histórica e imanente ao sistema destes conceitos e da realidade a eles subjacente. Contudo, Hardt/Negri pretendem desesperadamente enquadrar a nova realidade mundial nesta lógica anacrónica e apresentá-la como seu prolongamento linear. Esta argumentação anacrónica só pode levar a interpretações grotescas. Já é extravagante reinterpretar as não-lutas dos autovalorizadores e dos migrantes da miséria como uma espécie de emancipação virtual e de resistência social. Mas onde Hardt/Negri se desacreditam totalmente é quando tratam acontecimentos, que são efectivamente "lutas" autênticas, com bombas e armas de fogo, mas que são tudo menos lutas de emancipação social.

Com toda a seriedade, Hardt/Negri fazem entrar na lógica e nos conceitos da sua "luta de classes" anacrónica os produtos da barbarização e decomposição da concorrência universal, ou seja, as formas do seu asselvajamento étnico e pseudo-religioso, interpretando-as como o desencadeamento positivo de um contra-poder: "O que há de novo nos fundamentalismos contemporâneos é realmente que se defendem das potências que se constituem na nova ordem imperial mundial. Deste ponto de vista, a revolução iraniana foi uma poderosa recusa do mercado mundial [!] e, nessa medida, podemos considerá-la a primeira revolução pós-moderna" (*ibid.*, p. 162).

Se até Khomeini já é uma figura luminosa do anticapitalismo, também há que admitir Osama bin Laden no panteão dos combatentes da liberdade e atribuir-lhe um lugar de honra ao lado de Che Guevara. Hardt/Negri provam involuntariamente que manter nas condições da pós-modernidade o mito da luta de classes, que continua obviamente limitada pelos critérios do sistema, leva à perda de qualquer faculdade de julgamento.

Mas esta perda coincide com a crescente incapacidade de reprodução da relação fetichista moderna, que é o seu fundamento, pelo que os nostálgicos da luta de classes têm razão, mesmo sem o saberem; mas apenas no sentido em que a "luta de classes" ou, mais geralmente, a luta social determinada pelas relações de concorrência universal, não pode voltar a aparecer, na moderna forma do sujeito em desmoronamento, a não ser na figura do asselvajamento que desmente qualquer movimento emancipador.

É o que Hardt/Negri involuntariamente demonstram quando, entre os "confrontos mais radicais e

mais fortes do fim do século XX" (*ibid.* p. 67), em que "a multidão recusa a exploração" (*ibid.*) e que "anunciam uma nova espécie de solidariedade e de militância proletárias" (*ibid.*), colocam em primeiro lugar, como por acaso, "a Intifada palestina contra a autoridade do Estado israelita" (*ibid.*).

Se a Intifada palestina é "luta de classes", e é-o em certa medida, pelo menos como versão da *ultima ratio* da concorrência, então luta de classes, modernização e "desenvolvimento", etc. equivalem hoje à total perda de si. Se a "solidariedade proletária", hoje, consiste em fazer-se explodir juntamente com quem passa, e em abater crianças com espingarda de mira telescópica, então os massacres entre os trabalhadores assalariados na Primeira Guerra Mundial eram uma expressão desta "solidariedade proletária", até de uma natureza particularmente nobre, em comparação com os actos bárbaros da Intifada. E porque não escriturar na coluna dos "proveitos" do "movimento de emancipação proletária" os jovens bandos de neonazis na Alemanha e em toda a Europa, o visceralmente anti-semita *Black Power* nos Estados Unidos e, de um modo geral, as atrocidades do conjunto dos guerreiros étnicos do capitalismo global de crise? Tudo é "trabalho criador" da multidão, tudo é valorização de si e do capital, tudo é luta de emancipação. Há que rejeitar tudo isto com horror.

Não é por acaso que nesta ambiciosa inquirição de Hardt/Negri, tudo menos modesta, o anti-semitismo, tal como a concorrência, brilham pela ausência. Fazer a história e a análise do modo de produção capitalista apenas a partir do conceito positivo do sujeito da vontade "criador de valor", omitindo sistematicamente a concorrência e o anti-semitismo, é mais ou menos como fazer a história do cristianismo a partir do conceito de amor ao próximo, sem nunca evocar as Cruzadas, as guerras de religião e a queima das bruxas. Procedendo assim, Hardt/Negri passam ao lado não só da história, mas também do presente do capitalismo global de crise. E eles próprios caem num entendimento redutor, que em muitos pontos coincide irreflectidamente e até dá cobertura à lógica do anti-semitismo.

Tal como Rufin, antes deles, Hardt/Negri continuam encerrados na falsa imanência da ontologia capitalista, ou seja, no terreno categorial do moderno sistema produtor de mercadorias e com ele no "invólucro económico" do mundo, que no entanto se revela na prática impossível para a maioria do planeta.

Entrincheirar-se constitui para o *empire* da valorização do capital uma tendência espontânea da reacção imperial sistémica ao processo de decomposição. Assim, o *limes* não se estende apenas ao longo de fronteiras exteriores, mal definidas e duvidosas, mas torna-se um fenómeno universal, mesmo no interior do *empire* e de um modo geral no interior de cada sociedade em crise, no contexto do processo da globalização. Os muros e os arames farpados erguem-se tanto na fronteira do Sul dos EUA, como na fronteira do Leste da União Europeia; mas também entre Israel e os Palestinos, entre "etnias" e "tribos", por todo o lado, entre bairros de lata e bairros residenciais. A consequência última desta lógica é que todo o indivíduo abstracto que de algum modo goza ainda da estranha "felicidade" de poder deixar-se refazer à maneira do capital, leva consigo, para todo o lado, um muro móvel e uma barreira de arame farpado portátil.

A rejeição e desesperada externalização dos novos fenómenos de crise e processos de barbarização do próprio sistema mundial, da anomia, do caos, da violência à toa, desta propagação descontrolada de metástases sempre novas da manifesta pulsão de morte do capitalismo, transforma o imperialismo da exclusão num momento abrangente da constituição imperial global do estado de necessidade, contra o qual o pontual imperialismo da segurança e o específico imperialismo do petróleo constituem apenas momentos secundários, ainda que temporariamente possam passar para primeiro plano.

Quer Rufin, quer Hardt/Negri menosprezam completamente o carácter do "imperialismo global ideal", na medida em que pretendem entendê-lo como constituição político-económica positiva de um "império" em si pacificador e com capacidade de reprodução.

A crítica que continua prisioneira das categorias do sistema e de uma má imanência já não é crítica, e só pode enganar-se a si mesma. Nestas condições resta apenas a alternativa formulada por Rufin:

ou a opção de Kléber ou a de von Ungern, isto é, ou o imperialismo democrático moralizador dos direitos humanos, que ignora a crise do sistema, ou a reinterpretação positiva em termos de "subjectividade rebelde" dos produtos da barbarização, igualmente ignorante da crise do sistema. Em ambos os casos forçoso se torna recorrer, de maneira positiva e ilusória, a uma das manifestações da subjectividade moderna em desmoronamento: em Ruffin, o sujeito ideológico dos direitos humanos e da democracia, com a sua pérfida novilíngua orwelliana; em Hardt/Negri, o sujeito ideológico da barbárie declarada, que enganosamente se apresenta como cura de rejuvenescimento da humanidade.

A alternativa entre Bush e Bin Laden, entre o "imperialismo global ideal" e o poder regressivo pseudo-arcaico, já não é aceitável, se a ideia da libertação social não quiser render-se completamente. A crítica emancipatória, em todas as suas variantes categorialmente imanentes, costumava, até hoje, agarrar as alternativas oferecidas pelo processo de desenvolvimento do sistema e assumir o respectivo pólo positivo "progressista". Isto é apenas outra expressão para o facto de que estas variantes da crítica social, agora completamente passadas à história, ainda estavam ligadas ao processo de ascensão e imposição do moderno sistema produtor de mercadorias e da sua lógica de dissociação sexual.

Agora esta ocupação de uma alternativa imanente tornou-se impossível, pois seria apenas a escolha entre diversas variantes da mesma violenta barbárie. No processo de desmoronamento e decomposição da subjectividade moderna, a lógica de dissociação estruturalmente "masculina" do sistema cada vez mais revela apenas o seu cerne repressivo de violência e, na verdade, de ambos os lados da polaridade aparente dos "conflitos", que de ambos os lados ficaram igualmente sem perspectivas. Já não há qualquer progresso capitalista e, por isso, já nem sequer há um mal menor, mas apenas males de igual grandeza e igualmente inaceitáveis.

8. O FIM DA SOBERANIA

Os atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001 nos EUA elevaram a um novo nível a guerra de ordenamento mundial do “capitalismo global ideal” contra os seus próprios fantasmas de crise sob vários aspectos. No entanto, perante os novos acontecimentos, tão inesperados como assustadores, apenas aumentou a confusão conceptual e a incapacidade de o pensamento democrático capitalista descrever nas suas próprias categorias o processo de autodissolução da modernidade produtora de mercadorias.

Este crime foi perpetrado por um conglomerado fantasma chamado Al-Qaeda, que desde então anda nas bocas do mundo, sem que minimamente se perceba o que este fenómeno representa. O imperialismo global capitalista faz de conta que se trata de um inimigo externo, no plano do seu próprio poder, que poderia ser “derrotado” com os meios desse poder. É precisamente nisto que os estrategos democráticos fundamentalmente se enganam; estando condenados a este erro, pois olhar a verdade de frente significaria ter de reconhecer a decadência dos seus próprios critérios.

O ataque, que acertou no Pentágono, o coração da máquina militar dos EUA, e nas torres gémeas do World Trade Center, que eram o coração do capital financeiro dos EUA, foi tão pouco um acto exterior ao sistema mundial capitalista e à sua forma de sujeito como o são os assassínios e fogos postos da população racista, e os amoqueos nos próprios centros democráticos, ou os atentados suicidas nas regiões periféricas em crise. Este acto, evidentemente, não teve nenhuma perspectiva emancipatória; para os seus autores, era tão indiferente o destino social dos milhares de milhões de “supérfluos” deste mundo como as vidas dos milhares de pessoas que transformaram em vítimas da sua loucura. No entanto, já antes se sabia que os senhores da guerra, os fundamentalistas religiosos, os etnobandidos, etc., não são nem Robins dos Bosques, nem Che Guevaras. Mas isso não significa nem por sombras que os processos de barbarização, dos quais o 11 de Setembro representou o apogeu provisório, não tivessem nada a ver com a crise socioeconómica à escala mundial.

Nunca será demais realçar que, com o fim da capacidade de desenvolvimento e de expansão do sistema capitalista, já não pode ser formulada nenhuma crítica social sustentável nas formas sociais próprias deste, pelo contrário, agora a subjectividade concorrencial já apenas pode dar lugar a diversas formas de loucura assassina. O que se aplica aos autores de amoqueos e aos assassinos racistas no plano dos indivíduos e dos gangues, também caracteriza numa escala maior os autores dos atentados do 11 de Setembro: já não perseguem nenhum objectivo político ou social intrinsecamente racional, mas exprimem – em representação de milhares de milhões de sujeitos da concorrência desesperados – o carácter destrutivo e autodestrutivo do sistema mundial chegado aos seus limites históricos absolutos. Em tais atentados terroristas manifesta-se imediatamente o carácter patológico do todo da sociedade mundial, e por isso os seus autores podem provir de todas as camadas sociais, até mesmo e precisamente da minoria de ganhadores da globalização e de príncipes do petróleo.

A Al-Qaeda: uma nova qualidade da violência pós-política

Não é por acaso que são sempre membros da *jeunesse dorée* que surgem como líderes e actores principais da barbarização, do “pequeno pogrom” até ao terror em grande escala. Os rebentos

patologizados das elites patologizadas constituem a linha da frente do tratamento patológico da crise. De Osama bin Laden sabe-se que, como jovem rico, andou por algum tempo a dar as suas voltinhas como playboy em Mallerba até que, aborrecido, se lançou, nos anos 80 do século passado, na guerra santa afegã contra a ocupação soviética. Precisamente no que diz respeito aos autores dos atentados do 11 de Setembro, todos eles com boa formação e a viverem no Ocidente, é provável que não tenha sido apenas o sentimento de humilhação do mundo islâmico por parte do Ocidente que os levou à loucura religiosa, mas porventura ainda mais a experiência global dos anos 90 do século passado para todos os que cresceram nessa década das bolhas financeiras e do terror económico agudizado: a saber, a esmagadora falta de sentido da economificação total de todos os objectos e domínios da vida, que converte em cinzas qualquer conteúdo, antes de poder sequer exprimir-se.

Quando para o absurdo e total faltade sentido da economia capitalista que esbarra nos seus próprios limites parece já não haver qualquer resposta, a mesma tem de se descarregar em ondas sempre novas, cada vez mais violentas, de uma identidade violenta e autodestrutiva igualmente sem sentido, que já não visa quaisquer objectivos sociais, e que procura a sua figura ideal nas sucatas da história religiosa e intelectual deixadas pelo capitalismo; e era apenas uma questão de tempo até que este impulso da pulsão de morte se avolumasse para além da pequena escala dos indivíduos e dos gangues até alcançar uma dimensão de Hiroxima.

De modo nenhum por acaso, tal como já tinha acontecido na Intifada palestina, a adopção do anti-semitismo ocidental constituiu um momento central nas ideias tresloucadas destes autores de atentados suicidas qualitativamente novos. Nessa medida, o 11 de Setembro foi apenas a consequência lógica de um desenvolvimento começado muito antes e que já há muito assumira uma forma repugnante, tanto nas identidades delirantes e nas carnificinas das regiões globais em colapso como no ódio de exclusão dos centros democráticos.

No entanto, a extensão deste massacre também lançou uma luz intensa sobre a relação lógica entre o terror suicida, sem objectivo nem finalidade, e o “terror da economia” do capitalismo mundial, que não se encontra propriamente no plano das motivações. Enquanto os actos de guerra tradicionais de sujeitos políticos do capitalismo, ou seja, de soberanos estatais e dos seus aparelhos de violência ou de movimentos sociopolíticos se pautam por relações conscientes entre fins e meios, não sendo meros efeitos colaterais, é precisamente esse o caso das destruições mesmo mortais causadas pela famigerada “mão invisível” da concorrência. Os destrutivos processos derivados da concorrência universal não nascem de uma vontade consciente, direccionada para relações entre objectivos e meios, pelo que os senhores dos mercados invariavelmente lavam daí as mãos. Autores de crimes de guerra podem ser responsabilizados, mas não gestores que seguem os imperativos da economia empresarial; embora seja duvidoso quem dos dois causa os piores males.

É certo que as guerras capitalistas e os seus objectivos sempre estiveram inseridas no irracional sistema de fetiche da “valorização do valor”, e a sua racionalidade instrumental não passou da racionalidade interna do irracional fim em si de ordem superior, como a racionalidade económica instrumental para os fins da actividade da economia empresarial. Ainda assim, a subjectividade política e, com ela, também a subjectividade militar “regular”, representam, por assim dizer, o momento consciente, ainda que apenas subordinado, da socialidade capitalista, enquanto o “sujeito económico” age de forma consciente e orientada por objectivos sempre apenas como privado, e nunca como imediatamente social. Correspondentemente, a guerra capitalista, o morticínio “civilizado”, corresponde normalmente a um interesse do soberano estatal, a um conteúdo de objectivos (delimitação de zonas de influência, garantia do acesso a matérias-primas, regiões de escoamento de produtos, etc.). De acordo com esta definição, o facto de se matarem pessoas na guerra não é um fim em si, mas um meio para alcançar um fim que, no entanto, se encontra por sua vez subordinado a um fim em si realmente metafísico.

Mas esta mesma relação já dificilmente se aplica às estruturas da economia de saque nas regiões em colapso repletas de violência, tendo-se tornado vago o horizonte dos interesses. Nas mortandades causadas pela loucura religiosa, independentemente da cor, como no caso do atentado com gás tóxico perpetrado no metro do Tóquio pela seita Aum, desapareceu qualquer relação entre fins e

meios; e o megaterror do 11 de Setembro foi até à data apenas a manifestação mais espectacular deste tipo de violência.

Mas o que significa isso? Apenas que o terror pós-político subjectivo assumiu uma qualidade de resultado cego, semelhante à do terror económico objectivo. O que já há muito é um tema no discurso filosófico e da teoria social, o “desaparecimento do sujeito”, ou, mais precisamente, a revelação do sujeito capitalista, em tempos enfaticamente proclamado pela filosofia iluminista, do suposto “indivíduo autónomo”, como uma espécie de nexos social de reacção a estímulos semelhante a uma minhoca, comandado pelos imperativos da “mão invisível” sem sujeito e pelo “espectáculo” mediático (Guy Debord) – esta desgraça definitiva do moderno conceito de sujeito passou agora para o plano da violência. Os autores dos atentados do 11 de Setembro já poderão apenas ser designados por “sujeitos” se este conceito for utilizado no sentido pejorativo de uma consciência autodestrutiva, como será provavelmente o caso no futuro (se houver um futuro do pensamento reflexivo).

Perante o conceito positivo de sujeito moderno, porém, tais autores de crimes violentos já não são sujeitos, antes configuram uma “violência sem sujeito”, comparável a fenómenos da natureza ou, justamente, a processos de mercado. Por assim dizer, estas jovens pessoas digeriram a sua redução capitalista a receptores dos mecanismos de mercado de um modo excessivamente afirmativo, a saber, como auto-redução a máquinas assassinas e suicidas, sem objectivos sociais, que ultrapassam a concorrência cega. Talvez até o conceito do assassinio esteja exagerado, uma vez que pressupõe a imputabilidade. Aqui trata-se de um golpe de extermínio cego, que não deixa de se coadunar com a “razão instrumental” de um modo de proceder preciso do ponto de vista técnico e organizacional. Afinal é também assim que actua a destrutividade cega das relações de concorrência globais. Como os actores agiram com base numa pura loucura que já não pode ser explicada pelas relações entre fins e meios, e que corresponde à loucura objectivada das próprias relações, o sacrifício humano sem sentido por eles perpetrado inscreve-se já no mesmo plano que, por exemplo, as inúmeras mortes sem sentido de lactentes na periferia, como efeito colateral dos processos do mercado. A acção como relação de vontade é tão vazia que a categoria da vontade se torna obsoleta. Manifesta-se aqui uma intencionalidade que na verdade já não justifica tal designação.

De certo modo, este momento já se encontrava nos nazis, se bem que ainda não da mesma maneira desvinculada e livremente flutuante. Também sob este aspecto se torna evidente uma espécie de duplo carácter dos nazis que, por um lado, ainda mobilizaram a racionalidade interna de uma pretensão de poder imperialista nacional com base na produção capitalista, em última análise a velha aspiração à dominação nacional do mundo, no âmbito de um horizonte de “interesses” capitalista. Mas, por outro lado, na medida em que, neste contexto, os nazis tornaram pela primeira vez manifesta em grande escala a pulsão de morte do capitalismo, pois Auschwitz pulverizou a categoria do interesse e não seguiu qualquer relação entre fins e meios dotada de racionalidade interna, as suas acções moviam-se já num plano fora do cálculo subjectivo. A relação entre o fim (extermínio dos judeus) e o meio (fornos a gás) já não tinha qualquer conteúdo político-económico, sendo antes uma emanção imediata da pulsão de morte do capitalismo, da lógica destrutiva no âmago da abstracção do valor.

E precisamente por isso este crime contra a humanidade já se situou num plano fora da “responsabilidade” burguesa racional no interior da luta pela sobrevivência na concorrência. A analogia com os efeitos destrutivos sem sujeito da “mão invisível”, ou das forças da natureza, não corresponde a uma relativização ou desculpabilização, mas torna extremamente evidente o escândalo de uma cega “segunda natureza”. O horror consiste precisamente no facto de a consciência humana dos actores, embora ainda seja uma consciência, aqui se comportar como um processo sistémico cego; o que não confirma o pensamento afirmativo da teoria dos sistemas, mas desmente-o. Porém, colocar estas acções ao mesmo nível de uma mera violação de normas do direito burguês, como os crimes ditos “comuns”, significa não as compreender. A possibilidade de as compreender encontra-se no plano da crítica radical precisamente dessa “responsabilidade” ligada à forma capitalista de sujeito. A conversa da “incompreensibilidade” dos crimes nazis nasce apenas do apego afirmativo precisamente a esta forma de sujeito da qual resultaram esses crimes.

Uma crítica que fosse mais longe teria de responsabilizar, juntamente com os autores dos crimes, também a própria forma da “responsabilidade” burguesa. A abordagem da teoria dos sistemas sempre acaba por ir dar à mera desculpabilização subjectiva (os autores dos crimes “não tiveram culpa” porque eles próprios não passavam de objectos); a abordagem inversa da teoria do sujeito vai sempre dar à responsabilidade meramente subjectiva dos autores dos crimes (a forma sistémica objectiva da sua subjectividade passa despercebida). A teoria dos sistemas e a teoria do sujeito são complementares, estando as duas acriticamente apegadas à forma capitalista, a partir da qual, em última instância, acaba por irromper repetidamente uma acção destrutiva e autodestrutiva, se bem que modificada nos diversos níveis históricos de desenvolvimento.

Tal como já se viu nos guerreiros de Deus, nos etnobandidos e noutros protagonistas da concorrência violenta, hoje, contrariamente ao que se passou com os nazis, a manifestação da pulsão de morte do capitalismo já não se encontra ligada a uma certa história de constituição nacional (a ideologia alemã de sangue e solo), como sua agudização extrema, mesmo se entretanto todo o mundo já se serve fragmentariamente deste monumento histórico da loucura social, e os estrategos democráticos das guerras de ordenamento mundial até já começaram a derivar daí um cálculo imperialista de exclusão; uma indicação de quanto o próprio cálculo da racionalidade interna já se aproximou da manifestação da “violência sem sujeito” e de quanto o carácter louco do todo sistémico se manifesta imediatamente no pensamento e na acção.

Mas ainda mais essencial é a diferença que consiste no facto de a repetida manifestação da pulsão de morte do capitalismo já não se encontrar associada à lógica racional interna do poder de expansão imperial nacional. Só por isso este cego impulso destrutivo pôde assumir, nas regiões periféricas em crise, uma forma modificada e desligada, focando-se na “continuação da concorrência por outros meios” sem qualquer perspectiva, como já se viu na Intifada palestiniana. O portador deste impulso destrutivo já não é nenhum império político-económico nazi, com base no modo de produção capitalista ainda em fase ascendente, mas trata-se de estruturas “pós-políticas”, que resultam do desmoronamento do sistema mundial hoje já incapaz de ulterior desenvolvimento. Mas também a este respeito a Al-Qaeda representa uma nova qualidade.

Se o processo de decomposição pós-política sob a forma de etnobandidos e senhores da guerra parecia mover-se apenas num plano subestatal, com a Al-Qaeda passou a ter uma existência meta-estatal. Fenómenos semelhantes, ainda que sem o mesmo potencial destrutivo, já há muito podem ser observados nos fundamentalismos e seitas religiosos, processo em que a Al-Qaeda afinal participa devido ao seu pendor islamista, mas sem se limitar a esta dimensão. O universalismo negativo de uma religiosidade barbarizada, que é um reflexo do universalismo negativo do terror económico, tende forçosamente para conglomerados transnacionais e meta-estatais. No Afeganistão e provavelmente também noutros países, árabes, africanos e asiáticos, a Al-Qaeda provou que este bárbaro universalismo meta-estatal pode muito bem colocar-se em rede com o particularismo subestatal dos senhores da guerra. Nesta medida, o quadro de referência da Al-Qaeda vai muito além do potencial limitado, por exemplo, da suicida Intifada palestiniana.

Dois tipos de sacrifícios humanos. A teologia da indignação democrática

Esta nova qualidade da crise mundial, que abala o contexto formal fundamental da modernidade, só chegou plenamente à consciência ocidental através do 11 de Setembro, embora já há muito pudesse ser depreendida dos desenvolvimentos e acontecimentos da periferia. O motivo é óbvio: pela primeira vez se tornou inequivocamente claro que os centros capitalistas não podem em princípio proteger-se das consequências bárbaras do capitalismo de crise global. Até então pensara-se que os grandes sacrifícios humanos apenas ocorriam na periferia e que as próprias manifestações internas da barbárie podiam ser mantidas sob controlo.

Isto aplicava-se não só aos excessos de violência, que se pretendia controlar na periferia com recurso ao imperialismo da segurança e da exclusão, e “regular” dentro das próprias fronteiras

através de concessões doseadas à população e do terror das deportações, mas também aos efeitos colaterais objectivos e sistémicos da terceira revolução industrial e da globalização do capital, que se pretendia aguentar pela aceitação indiferente (ou disfarçada por um discurso moralista) da miséria e mortandade maciças nas regiões em colapso e pela aplicação de restrições doseadas nos centros (por exemplo nos âmbitos social ou educativo), tornando esses efeitos invisíveis remetendo para “leis económicas” e recorrendo a manipulações estatísticas.

O 11 de Setembro, evidentemente, não se tornou um acontecimento simbólico decisivo pelo facto de nessa ocasião milhares de pessoas terem encontrado uma morte cruel e sem sentido, mas por este acontecimento ter ocorrido no “centro do centro” e as vítimas terem sido, na maior parte dos casos, brancas e ocidentais, ou seja, pessoas “decentes” globalizadas. Aqui não foi massacrada nenhuma aldeia africana ou da Ásia central, nem foi morto à pancada nenhum migrante, mas, de um só golpe, foi literalmente feita em pedaços uma grande massa de cidadãos democráticos bem protegidos, bem vestidos e bem pagos, membros do velho ou novo “centro” e das elites que se julgavam em segurança. Pela primeira vez, o grande massacre quotidiano da periferia conseguiu entrar no centro, e mesmo no seu coração.

Fala por si o modo como o público democrático reagiu ao 11 de Setembro, incluindo até largos sectores da esquerda radical. O grito de indignação foi um pouco grande demais, como que para impedir que se ouvisse um tom feio, a saber, que um morto branco das hostes dos cidadãos normais do Ocidente ou das suas elites é algo completamente diferente de um morto de cor ou islâmico nas regiões globais de crise, independentemente de terem sido mortos por milícias étnicas, por bombas da NATO ou pelas “leis do mercado”. O incrédulo espanto com o facto de “podermos ser atingidos”, quando supostamente é da natureza da questão que apenas “os outros” são sempre atingidos, constituiu a inverdade moral de toda a indignação ocidental.

Esta ideia óbvia foi imediatamente bloqueada com o pseudo-argumento de que remeter para o terror económico ou para as vítimas da violência das bombas ocidentais imputaria a Bin Laden e aos seus comandos suicidas uma motivação emancipatória e “anti-imperialista” que de modo nenhum lhes cabe. Mas este argumento não atinge o problema. Pois não se trata de relativizar o facto de este atentado terrorista ter sido bárbaro e impossível de desculpar recorrendo a qualquer “crítica do imperialismo”. De qualquer modo isso é indiscutível, pelo menos desde que ainda se possa falar de uma reflexão crítica. Mas o mesmo se aplica também às vítimas dos massacres e dos crimes violentos na periferia (incluindo os perpetrados pela polícia mundial ocidental).

O que está em causa é precisamente a desigual medida da indignação, que denuncia o ponto de vista hipócrita dos interesses morais. Quanto este impulso se pode avolumar, até à desmedida, é o que involuntariamente revela o professor alemão de direito constitucional Ulrich K. Preuss que, na sua abordagem do 11 de Setembro, se deixa levar a estabelecer uma absurda comparação bíblica: “Um homem já não percebe o mundo. É trabalhador, honesto, humilde, devoto, modesto, generoso e grato pelas ricas dádivas que o destino lhe concedeu. Ninguém tem motivo para lhe desejar algum mal por causa da sorte que tem na vida. A bênção de Deus, a quem venera, repousa visivelmente sobre ele e os seus descendentes. Tanto mais em cheio o atinge o choque quando, num só dia, vê toda a sua riqueza destruída, os seus filhos e filhas aniquilados e, por fim, também todo o seu corpo desfigurado por tumores, da cabeça aos pés, e atormentado por dores que não dão tréguas. Em vão deseja que a morte o venha buscar. Nunca um justo sofreu castigo tão desmedido e injusto. Porque é que tem de encontrar-se, de repente, em tal estado, após anos de felicidade merecida e riqueza honestamente ganha? Conhecemos a história de Job, o servo de Deus que – como Deus garante, Ele próprio – é devoto, honesto e teme a Deus e evita o mal. Mas como pôde Deus permitir que o justo fosse atingido por tal desgraça? Depois da primeira paralisia causada pelo terror dos crimes perpetrados com uma inimaginável malícia no 11 de Setembro, muitos americanos, reflectindo, sentiram-se acossados precisamente por estas perguntas [...]. Mesmo passado quase um ano sobre o 11 de Setembro de 2001, a confusão, a incompreensão e o calafrio com o terror não esquecido, perante tal desgraça e seu carácter misterioso, ainda não largaram muita gente [...]" (Preuss 2002, p. 7s.).

Não é necessário ser-se muçulmano fanático para se cair numa fúria sagrada perante uma ignorância a tal ponto abissal. Se existisse um Deus justo e se este tivesse de punir o senhor Preuss como substituto, mesmo apenas por uma fracção dos crimes da potência mundial cometidos por governos dos EUA nos últimos cinquenta anos, “tumores da cabeça até aos pés” certamente não seriam suficientes. Comparar, perante milhares de milhões de pessoas que sofrem sob o jugo da “mão invisível” e do seu terror económico, logo o monstro capitalista que são os EUA, que se encontra ao centro do imperialismo da segurança e da exclusão do Ocidente e que faz parecer quase inofensivo um monstro secundário como a Al-Qaeda, comparar este monstro a “Job, o servo de Deus” que sofre de forma imerecida – um tal descaramento deixa-nos sem palavras. Associar a destruição simbólica das torres gémeas a uma “destruição de toda a riqueza” dos EUA, sitos no meio de um mundo destruído pela lei coerciva da concorrência – uma tal perspectiva está visivelmente para lá do bem e do mal. E fabular sobre a “felicidade merecida e riqueza honestamente ganha” de um país que levou metade da sua própria população até ao limiar da pobreza e (segundo dados divulgados pelas suas próprias autoridades) permite que milhões das suas próprias crianças passem fome – isso já dispensa qualquer comentário.

É claro como água: no momento em que a própria sala de estar apanha um salpico de sangue do mundo que sofre, a consciência ocidental fica furibunda. Um único pêlo tocado a um único cidadão profissional da prosperidade ocidental pesa mais que um milhão de cadáveres de lázaros mortos à fome e queimados do totalitário sistema do mercado mundial. Toda a conversa segundo a qual os sacrifícios humanos da globalização económica “não são intencionais” e os sacrifícios humanos dos danos colaterais da polícia mundial “apenas são aceites como inevitáveis” é tão apologética como impertinente. Precisamente por já não terem obedecido a qualquer cálculo “anti-imperialista”, os atentados do 11 de Setembro foram a cega némesis do capitalismo, que se apresenta de cabeça velada. E as suas vítimas foram, também elas, danos ou efeitos colaterais de uma violência sem sujeito.

A autodefesa nacional como impossibilidade lógica

O acontecimento simbólico do 11 de Setembro remete única e exclusivamente para a desagregação da subjectividade capitalista enquanto tal, para a insustentabilidade da lógica capitalista e para o universalismo negativo do sistema mundial produtor de mercadorias que está a ficar fora de controlo. Reduzir este acontecimento a uma relação entre “atacantes” e “atacados” e, por conseguinte, dar aos EUA o “direito à autodefesa” é ridículo e passa completamente ao lado do carácter dos atentados. Uma tal interpretação retoma implicitamente um padrão que a constituição capitalista em vigor até à data pressupõe como ontológico; e, com ele, também o quadro “político” de “potências” que são Estados-nações. Esta interpretação estaria certa se um Estado islâmico tivesse disparado mísseis sobre Nova Iorque ou se – mais absurdo ainda – uma divisão de fuzileiros de Saddam Hussein tivesse desembarcado em Nova Iorque.

No entanto, o megaterror do 11 de Setembro foi de outra natureza e não pode ser reduzido a uma tal relação. Isto torna-se evidente até no plano puramente técnico e organizacional. Pois estes atentados ridiculizaram toda a concepção de segurança de alta tecnologia, como tem sido elaborada pelos EUA desde o projecto SDI de Ronald Reagan e, ultimamente, sob a forma do projecto NMD da administração Bush. Esta concepção, de facto, pressupõe um ataque de tipo tradicional, que possa ser atribuído claramente a um Estado-nação. Sobretudo os diversos programas de desenvolvimento de mísseis, no Iraque, no Irão, na Coreia do Norte, na China, na Índia, no Paquistão, etc., eram assim seguidos com desconfiança. A fixação em programas armamentistas e estratégias de defesa nacionais manifestava-se, neste contexto, de duas maneiras: não só relativamente ao potencial atacante, mas também relativamente ao programa de defesa, que, neste caso, está feito unicamente à medida dos EUA. Assim sendo, com o projecto NMD, o governo dos EUA regride repentinamente da dimensão de polícia mundial do “capitalismo global ideal” para o plano anacrónico do conflito

de épocas passadas: tal como se pressupõe um Estado-nação que ataca militarmente com armas de alta tecnologia, o que está em causa, por outro lado, é uma “campânula de segurança” supostamente absoluta unicamente para o espaço de Estado-nação dos EUA.

Sem olhar ao facto de, ao que tudo indica, este projecto não ser tecnicamente exequível nem poder ser financiado, e se revelar cada vez mais uma fantasia dos planeadores de armamentos, ele não tem tão-pouco qualquer relação com a verdadeira ameaça potencial, como o 11 de Setembro comprovou. Não foram mísseis de fabrico caseiro e teleguiados de algum país emergente que causaram o massacre, mas bombas humanas vivas, apenas equipadas com facas e x-actos. Estas máscaras de carácter da pulsão de morte sem sujeito mostraram como é fácil assumir o controlo da maquinaria do capitalismo de alta tecnologia e “virá-la” contra o mesmo. Agregados tecnológicos como por exemplo grandes aviões civis a jacto podem ser convertidos tão rapidamente em armas de elevado potencial explosivo por derivarem da tecnologia militar e serem armas à partida; e o mesmo se aplica provavelmente a numerosos outros aparelhos de alta tecnologia que até à data ainda não foram considerados. Até o acesso organizativo foi espantosamente fácil, ainda que a acção fosse precedida por uma determinada logística e preparação de longo prazo. Nas condições da terceira revolução industrial, pelos vistos, mesmo pequenos grupos são capazes de levar a cabo operações transcontinentais sem grande esforço e com efeitos contundentes.

No entanto, não se pode esquecer que um dos pressupostos do megaterror foi a predisposição incondicional para o auto-sacrifício; mas esta qualidade hoje pode ser adquirida em todo o planeta, e à dúzia sai mais barata. Como o sistema mundial nada tem a oferecer, mesmo aos relativos vencedores, senão a infinita insipidez do economismo real do capitalismo, no meio de um deserto repleto de escombros sociais e ecológicos, o comportamento patológico de uma despedida final com um grande gesto e um máximo potencial destrutivo deve exercer uma forte atracção sobre as gerações mais novas; provavelmente, figuras como Mohammed Atta exercem um fascínio secreto sobre milhões de corações.

A forma de referência social dos autores dos atentados ainda é mais importante do que o aspecto técnico-organizativo e psicossocial. Eles não foram enviados por Saddam Hussein, nem por Khadafi, nem mesmo pelos aiatolas iranianos. A lealdade desses homens não pertencia a nenhum Estado, a nenhuma nação, nem tão-pouco às instituições oficiais do islão. Eram membros do fantasma chamado Al-Qaeda, do qual já todos ouviram falar, mas que ninguém conhece. O que é a Al-Qaeda, se não é Estado nem etnia, se não é uma igreja nem mesmo uma mera camarilha de senhores da guerra?

Asseguram-nos candidamente que a Al-Qaeda é uma “rede”. Isso evidentemente não é errado, apenas não nos dá um conceito suficiente do fenómeno que aparentemente tem um pouco de tudo: é um pouco uma igreja, ou melhor, talvez, uma espécie de ordem monástica armada, como por exemplo os Assassinos medievais com o seu “velho da montanha”, um pouco um conglomerado global do capitalismo financeiro, em parte também uma aliança de senhores da guerra independentes, por outro lado, também uma rede de organizações caritativas e projectos de desenvolvimento, cujas intenções não deixam de ser sérias (por assim dizer, um “crescente vermelho” com ligações terroristas), e também contém elementos do que antigamente se designou por “política”, mas sem ser “política” no sentido moderno. Numa palavra: num fenómeno como a Al-Qaeda torna-se definitivamente evidente a inadequação, até à data desesperadamente negada, do moderno aparelho conceptual político-económico relativamente aos novos fenómenos de crise.

O poder totalitário da modernidade: o conceito de soberania

É simplesmente lógico que, com a forma socioeconómica de reprodução, também seja fundamentalmente posta em causa a forma política do capitalismo. É um facto que o sujeito burguês consiste, no fundo, apenas nestes dois componentes formais que são o *homo oeconomicus* e o *homo politicus*. Mas quando se rompem estes invólucros formais, o que fica é justamente o nu sujeito da

concorrência, que já não é capaz de se mover nas suas próprias formas, como uma espécie de *zombie* deformado. Melhor dizendo: a forma económica perde a sua substância e continua a proliferar, por um lado, como capitalismo das bolhas financeiras globalizado e, por outro, como economia de saque; mas assim também o momento central da estatalidade moderna, a saber, a “soberania”, deixa de ser sustentável.

O princípio da soberania, formulado já muito cedo pelo teórico francês do direito Jean Bodin (1529-1596), refere-se ao carácter ditatorial e totalitário da sociedade moderna, mediada pela forma da mercadoria. Representa a expressão política do terror económico e, por isso, este princípio atravessa de lés a lés todas as modernas formas de Estado, que não são outra coisa senão as suas fases de desenvolvimento. O absolutismo monárquico dos primórdios da modernidade, as repúblicas corporativas dos séculos XVIII e XIX, as ditaduras totalitárias e a democracia do século XX, estão todas na mesma linha; trata-se da evolução da mesma substância chamada “soberania”. Esta substância constitui apenas a manifestação política da realmente metafísica “substância do valor” (em Marx: “trabalho abstracto” em forma viva e “trabalho morto” em forma coagulada), cuja manifestação económica é o dinheiro em *feedback* consigo mesmo.

Por outras palavras: o *homo politicus* é tão-pouco um sujeito autónomo como o *homo oeconomicus*, ambas as essências, ou almas, no peito do Homem moderno (em princípio: da masculinidade de dissociação branca) apenas podem agir como órgãos de execução do fim em si irracional que as rege, como ele se apresenta nas leis pseudonaturais da valorização capitalista. Tal como a exploração e a concorrência da economia empresarial perfazem o carácter coercivo económico do sistema, o mesmo faz a soberania ao concomitante carácter coercivo jurídico e político.

De acordo com Bodin, o conceito da soberania abarca “o poder absoluto e perene do Estado, [...] a soberania significa autoridade suprema, [...] a soberania não é limitada por nenhum poder, por nenhuma norma humana, nem por nenhum prazo [...]. O poder do Estado é absoluto e soberano, se apenas se encontra sujeito aos mandamentos divinos e ao direito natural [...]. A característica mais proeminente da [...] soberania consiste na plenitude do poder de decretar leis para todos e para cada indivíduo” (Bodin, 1976/1583, p. 19s., 42).

Já desta mais precoce formulação decorre que a soberania significa a administração repressiva das pessoas “de cima para baixo”, não só por príncipes absolutistas ou ditadores da modernização, mas também e sobretudo por administrações democráticas. A sua legitimação pelas chamadas eleições é insignificante, na medida em que as leis sistémicas repressivas e irracionais já estão sempre pressupostas e como tais não vão a “votos”. Trata-se sempre apenas da “eleição” entre diversas variantes da execução destas leis sistémicas, de tal modo que a definição do cidadão formulada por Bodin ainda hoje se aplica: “Um cidadão não é outra coisa senão um súbdito livre que se encontra submetido ao poder soberano de outrem” (Bodin, *ibidem*, p. 15).

Na democracia, o “outro” que detém o poder soberano é, ele próprio um mero servo (ministro) da coerção cega do sistema, que se manifesta de modo muito mais directo do que nas anteriores fases de desenvolvimento. Nesta medida, a democracia representa a forma de Estado capitalista mais desenvolvida e, assim, a forma mais desenvolvida da soberania. Longe de perder o carácter repressivo e totalitário da mesma, este apenas acaba por se afirmar plenamente nesta forma mais objectivada de “democracia e economia de mercado”. Precisamente este carácter, que passa pela objectivação de todos os constrangimentos (“constrangimento objectivo”), tal como se manifesta nas leis pseudonaturais da economia e nas pseudonecessidades tecnológicas e sociotecnológicas daí derivadas, agudiza a repressão totalitária na mesma medida em que evolui a estranha “liberdade” de já apenas “poder” representar todos os assuntos, necessidades e sentimentos “autonomamente” no quadro destes constrangimentos totalitários do moderno sistema produtor de mercadorias.

Já Bodin estabelece nas calmas relativamente ao carácter da soberania: “A definição ‘feliz’, porém, não é necessária [...]. Pois um Estado pode ser bem governado e ainda assim atormentado pela pobreza [...]. Para a definição do Estado, a definição ‘feliz’ não nos parece essencial” (Bodin, *ibidem*, p. 9s.). Não poderia dizer-se com maior clareza que está aqui em causa um fim situado além das necessidades humanas, que é precisamente o fim em si da valorização do valor, cuja execução

política é referida no conceito da soberania. Na época de Bodin ainda se tratava da forma embrionária do movimento de valorização, sob a forma de uma permanente “sede de dinheiro” dos despotismos militares dos primórdios da modernidade no contexto da sua “economia política das armas de fogo”, ou seja, para os fins da produção de canhões, da logística de exércitos permanentes equipados com armas de fogo, etc.

A partir desta raiz da modernidade enquanto tal, tanto do Estado capitalista como da economia capitalista, no despotismo militar, desenvolveram-se as definições essenciais da soberania. Por um lado, foi o princípio territorial da administração de seres humanos e da espoliação da população para o fim da valorização (originalmente militar, passando pela economia das armas de fogo), por oposição ao princípio dinástico, ou princípio de relações de dependência e relações pessoais. Com o conceito da “integridade territorial”, esta definição foi estabelecida também para o exterior, o que implicava ao mesmo tempo a proibição de secessão endereçada ao interior, que se traduz na manutenção violenta de partes da população no território da soberania, mesmo contra a vontade destas. A democracia representa a forma mais pura do Estado territorial e, assim, da administração moderna de pessoas para o fim em si capitalista, uma vez que aqui todas as outras formas de relacionamento se evaporaram ou extinguíram definitivamente; é nisto que consiste um aspecto essencial da objectivação.

Por outro lado é o monopólio da violência do Estado que determina fundamentalmente a lógica da soberania. Assim sendo, nem para o exterior (na guerra inter-estatal dos soberanos por territórios e pretensões de poder mediadas pelo capitalismo), nem para o interior (na repressão policial ou militar para a manutenção do ordenamento social capitalista e dos respectivos constrangimentos) a violência é negada e superada; em vez disso é meramente monopolizada, concentrada e, assim, levada à sua plena eficiência. Sob todos os aspectos, foram as democracias que montaram os maiores e mais medonhos aparelhos de violência da história humana.

Se fizermos a lógica da soberania remontar à sua origem, trata-se da sujeição totalitária de uma determinada população, circunscrita a um território estatal, ao constrangimento do “trabalho abstracto”, que há muito se desprende da original orientação específica para a “economia política das armas de fogo” e se desenvolve plenamente, dando origem ao sistema omnipresente de “empresas” em economia empresarial, sujeitas à ditadura do fim em si da multiplicação do dinheiro. Todo o sistema político-jurídico dos “direitos e liberdades” se baseia nesta submissão das pessoas ao constrangimento irracional do dispêndio de “esforço” heterónimo, longe de fins próprios. Melhor dizendo: no decurso da interiorização destes constrangimentos sistémicos, as pessoas perderam o hábito de ainda conceberem fins quotidianos próprios que não se definam imediatamente pela forma do sistema capitalista e pela sua generalizada mediação pela forma do dinheiro. O quadro pré-moderno das tradições foi substituído por um controlo sistémico imediato.

A desterritorialização político-militar

Ora, na medida em que a própria coerção sistémica das leis pseudonaturais torna supérfluas para o “trabalho abstracto” massas humanas cada vez maiores na terceira revolução industrial, e esse processo se agudiza dramaticamente pela globalização do capital comandada pelo capital financeiro, não só esbarra em limites históricos objectivos a acumulação ulterior de capital (que afinal se baseia num aumento contínuo do aproveitamento rentável do trabalho abstracto), mas, ao mesmo tempo, dissolve-se assim necessariamente a substância da soberania, juntamente com o sistema político-jurídico dos “direitos e liberdades” a ela vinculado.

O que resta do *homo oeconomicus* é o nu sujeito concorrencial dessubstanciado; o que resta do *homo politicus* é o igualmente nu sujeito da violência dessubstanciado. Quando acabam as relações regulares de mercado e produção, desmorona-se o telhado da soberania, que não passa de violência coagulada, centralizada e monopolizada, sendo a violência na forma entretanto interiorizada da concorrência monetária liquefeita, descentralizada e desmonopolizada.

Se dermos uma olhada pelo espectro dos “impérios do mal”, assim chamados pelo Ocidente na falta de melhores conceitos, o que se verifica é uma transição paulatina em direcção a estruturas que já não se inserem no plano da soberania estatal e do seu poder político e militar. Se o regime recalcitrante de Saddam Hussein ainda é um *caput mortuum* da soberania, a ruína de uma ditadura de modernização clássica e uma relíquia da Guerra Fria, e se Milosevic, com o seu governo mafioso pós-socialista, já foi um novo tipo de “potentado de crise” assente sobre os escombros de uma máquina estatal destruída pelo mercado mundial, pelo que o seu regime já apenas era uma sombra da soberania, as novas definições do “terrorismo” como inimigo caem definitivamente fora do sistema de referência da modernidade, não só em termos económicos, mas também em termos políticos. O poder dos talibãs já apresentava poucos elementos, ou mesmo resquícios da estatalidade e soberania modernas; nunca foi outra coisa senão uma mistura de máfia da droga (heroína), cenários de Hollywood e ideologia pós-moderna em traje religioso. E um fenómeno como a Al-Qaeda situa-se definitivamente num plano pós-estatal, para lá da soberania.

O mesmo também se aplica, evidentemente, às numerosas formas de seitas armadas, empresas privadas militarizadas, gangues que dominam bairros isolados e regiões inteiras, etc. que se tornaram notórias no contexto da economia global de saque. No entanto, a Al-Qaeda é a primeira destas novas e bárbaras estruturas de poder que, a uma escala quase que inacreditável, se tornou um desafio directo para a última potência mundial, que são os EUA, e que tem de ser combatida com grandes intervenções militares, como se de um Estado concorrente se tratasse. Ora a Al-Qaeda, sendo uma “rede” pluridimensional, não actua apenas num plano subestatal, como os gangues e os senhores da guerra, mas igualmente num plano meta-estatal. Esta estrutura monstruosa é a primeira, e muito provavelmente não a última, que se expande no plano transnacional, tal como as grandes empresas capitalistas. E, tal como as vendas destas superam o volume de muitos orçamentos de Estado, o poder financeiro e militar da Al-Qaeda supera já hoje o dos Estados mais pequenos ou mais pobres.

Mas a expansão do poder da Al-Qaeda simplesmente não se situa no mesmo plano que a de um soberano estatal. Faltam todas as características essenciais da soberania. A Al-Qaeda não representa nenhum monopólio da violência, pelo contrário, a violência exercida por esta estrutura apresenta-se em paralelo com a violência estatal até aí existente e com a violência de outros produtos de decomposição da soberania, a alguns dos quais se associa. Mas, sobretudo, a Al-Qaeda não representa nenhuma “integridade territorial”, constituindo, pelo contrário (à semelhança da economia empresarial transnacionalmente disseminada da globalização), uma relação desterritorializada. Por isso, o que está em causa não é apanhar alguma população local de algum território para lhe arrancar “trabalho abstracto”. Se a Al-Qaeda tem alguma referência económica, não é produtiva, da economia real, mas sim puramente do capitalismo financeiro; ao fim e ao cabo, a reprodução com base na constituição de bolhas nos mercados financeiros. Também neste aspecto, o paralelismo com as grandes empresas transnacionais é espantoso.

É por isso, também, que o carácter da ideologia anti-semita na Al-Qaeda se distingue, mais ainda que no caso na Intifada palestiniana, do anti-semitismo dos nazis: se este último esteve inseparavelmente ligado à história da constituição da nação alemã, apenas conseguindo perpetrar o seu crime contra a humanidade sob a forma de um soberano estatal, esta definição desaparece sem nada que a substitua na estrutura não-nacional que é a Al-Qaeda. O mesmo se aplica à fundamentação legitimatória do anti-semitismo nazi na ética protestante do “trabalho” produtivo, que, afinal, estava igualmente ligada à forma territorial de uma “população trabalhadora”. O anti-semitismo da Al-Qaeda já não pode ser isolado territorialmente, nem portanto “étnicamente”, sendo antes transnacionalmente disperso e desterritorializado como a sua monstruosa rede.

E, pelo mesmo motivo, a Al-Qaeda também não pode ser isolada territorialmente como atacante militar, pelo que também não há “retaliação” imaginável. Se os EUA bombardearam o Afeganistão, isso foi bastante arbitrário como suposta “defesa” contra a Al-Qaeda, mesmo que o seu “cabecilha” Bin Laden tenha andado por lá (não está esclarecido ao certo o papel desempenhado por essa figura, nem está comprovada a existência de uma cadeia de comando referente aos atentados do 11 de Setembro que parta desse centro). Também se teria podido bombardear o bairro Harburg de

Hamburgo, ou a Califórnia, ou pelo menos a Arábia Saudita, pois em todos esses lugares se encontraram ou ainda se encontram “presumíveis” nós da rede Al-Qaeda. É precisamente o carácter “interno” do atacante, nas dobras não territoriais da globalização, que torna impossível uma “defesa” sob a forma de retaliação militar, sem qualquer diferença de princípio com os perpetradores nacionais de ataques. Nessas ocasiões acerta-se em tudo menos na Al-Qaeda. A redução a cinzas de aldeias afegãs já nem sequer pode ser designada com o termo cínico de “dano colateral”, uma vez que falta o quadro de referência territorial da definição do inimigo. As “retaliações” aproximam-se, assim, da arbitrariedade cega do atacante.

Os sistemas de armamento dos EUA e, de um modo geral, da polícia mundial imperial são direccionados contra inimigos territoriais, ou seja, anacrónicos. Isto apenas demonstra que o “imperialismo global ideal” na realidade não consegue desprender-se do Estado-nação, da soberania e da territorialidade. Mas o mesmo se aplica ao capitalismo no seu todo, ou seja, não só no que diz respeito ao sistema político e ao poderio militar. Mais uma vez se torna claro que, com a terceira revolução industrial, o sistema capitalista libertou forças que já não podem ficar cativas no seu contexto formal. Como demonstra um fenómeno como a Al-Qaeda, não é só sob os aspectos social e ecológico que estas forças se convertem em puras forças destrutivas, se a forma capitalista global não for ultrapassada. A única possibilidade de levar a melhor sobre redes monstruosas e bárbaras como a Al-Qaeda é acabar com o próprio capitalismo.

Mas nem os gangues e senhores da guerra, nem um fenómeno como a Al-Qaeda podem ser interpretados como regresso a uma situação pré-moderna, como sugere a ideia demasiado transparente do suposto “processo civilizacional” (Norbert Elias) burguês moderno, resultando, pelo contrário, da própria modernização. Quaisquer que tivessem sido os seus défices e as suas relações de domínio e repressão, as sociedades agrárias pré-modernas não estavam de modo nenhum numa situação anómica de “guerra de todos contra todos” (até Hobbes, o inventor desta ideia, admite não se tratar de um estado de coisas empírico anterior, mas de um constructo lógico). Pelo contrário, definiam-se por um diferente proceder de múltiplas formas de relacionamento e regulação, ligadas à reprodução agrária, às quais evidentemente é impossível regressar.

Todos contra todos: a transformação anómica

A situação de facto anómica da “guerra de todos contra todos” apenas surgiu no início da modernidade, no processo de transformação para o sistema totalitário de valorização e soberania; e ressurgiu novamente, num patamar mais elevado e à escala planetária, no inevitável final da modernidade, através do processo bárbaro de dissolução e autodestruição deste sistema.

Esta diferença entre o princípio e o fim, no entanto, também se reflecte inconscientemente no carácter da situação de violência anómica e dos seus executores. Ainda que a formação da estatalidade moderna (como contraponto da formação da economia capitalista) nas guerras permanentes, nas situações anómicas e nas relações de saque dos primórdios da modernidade, por exemplo na Guerra dos Trinta Anos, não se tivesse apresentado como a determinação consciente de um objectivo, esse horizonte determinou inconscientemente os acontecimentos e conferiu aos actores uma determinada direcção lógica, uma determinação do futuro e uma coerência das motivações. A “guerra de todos contra todos” que irrompeu sobre a sociedade agrária foi equivalente às dores do parto da soberania – a anomia andava grávida com um novo *nomos*.

Não é nada disso que está em causa no outro extremo da ontologia moderna. A anomia pós-moderna apenas tem o horizonte da dissolução e da destruição, nela não está latente nenhum novo *nomos* “objectivo”. A humanidade negativamente globalizada chegou ao limite absoluto das relações de fetiche objectivadas; só pode libertar-se da cega objectivação de meios irracionais (religião, autoridade, dinheiro, Estado) enquanto tal, ou então perde-se juntamente com a forma de fetiche mais desenvolvida que é a relação de capital. Para utilizar uma imagem predilecta dos “realistas” contra a limitação própria dos mesmos: a humanidade tem finalmente de se tornar

“adulta”, não no sentido de se adaptar à “realidade” completamente louca da “economia de mercado e democracia”, mas, pelo contrário, despindo a irracional regulação da sociedade através de meios fetichistas, como se fosse a camisa duma criança, cujas potencialidades tivessem crescido para além dela numa forma destrutiva.

O facto de já não poder haver nenhum futuro da soberania numa forma alterada e sob um novo *nomos* de objectivação vê-se a cada passo empiricamente, tanto nas macro como nas micro-estruturas das relações de poder pós-soberanas. Assim se diz num relatório sobre o que se passa na província na Albânia: “Na cidade industrial de Berat, no Sul do país, as ruas ficam desertas a partir das 13 horas, porque é nessa altura que começam os acertos de contas dos clãs desavindos e, com eles, os tiroteios [...]. Todos os dias, três ou quatro homens vão parar ao hospital com ferimentos de bala. Na segunda-feira corria o rumor de que a água potável tinha sido contaminada. Uma hora mais tarde, nesta cidade de média dimensão, já não havia uma garrafa de água mineral à venda [...]" (*Neue Zürcher Zeitung*, 14.5.1997).

A atmosfera aqui descrita deixa perceber que a *reductio ad insanitatem* já não é nenhum fenómeno marginal ou parcial respeitante a jovens, gangues e milícias desorientados, mas tomou conta de toda a sociedade ou, pelo menos, de regiões inteiras. Ao mesmo quadro de anomia se assistiu ao fim de poucas horas, aquando de uma greve da polícia e dos bombeiros na megalópole brasileira do Salvador: “Gangues juvenis, armados de paus e revólveres, correm pelo centro comercial. Ouvem-se tiros por todos os lados. Lojas saqueadas são devoradas pelas chamas. Em pânico, pessoas correm pela pitoresca cidade velha, pela zona de escritórios junto ao porto e pelos bairros turísticos com seus passeios marítimos. Mas nada nem ninguém oferece protecção [...]. Desde meados da semana passada, a polícia e os bombeiros estão em greve no Estado brasileiro da Baía. A capital, Salvador, com os seus três milhões de habitantes, está à mercê da violência de rua, sem que nada a proteja. Os autocarros já não circulam desde que, na passada quinta-feira, quase 100 autocarros foram assaltados em poucas horas. Para além dos criminosos, também donas de casa e reformados começam a servir-se nos supermercados sem pagar. Desde o serão de quinta-feira, Salvador é uma cidade em estado de excepção. Todas as lojas, supermercados, escolas e repartições estão fechadas. As pessoas entrincheiram-se nas suas casas. Quem tiver uma arma – e já é o caso da maior parte das pessoas – anda sempre com ela. Abre-se fogo sem pré-aviso. Ninguém acredita no número oficial de 16 mortos. Os cadáveres de gente morta a tiro permanecem nas ruas porque ninguém os recolhe [...]. O presidente Fernando Henrique Cardoso deu instruções aos militares para restabelecerem a ordem pública. Mas a Baía tem a extensão da França, as estradas são más – com os seus veículos pesados, os militares não conseguem avançar na actual estação das chuvas. Quando, no fim-de-semana, as primeiras esquadrilhas da Força Aérea chegaram vindas de São Paulo, desembarcaram algumas centenas de soldados. Com os seus lança-granadas e maquilhados com cores de camuflagem, estão agora perdidos em alguns lugares estratégicos do centro da cidade. O governo afirma que a situação está novamente sob controlo. Mas nos telhados das guarnições continuam a ver-se sentados polícias em greve, de rostos ocultos com capuzes e a acenando descontraidamente com as pistolas-metralhadoras. As pilhagens e os assassínios prosseguem [...]" (Busch 2001).

Este e outros instantâneos do processo de decomposição da soberania não mostram nada que aponte para uma ordem nova, mas sempre destruição indiscriminada; ataque e defesa sem um *telos* de vontade que não seja a sobrevivência nua e crua e, no estado mais avançado, já nem isso. Até agora, este estado adensou-se ainda mais no continente de pesadelo que é África. Assim, nos anos 90 do século passado, para apenas referir um exemplo, pôde observar-se uma série de conflitos familiares pouco compreensíveis no antigo *homeland* sul-africano do Transkei, com centenas de mortos e sem objectivos aparentes: “As origens exactas da escalada de violência não são conhecidas. Sempre houve roubos de gado nesta região, mas não como actualmente. Os habitantes de aldeias vizinhas roubam o gado uns aos outros das pastagens e vendem-no noutras regiões [...]. A partir de 1993, os grupos desavindos passaram a matar os adversários. No entanto, estes assassínios não são apenas consequência de roubos de gado que ficaram impunes. No Transkei existe um número de armas ligeiras acima da média, sendo provenientes dos *stocks* do antigo exército do *homeland* [...]. Além disso, muita gente acredita na ‘bruxaria’. Mulheres velhas são frequentemente acusadas de

‘embruxarem’ as pessoas, o que muitas vezes basta para as fazer desaparecer. As funerárias dão prémios pelos mortos, porque cada morte lhes traz trabalho. Afinal, no Transkei, o desemprego é enorme. Os adversários também queimam as cubatas uns aos outros. Foi deste modo que nos últimos anos centenas de habitantes perderam, para além de membros da sua família, todos os seus pertences. Em 1996, 150 famílias sem abrigo refugiaram-se no pátio do posto de polícia ou do tribunal, porque nas suas aldeias temiam pela vida. Outros reconstruíram os seus abrigos, mas apenas os habitam durante o dia, passando as noites em lugares variáveis ao relento. O clima é de medo. Ninguém confia em ninguém, nem no vizinho, nem na polícia” (Gloor-Disler 1997).

O bizarro conglomerado de motivos que aqui é referido dissolve-se em nada, no vazio total da anomia pura, que constitui o estágio final absoluto do fim em si capitalista: o massacre pelo massacre. A chamada à “ordem” apenas se faz ouvir das ilhas da capacidade de reprodução que estão a encolher, na maior parte dos casos vinda dos “comerciantes” que ainda se encontram em actividade e que em muitos casos estão eles próprios associados a estruturas de senhores da guerra, mas que não se querem ver expostos à violência anómica imediata no seu bairro. Como o monopólio estatal do uso da força associado à soberania desapareceu, também a “ordem” reformulada apenas pode apresentar-se sob a forma do seu oposto, como por exemplo na Nigéria: “Explica-se pelo falhanço das instituições do Estado que os cidadãos em todo o lado tomem o destino nas suas mãos formando milícias armadas. A milícia dos Bakassi Boys formou-se numa grande cidade que vive do comércio e que foi especialmente atingida pela criminalidade, em Aba, uma das metrópoles do Sudeste da Nigéria [...]. Como não se podia esperar a ajuda do Estado, os comerciantes tiveram de encontrar meios próprios para estancar a onda de violência. A ocasião de se porem à defesa ofereceu-se em 1998, quando uma comerciante que transportava uma elevada quantia em dinheiro vivo foi roubada e assassinada de modo especialmente brutal. Centenas de comerciantes pegaram nas primeiras armas que encontraram à mão, invadiram as residências dos criminosos, arrastaram para o exterior todos os que conseguiram apanhar e cortaram-nos aos bocados com catanas” (Rüst 2001).

O modo de proceder desmente, no entanto, o conceito da “ordem” em cujo nome supostamente se actua. O mesmo também se vê quando se trata de consolidar este tipo de justiça assassina feita pelas próprias mãos ultrapassando a soberania: “Para garantirem o seu controlo, os comerciantes recrutaram mais de 500 jovens, a maior parte desempregados, e formaram com eles uma milícia de protecção [...]. O seu quartel-general local encontra-se logo ao lado da ‘White House’, o edificio administrativo da associação de comerciantes [...]. Partindo daí, a milícia passou a pente fino as ruas adjacentes, uma após outra, e logo nas primeiras semanas, no mês de Junho de 2000, matou nesse exercício mais de 200 presumíveis (!) ladrões [...]. Para levarem ao lugar do suplício sempre novos criminosos, também iam buscar vítimas a outras localidades. Em primeiro lugar, porém, ficam internados ao longo de dias no centro dos Bakassi [...]. Só quando a sua culpabilidade é estabelecida, homens e mulheres são levados para a rua, manietados e seminus, e daí a algum cruzamento amplo, com espaço para centenas de espectadores. Até aí, os condenados são levados com açoites [...] os Bakassi Boys não fazem declarações. Nem anunciam uma sentença, nem tentam justificar as suas acções. Chegados ao lugar do suplício, limitam-se a atirar os manietados ao chão e começam a despedaçá-los com as suas catanas rombas. Um massacre mudo, porque as vítimas não gritam, embora algumas ainda estejam vivas e se contorçam no chão quando os Bakassi Boys atiram para cima delas pneus com um pouco de gasolina e lhes pegam fogo [...]” (Rüst, *ibidem*).

Este relato de um “sociólogo alemão”, que escreve sob pseudónimo e que andou a seguir como testemunha ocular esta justiça de terror organizada e feita pelas próprias mãos, parece manifestar uma simpatia mal disfarçada que membros da classe média ocidental poderiam ter por uma “ordem” deste tipo num “caso de necessidade”, revelando a sua própria alma monetária assassina: “Para os cidadãos que procuram subtrair-se ao terror de um Estado em decadência trata-se apenas de saber se podem ser encontrados outros sistemas jurídicos (!) que talvez proporcionem mais segurança” (Rüst, *ibidem*). Mas o massacre não é “outro sistema jurídico”, mas sim o fim de todo o direito; e a violência contra o estado anómico, que não acaba com a sua causa, apenas pode ser ela própria

anómica. Não há regresso ao chamado direito, que não passa de um regulamento do sistema produtor de mercadorias em vias de se tornar irrelevante.

É também por isso que as milícias da justiça auto-administrada acabam regularmente por asselvajarem-se ao fim de pouco tempo, e dos escombros da soberania apenas podem irromper ondas sempre novas de violência anómica, desterritorializada e liquefeita. Os chefes das diversas milícias, que num dado momento se declaram chefes de Estado ou até ganham eleições, já não podem nem querem reconstituir a soberania territorial; a fachada da ordem soberana volta imediatamente a dissolver-se em anomia e barbárie pseudo-arcaica, como por exemplo na Libéria, cujo “presidente” Charles Taylor até já foi acusado de canibalismo: “O hábil utilizador da moderna tecnologia de comunicações, também teve um fraquinho por usos atávicos do reino das trevas. Dizem que Taylor, de 56 anos, participou durante a guerra civil em cerimónias secretas em que pessoas eram sacrificadas e órgãos humanos eram ingeridos [...]. Quem tratava de fornecer cadáveres frescos eram os jovens frequentemente drogados ao serviço das milícias assassinas dos diversos senhores da guerra. Adolescentes armados com nomes como ‘Rambo’ ou ‘General Murder’ inspiravam ainda por cima uma nova vida a ritos meio esquecidos – em vez de máscaras tribais usavam máscaras terríficas nas suas razias. Uma tal Butt Naked Brigade (Brigada dos Cus ao Léu) lutava nua; com amuletos que deviam proteger das balas” (Hielscher 1998).

Tais barbarizações não são recaídas em estruturas arcaicas, como a consciência ocidental gosta de imaginar, especialmente em relação a África, recorrendo a imagens constituídas ao longo de séculos de história colonial (“negros preguiçosos”, “tribos primitivas”, “ritos canibais”, etc.). Tal como no caso dos últimos horrores perpetrados por descendentes dos caçadores de cabeças do Bornéu, não se trata de um regresso ao passado pré-moderno, que nunca foi anómico a tal ponto, mas sim do processo de dissolução da própria modernidade, que a qualquer momento pode também ocorrer nos centros ocidentais, em caso de crise correspondentemente avançada. A violência anómica não é senão o cadáver em decomposição da soberania moderna, e revela o seu verdadeiro carácter.

Que a soberania estatal volte a erguer-se, como Fénix das cinzas, do seu estado de decomposição, como poder territorial, com interesses fiáveis e interlocutores políticos de uma “democratização” – tal não passa afinal de um piedoso desejo de políticos, estrategos e ideólogos ocidentais. Jean-Christophe Rufin, por exemplo, formula uma ilusão desse tipo – após o seu livro “O Império e os Novos Bárbaros”, editou em 1996, juntamente com François Jean, uma colectânea dedicada à “Economia das Guerras Civis”, insurgindo-se aí de modo positivista contra qualquer generalização dos “conflitos”, o que, é claro, vai também e precisamente contra a sua definição como processo de dissolução da soberania.

Deste modo são atacados todos os comentadores que não reduzem estes fenómenos a problemas especificamente locais e “completamente diversos”, mas os inserem no contexto da globalização: “A fazer fé neles, a violência política tornou-se um fenómeno cego de raiva, irracional e inexplicável, e representa uma ameaça difusa, multiforme, mas, ao fim e ao cabo, inequívoca. Com formulações como ‘guerrilha degenerada’ ou ‘síndrome mafiosa’ tenta-se reconstituir a coerência e unicidade do conceito de ameaça [...]. Temos sérias dúvidas quanto à validade de tal resumo de tipo conceptual. Deveríamos distinguir claramente o que está em causa em termos políticos e económicos em cada caso, e é uma afirmação ousada dizer que os conflitos de ontem foram de natureza política e ideológica, ao passo que os de hoje seriam de natureza económica ou mesmo mafiosa [...]. Para o processo de decisão, a lógica económica não é a determinante, pelo contrário, o primado objectivo está na política. Uma insurreição que se prolonga por muito tempo é uma questão de poder [...]. Para alcançar os seus objectivos políticos, um movimento armado procura de modo perfeitamente pragmático formas de organização que lhe permitam tirar o maior proveito possível das condições dadas nos planos local e internacional” (Jean/Rufin 1999/1996, p. 8s.).

Esta ingénua retirada para o *nomos* da modernidade e a invocação de um interesse político “racional” em termos capitalistas é pura e simples ideologia, e passa completamente ao lado da situação respectiva, por muito pormenorizadamente que esta seja depois empiricamente analisada. O “primado da política” é uma concepção perfeitamente anacrónica, que pertence à história passada de imposição do capitalismo e se extinguiu por completo com o fim da Guerra Fria. No processo da

globalização do capital como economia empresarial, a política enquanto tal, com sua base no Estado-nação, perde qualquer significado enquanto força unificadora da sociedade, também nos centros ocidentais.

Esta perda de significado da dimensão política, que já há muito não é segredo para ninguém, não pode deixar de ser vista fazendo vista grossa do carácter universal dos fenómenos, para os dissolver positivadamente em meros pormenores descontextualizados, como fazem Jean e Rufin. Com a globalização, o economismo real substituiu o primado da política, o que já por si é um fenómeno de dissolução da coerência capitalista. Nas regiões em colapso, e mesmo já nas margens do centro democrático, porém, este economismo real também se desliga de qualquer relação entre fins e meios, dando lugar a uma violência anômica e indiscriminada, em que se revela o vazio metafísico da forma do valor e do dinheiro.

As lúgubres Brigadas dos Cus ao Léu, assim como a monstruosa rede Al-Qaeda, já não podem ser reduzidas a uma ideia de objetivos económicos ou políticos. Isso também as distingue dos fenómenos anómicos dos primórdios da modernidade, nos quais espreitava a ascensão da dimensão política. Os mercenários saqueadores não eram um produto de decomposição da própria sociedade agrária; pelo contrário, impuseram a esta, inicialmente sob a forma do saque, esse novo *nomos* que acabou por se solidificar em soberania. Se as guerras dos séculos XVI e XVII foram, segundo uma expressão do historiador suíço conservador Jacob Burckhardt (1818-1897), “guerras de formação de Estados” no sentido próprio do termo, hoje, inversamente, estamos perante “guerras de desestatização”, de que não decorre nenhum novo princípio de autoridade. Daí também a sua total falta de perspectiva, a que já não é inerente qualquer espécie de *telos*.

O que caracteriza a violência dos gangues, das milícias e das seitas é precisamente a falta de uma vontade de poder, visto que o poder não pode ser pensado sem *nomos*. Não querem deter o poder, apenas querem roubar, assassinar e suicidar-se, sejam quais forem as quimeras que servem de pretexto, e, na realidade, já nem se lhes aplica a categoria da vontade. É uma barbárie mais extrema do que alguma vez teria sido possível em condições verdadeiramente arcaicas, porque se trata da barbárie de um ser completamente desvinculado, e que ainda assim não se libertou a si mesmo. É, por assim dizer, uma desvinculação vinculada, o apego às máscaras do fetichismo moderno que já não representam uma relação social capaz de reprodução, mas que apenas podem ser arrancadas juntamente com a pele da face.

O colapso do direito internacional

Por muito que o “imperialismo global ideal” democrático anseie por reconstituir a “comunidade das nações” ou “comunidade dos Estados” democrática, assim designada com algum eufemismo, baseada num capitalismo mundial, ele tem de encarar a impossibilidade prática desse desejo e reagir em conformidade, ou seja, deixar-se arrastar para a anomia, agindo ele próprio de forma anômica. Também isto se pode depreender claramente do desenvolvimento das guerras de ordenamento mundial desde o início dos anos 90 do século passado. A guerra do Golfo de 1991, contra a anexação do Kuwait pelo Iraque, ainda se fez toda em nome do direito internacional, da inviolabilidade da soberania estatal e da “integridade territorial”. Oficialmente, o sistema dos Estados-nações soberanos reunidos na ONU foi defendido contra a “intromissão” de um usurpador, embora tal legitimação já na altura não correspondesse à realidade; pois o emirado do Kuwait nunca fora senão a caricatura de um Estado moderno, e o regime de Saddam Hussein já era o produto da decomposição de uma modernização fracassada.

Com o ataque da NATO à Jugoslávia restante de Milosevic, deixou-se cair esta legitimação. O imperialismo global democrático prescindiu de um mandado da ONU, deixando com essa atitude de reconhecer os seus próprios princípios. A isto corresponde a violação aberta do direito internacional pelo ataque a um Estado soberano *de iure* que, por seu lado, não tinha violado nenhuma soberania alheia. A remissão moralista para atrocidades alegada e verdadeiramente cometidas no interior das

fronteiras estatais da Jugoslávia, ou seja, no âmbito da soberania é tão hipócrita como objectivamente insustentável. Hipócrita porque, evidentemente, a repressão mais brutal e as mais brutais atrocidades sempre fizeram parte da lógica da soberania, como o veneno fez parte dos Bórgias, e acontecimentos comparáveis podem ser registados quotidianamente em terras de soberanos amigos à beira da dissolução (como, por exemplo, na Turquia), sem que as democracias sonhem em equacionar “intervenções humanitárias” armadas.

É objectivamente insustentável o argumento de que o direito formal não deve ser colocado acima da (suposta) ajuda às pessoas em apuros, porque o direito em geral, e obviamente também o direito internacional, é formal já de si e nem pode deixar de o ser. Se o juízo moral subjectivo, para o qual não existe nenhum juiz, for simplesmente transformado de imediato em instância legitimadora de uma acção violenta, pode justificar-se com ele qualquer violação do direito. Na situação actual, tal não passa do reconhecimento involuntário pelo poder instalado de que o sistema jurídico concomitante, baseado no sistema do trabalho abstracto e da valorização capitalista, está a ficar inválido e objectivamente em decadência.

O dilema, a existir, remete, no máximo, para o âmago de violência do direito enquanto tal, que, no entanto, não veio ao mundo por motivos morais, mas já sempre como regulamentação de relações fetichistas repressivas. Os “interesses” do imperialismo democrático da segurança e da exclusão, que já de si alcançam a manifesta irracionalidade, não conseguiram evidentemente nenhuma pacificação com a sua “ajuda humanitária” em forma de bombas, limitando-se a espalhar a morte e a destruição por seu lado, simultaneamente atropelando pela primeira vez abertamente os seus próprios princípios com a Guerra do Kosovo. Este facto não passou despercebido, nem mesmo junto de comentadores benevolentes no sentido moralista do termo: “Com o seu ataque de 24 de Março, a NATO começou uma guerra que irá alterar profundamente a própria NATO e as relações internacionais. Nunca antes a NATO tinha intervindo violentamente numa guerra civil em curso, atacando um Estadosoberano, e nunca antes tinha excluído as Nações Unidas de uma decisão de semelhante alcance [...]. A soberania de um Estado deixou de ser inviolável” (Hamilton 1999).

Uma crítica cautelosa de juristas perante uma ruptura tão gritante dos fundamentos da estatalidade e do direito internacional não podia tardar a fazer-se ouvir. Assim, a professora catedrática de Direito Europeu na Universidade de Friburgo pronunciou-se com o adequado distanciamento: “Em termos globais, [...] os esforços tendentes a um reconhecimento geral do ‘direito’ de intervenção humanitária têm de ser avaliados com cepticismo [...]. Tal teria por consequência última uma espécie de ‘direito de necessidade extra-constitucional’ que, em todo o caso, estivesse vinculado aos pressupostos da incapacidade de decisão do Conselho de Segurança, da existência de um perigo iminente e substancial para a paz mundial ou para direitos humanos fundamentais e ao princípio da proporcionalidade. No entanto, a situação no Kosovo em pouco difere da que se verifica noutros Estados – vejamos por exemplo a Indonésia, a Turquia ou determinadas regiões da Índia (Caxemira) – de modo que o mínimo que se pode dizer é que não estávamos na presença de nenhuma ‘situação de excepção’. Também graves violações dos direitos humanos são (lamentavelmente) por demais frequentes; uma autorização de intervenção unilateral baseada neste argumento iria escancarar as portas às agressões militares [...]. Com estas observações cépticas não se pretende de modo nenhum banalizar as violações dos direitos humanos no Kosovo; mas não se pode menosprezar o facto de a intervenção da NATO [...] abalar os princípios fundamentais do direito internacional moderno, que se baseia na proibição da prática unilateral da violência, acabando por reintroduzir a figura da ‘guerra justa’ [...]” (Epiney 2000).

Com efeito, a justificação moral que rompe, ela própria, com o ordenamento actual, leva ao constructo da “guerra justa” que não é passível de qualquer justificação objectiva, assim podendo ser arbitrariamente invocado, o que, nas condições do poder militar capitalista, apenas pode ter por consequência a moralização dos motivos mais objectos. No caso da Guerra do Kosovo foi, por um lado, o objectivo de estancar os fluxos migratórios que foi prosseguido sob o manto do conceito da “intervenção humanitária”; por outro lado, porém, a definição sobranceiramente atribuída pela NATO ao regime de Milosevic, que passou a representar um Estado vilão situado no exterior da “comunidade dos Estados”, serviu para criar um precedente da quebra do direito internacional em

vigor até à data e despromover a ONU enquanto representação da comunidade dos Estados até aí existente.

Esta tendência também se insere no contexto da orientação para a criação de “zoos étnicos”, rodeados de cercas, nas regiões em crise que já não se coadunam com o princípio da soberania estatal. Já alguns anos antes da Guerra do Kosovo, houve reflexões semelhantes relativamente ao Iraque: “Em 1996, o Massachusetts Institute of Technology (MIT) apresentou um projecto programático para a reorientação da política externa dos EUA, que criticava o apego à integridade territorial como um erro de consequências devastadoras e um ‘péssimo conservadorismo’. O projecto, que postula para o Iraque uma divisão ‘étnica’, parte do princípio de que os objectivos da política dos EUA no Médio Oriente apenas podem ser alcançados por intermédio do ‘direito de autodeterminação dos povos’” (Uwer/von der Osten-Sacken).

O jogo estratégico com a política identitária étnica no quadro dos fins do imperialismo da segurança e da exclusão armadilha todo o sistema da “comunidade de Estados” soberanos; é o sacrifício do próprio princípio como medida de emergência, sem se dar conta que, assim, se está a desmentir o próprio fim desta medida de emergência. Esta confissão involuntária de que o mundo da soberania e da “integridade territorial” caminha para o fim ainda se tornou mais evidente após o 11 de Setembro. Nos dias que correm, o Governo dos EUA já não tem papas na língua: “O ministro da defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, está a estudar a possibilidade de mandar capturar ou matar combatentes da Al-Qaeda em acções militares secretas, mesmo fora do Afeganistão. Tropas especiais poderiam entrar em acção em operações de caça ao homem em países com que os EUA não estivessem em guerra, relatou o *New York Times* na segunda-feira, citando fontes do Ministério da Defesa. Alegadamente, os planos prevêem intervenções nalguns países, mesmo sem informação aos governos locais” (*Handelsblatt*, 13.8.2002).

E, como se tal não chegasse, os EUA, com a paulatina despromoção das Nações Unidas e a crescente arbitrariedade das violações do direito internacional em nome da “luta contra o terror”, tendem ao mesmo tempo para já não informarem os seus próprios aliados da NATO e procederem a acções unilaterais, embora as tropas dos outros Estados da NATO estejam integradas até à exaustão nas “acções de pacificação” à escala global, que já há muito extravasam a Carta da NATO, nem que seja para auxiliarem e flanquearem as operações dos EUA. Nisto revela-se novamente a dialéctica da autodestruição sistémica sob a forma da dilacerante autocontradição entre o universalismo capitalista e o particularismo capitalista, entre a globalização e o Estado-nação.

O desrespeito pela soberania em nome da soberania faz os EUA regredir a uma insustentável lógica de domínio nacional do mundo, que entra em contradição com o desenvolvimento transnacional. A validade universal reivindicada para os critérios capitalistas, já destituídos de capacidade de reprodução, apenas pode manifestar-se sob a forma do seu contrário, como pretensão de uma soberania nacional dos EUA sobre o mundo. Como, de acordo com o conceito de esfera política, não pode ser criada uma instância política universal, o imperialismo democrático tem de se mover dentro desta contradição: o “capitalismo global ideal” vai-se dividindo sempre de novo entre o poder particular do Estado-nação dos EUA enquanto última potência mundial, por um lado, e a comunidade dos Estados restantes ou dos seus produtos de decomposição, por outro, mas sem poder representar-se na forma nacional dos EUA, uma vez que a lógica do poder de expansão nacional perdeu qualquer sentido.

O resultado desta contradição em processo só pode acabar por ser que também a soberania dos EUA colapse, tanto para o interior como para o exterior, tanto no decurso da crise financeira como através dos insucessos militares da polícia mundial, numa luta contra inimigos que acabam por ser intangíveis e se situam para lá do cálculo de interesses. Tal como antes, verifica-se a superioridade absoluta da máquina militar de alta tecnologia dos EUA relativamente a todos os exércitos convencionais, territoriais e estatais. Mas, assim, nem os actores subestatais do terror e da violência anómica nem os seus congéneres meta-estatais podem ser duradouramente alcançados e neutralizados. É apenas uma questão de tempo até o próximo atentado terrorista abalar os EUA no seu íntimo, ou até atingir também algum agregado do sensível aparelho de alta tecnologia (por

exemplo um porta-aviões) de modo espectacular e com meios primitivos por um qualquer golpe de acaso de algum comando suicida.

Mesmo que tal perda não se revestisse de uma importância decisiva, de acordo com critérios puramente militares, o efeito simbólico e desmoralizador seria provavelmente ainda mais devastador do que após o 11 de Setembro e traduzir-se-ia no princípio do fim da polícia mundial democrática. Do ponto de vista da crítica e da emancipação, porém, não haveria motivo para festejos, porque nada seria libertado, mas apenas entraria num novo estádio a funesta interacção entre as relações de coacção sistémica e o processo da sua decomposição anómica.

A aliança com os poderes pós-soberanos

No entanto, a renúncia ao princípio da soberania já se faz sentir na actualidade, não só pelo facto de os EUA e o capitalismo global democrático desrespeitarem sistematicamente a soberania e a “integridade territorial” de cada vez mais Estados incómodos nas regiões de crise, mas também, inversamente, pelo facto de se verem obrigados a reconhecer cada vez mais complexos da barbarização sub e pós-estatal, por meio de “negociações”. Não só os Estados em crise da periferia que se encontram em apuros têm de entabular relações precárias de igual para igual com os seus produtos de barbarização internos e alheios à soberania, mas também é isso que acontece com o próprio império democrático.

Tudo começa já pelo facto de todos os difusos e sucessivos inimigos número um da situação actual terem sido no passado aliados, subalternos, agentes e criaturas compradas dos Estados democráticos, com especial relevo para os EUA. Isto aplica-se não só ao regime de Saddam Hussein, coberto de armas pelo Ocidente e amorosamente fornecido de informações dos serviços secretos contra a teocracia iraniana, mas também aos talibãs, que foram abastecidos e apapricados pelos EUA, não em último lugar enquanto potenciais portadores de esperança para os interesses ocidentais, bem como até a própria personagem ambivalente de Bin Laden, que há muito foi revelado como antigo agente da CIA. Também nisto reside uma diferença importante relativamente ao passado nacional-imperial de poder e contrapoder. Também no que diz respeito aos seus protagonistas, as não-potências sub e meta-estatais não se formaram como produtos derivados de um contrapoder imperial, nem a partir de novos contextos sociais, mas são, até ao seu âmago, produtos de decomposição da soberania e da própria polícia mundial, frutos assustadores dos seus próprios envolvimento e maquinações repugnantes.

O que está aqui em causa não será tanto uma questão de condenações morais, mas, sim, o conteúdo objectivo e a lógica imanente destes desenvolvimentos, na medida em que, no seu decurso, as potências soberanas causam sem querer, elas próprias, o fim da soberania. Em termos puramente factuais, todas estas ligações há muito que são do conhecimento público, por exemplo, através de uma investigação dos jornalistas franceses Jean-Charles Brisard e Guillaume Dasquie sobre a “verdade proibida”, a saber, “os envolvimento dos EUA com Osama bin Laden” (Brisard/Dasquie 2002). Em termos analíticos e teóricos, o livro não tem qualquer valor, nem provavelmente pretende tê-lo; limita-se a descrever com uma fatigante amplitude épica interligações, relações de negócios e interesses, namoricos diplomáticos e dos serviços secretos, etc., que existiram ou ainda existem entre os EUA e as restantes potências ocidentais, por um lado, e obscuros príncipes sauditas, os talibãs e Osama bin Laden, por outro.

Não há dúvida de que não só Bin Laden é uma criatura dos EUA do fim da Guerra Fria, quando, no Afeganistão, todos os guerreiros de Deus eram acarinhados e apapricados com apoio à sua luta contra a ocupação soviética. Sem a ajuda dos EUA, nem teria sido possível a marcha vitoriosa dos talibãs que, desde 1995, “se preparavam, com a bênção dos petrodólares da Arábia Saudita e a complacência do Departamento de Estado dos Estados Unidos, para tomar o poder em Kabul [...]. A ascensão destes ‘alunos de escolas corânicas’ [...] esteve indissociavelmente ligada aos interesses das grandes empresas de exploração de petróleo e gás naquela região” (Brisard/Dasquie, *ibidem*, p.

24s.). No sector do petróleo e da construção civil, até houve ligações entre as famílias Bush e Bin Laden: “Em 1987, um financiador saudita obscuro chamado Abdullah Taha Bakhsh entrou como sócio numa companhia petrolífera texana fundada por um certo George Bush e liderada de 1986 a 1993 pelo seu filho George W. Bush. Esta transacção teve por finalidade injectar capital fresco na empresa que estava a atravessar um momento difícil [...]” (Brisard/Dasquie, *ibidem*, p. 177s.). E evidentemente o investidor estava, por seu lado, inserido em relações que chegavam até Osama bin Laden.

A simples mensagem que Brisard/Dasquie querem fazer passar com tais histórias é a denúncia de uma lógica em que os interesses do petróleo e a razão de Estado não se detêm nem mesmo perante envolvimento que descem até às cavernas e aos precipícios do terrorismo. Neste contexto, os autodenominados moralistas nem sequer se apercebem de que, em partes cada vez maiores do mundo, já nem existe outra possibilidade senão negociar com os poderes pós-soberanos das *terrae incognitae*, precisamente porque a soberania já não existe ou está em vias de dissolução. O imperialismo global democrático nem às portas da Europa, na antiga Jugoslávia, foi capaz de reconstituir a soberania em todos os seus componentes; apenas arranjou protectorados destinados a durar, que já nem sequer conseguem transformar-se na caricatura de um Estado.

Muito menos se conseguirá um regresso à soberania estatal no Afeganistão. Aí, as tropas de ocupação da NATO nem sequer se substituíram aos combatentes da “guerra civil”, pelo contrário, as tropas ocidentais apenas podem operar nesse país por terem ao seu lado gangues e guerreiros de Deus locais como pioneiros, tropas de combate e parceiros em alianças pós-políticas. Mais precisamente: os EUA tiveram de se aliar aos mesmos senhores da guerra pós-soberanos, contra os quais antes tinham feito um pacto com os talibãs, e que não são nada menos fundamentalistas islâmicos do que estes. Tinha sido precisamente estes gangues de saqueadores ultraviolentos da chamada “Aliança do Norte”, que agora obtiveram “honras democráticas”, que tinham exercido um disperso regime de terror caracterizado por assassinatos, saques e violações, e perante os quais o ascetismo dos talibãs já quase podia funcionar como “poder ordenador”.

O facto de agora se abrirem escolas para raparigas e polícias não passa de propaganda democrático-imperial. Na realidade, os EUA tiveram de comprar os bárbaros senhores da guerra, que continuam armados, podendo em qualquer altura virar-se contra a sua actual “potência protectora”. O Governo Karzai é uma mera fachada, tal como o é o bom comportamento “cívico” da Aliança do Norte e das suas quadrilhas de bandidos, limitando-se de qualquer modo à capital Cabul e a algumas representações de uma “construção democrática” encenadas para os *media*ocidentais. Nem sequer se percebe bem se os diversos senhores da guerra da Aliança do Norte passaram a ser tropas auxiliares da intervenção ocidental, ou se não serão antes os contingentes ocidentais de “pacificação” que constituem as tropas auxiliares dos guerreiros pós-soberanos de Deus, das etnias e dos clãs; um desenvolvimento que tudo indica ter sido posto em marcha indirectamente pelo 11 de Setembro e resultar da incapacidade de o poder imperial territorialmente estruturado fazer face adequadamente ao poder desterritorializado da Al-Qaeda.

O verdadeiro poder militar dos EUA consiste, no Afeganistão e noutros locais, na sua absoluta superioridade aérea, mas tal seria de pouca utilidade na guerra terrestre (especialmente num terreno montanhoso como o do Afeganistão) se não fosse a aliança com as forças da barbárie posterior à soberania. De acordo com alguns relatos, já aconteceu que determinados senhores da guerra requisitassem com êxito a intervenção da força aérea dos EUA contra rivais na sua vizinhança, sob o pretexto de se tratar de combatentes, acabados de “descobrir”, dos talibãs ou da Al-Qaeda. Inversamente, os bombardeamentos de pouca precisão da força aérea dos EUA contra vagamente “supostos” combatentes da Al-Qaeda já causaram “danos colaterais” de tal modo catastróficos (mais que uma vez até casamentos de aldeia foram atacados com mísseis e bombas) que, nalgumas regiões, as forças de ocupação dos EUA há muito tempo que são tão odiadas como antes as soviéticas.

Acresce, tal como noutros protectorados, a falta de qualquer base económica. As ajudas financeiras não chegam nos valores prometidos, tal como acontece nos Balcãs ou noutras regiões em crise – e, evidentemente, o seu efeito seria nulo. Nem sequer a economia secundária *zombie* do complexo

humanitário-industrial pode surgir no Afeganistão como um sistema abrangente, uma vez que, fora dos raros centros, os “socorristas” ocidentais estão expostos aos ataques de asselvajados combatentes e bandidos. Aí está uma diferença qualitativa relativamente a lugares como a Bósnia ou o Kosovo, onde (pelo menos para já) as forças de ocupação da NATO assumiram o monopólio da violência sem conseguirem constituir uma nova soberania “interna”. No Afeganistão, pelo contrário, já nem um monopólio da violência externo pode ser constituído: os EUA e as suas tropas auxiliares ocidentais têm de cooperar com os poderes pós-soberanos, o que, no entanto, torna impossível a implantação de zonas do “complexo humanitário-industrial” no amplo país profundo.

E, assim, a massa de milhões de refugiados que estão a voltar do Paquistão está ameaçada por uma catastrófica crise alimentar. Os *media* ocidentais terão então mais uma oportunidade para excitar as suas audiências com uma “catástrofe humanitária”, cujo contexto social (global) condicionador ficaria de fora; só que desta vez, após o fim do regime dos talibãs, provavelmente não poderá ser proclamado à pressa um novo mau da fita de serviço.

Uma vez que já não existe nenhuma base para um processo social de valorização do capital, evidentemente que a soberania e a “integridade territorial” que o acompanham tão-pouco podem ser reconstituídas; no Afeganistão ainda muito menos do que na Bósnia ou no Kosovo. A aliança com os poderes pós-soberanos da desterritorialização apenas pode ser a continuação da situação anómica noutra configuração. Provavelmente, nem o “presidente” Karzai morrerá na cama, nem o seu elegante colega democraticamente seco, Djindjic, do outro lado do mundo.

A privatização do monopólio da violência

No entanto, a última potência mundial e os seus subalternos democráticos ocidentais não aceleram a bancarrota do seu próprio princípio político apenas para o exterior, mas também para o interior, mesmo no seu próprio corpo. E também isso é da natureza da questão, da crescente incapacidade de reprodução capitalista da sociedade. As concessões directamente jurídico-políticas e indirectas à população racista das democracias contêm elementos de uma paulatina renúncia à soberania, por exemplo, quando é permitido aos gangues xenófobos e racistas um controlo parcial de determinados bairros ou comunidades com recurso a actos violentos já pouco perseguidos: “O problema está [...] em que a democracia pós-fordista consegue integrar tendências que, fora das metrópoles protegidas, minam o monopólio da violência” (Scheit 2000, p. 64).

No entanto, se e na medida em que a delegação indirecta, por assim dizer mediada por osmose, de “tarefas” do imperialismo democrático de exclusão à população e aos *killer kids* assassinos pode ser designada como uma espécie de “*outsourcing* do Estado”, trata-se menos de uma “integração” do que de uma desintegração parcial (tolerada), de uma renúncia parcial à soberania. “Integradora” seria a conversão de gangues de arruaceiros em milícias oficiais e equipadas pelo Estado, ou a sua reconversão em cidadãos que reconhecem o monopólio da violência. Um monopólio da violência “externalizado”, porém, já não merece esse nome. Na contradição entre a condenação oficial e a conivência oficiosa faz-se sentir o processo de decomposição da soberania, e não uma nova qualidade negativa da reagregação do poder soberano. O “*outsourcing* do Estado” não é outra coisa senão a autodissolução do Estado, na violência liquefeita e pós-soberana.

Isto ainda se torna muito mais claro quando o que está em causa já não são apenas concessões feitas pelo Estado à violência espontânea da população racista, mas a “privatização” perfeitamente oficial de partes do próprio aparelho de Estado. Não só a infra-estrutura social, gerida pelo Estado, de sistemas de tráfego e comunicações, da saúde, da educação, etc., até ao abastecimento de água é vendida ou concessionada a empresas privadas, mas igualmente partes do aparelho administrativo e, por fim, também do aparelho de violência. A transição do tradicional exército de cidadãos para tropas profissionalizadas da polícia mundial também no Ocidente já ultrapassou discretamente o limiar do empreendedorismo privado da violência: “Os poderosos na política e na economia adquirem mercenários e tropas próprias, o monopólio da violência dos Estados vai-se

desmoroando [...]. A expansão destes prestadores de serviços insere-se numa tendência omnipresente para a privatização de serviços militares, especialmente das tropas auxiliares, que as principais potências militares ocidentais iniciaram já durante a Guerra Fria. Sobretudo o apoio militar aos produtores árabes de petróleo era em grande medida assegurado por empresas privadas. Com o fim da Guerra Fria, os EUA sobretudo foram adjudicando cada vez mais a prestação do seu auxílio militar a empresas privadas de prestação de serviços. A MPRI (Military Professional Resources Incorporated) é a maior e a mais conhecida destas empresas. É liderada por antigos funcionários do Pentágono e oficiais de alta patente. Adicionalmente aos contratos lucrativos para dar formação, entre outros, às forças armadas na Croácia ou na Bósnia, a MPRI agora também se ocupa da formação no programa doméstico de militarização escolar do ROTC (Corpo de Formação de Oficiais na Reserva). Na Grã-Bretanha, a privatização de tarefas militares também está muito avançada e continua a ser desenvolvida em termos de concepção com a ajuda da PFI (Private Finance Initiative)” (Lock 1998).

Não são, portanto, apenas prisões e campos de concentração do *gulag* democrático que estão a ser privatizados, mas igualmente sectores militares do aparelho democrático de violência que, assim, saem do monopólio da violência do princípio da soberania. Entretanto, o número e as vendas dos prestadores de serviços privados de segurança e militares deram um grande salto num espaço de poucos anos. Faz parte deste lote, por exemplo, a obscura agência britânica de mercenários Sandline International, com o seu discreto gerente Michael Grunberg: “Activistas dos direitos humanos acusam a empresa de enriquecer com a miséria que existe no mundo, por exemplo na Serra Leoa, arruinada pela guerra civil, onde a Sandline esteve envolvida, em 1998, num fornecimento de armas que rompeu o embargo das Nações Unidas. Não obstante todas as dúvidas, a caça aos terroristas, as acções militares empreendidas no mundo inteiro pelos Estados ocidentais, uma eventual nova guerra no Iraque e a necessidade de segurança de grandes empresas internacionais abrem excelentes perspectivas aos prestadores de serviços militares. A Sandline aconselha e treina forças armadas, conduz tropas para a batalha ou luta com recurso a mercenários próprios que a agência recruta, caso a caso. Deste acervo de profissionais liberais também se fornecem empresas de segurança que, em regiões africanas em crise, vigiam poços de petróleo e minas [...]. A clientela, pela qual Grunberg se interessa especialmente neste momento, não reside em África, mas junto do East River de Nova Iorque e nas capitais do Ocidente. Grunberg quer contratos de grande dimensão, quer fazer negócios com as Nações Unidas e os governos. ‘Private military companies’ (PMCs) como a Sandline esperam arrebatam honorários milionários no âmbito de missões de manutenção da paz e de vigilância, como nos Balcãs, da formação de exércitos aliados, como por exemplo no Afeganistão, e de operações militares a pedido de Estados industrializados que não querem enviar os seus próprios recrutas para regiões em crise. O leque de tais prestadores de serviços vai de firmas de mercenários que entram em combate, passando por agências de aconselhamento e formação, pelo apoio técnico e logístico, até empresas que montam vigilância no mercado em alta da segurança empresarial – especialmente no ramo do petróleo e das minas [...]. O trabalho de *lobbying* parece trazer frutos. O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, pronunciou-se, em Fevereiro, com uma proposta de lei, a favor da utilização de PMCs ‘fortes e de renome’ a mando das Nações Unidas. Os senhores, diz Straw com um aceno de cabeça discreto aos prestadores britânicos, poderiam ajudar a ONU a ‘reagir a crises mais depressa e com maior eficácia’. A comissão de política externa da Câmara Baixa do Parlamento Britânico até concedeu às empresas prestadoras de serviços militares, no início do mês de Agosto, um ‘papel legítimo’ na estabilização de regiões em crise [...].” (Schaudwet 2002).

É quase digno de manual o modo como também neste aspecto a modernidade volta ao seu passado longínquo: o aparelho de violência da soberania dos Estados-nações vai-se dissolvendo, passo a passo, em exércitos privados de mercenários, como aqueles que são propostos pelos “prestadores de serviços militares”. Esta dissolução sistemática do monopólio da violência, promovida a partir de cima, ainda é mais importante do que a sua congénere espontânea, vinda de baixo. Como tais agências militares comerciais não têm a mínima perspectiva político-social, tal como as milícias de clã e de justiça auto-administrada, a sua conversão em gangues de saqueadores assassinos sem

objectivo nem vontade é igualmente certa com o avançar da crise (por exemplo, quando os seus clientes já não lhes puderem pagar).

O desgaste moral das instituições e a corrupção do *nomos* democrático

Na mesma linha de dissolução e liquefacção anómicas da soberania se insere também, evidentemente, a corrupção que grassa na política e em todos os aparelhos de Estado, e que está a proliferar igualmente nas empresas capitalistas (como o demonstram, por exemplo, os escândalos em torno da falsificação de balanços) e, de um modo geral, no quotidiano civil. Na mesma medida em que o processo de valorização capitalista esbarra no seu limite interno, ficando, assim, caduca a definição da população como material de trabalho da economia empresarial, não só se decompõe necessariamente o enquadramento político da soberania, como todo o corpo de regras da sociedade fica sujeito a um “desgaste moral”.

O que os pós-modernos apologistas culturalistas do capitalismo atribuem a uma “deficiência institucional” subjectivamente mediada é o desgaste objectivo das próprias instituições, privadas do seu sentido sistémico. Quando o corpo de regras socioeconómicas, políticas e burocráticas começa a rodar em falso em todos os planos, todas as leis, regras, mecanismos de controlo, escalas de valores, instâncias morais e formas de trato perdem a força da sua validade, porque esta estava ligada ao conteúdo social da substância do valor e, assim, da substância do trabalho. Se esta perder a sua validade, o mesmo acontecerá também ao *nomos* correspondente, o que se manifesta na sua corrupção.

A prova está na imparável corrupção que alastra nos próprios centros democráticos; pois aqui já não existe o pretexto da falta de enquadramento institucional, que impediria uma economia de mercado bem sucedida. Antes torna-se evidente que é a própria dessubstanciação da forma social de base que traz por arrastamento a decadência das condições de enquadramento institucional que não faltam no Ocidente. Tal como o monopólio da violência, também se liquefaz e decompõe o conceito burguês de direito e de justiça, quando o céu da soberania desaba. A perda de substância político-económica acarreta a perda de substância moral. Por muito ruidosamente que se invoque oficialmente a religião secularizada de “trabalho” e emprego, de salário e desempenho, de Estado e democracia, de direito e justiça, na realidade já nem os seus próprios sacerdotes acreditam nela. E como já ninguém pode acreditar na substância da relação de capital, já ninguém se sente vinculado ao corpo de regras correspondente. O *nomos* de uma formação social nunca poderá ser mantido vivo unicamente pela violência repressiva; necessita de fé, e esta, por seu lado, não pode manter-se viva sem substância social.

A corrupção do *nomos* capitalista na linha de decadência da soberania vai-se impondo de modo tão pouco sincronizado como a sua constituição original. Se tirarmos um instantâneo deste processo no início do século XXI, a velha distância entre o centro e a periferia parece inalterada; no entanto, já não se trata de uma distância no grau de desenvolvimento, mas apenas no grau de decadência. É verdade que os representantes democráticos, como Bush, Blair ou Schröder, por enquanto ainda não foram acusados de terem participado pessoalmente em ritos canibais, nem a polícia de Nova Iorque, Londres ou Berlim se transformou numa Brigada de Cus ao Léu. O Ocidente encontra-se hoje mais ou menos ao nível do padrão de corrupção e barbarização da África ou da Ásia Oriental nos anos 70 do século passado.

O “processo civilizacional” de Elias dá lugar – relativamente ao seu próprio conceito – a um processo irreversível de descivilização, cuja forma nacional-imperial de crisálida, ainda encerrada no invólucro da soberania, pode ser vista nos nazis. Esta viragem já estava programada desde o início na lógica da relação de capital e, tanto na história da sua constituição como nas crises da sua imposição, se tinha manifestado repetidamente de modo parcial e temporário. É também por isso que, em boa verdade, o capitalismo não pode ser compreendido como civilização em sentido positivo. O que é designado por civilização capitalista nunca foi senão barbárie coagulada;

solidificada e de certo modo congelada como substância do valor e soberania. Quando, agora, a substância da “civilização” moderna descongela, como uma massa fecal caída no chão, vinda das instalações sanitárias de um avião a dez quilómetros de altitude, essa substância não se transforma em algo de diferente, mas apenas revela a sua natureza.

Por isso também não serve de nada querer proclamar um “projecto de salvação da civilização” da democracia burguesa, para porventura reconstituir o estado coagulado. Tal como, no auge da terceira revolução industrial, a substância do trabalho real e, com ela, a substância do valor do capital já não pode ser aumentada, esbarrando assim o processo de acumulação em limites absolutos, também a decadência da soberania que daí resulta não pode ser detida. Se, agora, os guerreiros democráticos do ordenamento mundial pretendem partir para a guerra em nome da “civilização”, e nisso são encorajados ideologicamente por elementos intelectualmente desmoralizados e degradados da esquerda, ou se, inversamente, críticos de esquerda acusam a NATO de “violação do direito internacional” e “desrespeito pelo princípio da soberania” para, por seu lado, salvarem essa ominosa “civilização” de modo supostamente alternativo, vai dar ao mesmo, uma vez que esta civilização nunca existiu no sentido positivo de emancipação da humanidade, e aquilo que ideologicamente se fez passar por tal, a saber, a barbárie coagulada do capital, de uma maneira ou de outra está a dissolver-se nos seus verdadeiros componentes socialmente “fecais” de uma relação de violência.

O fim da soberania e a ilusão jurídica

O facto de os poderes democráticos representativos do capitalismo global se verem constringidos a espezinhar os seus próprios princípios tem de ser constatado e analisado sobriamente. A missão da crítica não pode consistir em “salvar” o seu objecto, transfigurando-o em “civilização”, precisamente na sua agonia. Assim se prova, quando muito, que a crítica não era crítica nenhuma. A esquerda sempre se limitou a reivindicar os princípios do capitalismo na sua forma idealizada contra o capitalismo real; e não há nada como a decadência do invólucro político para tornar visível esta falsa imanência. Sejam de esquerda, de direita ou liberais: todas as escolas de pensamento e máscaras de carácter da modernidade se recusam a acreditar que a ontologia do seu mundo está a acabar e o seu *nomos* está a dissolver-se. Também relativamente à decomposição da soberania fazem esforços desesperados para retorcer e maquilhar as realidades, até estas voltarem a parecer compatíveis com uma qualquer continuidade do moderno sistema produtor de mercadorias e da sua democrática objectivação do poder.

As variantes desta auto-ilusão ideológica são estritamente limitadas. Não há imaginação que possa ser forçada quando já não existe nenhum horizonte real de desenvolvimento. A versão mais primitiva da cegueira para as realidades consiste evidentemente em negar pura e simplesmente a decomposição da soberania, redefinir arbitrariamente o seu conceito e privá-lo da sua substância. É precisamente essa a estratégia argumentativa de Hardt/Negri, que anunciam a priori e sem qualquer prova analítica, logo no início do seu livro “Empire”: “A decadência da soberania dos Estados-nações não significa, no entanto, que a soberania enquanto tal esteja em decadência. No meio das alterações actuais, por todo o lado, o controlo político, as funções do Estado e mecanismos de controlo dominam o âmbito da produção e da circulação económica e social. A nossa hipótese fundamental é, por isso, que a soberania assumiu uma nova forma, ligando uma série de organismos nacionais e supranacionais com uma única lógica de poder. Esta nova forma global da soberania é o que designamos por *empire*” (Hardt/Negri 2002, p. 10).

Também se poderia dizer que um cadáver assumiu uma nova forma de vida na figura dos vermes que o devoram. Sendo assim, no fundo, nunca nada pode estar “em decadência”. Mas uma tal rabulice relativamente à soberania não pode simplesmente ser levada a sério. Tudo o que Hardt/Negri referem, sem qualquer nexos, como comprovativos da sua “tese” prova precisamente o contrário. Assim, a ONU e as suas diversas sub-instituições, por eles elencadas sem cerimónia entre

os elementos da soberania mundial supostamente nova, nunca constituíram uma nova forma transnacional, pelo contrário, não passam do resumo ou soma puramente exterior das soberanias nacionais, não constituindo qualquer qualidade nova. Precisamente por isso, na crise da soberania, a ONU é apoucada e preterida pelos EUA e pela NATO, ou apenas é utilizada como rótulo, desde que possa ser instrumentalizada legitimatoriamente. O mesmo se aplica às instituições supranacionais económicas como o Banco Mundial e o FMI. Inversamente, os centros do capital financeiro transnacional, igualmente trazidos a terreiro por Hardt/Negri, tal como a economia empresarial globalizada das grandes empresas, agem não como elementos de uma nova soberania, mas apenas como momento da decomposição das antigas, a que nenhum “controlo político” pode puxar as rédeas.

Não pode haver um Estado mundial nem um dinheiro mundial, e só assim se constituiria uma soberania planetária, que representa uma impossibilidade lógica e prática. A contradição interior ao capitalismo, entre o universalismo e o particularismo, não tem solução na forma capitalista. O dinheiro mundial, por exemplo, apenas pode apresentar-se sob a forma do seu próprio contrário, a saber, o dólar, como moeda nacional da última potência mundial e do espaço de referência da sua economia nacional. O mesmo se aplica a todos os outros momentos da soberania, até ao aparelho de violência. Em lado nenhum se constituiu uma soberania transnacional, o que seria uma contradição em si, pelo contrário, em todos os planos se manifesta a contradição entre a transnacionalidade desterritorializada da economia e a nacionalidade territorial do princípio da soberania.

Esta contradição interna é afogada por Hardt/Negri sem mais ideias numa concepção arbitrária de uma “lógica do poder” ou “lógica da dominação” que supostamente exige sempre uma nova soberania. O completo abandono do conceito de Marx do fetichismo da modernidade, a dissolução superficialmente positivista da relação de capital na racionalidade aparente de meras relações de vontade ou de poder exterior, que depois devem compor um padrão arbitrariamente feito de fenómenos de todas as cores de uma fantasista nova soberania, passa totalmente ao lado da realidade do capitalismo de crise global.

O motivo deste positivismo pós-moderno de relações de poder incompreendidas é o oportunismo puro e simples, a saber, a ilusão afirmativa de poder resolver a crise do moderno sistema produtor de mercadorias no seu próprio terreno. Para todas as variantes da ideologia pós-moderna que se apresentam como oposicionistas é típico que se limitem aos superficiais fenómenos “político-culturais”, ficando completamente de fora a própria constituição fetichista, a forma de valor e portanto demercadoria da reprodução social, tal como a lógica da dissociação sexual nomeadamente plano, com o conexo potencial destrutivo e autodestrutivo. Os positivistas pós-modernos do “poder” são os últimos idiotas históricos da “política” enquanto categoria real irreflectida do capitalismo. Nada querem saber da constituição lógica e histórica do sistema, antes querem mover-se nas suas formas ontologizadas; na verdade, no fundo nada diferem do defunto movimento operário, apenas sem o horizonte de desenvolvimento histórico deste.

Isto salta à vista de modo confrangedor quando Hardt/Negri se aprestam a deduzir, da suposta transição para a soberania mundial do “empire” de sua livre invenção, algo como determinações e exigências programáticas. Pouco surpreende que neste âmbito façam referência à história jurídica e constitucional burguesa, a cujas sumidades (por exemplo, Kelsen) é pedida ajuda de modo tão positivo como aos grandes da história da filosofia burguesa. Já por aí se vê que não saem do terreno da constituição capitalista.

O que aparece, em seguida, como horizonte da acção, é no mínimo miserável: “O que [...] conseguimos discernir é uma primeira pedra de um programa político da multidão global, uma primeira exigência política: a cidadania cosmopolita [...]. Pois esta exigência repousa, na era pós-moderna, sobre o fundamental princípio constitucional moderno que articula o direito com o trabalho (!), concede ao trabalhador que produz capital a cidadania (!) [...]. O direito geral a controlar os seus próprios movimentos desemboca na exigência da multidão de uma cidadania cosmopolita [...]. (A) generalidade da produção biopolítica ainda traz à evidência uma segunda exigência política programática da multidão: um salário social e um rendimento garantido para todos [...]. A exigência de um salário social alarga a exigência de que qualquer actividade

necessária à produção de capital seja reconhecida com a mesma recompensa (!) à totalidade da população, de modo que um salário social acaba por equivaler a um rendimento garantido. E como os direitos de cidadania pertencem a todos, podemos designar este rendimento garantido por um rendimento do cidadão, a que qualquer um tem direito enquanto membro da sociedade [...]. O programa do trabalhador social é um projecto constitucional. Na matriz de produção actual, o poder constituinte do trabalho pode assumir as seguintes formas de expressão: como autovalorização do ser humano (o mesmo direito de cidadania para todos em todo o âmbito do mercado mundial) [...] por assim dizer, a democracia absoluta em acção” (Hardt/Negri, *ibidem*, p. 406 s., 409 s., 416).

Este amontoado de ingénua desejos piedosos de uma utopia de merceeiro, que parece a ladainha de uma criança em idade escolar a recitar a versão abreviada de todas as ilusões pequeno-burguesas e proletárias dos últimos duzentos anos sobre um “capitalismo justo”, equivale a uma auto-execução intelectual dos autores. Involuntariamente denunciam o pequeno segredo miserável da sua linguagem cheia de bolhas retóricas e da sua preocupação académica: que não há nada por trás disso senão as frases gastas do sujeito burguês do direito e da cidadania, cuja existência pequeno-burguesa se pretende prolongar para todo o sempre. Esta retirada para o idílio jurídico do parreiral democrático, do qual já o jovem Marx fez troça, marca o fim de todas as tempestades intelectuais num copo de água e de toda a pseudo-arquitectura teórica do pensamento pós-moderno.

A ilusão jurídica do velho movimento operário que, através da forma do direito, queria iludir a dura lógica inegociável do modo de produção e do sistema de categorias capitalistas reais, sem ter de romper com elas e ultrapassá-las, renasce alegremente na pós-modernidade. É como “redefinir”, em termos solenemente jurídicos, uma granada de mão sem espoleta como um simpático e bojudo bule de chá, e nesse sentido esperar um agradável convívio. Era precisamente essa ilusão jurídica que denunciava o carácter pequeno-burguês do velho movimento operário, na medida em que este apenas queria vender decentemente a sua força de trabalho, como uma prostituta honesta e asseada vende o seu traseiro. Tudo o que estava em causa era o “reconhecimento” e a “garantia”, na escravatura sistémica da democracia, que passava por “um salário justo para uma jornada de trabalho justa”; precisamente como Hardt/Negri, sem corarem de vergonha, pretendem agora ajudar o “trabalhador que produz capital” (o que agora, supostamente, “todos” fazem a todo o momento) a obter, no plano mundial, garantias de reconhecimento e de rendimento, precisamente nesta submissão à forma social fetichista levada até à “autovalorização” e na auto-redução a um “ser produtor de capital”. As palavras de Marx contra este espírito pequeno-burguês do proletariado nada perderam da sua validade: “Abaixo o sistema do salariado!”

No sentido da emancipação social e da ultrapassagem do modo de produção capitalista, a aspiração ao reconhecimento e à garantia jurídico-“constitucional” nunca passou de uma ilusão, de uma variante da ideologia burguesa do sujeito devoto do Estado. O conteúdo de realidade histórico desta ilusão jurídica, no entanto, consistiu, através da luta pelo sufrágio universal e pela liberdade de associação, bem como por garantias de segurança do Estado social, em integrar o trabalho assalariado jurídica e civicamente na forma capitalista da sociedade e na soberania como seu aspecto político.

Hardt/Negri não querem outra coisa senão repetir este movimento de integração, há muito concluído e tornado irrelevante, num plano mundial imaginário, embora faltem para isso todas as condições. Não inventaram a sua fantasia de uma nova soberania mundial do “empire” para nenhum outro fim senão para encenarem esta repetição sem imaginação do velho programa social-democrata, no campo de referência totalmente inadequado do capitalismo de crise globalizado.

Mas como, na realidade, não existe nenhuma soberania mundial, que pressuporia um Estado mundial e, com ele, a identidade imediata logicamente impossível entre universalidade e particularidade, evidentemente também não pode existir nenhuma “cidadania cosmopolita”; nem nenhum “Estado social mundial” com um “salário social garantido” à escala global, mesmo abstraindo da lógica de crise económica da terceira revolução industrial, que de qualquer modo destrói o sistema dos rendimentos monetários, assim pondo em questão a moderna forma de fetiche enquanto tal. Hardt/Negri recusam, tal como todo o pensamento burguês contemporâneo, aperceber-

se da dissolução e da autodestruição do moderno sistema produtor de mercadorias. Pretendem encerrar a nova realidade negativa nos velhos conceitos positivos da forma do direito burguês.

Há algo de fantasmagórico no facto de Hardt/Negri, perante uma globalização de crise da economia empresarial, acompanhada de processos de desestatização e de uma barbarização geral da concorrência, fabularem ingenuamente sobre o “mesmo direito de cidadania para todos em todo o âmbito do mercado mundial”. Pretendem contrabandear a categoria da “cidadania”, na sua essência particular (nacional), para o interior da universalidade negativa da globalização, embora nem mesmo Hardt/Negri queiram afirmar que o seu fantasmagórico “empire” seja algo semelhante a um Estado. “Direitos de cidadania para todos” num plano (mercado mundial) em que não existe nem pode existir nenhum Estado: não poderia ser mais claro que este pensamento, apesar de toda a pseudocrítica pós-moderna da filosofia iluminista, não consegue ultrapassar a sua estrutura aporética, em que se apresentam as contradições reais capitalistas. Com a sua indefensável “cidadania cosmopolita” jurídica, Hardt/Negri, à semelhança dos ideólogos democráticos oficiais, fogem das gritantes contradições da modernidade, regressando às ilusões burguesas do século XVIII, que pretendem fazer crer numa reedição do programa social-democrata no sistema mundial em desagregação, uma espécie de “social-democratismo mundial”. E será isto a expressão intelectual da “ala radical” de um novo movimento anticapitalista?

Um pouco diferente, mas nada melhor no resultado, é a interpretação da socióloga e historiadora britânica Mary Kaldor, que, na órbita da ideologia de uma suposta “segunda modernidade” e dos mandarins intelectuais do “New Labour” e do “novo centro”, em torno de Anthony Giddens e Ulrich Beck, se debruçou sobre a lógica das “novas guerras” (Kaldor 2000). Limitada ao plano fenomenológico (campo de jogos vazio de conceitos de todo o pensamento pós-moderno), ela remete em certa medida para o processo de cisão e dissolução político-económica do sistema, no contexto da globalização: “Quando empresas que operam à escala global desenham os mapas dos mercados em que escoam a sua produção, a maior parte do mundo costuma ficar em branco. Mas também no interior dos vários países, continentes e mesmo cidades conseguem detectar-se tais desequilíbrios, e cada vez mais – mesmo no seio do Primeiro Mundo. Em todo o lado se desenham fronteiras entre os enclaves globais protegidos e abastados, e as zonas de pobreza, anárquicas e caóticas, que os rodeiam” (Kaldor 2000, 119).

Mas, à semelhança do que acontece em Rufin, a miséria socioeconómica é simplesmente mencionada semnexo, como um factor externo; a sua lógica interna não é analisada, pelo que também não conduz a qualquer crítica, muito menos a uma nova crítica do capitalismo. Em vez disso, Kaldor passa imediatamente às reacções sociais às crises e aos colapsos económicos, que considera formas barbarizantes de uma “política identitária” (étnica, religiosa, etc.); uma vez mais, uma perspectiva fenomenologicamente limitada. Contrariamente a Hardt/Negri, Kaldor não afirma que se tenha formado a nova meta-soberania de um “empire”; fala antes de um “vazio político” (Kaldor, *ibidem*, p. 121) no contexto da globalização, mas sem empreender qualquer esforço conceptual para analisar a relação entre a soberania, como base de toda a política moderna, e a crise da terceira revolução industrial, bem como o processo de globalização.

Em vez disso, faz de conta que o *nomos* moderno da esfera política continua a poder ser pressuposto sem quebra, independentemente das suas condições sociais, como se constituísse apenas uma “alternativa política” às “políticas identitárias” particularistas da guerra e da economia de saque. A estas é pressuposto, uma vez mais como em Rufin, de modo completamente contrafactual, o velho *nomos* e o seu cálculo de interesses: “As novas guerras têm objectivos políticos” (*ibidem*, p. 174), apenas para se ver constrangida ao desabafo: “Sobre o medo, o ódio e a pilhagem não se pode fundar nenhuma política viável a longo prazo” (*ibidem*, p. 176). Quem teria pensado tal coisa. E, mais uma vez na mesma linha de Rufin, Kaldor apoia a intervenção militar “humanitária” do capitalismo global democrático, que evidentemente não designa assim, chamando-lhe antes “comunidade internacional”; no entanto, vê-se constrangida a constatar com pesar: “Ainda assim, apesar de todas as esperanças e boas intenções, as experiências associadas às intervenções entretanto designadas de humanitárias são sobretudo decepcionantes, para falarmos com alguma moderação. No melhor dos casos, as pessoas foram abastecidas de alimentos e acordaram-se frágeis

tréguas, e mesmo nesses casos não é certo que tal se deva de algum modo à presença de tropas de manutenção da paz” (*ibidem*, p. 178).

Kaldor imputa acertadamente este resultado decepcionante a uma interpretação e a um modo de proceder anacrónicos, porque orientados pelo mundo antigo do Estado-nação e da economia nacional: “Muitos dos vocábulos em circulação, como ‘intervenção’, ‘manutenção da paz’, ‘pacificação’, ‘soberania’ e ‘guerra civil’ remontam a concepções do Estado-nação e da guerra moderna que não só são difíceis de aplicar na situação actual, mas podem representar verdadeiros empecilhos para um modo adequado de proceder” (*ibidem*, p. 179).

O que é pior é que o *nomos* da soberania não é porventura um vocábulo da moda que se encontra “em circulação” por acaso, mas o princípio da realidade de toda a política moderna, formado ao longo de séculos, a cujo conceito e lógica de acção Kaldor simultaneamente se atém, por falta de capacidade de crítica relativamente à modernidade e ao capitalismo. O resultado é lastimoso a condizer. A soberania está de facto anacrónica e a globalização criou um “vazio político”, mas Kaldor não desarma, pretendendo preenchê-lo com “alternativas políticas”, como se nada fosse. Kaldor não inventa nenhuma nova soberania mundial de um “*empire*”; e a concepção que congemma também não vai no sentido duma política de reconhecimento jurídico de uma social-democracia global dentro desse quadro pressuposto, mas no duma argumentação bem semelhante, quicá ainda mais ingénua.

A falta de cobertura da soberania, com cujo conceito e significado para a possibilidade da “política” Kaldor não perde muito tempo, deve ser substituída sem demora por “actores da sociedade civil”, que Kaldor, sem surpresa, vê amadurecer nas ONG e na sua articulação com organizações supranacionais (ou seja, precisamente no insuportável “complexo humanitário-industrial”). Assim devem surgir “ilhas da civilidade como uma possível estratégia contra a condução das novas guerras” (*ibidem*, p. 176), militarmente flanqueadas pelo “projecto ambicioso [...] de criar um novo tipo de soldado e polícia na mesma pessoa” (*ibidem*, p. 205). Quanto ao seu conteúdo, a contrapolítica da sociedade civil deve designar-se por “alternativa cosmopolita” (*ibidem*, p. 177), evidentemente devota do Iluminismo burguês, como cosmopolitismo “no sentido kantiano” (*ibidem*, p. 182). E depois pode-se começar: “(À) criminalidade dos senhores da guerra tem de se responder com uma política do respeito por princípios e normas jurídicas internacionais [...]. A chave para a recuperação do monopólio da violência do Estado reside na reconstituição da legitimidade [...]. Por cosmopolitismo entendo [...] uma visão política positiva que inclui a tolerância, o multiculturalismo, o civismo e a democracia [...]” (*ibidem*, p. 179s.), sem evidentemente esquecer a “imposição dos direitos humanos” (*ibidem*, p. 197), e assim por diante.

Tudo acaba por voltar a ser exactamente como em Hardt/Negri: a análise desprovida de conceitos, profundamente acrítica relativamente à forma social, desemboca numa confrangedora tralha fraseológica francamente infantil e em *kitsch* jurídico. De outro modo não pode ser formulada a penúltima palavra da subjectividade burguesa, consistindo a última na chuva de bombas sobre um mundo que já não pode ser abarcado por esse *kitsch* (e, de resto, no profundo desrespeito por “princípios e normas jurídicas internacionais” por parte dos EUA e da própria NATO). No cúmulo dos seus desejos piedosos para o álbum de dedicatórias da democracia, Kaldor considera que os processos reais de barbarização já são impedidos pela simples invocação da ilusão jurídica “por parte da sociedade civil”: “Uma vez afirmados os valores da inclusão, da tolerância e do respeito mútuo, os conflitos territoriais serão fáceis de resolver” (*ibidem*, p. 187).

Já não se fala dos mapas em branco das grandes empresas. A impossibilidade de continuação da reprodução capitalista não deve ser tematizada. Tal como nos aparentados teoremas do culturalismo pós-moderno, a relação entre a crise da reprodução e a crise das instituições é posta de pernas para o ar. Todo o nexos lógico-histórico interno entre a forma do capital, a substância social do trabalho abstracto e a soberania é sistematicamente deixado de parte. A crítica social e a análise do contexto real condicionante dos fenómenos bárbaros foram substituídas pelo simplesmente moralista sermão ideológico de uma missa para crianças. Com isso nada se resolve, mas acalma-se o espírito democrático, que gostaria de manter-se na sua pele política, que não consegue abster-se do seu interesse monetário destruidor do mundo.

De outro calibre é o historiador militar israelita Martin van Creveld, que se debruça igualmente sobre a nova qualidade da guerra social mundial. Para ele, o conceito-chave é o de *low intensity conflict* [conflito de baixa intensidade] que apenas se tornou corrente no debate teórico militar a partir dos anos 80 do século passado. No seu ensaio “O Futuro da Guerra” (van Creveld 1998/1991), publicado na mesma altura que o livro de Rufin “O Império e os Novos Bárbaros”, refere com toda a clareza, contrariamente a Rufin, Hardt/Negri e Kaldor, o facto de as novas guerras já não se regerem pelo *nomos* político da modernidade, ou seja, já não corresponderem ao postulado de Clausewitz da guerra como “continuação da política por outros meios”: “Não se pode negar que uma parte substancial da actual capacidade militar não serve nem para a expansão nem para a defesa de interesses políticos. Nesta perspectiva, dificilmente se pode falar em ‘força de dissuasão’. Menos ainda conseguem as forças armadas e as suas armas – caças-bombardeiros, tanques, carros de assalto – quando se trata de impedir ataques terroristas na sua proximidade. O que acabo de dizer aplica-se tanto aos países desenvolvidos no Ocidente e no Oriente, como aos países a norte e a sul do equador” (van Creveld 1998/1991, p. 54).

No caso dos conflitos de baixa intensidade, porém, que apenas com ligeireza podem ser descritos com recurso a termos como “distúrbios”, “terrorismo”, “dominação de senhores da guerra”, “guerra étnica”, etc., o que está em causa não é só o facto de, em sentido técnico, dificilmente poderem ser resolvidos, ou não poderem sê-lo de todo, pelos “dinossauros” (van Creveld) das forças armadas convencionais estatais, incluindo a máquina militar dos EUA. Mais que isso, também lhes está associada uma outra qualidade social alheia ao moderno princípio da soberania. De acordo com van Creveld, já não se trata de “guerras trinitárias”, em que, como em Clausewitz, estaríamos perante uma clara divisão entre esses três componentes da soberania territorial da estatalidade moderna, a saber, o “governo”, o “exército” e o “povo”. Em vez disso, conjuntos de combatentes armados actuam por sua conta e risco, ou inseridos numa outra relação de lealdade, independente de governos territoriais; e simultaneamente confundem-se com as massas da população civil, da qual não podem ser distinguidos (neste plano, também mulheres ou crianças podem ser combatentes, desde o arremesso de pedras até ao atentado suicida).

Esta descrição recorda evidentemente a bem conhecida forma da guerrilha que, após a Segunda Guerra Mundial, prevaleceu nos chamados “movimentos de libertação nacional” do Terceiro Mundo. Mas agora, por assim dizer na sua qualidade pós-moderna, a guerrilha já não é uma estrutura que pretenda constituir um Estado, nem representa uma soberania em gestação; e, por isso, como van Creveld constata com toda a razão, contrariamente a Rufin ou Kaldor, também já não prossegue “interesses políticos”. A sua conclusão é que, no crescente número de conflitos de baixa intensidade, se evidencia uma relação de violência pós-estatal e uma nova forma de organização social: “O segundo milénio depois de Cristo está a chegar ao fim, e o monopólio da violência reclamado pelo Estado está a ser cada vez mais socavado [...]. Se não for detida a ascensão do conflito de baixa intensidade, este pode acabar por esvaziar o Estado. A longo prazo, outras organizações substituirão o Estado na condução da guerra [...]. Sem dúvida que o Estado vai ceder o seu monopólio da violência a outra forma de organização, num processo lento e aos solavancos. Nas diversas partes do mundo, as coisas desenvolver-se-ão a diferentes velocidades. É muito provável que a desintegração seja acompanhada de insurreições violentas, semelhantes às revoltas que na Europa começaram com a reforma protestante e culminaram na Guerra dos Trinta Anos” (van Creveld, *ibidem*, p. 281, 285).

Assim sendo, van Creveld vê perfeitamente a regressão às situações anómicas da história da transformação do início da modernidade. Mas, também no seu caso, a compreensão permanece fenomenologicamente limitada. Não estabelece nenhuma mediação com a constituição de formações sociais. “Desintegração” é um conceito que se adequa muito bem aos processos actuais e à sua relação com o *nomos* da modernidade, mas lá por isso ainda não institui já por si uma outra forma de integração. Van Creveld compreende que não está a formar-se nenhuma nova soberania, vinculada, de acordo com o seu conceito, ao poder territorial; no entanto, aceita de modo plenamente positivista as formas pós-soberanas e pós-políticas de desintegração como as inevitáveis “sucessoras” da estatalidade moderna, como se além disso nada mudasse grandemente.

O capitalismo não funciona sem soberania

O que acontece é que a perspectiva positivista esconde fundamentalmente o todo social da forma de reprodução; a ontologia capitalista das formas fetichistas da moderna socialização do valor e o seu histórico 'ter-se tornado' desaparecem na redutora reflexão superficial, dissolvendo-se, por um lado, em esferas individuais supostamente independentes observadas isoladamente e, por outro, em definições de uma ontologia supostamente supra-histórica e antropológica. É este modo de pensar positivista que as teorias pós-modernas partilham com a ciência burguesa vulgar; e mesmo van Creveld não consegue ir mais longe. Para ele, a mudança limita-se à dissolução da esfera político-estatal em benefício de outras “formas de organização” ou “de governo”, enquanto a forma de reprodução capitalista parece permanecer completamente intocada.

Para van Creveld, a guerra enquanto tal está quase geneticamente ancorada no ser humano; tal como em Enzensberger, a condução da guerra ou o “brincar às guerras” dever-se-ia supostamente a uma espécie de congestão de testosterona na juventude masculina que haveria de se manifestar sempre de novo, sendo assim dissociada de qualquer contexto sócio-histórico. Deste modo, a análise da decomposição da soberania e do monopólio da violência permanece fenomenologicamente limitada, a “guerra enquanto tal” é antropologizada, sendo que a forma de reprodução capitalista da sociedade não teria nada a ver com tudo isso.

Tal torna-se ainda mais evidente na sua ampla obra seguinte no final dos anos 90 do século passado, *Ascensão e declínio do Estado* (van Creveld 1999). Aqui, o fim da soberania é considerado compatível, sem qualquer problema, com a continuação e mesmo com uma nova era do modo de produção capitalista: “Do plano mais ínfimo até ao supremo, o uso da violência talvez volte a ser aquilo que ainda foi na primeira metade do século XVII, a saber, um empreendimento capitalista que pouco se diferencia de outros e se encontra estreitamente interligado com eles” (van Creveld 1999, p. 448).

De modo em tudo semelhante argumenta o historiador Herfried Münkler, em publicações recentes, com base na relação entre custos e proveitos das novas formas de guerra no interior da sociedade, secundadas por estruturas da economia de saque, que evoluem à sombra da globalização: “As consequências a longo prazo das guerras no interior da sociedade, as destruições de infra-estruturas, as devastações do país, a minagem das estradas e dos campos, o crescimento de uma geração de crianças que não conheceram outra coisa senão a guerra e a violência, acarretam custos enormes. Mas esses custos não têm de ser suportados pelos protagonistas das guerras. Recuperando uma fórmula antiga, poderemos dizer que os senhores da guerra e os chefes de milícias conseguiram de modo deveras infame privatizar os lucros das guerras que conduziram e socializar os seus custos. Que tal seja possível prende-se com o fracasso dos processos de construção de Estados em grandes partes do Terceiro Mundo [...]. No entanto, não é apenas a decomposição do Estado, mas igualmente a facilidade de acoplamento das economias de guerra civil à circulação de capitais e de mercadorias do mercado mundial que tornou tão atraente a guerra por sua conta e risco” (Münkler 2002).

Tanto van Creveld como Münkler ignoram por completo que é precisamente a crise mundial da própria forma capitalista que conduziu e continua a conduzir às novas violências e mostras de desintegração pós-soberanas. A analogia com a história da transformação do início da modernidade apenas superficial e fenomenologicamente bate certo. É um facto que o recurso à violência, enquanto empreendimento capitalista, remete para as raízes da modernidade na economia de guerra. Mas se este empreendedurismo da violência constituiu, nos primórdios da modernidade, a transição para um novo modo de produção, hoje, bem pelo contrário, enquadra-se nos processos de dissolução desse mesmo modo de produção. A violência em si não suporta nenhuma produção ou reprodução social. Isso é algo que tem de ser objectado tanto a van Creveld e Münkler como a Ruffin com a sua ideia de uma “economia de saque sem produção”.

Na realidade, a economia de saque limita-se a pilhar ruínas da substância de uma economia nacional fracassada no mercado mundial (uma circunstância que tanto van Creveld como Münkler se esforçam por deixar passar despercebida, tal como todas as outras reflexões democráticas burguesas sobre as novas formas de violência); ou então, trata-se de “produtos da ajudaocidental”, etc. A “facilidade de acoplamento” de estruturas da economia de saque à circulação do mercado mundial, notada por Münkler, apenas significa que, na realidade, essas formas não representam os estados embrionários de um novo modelo de sociedade, mas apenas a dissolução do antigo, também no plano económico: trazem à evidência que a socialização pelo mercado já está morta em certas regiões, ao passo que ainda continua noutro plano. Mas a ênfase está aqui em “ainda”, uma vez que o processo de crise vai roendo e corroendo tudo o que toca no seu percurso da periferia para o centro.

A economia de saque e as novas estruturas de poder pós-soberano estão, elas próprias, em vias de desaparecimento, porque se mantêm vinculadas à forma capitalista, sem poderem, elas próprias, servir-lhe de suporte: tal como, por um lado, vivem de uma substância que não podem produzir, dependem, por outro lado, da referência a um mercado mundial que está a implodir e ao qual tão-pouco podem servir de suporte autónomo, uma vez que não passam de produtos da sua decomposição.

Por isso, de resto, os “custos” destes processos anómicos não são porventura “socializados”, como acha Münkler, mas simplesmente não são pagos, o que, por outras palavras, apenas quer dizer que a sociedade está a esboroar-se rumo à barbárie secundária, e não só politicamente, mas também em termos económicos, sociais, infra-estruturais, etc. E quem haveria ainda de poder “socializar” esses custos imaginários (que são, na realidade, puros processos de destruição, para os quais o conceito de “custos” é enganoso), se, devido ao “fracasso dos processos de construção de Estados”, já nem existe uma instância para tal? Certamente não serão os Estados do centro democrático, enquanto instâncias externas de substituição, pois esses já apenas actuam, eles próprios, por força da diminuição da sua soberania e devido a restrições diversas, através da eliminação de sectores inteiros da reprodução (em vez de socializarem os seus custos, o que apenas seria possível pelo confisco de parte dos rendimentos de uma “população trabalhadora” territorial que pudesse ser aproveitada de modo rentável em termos capitalistas).

Se a relação entre uma crescente incapacidade de reprodução social do moderno sistema produtor de mercadorias e os fenómenos anómicos de dissolução da soberania continuar a não ser objecto de reflexão, a única expectativa de futuro que daí pode sair é a fantasia insustentável de uma espécie de nova Idade Média sem interrupção do capitalismo: “Tal como já aconteceu em fases anteriores, em que impérios se desmoronaram e deles nasceram estruturas feudais, a esta alteração estará associada uma perda de liberdade, na medida em que as pessoas se tornarão vassalas dos membros fortes e ricos da sociedade, quer como indivíduos, quer em diversas organizações, o que deverá ser mais provável para a maioria. Além disso, afigura-se muito provável o reaparecimento de uma camada inferior destituída de poder político e privada de direitos, semelhante à que existiu mesmo nos países mais ‘avançados’ até à Revolução Francesa e depois dela [...]. De modo inverso, arrecadarão lucros aquelas organizações e pessoas cujos recursos e estatuto não dependem do Estado, que pensam internacionalmente e que estão preparadas para aproveitar as oportunidades que se oferecem em todas as áreas, desde a comunicação à escala global e o comércio até à formação privada. Já actualmente realizam lucros à custa do resto do mundo, como fizeram notar alguns peritos [...]. O que está em causa sobretudo é saber se estamos preparados para renunciar a velhas seguranças e nos acomodarmos ao Admirável Mundo Novo que nos espera. Nalguns lugares, a transição será pacífica. O resultado será um florescimento nunca visto, quando as fronteiras nacionais perderem importância, a técnica progredir, possibilidades económicas se abrirem e o tráfego e a comunicação permitirem um diálogo fértil entre culturas diversas [...]. Noutros lugares, a retirada do Estado terá consequências menos edificantes. No melhor dos casos, o reaparecimento em força do ‘mercado’ a expensas dos controlos e prestações sociais do Estado acarretará uma redução da segurança e, muitas vezes, graves distúrbios. No pior dos casos, a situação pode alterar-se completamente, e de repente as pessoas encontrar-se-ão nas mãos de organizações menos

conscientes da sua responsabilidade, mas mais autoritárias que os Estados [...]” (van Creveld 1999, p. 462s.).

Apenas podemos ficar estupefactos com o tipo de romance de ficção científica e de fantasia pelo qual o sóbrio positivismo académico pode deixar-se enlevar, mal os fenómenos dos factos “positivos” fogem ao controlo da sua terminologia redutora. Acreditará van Creveld seriamente que, com base na tecnologia microelectrónica e na globalização da economia empresarial pode ressurgir algo como relações feudais de vassalagem? Aqui se paga pela consideração isolada da esfera político-militar e pela total ignorância do contexto formal social. E qual deverá ser a relação entre o suposto “florescimento nunca antes visto” de uns e a despromoção social total dos outros? A exposição de van Creveld é absolutamente incoerente, servindo, quando muito, de um apanhado irreflectido da relação social entre os ganhadores da globalização (uma minoria que está a encolher) e os perdedores da mesma (uma maioria crescente), sem querer verter em conceitos o processo enquanto tal.

Acontece que se trata de ganhadores (relativos) e perdedores (absolutos) na base de relações de produção capitalistas, das formas capitalistas do sujeito e do direito que as acompanham e no contexto de um processo irreversível de crise mundial desta formação social e de nenhuma outra. A transição da sociedade escravagista da Antiguidade para o feudalismo deu-se no terreno da sociedade agrária, a transição do feudalismo para o capitalismo foi idêntica à dissolução da sociedade agrária e à formação da valorização industrial do capital. A forma de reprodução socioeconómica e as formas de representação, incluindo a forma de organização militar, não podem ser “combinadas” arbitrariamente, como diversos tipos de cerveja numa grade; pelo contrário, trata-se de um contexto histórico de formação em cada caso coerente.

Ideólogos como van Creveld “esquecem” este fundamental entendimento marxiano, na verdade já há muito adaptado pela ciência académica e, na aflição dos processos de crise que já não podem ser descritos em termos de democracia burguesa, retrocedem a pontos anteriores ao bê-á-bá do saber sociológico. Pois o apriorismo de todo o saber burguês da modernidade é constituído por esta fórmula anacrónica e contrafactual: a valorização capitalista, o trabalho abstracto e a forma monetária geral das relações existe, sempre existiu e sempre existirá. Este axioma idiota da consciência fetichista moderna, incluindo a científica, orientado pela apologética de modo transparentemente infantil, nas actuais condições de crise, no limite histórico absoluto do moderno sistema produtor de mercadorias, torna-se a total ignorância da real desagregação do contexto da forma económica.

Nesse caso, pelo menos em van Creveld e noutros teóricos com uma argumentação semelhante, a crise apenas aparece de tal modo que, perante o pano de fundo emudecido da “eternidade” das relações de trabalho, mercado e dinheiro, se afiguram possíveis relações de representação “políticas”, militares e sociais aparentemente à vontade. Tal como na ficção científica vulgar, onde, mesmo após milhares ou centenas de milhares de anos, galáxias inteiras se reproduzem com economia capitalista e, naturalmente, baseada no dólar, enquanto, simultaneamente, reinos feudais conduzem guerras das estrelas uns contra os outros.

Também na literatura de tom crítico sobre o tema se encontra este tópico de uma relação dinheiro-mercadoria ontologizada, como é o caso da autora Marge Piercy, dos EUA, que, nos seus romances de “*social fantasy*” descreve, desde os anos 80 do século passado, um mundo descivilizado de pesadelo, em que já não existem Estados territoriais, mas apenas “zonas” difusas de grandes empresas transnacionais armadas, por um lado, e bizarros megabairros de lata, infestados de novas doenças epidémicas e dominados pelo primitivo direito do mais forte, por outro. Por muito acertadamente que esta “*social fantasy*” antecipe por extrapolação a fenomenologia do ulterior decurso de processos de crise e colapso, não deixa de ser irrealista a ideia aí veiculada de que a forma social do valor e, com ela, as relações monetárias à maneira das relações de troca lhes sobreviveriam completamente intactas.

Parece existir algo como uma “confiança básica” da consciência capitalista (incluindo das suas variantes pseudocríticas de esquerda) na obrigatoriedade e irreversibilidade ontológico-antropológica da socialização do valor, da mediação pelo mercado e da forma geral do dinheiro.

Também é precisamente esta ignorância da total insustentabilidade amadurecida do moderno contexto da forma económica que acaba por unir todo o espectro da elaboração teórica burguesa e “de esquerda” perante os processos globais de dissolução social, não obstante todas as outras diferenças quanto à avaliação da situação e à invenção de receitinhas de resolução económica e política que, todas elas, apenas pretendem sustentar o insustentável.

Também Hardt/Negri postulam a incurável “saúde” do capitalismo e até a eternidade da “autovalorização”, como expectativa de futuro forçosamente optimista no sentido do sistema produtor de mercadorias e das suas categorias abstractas do trabalho e do direito. Do mesmo modo, para Mary Kaldor, o moderno sistema produtor de mercadorias do trabalho abstracto e do imperativo da valorização é uma evidência absolutamente incriticável e à qual não dedica sequer um pensamento. Alheia a qualquer reflexão teórica da crise e da acumulação, ela descamba, numa palermice intelectual típica do “novo centro”, no *kitsch* não só jurídico, mas também económico. Assim alardeia, relativamente às regiões em colapso, sobre a “introdução de relações de mercado reguladas” que demoraria “o seu tempo” (Kaldor 2000, p. 210), a “reconstituição de relações comerciais normais” (*ibidem*, p. 213) e postula com falsa ingenuidade: “Para criar uma zona auto-sustentada de civismo, [...] tem de se dar nova vida à economia local” (*ibidem*, p. 213). Como se a “economia local” não estivesse já morta e enterrada, por ter fracassado redondamente no embate com as “relações de mercado reguladas” e com as “relações comerciais normais” do sistema global, e ter sido devorada pelo mercado mundial. Deixar vivo o predador monstruoso e quase que idolatrá-lo e, em simultâneo, fazer de conta que se pode devolver miraculosamente a saúde às suas vítimas desfiguradas até ficarem irreconhecíveis – esta repugnante moral dos últimos burgueses de crise não pode naturalmente ser levada a sério.

Tanto nas contradições como no consenso das argumentações de ideólogos burgueses, como Hardt/Negri, Kaldor, van Creveld e outros, vê-se, como que reflectida num espelho, a irrealdade do “realismo” devoto do capitalismo: sob o pressuposto cego que lhes é comum, de que o processo de valorização, o trabalho abstracto e as relações de mercado são apriorísticos, na sua qualidade de suposta característica ontológica da humanidade, e que (têm) de se manter *ad aeternum*, Hardt/Negri fantasiam sobre a nova constituição, em grande medida já realizada, da respectiva soberania político-estatal no plano mundial, Kaldor quer substituí-la ou reconstruí-la por um “projecto de civismo cosmopolita” pequeno-burguês de classe média, ao passo que van Creveld admite sem pestanejar a decomposição do contexto político, mas ainda assim assume um modo de produção capitalista sem entraves que, mesmo sem o princípio da soberania, continuaria a operar em formas quase “feudais”.

Hardt/Negri e Kaldor são “realistas” por comparação com van Creveld, porque intuem que o capitalismo não funciona sem soberania, que o *homo oeconomicus* não pode viver sem o seu *alter ego* que é o *homo politicus*. Van Creveld, ao invés, é por seu lado “realista” perante esta argumentação, na medida em que descreve o real processo de decomposição da soberania, sem fantasiar com a sua renovação ou substituição por um sucedâneo.

Ambas as coisas são verdadeiras e simultaneamente inverdadeiras: o capitalismo não funciona sem soberania, e é o próprio capitalismo que destrói irreversivelmente a soberania. Não existe nenhum novo grau de desenvolvimento na história da formação da relação de capital, com o qual pudéssemos arranjar-nos, nem como “social-democracia mundial”, nem como sentimentalismo cívico, nem de modo pseudofeudal. A incurável crise da economia conduz à crise igualmente incurável da política, e esta repercute-se novamente na economia, e assim por diante. Na verdade é o limite da moderna forma fetichista enquanto tal que, na mesma medida em que realmente se manifesta, é obstinadamente negado pelos ideólogos.

9. O ESTADO DE EXCEPÇÃO GLOBAL

Quando a soberania se dissolve, tem de se dissolver também a relação jurídica e contratual entre os Estados. Assim é posta em questão a moderna forma jurídica burguesa em geral, mesmo nas relações intra-estatais. Mas isso significa apenas que o verdadeiro cerne de violência (e em certo sentido também de arbitrariedade, ainda que também nunca inteiramente sem codificação) do moderno sistema produtor de mercadorias e da sua forma jurídica se manifesta a descoberto. Decisivo para esta nova qualidade da crise sistémica é que o poder dominante, ao pretender manter de pé por todos os meios a validade universal do seu princípio da realidade, já não defende a sua forma do direito, mas viola sistematicamente o seu próprio direito, levando assim ao absurdo a forma do direito em geral, que mais não representa que a relação formal entre os sujeitos do fetiche.

O tribunal fantoche da democracia

No actual desenvolvimento após o 11 de Setembro, este carácter do modo de proceder imperial faz-se sentir dupla e contraditoriamente como “desjuridicização” sistemática no plano internacional. Por um lado, o “imperialismo global ideal” democrático criou, na figura do tribunal da ONU para criminosos de guerra em Haia, um “tribunal mundial” logo apologeticamente celebrado pela corja dos *media*ocidentais, e que, embora pretenda oficialmente representar o *nomos* da antiga “comunidade dos Estados” reunida na ONU, na realidade é expressão da sua perversão, representando apenas uma caricatura da sua própria pretensão.

Esta perversão é em primeiro lugar e sobretudo jurídica, visto os processos contra Milosevic e os seus administradores se terem baseado numa manifesta violação da carta das Nações Unidas, que ninguém se deu sequer ao trabalho de desmentir, a saber, a guerra de agressão da NATO contra o resto da Jugoslávia. Foi numa violação igualmente flagrante do direito e da constituição que se baseou a extradição de Milosevic para o Tribunal de Haia, no final de Junho de 2001, pelo Governo sérvio, encabeçado pela criatura da NATO Djindjic. Embora o Tribunal Constitucional jugoslavo tivesse suspenso o decreto de extradição poucas horas antes, Djindjic mandou raptar a não-pessoa Mislosevic, numa acção executada pela calada da noite, e declarou que a decisão do Tribunal Constitucional teria sido “nula e sem efeito” e uma tentativa “de pôr em causa o futuro do nosso país”. O facto de Djindjic ter acabado por ser ludibriado, não recebendo o prémio pela extradição de Milosevic, constitui apenas mais uma prova de que se tratou de uma transacção entre violadores do direito e dos contratos (abaixo do plano do direito constitucional, dir-se-ia: entre bandidos).

Pouco preocupada com estas crassas violações do direito, a imprensa liberal comentou: “Em Belgrado não se detiveram muito com subtilezas de direito constitucional – tal como o extraditado, enquanto esteve na plenitude do seu poder, também adaptou o direito às suas necessidades políticas” (*Neue Zürcher Zeitung*, 30.6.2001). Veja-se bem a lógica deste enunciado: concorda-se abertamente que o Ocidente e as suas criaturas nas regiões em crise se comportem do mesmo modo que recriminam aos monstros da crise, querendo julgá-los e condená-los por isso. Em nome do princípio do direito capitalista, o princípio do direito capitalista já não vale um tostão furado.

Em segundo lugar, porém, esta corrupção também é de carácter moral, visto que, tendo em conta as acusações proferidas contra Milosevic, poucos chefes de Estado haveria no mundo que não tivessem de ser arrastados para enfrentarem o Tribunal de Haia; sendo os candidatos mais urgentes todos os bons amigos e aliados na NATO na periferia, desde a Turquia até ao Afeganistão, da África do Norte até à América Latina. Pelo massacre de My Lai, no Vietname, nem o então presidente dos Estados Unidos nem o comandante supremo do exército tiveram alguma vez de responder, e muito menos diante de um tribunal da ONU. Tão-pouco os chefes de Estado europeus ou australianos foram postos em tribunal pelos crimes contra a humanidade cometidos pelos seus aparelhos no tratamento de refugiados. A lista poderia ser infinitamente prolongada.

De todos estes factos apenas se pode retirar uma conclusão lógica: o tribunal em Haia não é outra coisa senão uma espécie de tribunal fantoche do imperialismo democrático, que não é legal nem legítimo. Os juízes que ali prestam serviço não representam qualquer espécie de direito internacional, antes se tendo deixado degradar a algozes corruptos dos EUA e da NATO. À violência e arbitrariedade, sem dúvida reais, dos potentados de crise e dos príncipes do terror não é contraposto o direito, mas a violação do mesmo, e com ela também a violência e a arbitrariedade. O imperialismo democrático encontra-se tanto jurídica como moralmente ao mesmo nível que os criminosos de guerra e terroristas, sendo os actos violentos que pratica testemunhos disso mesmo.

Por outro lado, e formalmente em contradição, mas substancialmente de acordo com a instalação do tribunal fantoche internacional em Haia, os EUA recusam categoricamente elevar o estatuto do tribunal à categoria de um Tribunal Penal Internacional (TPI) de carácter permanente, perante o qual, em termos jurídicos, também eles próprios, os seus governos, oficiais e soldados poderiam ser obrigados a responder. Foi por grande maioria que a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou, em Maio de 2002, uma resolução “em que é rejeitado qualquer apoio financeiro a dar a um tribunal permanente da ONU para crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Para além disso, o Governo dos Estados Unidos fica proibido de auxiliar o tribunal nas suas investigações. A ideia de que alguém queira expor soldados americanos aos caprichos da comunidade internacional (!) é algo que lhe é insuportável, disse o presidente republicano da Câmara dos Representantes, Tom DeLay” (*Neue Zürcher Zeitung*, 11.5.2002).

Por outras palavras: o tribunal fantoche da democracia mundial deve apenas existir caso a caso, contra regimes e chefes de Estado caídos em desgraça e contra os respectivos criminosos de guerra, consoante a necessidade de legitimação das potências dominantes e o bel-prazer dos EUA, mas não como tribunal internacional permanente, de acordo com regras vinculativas para todos. Os EUA comportam-se como o califa que pode mandar decapitar quem quer e lhe apetece, sem que ele próprio esteja sujeito à ameaça que representa para os outros.

Evidentemente, aqui se afirma de novo a contradição insanável entre o particularismo e o universalismo, entre a pretensão de um “tribunal mundial” e a pretensão de uma “soberania nacional” absoluta. Mas o posicionamento dos EUA vai, nesse ponto, muito além do mero manobrar desta relação contraditória. Trata-se da ruptura imanente com a “vontade geral” enquanto tal, ou seja, com essa universalidade abstracta que está na base de todo o direito moderno, mas que simplesmente não pode ser estabelecida no plano mundial. Um direito legal que rejeita expressamente a validade universal já não o é no sentido da moderna forma do direito, sem que, por outro lado, se tenha tornado possível qualquer recurso a relações jurídicas pré-modernas. Trata-se, portanto, da não-forma de uma absoluta ausência de direito, de uma qualidade de “anomia ao mais alto nível”, que nunca foi possível sob o mando de califas e imperadores divinos.

Os factos são tão claros e evidentes que o comportamento da administração dos Estados Unidos deveria ter provocado uma tempestade de indignação entre todos os moralizadores ideólogos, políticos e jornalistas que foram capazes de se insurgir contra as malfetorias de Milosevic ou de Saddam Hussein, e que levem mesmo apenas meio a sério a sua própria maneira de lidar com a crise, alegando a necessidade de uma “intervenção humanitária” e de uma “guerra justa”. Em vez disso houve e continua a haver apenas um discurso de relativização sem qualquer consistência, em que, no que diz respeito ao tribunal penal internacional, a ruptura da posição dos Estados Unidos, não com este ou aquele conteúdo do direito, mas com a forma do direito enquanto tal, apenas é

referida de modo sumamente críptico, prudente e acautelado por todo o tipo de “compreensão” – um procedimento algo semelhante ao adoptado perante os desmandos praticados pelos *killer kids* democráticos racistas, só que não vindo de cima com ar condescendente, mas vindo de baixo com “compreensão” encolhida. Como cães que uivam enquanto olham de soslaio a matraca na mão do dono, os chefes de governo dos Estados europeus subalternos da NATO e a imprensa liberal apenas a medo se declaram “preocupados” com um comportamento dos EUA que, no fundo, de acordo com o seu próprio entendimento, apenas poderia ser designado como monstruosidade.

Pelos vistos, o discurso oficial encontra-se numa linha descendente de anomização democrática galopante, em que já não se pode parar. Herfried Münkler descreve este processo de um modo peculiarmente positivista, uma vez mais como se não fossem os seus próprios guardiões a abalar as bases do sistema mundial existente: “Enquanto os europeus ainda tentam continuar a desenvolver o direito internacional existente e adaptá-lo às constelações alteradas da política mundial, os americanos começaram a abandoná-lo gradualmente. O seu abandono da participação numa justiça internacional para punir crimes de guerra é um indicador disso mesmo [...]. A via europeia é a tentativa de reconstituir os pressupostos mínimos indispensáveis de uma política simétrica, ao passo que a via americana adoptou o rumo da assimetria. Os europeus tentam estabilizar o fragilizado edifício de um direito internacional nascido na Europa com uma quantidade de medidas reparadoras; os americanos, pelo contrário, tendem a ser da opinião de que o edifício já não pode ser salvo [...]. Se os EUA seguirem a via pela qual enveredaram, provavelmente atacarão o Iraque, que ainda em 1991 deixaram continuar a existir, tendo em conta os efeitos estabilizadores da sua existência como Estado na região. Será essa a estocada final para o direito internacional actual. Um outro direito internacional tomará então provavelmente o seu lugar. Não será um direito acordado entre partes em princípio iguais, mas, como o demonstra o retorno do conceito de guerra justa, será profundamente assimétrico [...]” (Münkler 2002).

Münkler não só dá a entender que a “posição europeia” é apenas conservadora, retrógrada e, ao fim e ao cabo, sem perspectiva, além de ser, de qualquer modo, subalterna e totalmente destituída de poder, mas também aceita a posição americana de modo antecipadamente afirmativo como aquela que provavelmente irá impor-se de forma inevitável: é assim que se passarão as coisas, não há volta a dar. Ao mesmo tempo pratica sistematicamente uma falsa desdramatização, e faz de conta que se trata apenas de alguma diferença estratégica que poderá ser resolvida de um modo ou de outro, pertencendo evidentemente a última palavra aos EUA com o seu peso esmagador na economia mundial, que, nem que seja por isso, hão-de indicar o “caminho certo”. A habituação intelectual ao poder do fáctico, no terreno supostamente eterno da ontologia capitalista, parece causar cegueira. O que Münkler parafraseia eufemisticamente como diferença entre “simetria” e “assimetria” no direito constitucional e internacional é, em boa verdade, uma diferença entre ser e não ser: não é o caminho para “outro direito internacional”, mas o colapso do direito internacional, e mesmo do moderno princípio do direito enquanto tal.

Já não se trata aqui de uma mera “assimetria”, no sentido de desequilíbrios de poder entre Estados, o que certamente não seria nada de novo, mas sim do fim da capacidade contratual e das relações contratuais enquanto tais. Com efeito, não se pode firmar um tratado com uma estrutura como a Al-Qaeda, tal como não se pode fazê-lo com atiradores tresloucados e bombistas suicidas, uma vez que já não se trata de sujeitos de direito. Ainda assim, estes pós-sujeitos anómicos representam o momento constitutivo de todo o direito e especialmente de todo o direito moderno, a saber, a violência que, na dissolução da forma do direito, deixa de ter limites. A assimetria na relação entre a subjectividade jurídica e a violência anómica dá lugar à assimetria na relação entre os próprios sujeitos de direito que, deste modo, já deixaram de o ser. A incapacidade contratual relativamente à Al-Qaeda converte-se na incapacidade contratual generalizada dos EUA e do imperialismo global ideal, relativamente à comunidade dos Estados e no seu próprio interior.

O facto de este desenvolvimento escarnecer de toda e qualquer sistematização do direito remete para o colapso em curso das relações de reprodução social subjacentes às relações jurídicas. Certamente há toda uma série de graus de mediação entre a “superfluidade” socioeconómica de crescentes partes da população mundial, os processos de globalização negativa, o lúgubre

espectáculo de terroristas fantasmas da crise e o acabar com a forma do direito. Mas, como a moderna forma do direito se encontra vinculada ao sistema fetichista do trabalho abstracto e da valorização do valor, e a subjectividade jurídica de qualquer modo apenas pode ser um momento secundário da subjectividade do trabalho e da valorização, tem de se extinguir juntamente com esta.

O fim da moderna forma do direito e a ideologia da “legitimidade”

Onde já não se pode firmar contratos de trabalho, acaba por já não se poder firmar contratos nenhuns. Este estado de coisas não se verifica somente depois de o último trabalhador ter perdido o emprego, mas já num estágio muito anterior da crise mundial, com uma parte suficientemente grande dos membros da sociedade a ser colocada fora de circulação e os restantes a verem-se também postos numa relação anómica. Em primeiro lugar, um tal estado de coisas generaliza-se no plano do direito constitucional e internacional. Ao colocarem-se numa relação assimétrica com o resto do mundo no plano do direito, para dominarem os elusivos poderes anómicos que o seu próprio sistema de crise global produziu, os próprios EUA tornam-se a ponta de lança da desjuridicização global.

Reconhecido isto, pode-se chegar à conclusão crítica e emancipatória de que a forma burguesa do direito, juntamente com as estruturas do mercado e do Estado, devem ser substituídas por outro modo de organizar as relações reprodutivas à escala planetária, que já não necessite da expressão jurídica de uma forma de fetiche; ou então toma-se abertamente o lado da violência anómica, desde que seja a oficial, ocidental e com a chancela do imperialismo global. Entre estas duas alternativas, nada mais é possível. Todo o moinho de palavras de direito internacional, comunidade dos Estados, direitos humanos, Estado de direito, etc. se desfaz em fumo, porque a forma de reprodução socioeconómica subjacente se tornou insustentável.

Nos ideólogos democráticos, esta tendência vai-se tornando tanto mais nítida, quanto mais dogmática e irreflectidamente estiverem fixados no sistema mundial vigente e ontologizarem este contexto formal. As contradições já só podem ser resolvidas celebrando abertamente a quebra violenta do direito pelo “lado certo”. O especialista em direito constitucional Ulrich K. Preuss que, com a sua ladainha bíblica sobre o 11 de Setembro, já não se submete aos constrangimentos da norma, forneceu uma argumentação a este propósito. Preuss, há décadas um arauto da ilusão jurídica da esquerda liberal, fez recentemente a surpreendente descoberta de que nem sempre podemos andar por aí com o código debaixo do braço. Apercebe-se de que, pelo menos, as intervenções no Kosovo e no Afeganistão já não podem ser justificadas com recurso a critérios jurídicos, mas, como democrata inveterado e partidário fanático da ideologia iluminista, não pode senão concordar de todo o coração com todas estas intervenções, incluindo os danos colaterais.

O fetichista burguês do direito, que habitualmente transborda de redutores conceitos jurídicos de direitos humanos, de direito constitucional e de direito do cidadão, que abstraem cegamente da constituição formal do direito pelo moderno sistema produtor de mercadorias, vê-se por isso compelido a passar a adoptar uma interpretação decisionista: em sua opinião, devido ao seu conteúdo justificável, apesar da violação do direito, a chuva de bombas da máquina militar dos Estados Unidos foi “algo como um híbrido entre a autodefesa legítima, a execução forçada de um hipotético mandado de captura contra Bin Laden e uma intervenção humanitária para libertar o país do funesto regime dos talibãs” (Preuss 2002, p. 71).

Se isto fosse verdade, então as vítimas do golpe militar do Chile de 1973 (de resto, ocorrido num 11 de Setembro) e da ditadura de horror que se seguiu teriam todo o direito de bombardear Washington e qualquer outra parte dos EUA, porque o governo dos EUA pode ser considerado o *spiritus rector* deste golpe de Estado; de igual modo, a polícia teria em todo o lado autorização para deixar em escombros bairros inteiros quando anda à procura de criminosos em fuga; e, de um modo geral, mais ou menos qualquer país poderia intervir em qualquer outro, visto o termo “funesto regime” se caracterizar por alguma elasticidade. Isto, como é evidente, sem falar no pormenor de terem sido os

EUA quem anteriormente criara as condições para que esse mesmo “funesto regime” se instalasse no poder.

No fim de contas, porém, todos eles são “funestos” de uma maneira ou de outra, não em último lugar as próprias democracias do imperialismo da segurança e da exclusão; e, antes de todos os outros, pode referir-se o regime vigente nos EUA, pois onde haveria de ser mais urgentemente necessária uma intervenção humanitária do que num país que encarcerou vários milhões dos seus próprios cidadãos em condições indignas de seres humanos, frequentemente por pequenos delitos, entregando-os à mercê de uma “indústria penal” que manda executar menores e doentes mentais, transmitindo tais acontecimentos na televisão, só para dar alguns exemplos?

O arquiurista Preuss não tem problema em abrir mão da legalidade a favor do que designa por “legitimidade”. Sem olhar ao conteúdo na realidade pouco apetitoso dessa legitimidade, já não há nenhum sistema de direito que consiga enquadrá-la no campo da legalidade. Por isso, Preuss “decide”: “Foi necessário, para além da forte indignação moral com a monstruosidade do crime do 11 de Setembro, o desafio muito imediato ao interesse nacional para fazer os EUA enveredar pela ‘via directa’ da violência militar na luta contra o terrorismo e, porque não, também para a libertação do Afeganistão de um regime infame. Ainda temos de ir um pouco mais adiante: podemos mesmo supor que os motivos humanitários e cosmopolitas, no sentido de se tornar o mundo melhor no seu conjunto, tenham sido perfeitamente insignificantes neste contexto. Mas é precisamente esse o amargo ensinamento que temos de retirar: foram necessários o interesse nu e cru dos EUA e a indignação moral espontânea dos seus cidadãos para ajudar à vitória da razão e da justiça” (Preuss, *ibidem*, p. 81s.).

Ou seja, falando abertamente: viva o linchamento global, tanto mais que goza de uma sólida tradição no próprio país de Deus. Ou, por outras palavras: está justificado tudo o que os EUA pensem que lhes seja útil: a “razão e a justiça” coincidem com a “indignação moral espontânea” de sujeitos da concorrência sedentos de vingança e cheios de agressividade, se estes por acaso tiverem à mão a maior máquina militar da história universal. Ou, de forma ainda mais sucinta: o direito é a “indignação moral” do mais forte; em última instância: violência é direito. Com o que Preuss realmente tirou a raiz quadrada do direito, indo parar ao mesmo sítio que Carl Schmitt, o demónio do Direito que reduziu logicamente o direito ao poder sobre o estado de excepção. Não por acaso uma monografia sobre o desenvolvimento da filosofia do direito de Schmitt traz o título “A legitimidade contra a legalidade” (Hofmann 1964).

E, uma vez que a legalidade já lá vai e em todo o caso pouco há a perder, Preuss aproveita para dar luz verde à extinção da vida humana que já se torna de somenos importância pelo facto de não ser uma vida ocidental, branca e esclarecida de membros das “democracias sensíveis do Ocidente” (Preuss, *ibidem*, p. 81): “Ainda assim, nesse processo quase inevitavelmente são mortos e prejudicados também, e provavelmente até em primeira linha (!), terceiros inocentes [...]. O ser humano nem sempre pode evitar tais trágicos conflitos. Quem acredita chegar ao fim da vida, e mais ainda de uma vida política, com as mãos impecavelmente limpas, é vítima de uma ilusão infantil” (*ibidem*, p. 89).

Assim fala o democrata (provavelmente um insulto nos séculos futuros, para designar uma especial depravação moral e intelectual) que ainda agora se mostrara “perplexo” com o “injusto castigo” infligido a cidadãos dos EUA pelo terror cego, mal consegue sacudir “a primeira paralisia do horror”. Pois aí está, no final, todos os juristas são terríveis juristas.

Preuss, com as suas mãos de criminoso burocrata já não tão impecavelmente limpas, chama a tudo isto um “amargo ensinamento”, talvez porque, como especialista de direito constitucional, sente algum pesar pela perda da ilusão jurídica. Assim, ele foge do reino do direito, nem sequer para o cinismo aberto, mas para ateologia do mal; pois na luta contra o mal já se sabe que todos os meios são lícitos. Uma vez que os actos de terror são “blasfemos” e assim se inserem numa “dimensão religiosa”, a violência da polícia mundial não deve estar sujeita a qualquer limitação jurídica formal. Uma vez chegado à fundamentação teológica, já não há evidentemente nada que o detenha.

O moralista jurídico burguês converte-se necessariamente no arauto da *jihad* democrática. Morte e condenação eterna aos infiéis, aos blasfemos! Onde se faz vista grossa do contexto social condicionante, emerge o tribunal teológico para os hereges. Também para nós, Preuss, o jurista da inquisição democrática, já preparou a fogueira, pois quem não estiver incondicionalmente do lado do “bem” (ou seja: da ocidental comunidade de bombardeiros), apenas pode ser, ele próprio, uma encarnação do “mal” e tem de ser perseguido com toda a força da “legitimidade” e das “indignações morais espontâneas”.

Crimes de guerra democráticos e desjuridicização democrática

Sem pedirem licença ao teologizante especialista de direito constitucional, os EUA libertaram-se, por iniciativa própria, das apertadas amarras jurídicas na luta contra o mal. A rejeição veemente de um tribunal penal internacional de carácter permanente regido por regras vinculativas já tem um motivo concreto na actualidade, pois mal as tropas dos Estados Unidos aterraram no Afeganistão, logo se envolveram em crimes de guerra: “Membros das forças armadas dos EUA são já acusados não só de terem torturado e assassinado talibãs presos, mas também de terem estado envolvidos no desaparecimento de cerca de três mil homens na região de Mazar-e-Sharif” (*Le Monde Diplomatique*, edição alemã, Setembro de 2002).

O escritor e jornalista televisivo britânico Jamie Doran fez um documentário acerca do assunto e recolheu relatos do massacre de presos fechados em contentores: “Um taxista da região tinha-se deslocado a uma bomba de gasolina provisória, junto da estrada nacional. Na altura em que andaram a transportar presos de Kalai Zeini para Sheberghan, quis atestar o depósito do meu carro. Senti um cheiro esquisito e perguntei ao homem da bomba de onde vinha. ‘Olhe um pouco à sua volta’, disse ele. Foi aí que reparei nos três camiões de transporte de contentores. Rios de sangue jorravam dos contentores. Fiquei com os cabelos em pé de tão horrível que aquilo era’ [...]. Quando, no dia seguinte, o taxista estava parado à porta de casa em Sheberghan, presenciou uma cena não menos horrenda: ‘Vi mais três camiões carregados de contentores passarem à frente da minha casa. Dos quais o sangue escorria como se fosse chuva’. Nalguns contentores nem as balas trouxeram aos presos neles encerrados o alívio da morte. A maior parte foi abandonada à sua sorte durante quatro ou cinco dias, até ter morrido por asfixia ou à fome e à sede. Quando finalmente abriram os contentores, já apenas restava dos seus ocupantes uma horrenda massa de urina, sangue, excrementos, vómitos e carne em putrefacção [...]. Quando os contentores estavam alinhados diante da prisão com a sua massa de carne humana, um dos soldados que tinham acompanhado a coluna de veículos ouviu os comandantes da prisão a receberem ordens para destruir imediatamente todas as provas. ‘A maior parte dos contentores trazia furos causados pelas balas. Em cada contentor estavam cerca de 150 a 160 pessoas mortas. Alguns ainda respiravam, mas a maior parte estava morta. Os americanos disseram ao pessoal em Sheberghan para os tirar da cidade antes de serem filmados pelos satélites’. Este depoimento, que remete para uma participação dos EUA, será um ponto decisivo em todas as investigações futuras [...]” (Doran 2002).

Outras testemunhas relataram que dúzias de soldados de “elite” dos EUA participaram nos mais hediondos crimes, torturas e assassínios de presos indefesos, aparentemente enfurecidos pela “indignação moral espontânea” após o 11 de Setembro: “Um soldado refere um incidente em que diz ter visto como outro soldado matou um talibã preso, com o objectivo aparente de obrigar os outros a falarem: ‘Estive como soldado em Sheberghan e vi um soldado americano partir a nuca a um preso. Outra vez regaram um preso com ácido ou coisa parecida. Os americanos faziam o que queriam e lhes apetecia. Não podíamos impedi-los [...] tudo dependia das ordens do comandante americano’. Um general da Aliança do Norte, também presente em Sheberghan na altura, afirma: ‘Fui testemunha. Vi-os a picarem-lhes as pernas, a cortarem-lhes a língua, o cabelo, a barba. Às vezes parecia que o faziam por puro divertimento. Levavam um preso para fora, espancavam-no e traziam-no de volta à prisão. Mas por vezes o preso nem sequer voltava’. Todas as testemunhas do

nosso filme se declararam prontas a comparecer perante uma comissão de investigação internacional, ou num processo judicial, se com base nos seus depoimentos algo de semelhante viesse a existir. E, se houvesse ocasião para tal, também identificariam os membros das forças armadas dos Estados Unidos envolvidos” (Doran, *ibidem*).

Até à data, estas acusações passaram em silêncio na maior parte da imprensa ocidental e foram bloqueadas pelos aparelhos imperiais. Repare-se, com respeito a esta ausência de escândalo, na diferença relativamente aos horrores, tanto verdadeiros como inventados, imputados ao exército de Milosevic no Kosovo ou aos sérvios na famosa Srebrenica. Pelos vistos, existem dois tipos de horrores: os dos infieis, guiados pela “blasfémia”, e os perpetrados por aqueles que estão do lado certo da “razão e justiça”, guiados pela “indignação moral espontânea”. Se apenas uma parte das acusações contra as tropas dos Estados Unidos no Afeganistão provasse ser verdadeira (neste caso, a vontade de apurar a verdade deverá ser igual a zero), isso lançaria uma luz intensa sobre o modo como aqui “se defende a civilização”, quando até uma quantidade de membros da Aliança do Norte, eles próprios saqueadores asselvajados movidos pelo ódio e pela vingança, ficam horrorizados com os actos da soldadesca dos Estados Unidos. Pois se a “civilização” capitalista já superou todos os “selvagens” em brutalidade, por que haveria agora de ser mais comedida na sua decadência global?

Também o tratamento dos soldados talibãs e da Al-Quaeda presos, que foram internados pelos EUA às centenas na base extraterritorial da Força Aérea em Guantánamo, Cuba, para serem “interrogados”, segue a mesma linha do comportamento anómico. Os presos, anestesiados durante o transporte aéreo, são tratados de um modo que desafia qualquer descrição: “Mal o avião aterra, os presos são levados a descer a rampa de carregamento. Trazem vestidos fatos-macaco e bonés cor de laranja fluorescente para que se distinga qualquer movimento. Têm as mãos presas por algemas, os pés por correntes. As caras estão cobertas por grandes óculos de protecção tapados com fita autocolante preta. Puseram-lhes na cabeça protectores auditivos do género dos utilizados pelo pessoal de terra nas placas dos aeroportos. Calçaram-lhes luvas. Sendo assim, estão praticamente cegos, surdos e incapazes de tactear. A base parece um estaleiro. As jaulas em que os presos são mantidos têm chão de cimento. Medem 2,40 por 1,80 metros. Os telhados são de chapa ondulada. As ‘paredes’ são formadas por pilares metálicos ligados por rede de arame [...]” (Schwelien 2002).

Protestos de Amnistia Internacional, de outras organizações de defesa dos direitos humanos dos Estados Unidos e de deputados do Parlamento inglês contra a manutenção em jaulas dos presos – que, depois do transporte aéreo, tinham de se ajoelhar de cabeça coberta e acorrentados diante dos seus guardas – foram rejeitados. Mas é sobretudo o estatuto jurídico dos presos que caracteriza a relação anómica: já não existe. Por um lado, não têm o estatuto dos criminosos que são julgados por um tribunal regular de um Estado. Não se encontram no Afeganistão, se esquecermos um pouco o facto de aí já não existir uma justiça institucional que funcione; além disso, os combatentes da Al-Quaeda de qualquer modo já não pertencem a Estado nenhum. Como combatentes vindos do Afeganistão, também não podem ser postos perante um tribunal regular dos Estados Unidos. Por outro lado, o Governo dos Estados Unidos tem recusado categoricamente reconhecê-los como prisioneiros de guerra, o que lhes permitiria gozarem da protecção da Convenção de Genebra.

Na “luta contra o terror”, prevista para durar anos, ou mesmo décadas, o Estado da última potência mundial cai também neste aspecto num regime pré-legal. Tal como os refugiados ilegais, na terra de ninguém dos espaços de detenção de aeroportos ou fronteiras, na sua qualidade de não-pessoas jurídicas, já se encontram sujeitos apenas a um tratamento puramente administrativo, sem um estatuto jurídico próprio na relação com esse tratamento, esse não-estatuto prolonga-se aqui de maneira agravada para os presos da guerra contra o terror. Desaparecem nos acampamentos militares, onde, fora de qualquer controlo, podem ser submetidos a qualquer sevícia ou tortura, ou são julgados e condenados sem qualquer base jurídica por tribunais militares. Esta justiça descontrolada de pura vingança já não é justiça nenhuma. Também neste plano, o mundo capitalista oficial se aproxima do pseudo-arcaísmo dos senhores da guerra e dos fundamentalistas religiosos – e tudo isto com a gentil licença de um especialista de direito constitucional liberal de esquerda alemão que se tornou teólogo da anomia democrática.

Nos protectorados da NATO na antiga Jugoslávia, onde, ao mesmo tempo, com a generosa ajuda do poder anómico da democracia mundial, se pretende construir “instituições de um Estado de direito”, estas já começam a desmoronar-se sob a pressão da “luta contra o terror” antes de terem sequer começado a funcionar: “Devia proclamar-se o direito na Bósnia – era essa a mensagem do Ocidente. Agora o direito foi proclamado na Bósnia. Na sexta-feira passada, um tribunal libertou seis árabes suspeitos de colaborarem com a Al-Quaeda. As provas não eram suficientes para manter na prisão estes homens que estavam presos desde o mês de Outubro. Embora as autoridades dos Estados Unidos dissessem que dispunham das provas, não queriam entregá-las ao tribunal em Sarajevo. Perante tal situação, os juízes fizeram a única coisa possível: libertaram os seis árabes. Ainda assim, poucas horas depois, os suspeitos foram capturados. Soldados dos EUA tinham-nos apanhado e provavelmente enviado de avião para Guantánamo. Em Sarajevo, centenas de pessoas protestaram contra este modo de proceder. Mesmo a autoridade jurídica suprema do país, a Câmara dos Direitos Humanos, protestou. Não serviu de nada. As autoridades bósnias fecharam os dois olhos perante este duvidoso modo de proceder. Colocadas perante a escolha entre o direito e o poder, decidiram-se pelo poder” (Ladurner 2002). Como autoridades de um protectorado dependente, sob ocupação militar, não deverão ter tido outra escolha.

O anómico imperialismo da segurança voltado para o interior

Onde a forma do direito, cuja base social se tornou obsoleta, tenha sido acometida por um foco anómico, as metástases também se espalham necessariamente no restante tecido jurídico. Este processo, em que o colapso externo das relações jurídicas se propaga para o interior, manifesta-se primeiramente sob a forma de uma crescente incidência de um direito de excepção ou de estado de necessidade. A sociedade é coberta de uma pretensa rede de segurança que não traz qualquer segurança contra o terror, mas, nas relações quotidianas dos cidadãos, torna manifesto o núcleo repressivo do direito, pondo-o em evidência sob a forma da arbitrariedade burocrática. Nos EUA, o choque do 11 de Setembro deu origem a uma dinâmica própria dos aparelhos do Estado e da justiça que desmente o Estado de direito positivamente ideologizado – e logo numa pátria da liberdade ocidental.

A contaminação anómica das relações jurídicas parece propagar-se em avalanche: “Estrangeiros que de algum modo se cruzaram com os autores dos atentados quase que se encontram [...] fora da lei. ‘Quando decido que é no interesse da segurança nacional do nosso grande país fazê-los desfilar pelos tribunais militares’, suspirou Bush, ‘é isso que vamos fazer.’ Para tal se preparam tribunais onde a obrigatoriedade de apresentar provas é restringida e onde a pena de morte pode ser imposta com uma maioria de dois terços. O impensável torna-se pensável: um suspeito poderá ser injectado com a seringa de veneno após um curto processo, sem que o público fique a saber alguma coisa da acusação ou das provas [...]. Um cenário teórico? Nem por isso – brevemente a justiça em forma de julgamento sumário poderá ser posta em prática: entre os 600 estrangeiros que estão em prisões americanas no contexto do 11 de Setembro, segundo o procurador-geral Ashcroft, também se encontram membros da Al-Quaeda. Disse que ninguém o podia obrigar a divulgar os seus nomes – algo até à data inimaginável no Estado de direito que são os EUA. Há poucos dias, os estrategos da América baptizaram a guerra contra o terror do presidente como operação ‘Justiça Infinita’. Mas, desde o 11 de Setembro, o presidente Bush e o procurador-geral Ashcroft deitaram borda fora princípios importantes das tradições jurídicas americanas com ordens e mais ordens administrativas. Como que apanhados numa apertada rede de arrasto, foram presos sobretudo imigrantes provenientes do Médio Oriente e da Ásia Central sob pretextos que por vezes muito pouco claros – só até 3 de Novembro já eram 1.147 pessoas. O azar podia bater à porta de quase qualquer um que tivesse vindo de uma região do mundo que parecesse errada: o empregado paquistanês de uma bomba de gasolina Mohammed Mubeen, de 28 anos, ficou na mira dos investigadores por, na Florida, ter pedido a prorrogação da sua carta de condução – precisamente vinte e três minutos antes do terrorista Mohammed Atta se ter apresentado na mesma repartição dos serviços de viação. Um

egípcio de 30 anos foi preso, no dia 24 de Setembro, no fim do seu turno da noite de mecânico aeronáutico, por o seu visto ter expirado. Na realidade, são as suas origens no Médio Oriente, a fé muçulmana e o seu infeliz nome o que lhe terão valido uma prolongada estadia na prisão: o homem chama-se Osama. Até 60 ou 70 jovens israelitas ficaram apanhados na rede – quem diz Médio Oriente, diz Médio Oriente: Jaon Schmucl foi preso, juntamente com mais quatro amigos, porque esses jovens de aspecto duvidoso passaram demasiado tempo a tirar fotografias às ruínas do World Trade Center. As prisões aleatórias, fruto de uma grelha interpretativa por demais grosseira, causaram celeuma mesmo entre criminalistas americanos: o antigo vice-director do FBI, Kenneth Walton, diz com sarcasmo que as prisões em massa se deviam aos ensinamentos da ‘Escola Perry Mason’ – prender todos e mais algum, para depois, atrás das grades, extorquir confissões [...]. Esta nova e dúbia prática jurídica foi tornada possível através de um armamento jurídico sem precedentes: o primeiro passo, o USA Patriot Act, que não tem este título por acaso, foi aprovado pela Câmara dos Representantes e pelo Senado com um mínimo de votos contra. Este articulado reduziu as restrições a que estava sujeita a emissão de mandados de busca domiciliária, permitindo sem rodeios as escutas telefónicas, a vigilância da Internet e a interligação de bancos de dados até então separados, como por exemplo os da CIA e do FBI. Outras disposições executivas, formuladas com pouca precisão, concedem às autoridades policiais amplos poderes discricionários. Estrangeiros podem ficar na prisão até meio ano, sem qualquer acusação, se o procurador-geral vislumbrar algum ‘perigo para a segurança nacional’. E John Ashcroft fareja tal perigo por toda a parte [...]. O colunista William Safire, um partidário indefectível do Governo Bush, avisou que, com a instauração de tribunais militares, os EUA tinham assumido ‘plenos poderes ditatoriais’. Em sua opinião, o Executivo arroga-se a faculdade de ser ‘investigador, acusador, juiz, guarda prisional e carrasco’ em simultâneo” (Hoyng 2001).

Já há muito tempo que a desjuridicização, a justiça secreta e a arbitrariedade não visam apenas “estrangeiros suspeitos”, mas igualmente os próprios cidadãos dos Estados Unidos. John Ashcroft, que também é fundamentalista protestante, pregador e fanático activista contra o aborto, e cuja mundividência (muito próxima da do presidente Bush) se assemelha à de um talibã como um ovo se assemelha ao outro, também mobilizou contra alguns milhões de cidadãos dos EUA de fé muçulmana – em paralelo com as acções perpetradas pela população dos protestantes anglo-saxónicos brancos (WASP) que, na rua, toma iniciativas patrióticas à sua maneira: “Cinco assassínios são da conta de patriotas desvairados que, ao passarem de carro, dispararam sobre empregados de bomba de gasolina ou de minimercado ‘com aspecto de árabes’. Quanto mais os mortos, mais os concessionários egípcios ou paquistaneses hasteavam bandeiras americanas de dimensões ainda maiores. Não era apenas sinal da sua fidelidade à América, mas igualmente um apelo: ‘Não atirem, por favor, que não sou terrorista’. Grupos de defesa dos direitos humanos e associações de árabes americanos documentam ainda agressões verbais, janelas partidas à pedrada e chamadas de intimidação recebidas por mesquitas” (Böhm 2001). No “país das suspeitas ilimitadas”, investigadores do FBI visitam os cidadãos de tipo diferente, por exemplo na Nova Jérсия, onde os abusos da população se mantinham dentro de determinados limites: “Em contrapartida, agora, é desde há semanas que, no sector sul da cidade, agentes do FBI tocam às campanhas de portas que têm nomes árabes, paquistaneses ou turcos e dizem procurar um ‘diálogo sem constrangimentos’. A fazermos fé nos registos de memória dos afectados, em regra há dois agentes que inquirem o dono da casa acerca das suas opiniões relativamente a Osama bin Laden e à ‘civilização ocidental’, enquanto outros dois vão com todo o à-vontade dar uma espreitadela nas outras divisões – sem terem sequer descalçado os sapatos” (Böhm 2001).

Os relatos sobre abusos cometidos pelos aparelhos de segurança dos EUA contra cidadãos do próprio país multiplicam-se desde o 11 de Setembro, e o “Patriot Act” baixou o limiar para o controlo e a vigilância de toda a população. O presidente Bush prevê, neste sentido, criar um tão assustador como novo “ministério da segurança interna” com 170 000 funcionários e um orçamento anual de 38 000 milhões de dólares.

O que convém aos EUA, dá evidentemente mais que jeito a um país com a tradição policial da RFA. No âmbito da campanha antiterrorista, de certo modo, “todos os cidadãos são potencialmente

suspeitos”: “Com o seu pacote antiterrorista II, o ministro do interior Schily já não visa apenas autores estrangeiros de crimes violentos, mas põe sob suspeição 82 milhões de cidadãos alemães. Cidadãos sem qualquer antecedente são tratados como criminosos potenciais [...]. Na agitada discussão [...] sobre o que é necessário para lutar contra o terror, já não existem tabus: intervenção do exército federal no interior – por que não? Suprimir a linha que separa a polícia do serviço de informações internas denominado Verfassungsschutz – ‘Defesa da Constituição’ – claro! Um ficheiro nacional de impressões digitais – pode dar muito jeito. Torna-se cada vez mais óbvio quão profundamente os atentados do 11 de Setembro abalaram os alicerces de uma sociedade liberal” (Knaup et al. 2001).

O tom lamechas de tais eflúvios de um jornalismo apenas condicionalmente crítico faz parte da elegia democrática: os factos puros e duros da desjuridicização gradual, que se faz sentir também no interior, são colocados numa relação nostálgica com o estatuto irreversivelmente declinante e obsoleto da moderna relação de violência (soberania), que é invocada como ideal, sem se reflectir sobre as condições da sua dissolução. Tudo deve ficar como está, embora nada volte a ser como foi; e ninguém quer saber ao certo porquê.

McCarthy manda saudades: a caça às bruxas democrática

Mas as vozes que habitualmente invocam os direitos civis, a ordem social liberal (que, em boa verdade, não passa de uma relação de violência coagulada) e os valores democráticos, e que julgam ainda representar um consenso social de base (que de qualquer modo seria apenas ideológico) não só se encontram já em minoria, mas também vão sendo sucessivamente caladas. Depois do 11 de Setembro iniciou-se, nos EUA e em amplas partes do mundo ocidental, uma verdadeira caça às bruxas, à imagem da encenada pelo “caçador de comunistas” de má memória, McCarthy, nos primeiros anos da Guerra Fria; uma espécie de purga levada a cabo sobretudo nos *media*, mas igualmente na esfera política e nas instituições de ensino. Repentina e involuntariamente revela-se o carácter totalitário, agressivo e destrutivo dos “valores ocidentais”, quando, em nome do “liberalismo”, não só se propaga um ambiente de cruzada, mas também se denuncia como “colaboração com o inimigo” qualquer análise que faça transparecer um distanciamento, mesmo cauteloso.

Quem não estiver “alinhado”, mesmo que o deslize não passe de uma crítica ingénua, invocandoprecisamente os “valores ocidentais”, cujo verdadeiro carácter não compreende, tem de contar com a possibilidade de ser considerado herege e de se ver privado da sua existência social como profissional dos *media*: “Peritos dos *mediaregistam* com preocupação uma revisão das normas jornalísticas de cujo estrito cumprimento se orgulhara tanto até essa altura precisamente a imprensa americana. ‘Nos dias que correm, uma pessoa tem de ser muito cautelosa com o modo como se expressa enquanto jornalista, uma vez que todos interpretam tudo de alguma maneira’, diz Robert Lichter, presidente do ‘Center for Media and Public Affairs’ em Washington. ‘Movemo-nos num terreno pantanoso’. A neutralidade na escolha das palavras passa, de repente, por um distanciamento envergonhado dos objectivos de guerra americanos, o cepticismo, por falta de carácter. ‘America first, journalist second’ é o mote propalado pelos representantes do novo patriotismo. O que se pede não é reflexão, mas sim uma inflamada profissão de fé [...]. Uma ‘missão’ é como o apresentador da CNBC Geraldo Rivera, [...] uma estrela no seu ramo, tem ultimamente entendido o seu trabalho. Uma vez que, no seu lugar na emissora financeira, não conseguia satisfazer suficientemente a sua ‘necessidade de vingança’ (!), Rivera rescindiu o contrato de seis milhões para, a partir do dia 19 de Novembro, emitir os seus relatos para a Fox News directamente a partir do Afeganistão – decisão essa que lhe rendeu muita publicidade e palmadinhas nas costas. A repórter da CNN Christiane Amanpour, estimada especialmente na Europa devido ao seu estilo discreto, é insultada no *New York Post*, um dos grandes tablóides dos EUA, como ‘rameira da guerra’ [...]. Basta, por vezes, uma frase descuidada ou uma observação

considerada inadequada para que uma pessoa passe de caçadora de notícias a caçada [...]. Ari Fleischer, porta-voz da Casa Branca, avisou os americanos [...] para ‘terem cuidado com o que dizem’ (!) [...]” (Fleischhauer 2001).

O que está ali a acontecer não é a ruptura com a liberdade e a democracia, mas a autodissolução da liberdade e da democracia nos seus componentes originais de lógica da violência e fanatismo ideológico (originalmente protestante). A consciência intelectual de zona pedonal da democracia de bom tempo, até agora protegida do mundo exterior, pode apenas ficar horrorizada com o desenrolar dos acontecimentos, como aconteceu com a romancista nova-iorquina Francine Prose: “Quase tão chocante como os acontecimentos do 11 de Setembro foi, para nós, a velocidade com que uma sociedade, que muito se orgulhava do seu pluralismo de opiniões e do debate democrático [...] se transformou numa cultura que passou a equiparar, invariavelmente, a diferença de opinião a uma traição. Os poucos intelectuais, críticos sociais e artistas – entre eles Susan Sontag e Wallace Shawn – que ousaram assinalar reservas, por mínimas que fossem, relativamente à nossa política externa, foram difamados pela imprensa conservadora de direita e mesmo pela imprensa moderada” (Prose 2002).

Houve uma série de jornalistas dos Estados Unidos que não “tiveram cuidado com o que diziam” e foram despedidos. Também noutros países houve relatos de repreensões e de agressões conformistas com a guerra, como aconteceu na Grã-Bretanha relativamente a “dissidentes” do grupo parlamentar do Partido Trabalhista: “Colegas do seu próprio grupo parlamentar fazem a vida negra ao deputado do partido trabalhista Paul Marsden, de 33 anos, por este não concordar com uma polémica lei anti-terrorista do governo de Tony Blair [...]. Não há dúvida de que Blair ainda fará passar a lei na Câmara dos Comuns, antes do Natal, sem qualquer problema, mas, segundo as suas palavras, ainda assim, vários deputados alinhados do partido trabalhista apelidaram Marsden, no ‘Strangers Bar’ da Câmara Baixa, de ‘canalha’, empurraram-no e deitaram-lhe as mãos ao pescoço” (*Der Spiegel* 50/2001).

Esta referência à delicadeza inglesa, tal como as notícias sobre o clima de intimidação nos mediados Estados Unidos, dá apenas uma ideia do ambiente de demagogia e suspeição que, desde o 11 de Setembro, se instalou nos países do centro democrático, levando a que qualquer dúvida relativamente à interpretação primária e maniqueísta dos acontecimentos fosse alvo de sanções. No sistema escolar da Alemanha, a mesma obediência preventiva relativamente ao maniqueísmo democrático sedento de vingança foi fatal para toda uma série de professoras e professores que, levados pelo hábito, mais não fizeram do que invocar os rituais democráticos, até há pouco tempo válidos, de “resolução de conflitos”, “educação para a paz”, etc. Em quase todos os Estados federados da RFA ocorreram suspensões do serviço, transferências compulsivas e repreensões porque alguns professores ainda não estavam suficientemente conscientes de que qualquer crítica da NATO e da guerra democrática de ordenamento mundial, proferida no âmbito do habitual circo da consternação, já pode constituir um perigo existencial.

Deste modo, e só para referir um exemplo entre muitos, o professor de uma escola de Siegen, Bernhard Nolz, foi suspenso por, depois do 11 de Setembro, ter posto em questão a política dos EUA em relação à ONU: “Bernhard Nolz foi acusado de falta de preocupação. Isto apesar de este, a pedido do Município, ainda recentemente ter colocado o livro oficial de condolências na Internet. A representação dos estudantes distanciou-se de Nolz. A CDU, na figura do seu deputado no Parlamento Federal, Paul Breuer, exigia: ‘Este senhor deveria ser expulso do ensino público’. Breuer chegou até a declarar [...] que existia uma ‘lúgubre aliança com os terroristas’ [...]. O reitor da escola, Walter Karbach, detectara ‘tendências anti-americanas de gosto duvidoso’ e suspendeu Nolz por ‘perturbação da paz escolar’. E o chefe do distrito de Arnsberg desencadeou uma investigação disciplinar” (Ver.di Publik, Fevereiro de 2002).

Evidentemente que o diagnóstico empírico de uma caça às bruxas necessita de uma interpretação que tenha em linha de conta o complexo global da crise mundial e do processo de dissolução da soberania. Os pormenores da pressão administrativa, da censura, da difamação e da denúncia só aparecem de modo aleatório e parcial no espaço público, cuja situação de dependência do mercado, que já em si constitui um ataque à capacidade de proporcionar um debate sério sobre os problemas

da sociedade, começa agora a ficar cada vez mais carregada com propaganda de agitação primitiva, ela própria já pós-política.

Poderá a tortura ser pecado?

A qualidade moral e civilizacional da tendência após o 11 de Setembro torna-se evidente quando, no que diz respeito ao “tratamento” a dar ao intangível e incompreensível terrorismo, já se “discutem”, com toda a abertura do raciocínio democrático, desassombadamente e sem qualquer escândalo, temas cujo carácter inumano e bárbaro ainda há pouco tempo teria horrorizado qualquer pessoa.

O precursor foi a revista militar dos EUA *Soldier of Fortune* (SoF), editada pelo antigo coronel e veterano do Vietname Robert K. Brown: “Alguns dos temas lançados pela ‘SoF’ já são debatidos nos grandes *media*. Assim, Brown entrevistou um antigo general francês que, nos anos cinquenta, tinha torturado argelinos em África, sobre a questão: ‘Poderá a tortura evitar o terrorismo?’. De acordo com um relato do *New York Times*, e para o horror de organizações de defesa dos direitos humanos como a Amnistia Internacional, entretanto também se debruçaram sobre o tema da legitimidade da tortura o *Wall Street Journal* num comentário, a *Newsweek* numa coluna de opinião, assim como os grandes canais televisivos Fox News e CNN” (*Wirtschaftswoche* 46/2001). “Chegou a altura de reflectir sobre a tortura” foi o título dado pela *Newsweek* ao artigo sobre o tema (Fleischhauer 2001).

Não deixa de ser coerente que à tabuização da crítica da substância dos “valores ocidentais” e à incriminação de problematizações mesmo inocuamente imanentes corresponda o debate sobre a legitimidade democrática da tortura. Afinal era a esse ponto que já há algum tempo, e para horror das forças seculares, liberais e de esquerda, tinham chegado as franjas de extrema-direita do Bloco Likud e os ultra-ortodoxos em Israel.

É a assimilação moral e mesmo já factual às práticas precisamente da mesma barbárie que, por outro lado, é proclamada como o novo inimigo mundial. Nada poderia documentar melhor o facto de este inimigo mundial ser carne da própria carne da democracia. A população racista, tal como os partidários políticos e mediáticos da linha dura da guerra de ordenamento mundial, da cruzada, da desjuridicização e da privatização da violência não constituem nenhum paradoxo ideológico, antes decompõem a democracia de bom tempo do pós-guerra nos seus verdadeiros componentes; tornam visível o mecanismo de relógio da soberania enquanto o destroem, e destroem-no enquanto se esforçam militantemente por mantê-lo em funcionamento.

A lógica do estado de excepção

Neste ponto é necessário submeter este mecanismo de relógio, a sua lógica e a sua origem a um novo exame, desta feita mais acurado. O conceito-chave para isso é o de estado de excepção. Como é sabido, o terrível jurista Carl Schmitt, um dos pensadores mais lúcidos e simultaneamente mais malignos da “ideologia alemã” no século XX, há muito que tem andado a atormentar os pregadores democráticos da liberdade, pelo facto de colocar esse conceito no centro do debate entre os especialistas do direito constitucional, nele insistindo impiedosamente. Na sua obra com o significativo título de *Politische Theologie* [Teologia Política] encontra-se a célebre e famigerada definição de toda a soberania moderna, incluindo, portanto, também da democracia: “Soberano é quem decide sobre o estado de excepção. Só esta definição pode adequar-se ao conceito de soberania, enquanto conceito-limite. Pois conceito-limite não significa um conceito confuso, como acontece na terminologia pouco límpida da literatura popular, mas um conceito da esfera extrema.

A isso corresponde dizer que a sua definição não pode basear-se num caso normal, mas sim num caso-limite” (Schmitt 1985/1922, 11).

Ao dizer isto, Schmitt refere dois pontos decisivos, que podem ser trazidos a terreiro contra a autocompreensão do Estado de direito liberal em termos do positivismo jurídico, como a preconizada no seu tempo pelo teórico do direito de orientação social-democrata Hans Kelsen, à qual hoje voltam a referir-se significativamente posições como as de Hardt/Negri, e que, de um modo geral, entrou no senso comum de toda a ilusão jurídica. Por um lado, Schmitt invoca um velho problema de toda a teoria jurídica e constitucional, a saber, o problema da constituição: o quadro constitutivo do direito não pode ter vindo ao mundo, ele próprio, pela via do positivismo jurídico, mas unicamente por uma “decisão”, que não assenta na verdade e na objectividade, mas na vontade, na autoridade e, no fim de contas, na violência: “*Auctoritas, non veritas facit legem*” (Schmitt, *ibidem*, p. 66).

Por outro lado, este problema constitutivo permanece continuamente latente na constituição e em qualquer base jurídica, podendo voltar a evidenciar-se de modo manifesto, a saber, precisamente sob a forma do estado de excepção. De acordo com Schmitt, o estado de excepção constitui a verdade autêntica de toda a constituição e de todo o direito. De acordo com o seu conceito, é a supressão da constituição no terreno da própria constituição, ou seja, a manifestação da base verdadeiramente autoritária e que consiste no poder decisório puro, que é ignorada pela doutrina liberal do Estado de direito. Neste sentido, Schmitt conseguiu levar a sua teoria a uma eficácia histórica prática, na medida em que, no seu livro *Die Diktatur* [A Ditadura] (Schmitt 1961, primeira edição 1921) deu a interpretação decisiva ao correspondente artigo 48 da Constituição de Weimar, estabelecendo assim o quadro de interpretação jurídica para a tomada do poder por Hitler.

Afinal, e como é sabido, os nazis chegaram ao poder por eleições democráticas, legalmente e através de uma cadeia de decisões nos termos do direito positivo. É um facto que, na altura da crise económica mundial, exerceram, à semelhança de outros partidos, a violência terrorista de rua, com recurso a uma organização paramilitar, no caso a SA. Mas, de facto, não chegaram ao poder através de um golpe de Estado; não mandaram dispersar nenhum parlamento com recurso à violência armada, mas fizeram-se “empossar” nos termos do direito positivo (com os votos dos deputados cristãos e liberais!). Todas as medidas ulteriores puderam então desenrolar-se no invólucro do direito positivo.

Esta circunstância foi desde sempre tão desagradável aos apologistas da democracia e positivistas do direito que tentaram negá-la. A obra clássica a este respeito é o livro de Ernst Fraenkel *Der Doppelstaat* [O Duplo Estado] (Fraenkel 2001/1940). A argumentação é dupla. Por um lado refere-se à constituição do regime nazi, por outro, à sua prática jurídica.

Relativamente à constituição, Fraenkel afirma simplesmente que a legalidade da tomada de poder pelos nazis é uma “lenda”, que se tratou de um “golpe de Estado”. No entanto, esse conceito tem de ser despido de todos os seus atributos (modo de proceder violento, quebra da ordem formal, etc.) para o “salvar” para a apologética democrática. Em termos substanciais, a argumentação de Fraenkel cinge-se ao horizonte temporal do estado de excepção, que ele admite que tenha podido produzir-se de modo formalmente correcto, com base na constituição de Weimar: “Depois de providos de todas as prerrogativas do poder inerentes ao estado de excepção civil, os nacional-socialistas dispunham dos meios para transformarem a ditadura transitória constitucional (visando a reposição da ordem pública perturbada) na ditadura permanente inconstitucional (para constituir o Estado nacional-socialista, com as prerrogativas de uma soberania ilimitada)” (Fraenkel, *ibidem*, p. 56).

Este argumento é fraco. Na realidade não dá nenhuma definição clara relativamente à diferença entre “transitória” e “permanente”; esta é uma questão de discricionariedade que, em termos formais, não deixa de estar ainda situada no âmbito do conceito do estado de excepção. O verdadeiro problema é precisamente a pura e simples existência formal do estado de excepção no quadro legal, isto é, a possibilidade da “ditadura constitucional” enquanto tal, facto do qual Fraenkel se esquiva envergonhadamente. E, em termos de conteúdo, é evidentemente a questão de

saber o que, em última análise, se deve entender por “ordem pública” e pela sua “perturbação”, como tudo isso se determina, etc. O verdadeiro problema, tanto formal como em termos de conteúdo, do estado de excepção, que remete para a essência e para o núcleo da democracia, isto é, para a essência e para o núcleo da “soberania”, é ignorado por Fraenkel, precisamente da mesma maneira como Schmitt o trouxe impiedosamente à luz. A reflexão democrática permanece sempre secundária, enquanto o apriorismo constitutivo é escamoteado.

No que diz respeito à prática jurídica do regime nazi, depois de este se ter instalado, a argumentação de Fraenkel não é nada melhor. Na opinião de Fraenkel, teria sido um “Estado duplo”, na medida em que, no plano do direito civil, tudo teria seguido nos termos do direito positivo, no sentido de um “Estado de normas”, ao passo que, no “sector político”, teria reinado o arbítrio puro e simples de um anómico “Estado de medidas”. No contexto deste “Estado de medidas”, a seu ver, “dentro deste sector, o poder do Estado não é manejado de acordo com os parâmetros do direito, com o objectivo da realização da justiça [...]” (Fraenkel, *ibidem*, p. 55).

Este argumento quase chega a ser ingénuo e, além disso, é falso. Em primeiro lugar, a norma jurídica, evidentemente, nunca é absoluta, tendo antes de deixar um “espaço de manobra para medidas” no caso concreto (uma margem de discricionariedade). O “Estado de normas” e o “Estado de medidas” não são uma oposição de contrários, mas as duas faces da mesma moeda. Assim sendo, o elemento de “arbítrio” está contido na própria norma jurídica; já está contido, de resto, no carácter excludor do direito enquanto tal. Esta circunstância lógica remete simplesmente para o carácter dominador de todo o direito, ou seja, para o carácter fetichista da forma de sociedade subjacente, que exige a submissão a um tipo irracional de relacionamento e que, assim, é já por si uma relação de coacção.

Em segundo lugar, Fraenkel não tem o direito de, a coberto do conceito moral de “justiça”, introduzir um critério como que de conteúdos, sobre cuja definição e derivação fica necessariamente a dever explicações. Na sua essência, todo o direito é puramente formal. Aí está uma coisa que Fraenkel poderia ter aprendido com Kant, o mestre supremo que, como é sabido, rejeita qualquer contaminação de conteúdos na “forma pura apriorística” e faz deste vazio de conteúdos decididamente o fundamento de toda a ética moderna e o fundamento de todo o direito moderno. Mas também é precisamente por isso que a “forma enquanto tal”, estando vazia, pode ser preenchida com quaisquer conteúdos. Não existe nenhum critério formal que possa impedir que o racismo e o anti-semitismo consigam adquirir força de lei. Por outras palavras, até mesmo o assassinio em massa pôde desenrolar-se nos termos do direito positivo. Não é verdade que nesse âmbito tivesse reinado o puro arbítrio subjectivo (a não ser nesse sentido lógico da margem de discricionariedade). Pelo contrário, o aspecto sinistro da máquina assassina dos nazis consistiu precisamente no facto de ter funcionado de modo estritamente normativo, também no sentido jurídico. Também nessa medida, a oposição entre o “Estado de normas” e o “Estado de medidas” é falsa. Os perseguidos pelo nacional-socialismo tinham uma segurança jurídica negativa. O nacional-socialismo não foi contra o direito, mas tornou manifesta a base anómica do direito, o seu pressuposto tácito.

Schmitt pôs à vista de certo modo o calcanhar de Aquiles da doutrina liberal do Estado de direito que, até hoje, se tem esquivado envergonhadamente ao elemento presente em qualquer constituição democrática, o estado de excepção, e aos problemas jurídicos e lógicos a ele objectivamente inerentes. Com isto, no fundo, está dito que o verdadeiro cerne de toda a democracia moderna é a ditadura, e a verdadeira relação de cidadania no Estado da modernidade é, em última instância, uma relação de força. No entanto, Schmitt não põe a descoberto esta verdade inconveniente para chegar a uma crítica emancipatória da cidadania no Estado e da sua relação social formal (capitalista), mas apenas para, pelo contrário, prestar vassalagem à decisão autoritária, ao poder decisório puro como fundamento último de toda a soberania moderna, incluindo também e precisamente a democrática. O teórico do estado de excepção é, ao mesmo tempo, o amante do estado de excepção e o representante intelectual do poder autoritário como posição ontológica.

Schmitt percebe o estado de excepção e, com ele, também o cerne de violência autoritária da democracia como a verdadeira existência positiva da sociedade, como comunidade de luta

existencial da nação mistificada na sangrenta arena internacional. Combate a democracia liberal e o Estado de direito como uma espécie de estado de fraqueza da comunidade de destino nacional que, na sua ideia, obscurece a dimensão existencial do político.

De um modo diametralmente oposto, uma crítica emancipatória radical teria de romper, precisamente por isso, com a democracia liberal e com a doutrina do Estado de direito liberal, porque nessas formas se encontra coagulada uma relação social de violência autoritária, que se torna manifesta no estado de excepção. É uma crítica inconsequente de Schmitt defender, em oposição ao seu pensamento, unicamente o modelo ideológico da democracia liberal, organizada nos moldes do positivismo jurídico, ou seja, nada mais que o estado de agregação coagulada, contra o liquefeito, a relação de violência latente, contra a manifesta – sem se debruçar sobre a essência comum a estas duas formas de manifestação, a substância da soberania e a submissão à lógica da valorização, nem, portanto, sobre a democracia juntamente com o seu estado de excepção.

Esta opção de crítica, que até à data parecia impossível, é sugerida pelo próprio processo pós-moderno de decomposição da soberania e pela obsolescência da própria definição do seu propósito social. Na crise mundial da terceira revolução industrial e da globalização transnacional do capital, já não existe a escolha do mal menor nem a possibilidade de um “patriotismo constitucional” nos termos do positivismo jurídico, como suposto antídoto contra o poder autoritário e a barbárie da violência, uma vez que desaparece a base da transacção entre constituição e Estado de direito, a saber, a coerência entre a “sociedade do trabalho” e a soberania. Na mesma medida em que a perda de substância do sujeito do trabalho e do dinheiro tem por consequência a perda de substância do sujeito do direito e do Estado, o próprio positivismo constitucional e jurídico ostenta os traços do poder autoritário e da barbárie violenta; a democracia converte-se no seu próprio estado de excepção, no qual desvenda a sua verdadeira face.

Sobre a história do estado de excepção

Trata-se de uma diferença qualitativa relativamente à passada história da imposição e ascensão do sistema capitalista. Nos tempos de Carl Schmitt, o estado de excepção ainda estava claramente diferenciado da situação jurídica “normal” e da democracia liberal, e referia-se unicamente ao espaço da soberania nacional. Ao mesmo tempo, eram os profundos abalos sociais das guerras mundiais e da crise económica mundial que tornavam manifesto o estado de excepção, com uma acuidade sem precedentes. Em todo o lado, onde os movimentos sociais e intelectuais contra a guerra e contra as restrições capitalistas brutais no decurso da crise ameaçavam exceder uma massa crítica e romper a suposta lei natural do englobamento de todos os recursos no princípio irracional da valorização, os aparelhos democráticos mostraram as trombas violentas do estado de excepção. Na Alemanha, a República de Weimar foi fundada como produto do estado de excepção, com um baptismo de sangue, e terminou com a tomada de poder pelos nazis, igualmente com os critérios do estado de excepção e em banhos de sangue.

O constructo da “soberania popular” revelou-se na prática uma inverdade fundamental e o disfarce ideológico de um princípio da realidade profundamente repressivo, sob cujos imperativos o indivíduo, enquanto cidadão, apenas constitui uma molécula da soberania quando, em termos socioeconómicos, se entrega incondicionalmente às formas de desenvolvimento do irracional fim em si capitalista, nesse sentido se oprimindo a si próprio.

Onde, na crise, a clivagem se torna demasiado grande e o carácter auto-repressivo da cidadania soberana do Estado democrático esbarra na exclusão social e no aviltamento dos mesmos indivíduos, aí entra em vigor o estado de excepção, sendo a cidadania em grande parte “suspensa”; a soberania desprende-se dos seus supostos portadores moleculares, e apresenta-se como a força autonomizada da forma fetichista que por natureza é. Se o cidadão “soberano” for posto fora de jogo, em primeiro lugar em termos económicos, também será derrubado, administrativa e

policialmente, desta sua soberania para a poeira, independentemente da medida em que tem consciência de como as coisas se encontram ligadas.

Enquanto a história da ascensão, da expansão e do desenvolvimento do capitalismo ainda não se tinha esgotado, o problema do estado de excepção apenas se manifestava nos grandes surtos das crises de imposição e, assim, como uma espécie de suposto princípio contrário às repúblicas burguesas do século XIX e às democracias de massas do século XX. Pela clara diferenciação externa entre “estado normal” (conforme a fase de desenvolvimento: monarquia constitucional, república corporativa ou democracia de massas), por um lado, e “estado de excepção” (a ditadura), por outro, pôde criar-se a ilusão óptica de se tratar de dois *nomoi* fundamentalmente diferentes, de dois princípios políticos opostos da realidade.

E isto tanto mais quanto se tratava por vezes de correntes políticas e posições teóricas irreconciliavelmente inimigas, que representavam os diversos “estados” sociais; somente à social-democracia, após a Primeira Guerra Mundial, ficou reservado desempenhar o papel de “mastim” e de cordeiro pascal democrático, em união pessoal. Afinal a ilusão jurídica do velho movimento operário tinha consistido precisamente em querer converter as categorias socioeconómicas fundamentais da relação de capital, não ultrapassadas e ontologizadas, num “socialismo” de cidadania e de sistema produtor de mercadorias, enquanto forma jurídica.

É precisamente esta dupla inverdade, de querer converter em algo apresentado como completamente diferente a relação social de entrega incondicional ao fetiche da valorização, sem romper com este princípio e justamente na forma de expressão político-jurídica própria dele, que constitui a cegueira da esquerda político-democrática em geral. Em vez de se reconhecer o carácter político-jurídico do Estado de direito, como uma necessária forma secundária de representação da repressão social inerente à relação de capital, a máscara de carácter política e jurídica dos sujeitos do valor é jogada incessantemente contra a máscara de carácter económica, como se se tratasse de existências completamente diferentes; e, como consequência disso, no seio da própria esfera político-jurídica, também se invoca como *nomos* o “estado normal” do Estado de direito democrático, contra o estado de excepção ditatorial, como se fossem substâncias completamente diferentes e irreconciliáveis.

A social-democracia alemã teve de vergar-se à verdadeira identidade quando, na Primeira Guerra Mundial e no final desta se converteu, ela própria, no mastim do estado de excepção; claro que apenas para em seguida continuar a alimentar a velha ilusão jurídica, como se nada tivesse acontecido.

A partir desta oposição aparente, conseguiu-se obscurecer a realidade dos factos, de que é sempre a mesma substância da soberania que se apresenta em dois diferentes estados de agregação, de acordo com a situação social global da dinâmica capitalista. Os representantes do poder decisório autoritário, como Carl Schmitt, mistificaram deste modo o estado de excepção como princípio social da realidade autónomo, por oposição à democracia liberal, embora ele represente apenas o cerne e, simultaneamente, a posição-limite extrema dessa mesma democracia liberal. Inversamente, os ideólogos democráticos, liberais e socialistas escamotearam a lógica interna do estado de excepção, cultivando o seu horror fingido às consequências de um Carl Schmitt, embora, a cada grande surto de crise, eles e os seus antepassados tivessem dado o consentimento tácito ou absolutamente aberto a que a “normalidade” (constitucional, republicana ou democrática) fosse baptizada com sangue.

No período de prosperidade relativamente longo após a Segunda Guerra Mundial, nos centros ocidentais, a soberania parecia ser idêntica à “normalidade” liberal do positivismo jurídico; e, enquanto a lógica do estado de excepção empalidecia, as democracias distanciavam-se ideologicamente das ditaduras da primeira metade do século, fazendo de conta que a sua existência se desenrolava de acordo com um princípio da realidade completamente diferente, finalmente pacificado com recurso à lei e já não prenhe do estado de excepção. O problema lógico e jurídico caiu no esquecimento.

O estado de exceção permanente

Tanto mais drástica é agora a ruptura da mesma democracia e dos seus ideólogos com o seu próprio princípio jurídico e constitucional positivista. Mas esta ruptura já não se apresenta sob a forma do estado de exceção clássico, e ao mesmo tempo já não se circunscreve ao quadro da soberania nacional. A última potência mundial, os EUA, arroga-se o direito de, em parte em nome do “capitalismo global ideal” democrático, em parte por conta do “interesse” da soberania nacional, organizar a seu bel-prazer um tribunal sumário planetário. Como não existe nenhuma verdadeira constituição mundial, a carta da ONU pode ser infringida sem que por isso se tenha de proclamar uma alteração do estado de agregação político; nem mesmo nos próprios Estados Unidos da América, que podem comportar-se deste modo sem suspenderem explicitamente a sua própria Constituição.

O mesmo se aplica aos processos de desjuridicização no plano interno. Os abusos dos aparelhos de segurança e a suspensão de supostos direitos de cidadania ocorrem em zonas cinzentas do próprio positivismo jurídico, sem que por isso o “estado normal” democrático seja oficialmente suprimido. Em lado nenhum nos centros ocidentais foi declarado o estado de necessidade e congelada a constituição. Mas isto apenas quer dizer que o estado de exceção democrático começa a fundir-se com o estado de normalidade democrática. Não ocorre nenhuma mudança de forma externa, não existe nenhuma proclamação do estado de necessidade nos *media*, nenhum recolher obrigatório generalizado, e não há tanques a tomarem posição em pontos estratégicos das cidades; ainda assim, os elementos do estado de exceção alastram.

As investidas e os abusos perpassam a vida quotidiana e o regime jurídico positivo, cujo pressuposto anómico e repressivo assim se revela. Indivíduos são aniquilados na sua existência social em determinados aspectos, como dissidentes ou sujeitos suspeitos, ao passo que, ao mesmo tempo, a oposição pode agir sem restrições; pessoas “ilegais”, que se puseram desagradavelmente em destaque ou que “caíram fora” desaparecem, através de procedimentos largamente destituídos de controlo, em prisões e campos, ao passo que os “normalizados”, seguros de si, ainda litigam com as autoridades em tribunal; uniformizações silenciosas dos *media* são acompanhadas por conflitos violentos nas páginas culturais; tirando algumas acções sangrentas pontuais de forças policiais e especiais, o frenesim “normal” da concorrência e do rendimento prossegue, como se nada fosse; e os feitos sangrentos dos guerreiros de ordenamento mundial na periferia observam-se na televisão, como se de jogos de futebol se tratasse.

O asselvajamento continuado dos aparelhos à solta, as quebras do direito em todos os planos e a mafiosização da política sobrepõem-se à “normalidade” democrática: a sociedade torna-se um quadro enigmático, em que elementos da ditadura e da representação parlamentar, da violência sem limites e do positivismo jurídico se confundem uns com os outros.

A razão de ser desta diferença relativamente a manifestações anteriores do estado de exceção não consiste, porventura, em que a democracia do Estado de direito seja mais robusta do que no passado, e consiga resolver as contradições sociais, mesmo sem a proclamação oficial do estado de exceção. Pode parecer assim nas quimeras dos ideólogos da democracia ocidental. Mas, na realidade, a cesura decisiva entre o modo de proceder parlamentar e a ditadura apenas não ocorre porque o que está em causa já não é uma qualquer alteração no estado de agregação da soberania, mas sim a decomposição da própria soberania.

Isto também marca a diferença relativamente ao regime nazi, embora este possa ser considerado o precursor da identidade imediata entre o positivismo do direito e o estado de exceção. O Estado nazi saiu de um processo de transformação em termos de positivismo jurídico do estado de exceção na crise económica mundial e desembocou no estado de exceção da Segunda Guerra Mundial; nos anos entre 1933 e 1939, o regime representou de certo modo a identidade entre o “estado normal” e o estado de exceção como, de um modo ou de outro, aconteceu com todas as ditaduras de modernização do século XX (mas os nazis constituíram um caso especial, na medida

em que, através da constituição especificamente anti-semita do seu regime, agudizaram a irracionalidade da relação social, ultrapassando o carácter da ditadura de modernização, até à manifestação da pulsão de morte).

Mas todas estas manifestações de um “estado de excepção permanente”, que evoluía em paralelo com um positivismo jurídico deformado, ainda estiveram plenamente encerradas no invólucro da soberania, incluindo também, como se sabe, o Holocausto nazi: o actor continuava a ser o poder soberano enquanto tal. As associações paramilitares do tempo do colapso do império e do exército tinham voltado a ser submetidas à tutela do Estado, como as milícias partidárias da altura da crise económica mundial; até os *pogroms* da “noite de cristal” contaram com a orientação administrativa vinda de cima. A barbárie apresentava-se na farda unitária do próprio poder soberano, que de modo nenhum se encontrava historicamente em dissolução – tal como o modo de produção capitalista subjacente, que ainda tinha diante de si um último surto secular de acumulação.

Hoje, pelo contrário, a liquefacção do núcleo violento da estatalidade moderna assume um carácter fundamentalmente diferente, e é também por isso que o entrosamento do “estado normal” com o estado de excepção se reveste de uma dinâmica diferente da do período entre guerras. O elemento ditatorial não só se confunde com o modo de proceder democrático, mas também se mistura com a anomia pós-política e pós-soberana.

Para encontrarmos uma constelação comparável, temos de voltar não apenas à primeira metade do século XX, mas até à história protomoderna do capitalismo; e não é por acaso que teóricos como van Creveld, Münkler e outros escolhem este quadro de referência. É como se um filme fosse posto a andar para trás, como se determinados estádios de transição reaparecessem numa forma distorcida e a modernidade acabasse por voltar a desaparecer no abismo do caos anómico de que saiu. Esta imagem apenas é falsa na medida em que o furioso movimento de marcha-atrás ocorre num plano de desenvolvimento e socialização séculos mais elevado, de modo que também o potencial destrutivo é muito mais arrasador e já não abrange apenas um determinado foco (europeu) mais algumas zonas de ocupação colonial, mas a totalidade da humanidade planetária.

Se o estado de excepção sempre lançou uma luz traiçoeira sobre a essência do “estado normal”, mesmo ainda no interior do invólucro intacto da soberania, o entrosamento dinâmico actual do positivismo jurídico com elementos do estado de excepção e processos anómicos desemboca num novo tipo de barbárie secundária que rebenta esse invólucro, por isso também não pode conduzir de volta ao velho “estado normal”, sem no entanto constituir um novo “estado normal”. As medidas estatais do estado de excepção ou de elementos individuais do mesmo estão interligadas com a privatização da violência, o tribunal sumário planetário da última potência mundial vai de par com a decomposição total das relações entre Estados em geral.

Vida nua e vontade quebrada: o estado de excepção como *nomos* oculto da modernidade

Com isto, tornou-se inevitável a questão da essência do “estado normal” da soberania, a cujo estádio democrático mais elevado os ideólogos afirmativos se agarram, por falta de conceitos. Com cada novosurto da crise mundial, cada nova investida de policiamento mundial do “capitalismo global ideal”, cada nova violação do direito internacional, cada novo acto de renúncia ao monopólio da violência e cada novo passo de desjuridicização interna e de exclusão jurídica, vai-se tornando mais impossível que uma pessoa ainda se refira de maneira ingenuamente positiva aos conceitos de democracia, direitos humanos e doutrina do Estado de direito, sem perder toda a capacidade de crítica e de reflexão.

Há algo no ar que faz com que o poder soberano, subjacente a toda a democracia e estatalidade de direito, seja arrastado para a luz da crítica, em vez de justificado de modo positivista, ou simplesmente pressuposto. Assim não admira que a iniciativa nesse sentido do filósofo italiano do direito Giorgio Agamben tenha tido um forte eco internacional. Na sua obra *Homo Sacer* (Agamben

2002/1995), partindo do conceito de soberania e de estado de excepção de Carl Schmitt, chega a um veredicto arrasador sobre o *nomos* democrático, contudo numa versão crítica.

Agamben interessa-se pela estrutura paradoxal do estado de excepção, que representa a suspensão do direito e da constituição, no terreno do direito e da constituição: “Um dos paradoxos do estado de excepção consiste em que, nele, a transgressão da lei e o seu cumprimento não podem ser distinguidos, de modo que, nele, aquilo que corresponde à norma e o que a viola coincidem por completo (quem, durante um recolher obrigatório, vai dar um passeio, não transgride mais a lei do que o soldado que eventualmente o mata, dando cumprimento à lei) [...]” (Agamben, *ibidem*, p. 68).

Segundo Agamben, este paradoxo do estado de excepção remete para o paradoxo da própria soberania: “O paradoxo da soberania exprime-se do seguinte modo: ‘O soberano situa-se simultaneamente fora e dentro do ordenamento jurídico’ [...]. O soberano, que detém o poder legal de suspender a vigência do direito, coloca-se legalmente fora do direito. Isto significa que o paradoxo também pode ser formulado assim: ‘O direito situa-se fora de si próprio’, ou: ‘Eu, o soberano, que me situo fora do direito, declaro que não existe nenhum lugar fora do direito’ [...]” (*ibidem*, p. 25).

O que está aqui em causa é o “ponto de indiferenciação entre a violência e o direito, o limiar onde a violência se converte em direito, e o direito, em violência” (*ibidem*, p. 42), a “coincidência de violência e direito que constitui a soberania” (*ibidem*, p. 45). A ideologia democrática da “soberania popular”, positivista do direito, segundo a qual essa soberania é apenas a soma dos soberanos individuais, ou a “vontade geral” (Rousseau), cobre-se constantemente de vergonha no estado de excepção, em que o indivíduo é invariavelmente degradado a mero objecto do “soberano fora do direito”. Isto remete, evidentemente, para o facto de a “vontade geral” não ser uma vontade maioritária empírica, mas a forma geral de vontade, posta pela soberania e originalmente imposta aos indivíduos, antes de qualquer conteúdo empírico da vontade.

O problema é saber como foram as pessoas, afinal, parar ao interior desta forma de soberania, que se autonomizou face a elas como princípio político-jurídico. O trecho-chave em Agamben a este propósito diz: “O soberano não decide sobre o que é admissível e o que não o é, mas sobre a integração original do ser vivo na esfera do direito [...]” (*ibidem*, p. 36).

A “integração” é uma submissão que precede o direito e está tacitamente contida no direito, um banimento melhor dizendo, um banimento sem conteúdo, que é inscrito na vida. “O banimento é uma forma de relacionamento” (*ibidem*, p. 39) que “não tem qualquer conteúdo positivo” (*ibidem*). E só depois de enunciado o banimento ocorre na sua estrutura (secundariamente) essa decisão sobre o que é admissível e o que não o é, como conteúdo do direito.

Agamben faz remontar esta estrutura – e com todo o acerto – à posição filosófica do iluminista-mor, Kant, que na sua ética (a *Crítica da Razão Prática*) se refere precisamente à “mera forma de uma legislação universal” em geral, da qual, em sua opinião, teríamos de separar “toda a matéria, isto é, qualquer objecto da vontade” (Kant 1998/1788, p. 136). Ora, esta forma absurda, que abstrai de qualquer conteúdo, é precisamente essa tal “vontade geral”, a forma de vontade da soberania, que existe independentemente, antes de qualquer conteúdo da vontade, que apenas pode ser sempre secundário e indiferente perante tal forma. Esta fantasmática forma sem conteúdo, a “vigência sem significado” enquanto “princípio vazio” (Agamben, *ibidem*, p. 62), corresponde ao banimento da soberania que submete, o qual, uma vez consumado, assimila e incorpora *a priori* qualquer conteúdo concebível à sua pretensão, à sua vigência vazia.

Os seres humanos, que se viram englobados neste banimento, sofrem, devido à sua sujeição ao “princípio vazio” da soberania, uma redução que precede a sua subjectividade, enquanto actores no âmbito da forma de vontade geral, e que reside antecipadamente nessa subjectividade: o indivíduo, enquanto “simples corpo vivo” (*ibidem*, p. 13), é degradado a sujeito-objecto da soberania, reduzido à “vida nua” (*ibidem*, p. 19), conceito recorrente em toda a obra de Agamben. Esta “animalização do ser humano” (*ibidem*, p. 13) é o pressuposto da sua existência em situação de direito, ou, como teria de se dizer de acordo com a fórmula da “pedagogia negra” (Katharina Rutschky): a vontade enquanto tal tem de ser primeiro quebrada, antes que possa surgir qualquer conteúdo do direito.

O lugar histórico e sistemático em que ocorre a redução à “vida nua” e o “quebrar da vontade” é precisamente o do estado de excepção, o local da “exclusão original, através da qual se constituiu a dimensão política” (*ibidem*, p. 93). Os seres humanos têm de ser primeiramente excluídos do direito para no direito poderem ser incluídos: “O estado de excepção, no qual a vida nua foi simultaneamente excluída da ordem e abrangida por ela, criou, precisamente na sua condição de segregação, o fundamento oculto em que assentou todo o sistema político” (*ibidem*, p. 19).

O estado de excepção é a “forma extrema de relacionamento, que inclui algo unicamente pela sua exclusão” (*ibidem*, p. 28). A vida definida nos chamados direitos humanos apenas é sagrada neste sentido da exclusão inclusiva constitutiva, enquanto já submetida: “O carácter sagrado da vida, que hoje se gostaria de fazer valer contra o poder soberano, como direito humano em sentido fundamental, significa na sua origem precisamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irrevogável suspensão na relação de abandono” (*ibidem*, p. 93).

A função do estado de excepção nesta acepção é levar *a priori* “o indivíduo a objectivar o próprio eu e a constituir-se a si próprio como sujeito, vinculando-se simultaneamente a um poder de controlo exterior” (*ibidem*, p. 127). O espaço em que o estado de excepção opera este banimento, sujeição e inclusão excludora é o campo de concentração; “no campo de concentração, o Estado e a casa tornaram-se indistinguíveis” (*ibidem*, p. 197), ou, por outras palavras: “O campo de concentração é o espaço que se abre quando o estado de excepção começa a tornar-se a regra” (*ibidem*, p. 177). A redução à “vida nua”, como pressuposto da situação de direito, ocorre neste espaço do campo de concentração, ou, como poderia acrescentar-se, numa das suas numerosas variantes ao longo da história da modernização (campo de trabalho, estabelecimento correcional, colónia penal, campo de extermínio).

Neste sentido não se trata de um mero fenómeno histórico, mas de uma lógica inscrita no “estado normal”, sempre presente: “Por conseguinte, a fundação não é um acontecimento ocorrido *in illo tempore*, mas mantém-se permanentemente em vigor no Estado burguês, sob a forma da decisão soberana” (*ibidem*, p. 118). Já Walter Benjamin tinha constatado “que o ‘estado de excepção’ em que vivemos é a regra” (citado em Agamben, *ibidem*, p. 65). O campo de concentração é sempre uma presença invisível “como paradigma oculto do espaço político da modernidade” (*ibidem*, p. 131). É, portanto, necessário que “se encare o campo de concentração, não como um facto histórico e uma anomalia pertencente ao passado (embora ainda ocorra numa ocasião ou noutra), mas de certo modo como matriz oculta, como *nomos* do espaço político em que ainda hoje vivemos” (*ibidem*, p. 175).

Neste sentido, Agamben proclama a “tese de uma solidariedade íntima entre a democracia e o totalitarismo” (*ibidem*, p. 20). A democracia não é outra coisa senão o estado de excepção coagulado, uma agregação do totalitário da modernidade, que hoje começa a voltar a dissolver-se no estado da sua constituição: “O ‘espaço vazio de direito’ do estado de excepção [...] ameaça [...] agora coincidir em toda a parte com a ordem normal [...]” (*ibidem*, p. 48).

Por outras palavras: O estado de excepção que espreita no íntimo do “estado normal” nasce de um processo de crise secular: “Nesta perspectiva, o que se passa na antiga Jugoslávia e a dissolução dos organismos estatais tradicionais em geral na Europa de Leste, não deve ser encarado como um retorno da luta de todos contra todos no estado natural, que seria o prelúdio de novos contratos sociais e novas localizações estatais nacionais; pelo contrário, estamos perante a manifestação do estado de excepção, como estrutura permanente da não-localização e do deslocamento jurídico-políticos. Não se trata, portanto, de uma recaída da organização política em formas ultrapassadas, mas de acontecimentos premonitórios que, quais mensageiros sangrentos, anunciam o novo *nomos* da Terra, o qual (se o princípio em que se baseia não for posto em causa de uma nova maneira) tende a estender-se por todo o planeta” (*ibidem*, p. 49).

Entende-se por si que uma tal análise e interpretação constitua uma bofetada na cara dos extremos ideólogos e benzedeiros democráticos do capitalismo. Não admira que a posição de Agamben seja rejeitada com uma veemência condizente na maior parte das recensões, de um extremo ao outro do espectro político-ideológico. Os eternos apologistas da modernização ficaram, evidentemente,

particularmente encantados com a formulação provocatória de que o campo de concentração é o *nomos* ou o paradigma biopolítico da modernidade, ou mesmo – como aparece nalgumas formulações de Agamben – do Ocidente em geral.

Nils Werber, que gostaria de ver o campo de concentração como paradigma circunscrito ao regime nazi, aproveita esta generalização como ensejo para dar uma descompostura a Agamben no *Merkur*, o diário alemão que faz de órgão central do fanatismo dos cruzados democráticos alemães: O campo de concentração seria o paradigma “(não) do regime nacional-socialista, não do totalitarismo, não do imperialismo moderno, não: seria de todo o Ocidente! E por ‘paradigma biopolítico’ Agamben não designa uma linha de teoria política, ora mais, ora menos importante ao longo da história deste Ocidente, mas sim o espaço em que o ‘poder soberano’ opera a sua realização ‘original’: a de produzir vida nua que possa ser excluída e incluída” (Werber 2002, p. 621).

É evidente que assim não pode ser: O ideólogo ocidental da liberdade está disposto a fazer qualquer concessão, no que diz respeito ao reconhecimento dos horrores e das funestas tradições do pensamento no Ocidente, se puderem ser delimitados apenas ao regime nacional-socialista, ao totalitarismo e quiçá ainda ao “imperialismo moderno” (na sua forma passada). Só nas pedras basilares da constituição moderna é que tal percepção crítica não pode tocar, e muito menos na “nossa” maravilhosa democracia: “Porque há-de o campo de concentração ser agora o nosso novo *nomos*”, insurge-se Werber (*ibidem*) e prossegue: “Aqui reduz-se a diferença entre os Estados de direito democráticos com o Terceiro *Reich* [...]” (*ibidem*, p. 622).

A exaltação até baralha um pouco a gramática, de tanto tabu que se faz em trazer à baila o plano constitucional comum ao Estado de direito e à ditadura, ao totalitarismo e à democracia de massas capitalista – o que de modo nenhum significa que assim se faça desaparecer as diferenças históricas secundárias. A ditadura moderna manifesta e o cerne ditatorial da democracia, a violência coagulada e a violência liquefeita não são idênticas de imediato, mas não deixam de conter algo em comum, um núcleo comum ou fundamento primordial da modernidade, que em caso algum deve ser desvendado porque desse modo toda a ideologia democrática legitimatória se desmoronaria.

E imediatamente vem o apoio de uma voz da extrema esquerda, no semanário *Jungle World*, o órgão central da crítica democrática alemã do capitalismo nos limites impostos pela constituição dos EUA: “Agamben faz aqui vista grossa do facto de a busca da felicidade, da inviolabilidade do corpo, da saúde e da satisfação das necessidades representar o preciso oposto do conteúdo histórico-social do seu *homo sacer*. O que está em causa não é a vida nua, mas sim a vida qualificada” (Baumann 2002).

Aqui, determinados pontos fracos em Agamben são aproveitados para rejeitar toda a formulação do problema e a crítica contida na sua argumentação. O que o torna atacável, com efeito, é uma tendência para a ontologização que, sob outro aspecto, também pode ser encontrada em Hardt/Negri e caracteriza, em termos gerais, toda a elaboração teórica pós-moderna, contaminada por Heidegger, na qual Agamben entronca. Deste modo, ele serve-se de uma abordagem a-histórica que liga em curto-circuito diversas épocas da história da modernização e da História (ocidental) em geral, sendo assim obscurecida a constituição específica da modernidade, que verdadeiramente lhe interessa.

Isto aplica-se sobretudo também, como diz o próprio Agamben, à “figura obscura do direito romano arcaico” (*ibidem*), o *homo sacer*, que deu o nome ao seu ensaio. O *homo sacer* podia ser morto sem castigo, mas não podia ser imolado, pelo que representa, para Agamben, a “vida nua”, o ser humano como biomassa submetida, disponível e passível de ser morta, o nível preliminar da “capacidade jurídica”, na qual a ameaça de poder ser morto impunemente, da “exclusão inclusiva”, se mantém latente, porque entrou na constituição da forma do direito.

Ora, a figura do *homo sacer* pode ser, na melhor das hipóteses, aduzida como metáfora da constituição moderna, e isso deveria ser devidamente assinalado. Em vez disso, Agamben equipara literalmente o problema desta “figura obscura” ao problema da cidadania moderna, e traça uma linha a-histórica dos conceitos e das realidades sociais, desde as relações religiosas dos primórdios da Antiguidade arcaica até ao Estadoconstitucional moderno.

À redução a-histórica do pensamento pós-moderno corresponde a redução fenomenológica, visto que nem os factos históricos nem os fenómenos actuais são relacionados com uma determinada forma histórica de sociedade; e é também neste aspecto que Agamben permanece apegado ao discurso pós-moderno. Com a sua adesão ao conceito de “biopolítica” de Foucault, cuja concepção filosófica quer de certo modo pensar até ao fim, apanha também o conceito positivista e difuso de “poder” em Foucault, que já não permite uma clara análise estrutural das esferas sociais e do relacionamento lógico entre elas.

Assim se vê Agamben obrigado desenvolver o carácter da soberania e do estado de excepção imediatamente a partir da própria esfera política, não reflectindo sobre a relação político-económica global da modernidade. A sua exposição derrapa, por isso, na mistificação das categorias políticas, e nesse sentido aquela antiga figura “obscura” do *homo sacer* serve para povoar um campo semântico correspondentemente vago.

Nesta imprecisão, também o carácter específico do anti-semitismo e da aniquilação dos judeus desaparece num conceito geral de “campo de concentração” na modernidade; um *topos* que, deste modo, apresenta traços apologéticos (e minimizadores do nazismo) sob vários aspectos. Nesta medida, Agamben cai aqui no erro oposto ao desses apologistas democráticos e burgueses de esquerda, que apenas realçam o carácter específico e singular de Auschwitz para propositadamente escamotear a lógica da modernidade capitalista, em cujo terreno apenas pôde Auschwitz tornar-se realidade, assim como a forma de coacção do “campo de concentração”, que é inerente a esta lógica em muito modos de apresentação. A singularidade de Auschwitz apenas pode ser pensada em conjunto com a universalidade do “campo de concentração” na modernidade, e vice-versa.

Ainda assim, a incursão de Agamben acaba por não ser nem apologética, nem minimizadora; pelo contrário, acerta com uma precisão cirúrgica no nervo da apologética democrática, indo muito além de todas as limitações pós-modernas e, não em último lugar, da falsa “imanência” de Hardt/ Negri (que, por isso, apenas se referem a ele de fugida e com uma certa relutância). Agamben traz à evidência a medusa oculta por detrás das frases democráticas, por detrás da eternamente ruminada promessa de “busca da felicidade”, de “saúde e satisfação de necessidades”, do direito humano à “inviolabilidade do corpo”, etc., e que é a maneira de a “vida nua” de banimento e abandono ficar incluída na suposta “vida qualificada” do cidadão do Estado democrático.

As casas de terror da economia empresarial: O capitalismo como estado de excepção coagulado

Para evidenciar a essência da lógica desenvolvida por Agamben, porém, é necessário retirá-la da posição invertida do pós-modernismo fenomenológico a-histórico e colocá-la de pés bem assentes numa crítica alargada da economia política. Somente sob o ponto de vista da máquina de valorização capitalista “sem sujeito”, do irracional “sujeito automático” (Marx) da modernidade, cujo conceito Agamben omite completamente, o que não deixa de ser surpreendente, a lógica da soberania e do estado de excepção, da “vida nua”, do banimento e da exclusão inclusiva começa a adquirir um sentido perceptível. Não é pela falsa ontologia foucaultiana do poder ou da simples dominação (a-históricas), mas pela constituição polar especificamente moderna da política e da economia, do trabalho abstracto e da máquina do Estado, que os seres humanos são de certo modo “animalizados” e reduzidos a meros “corpos vivos”, antes de lhes ser permitido “qualificarem” secundariamente a sua vida.

A forma do valor ou relação de valor, encarnada na forma do dinheiro em *feedback* consigo mesma enquanto processo de valorização, no fundo constitui primariamente esse vazio metafísico, a absurda “mera forma de uma legislação universal” de Kant, esvaziada de qualquer conteúdo, que aparece em Agamben como “vigência sem significado” ou “princípio vazio”. Esta secularizada essência divina de uma inaudita forma vazia, um vazio de conteúdo que domina todo o processo vital, faz da modernidade a mais monstruosa de todas as relações de poder da História.

A soberania, a correspondente vontade geral vazia, não é outra coisa senão a relação de coacção política desta monstruosa forma vazia. E este complexo global de valorização abstracta e de soberania, na sua origem um resultado da economia das armas de fogo dos primórdios da modernidade e do despotismo militar que a acompanhou, representa já em si um estado de excepção permanente que, por assim dizer, ficou embutido na sociedade.

Estado de excepção não significa, no fundo, outra coisa senão a sujeição exacerbada, levada além da escala normal (seja ela definida como for) dos membros da sociedade a medidas que não dependem das sua própria decisão. Sob o domínio de formas fetichistas interiorizadas, que também encontram a sua expressão exterior em instituições, administrações de pessoas, relações de poder compulsivas, etc., não existe evidentemente algo como “decisões livres” dos membros da sociedade. Mas o estado de excepção significa justamente um adensar, um endurecimento e uma aguda exacerbação da dominação, tornada “normal” para além da escala “habitual”.

Elementos isolados daquilo que se apresenta como o estado de excepção na modernidade já existiram em relações de poder anteriores, é certo, precisamente como manifestação intensificada de poder “adicional” temporário, por exemplo, ao chamar os membros da sociedade para darem um contributo especial em situações extraordinárias: tributos, serviços na guerra e trabalhos, sob administração coerciva e repressiva de uma instância fetichista da sociedade. Os trabalhos forçados para a construção de obras de fortificação (exemplos extremos: o *limes* e a grande muralha da China), de mausoléus e monumentos sacros, ou também para projectos profanos como canais, para o abastecimento de tropas, etc. inserem-se neste contexto.

O que caracteriza o estado de excepção propriamente dito, como ele dificilmente ocorria antes da modernidade, é uma manifestação específica da “anormalidade”, que é acompanhada de um tipo específico de acantonamento de partes da população grandes ou pelo menos significativas – é daí que vem o conceito de “campo de concentração”. Não se trata de prisões convencionais, no âmbito de relações penais, mas de “registos” anteriores a quaisquer relações jurídicas, ou para além delas. Aqui, o registo vai além da intervenção de instâncias mediadoras – torna-se imediato.

O “estado normal” fetichista é, por assim dizer, uma prisão social e territorial alargada, em que as pessoas podem habitualmente deslocar-se, as suas acções em regra não lhes são impostas de imediato e elas gozam de um certo estatuto jurídico. No estado de excepção, este estatuto jurídico está, em geral, “suspensão”, a maior parte das acções relevantes é directamente imposta e, para uma determinada parte da população, o espaço da prisão reduz-se, por assim dizer, à própria pele.

As pessoas submetidas ao estado de excepção em sentido estrito encontram-se num espaço social especial separado, em que mesmo a sua vontade reduzida, domada pela forma fetichista, as suas necessidades mais elementares, e até mesmo a sua vida física nada mais valem, em que todas as relações de poder “normais”, reguladas, de algum modo relativas, se encontram suspensas, para dar lugar a uma submissão total. Neste espaço de excepção, os indivíduos encontram-se desligados de todos os vínculos sociais e pessoais, literalmente reduzidos à “vida nua” e que pode ser morta, de ora em diante nada mais são do que “mão-de-obra” para o rei-deus, o comandante, o princípio além de qualquer autonomia, mesmo vinculada à dominação.

A economia política das armas de fogo dos primórdios da modernidade produziu exigências de um poder despótico de tipo novo, cuja característica mais saliente era a de uma insaciável sede de dinheiro, para alimentar o complexo militar-industrial que estava a surgir com o canhão e a sua produção, e a partir do qual haveria de se desenvolver a moderna máquina social capitalista. Esta sede de dinheiro já não podia ser saciada com recurso a um mero procedimento de encargos extraordinários e transitórios; em vez disso, produziu a nova qualidade de um paradoxal e institucionalmente elaborado “estado de excepção permanente”, que esteve associado ao nascimento da soberania moderna. Mais precisamente: a bem dizer, o estado de excepção da modernidade esteve aí antes do seu estado normal; de certo modo, a normalidade moderna puxou-se pelos seus próprios cabelos a partir de um estado de excepção nunca antes visto.

Carl Schmitt refere-se a este estado de excepção apenas superficialmente, de acordo com a sua famigerada definição do político como amigo-inimigo, uma vez que o seu ponto de vista é

essencialmente nacional: para ele, o que está em causa é a auto-afirmação existencial exterior da nação, ontologizada como “comunidade de destino”, no campo de batalha das “nações” em concorrência. Já o ponto de vista da Agamben, e é nisto que consiste a sua mudança de perspectiva, não é nacional e relacionado com o exterior, mas social e individual, relacionado com o interior. Para ele, o que está em causa é o facto da submissão social interior, o banimento social interior da soberania e do estado de excepção, que é consumado na redução à “vida nua”. Por isso, Schmitt argumenta de modo essencialmente afirmativo, ao passo que a argumentação de Agamben é essencialmente crítica e emancipatória.

De facto, as “guerras da constituição dos Estados” dos primórdios da modernidade desempenharam uma função constitutiva, mas foi menos num sentido externo (apenas referido ao âmbito da soberania territorial) do que num sentido interno, socioeconómico. Também poderíamos chamá-lhes “guerras da constituição da economia”, “guerras da constituição do mercado”, ou mesmo “guerras da constituição do capitalismo”. E tratava-se aqui da constituição de um estado de excepção permanente, na medida em que o despotismo da soberania começou a incluir as pessoas do “seu” território, já não apenas temporariamente, em certos tempos de necessidade e de guerra, mas permanentemente, num espaço fora das suas restantes manifestações de vida e relações pessoais ou sociais.

O capitalismo é o paradoxo de um encargo extraordinário permanente. Ele tratou de converter a totalidade do processo de reprodução social num único “processo de angariação de dinheiro” ou “processo de multiplicação do dinheiro”, e as pessoas em máquinas de trabalho e serviço abstracto dessa “lei” inicialmente exterior e imposta.

Esta monstruosidade apresentou-se como estado de necessidade constitutivo, ou estado de excepção parteiro do capitalismo, cuja função era quebrar a teimosia social de uma vez por todas. Apesar do capítulo de Marx sobre a “acumulação original” e das investigações de Foucault, ainda falta muito para estar escrita a história desta violação do modo de estar em sociedade, sem exemplo na história da humanidade – não em último lugar, devido à furiosa obstrução por parte da apologética democrática.

Inicialmente, a colonização interna e externa eram idênticas, com as pessoas de ambas as esferas a serem igualmente sujeitas ao despotismo da máquina da valorização. Só no decurso ulterior deste processo é que a colonização externa e interna se separaram; e, com a ideologia iluminista, a sujeição interna foi compensatoriamente carregada com modelos racistas. Os submetidos “brancos” do estado de excepção permanente podiam dar-se ares de membros inferiores dos dominantes, face aos submetidos “de cor”, não tendo jamais estes últimos, a bem dizer, conseguido sair verdadeiramente do estado original, constitutivo, da redução total à “vida nua”.

O espaço social da exclusão inclusiva, da redução à “vida nua”, foi desde o início um espaço de coacção. No dealbar da modernidade, o campo de concentração ainda trazia o nome de casa, que assim chegou ao fantasmagórico significado secundário de “instituição”: a casa dos pobres, a casa de trabalho, a casa de correcção, a casa dos loucos, a casa dos escravos – as “casas do terror” em que, de modo exemplar para a sociedade no seu todo, ocorria a aprendizagem do trabalho abstracto determinado por outrem, um processo que seria exacerbado nos campos de concentração das posteriores ditaduras de modernização e de crise.

Este estado de excepção original tornou-se o estado normal moderno, que se encontra na base de toda a estatalidade de direito. A relação de capital não é outra coisa senão um estado de excepção coagulado, a constituição permanente de um espaço de inclusão excludora e exclusão inclusiva que, neste estado de normalidade excepcional secundária, se apresenta como o espaço de exploração de energia humana abstracta na economia empresarial. O processo de valorização dissociou-se do fim original da multiplicação permanente de dinheiro para alimentar a máquina militar e tornou-se um fim em si social. E a soberania apenas se retirou do espaço funcional imediato deste fim em si para se colocar, como uma cinta de aço, em torno das pessoas confinadas a este espaço, aí as mantendo presas durante toda a sua vida activa.

Este espaço situa-se, a bem dizer, fora da vida, embora, em termos de tempo gasto, açambarque e viole a maior parte da vida activa. É o espaço em que todas as relações sociais e pessoais são suspensas, em benefício de relações puramente funcionais do processo de valorização; o espaço em que os trabalhadores “não estão em si, mas fora de si” (Marx); o espaço em que todos os dias ocorre a mais ampla redução à “vida nua”, isto é, à força de trabalho activa, ao dispêndio de esforço abstracto para o fim em si irracional. Quem franqueia a porta da economia empresarial tem de abandonar toda a esperança de alcançar uma qualidade de vida autodeterminada dentro daquele espaço abstracto – aqui já não existe nenhuma possibilidade de auto-entendimento, restando apenas a “lei coerciva da concorrência” e a lei funcional da valorização do valor.

Os indivíduos assim confinados estão privados de qualquer determinação do conteúdo da sua própria actividade por uma coerção absolutamente imediata. Este espaço funcional da economia empresarial ainda respira a atmosfera da casa de terror e do campo de concentração, continuando a valer nele as leis da subordinação despótica e do comando militar, que fazem troça de toda a psicologia empresarial e de toda a ideologia da responsabilidade pessoal. A permanente pressão no sentido de um maior desempenho e as permanentes campanhas da gestão, a prossecução permanente de imperativos sem sujeito não são outra coisa senão um exercício quotidiano do estado de necessidade, um empenhamento quotidiano na coerção.

Somente a “vida nua”, periodicamente cuspidada deste espaço funcional da redução por um período residual, pode então, em função da sua capacidade de redução e de exploração, “qualificar-se” por si, de modo secundário e como mero efeito colateral do processo de valorização, mas, no fundo, apenas como recondicionamento do próprio eu para o próximo empenhamento. A capacidade jurídica desta existência está vinculada à sua capacidade de redução, e, por isso, a “vida nua” constitui a essência do “indivíduo livre e autónomo”.

Esta autonomia, porém, não é outra coisa senão a interiorização do estado de excepção permanente coagulado, num processo de habituação repressivo e auto-repressivo, que evoluiu ao longo de vários séculos (e que Elias, descaradamente, eufemiza como “processo civilizacional”). A concomitante “busca da felicidade” dos presos à nora da concorrência universal só pode desembocar invariavelmente no abandono absoluto. Mesmo a pessoa bem sucedida no quadro do capitalismo é uma abandonada. E todas as tentativas de “qualificação” desta “vida nua”, até a “saúde” e a “satisfação de necessidades” no sentido mais lato, nunca passam por princípio de duvidosos subprodutos do fim em si da metafísica real em processo, como mostram inequivocamente, por exemplo, as actuais restrições no acesso à saúde em todo o mundo.

A liquefacção do estado de excepção como liquefacção da soberania

Qualquer qualificação secundária da vida, mesmo o simples estatuto de sujeito de direito, encontra-se, de modo totalmente independente das possibilidades sociais e materiais reais, sob reserva da capacidade de redução e submissão capitalista do indivíduo. Trata-se de uma enorme ameaça latente, que a qualquer momento pode tornar-se manifesta: a saber, é a ameaça de que a redução relativa, periódica, privada à “vida nua” se converta, ou melhor, se reconverta numa redução absoluta, ininterrupta e pública (soberana). Nas crises, o estado de excepção coagulado liquefaz-se, na medida em que volta a cair fora do âmbito do estado da “normalidade” constituída e começa a revelar a sua verdadeira essência.

O estado de necessidade agudo consiste em que o estado de excepção permanente, tornado uma segunda normalidade, não pode ser aguentado, e ameaça tornar visível que tanto os recursos como os indivíduos se encontram sujeitos a um banimento invisível. A redução à “vida nua” volta então a reflectir-se nos órgãos do soberano, a casa do terror e o campo de concentração voltam a brotar do espaço funcional da economia empresarial, o trabalho forçado e a administração forçada indirectos voltam a ser directos, à qualificação secundária da vida volta a substituir-se a distribuição primária da razão de miséria em função de uma penúria artificial, ou coisas ainda piores.

Nas crises de imposição e desenvolvimento do capitalismo, este estado de excepção secundário ou potenciado era o liquefazer do estado de excepção originalmente constituído, tornado permanente e coagulado da normalidade capitalista, nada mais que uma variação no estado de agregação da soberania, uma transição da latência para a manifestação. Também neste aspecto, a crise mundial da terceira revolução industrial se reveste de uma nova qualidade. Agora é a própria soberania que começa a liquefazer-se, uma vez que também o espaço da exclusão inclusiva começa a dissolver-se: o enclausuramento das pessoas reduz-se ele próprio ao absurdo. A soberania, na medida em que ainda persiste, reage a isto por reflexo, com as suas habituais medidas de crise, embora estas não dêem em nada.

À saída da “sociedade do trabalho” capitalista vemos os mesmos processos de inclusão e exclusão da entrada, simplesmente em sentido oposto. Também neste plano, o filme anda para trás a uma velocidade crescente, mas também, e uma vez mais, num nível de desenvolvimento muito superior. A soberania protomoderna inventou novas formas de delinquência, meteu delinquentes em massa nas suas casas de terror, para materializar o trabalho abstracto. A soberania pós-moderna, na sua agonia, inventa igualmente novas formas de delinquência, campos de concentração, administração de massas e indústria penal, mas agora para a massa dos supérfluos, em cuja existência o trabalho abstracto se desmaterializa. A soberania recupera a tarefa da exclusão inclusiva da economia empresarial, apenas para a fazer desaparecer num buraco negro.

Os projectos de baixos salários e de trabalho coercivo a favor da comunidade promovidos pelo Estado estão condenados ao fracasso, uma vez que não podem constituir nenhuma base autónoma de acumulação, representando apenas um estádio de transição para novas camadas de párias. A concepção de “auto-administração” e de “auto-empresariado”, absurdamente vendida por Hardt/Negri como emancipatória, e também propagada nas propostas da Comissão Hartz alemã (em associação com medidas coercivas institucionais contra desempregados e beneficiários de prestações sociais), exige uma economificação exacerbada da consciência, onde já não existe economia nenhuma para as massas dos caídos fora.

Tudo isto são apenas formas transitórias de repressão social, que conduzem a um beco sem saída: os “supérfluos”, ou têm então de ser largados no nada, sem quaisquer possibilidades de reprodução da sua vida, como acontece na maior parte da periferia, onde esta transformação é acompanhada da dissolução galopante da soberania e do desenvolvimento de estruturas de economia de saque e de violência anómica. Ou então, onde a soberania ainda se encontra mais firmemente estruturada, como nos centros ocidentais (sobretudo devido à sua capacidade de refinanciamento através do capitalismo das bolhas financeiras que, no entanto, também já está a dar as últimas), têm de ser arrecadados por tempo indeterminado em prisões, campos de internamento e estabelecimentos semelhantes a campos de concentração – exactamente como os “ilegais” e refugiados. Quem está mais avançado nesta tendência são os países anglo-saxónicos, com especial destaque para os EUA. A última potência mundial já meteu na prisão milhões dos seus próprios “supérfluos”, havendo diariamente milhares a engrossar as suas fileiras.

O imperialismo democrático da segurança e da exclusão vira-se, assim, não apenas para o exterior, contra os “supérfluos” da periferia, mas cada vez mais também para o interior, sob a forma da administração de coacção e de necessidade do estado de excepção social, contra os “supérfluos” do próprio centro. No fim da modernidade, com o “filme a andar para trás”, a colonização interna e externa, sem finalidade e desembocando no nada, retorna como repressão cada vez mais idêntica, contra os “indesejados” internos e externos.

Agora existem por toda a parte dois tipos de “vida nua”, sob a ditadura da máquina da valorização: por um lado, a redução relativa dos “empregados” que restam na economia empresarial a puras unidades de prestação de serviço, no âmbito do espaço funcional, que permanecem no estado de excepção coagulado, como estado de normalidade e, por conseguinte, na forma do direito. E, por outro lado, a redução absoluta dos “caídos fora” a objectos administrativos puramente biológicos, que são apanhados pelo estado de excepção novamente liquefeito, na forma da administração do trabalho e da indústria penal, e vão aos poucos caindo fora também da situação de direito.

Os objectos vivos da excepção soberana são submetidos a uma paradoxal “pertença excluída” que Agamben descreve de modo aparentemente enigmático: “É aquilo que não pode ser incluído no todo a que pertence, nem pode pertencer ao conjunto em que desde sempre se encontra incluído” (*ibidem*, p. 35). O enigma resolve-se estabelecendo a referência à relação de coacção do trabalho abstracto. Os supérfluos em termos capitalistas já não podem ser empiricamente incluídos no todo da lógica da valorização, a que, no entanto, logicamente pertencem; nem integram já o conjunto das unidades vivas de trabalho abstracto, em que, ainda assim, pela definição capitalista da existência humana (ou seja, de acordo com a sua própria forma de sujeito), já estão sempre incluídos.

A integração na cidadania destituidora da cidadania e a cidadania de miséria

No processo de crise da terceira revolução industrial, este paradoxo caminha para a situação sem saída, que assinala o fim absoluto da “cidadania” moderna e, precisamente por isso, é obstinadamente negada pelos ideólogos. Assim, por exemplo, o filósofo académico alemão Odo Marquard delinea, na sua *Apologie der Bürgerlichkeit* [Apologia da Cidadania], um “movimento de inclusão” totalmente contrafactual, o que equivale a uma invocação do velho programa de integração social-democrata no estado de excepção coagulado da lógica da valorização, só que agora nas condições da globalização, invocação tão surreal como a que acontece em Hardt/Negri: “Do mundo burguês não faz parte apenas a emancipação do ‘terceiro estado’, mas também o processo em que o ‘quarto estado’ – o proletariado – se vai dissolvendo no ‘terceiro estado’ [...]. Isto significa – contrariamente a essa destituição da cidadania, que Marx prognosticou erroneamente ao proletariado na sua teoria da miserabilização – o processo da ‘integração do proletariado na cidadania’, como Franz von Baader o designou em 1835 [...]. Com isto quero dizer [...] que esta – a integração na cidadania dos que aparentemente estão cada vez mais miseráveis – será, a longo prazo, o destino do desenvolvimento do Terceiro Mundo: não a miserabilização – como pensa a teoria da miserabilização deseuropeizada, que vai procurando a sua salvação no exótico –, mas a ‘integração na cidadania’ do Terceiro Mundo [...]”. (Marquard 2000, p. 101).

Na medida em que este processo acontece realmente de forma paradoxal, como individualização capitalista (“cada um é o seu próprio *bougeois*”), trata-se da “integração na cidadania” de mortos-vivos, de sujeitos dessubjectivados. A dependência salarial dissolve-se de modo meramente formal no “auto-empresariado” que, no entanto, revela ser um empresariado de miséria, já há muito conhecido na periferia e que agora, com as amáveis explicações da soberania e da sua administração socioeconómica do estado de necessidade, também se espalha no centro capitalista. A miserabilização e a cidadania de modo nenhum se excluem.

O mesmo acontece com os Estados em colapso da periferia: também eles são secundariamente “integrados na cidadania”, na “comunidade das nações democráticas”, mas como *zombies*, como espectros exangues da estatalidade democrática, como invólucros já apenas formais: a generalização da forma (forma do valor, forma do Estado, forma de sujeito) evolui de par com a sua dessubstanciação. Trata-se, portanto, de uma paradoxal integração (formal) na cidadania através de uma destituição (substancial) da cidadania, como Agamben poderia dizer.

Quanto mais nítida e brutal esta realidade se apresenta, mais irritada reage a consciência ideológica da cidadania e da democracia. Para Odo Marquard, do presente apenas se “diz mal” (*ibidem*, p. 103), tal como, inversamente, o manipulador das estatísticas Björn Lomborg embeleza com ar satisfeito as devastações ecológicas, compensando, por exemplo, a destruição do ecossistema das florestas tropicais com os seus recursos insubstituíveis, crescido ao longo das eras geológicas, com a plantação de “florestas industriais” de crescimento rápido, para chegar a um balanço positivo (Lomborg, 2002); ou como os gurus das bolhas financeiras ainda há pouco tinham calculado a riqueza da *new economy*.

À medida que a miserabilização capitalista das massas e a correspondente destruição da natureza se aceleram, no processo de crise da terceira revolução industrial, os controladores democráticos exigem,

com sanha inquisitória, uma profissão de fé generalizada no estado “são” do mundo e na propaganda iluminista de que tudo está a correr cada vez melhor. Marquard não vê na crítica dos desaforos capitalistas outra coisa senão a “exigência” de “meninos mimados pela cultura tardia”, uma “nostalgia do mal-estar no mundo da prosperidade” (*ibidem*, p. 104): “Onde o negativo desaparece cada vez mais da realidade (!) – através desse alívio do mesmo, que a cultura moderna constitui (!) – não desaparece simultaneamente a predisposição humana para a negação [...]. Por obra desta nostalgia do mal-estar [...] a própria prosperidade acaba por ser declarada mal-estar.” (*ibidem*).

Esta provocação é tão irritante que deixa transparecer a disposição interior para a guerra civil. Onde já não é possível qualquer comunicação sobre a percepção da realidade, a vontade de destruição mútua é a única coisa que ainda pode estar em programa. Sem disso terem plena consciência, os simpáticos e afáveis mastins intelectuais da democrática sociedade fetichista e destruidora do mundo formulam, todos eles, os esboços envergonhados de um programa de extinção contra os “supérfluos”, cuja mera existência neste mundo “cada vez melhor” é sentida como perturbadora. Por detrás dos discursos eufemísticos espreita o antigo discurso de aniquilação de Malthus, a derradeira e absoluta redução da “vida nua” a matéria morta.

Quando a crise ultrapassa o limiar quantitativo da dor, as populações de modernos *homines sacri* somente assim podem, afinal, ser apagadas do retrato idílico do mundo-disneylândia da “economia de mercado e democracia”. A vida do *homo sacer* moderno é a “vida que pode ser morta, mas não pode ser imolada”, no sentido em que esta “vida nua”, colocada de volta ao estado de origem moderno de total desamparo e totalmente desqualificada, já não pode ser imolada pouco a pouco no altar da economia empresarial, para o fim em si irracional da valorização do valor, sendo, precisamente por isso, renegada, proscrita, banida, todavia presa – acabando, em última análise, por também poder ser morta impunemente, independentemente da forma como este homicídio é consumado, a qualquer momento e de qualquer modo, fora do âmbito do domínio sacrificial capitalista propriamente dito (nem que seja pela privação gradual de cuidados médicos).

Judeus e outros “supérfluos”: a estrutura da exclusão inclusiva

Quanto mais desavergonhados se tornam os desaforos capitalistas, mais se acumula raiva social, que também no interior do centro democrático é descarregada em grandes revoltas e conflagrações sociais sangrentas, logo que o sofrimento, a administração coerciva, as restrições da vida e a repressão da indústria penal excedem uma massa crítica. Mas esta raiva não tem de se descarregar necessariamente de modo emancipatório.

E cabe aqui formular uma última correcção a Agamben. Na lógica da redução potenciada à “vida nua” no estado de excepção, houve desde o início duas formas, dois tipos diferentes de *homines sacri*. Podiam ser mortos, mas não podiam ser imolados, por um lado, os “supérfluos” de todo o tipo, os velhos, doentes, deficientes, desempregados de longa duração, mendigos, etc., mas também os criminosos e outros delinquentes (até aos “terroristas”), que acederam todos ao estatuto de uma “vida indigna de ser vivida”; e, por outro lado, os judeus, como poder da estranheza, sobre o qual era projectado o enorme potencial de alienação da sociedade fetichista moderna.

O sub-homem negativo e o super-homem negativo, como estrutura polar da projecção, constituem até hoje o padrão do movimento eliminatório, em que o estado de excepção coagulado se liquefaz. Deste modo, Auschwitz edifica-se, de facto, sobre o *nomos* do campo de concentração, ou da casa do terror, não devendo essa relação ser escamoteada, mas não é exactamente idêntico. A casa de trabalho, a casa de correcção, a indústria penal, o campo de concentração e mesmo o campo de “aniquilação pelo trabalho” representam um tipo qualitativamente diferente de Auschwitz, o puro campo de extermínio pelo extermínio, que se desligou completamente do lúgubre fim “utilitarista” do fetiche da valorização, para simular uma espécie de destruição simbólica deste mesmo fetiche, através da aniquilação de substituição dos judeus.

O anti-semitismo moderno é o sucedâneo irracional da crítica emancipatória do capitalismo, uma crítica aparente do poder esmagador do “sujeito automático”, através da exclusão real que culmina na aniquilação dos judeus; e é por isso mesmo que constitui a última reserva ideológica da forma de sujeito capitalista: a saber, a opção de redireccionar a inevitável revolta contra os desaforos sobre um objecto sucedâneo, salvaguardando o sistema.

O anti-semitismo constitui simultaneamente um catalisador para o flanqueamento racista e biologista ou culturalista do imperialismo democrático da segurança e da exclusão. Como esta definição do inimigo constitui uma determinação de substituição imaginária, ela pode dirigir-se contra grupos populacionais judeus reais, mas não necessariamente. O anti-semitismo, como desencaminhamento projectivo da revolta, também funciona sem judeus, precisamente por se tratar de uma projecção fantasista. O *pogrom* real pode dirigir-se também contra “estrangeiros”, pessoas de cor, deficientes, socialmente excluídos, mas para isso é necessário o catalisador do anti-semitismo (independentemente do estatuto e da intensidade que este possua na situação respectiva). Somente a orientação das energias negativas libertadas pela crise para esta imagem fantasista torna também possível a reformulação racista empírica do processo de exclusão. Só quando o princípio negativo puder ser identificado “em cima”, etnoculturalmente e em termos de “biologia racista”, nos judeus, pode também o mecanismo racista de selecção da crise ser aplicado “em baixo”, contra pessoas de cor, estrangeiros, etc.

O desejo das massas de permanecerem na situação de direito e de exigência do estado de excepção “normal” coagulado, e de desviarem a definição dos novos *homines sacri* para outros, encontra assim uma forma contínua ideológica e prática. No entanto, esta lógica interna do processo de crise consoma-se hoje num nível de contradição muito mais elevado do que entre as duas guerras. A liquefacção do estado de excepção, não no recipiente da soberania, mas como liquefacção e dissolução da própria soberania, dinamiza a pulsão de morte imanente à forma fetichista moderna: vertical e horizontalmente, transversalmente aos estratos e segmentos da sociedade mundial, todos se definem uns aos outros como *homines sacri*. O correspondente impulso da soberania em decomposição mistura-se com o impulso espontâneo da população, e em ambos o catalisador do anti-semitismo produz efeito, de forma aberta ou oculta.

Também entre o facto básico da “superfluidade” de crescentes massas de pessoas e o colapso do direito internacional, entre a dessubstanciação da forma do valor, do direito e da soberania e a lei marcial planetária do imperialismo global não existe certamente uma identidade imediata, mas sim um amplo contexto de mediação. Ainda assim, as vertentes externa e interna da desjuridicização condicionam-se mutuamente. E o reaparecimento do estado de excepção social original, da forma moderna primordial da “vida nua” e do *homo sacer* moderno, na dupla figura do “judeu” e do “supérfluo”, é também o subtexto das guerras de ordenamento mundial exteriores, em que se manifesta o estado de excepção mundial, que vai dando lugar à anomia democrática.

No nível de crise da terceira revolução industrial, perspectiva-se que todos os seres humanos se tornem “seres humanos dos direitos humanos” (*ibidem*, p. 140), como Agamben formula entroncando em Hannah Arendt, porque agora “todos são *homines sacri* em potência” (*ibidem*, p. 124). Mas esta derradeira consequência auto-agressiva da exclusão inclusiva, que desemboca na auto-aniquilação, consoma-se ainda no padrão polar de racismo e anti-semitismo, da definição de uma “vida indigna de ser vivida”, por um lado, e da projecção fantasista de um princípio “de raça estranha” que é preciso eliminar, por outro.

No entanto, este processo já não se desenrola hoje no *modus* de uma formação mais ampla da modernidade, mas no da sua deformação, em que a forma política se decompõe juntamente com a forma económica, e é posta a descoberto a “estrutura fundamental da metafísica ocidental” (*ibidem*, p. 18). Mas, como Agamben não consegue desligar-se do conceito positivista de poder de Foucault, e a sua esclarecedora análise não se refere ao contexto da economia política, ele tem de se ficar, apesar do seu próprio repúdio da política democrática, por um impotente postulado no jargão de Beck e Giddens, nomeadamente “abrir espaço para essa nova política que, no essencial, ainda tem de ser inventada” (*ibidem*, p. 21). Aqui já não há nada para inventar. No estado de excepção do século XXI, não se pode mudar o nome ao *nomos* da modernidade, mas apenas aboli-lo, se a humanidade não quiser abolir-se a si mesma.

10. O CORTEJO ANACRÓNICO

Precisamente porque a base legitimatória é tão fraca e apenas pode ser mantida através de uma espécie de histericização da consciência mediática, vai-se imiscuindo na ideologia da ordem mundial democrática do capital globalizado esse pensamento singularmente anacrónico que tenta manter a nova situação mundial presa às velhas categorias. Os bombeiros da paz mundial passam a vida a falar do futuro democrático do mundo, mas, ao fazê-lo, fixam o olhar notoriamente no passado, como se aí pudessem encontrar algo que os ajudasse a compreender o mundo actual repleto de uma difusa “falta de paz” e “insegurança”.

A luta fantasmática do capitalismo globalizado com as suas próprias criaturas e efeitos colaterais faz os protagonistas intuir que, não obstante todo o seu discurso acerca de uma “política interna mundial democrática”, etc., o modo de produção capitalista é totalmente incompatível com uma humanidade unida em paz, já que, para a maioria global, o momento comum da sua existência como cidadãos do mundo em economia de mercado não é constituído senão por uma desesperada luta pela sobrevivência no seio da concorrência de crise planetária, ou seja, é puramente negativo.

Por isso é impossível a esta grande maioria desenvolver uma identidade “cosmopolita” positiva. Tanto quanto a anticivilização do dinheiro ainda não passou aos ferventes processos de decomposição, a identidade capitalista das pessoas permanece vinculada primeiramente ao Estado-nação, e em seguida aos produtos da sua decomposição, uma vez que a universalidade negativa da forma de sujeito necessita sempre do seu próprio oposto sob a forma de alguma identificação particular (nacional, étnica, racista, religiosa, etc.) para poder dotar a concorrência e a sua “continuação por outros meios” de mecanismos de inclusão e exclusão e executá-la.

Existe, portanto, nos centros ocidentais, algo como uma tenaz inércia da consciência, que se agarra aos dispositivos de regulação do Estado-nação, embora o sistema de referência da soberania também aqui comece a dissolver-se. A inércia do pensamento que se recusa a tomar conhecimento da obsolescência da sua própria forma capitalista de pensar e agir não pode fazer outra coisa senão pretender manter o futuro na grelha do passado.

É isso que tem em conta a ideologia oficial, ao tentar apreender conceptualmente a globalização real “no plano mundial”, na medida em que invoca nostálgicamente, contra o potencial negativo desta, a regulação política, na verdade vinculada ao Estado-nação, pretendendo, ao mesmo tempo, mobilizar contrafactualmente a velha identidade dos “interesses” nacionais para a concorrência da globalização, por exemplo, nas diversas campanhas pela “localização do investimento”. Os sujeitos da representação institucional e ideológica são aqui obrigados a fazer essa espargata dilacerante entre o patriotismo e o globalismo, que não só os faz apregoar o “cosmopolitismo dos decentes” simultaneamente com concessões nem sequer especialmente envergonhadas aos gangues racistas e nacionalistas, mas também os impele a querer ocupar por igual os dois planos de referência historicamente divergentes, tanto económica como politicamente.

Neste contexto criam-se diversos padrões interpretativos anacrónicos sobrepostos, que obstinadamente projectam sobre a passada época das guerras mundiais o processo da globalização do capitalismo de crise, da anomização democrática e das guerras de ordenamento mundial. O pai do pensamento é o desejo ilusório que vai brotando a cada passo de que, à semelhança do que aconteceu após 1945, da incompreensível “agitação” e “desordem” da realidade e dos conceitos, volte a emergir uma nova época de crescimento, de prosperidade, de Estado de direito pacificado e

de normalidade democrática, à qual também voltasse a aplicar-se o velho aparelho conceptual, embora para tal já não existam quaisquer condições de desenvolvimento, qualquer capacidade real de acumulação do capital global, nem qualquer quadro de referência coerente. A ignorância refugia-se na nostalgia.

Esta notória fuga para o passado apresenta-se num quadro que varia com a referência ideológica, misturando-se os padrões legitimatórios difusamente: o etéreo reino das construções ideológicas nostálgicas requer muito menos clareza e coerência do que outrora a interpretação legitimatória de uma constelação real da sociedade mundial. Para o mundo actual dos processos de crise, de desmoronamento e dissolução da modernidade, já não é possível criar um contexto de fundamentação coerente nos próprios conceitos dessa mesma modernidade. Assim, agora, na projecção nostálgica para um mundo do passado tornado irreal, misturam-se alegremente alhos com bugalhos, uma vez que de qualquer modo já não é possível nenhuma referência adequada à realidade – a não ser pela formulação de uma crítica radical do próprio sistema moderno produtor de mercadorias, que, contudo, é recusada por parecer totalmente impensável.

O materialismo vulgar e a irracionalidade do sistema

No mundo da concorrência de crise, a invocação do “interesse” constitui um campo da projecção nostálgica. Esta opção constitui o momento mais cínico e vulgar no suposto “realismo” da consciência vinculada à forma da mercadoria. Mas, evidentemente, o materialismo dos interesses da história de ascensão e imposição do capitalismo já não pode ser mobilizado do mesmo modo ingénuo, visto que as contradições internas da categoria do interesse entram pelos olhos adentro, nas condições de crise da terceira revolução industrial. Na mesma medida em que a metafísica oculta da modernidade se torna visível à superfície de toda a acção, e o vazio metafísico, a “vigência sem significado”, o “princípio vazio” se apresentam de imediato na referência aos objectos do interesse, também se faz notar desconcertantemente a irracionalidade fundamental da forma do interesse que corresponde à geral forma fetichista da vontade.

Neste ponto torna-se necessário debruçarmo-nos uma vez mais sobre a irracionalidade inerente ao moderno sistema produtor de mercadorias, sobre a – falando em termos populares – “loucura” dos seus critérios, sobre o carácter de fim em si do processo de valorização e a sua relação com as expressões do interesse subjectivo (tanto individual como nacional).

Já há muito que faz parte do necessário esforço do pensamento supostamente “realista”, tanto de direita de esquerda, colocar, em situações de conflito, sociais ou referentes à política mundial, a pergunta *cui bono?*, ou seja, quais os interesses que orientam a acção. Com efeito, esta pergunta não deixa de ser legítima num sentido analítico, mas tem de ser claro a que plano se refere. Pois a categoria do interesse já se situa no terreno da ontologia capitalista, ou seja, no interior do invólucro da superiorforma de fetiche da modernidade. Numa sociedade liberta deste invólucro coercivo e, assim, de leis sistémicas cegas, as pessoas nem sequer poderiam defrontar-se sob a forma autonomizada de “interesses” (anteriores a qualquer conteúdo) não definidos por elas próprias, mas “objectivamente” pressupostos às expressões das suas vontades.

A racionalidade capitalista do que se designa por interesses, incluindo os interesses secundários “políticos” ou jurídicos, sempre se refere apenas à lógica do processo de valorização e dos seus procedimentos objectivados, ditados pela concorrência. Trata-se de uma acção “racional”, “orientada por interesses racionais”, exclusivamente dentro deste contexto sistémico que, no entanto, é ele próprio altamente irracional: a valorização do capital representa um fim em si abstracto, desacoplado de todas as necessidades humanas, que acaba por dar azo a uma acção autodestrutiva.

Tudo depende, então, de distinguirmos os dois planos que são a racionalidade instrumental imanente ao sistema, por um lado, e a irracionalidade destrutiva do carácter do sistema enquanto tal, por outro, para, numa análise do real, poder investigar a sua relação recíproca. A racionalidade dos

interesses orientada para fins é frágil, nunca resulta a cem por cento, porque a irracionalidade do carácter do sistema não pode deixar de a influenciar.

Assim, o “interesse” constitui um determinado fio condutor analítico para se poder compreender os motivos e objectivos da acção de sujeitos económicos e políticos; mas uma dedução unidimensional da ontologia de correlações de interesses capitalistas pressupostos leva sempre ao engano, porque não tem em devida conta a “loucura” da própria relação de capital (a dimensão superior). Em vez de penetrar a agregação de correlações de interesses contraditórias e o carácter irracional das mesmas, a análise tem de se aventurar a construir um nexos causal unidimensional, por assim dizer, quadrado, prático e bom, de um “interesse material” isolado, de motivações inequívocas daí resultantes e de acções em si isentas de contradições.

Este modo de proceder é precisamente o que se pode designar por materialismo vulgar. E não há dúvida de que, embora com tónicas diferentes, tanto a ideologia burguesa (conservadora de direita ou liberal) do poder e dos interesses, mais ou menos descarada e cínica, ainda não moralmente disfarçada, como o tradicional marxismo do movimento operário, se viram constrangidos a professar em tão elevado grau este método materialista vulgar, precisamente porque eles próprios sempre se referiram apenas a uma determinada posição de interesse imanente ao sistema, sem enxergarem criticamente o sistema de referência comum, transversal às classes. Este materialismo vulgar positivista nunca conseguiu nem consegue pensar senão nas categorias da ontologia capitalista, sendo refém da racionalidade orientada para os fins do moderno sistema produtor de mercadorias, cuja irracionalidade superior (e daí também o conceito de fetiche de Marx) tem de se lhe afigurar um livro fechado a sete chaves.

Para os que professam tal materialismo básico é claro como água que os diversos e contraditórios fenómenos das novas guerras de ordenamento mundial têm unicamente por base sólidos “interesses económicos” que, em seguida e como sempre, são traduzidos por potências nacionais imperiais numa acção concorrencial política e militar. Sobre a natureza desse interesse pode-se então fabular à vontade.

Já para a época das guerras mundiais da primeira metade do século XX, a teoria de um nexos causal linear entre interesses “do capital” com uma racionalidade instrumental e a sua transposição na história político-militar pelos respectivos Estados nacional-imperialistas era de vistas curtas. Por um lado, mesmo numa época em que o papel do Estado-nação de “capitalista global ideal” dos capitais centrados numa economia nacional ainda não se encontrava tanto em questão como hoje, mesmo aí era impossível uma síntese sem contradições dos interesses económico-empresariais caracterizados por uma racionalidade instrumental dos capitais (que se encontravam em concorrência mesmo no espaço interno da economia nacional) num único interesse global nacional. Apenas se podia tratar sempre de uma agregação contraditória de interesses divergentes, que imprimia à resultante da respectiva forma político-militar um carácter igualmente contraditório. Dificilmente o expansionismo nacional-imperial alguma vez “valeu a pena” no sentido cru da imediata evidência económica empírica, e mesmo no próprio plano da economia empresarial terá sido esse o caso para relativamente poucas empresas.

Por outro lado, e sobretudo, já nessa época, o próprio irracionalismo da forma da finalidade e do interesse se sobrepunha e, em situações agudizadas, a bem dizer atropelava a racionalidade imanente orientada para fins. Afinal é inerente à relação de capital enquanto tal que não seja de modo nenhum apenas a seca racionalidade instrumental (por exemplo a indubitavelmente existente necessidade de matérias-primas) que assume um carácter “material”, mas igualmente a irracionalidade superior. O acesso a determinadas matérias (petróleo, metais, etc.) não segue de modo nenhum uma necessidade material directa, mas já está determinado e filtrado, ele próprio, pela nada material forma de fetiche da “valorização do valor”, que impõe uma forma totalmente louca de se lidar tanto com as próprias necessidades físicas, como igualmente com a matéria extra-humana do mundo.

E, no seguimento, a loucura desta relação estabelece por si adicionais interesses “materiais” e ao mesmo tempo imediatamente irracionais, como o de uma externalização de contradições internas à

sociedade ou, se tal já não for possível, como nas condições actuais de uma globalização em contexto de crise, o de um paradoxal isolamento em face da contradição interna tornada relação mundial. E, por fim, também se “materializa” a ideologia, o tratamento projectivo e fantasmático dessa contradição, e volta a transformar-se, ela própria, numa violência material que até pode fazer tábua rasa dos interesses intrinsecamente racionais definidos pela economia (basta pensar no Holocausto dos nazis).

Com efeito, o materialismo vulgar atrapalha-se com semelhantes condicionalismos a cada passo, mas não consegue encaixá-los no seu sistema de categorias, por isso se vendo constrangido a reproduzir o seu acto falhado positivista sempre de novo. O mesmo acaba por se aplicar também a teóricos como Lenine que, de facto, apreendeu analiticamente e com acerto a fenomenologia dos interesses do capital nacional-imperial na situação de então, mas de modo reduzido à dimensão irracional, porque refém do positivismo do sistema produtor de mercadorias do marxismo do movimento operário.

Já a Primeira Guerra Mundial (e afinal todas as guerras da história da modernização em geral) não se resumiu a um nexos linear entre interesses “racionais” de conquista territorial e de matérias-primas, por um lado, e o cálculo político-militar, por outro, mas consistiu muito mais numa explosão, que excedeu todo e qualquer cálculo, das contradições sociais e do seu fantasmático tratamento ideológico, e que acabou por mandar pelos ares também a racionalidade burguesa orientada para fins. E mesmo nesta ocorrência voltaram a poder acender-se “interesses materiais” secundários que assumiram a mesma forma, desde o que lucrou com o negócio das armas até ao pequeno vendedor de mercado negro.

Este nexos interno indissociável entre a “materialidade” caracterizada pela racionalidade orientada para os fins dos interesses e a loucura da forma social e do seu movimento tanto mais se aplica à situação actual, em que a crise mundial da terceira revolução industrial torna manifesto o limite interno absoluto do sistema também em termos económicos, voltando a libertar a energia destrutiva da irracionalidade capitalista numa forma alterada, ela própria globalizada.

O materialismo vulgar, burguês e do marxismo do movimento operário, cai aqui num duplo acto falhado. Em primeiro lugar, esconde, da maneira habitual, o superior carácter de fetiche de todo este espectáculo, em favor do “rasto dos interesses” percebido de modo redutor; percepção essa que, em si, desde sempre foi errónea, mas que, na história da ascensão do sistema, pelo menos era capaz de disponibilizar, em largos trechos, um certo fio condutor de dadasmargens de manobra para a acção, um pouco como a antiga navegação náutica com base numa imagem ptolemaica do mundo. Hoje, pelo contrário, já nem permite uma compreensão redutora dos factos, ou seja, já não permite orientação nenhuma.

Em segundo lugar, porém, a esta percepção falta hoje até o campo de referência puramente imanente da globalização, uma vez que por princípio apenas se torna possível de um ponto de vista que se situa no antigo e defunto mundo das potências da expansão nacional-imperial. Fazer vista grossa à irracionalidade sistémica, por um lado, e ficar sentado sobre a constelação passada do mundo de uma concorrência multipolar de impérios nacionais, por outro, são as duas faces da mesma moeda de uma interpretação anacrónica.

Isto, evidentemente, não significa que correlações de interesses objectivas, definições de interesses subjectivas e correspondentes cálculos, modos de proceder e estratégias já não tenham qualquer importância, bem pelo contrário. Tal aplica-se com especial clareza ao imperialismo petrolífero do império global. Mas agora os interesses apresentam-se imediatamente na sua forma irracional, e também a sua imposição prática é por isso determinada com uma clareza muito maior do que no passado.

Isto também tem certamente algo a ver com o facto de a forma do acesso imperial resumida ao Estado-nação se ter tornado obsoleta e de o “imperialismo global ideal” vacilar continuamente entre a particularidade nacional (dominância dos EUA) e uma encarnação precária do universalismo negativo (NATO, legitimação pelos direitos humanos, etc.). Também a interpenetração mútua entre vulgares interesses petrolíferos do imperialismo global, por um lado, e motivos do imperialismo da

segurança e da exclusão, por outro, cria uma mistura difusa de interesse com racionalidade interna e de loucura sistémica. O materialismo dos interesses, supostamente racional, ganha assim uma figura duplamente surreal e fantasmática, a saber, tanto no plano meta do carácter sistémico como no plano interno da constelação mundial real do poder imperial.

Sempre de novo, a Primeira Guerra Mundial

Uma vez que não dispõem de conceitos adequados, os ideológicos metafísicos do interesse criam uma grotesca gíria analítica que pretende reformular a nova situação mundial no horizonte de compreensão da velha “geopolítica”, embora esta pressuponha implicitamente um sistema de referência feito de Estados-nações imperiais e soberanos e das respectivas economias nacionais com relativa autonomia, que já nem sequer existe. O carácter reaccionário e paradoxal deste discurso já ressalta do facto de que, ao mesmo tempo que se discorre sobre “estratégias” geopolíticas à imagem do passado, corre um discurso paralelo sobre a dissolução das bases económicas nacionais de semelhantes opções estratégicas pelo processo da globalização.

É característico que, por exemplo, Zbigniew Brzezinski se alongue, no rasto de “clássicos” há muito tornados anacrónicos da geografia política, como Karl Haushofer ou (no espaço anglo-saxónico) Harold Mackinder, sobre as opções geopolíticas de diversos Estados no mundo de hoje, enquanto, ao mesmo tempo, fala expressamente de uma “hegemonia de tipo novo” (Brzezinski 1999, p. 17) relativamente aos EUA e, nesse contexto, até realça a perda de importância do factor territorial: “Na história das relações internacionais, na maior parte dos casos era a questão da soberania territorial que estava no centro dos conflitos políticos [...]. Sem exagero, pode-se dizer que o esforço pela expansão do seu território foi o impulso mais importante para o comportamento agressivo de Estados-nações [...]. Nos tempos mais recentes, porém, a questão da posse de território perdeu importância para a maioria dos Estados-nações [...]. As elites dirigentes nacionais chegam cada vez mais à conclusão de que, para o estatuto ou a importância internacional de um Estado, há outros factores mais decisivos que os territoriais” (Brzezinski, *ibidem*, p. 61).

Mas como o sistema de pensamento “geopolítico” está precisamente vinculado ao peso decisivo do factor territorial e assim a um conceito da “hegemonia do velho tipo”, ou seja, precisamente “potências expansivas” nacional-imperiais e soberania nacional intacta, Brzezinski, na sua análise ideologicamente ofuscada, apenas consegue fazer um jogo de cintura argumentativo, sem conseguir explicar o real processo que a sociedade mundial está a percorrer sob a hegemonia de crise “de tipo novo” dos EUA, no qual se incluem precisamente a erosão da soberania, o estado de excepção global e o tribunal marcial global. Acresce que, de um ponto de vista capitalista, tal explicação já nem sequer é possível, precisamente porque a capacidade de desenvolvimento do sistema mundial se esgotou e, da perspectiva interna, já não se consegue abarcar o todo.

De uma perspectiva, portanto, que pressupõe cega e positivamente o moderno sistema produtor de mercadorias, a contradição entre uma fenomenologia dos factos alterados e a grelha interpretativa anacrónica apenas pode ser resolvida na aparência, ignorando os factos manifestos e substituindo-os por uma percepção fantasmática; mais ou menos como, segundo investigações da pesquisa cerebral, o órgão central humano pode alucinar a continuação da existência de membros perdidos do corpo, e ocasionalmente homens, aos quais o sexo foi amputado devido a acidentes ou ferimentos de guerra, vivenciam as erecções de um pénis-fantasma.

Nesta medida, o recurso meramente ideológico e nostálgico a correlações de interesses, pretensões e fantasias de auto-afirmação nacionais supostamente “sólidas”, acompanhado da integração no real imperialismo global democrático e em estruturas de crise transnacionais da relação de capital, constitui um tratamento “esquizofrénico” de contradições capitalistas insolúveis que, pelo menos no papel, que é manso, pretende ter em devida conta as alterações recorrendo, ao mesmo tempo, à percepção fantasista de uma realidade passada. Apenas o discurso correspondente das elites dos EUA ainda contém resquícios de uma referência à realidade, no entanto totalmente destrutiva,

nomeadamente no que diz respeito aos meios do poder militar nacional, ao passo que, relativamente às alterações estruturais e à perspectiva da crise, é tão irreal como o raciocínio correspondente noutro lado qualquer.

Neste sentido, depois do colapso do socialismo de Estado, o velho discurso dos interesses nacionais celebrou a sua ressurreição, desde os veteranos de olhos esbugalhados da geopolítica até ao “centro” da sociedade, por assim dizer, como uma espécie de erecção-fantasma ideológica. O padrão seguido pela correspondente interpretação das contradições operada pelo materialismo vulgar é claramente o da Primeira Guerra Mundial, quando as potências nacional-imperiais fizeram valer, de um modo primário e absolutamente ingénuo, pretensões de controlo territorial, de exploração de matérias-primas e, no final de contas, de dominação global. Neste sentido, a divisa dos nostálgicos dos interesses nacionais é: “Sempre de novo, a Primeira Guerra Mundial!” Dê por onde der, o mundo da globalização é interpretado como se estivéssemos em 1914, e os fenómenos que já não se coadunam com tal perspectiva são enfiados à força nesse esquema anacrónico.

O neonacionalismo que a tal anda associado pesca nas águas turvas do vazio conceptual geral, recuperando elementos das velhas ideias e objectivos nacionais da época anterior à Primeira Guerra Mundial, mas recompondo-os e tentando inseri-los no contexto do “imperialismo de exclusão” virado para o interior, em vez do velho imperialismo de expansão virado para o exterior, assim os colocando numa relação em si mesma contraditória, lógica e praticamente impossível.

Faz parte desse folclore a mania francesa da “*grandeur*” nacional, associada a um anti-americanismo balofo que, de resto, abrange vastos sectores da esquerda, tal como os sonhos germânicos urdidos à lareira por compulsivos fanfarrões conservadores até ao tutano, no *Frankfurter Allgemeine Zeitung* ou no *Merkur* e noutros jornais, que esperam da “república de Berlim” uma “geopolítica” alemã própria, agora que os alemães de Leste foram final e gloriosamente reintegrados no império.

Naturalmente que este discurso é, por um lado, ainda muito mais anacrónico no que diz respeito ao desenvolvimento real do que a ideologia do consenso dos democratas mundiais que (como Brzezinski) também continua a pensar em categorias antigas e com a qual em parte se mistura eclecticamente. Por outro lado, o carácter anacrónico é a condição para que se possa fornecer um padrão interpretativo compatível com as categorias capitalistas, no meio das contradições dilacerantes do sistema mundial em colapso.

Deste modo, os momentos dispersos do neonacionalismo ganham uma importância que vai além dos artigos de opinião, na medida em que mobilizam, perante os processos de globalização do capitalismo de crise e concorrência, um difuso potencial de medo no seio da sociedade e motivos comuns do chauvinismo da abastança, para mais uma vez os transformar de um modo fantasmático em energia política tradicional que é aproveitada politicamente pelos Haider, Berlusconi e outros que tais.

Ao mesmo tempo, porém, na defensiva histórica por motivos objectivos do Estado-nação e da política, esta energia é demasiado fraca para voltar a dar origem a uma hegemonia sócio-política, ou até poder dar ao mundo nacional-imperial um renascimento na crise. Não há maneira de voltar a esta constelação há muito desaparecida. As massas têm disso tanta consciência como as elites funcionais. Por isso, embora o potencial neonacionalista, desde a variante do “patriotismo constitucional” até à etnorracista, se infiltre continuamente no discurso global como “sentimento”, motivo de “localização de investimento” e impulso de resseguro, não consegue dominá-lo de modo abrangente. Os esquemas legitimatórios que oscilam entre o globalismo e o nacionalismo permanecem necessariamente instáveis, o que, por um lado, até é o pressuposto do seu êxito nas sondagens da “vontade dos eleitores” (na medida em que reflectem a instabilidade desta última), mas, por outro lado, também é expressão de crescentes incapacidade política e paralisia da acção.

Não é por acaso que o principal constructo legitimatório do “imperialismo global ideal” não invoca primariamente o conceito do “interesse material”, mas o da “intervenção humanitária”. Não se trata aqui apenas de um tosco encobrimento ideológico de interesses brutos por matérias-primas e outras coisas mais. Tal encobrimento hoje já nem seria necessário, uma vez que a consciência das massas

de qualquer modo já se economificou a tal ponto que o interesse brutal não lhe parece estar minimamente em contradição com a “ideologia humanitária”.

Na realidade, o que está em causa não é o revestimento de interesses económicos positivos com roupagens morais, mas é algo completamente diferente: aos próprios interesses económicos positivos sobrepõe-se o processo planetário de crise do contexto sistémico em que esses mesmos interesses se encontram englobados. O que se passa já não é como na véspera da Primeira Guerra Mundial, em que o modo de produção enquanto tal funcionava no seu próprio terreno sem graves perturbações, enquanto, no plano político, as potências nacional-imperiais se armavam para o “combate final” pela dominação territorial nesse terreno. É por isso que hoje o próprio interesse não vai apenas nem tanto assim para objectos positivos (económicos e políticos), e muito menos para o controlo nacional de territórios, mas antes para a obstinada preservação do próprio contexto sistémico: a vontade de manter o sistema sobrepõe-se ao interesse material individual positivo. Ou, por outras palavras: os motivos do imperialismo da segurança, e sobretudo do imperialismo de exclusão, dominam e perpassam os motivos do imperialismo do petróleo e do imperialismo de mercado; e as medidas intra-democráticas de emergência sistémica dominam e perpassam a “política económica” capitalista positiva. O problema da crise, o problema do limite interno objectivo, tornou-se o factor decisivo; e é precisamente por isso que a metafísica oculta da forma social deixa cair o véu e o momento da irracionalidade se manifesta de imediato no próprio interesse.

A linha mestra da autolegitimação imperial nem sequer pode regressar ao ingénuo materialismo de interesses e territórios da Primeira Guerra Mundial, o que, evidentemente, de modo nenhum quer dizer que devemos levar a sério a ideologia da “intervenção humanitária”. Não deixa de se tratar de um disfarce moral de vis motivos, com a diferença de que o que está em causa não são meros interesses em matérias-primas e mercados de escoamento, mas sobretudo medidas de policiamento global por parte do imperialismo da segurança e da exclusão no âmbito do estado de excepção global. O materialismo vulgar fracassa perante esta problemática. Que, neste tipo de autolegitimação imperial, o cinismo pode manifestar-se tão abertamente como na fundamentação social-darwinista de interesses imperiais na Primeira Guerra Mundial, vê-se bem numa argumentação do estilo da do professor de direito constitucional Ulrich K. Preuss.

Dito isto, o interesse imperial, sobretudo no acesso ao petróleo, o combustível da máquina-mundo, não diminuiu de modo nenhum; e, para este fim, todo o aparelho militar está disponível a qualquer momento. Mas, em primeiro lugar, o interesse específico no petróleo não constitui porventura a “base” “material” ou económica a que se refira toda a estratégia e modo de proceder imperial como uma “superestrutura” político-militar, antes o imperialismo do petróleo está incorporado como momento integrante no imperialismo da segurança e da exclusão global da política de crise. E, em segundo lugar, e temos de o repetir até à exaustão perante a obstinação anacrónica de interpretações nostálgicas, também no caso do “materialismo do petróleo” já não se trata de um conflito territorial de potências nacional-imperiais, mas de uma actuação de polícia mundial do “imperialismo global ideal” contra “potenciais fontes de perturbação”, factores de insegurança, etc.

Como os EUA, na sua qualidade de última potência mundial de base nacional, lideram sós o imperialismo global democrático, a administração dos EUA tende necessariamente a definir a actuação imperial no quadro de “interesses nacionais”; e, como o demonstra a argumentação de Preuss, os ideólogos do imperialismo global também concedem aos EUA uma espécie de materialismo dos interesses nacionais, mesmo que apenas sirva de sustentáculo a intervenções pretensamente “humanitárias”. Mas esta atribuição é contraditória em si mesma, pois quando os EUA se referem legitimatoriamente ao interesse nacional, não o fazem para se delimitarem de outros concorrentes e contra-poderes nacional-imperiais, mas no âmbito do imperialismo global que lideram.

O que se afirma aqui é uma contradição menos exterior do que interior, em que se manifesta, por seu lado, a irracionalidade da relação global. Em todo o caso, a autolegitimação universalista dos guerreiros de ordenamento mundial no contexto de um “imperialismo dos direitos humanos”, a que não deixa de ser inerente o momento do inamovível interesse pelo petróleo como momento do

imperialismo global (o que é admitido com o maior desassombro), corresponde muito mais à real constelação do mundo do que a interpretação anacrónica do materialismo vulgar puro que invoca os interesses. Mas, precisamente porque o verdadeiro interesse se torna tão contraditório e precário no limite do sistema, essa interpretação nostálgica de uma perspectiva voltada para trás imiscui-se na elaboração ideológica de todos os intervenientes.

Isto aplica-se, não em último lugar, à esquerda em sentido lato, que afinal nunca conseguiu desprender-se da ontologia capitalista, e cujas construções ideológicas, no seu processo de decomposição desde os anos 80 do século passado, não por acaso serviram tanto a errónea interpretação universalista e dos direitos humanos da nova época, como a sua congénere anacrónica do materialismo vulgar.

Condutores da nova esquerda em contramão da História

Não é por acaso que precisamente a legitimação belicista do novo “imperialismo global ideal” da NATO, após o fim de uma época, conta com o apoio decisivo tanto de antigos combatentes de rua da esquerda radical como de pacifistas que paradoxalmente se mantêm convictos. Este facto peculiar apenas pode ser explicado com base na história da nova esquerda desde 1968 e nas suas referências históricas.

Num largo espectro de proporções de mistura, a imagem do mundo desta esquerda compunha-se, no essencial, de três componentes. Em primeiro lugar, tratava-se, especialmente no caso dos elementos estudantis e outros integrantes juvenis à época da chamada nova esquerda, desse superficial idealismo democrático e pacifista “burguês de esquerda” que até hoje caracteriza não apenas os habermasianos, como amestrados filósofos domésticos do sistema produtor de mercadorias, que, com as frases feitas do Iluminismo e dos “valores ocidentais”, ainda gostariam de atravessar o século XXI a fazer batota. Este muco primordial da democracia não se tornou mais coerente com a verdade pelo facto de ser receitado repetidamente como medicamento geriátrico a uma crítica social teoricamente enfraquecida (por exemplo, com a escorregadia fórmula de um “reformismo radical”).

Em segundo lugar foi marcante para a esquerda o chamado anti-imperialismo e com ele a referência positiva aos “movimentos de libertação nacional” do Sul global, carregada de romantismo revolucionário e emblemática. Pelo menos desde o movimento mundial contra a guerra do Vietname, o “imperialismo dos Estados Unidos” converteu-se aqui no inimigo principal.

Mas, neste contexto, o conceito do imperialismo não se desprende da já defunta estrutura policêntrica das antigas potências expansionistas nacional-imperiais. Por isto, este anti-imperialismo já não conseguiu sintetizar o desenvolvimento então real no contexto da Guerra Fria. A referência identitária aos regimes “anti-imperialistas” que, de acordo com a sua própria lógica, permaneciam no horizonte da modernização atrasada e, assim, do sistema mundial capitalista, também não permitia uma compreensão suficiente da relação de capital e do seu desenvolvimento global. Em vez disso, a esquerda ocidental algemou-se com esta referência, precisamente como anti-imperialista, à ideologia dos historicamente atrasados (o que após 1989 significou em muitos aspectos: diz-me com quem andas e eu te direi quem és!).

Neste conceito redutor de imperialismo, até o “ponto de vista nacional” contra os EUA, definidos como inimigo principal no plano global, podia passar já de si por “anti-imperialista” e com conotações de esquerda radical. Com o estímulo da orientação para os “movimentos de libertação nacional” do Sul global, na “nova esquerda” dos anos 60 e 70 do século passado, a “nação” foi repetidamente mistificada como uma entidade que no fundo sempre teria sido anticapitalista (como foi o caso em Rudi Dutschke) – sem se perceber que precisamente este constructo da “revolução nacional”, que obnubila o carácter essencialmente capitalista de tudo o que é nacional, já desde o início do século XIX tinha sido um componente central daquela “ideologia alemã” que conduzira em linha recta até aos nazis.

À medida que o elemento repressivo e destrutivo se desvendava em variadas formas de decadência nos regimes pós-revolucionários do Terceiro Mundo, desde os anos 80 do século passado, o anti-imperialismo da esquerda tornou-se, nos centros capitalistas, um catalisador para a remobilização de um sentimentalismo patrioteiro. Mais ou menos às escondidas, esta crítica redutora do capitalismo começou a reformular o constructo da “revolução nacional” contra a hegemonia dos EUA, (mal) entendida num sentido antigo e datado, também para as “nações” do capitalismo europeu desenvolvido.

Em terceiro lugar, por fim, a esquerda recorreu evidentemente ao marxismo, mas sobretudo na sua leitura antiga, que já esbarrara nas suas limitações, enquanto marxismo do movimento operário. Neste contexto, nunca abandonou a posição de uma mera luta por interesses e por reconhecimento, dentro das categorias capitalistas. Na sua dimensão profunda, a teoria de Marx enquanto tal manteve-se inacessível também à compreensão da nova esquerda; essa teoria apenas era recebida na medida em que parecia ser compatível com o idealismo democrático burguês e com o ponto de vista anti-imperialista da “revolução nacional”.

O aconceptual *cliché* burguês da “democratização” de tudo e mais alguma coisa e a referência romantizadora aos “movimentos de libertação nacional” tanto mais se conformavam com o marxismo do movimento operário quanto o antigo movimento operário (e mais ainda os regimes industriais capitalistas de Estado do bloco do Leste) na sua aceção positivista já muito antes tinha inscrito nos seus estandartes a “democracia” e a “nação”.

Já no final dos anos 70, o verniz marxista da esquerda começou a estalar, mas sem que os limites do marxismo do movimento operário tivessem sido compreendidos como os limites do próprio sistema e como necessidade de uma transformação da teoria de Marx. Em vez disso, a maior parte da esquerda dissolveu-se, com o esboroar da teoria marxista, nos dois componentes ideológicos restantes, que agora podiam apresentar-se na sua forma puramente burguesa.

A orientação pela nação como ponto de referência supostamente anticapitalista e anti-imperialista converteu-se, libertada do seu lastro marxista, em parte numa ideologia e política nacionalistas abertamente de extrema-direita (tal como, de resto, o patriotismo “socialista” em toda a Europa de Leste, incluindo a Alemanha do Leste). A mutação de alguns dos tribunos do radicalismo de esquerda alemão de 1968 em nacionalistas reaccionários (por exemplo, Bernd Rabehl) e até em neonazis assumidos (por exemplo, Reinhold Oberlercher ou Horst Mahler) é, nesta medida, mais coerente do que pode parecer à primeira vista.

E não podia deixar de se referir que, a partir desta posição, foram repescados positivamente elementos do anacrónico discurso “geopolítico” do materialismo vulgar dos interesses nacional-imperiais, ainda que de modo tão precário como noutros contextos (como por exemplo em Brzezinski), porque o ataque principal da elaboração ideológica da direita radical, neonacionalista e racista já não se dirige para o exterior, mas, no contexto do imperialismo de exclusão, dirige-se muito mais para o interior (propaganda contra os estrangeiros, etc.). O que, neste contexto, resta da velha opção “geopolítica” é, na RFA, à semelhança do que acontece em França, um anti-americanismo difuso e nacionalista de direita que alucina com a possibilidade de desacoplar o interesse nacional (ou europeu) do imperialismo da segurança e da exclusão de algum modo “de direita e anti-imperialista” dominado pelos EUA, para o que não existem quaisquer condições reais.

O idealismo burguês de esquerda, democrático e pacifista das “boas pessoas”, por seu lado, agora igualmente libertado da incómoda associação ao marxismo, apenas precisou de algumas correcções semânticas de somenos na sua máquina democrática de debitar frases feitas para regredir de uma postura crítico-moral para uma postura plenamente afirmativa, a fim de se instalar comodamente e numa atitude auto-incensadora (“o que nós não alterámos num sentido progressista!”) “na República” e ingressar como uma colecção de monumentos de 1968 na arquitectura do poder.

A mutação rumo ao belicismo moralista e, em termos pessoais, a numerosos comandantes do “imperialismo global ideal” atirador de bombas (quão inofensivo era afinal o jovem Joschka Fischer como membro que apenas atirava pedras da “equipa de limpeza” de Frankfurt!) foi igualmente coerente. O idealismo democrático de esquerda, na Alemanha e em toda a Europa, conseguiu assim

concertar-se com a ideologia intervencionista universalista do ideológico imperialismo dos direitos humanos, que já se tinha formado nos países anglo-saxónicos desde Wilson.

Os momentos anti-imperialistas e de “revolução nacional”, assim como os do idealismo democrático da esquerda, que, longe da referência marxista, são oficialmente divididos pela inimizade e que ainda assim, como variantes de formações de reacção intra-capitalistas (e ideologicamente anacrónicas), se mantêm subterraneamente ligados, foram assim apanhados, com a mesma intensidade em ambos os casos, pela respectiva “Dialéctica do Iluminismo”. Neonazis idosos de um lado e bombistas democráticos globais igualmente idosos do outro: que bela revelação da consciência rebelde de 1968, cujos representantes de outrora têm hoje de se contorcer para se justificarem e desculparem pelo facto de, na sua juventude, terem pensado de modo quase que emancipatório.

A esquerda radical a dormir toda uma época

De facto o que resta da reduzida esquerda, que não foi apanhada por este processo de decomposição em posições belicistas da democracia mundial e em posições etnonacionalistas, continuou como dantes a opor-se e a manifestar-se contra o desenvolvimento capitalista sob a forma das guerras de ordenamento mundial, mas fê-lo sem qualquer ideia sobre a nova situação e, por isso, sem conseguir compreender a analogia da metamorfose dos seus antigos companheiros de luta com a metamorfose do imperialismo.

Antes pelo contrário, longe de enfrentar, de acordo com a época, o verdadeiro carácter do novo imperialismo intervencionista de crise dos democratas mundiais, o que restou da esquerda radical tornou-se, à sua maneira e em todo o mundo, uma parte integrante do anacrónico pensamento burguês no seu conjunto.

De todos os discursos teóricos e políticos acerca da sociedade, o da esquerda radical é hoje de longe o que mais acentuadamente se orienta para o passado. O que resta da esquerda radical constitui em todo o lado um verdadeiramente lamentável “cortejo anacrónico”, que vagueia pela realidade do início do século XXI com a imagem de um mundo passado na cabeça. O que caracteriza esta visão anacrónica da esquerda radical é que não interpreta o colapso da estrutura bipolar das superpotências olhando para a frente, mas olhando para trás.

A fuga para a familiar paisagem ideológica do passado conduz quase automaticamente à conclusão inteiramente contrafactual de que o mundo, após o fim do conflito de sistemas, vai voltar à velha e policêntrica luta concorrencial e de interesses entre as potências nacionais capitalistas pela hegemonia global ou por regiões mundiais, embora faltem todos os pressupostos para isso.

O que, nas reformulações conservadoras e neonacionalistas da anacrónica “geopolítica” nacional-imperial, é recuperado positivamente como opção possível, embora não no seu todo, mas mediado com opções mais contemporâneas do imperialismo racista de exclusão, aparece na fanfarronice compulsiva da antiga esquerda radical negativamente, sem qualquer alteração, como quadro fantasioso de uma nova luta intra-imperialista pela “redistribuição territorial do mundo” no limiar do século XXI. Uma interpretação que assim fecha os olhos à realidade é única no seu género entre todas as correntes ideológicas contemporâneas.

O facto de o radicalismo de esquerda vulgar só saber lidar com esse esquema e voltar a aplicá-lo ofegantemente demonstra uma vez mais convincentemente como já a época da Guerra Fria tinha deixado de ser acessível do ponto de vista teórico e analítico à esquerda na sua totalidade, tendo esta ficado retida na constelação da época das guerras mundiais, pelo que hoje o seu padrão interpretativo está fora de prazo há pelo menos meio século, senão mesmo há um século inteiro. No caso de alguns veteranos da esquerda radical já se inscreve neste quadro mesmo a negação pura e simples e infantilmente obstinada da globalização da economia empresarial e da formação de

estruturas transnacionais do capital. A esquerda radical passou literalmente uma época inteira a dormir.

No entanto, este anacronismo ressalta muito mais claramente desde o fim de uma época em 1989, porque se tornou demasiado grande o fosso entre a realidade do mundo que avançou no seu desenvolvimento e a fuga ideológica da esquerda radical de volta à época das guerras mundiais. A esquerda radical cobre-se de vergonha ao procurar representar e explicar o desenvolvimento do capitalismo de crise globalizado, a intervenção violenta do imperialismo global executada pela NATO e a correspondente ideologia legitimatória dos democratas mundiais do início do século XXI obstinadamente de acordo com o exemplo do imperialismo de expansão nacional da época das guerras mundiais.

Especialmente na Alemanha, o que resta do radicalismo de esquerda aceita agradecido as ilusões geopolíticas de alguns sonhadores da direita conservadora e pensadores em marcha atrás nacionalistas como pretexto para, como contendores situados no mesmo mundo onírico, ocuparem o seu lugar costumeiro ainda mais maciçamente que os outros fósseis: nostálgico contra nostálgico, fantasma contra fantasma.

Já durante a fase anti-imperialista da esquerda desde os anos 60 do século passado, caracterizada pela referência aos “movimentos de libertação nacional” do Sul, tinha existido na RFA, em paralelo com a confrontação com o imperialismo dos EUA, uma teoria secundária, em que a confrontação com o passado nazi e a acertada designação da RFA como Estado sucessor do terceiro *Reich* estava a priori associada à suposição de um imperialismo nacional alemão, que continuaria totalmente autónomo de acordo com o esquema da época das guerras mundiais.

Pressupunha-se como adquirido que, dentro da correlação de forças imperiais da época do pós-guerra, em princípio nada desta qualidade se tinha alterado. No entanto, ficava aqui por esclarecer a relação entre o passado nazi e o presente na NATO. A pretensão da RFA à “exclusividade na representação” da Alemanha e a anexação do território da RDA, o papel das associações dos desalojados e o debate em torno da fronteira estabelecida pelos rios Oder e Neiße, tudo isso afigurava ser a preparação e reedição de uma “estratégia” autónoma e nacional-imperial absolutamente inalterada, orientada para a “cavalgada para Leste” e para anexações territoriais.

Também neste aspecto, portanto, a grelha interpretativa continuava a passar pelo velho conceito de imperialismo policêntrico e nacional-territorial, sem que aqui fosse problematizado o incoerente paralelismo do imperialismo dos EUA como potência hegemónica global e do imperialismo da RFA como suposta reedição da política alemã de conquista do mundo. Se estes dois momentos da crítica anacrónica do imperialismo, fixada na época das guerras mundiais, ainda podiam parecer compatíveis à esquerda radical da RFA na época da guerra do Vietname (nas manifestações, os EUA eram disparatadamente denunciados como “fascistas” pelo grito de guerra “USA-SA-SS”, enquanto a RFA era denunciada como Estado-nação-imperialista sucessor do nacional-socialismo e, ao mesmo tempo, como cúmplice subalterno do imperialismo dos EUA), nos anos 80 do século passado começaram a divergir visivelmente e tornou-se evidente o desamparo analítico.

Uma parte da esquerda radical, que estava a encolher a olhos vistos, continuou desde então a desgastar-se com a relação entre o capitalismo ocidental (liderado pelos EUA) e o Terceiro Mundo, mesmo que o fizesse de um modo cada vez mais marginalizado e aproximando-se teoricamente de ideias pós-modernas ou “reformistas / da teoria da regulação”, etc. Nestas referências, o velho paradigma “anti-imperialista” ainda pôde ser prolongado por algum tempo, embora o seu verdadeiro objecto, os “movimentos de libertação nacional” pós-coloniais do Terceiro Mundo, já se tivesse dissolvido ou ostentasse a repulsiva face da decomposição.

Desde as suas margens, o tradicional anti-imperialismo decompunha-se, por um lado, nessas formas de regressão neonacionalistas ou nacionalistas anti-americanas, e, por outro, na política de *lobby* então em ascensão das ONG e do “complexo humanitário-industrial” em formação atrás das frentes de combate das guerras de ordenamento mundial do imperialismo global. O que ainda restava do velho anti-imperialismo da esquerda radical envenenou-se com a Intifada palestina, neste contexto revelando com cada vez maior clareza traços de um anti-semitismo ordinário. O que

restava na Alemanha de um radicalismo de esquerda anti-imperialista viu assim vedado qualquer acesso à continuação de um tratamento crítico do passado nazi.

Pela via exactamente oposta, mas igualmente errada, enveredou outra corrente, nesta forma apenas possível na Alemanha, que, remetendo para o parentesco entre a ideologia terceiro-mundista etno-nacionalista e o nacional-socialismo alemão, abjurou por inteiro do paradigma anti-imperialista, mas apenas para a partir daí centrar toda a sua elaboração teórica e análise exclusivamente na abordagem crítica da história e da ideologia especificamente alemã, à qual eram subsumidos todo o processo da história do pós-guerra e todos os desenvolvimentos do sistema mundial na era da *pax americana*. Significativamente, os representantes desta corrente do radicalismo de esquerda alemão dos anos 90 do século passado fixada unicamente na Alemanha designavam-se por “anti-alemães”.

Por muito que, na Alemanha, desde essa altura se odeiem entre si os “anti-imperialistas” restantes da esquerda radical (referindo-se positivamente à bárbara e desde há muito abertamente anti-semita Intifada suicida dos palestinianos), por um lado, e os “anti-alemães” radicais de esquerda (em parte referindo-se positivamente aos falcões racistas e teocráticos em Israel), por outro, ironicamente cruzam-se sem querer na perspectiva anacrónica que têm do desenvolvimento do capitalismo mundial.

O défice neste aspecto de todo o radicalismo de esquerda que resta até é especialmente pronunciado no espectro “anti-alemão”. Este não só pressupõe, como apenas acontece nos escombros mais ordinários do marxismo-leninismo, que o mundo regressou à luta policêntrica dos diversos imperialismos nacionais pela hegemonia global e pela expansão territorial, mas, a bem dizer, ignorando o verdadeiro capital mundial e o seu desenvolvimento, este constructo contrafactual é centrado na “Alemanha”, como ponto de referência único e isolado, perante o qual todas as outras questões e referências empalidecem.

A busca da hegemonia mundial por parte de uma Alemanha nacional-imperial, pressuposta deste modo delirante como principal perigo da actualidade, em parte já nem figura como momento de uma determinada constelação do capitalismo mundial dedutível de uma análise concreta, mas como uma qualidade apriorística e a-histórica, metafísica e simplesmente oculta, situada fora do espaço e do tempo.

“O terceiro assalto ao poder mundial?”, foi esse o título que, em 1993, a revista da esquerda radical “Bahamas” atribuiu às suas reflexões sobre a matéria, sendo que o ponto de interrogação tinha apenas uma função retórica, quando, ao estilo do período entreguerras, se fabulava acerca da “investida sobre a Europa de Leste” ou da “instrumentalização para a política externa da política do folclore alemão” a fim de constituir uma “grande Alemanha”, tal como, já na história bipolar do pós-guerra, grupos de dança folclórica dos alemães dos Sudetas serviram de indício para a iminência da partida do exército alemão rumo a Moscovo.

Difícilmente poderiam ter deixado mais claro que o seu pensamento já não é deste mundo e que, pela invocação fantasmática de apetites territoriais nacional-imperiais há muito esmorecidos, os verdadeiros crimes da participação alemã nas novas guerras de ordenamento mundial democráticas mais são desrealizados do que adequadamente criticados.

Em parte, os protagonistas “anti-alemães” nem sequer disfarçam a sua perspectiva voltada para ontem. Assim, por exemplo, no início dos anos 90 do século passado, alguns teóricos solidamente anacrónicos declararam na revista “Kritik und Krise” (editada pela Initiative Sozialistisches Forum/ISF Freiburg), com toda a seriedade e sem que ninguém os contradissesse, que “apesar e por causa da importância das grandes empresas multinacionais” seria ainda mais certo estarmos perante uma “lógica imperial típica de um Estado-nação” que “está precisamente a encaminhar-se de novo em linha recta rumo a uma constelação que bem poderá tornar-se comparável à anterior à Primeira Guerra Mundial (!) ou também à do período entreguerras (!)” (Behrens/Hafner 1990, p. 27).

Aqui também já se torna visível como o padrão ideologicamente fixado no passado (“lógica imperial típica de um Estado-nação”) é jogado contra o real processo de globalização (“grandes empresas multinacionais”), cuja análise é então rejeitada. Alguns anos depois já se fala da globalização como um mero “mito” que serviria apenas para “fazer a apologia” do capitalismo: “A

globalização: coisa para alegrar o turista *low cost* atordoado pelas saudades de paragens longínquas [...] isto dá bem com a imagem do ‘one world’ em que a contradição de classe e a valorização capitalista já devem apenas ser objectos de interesse das ciências históricas”, e por aí fora (Initiative Sozialistisches Forum/ISF Freiburg, 1996).

A actual ideologia capitalista (e evidentemente apologética) da globalização é aqui confundida com o processo real da própria globalização, este é declarado irrelevante e, assim, o mundo é reduzido a “ideologia”, em vez de se estabelecer a ligação entre uma determinada elaboração ideológica e um determinado desenvolvimento real do capital. Portanto, em vez de compreender a nova qualidade da globalização da economia empresarial como resultado de um processo histórico, que é precisamente o da própria “valorização do capital” (e, de resto, também o fim do tradicional paradigma da “luta de classes”), lança-se uma polémica bastante tosca contra a eventualidade de tomar sequer algum conhecimento dos fenómenos reais, dada a convicção de que, de qualquer modo, nada de novo pode existir debaixo do Sol.

Pensar-se-ia que, ao fim desta década de globalização do capitalismo de crise e de guerras de ordenamento mundial democráticas, se teria acumulado material factual suficiente para se sujeitar as apreciações anacrónicas a uma revisão. Mas a grelha interpretativa fixada no passado é aparentemente resistente aos factos.

E é assim que outro protagonista “anti-alemão” delineia uma pintura histórica luxuriante para explicar a participação alemã na Guerra do Kosovo: “Quando, em 1998, o governo federal voltou a jogar a carta do Kosovo, isso também tinha a ver com a prossecução de interesses de poder actuais. ‘No futuro, o meu governo deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para isolar a Sérvia e reduzir a sua extensão territorial’ – esta velha e nova cantiga da política de força germano-austríaca (!) que o imperador de Viena, Francisco José (!) levou aos ouvidos de todos em 1914, com as consequências que são conhecidas, também hoje volta a contar com o acompanhamento do coro da Associação dos Industriais Alemães, cujo secretário-geral já há cem anos (!) formulou com precisão o que também hoje está em causa nos espaços novamente deixados ao abandono do leste e sudeste da Europa: ‘Esperemos que em casos futuros, em que talvez volte a haver qualquer coisa a distribuir no planeta Terra [...], não voltemos a chegar, como foi o caso na Oceânia e em África, apenas quando a Terra já estiver distribuída [...], mas que avancemos sem demora e agarremos aquilo a que pudermos deitar a mão.’ Aquilo a que primeiro se conseguiu deitar a mão depois das profundas transformações de 1989/90 foi a Eslovénia e a Croácia” (Küntzel 2000, p. 91s.).

A presença alemã de ordenamento mundial nos Balcãs no quadro da NATO é aqui projectada de um modo quase que obsessivo sobre a política nacional-imperial para os Balcãs do período das guerras mundiais, embora o “coro dos industriais alemães” hoje cante todo o tipo de cantigas, menos a de uma “política de anexações nacionalista alemã”, e muito menos relativamente às regiões da periferia europeia que são precisamente as mais abandonadas por Deus e pelo capital. “A Croácia como próximo caso de necessidade de assistência?” dizia entretanto uma parangona no *Neue Zürcher Zeitung* de Dezembro de 2000. “O primeiro a que se consegue deitar mão” parece ser um dos “casos de necessidade de assistência” económica que o imperialismo nacional alemão parece ultimamente coleccionar como selos postais.

Se quiséssemos levar a sério tais projecções, teríamos de dizer que o novo império teutónico conquistou, com a sua fatia do Kosovo, uma das mais miseráveis “zonas de influência” imperiais dos últimos 200 anos. Se este bocado de terra, paupérrimo e crivado de bombas, onde existem poucos recursos tirando algumas cabras a morrer de fome, for o primeiro passo para a terceira tentativa “germano-austríaca” de vencer na luta pela hegemonia mundial, o imperador Francisco José deve dar voltas no túmulo com o desgosto. Segundo parece, a esquerda “anti-alemã”, devido a uma avaria na caixa de transmissões teórica, já nem consegue tirar a marcha-atrás: do período entreguerras, o percurso prossegue direitinho através da constelação da Primeira Guerra Mundial de volta ao profundo século XIX.

E, sempre de novo, a referência à suposta “política de potência mundial” nacional-imperial alemã, se bem que não acompanhada por uma análise “materialista” das “relações de forças” imperiais (o

que demonstraria até em termos puramente imanentes a total insustentabilidade desta interpretação), é enriquecida com fantasias de um redutor materialismo dos interesses imediatos.

A ideia de uma cavalgada alemã rumo a territórios a leste com a finalidade da exploração de todo o tipo de matérias-primas metamorfoseou-se entretanto na ideia da “moderna rota da seda”, ou seja, na dedução linear e exclusiva por parte do materialismo vulgar de todo o complexo das guerras de ordenamento mundial como resultante da luta pelos trajectos dos oleodutos vindos da área do mar Cáspio, em que os diversos velhos imperialismos nacionais liderados pelo alemão agora teriam marcado um encontro da concorrência geopolítica. Seriam “atraídos pelo repositório de matérias-primas que é o Cáspio, como outrora os garimpeiros o foram pelo rio Klondike” (Trampert 1999). O confronto seria cada vez mais entre os EUA e a UE liderada pela Alemanha: “Para realizar as suas ambições de hegemonia, a Alemanha tem de continuar a reforçar a central de energia denominada Europa” (*ibidem*).

O real imperialismo petrolífero do imperialismo global é aqui totalmente separado do seu verdadeiro contexto: fora de qualquer análise da crise e das medidas do estado de excepção global, cuja natureza é caracterizada pelo imperialismo da segurança e da exclusão, e ainda por cima projectado de um modo absolutamente anacrónico sobre relações de concorrência nacional-imperial do passado, o motivo do imperialismo petrolífero, que não deixa de fazer parte do “capitalismo global ideal”, perde todo o valor explicativo.

De resto, aqui faz-se de conta que as regiões do mundo que caíram fora do paradigma da “modernização atrasada” devido ao colapso do mesmo nem sequer passaram por uma integração no mercado mundial através do capitalismo de Estado, cujo fracasso apenas pode ser executado de forma agudizada por um capitalismo privado e de concorrência; como se não se tratasse já de ruínas da modernização e de “terra queimada” do mercado mundial, habitada por massas populacionais “supérfluas” incapazes já de se reproduzir nos moldes do capitalismo, mas sim, como no século XIX, de zonas “virgens” no sentido da valorização do capital, que agora “convidam” supostamente as grandes empresas ocidentais “para fazerem lucros”, e às quais os antigos imperialismos nacionais, por isso, se atirariam avidamente como outrora na Primavera do colonialismo. Aqui, a euforia vitoriosa do Ocidente após 1989 e a expectativa a ela associada de “novos mercados” são confundidas com a realidade; um notório lapso das análises da esquerda radical, que nunca foram capazes de distinguir o processo real das suas interpretações (erróneas) operadas por ideólogos e instituições burgueses.

Se um constructo assim flagrantemente contrafactual já era reconhecível logo após o fim de uma época no início dos anos 90 do século passado como apreciação errónea de base ideológica, a sua obstinada repetição dez anos depois só pode ser designada como cegueira, depois de o *boom* capitalista não ter ocorrido e essas regiões do mundo se terem convertido, na sua maior parte, em zonas de estado de necessidade do FMI, se não descambaram para a decomposição social pura e simples.

Da febre do petróleo ao desvario da alma

Claro que não pode passar completamente despercebido, nem aos mais obtusos ideólogos anacrónicos, que uma explicação das guerras pós-modernas de ordenamento mundial com base no exemplo da Primeira Guerra Mundial tem alguma falta de coerência. Mas, como são simplesmente incapazes de deixar esta interpretação, alguns tentam separar os dois momentos, o da fundamentação com base no materialismo vulgar, por um lado, e o da definição como luta concorrencial intra-capitalista por “esferas de influência geopolítica” nacionais, por outro lado. O materialismo do petróleo e o materialismo dos interesses em geral são de repente completamente abandonados por alguns dos participantes no debate, para estes poderem insistir numa interpretação contrafactual das guerras de ordenamento mundial como um suposto conflito entre potências

nacional-imperiais em busca da hegemonia mundial, desta feita com justificações muito menos consistentes.

De qualquer modo, a maior parte da nova esquerda, ao largar o marxismo dos anos 70 como “lastro ideológico”, também se livrou em grande medida da crítica da economia e, com ela, do materialismo dos interesses, sem se aproximar de uma crítica abrangente da moderna constituição de fetiche. O que ficou, dito à maneira do esquema clássico, foi uma espécie de “marxismo da superestrutura” com referências livremente flutuantes à esfera política e cultural; ou seja, em última análise, apenas a outra metade do esquema não ultrapassado de base e superestrutura.

O politicismo da esquerda do movimento, que, na sua falsa imediatidade da referência a movimentos sociais (boa é a pessoa que se mexe), já não ligava grande coisa a processos objectivados (e muito menos económicos), fundiu-se com o positivismo pós-estruturalista do “poder” (Foucault) e com o culto pós-moderno da arbitrariedade, da virtualidade e, claro, do culturalismo.

Se a honesta ideia do materialismo vulgar da “moderna rota da seda” objecto de confrontos geopolíticos como explicação de base para as guerras de ordenamento mundial não foi lá muito bem recebida como padrão explicativo por grande parte da esquerda remanescente, não foi porventura por se ter alcançado o ponto de vista de uma crítica mais fundamental do moderno sistema produtor de mercadorias, mas porque o positivismo económico do materialismo vulgar foi apenas substituído por um positivismo politicista e cultural não menos tacanho.

Por isso, uma possível variante deste padrão explicativo igualmente erróneo, no que diz respeito aonexo causal das novas guerras de ordenamento mundial, consiste simplesmente em separar completamente o motivo político de qualquer contexto económico. Assim, por exemplo, Matthias Küntzel, embora tivesse, por um lado, insinuado a existência de um eventual interesse ocidental e capitalista por “espaços deixados ao abandono”, afirma, por outro lado, sem rodeios, sobre a política para os Balcãs da RFA de Kohl/Genscher até Schröder/Fischer: “Quais os motivos que regiam esta política? ‘Interesses económicos imediatos e directos não podem ser reconhecidos’ [...]. Ainda assim, a Alemanha aceitou que uma guerra jugoslava fosse a consequência [...]. O interesse em abalar a ordem europeia não é caracterizado nem por motivos económicos imediatos nem por reflexos irracionais, mas é expressão de um cálculo no quadro da política de força” (Küntzel 2000, p. 92s.).

Aqui, a política é posta ideologicamente como uma dimensão injustificadamente autonomizada do seu real contexto social condicionante. O positivismo dos interesses materiais e económicos é substituído por um idêntico positivismo do poder puro e simples, passando a irracionalidade da relação igualmente em branco e sendo até conscientemente mantida à margem.

Vai ainda mais longe a tentativa de separar as razões e motivos das guerras de ordenamento mundial não só de interesses económicos, mas até mesmo de interesses livremente flutuantes de uma “política de força”, declarando-os inteiramente “destituídos de interesse”: “A ideia de que a disparatada e nebulosa aura que rodeia estes *insider* peritos, que se alargam sobre espaços de influência e zonas de interesses, tem a ver com o facto de tais espaços e zonas serem irrelevantes, de acordo com os critérios económicos correntes do mercado mundial, é coisa que não ocorre ao geomaterialista [...]. As guerras da consciência não são conduzidas nem em nome do objecto, nem em nome do inimigo. A ideologia da falta de interesse, que os agressores ocidentais ainda proclamavam com orgulho, tem, portanto, de ser levada muito a sério” (Krug 1999).

É um facto que aqui se rejeita tanto o materialismo vulgar do petróleo e dos metais preciosos como o motivo isolado da “política de força”, mas a única coisa que daí se conclui, tão precipitada como unidimensionalmente, é a pura e simples “ausência de interesse” condicionada por defeitos psicológicos. Este salto imediato mostra em que medida se encontra fragilizada a consciência afinada pelos antigos padrões explicativos nacional-imperiais, mas sem aliviar o bloqueio intelectual no sentido de ter em conta os factos.

Em vez disso, as formas de desenvolvimento aparecem de repente como já não tendo nenhuma base na real economia do capital, nem tão-pouco numa relação de poder tida como auto-suficiente, como

em Küntzel, mas supostamente já apenas “na economia mental colectiva daqueles que executam a liberdade e a democracia” (Krug, *ibidem*). Em vez de trazer a terreiro o próprio carácter irracional do interesse “material” constituído pelo capitalismo e de analisar a relação com a imanente racionalidade instrumental que continua a existir nas condições reais do início do século XXI, já apenas resta a banal ideia de paranóia e de desorientação sem nexos e apenas subjectivas, a pura “febre da alma” belicista, tal como, inversamente, no caso dos superficiais materialistas vulgares, a pura febre dos metais ou do petróleo e, no dos politicistas não menos superficiais, a pura febre do poder.

O positivismo do interesse económico do antigo marxismo e o pós-moderno positivismo do poder de Foucault são, de certo modo, substituídos por um positivismo pseudofreudiano da irracionalidade, sem que se ultrapasse a subjacente redução conceptual na análise. E tudo isto apenas para salvar a interpretação anacrónica dos fenómenos, de acordo com o padrão do passado conflito nacional-imperial pela hegemonia mundial! A unidimensionalidade do economismo e do politicismo prolonga-se, assim, num psicologismo igualmente unidimensional do “equilíbrio mental colectivo”, que se assemelha suspeitamente ao culturalismo e ao pensamento arbitrário pós-modernos – pois, tanto num caso como no outro, a acção apresenta-se separada de todas as determinações objectivas e das correlações de interesses daí resultantes da concorrência que, no entanto, na realidade ainda se reproduzem nas erupções irracionais e nos surtos de paranóia psicossocial.

Mesmo na crise mundial e nas condições da globalização, a racionalidade instrumental do interesse material imanente não se reduz de modo nenhum a um mero desvario da alma. O capital não é simplesmente demente e, nesse sentido, desorientado, permanecendo a sua irracionalidade sempre mediada com os momentos da racionalidade interna guiada por interesses, mesmo até no caso dos organizados assassinos-suicidas. A coisa em si é louca, mas no seu íntimo resta-lhe em todas as circunstâncias um momento de conclusão. O mesmo também se aplica às orientações da acção. Por isso as posições de interesses da concorrência universal também emergem nos limites da relação de capital e prolongam-se sob uma forma paradoxalmente modificada.

Tendo em conta precisamente a maturidade de crise do sistema e a cada vez mais evidente irracionalidade dos seus critérios, ao interesse sobrejacente ao “imperialismo global ideal” está inerente não só o global imperialismo da segurança e das matérias-primas mas, como não podia deixar de ser, também o imperialismo de exclusão relativamente às regiões em colapso. Estranhamente, neste contexto nem sequer ocorre ao materialismo vulgarpositivista que esta exclusão representa um motivo pelo menos tão material como toda a riqueza em matérias primas do Cáspio; pois aqui trata-se de um interesse concorrencial colectivo de trabalhadores assalariados, gestores e classe política ocidentais, que é irracional em relação aos potenciais de riqueza do mundo, mas simultaneamente tem plena racionalidade no interior do capitalismo.

Assim não admira que, por fim, toda a controvérsia entre o materialismo vulgar e o geomaterialismo de esquerda, por um lado, e o psicologismo vulgar de esquerda, por outro, acabe como a tal história da montanha que pariu um rato. O resultado de uma ideologia da irracionalidade desmaterializada do capital não difere assim tanto do de uma ideologia do positivismo dos interesses desirracionalizado: “Esta indiferença material diz respeito, desde já, a todas as potências da NATO envolvidas [...] nesta expedição absurda. Ainda assim, no início da nova ordem mundial esteve uma constelação no que diz respeito à escolha dos inimigos, em que o papel da Alemanha, por um lado, e o dos aliados ocidentais, por outro, pareceram estar distribuídos como sempre estiveram” (Krug, *ibidem*). Deste modo, bem pode ainda estar escrito nas estrelas o que já não puder ser justificado de um modo meramente “materialista”. “Se e quando potências imperiais sempre acabam por desatar a malhar umas nas outras em substituição das suas moedas [...] é algo que pura e simplesmente não se pode prever” (Krug, *ibidem*).

Assim todos voltam a unir-se no resultado final, seja sob a forma da realidade ou sob a forma da possibilidade, na projecção anacrónica de um imperialismo territorial nacional alemão: num dos casos, porque supostamente nada mudou e o império da grande Alemanha, impellido pelo materialismo dos interesses, cobiça os metais e petróleos do Cáspio (ou, num simples exercício de

positivismo do poder, umas quaisquer zonas de influência); no outro caso, porque supostamente tudo mudou e o império da grande Alemanha pode deixar-se levar na onda do mesmo suposto expansionismo nacional, de modo tanto mais desenfreado precisamente porque interesses objectivamente definidos de ordem económica e/ou de uma política de força já não interessam para nada: “materialmente indiferentes” e impelidos pela pura e simples loucura sem método – embora, afinal, seja precisamente a loucura que sempre tem método.

A Alemanha como fantasma de uma potência mundial

Uma coisa que a consciência anacrónica da esquerda que resta parece simplesmente não conseguir ultrapassar é precisamente a fixação no padrão explicativo da época nacional-imperial, porque pensam, e mal, que só assim podem criticar o nacionalismo (e, na Alemanha, acertar as contas com a história especificamente nacional).

Da perspectiva dos nostálgicos “anti-alemães”, evidentemente também a anexação da Alemanha Oriental após o colapso da RDA teve de se assemelhar a uma pura e simples adição de potencial industrial e militar, a um acréscimo de massa de manobra e, por conseguinte, a um aumento do poder económico e político, que poderia tornar-se a base de uma nova “corrida ao domínio do mundo” no âmbito dessa tal “nova geopolítica alemã”.

Entretanto, verificou-se também a este respeito que os factos apontam no sentido precisamente inverso. A substância da indústria da Alemanha do Leste, desvalorizada pelo mercado mundial, não se traduziu num saldo positivo, mas negativo; e a integração no espaço monetário do marco alemão ocidental ainda fez esta desvalorização ir além da medida registada noutras regiões globais em colapso. Há já uma década que a inchada RFA tem de transferir, ano após ano, 150 a 200 mil milhões de marcos líquidos em subsídios para os territórios anexados, sem que se veja um fim a tal esforço: em boa verdade, o bocado engolido é impossível de digerir economicamente.

Em vez de um acréscimo de poder económico e alargamento do espaço de manobra político, a unificação alemã revelou-se um pesado encargo, uma hipoteca económica e, sob muitos aspectos, também um empecilho político. Na sua senda, a posição no mercado mundial e em termos geopolíticos não saiu fortalecida, mas debilitada, embora, crítica ou benevolentemente, de todos os lados se afirme o contrário.

Precisamente a anexação da antiga RDA à RFA comprovou na prática que, nas condições da terceira revolução industrial, o mero acréscimo de território e de massa populacional constitui mais um obstáculo do que um trunfo no póquer pela influência global, que se joga cada vez mais noutros planos, no contexto do processo de crise global. Refregas, conflitos de interesses e lutas pelo melhor posicionamento, que não deixam de existir no seio da UE, ou seja, entre a Europa continental e a Grã-Bretanha, entre a Alemanha e a França, mas também entre a aliança franco-alemã e os Estados mais pequenos da Europa continental, entre os países candidatos à adesão na Europa de Leste e os países subsidiados no Sul da Europa, e por aí fora, correspondem às contradições entre os processos de crise, a lógica da globalização, a constituição de blocos de política económica e a retórica ideológica; mas não correspondem de modo nenhum a uma nova política alemã de potência mundial, baseada na apropriação de potenciais de poder adicionais através da unificação alemã.

Tanto mais absurda é a interpretação da nova constelação mundial do capitalismo de crise globalizado como expressão de uma política de hegemonia nacional alemã, que supostamente está a cada passo a preparar-se para dar o “grande salto”: “Uma hegemonia alemã, pensada com a Europa liderada pela Alemanha, voltou a ser possível” (Trampert 2000). E, como se não bastasse: “Não há nenhum outro país a que o colapso do império soviético tenha trazido um acréscimo de poder comparável. Tal como a Alemanha deu um salto em frente no último terço do século XIX e, por isso, começou a pôr em causa o modo como o mundo estava dividido nessa época, também hoje são

postas em causa as estruturas globais e se procuram novas possibilidades de projecção de força ‘adequadas’ do ponto de vista alemão” (Küntzel, *ibidem*, p. 93).

A associação tradicional negativa dos “anti-alemães” ficou até hoje a dever a resposta à pergunta de como é que a herança, sob a forma de um monte de sucata económica arruinada pelo mercado mundial, poderá converter-se em ouro e traduzir-se num “acréscimo de poder”. A título de comparação, já que se pretende argumentar em termos “geomaterialistas”: entre 1933 e 1939, o orçamento da Alemanha nazi destinado ao armamento superava o dos EUA, da Grã-Bretanha, da França e da Itália juntos. De facto, este programa armamentista sem precedentes e que desembocou na “guerra-relâmpago” não só visava a dominação nacional-imperial do mundo em termos ideológicos, mas também era adequado a esse fim em termos práticos. O facto de uma boa parte do mundo ter de se debater num “mar de sangue, suor e lágrimas” para derrotar o império do terror montado pelos nazis já diz tudo. Hoje, pelo contrário, a RFA não chegaria aos calcanhares dos EUA, em termos militares, ainda que tivesse passado os últimos dez anos investindo em armas a massa dos subsídios monetários despendidos com a anexação da Alemanha do Leste.

Nem a agir por sua conta como nação nem como (duvidosa) potência hegemónica da UE, a “grande Alemanha” pode sequer sonhar em repetir a *trip* nazi, rumo à dominação nacional do mundo e à conquista de grandes extensões territoriais. Nas condições da terceira revolução industrial e da globalização capitalista, isso já nem sequer é um “sonho”, a não ser na consciência anacrónica dos “anti-alemães”. Observada em termos realistas, a participação europeia, e especialmente alemã, nas novas guerras de ordenamento mundial é, até hoje, de uma natureza em grande medida simbólica em comparação com o esforço dos EUA, e mesmo no futuro não poderá ir muito além disso.

Há algo de ridículo no facto de o radicalismo da esquerda que resta passar a vida a apresentar as questiúnculas e disputas transatlânticas secundárias, do foro da política de segurança e comercial (como é o caso na controvérsia em torno da acção no Médio Oriente), como “prova” da sua grelha interpretativa anacrónica, reagindo como se se tratasse dos primeiros sintomas de um novo grande conflito intra-imperialista, que teria a RFA como protagonista principal contra os EUA.

Os nostálgicos “anti-alemães” padecem, pelos vistos, de uma grave falta de capacidade de abstracção. Não conseguem separar nem a necessária crítica radical da “ideologia alemã” e a análise dos seus efeitos diferidos nas condições actuais, nem a igualmente importante crítica radical da real participação da RFA no actual “capitalismo global ideal” do papel de grande potência da Alemanha no esquema nacional-imperial da época das guerras mundiais; mais ou menos como uma consciência arcaica, que pensa em associações rígidas e imediatas e não é capaz de abstracções reflexivas, que vivenciou um determinado fenómeno, como uma doença do gado, pela primeira vez juntamente com outro, por exemplo a queda de um raio, e que agora associa invariavelmente uma coisa à outra.

Deste modo, os mecanismos ideológicos reais e as condições reais do imperialismo global, em que se movem as elites capitalistas alemãs ao nível actual das contradições amadurecidas da sociedade mundial, são colocados numa relação totalmente irreal, a bem dizer quase grotescamente desrealizada. Na medida em que os radicais de esquerda “anti-alemães” enfiam qualquer análise no quadro de uma retro projecção sobre a época nacional-imperial e afirmam que uma crítica adequada do nacionalismo, do anti-semitismo e seja lá do que for apenas é possível e “admissível” nesse quadro anacrónico e até, com uma energia quase que denunciatória, pretendem apresentar qualquer crítica do seu sistema de referência absurdo e anacrónico como já meio rendida ao “imperialismo nacional alemão”, o inevitável fim vergonhoso da sua pseudo-análise projectiva ameaça fazer também da crítica dos reais efeitos diferidos da específica “ideologia alemã” um mero elemento de curiosidade. Sem quererem, convertem-se assim em banalizadores de primeira ordem, em vez dos críticos radicais de primeira ordem que pretendem ser.

Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial

Para a ideologia democrática oficial do ordenamento mundial, tal como para a consciência oposicionista da esquerda radical que ficou pendurada na época das guerras mundiais, porém, a referência anacrônica a uma constelação de interesses nacional-imperial segundo o padrão da Primeira Guerra Mundial apenas constitui o subtexto materialista vulgar e pseudo-“geoestratégico”, sobre o qual apenas as minorias mais retrógradas de proveniência tanto ultraconservadora como paleo-esquerdista constroem toda a sua argumentação. O padrão principal e transversal, ao qual os democratas mundiais do imperialismo global e a maior parte da oposição de esquerda se referem para retroprojectarem os conflitos do presente sobre a imagem do passado, apenas colocando os acentos de formas diferentes, é outro, a saber, a constelação da Segunda Guerra Mundial, em que encaixam, com uma violência quase que mágica ou obedecendo a uma necessidade interior premente, à velha maneira de Procrustes, todos os fenómenos das novas guerras de ordenamento mundial.

Ao padrão legitimatório da Primeira Guerra Mundial sobrepõe-se, assim, em relações de mistura diversas, o da Segunda Guerra Mundial como verdadeiramente determinante. Mas por que é que precisamente este padrão se presta melhor a servir os fins da projecção anacrônica? Há vários motivos. Nem os conflitos do século XIX, nem a Primeira Guerra Mundial podem ser instrumentalizados para a legitimação hoje necessária de “intervenções humanitárias” universalistas, mas apenas para a invocação nostálgica de um tosco interesse de poder nacional-imperial. Pois a legitimação oficial dessas guerras ainda se tinha processado numa base abertamente imperialista e social-darwinista. A diabolização do inimigo obedecia ainda a atribuições culturais, que implicavam menos uma campanha do puro bem contra o mal puro, do direito contra a injustiça, dos amigos contra os inimigos da paz, ou mesmo dos democratas contra os não democratas, e por aí fora, mas simplesmente a “luta pela existência” segundo o exemplo do reino animal ideologizado, em que se aplicava em geral a divisa dos imperialistas britânicos: “Right or wrong, my country” [Certo ou errado, é o meu país].

Um tal padrão legitimatório compaginava-se mal com o idealismo democrático, que por motivos óbvios precisamente nessa época se tornou antes de mais a ideologia de uma oposição “humanista” burguesa de esquerda contra o cinismo social-darwinista. Assim, a Primeira Guerra Mundial, a “catástrofe primordial do século XX”, embora, enquanto experiência traumática, constituísse um importante ponto de viragem do ponto de vista social e também da história das mentalidades na história capitalista, não foi um ponto de partida para uma nova construção legitimatória do imperialismo ocidental.

Já a Segunda Guerra Mundial é completamente diferente. Não foi tanto a condução industrializada da guerra, que continuou exactamente onde tinha acabado na Primeira Guerra Mundial, com tanques e força aérea (“guerra-relâmpago”), que constituiu o traço característico deste incêndio mundial, mas sim a sua interpretação legitimatória. Desta feita, a situação de partida já não se definia unicamente por uma auto-afirmação imperial de poderes policêntricos na luta pela hegemonia mundial, mas também já por uma “grande coligação” das potências ocidentais e da União Soviética, como “comunidade de valores” ideológica contra o fascismo e o nacional-socialismo (categoria sob a qual, para além da Alemanha nazi e da Itália de Mussolini, também podia ser subsumido *grano salis* o etno-império japonês, como parte asiática das “potências do eixo”).

Tanto da parte da coligação contra Hitler como da parte das potências do Eixo, o que estava em causa em primeira linha já não eram os despojos a conquistar em termos nacionais aquando de uma nova repartição do mundo, mas, de forma incipiente, já era o quadro interpretativo para o emergente sistema mundial unitário da moderna sociedade do fetiche. O universalismo negativo do capital, que acabava de se configurar em termos práticos, era ideologizado por um dos lados, no quadro de uma ideologia racista e anti-semita primária, como o império mundial dos povos unidos pelo sangue, enquanto o outro lado o ideologizava (de certo modo já a prefigurar a *pax americana*) de modo economicista e positivista do direito, como o império mundial de “economia de mercado e

democracia”; sendo que a União Soviética, como potência hegemónica da assíncrona “modernização atrasada”, não haveria de tardar a ficar novamente fora deste esquema da interpretação ocidental do capitalismo de concorrência.

Nos bastidores destes padrões interpretativos aparentemente irreconciliáveis, também existiam sobreposições com o lado oposto, por exemplo, na referência positiva ao darwinismo social, o que remete para o contexto capitalista comum. Mas à superfície oferecia-se a imagem de um antagonismo total (o que afinal também era a perspectiva de um ideólogo como Carl Schmitt). Quando veio à luz a verdade sobre os campos de concentração e o Holocausto, esta constelação legitimatória pôde ser definitivamente promovida a luta do bem democrático absoluto contra a personificação do mal, do distante, do incompreensivelmente criminoso. O “Terceiro *Reich*” dos nazis, com a sua ideologia assassina enriquecida de elementos míticos, foi, assim, ele próprio mitologizado como uma entidade absolutamente “diferente” e demoníaca que não tem cabimento na história.

Este constructo mitologizante oferecia algumas vantagens legitimatórias essenciais. Desde logo, era capaz de dissociar a existência dos nazis da história capitalista comum e “desistoricizá-la” como investida mitológica do mal no mundo, contra o mundo liberal e democrático do capital. Assim, os nazis já não figuravam como uma variante específica e possível do desenvolvimento capitalista e uma elaboração ideológica que se converte em violência material sobre o terreno precisamente desta mesma forma social comum, mas como seus inimigos exteriores.

Deste modo tornou-se possível combater com a melhor consciência democrática as irrupções violentas de irracionalidade resultantes das contradições internas do capitalismo, sem ter de tocar minimamente na subjacente relação social do capital, que é, ela própria, irracional. Pelo contrário, esta relação até ainda podia ser entendida como o mundo positivo da razão iluminista, cuja relação interna e subterrânea com os nazis ficava escondida.

Ora, na constelação da Segunda Guerra Mundial estava de facto absolutamente certo (e também o teria estado do ponto de vista de uma crítica radical da forma social subjacentemente comum de todas as potências beligerantes) que se deixassem em suspenso todos os outros conflitos, de um modo prático e de certo modo pragmático, para se apoiar a coligação contra Hitler sem reservas e com todos os meios e derrotar o império nazi enquanto agudização extrema da barbárie capitalista.

Isso, porém, não pode escamotear o facto de o constructo legitimatório da coligação contra Hitler ter sido, ele próprio, ideologicamente distorcido em pontos essenciais e apenas na aflição da situação concreta ter possuído um momento de verdade decisivo. Separado da história do período entreguerras e da Segunda Guerra Mundial, porém, este constructo converteu-se na arma universal da construção de uma imagem democrática do inimigo mentirosa até ao tutano, com a finalidade de legitimar o poder capitalista e de projectar rotineiramente a barbárie nazi sobre tudo o que fosse incómodo, embora, na verdade, o capitalismo e a democracia fossem, eles próprios, o regaço “de onde tudo vinha”.

A primeira destas projecções ocorreu logo após 1945, quando a União Soviética e “o marxismo”, ainda agora parceiros da grande coligação contra Hitler, foram simplesmente equiparados aos nazis através de uma superficial “teoria do totalitarismo” e de uma deturpação dos factos, a fim de se legitimar a posição ocidental na Guerra Fria. A partir dessa altura, este mecanismo projectivo tornou-se o clássico ideológico da *pax americana*, que agora também deve servir de desculpa para as guerras de ordenamento mundial após o fim de uma época, para se recalcarem sistematicamente as causas capitalistas da crise mundial.

Cada uma das guerras dos atiradores de bombas liberais reunidos para a estabilização do capitalismo mundial que está a rebentar pelas costuras tem, por isso, de se assemelhar novamente a uma espécie de Segunda Guerra Mundial, cujo padrão legitimatório é repetido compulsivamente, embora escaurça dos factos que não se coadunam minimamente.

Também a esquerda permaneceu, na sua maior parte, refém deste constructo que, com o seu teor de verdade relativo, não entendeu como limitado ao esforço pela derrota histórica dos nazis, mas empolou “essencialmente”, para poder continuar até à eternidade a encobrir as próprias

contradições de uma crítica do capitalismo de muito curto alcance (uma vez que não assentava na forma do valor e nas categorias centrais). Com a fórmula da “luta antifascista”, a esquerda que agia apenas dentro das formas capitalistas ganhou um meio de compensar a falta de radicalidade categorial da sua crítica do capitalismo e de a substituir pelo rigorismo moral contra o eterno demónio fascista.

O conceito de “fascismo” foi separado de qualquer contexto analítico, e mesmo desistoricizado, para poder aplicá-lo arbitrariamente a todos os fenómenos possíveis do desenvolvimento capitalista posterior (também se deve procurar aqui uma das origens das interpretações notoriamente anacrónicas). Implicitamente, este constructo continha desde o início o impulso no sentido de adaptar os conflitos do mundo capitalista, a todo o custo, a um padrão que seguisse o exemplo da coligação contra Hitler, a fim de deixar em aberto a opção de se poder posicionar lado a lado com um “bom” capitalismo contra um capitalismo “mau” ou decididamente contra um demónio extra-capitalista.

Na crise mundial nos limites do moderno sistema produtor de mercadorias, nesta opção esconde-se o desejo de, em última análise, sacrificando a crítica do capitalismo de qualquer modo truncada, poder juntar-se à frente dos democratas contra a “barbárie do Sul” (Huntington, Ruffin e C^a mandam saudades).

Esta caracterização de um motivo afirmativo mais ou menos nítido acaba por se aplicar não apenas aos descendentes longínquos do marxismo do movimento operário, mas igualmente aos diversos administradores do espólio da teoria crítica. Embora Horkheimer e Adorno, com a *Dialéctica do Iluminismo*, tivessem dado início à análise do nexos interno entre a barbárie nazi e o Iluminismo burguês, entre o anti-semitismo e a razão democrático-capitalista, é precisamente esta a abordagem que não foi prosseguida – e muito menos pelos habermasianos, que foram derivando para a superficialidade democrática; mas também os alunos e netos da velha teoria crítica preferiram ficar a pisar ovos a este respeito, para não terem de atravessar o Rubicão, que os teria separado definitivamente do mundo burguês.

Deste modo, toda a crítica de esquerda da política capitalista de ordenamento mundial da *pax americana*, com as suas guerras de intervenção, continuou até hoje decisivamente enfraquecida, titubeante e com pouco impacto, porque não só é anacrónica relativamente à análise da realidade, mas se encontra ela própria ideologicamente inserida no padrão legitimatório do Ocidente, o que a torna duplamente anacrónica. Vê-se obrigada a reproduzir a matriz original deste constructo (de acordo com a referência, repetida até à exaustão, à constelação da Segunda Guerra Mundial) e a invocar a legitimação a ele associada, para poder legitimar perante si própria a sua oposição à instrumentalização em cada caso actual deste mesmo constructo por parte do poder imperial democrático, assim acorrentando paradoxalmente essa sua oposição em termos ideológicos precisamente àquilo a que se quer opor.

O grande jogo aos hitleres

O anacronismo comum, transversal a todos os campos e posições, da divisa “Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial!” amarra-se também à instrumentalização demagógica da imagem de Hitler. O aspecto demoníaco da pessoa banal e miserável de Hitler não é entendido como o aspecto demoníaco da forma de sujeito capitalista em geral, que conseguiu manifestar-se de modo especialmente flagrante na história específica da Alemanha na “figura de líder” ditatorial, mas como um monstro externo e alheio à razão da democracia e da economia de mercado. Relativamente à figura de Hitler, conseguiu desenvolver-se deste modo um mecanismo específico de projecção que, não se limitando a externalizar as contradições dilacerantes da forma social do capitalismo democrático, também as personificou; algo funcionalmente muito semelhante ao modo como os próprios nazis tinham igualmente externalizado e personificado (colectivamente) estas contradições na projecção anti-semita.

Assim, Hitler tornou-se, na história do pós-guerra da *pax americana* e da democracia vulgar da República Federal da Alemanha, um sucedâneo global do diabo medieval, uma espécie de ícone pop ou figura de banda desenhada com potencial para o sorrateiro fascínio e para a estética do mal, como demonstrou Georg Seeßlen: “Hitler” é algo conhecido por todos e em toda a parte, mesmo que de resto não conheçam coisíssima nenhuma.

Na terminologia de Foucault, teríamos de falar de certo modo de um “dispositivo” pessoal em que Hitler se converteu enquanto projecção imaginária. Depois de este dispositivo ter sido transferido, na história do pós-guerra, e sem se ter em conta as diferenças históricas e estruturais, em primeiro lugar para Estaline, desde essa altura, em qualquer conflito de maiores dimensões, para a vulgata da propaganda democrática, tal como para a propaganda vulgar de esquerda, sempre apenas se coloca a questão: Quem é o Hitler desta vez, qual é o lado que deve assumir o papel dos nazis?

Por maioria de razão na nova era de crise das guerras de ordenamento mundial e de intervenções globais capitalistas, o grande jogo aos hitleres ficou mais na moda do que nunca. Quanto mais o desenvolvimento real do capitalismo mundial se afasta dessa constelação da Segunda Guerra Mundial, mais veemente parece tornar-se a necessidade geral de se agarrar a este padrão defunto, para, “dentro” deste mundo, legitimar o mundo capitalista democrático enquanto tal e apesar dos efeitos nefastos da sua crise global, ou (inversamente) legitimar-se a si próprio como oposição que não extravasa o quadro do pensamento iluminista burguês.

Como se sabe, na primeira guerra de ordenamento mundial liderada pelos EUA contra o Iraque, no início dos anos 90 do século passado, foi Hans Magnus Enzensberger que se dispôs a reconhecer a “reincarnação de Hitler” no ditador iraquiano Saddam Hussein, assim dando bananas legitimatórias aos mediáticos macacos guerreiros da democracia. Esta achega foi recuperada avidamente pela propaganda oficial, para dar os ares de uma espécie de coligação contra Hitler à intervenção levada a cabo em conjunto pelas potências ocidentais e pelos seus vassalos árabes.

No final da mesma década, a equiparação demasiadamente óbvia de coisas incomparáveis voltou a vir da Alemanha, visto que também os protagonistas do “novo centro”, que tinham acabado de partir com a “República de Berlim” para a segunda guerra de ordenamento mundial democrática contra a Jugoslávia restante, invocavam pateticamente o “nunca mais” do antifascismo.

O ministro dos negócios estrangeiros alemão, Joschka Fischer, antigo combatente de rua da esquerda radical, justificou o seu apoio a esta guerra de agressão dizendo que a máxima “Auschwitz nunca mais” era “uma das poucas constantes da sua convicção política”. Localizar Auschwitz no Kosovo – não haveria maneira mais atrevida de banalizar o Holocausto e de o aproveitar para o imperialismo da segurança democrático. Do mesmo modo, o então ministro da Defesa Scharping referiu que a NATO tinha de impedir um “genocídio”; ficaram na memória os seus relatos de horror dos fetos que teriam sido arrancados dos corpos das mães assassinadas, com que os sérvios teriam jogado futebol – uma das numerosas acusações debitadas, elas próprias, de uma forma tresloucada, a fim de suscitar associações descabeladas com o cenário de Auschwitz.

O ministro alemão do ambiente, Trittin, considerado “esquerdista” no seio dos Verdes e evidentemente partidário da guerra como membro do governo, até propôs no contexto da analogia com Hitler que se cometesse em Milosevic um pequeno “tiranocídio”. Tirando poucas excepções, a *intelligentsia* burguesa de esquerda da Europa juntou a sua voz ao clamor, pelos vistos na esperança de assim acabar por poder voltar a sentir-se moralmente bem.

Até no sentido imediato, todas estas justificações não passaram de mentiras, como entretanto se soube. Sevícias foram cometidas por todas as partes, mas em lado nenhum existiu um Holocausto ou uma pretensão de domínio do mundo inspirada por uma ideologia racista segundo o exemplo dos nazis; e os horrores descritos por Scharping, com um suspeito prazer pelo pormenor, revelaram-se invenções tão atrevidas como nojentas. O facto de o “público democrático”, sempre invocado como instância, ter sido alimentado sistematicamente com mentiras aquando das duas guerras de ordenamento mundial dos anos 90 do século passado, e de não só ter tido todo o prazer em acreditar nessas mentiras como até ter participado na sua produção com um esforço abnegado, foi coisa a

posteriori aceite com bastante descontração. Nenhum ministro teve de se demitir, nenhum jornalista foi despedido por ter cometido graves faltas ao seu dever de precaução.

Que Saddam Hussein e Milosevic brincassem aos hitleres, que tanto o Iraque como a Sérvia tivessem de fazer o papel da Alemanha nazi e a NATO simulasse uma nova coligação contra Hitler teve sobretudo uma razão: a saber, a legitimação moral das vítimas e destruições. Quando a luta é contra “Hitler” e, assim, contra tudo o que o nome desta não-pessoa representa, nesse caso – e apenas nesse – são permitidos todos os meios, justamente por se tratar de um estado de necessidade da humanidade. A guerra com bombardeamentos contra cidades, fábricas e infra-estruturas, que sem dúvida afectou mais que apenas o regime e os seus algozes, foi justificada contra a Alemanha nazi, porque só assim pôde ser impedido que grandes partes do mundo mergulhassem numa barbárie racista e anti-semita, sob o mando de um império mundial étnico alemão e capitalista. Aqui eram irrelevantes os motivos das potências envolvidas, caracterizadas pelo capitalismo quer privado, quer de Estado; a única coisa que contava era que, por efeito dos bombardeamentos em larga escala de justos e injustos, de culpados e inocentes, seria destruída a manifestação então aguda e especificamente alemã de um potencial inerente ao capital enquanto tal de destruição paranóica do mundo.

Esta constelação singular (tão singular como os crimes contra a Humanidade dos nazis) e a legitimação a ela associada da guerra com recurso a bombardeamentos maciços por parte da coligação contra Hitler é, por isso, necessária como um constructo reprodutível projectivamente, a fim de fazer parecer as vítimas dos bombardeamentos das novas guerras de intervenção não só aceitáveis para o idealismo democrático, mas até moralmente necessárias.

Só neste sentido foi possível aos pacifistas governantes do “novo centro” a infame encenação da sua consciência em estado de “dilaceramento interior”, enquanto mandavam seguir os bombardeiros de alta tecnologia e longo alcance. Só deste modo puderam, como se tudo isso não bastasse, reinterpretar a mais recente participação sangrenta da RFA no “imperialismo global ideal” do Ocidente como uma desculpabilização da história alemã: precisamente com o bombardeamento de Belgrado, diz a pérfida dialéctica do democrático jogo aos hitleres, a culpa de Auschwitz é redimida e a RFA dos “veteranos de 68 no poder” fica de contas saldadas com a história. Deste modo, bombardeamentos maciços convertem-se em missão de paz, e os criminosos de mangas de alpaca da “República de Berlim” podem afirmar de si, numa atitude moralmente descontraída, estarem a conduzir a guerra “finalmente do lado certo”.

Mesmo se a propaganda de horror dos pacifistas governantes tivesse sido desmentida num grau inferior ao que foi no caso, o estabelecimento de uma analogia com a Segunda Guerra Mundial nunca teria funcionado. Que Saddam Hussein seja um ditador repugnante e agressivo, mas não alguém que ponha o mundo inteiro a ferro e fogo, e que tanto as tropas especiais e as milícias sérvias como a UÇK albanesa, os Ustachas croatas vindos do outro mundo, as milícias muçulmanas bósnias, etc. tenham expulso gente e cometido atrocidades, mas que estas em lado algum puderam atingir a dimensão dos campos de extermínio nazis e do Holocausto – tudo isto não é por acaso. Pois o que está em causa, no caso dos actores iraquianos, ex-jugoslavos, etc., não é a “realização” de uma mundividência assassina nem são as acções de uma potência do centro capitalista orientada para o domínio do mundo, mas vulgaríssimos crimes induzidos pela guerra civil e pela concorrência, na luta generalizada pela sobrevivência na periferia capitalista.

A situação interna do Iraque e da Jugoslávia restante não é comparável com a da Alemanha nazi. Não se trata de sociedades uniformizadas de uma ditadura de modernização ocidental (a Jugoslávia ainda menos que o Iraque), mas de sociedades em decomposição de uma “modernização atrasada” malograda, no caso da Jugoslávia até com partidos oposicionistas institucionalizados. Hannah Arendt, que não quis aplicar o seu rigoroso conceito de totalitarismo (político) nem sequer à Itália de Mussolini, teria sido ainda menos capaz de o aplicar aos “Estados vilões” de hoje, na acepção da ideologia legitimatória da democracia mundial.

Esta é uma diferença decisiva. Pois aqui não se pode contar com gradações, mas é a diferença qualitativa que entra pelos olhos adentro. Quem pura e simplesmente equipara a mundividência

anti-semita de fundo nacional-imperial e a doutrina racial dos nazis com o etnonacionalismo nas regiões de crise de hoje, e o ataque cerrado à Humanidade pela Alemanha nazi, que se armou até aos dentes enquanto potência mundial industrial, com as aventuras militares de ditadores de trazer por casa de terceira ordem nas “turbulências” que se seguiram ao fim de uma época no final do século XX, ou com as exacções de poderes pós-soberanos e pós-políticos, comete um acto descarado de logro e banalização.

O cúmulo destas analogizações erróneas é o tribunal fantoche democrático, baseado na violação de todas as próprias normas jurídicas, em Haia, que encena contra Milosevic e outros protagonistas das guerras civis da Jugoslávia dos anos 90 do século passado processos exemplares, pretendendo recordar os processos com os criminosos de guerra de Nuremberga, a fim de procurarem para o “imperialismo global ideal” democrático uma espécie de consagração histórica. A legalidade formal dos processos de Nuremberga consistiu no facto de a Alemanha nazi, contrariamente à Jugoslávia restante, ter violado o direito internacional com a maior guerra de agressão da história. Para além disso, havia uma legitimidade histórica desses processos, que diz respeito sobretudo ao singular crime contra a Humanidade dos nazis, embora a dimensão de Auschwitz desacredite a forma burguesa do direito enquanto tal, e remeta já para a necessidade de uma crítica fundamental da formação social que está na base deste direito. Se as actuais guerras de desestatização nas regiões globais em colapso apontam os limites da forma democrática do Estado e do direito, não há maneira de as comparar com o carácter específico de Auschwitz. Pôr os processos de Haia ao mesmo nível dos processos de Nuremberga não passa de um teatro histórico barato.

O idealismo democrático, como executor das contradições agudizadas do capitalismo mundial, necessita de tais ilusões toscas também enquanto auto-ilusões, para poder justificar-se perante si próprio. Por isso, as absurdas encenações da consciência por ocasião do consentimento à guerra de agressão da NATO contra a Jugoslávia restante não foram apenas teatro, mas deveram-se a um verdadeiro esforço de auto-sugestão, no sentido de fazer com que a barbárie do imperialismo da segurança e da exclusão se apresente como expressão adequada e atempada da própria “identidade antifascista”.

Se, por outro lado, as acções e manifestações contra a guerra de ordenamento mundial democrática e contra a perversa exibição da consciência por parte dos governantes conseguiram mobilizar tão pouca energia social, tal não se deve unicamente ao crescente cinismo de crise da gente ordinária da economia de mercado. É sobretudo o apego da oposição de esquerda que resta ao mesmo constructo legitimatório do grande jogo aos hitleres que teve de tornar os opositores da guerra tão pouco credíveis como os seus instigadores, e teve de reduzir ambos ao mesmo denominador anacrónico.

Assim, também os restos do radicalismo de esquerda “anti-imperialista” e do movimento pela paz dos anos 80 do século passado têm dificuldade em avaliar os acontecimentos com base na lógica própria dos mesmos. Partindo do padrão interpretativo entranhado com recurso à constelação da Segunda Guerra Mundial, da perspectiva do movimento pela paz e do anti-imperialismo, o papel dos nazis no fundo apenas podia ser entregue aos EUA, que já estavam previstos para o mesmo desde a guerra do Vietname e tinham sido insultados com esses disparatados coros a debitarem “USA-SA-SS”.

No início dos anos 90 do século passado, embora a mobilização contra a guerra do Golfo (“nenhum sangue por petróleo”) ainda fosse relativamente forte, em termos de conteúdo já tinha chegado ao ponto rasteiro do moralismo desprovido de conceitos. Mesmo o conservador presidente dos EUA George Bush sénior não tinha cara para lhe colarem um bigode à Hitler; e, sobretudo, faltava por completo o “bom” adversário, que pudesse ser aceitável em termos identificatórios. Contrariamente aos combatentes da selva pela libertação nacional dos anos 60 e 70 do século passado, com a sua mitologia de Ho Chi Minh e Che Guevara, o agreste regime de clãs de um Saddam Hussein não pôde ser representado, nem pelos anti-imperialistas mais tapados, como uma potência de libertação social, nem sequer como uma vítima inocente. Assim, no concurso “Quem pinta na parede o melhor Hitler?”, o campo anti-imperialista e do movimento pela paz não teve grande hipótese contra o poder definitivo da democracia mundial.

Esta posição ainda piorou na segunda guerra de ordenamento mundial contra a Jugoslávia restante, quando os manifestantes contra a NATO em Belgrado levaram consigo nos seus cartazes logo o então presidente dos EUA, Bill Clinton, na figura de “Hitler”. Sob este signo do mais completo desamparo, produziram-se nas manifestações rarefeitas contra a guerra, na Europa e sobretudo na Alemanha, embaraçosas alianças fortuitas entre moralistas das sobras do movimento pacifista, veteranos anti-imperialistas, neonazis alemães e nacionalistas sérvios. Pois mesmo o NPD, o *Nationalzeitung*, o *Junge Freiheit* e outros radicais de direita intervieram afinal de um modo nada tradicional a favor dos Sérvios, ou pelo menos contra a guerra, aproveitando a bem-vinda oportunidade para assumirem a pose de anti-imperialistas e defensores do direito internacional, e para se empenharem na propaganda contra os “belicistas em Washington”, pelos quais o governo alemão se teria deixado arrastar para a aventura da guerra contra o “interesse nacional”. Até os neonazis entraram, portanto, no jogo aos hitleres para, tal como os seus irmãos anti-imperialistas de esquerda, enfiarem em espírito a máscara da vergonha aos representantes dos EUA e ao seu “capital rapinante”.

A esta embaraçosa oposição à guerra associaram-se jornalistas nacional-liberais e conservadores, como Rudolf Augstein ou o redactor do diário *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, Konrad Adam, que acusaram a fidelidade à aliança atlântica do Governo verde-rubro de integração numa “estrutura imperial” sob a hegemonia dos EUA. O escritor Peter Handke não só descobriu as qualidades místicas e poéticas do “folclore” sérvio, como até postulou, de modo especialmente provocatório, em analogia com a Alemanha nazi e recuperando um velho padrão do revisionismo étnico alemão, que seriam os EUA que teriam de ser “reeducados”. Esta sinistra combinação acabou por ser completada ainda por seitas bizarras como o “Partido da Lei Natural” alemão (“Em vez de Tornados, iogins voadores”).

Estas documentações da decadência do movimento pela paz, que foi apanhado na curva pelo seu anti-americanismo nunca sujeito a uma análise crítica (nessa medida, tratou-se, portanto, do seu desenvolvimento até se tornar reconhecível), foram retomadas com gratidão pelos ideólogos do imperialismo dos direitos humanos da democracia mundial, que se viram na posição de constatar com malícia um “anti-imperialismo ao contrário” (Richard Herzinger) com uma pouco venerável frente unitária de “radicais” de esquerda e de direita.

Mas quem levou a palma no grande jogo aos hitleres, foram, como não podia deixar de ser, os radicais de esquerda “anti-alemães”. Na sua perspectiva, não podia evidentemente subsistir qualquer dúvida de que a peça tinha de ser representada pelo elenco original e por nenhum outro. O papel de nazi, de acordo com a divisa não perturbada por qualquer análise da realidade, está e permanece firmemente em mãos alemãs, tal como a ilha de Maiorca. Assim sendo, foi Kohl e posteriormente Schröder quem teve de tomar conta do papel do protagonista do bigodinho, ao passo que, primeiro, o ministro dos negócios estrangeiros Genscher, e depois, ironia das ironias, o antigo camarada Fischer com o seu fato Armani, tiveram de assombrar os Balcãs como fantasmas residuais de Ribbentrop.

Para fazer com que esta versão coincidisse ao menos um pouco com a realidade dos fenómenos, foram necessárias mais realizações prodigiosas do foro do espiritismo político-económico. Neste contexto, o que foi digno de registo foi o posicionamento diametralmente oposto da maioria dos “anti-alemães”, aquando da primeira e da segunda guerra democrática de ordenamento mundial, embora o pano de fundo geoeconómico e geopolítico, ou seja, a motivação do imperialismo da segurança, fosse idêntica em ambos os casos: mais uma indicação de que, para essa consciência que se atascou na ocupação exclusiva com a “ideologia alemã”, o mundo já apenas gira em torno do próprio umbigo (alemão/anti-alemão).

Neste sentido, o posicionamento “anti-alemão” relativamente à guerra não foi determinado pela real constelação de policiamento mundial, mas exclusivamente pela participação – ou não – da Alemanha. Assim, a guerra contra o Iraque passou por “boa” e devendo ser apoiada, unicamente porque a Alemanha nela não participou militarmente. Embora o arsenal de armamentos do antigo “baby” do Ocidente, Saddam Hussein, fosse proveniente sobretudo de stocks britânicos, franceses e dos EUA, as compras iraquianas de compostos químicos na RFA, sob pretextos vários, para o

fabrico de armas químicas, os ataques com mísseis contra Israel e a oposição à guerra do movimento alemão pela paz foram colocados num contexto de tal modo rebuscado, como se o “Quarto Reich” se preparasse, logo pela sua ausência militar, não só para um novo confronto com os EUA pela hegemonia mundial, mas, sob a liderança do movimento pela paz, se aprestasse também imediatamente para um novo extermínio dos judeus.

Assim, as afirmações de solidariedade do governo alemão com a intervenção liderada pelos EUA e a participação financeira da RFA já apenas podiam passar por “manobras de diversão” do nacional-imperialismo alemão. Com este retorcimento dos factos, deveras grotesco se visto no seu conjunto, conseguiram reformular um constructo da constelação da Segunda Guerra Mundial que, em termos de factos, se aproximava muito da versão oficial, inspirada pelo imperialismo da segurança da democracia mundial; com a diferença, porém, de que não foi Saddam Hussein quem ficou com o papel principal no jogo aos hitleres, mas precisamente “a Alemanha”, que supostamente estava a “puxar os cordelinhos”.

De entre todas as reformulações da divisa “Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial”, esta paródia hollywoodesca de um jogo aos hitleres, que mesmo uma criança podia desmascarar como absurda, era a que mais se afastava da realidade. Neste contexto pairava como fantasia ideológica a imaginação de uma “no fundo acertada” grande coligação contra Hitler que, ao dirigir-se contra a RFA como o império nazi supostamente ressuscitado, deveria, no melhor dos casos, ser composta pelas potências ocidentais lideradas pelos EUA, os “bons” dos Sérvios arregimentados em torno do “estadista” Milosevic, a música pop internacional, os “anti-alemães” e a parte da Humanidade purificada pela filosofia iluminista. Apenas a União Soviética teria devido ficar de fora, desta vez, infelizmente, por falta de existência. Um verdadeiro número ideológico de teatro de revista.

Coerentemente, a segunda guerra de ordenamento mundial tinha de ser recusada, desta perspectiva, com a mesma veemência com que a primeira tinha sido de saudar, unicamente pelo facto de contar com a participação militar da RFA. Se, alguns anos antes, Saddam Hussein tinha sido decorado como uma espécie de espantalho do suposto ressurgimento dos nazis na Alemanha, agora, ao invés, era Milosevic quem tinha de ser elevado a herói da resistência anti-alemã. De acordo com a reformulação ideológica da constelação da Segunda Guerra Mundial, já não restava espaço para outra percepção senão a de que agora “a Alemanha”, enquanto nação criminosa, estava a preparar-se para o golpe decisivo e, com o bombardeamento de Belgrado, o ano de 1999 se tinha tornado o ano de 1941.

E, como contra a Alemanha nazi todos os meios são bons, alguns “anti-alemães”, ainda mais cegos para a realidade do que os outros, não se coibiram de, neste caso, tal como os “anti-imperialistas” restantes e os do movimento pela paz, protestarem contra esta guerra supostamente “alemã” lado a lado com nacionalistas sérvios residentes na RFA; neste contexto, chegaram ao absurdo de também fazerem frente comum com os verdadeiros neonazis alemães, que afinal também se manifestavam contra a guerra, dispostos a dar benevolentemente ouvidos ao nacionalismo sérvio, como a qualquer nacionalismo étnico.

Uma teoria da conspiração para indigentes intelectuais

No entanto, havia um pressuposto tácito deste pensar desgrenhado, que os seus representantes já nem sequer consideravam necessário provar: a saber, que se tratava de uma “agressão alemã” de carácter nacional-imperial, que a Alemanha se preparava realmente para repetir Auschwitz, e que, por conseguinte, o nacionalismo étnico sérvio não seria apenas “no fundo” um baluarte democrático e universalista contra a política alemã de conquista étnica, mas que deveria ser defendido também como uma mera vítima; suposições todas elas totalmente contrafactuais e fantasistas.

Esta presumida pressuposição era, na verdade, perturbada pelo facto de a versão “anti-alemã” do grande jogo aos hitleres ter um pequeno senão, na medida em que a guerra foi conduzida

precisamente sob o comando supremo dos EUA e, a 90 por cento, por operações da força aérea dos EUA, tendo o seu pano de fundo real sido constituído pelo colapso da economia nacional da Jugoslávia, e tendo a sua legitimação sido ensaiada justamente com o mesmo constructo que os “anti-alemães” julgaram reservado à sua própria invocação do passado, mas sobre o qual agora tinham perdido definitivamente o poder de definição. Não admira que apenas pudessem ter reagido alergicamente, ao serem postos de caras com esta relação e, assim, com a sua oculta inverdade interna.

Para salvarem a sua versão do jogo aos hitleres, pelo menos aos seus próprios olhos e aos dos seus adeptos, os “anti-alemães” tiveram de recorrer a um meio desesperado, a saber, a uma interpretação dos acontecimentos descaradamente inserida na teoria da conspiração. Com toda a seriedade, foi posta a circular a ideia infantil de que os EUA teriam feito a guerra “do lado errado”, de acordo com o mote de Hegel “tanto pior para a realidade”, quando ela não corresponde ao seu próprio guião.

Deveria dar que pensar a forma como supostos críticos sociais de esquerda, com pretensões de “crítica ideológica”, vão aqui cair num padrão de pensamento ideológico que, no fundo, sabem ser exactamente uma forma de percepção do mundo que, com outros conteúdos opostos – a saber, o anti-semitismo formulado na “ideologia alemã” –, tornou precisamente possível tudo aquilo que essencialmente pretendem combater. Consabidamente, o esquema fundamental desta forma de percepção consiste em que os processos estruturais e de crise da sociedade mundial capitalista sejam reduzidos unidimensionalmente à acção estratégica consciente de sujeitos ou “potências” supostamente “responsáveis em última análise”, cujas expressões de vontade pura e simples se apresentam como causa última (com toda a semelhança, de resto, com a ideologia pós-operaísta de Hardt/Negri, num plano mais geral de “sujeitos do poder” do seu “empire” igualmente fantasmagórico).

O facto de ter de se refugiar em semelhantes interpretações próprias da teoria da conspiração já é uma clara indicação de que a crítica “anti-alemã” radical de esquerda da história e do presente anti-semita da Alemanha é insuficiente. Qualquer tipo de teoria da conspiração reveste-se necessariamente de um carácter irracional, especialmente se estiver inserida num sistema de referência da razão iluminista burguesa; pois é precisamente esta razão histórica do capital que traz em si a sua própria irracionalidade. Há algo de assustador no facto de o que se opõe ao desvario anti-semita de uma “conspiração mundial judaica” não ser a crítica radical da modernidade produtora de mercadorias, mas a loucura iluminista pró-ocidental de uma espécie de “conspiração mundial alemã” que, tal como o seu contrário, se apresenta de um modo completamente independente dos factos.

A irracionalidade deste padrão interpretativo, que remete para um forte fervor para com algo de certo e necessário, a saber, o repúdio da mundividência anti-semita que actua de múltiplos modos e até ao fundo da esquerda política, prende-se a algo de completamente errado, a saber, à insistência numa interpretação nacional-imperialista anacrónica da constelação mundial capitalista.

Visto de fora, isto pode ser facilmente explicado como um erro lógico de determinação ou de plano, visto que a crítica radical ao anti-semitismo da “ideologia alemã” e dos paradigmas políticos conexos também é pensável e necessária numa constelação que tenha dado por encerrada a era nacional-imperial. Mas, para uma consciência que não é capaz de distinguir estes dois planos, qualquer desvio do padrão interpretativo nacional-imperial da constelação mundial capitalista (incluindo os sujeitos de uma vontade estratégica a condizer) tem de se apresentar como uma capitulação perante a loucura anti-semita e uma apologia do seu núcleo alemão.

Esta conclusão errónea parece provocar um tão grande fervor da ignorância desesperada que a percepção da realidade tem de ficar pelo caminho. O que pretende ser uma consequência da “crítica ideológica” revela-se assim, pelo contrário, como o poder desconcertante do pensamento em formas ideológicas, que vai dando tantas voltas ao mundo na sua cabeça até que este pareça coadunar-se com a interpretação apriorística.

Na percepção “anti-alemã” da teoria da conspiração, a intervenção da NATO tinha de seguir, qualquer que fosse a banal realidade, a “agenda secreta” (Matthias Küntzel), segundo a qual “o

Estado alemão, na guerra contra a Sérvia, segue o seu programa particular, quer instituir a *pax germanica* contra a *pax americana* [...]. A *pax americana* conduz no Kosovo também uma guerra contra a forma especificamente alemã de impor a paz, que passa por considerar o ‘centro alemão’ uma referência mundial e exportar o capitalismo dito da Renânia” (Bruhn 1999).

Só pode ter sido isso. Segundo outro fantasista “anti-alemão”, “na noite para o 13 de Outubro de 1998, a América caiu na armadilha” (Becker 1999) montada pela Alemanha nazi ressuscitada. Como assim? Segundo a argumentação inspirada pela teoria da conspiração, a política universalista dos EUA teria sido subtilmente subvertida pela Alemanha nazi, na medida em que esta (aparentemente em segredo e sem qualquer acordo dos EUA e da NATO) teria armado as partes anti-sérvias, tendo assim provocado conscientemente a resposta sérvia e logo a intervenção ocidental.

A versão *standard* “anti-alemã” que entretanto se apurou é a seguinte: para não se deixarem ultrapassar pelos acontecimentos e se anteciparem à poderosa intervenção da Alemanha nazi que se adivinhava, os EUA teriam tomado a dianteira da campanha anti-sérvia contra a sua real intenção, tendo tomado a intervenção nas suas próprias mãos: “Então agora os EUA estão metidos numa guerra que não só não quiseram como não podem ganhar, porque estão a lutar do lado errado (!). Como força aérea do UÇK, os EUA desempenham agora precisamente aquele papel para o qual ainda há um ano a Alemanha tentou empurrá-los, mas não conseguiu” (Becker 1999).

Os ingénuos EUA, inexperientes em termos de geopolítica e envergonhados a decidirem-se por intervenções militares, tal como têm sido desde há mais de cinquenta anos a esta parte, tiveram então de se deixar levar à certa pela Alemanha nazi ressuscitada que, há precisamente o mesmo meio século, esperou impávida pela próxima boa ocasião, e que agora, no disfarce Armani do governo de Schröder e Fischer, atacou inesperadamente. Uma atribuição de papéis mais que bizarra: “Na Alemanha, precisa-se dos Estados Unidos – tanto do seu poderio militar como da sua indústria cultural – para se poder referir ao seu próprio passado de tal forma que lhe permita encaminhar-se ela própria para o estatuto de potência mundial (!) dando nas vistas o menos possível (!)” (Scheit 1999).

E, uma vez que o rabo é tão bem sucedido a abanar o cão, esta guerra foi conduzida involuntariamente pela NATO com o objectivo alemão nazi de “destruir a NATO (!) como o último bastião da ordem europeia do pós-guerra” (Becker 1999). Salvem a NATO!, é então esse o último grito de uma crítica completamente transviada que se converteu no seu próprio contrário e que agora, com uma atitude fanfarrona, pretende redefinir a sua capitulação intelectual incondicional num radicalismo especial da percepção fantásticamente anacrónica do mundo que, no entanto, apenas é radical na sua estupidez.

Mas não são unicamente as reais relações de força que ridicularizam a interpretação da teoria da conspiração, também a constelação política anda a milhas de distância. Que a NATO se tivesse empenhado numa guerra com o objectivo de se fazer destruir pelo nacional-imperialismo alemão – será que ainda temos de gastar argumentos a este respeito?

A RFA, como centro de exportações capitalistas desprovido de independência militar, neste mundo (por oposição ao mundo imaginário dos “anti-alemães”) depende evidentemente, para o que der e vier, da NATO e da polícia mundial dos EUA. As divergências entre os EUA e a UE passam tão-pouco por um plano geopolítico e da estratégia militar que a RFA é periodicamente admoestada pela NATO e pelos EUA no sentido de intensificar os seus esforços armamentistas, dar um maior contributo militar e assumir “mais responsabilidade”.

Na realidade, quase todos os intervenientes, no âmbito do “imperialismo global ideal” e das suas actividades de polícia mundial, oscilam entre um impulso no sentido de se meterem ao barulho e participarem na liderança, por um lado, e, de um modo quase igualmente notório, se “furtarem à acção” e “fugirem aos custos”, por outro. Em 1999, a NATO insurgiu-se contra os cortes previstos pelo governo federal alemão no plano da política militar; na reunião da Primavera dos ministros da defesa, no início do mês de Junho de 2000, o secretário-geral da NATO, Robertson, exigiu um aumento dos orçamentos militares e disse reconhecer, especialmente em relação à RFA, a

“necessidade de recuperar um atraso” relativamente à política de armamento. Um ano mais tarde houve um “desaguisado transatlântico” extremamente peculiar: para desgosto do embaixador alemão nos EUA, Wolfgang Ischinger, o embaixador designado dos EUA em Berlim, Dan Coats, numa audição no Senado dos EUA “tinha avisado contra uma redução das despesas de defesa dos alemães” (*Der Spiegel* 32/2000). Seria realmente a primeira vez na história dos impérios uma potência hegemónica a insistir com os seus (supostos) rivais notórios e principais para se armarem e a apaparicá-los nesse sentido. Ou serão Robertson e Coats porventura agentes alemães? Será que os EUA entretanto até já são governados por extraterrestres?

A enormidade da impensada fabulação dos “anti-alemães” já apenas diz algo sobre a cegueira dos actores, e nada sobre a realidade. Na respectiva literatura de fantasia, que só pode ser situada num mundo imaginado, também ameaça perder-se o núcleo de verdade de um importante aspecto da formulação do problema, a saber, a real etnicização e culturalização da crise. Esta hoje já não corresponde a um padrão interpretativo e de acção especificamente alemão. Pelo contrário, este padrão formou-se, por um lado, endemicamente (ou seja, mesmo sem participação alemã) em todas as partes envolvidas no conflito nos Balcãs e em todo o mundo e, por outro lado, o mais tardar no seguimento do debate em torno de Huntington, foi retomado pelos EUA e pela própria NATO como uma possível matriz para definições do inimigo e estratégias de contenção e exclusão.

E foi precisamente a inteligência assassina do Massachusetts Institute of Technology (MIT) que, já em 1996, no projecto programático para a política externa e militar dos EUA, tinha delineado uma estratégia de política de segurança e de exclusão dos zoos étnicos sob o lema do “direito de autodeterminação dos povos” (etnias), que foi inicialmente prevista para o Iraque com a protecção dos Curdos no Norte e dos clãs xiitas no Sul, e depois foi aplicada maciçamente, tanto no apoio à “sublevação tribal” étnica dos albaneses do UÇK como aquando do pacto com a étnica “Aliança do Norte” no Afeganistão.

O facto de o ministro dos negócios estrangeiros alemão da época, Genscher, ter seguido esta linha relativamente ao desenvolvimento da situação na Jugoslávia mesmo de moto-próprio, com base nas tradições “etnopolíticas” do ministério dos negócios estrangeiros alemão, evidentemente não significa que a última potência mundial, devotada ao universalismo, tenha sido “ludibriada” pelos etnofascistas alemães, mas foi uma iniciativa alinhada com a nova estratégia imperial étnica dos EUA que estava em formação. Todo este complexo apenas pode ser explicado se não partirmos das velhas competições nacional-imperiais e territoriais e de uma repetição federal alemã do esforço de Hitler por formar um racista “império colonial alemão até aos Urais”, mas de uma estratégia integrada de segurança e exclusão do “imperialista global ideal”, ou seja, dos EUA ou da NATO, em que a etnicização endémica da crise é, para já, positivamente instrumentalizada.

A globalização da “ideologia alemã”

Ainda assim, trata-se sem dúvida de recorrer à “ideologia alemã”, específica na sua origem, se bem que numa forma modificada. Para a política dos EUA, este recurso não tem motivação “existencial”, como outrora na formação da nação alemã, mas apenas estratégica (podendo ser revista em caso de necessidade). Por isso, a nova versão ocidental e anglo-saxónica da etnopolítica é antes de mais utilitarista, ao passo que a versão alemã “clássica” foi antes de mais de orientação substancialista. Sobretudo é decisiva a diferença de que a estratégia etnopolítica dos EUA e da NATO já não constitui a própria autocompreensão essencial, mas representa (para já) uma atribuição externa, para a contenção de processos de decomposição na periferia. É também por isso que não se trata, como foi o caso na versão nacional-imperial alemã, de uma ideologia concorrencial contra o “universalismo ocidental”, mas, pelo contrário, de um momento subpolítico desse mesmo universalismo e da sua ideologia dos direitos humanos.

Determinados momentos destas diferenças históricas dentro da ideologia étnica e da sua instrumentalização certamente ainda hoje surtem os seus efeitos. Nesta medida, não deixa de ser

legítimo colocar-se criticamente em evidência as expressões da versão substancialista, especificamente alemã, por exemplo, no movimento pela paz alemão e, também, na política governamental alemã. No entanto, esta crítica é completamente desrealizada ao ser projectada sobre uma constelação política mundial à imagem da Segunda Guerra Mundial. Na realidade, a influência da “ideologia alemã” pode porventura surtir efeitos muito maiores noutros planos que não o da política de potência nacional-imperial.

Assim, a elaboração ideológica transnacional no seio do “imperialismo global ideal” não acompanha de imediato as reais relações de poder intra-imperiais. Tendo em conta a impossibilidade de resolver as problemáticas e sob a pressão dos acontecimentos, numa estrutura institucional complexa como a NATO, podem surgir formas momentâneas de interpretação que vão beber a diversas fontes, mesmo que os EUA tenham claramente a última palavra a dizer e o poder decisório último.

Assim, para além de influências das fábricas de ideias dos EUA, a tradição alemã, numa associação com ideias culturalistas pós-modernas, não deixa de ter uma certa competência própria para se envolver eficazmente na criação de ideologias de crise globais malignas. Os debates intelectuais centrais da RFA desde os anos 80 do século passado – disputa dos historiadores, “Bocksgesang” [“O canto em crescendo do bode”, polémico ensaio de Botho Strauß de 1993, crítico da democracia e da civilização actual (N. T.)], o debate em torno de Walser, o discurso de Sloterdijk, etc. – vão todos, sem excepção, nessa direcção. A RFA constitui hoje realmente um foco ideológico mundial para elementos centrais de uma nova interpretação etno- e bioculturalista, cuja forma democrata verde e pós-moderna não é nenhuma ilusão, mas perigosa substância.

Por outro lado, porém, o imperialismo de exclusão ocidental global juntamente com as formações ideológicas correspondentes é mediado afinal com as relações de concorrência social interna à sociedade do centro e influenciado pelo modo como estas são resolvidas. Na medida em que a percepção etnocultural da realidade não se refere à forma como o imperialismo da segurança lida exteriormente com os desenvolvimentos na periferia em decomposição, mas à definição de um inimigo interno com referência à concorrência de crise no seio dos próprios países ocidentais, a sua tendência ainda é muito menos dependente das relações de força político-militares exteriores. A interpretação etnorracista da concorrência de crise social, tal como ressuscitou espontaneamente na consciência de massas na RFA, tendo há muito tempo sido flanqueada intelectualmente, pode também exercer uma grande atracção na Europa Ocidental e nos EUA num estágio avançado do processo de crise.

Afinal, já no período entreguerras partes consideráveis das populações dos Estados ocidentais foram vulneráveis à ideologia nazi. Essa afinidade apenas era encoberta pelos antagonismos nacional-imperiais que então ainda prevaleciam. Nesta perspectiva, até poderia ser um pressuposto para um avanço vitorioso de elementos da “ideologia alemã,” recompostos na consciência das massas ocidentais e nas condições de crise actuais, que já não lhes seja associada nenhuma pretensão nacional alemã de domínio do mundo exterior e territorial. Como, num mundo globalizado do capital, já não há um interesse concorrencial próprio, nacional-imperial, que impeça a divulgação de uma etno-ideologia alemã reformulada, as hipóteses desta sair vitoriosa no mundo inteiro não se tornaram menores, mas sim muito maiores.

Deste modo, o prolongamento dos efeitos da história especificamente alemã e dos daí derivados modelos de explicação do mundo e tendências institucionais, políticas e “pós-políticas” deve sem dúvida ser bem analisado, mas tendo em conta o real desenvolvimento do mundo no início do século XXI e, com ele, as guerras de ordenamento mundial democráticas do “imperialismo global ideal”. Para poder descortinar como tudo se relaciona e criticar as formas como os constructos da “ideologia alemã”, da “comunidade do povo”, do anti-semitismo, etc. prolongam os seus efeitos, temos de os colocar no contexto da constelação mundial real, em vez de fazer de conta que se trata da mera continuação de uma aspiração a potência mundial, apenas interrompida por meio século.

Após o 11 de Setembro: o último estádio do pensamento anacrónico

O despenhamento definitivo do esquema interpretativo “Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial” ocorreu após o acontecimento do 11 de Setembro. Ficou demasiado óbvio que os fenómenos bárbaros do tipo destes atentados já não podiam ser confinados à imagem daquela época. Enquanto o pseudoprocesso de Nuremberga em Haia ainda decorre no âmbito desta interpretação, a Al-Qaeda já estabeleceu outros critérios. À imagem do inimigo de um ditador nacionalista com apetites genocidas com base na soberania substituiu-se agora maciçamente o novo componente decisivo da interpretação de Huntington, a saber, a imagem do inimigo de uma contracultura transnacional religiosa e islâmica. Nada poderia tornar mais claro que se trata da transição para definições de conflito pós-soberanas e pós-políticas, em que já não têm cabimento um Hitler nem uma “coligação contra Hitler”, embora esta associação anacrónica ainda se subentenda nas declarações oficiais.

Por muito que os EUA ainda se comportem uma vez mais como um poder do princípio da soberania, não é com menor clareza que, com esta interpretação que já contém simultaneamente os primeiros indícios de uma auto-identificação religiosa e culturalistano sentido de um fundamentalismo “cristão”, abandonam por seu lado o terreno do *nomos* moderno e seguem o rasto ideológico dos seus produtos de decomposição. A “guerra contra o terrorismo” anunciada pelo presidente Bush após o 11 de Setembro constitui, com a sua determinação de fundo religiosa e culturalista, a confissão de que o quadro interpretativo válido até à data se quebrou irreversivelmente. É, também, por isso que Bin Laden já raramente figura, na ideologia de guerra democrática mais recente, como a “reincarnação de Hitler”. Este esquema já deu o que tinha a dar. O que restou foi apenas a pose da coligação contra Hitler, a atitude da luta contra “o mal” absoluto, enquanto as referências a conteúdos vão empalidecendo.

Inversamente, também a tentativa absurda de interpretar a “guerra santa” pós-política islâmica de algum modo que a encaixe nas “lutas” sociais contra o império capitalista, como, por exemplo, em Hardt/Negri, já não está associada a uma reformulação daquela constelação da Segunda Guerra Mundial. O jogo aos hitleres acabou. Mesmo que isso ainda não tenha penetrado explicitamente na consciência geral: o capitalismo democrático está agora sozinho em casa, com os seus fantasmas de crise, que escarnecem de qualquer retro projecção anacrónica. O impulso nostálgico já bate de tal modo no vazio que começa a ficar confrangedor.

No entanto, ficou reservado a uma parte da esquerda residual “anti-alemã”, que em boa verdade ficou muito alemã, o privilégio de forçar o esquema tornado irrelevante de “Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial” mesmo para além dos limites da sua elasticidade já apenas ideológica, aliado, quando muito, a vozes individuais notoriamente históricas (Oriana Fallaci). Mas esta hiper-extensão tem o seu preço, nomeadamente o de rasgar o constructo original: contrariamente à guerra contra o Iraque do início dos anos 90 do século passado, já nem os fantasistas “anti-alemães” conseguem agitar mais uma vez o papão de uma reedição do imperialismo alemão nazi, do qual os príncipes do terror islamista e o seu organismo transnacional chamado Al-Qaeda seriam talvez meras criaturas e cúmplices.

Em vez disso, desde o 11 de Setembro, esta interpretação é posta de pernas para o ar: o imperialismo expansivo nacional alemão, imaginado como se nada se tivesse passado entretanto, já apenas figura, ele próprio, como potencial cúmplice do que se imagina ser a verdadeira nova reincarnação dos nazis, que é detectada num assim chamado “fascismo islâmico” (Initiative Sozialistisches Forum 2001). Esta designação indica em que medida os conceitos têm de se abandonar, em pessoas que ainda hoje prosseguem com as projecções anacrónicas sobre a época das guerras mundiais. Se o conceito de “fascismo” já antes tinha sido inflacionariamente desvalorizado em termos de análise social, nesta constelação adquire definitivamente o carácter de uma atribuição historicamente arbitrária, por necessidades puramente autolegitimatórias.

Já nem se trata de compreender o desenvolvimento capitalista mundial, pretende-se apenas justificar a todo o custo a própria ânsia de, na “nova intransparência” da crise mundial capitalista (que, ao

mesmo tempo, tal como em Hardt/Negri, é redondamente negada enquanto facto), se passar incondicionalmente para o lado do “imperialismo global ideal” democrático. Ao apelarem “Em defesa da civilização” (redacção da “Bahamas”, 2001), os protagonistas desta absurda interpretação glorificam o capitalismo assassino global como “civilização” e renunciam de facto a toda e qualquer crítica fundamental.

Na realidade, estes radicais de esquerda “anti-alemães” apenas abandonaram a sua anterior percepção projectiva *defantasy* acerca da situação mundial e da constelação de poder que nela se manifesta, na medida em que deixaram de fantasiar sobre uma reedição do imperialismo alemão nacional para poderem continuar com alucinações sobre a guerra de ordenamento mundial do imperialismo global como uma “coligação contra Hitler”. Com o constructo de um “fascismo islâmico”, inserem-se agora final e imediatamente numa mesma frente com o “imperialismo global ideal” democrático; para tal, já não necessitam de teorias da conspiração, segundo as quais os EUA combatem “do lado errado”, e por aí fora, pois agora finalmente todos combatem “do lado certo”. Com isto, porém, a percepção alucinatória acabou por se fechar no sistema completamente quimérico de um “mundo paralelo” anacrónico, que já não tem nenhuma janela para a realidade.

No fundo, esta alucinação ideológica já nem sequer é “anti-alemã”, na medida em que o objecto da projecção de uma reedição do nazismo agora se separou da “Alemanha”. A história alemã, juntamente com a “ideologia alemã”, que já até à data foi menos analisada criticamente por estes *zombies* do pensamento iluminista burguês do que instrumentalizada para projecções anacrónicas, é agora definitivamente “exotizada”. O que resta do constructo, tal como ele tem sido até à data, já é apenas a suspeita de que “a Alemanha” é um parceiro pouco fiável na última versão fantasiada da “coligação contra Hitler”, porque continuaria a querer cozinhar a sua própria sopinha imperial e, por isso, tenderia para uma política de “*appeasement*” relativamente aos verdadeiros novos nazis que agora seriam “o Islão”.

“A Alemanha”, ainda agora o velho inimigo principal, de acordo com esta versão reformulada pode redimir-se por Auschwitz lançando bombas sobre a parte muçulmana do mundo, tal como, na óptica dos “antifascistas” verdes, já o pôde fazer largando bombas sobre Belgrado. Também neste aspecto, as fileiras dos “salvadores da civilização” alemães e ex-anti-alemães estão agora firmemente cerradas.

Tal como sempre acontece com ideologemas históricos induzidos pelo pânico, o facto de o constructo de um “fascismo islâmico” como objecto de uma nova coligação contra Hitler ser erróneo sob todos os aspectos em que se possa pensar não tem a mínima importância. Já no seio do anacronismo projectivo a referência não bate certo, porque o fascismo e o nacional-socialismo não foram a mesma coisa. É definitivamente absurdo querer-se equiparar o processo de barbarização islamista transnacional com a formação nacional-imperial dos nazis, o anti-semitismo religioso dos muçulmanos com o anti-semitismo étnico de “sangue e solo” de Hitler, bombistas suicidas e o atentado às torres gémeas com o extermínio industrializado dos judeus em Auschwitz, crianças palestinianas fanatizadas que atiram pedras com os SS, as formas de violência do Terceiro Mundo que se afunda com os potenciais destrutivos do centro capitalista e, de um modo geral, os processos actuais de decomposição da sociedade mundial com a época das guerras mundiais. Tamanha ignorância anacrónica já nem pode ser explicada como um mero acto falhado intelectual, mas já apenas como uma espécie de impulso interior psicótico de se agarrar em todas as circunstâncias a uma interpretação do mundo de acordo com o esquema da Segunda Guerra Mundial, porque só assim a autocompreensão tornada obsoleta pode ser alucinatoriamente sustentada.

A diferença em relação ao passado, que a longo prazo não pode ser recalçada, consiste em que o sistema mundial capitalista já não tem qualquer margem histórica de desenvolvimento, que já não se antevê nenhuma nova época de acumulação que de algum modo possa receber uma conotação de “esquerda”, no sentido anterior de uma imanência positiva. Também é por isso que, à escala global, já não estamos perante processos de formação, mas sim de decomposição. E é por isso que já não existe nenhuma alternativa na formação social mundial, perante a qual se possa isolar o potencial de barbárie do capitalismo, podendo este ser limitado a um determinado paradigma de uma determinada potência ou de um determinado império que então teria de ser derrotado. Já não se trata

de um cancro em fase inicial que ainda possa ser operado, pelo contrário, todo o corpo global da sociedade mundial capitalista já está minado e envenenado pelas metástases da decomposição bárbara. Determinados momentos da pulsão de morte do capitalismo e da barbárie moderna, que já se tornaram manifestos nos nazis numa forma específica, nacionalmente vinculada, manifestam-se agora no plano global, numa nova composição e flutuando livremente.

Agora, a barbárie só pode ser combatida, única e exclusivamente, juntamente com o capitalismo enquanto tal, ou seja, pela abolição do moderno sistema mundial produtor de mercadorias, das suas definições categoriais e dos correspondentes padrões ideológicos. Nunca mais um “bom” capitalismo pode ser trazido a terreiro contra um capitalismo “mau”, e muito menos, de um modo ideologicamente enaltecido, a “civilização” (que o capitalismo nunca foi num sentido positivo) contra uma barbárie alucinada como não capitalista que, na realidade, é a forma de manifestação e de crise da própria socialização capitalista. Isto já se aplicava aos nazis numa forma ainda isolável, e aplica-se agora globalmente ao próprio sistema planetário que está a apodrecer e a empestar o mundo. O que já é um absurdo em termos lógicos, a saber, querer sempre “salvar” o capitalismo antes de o poder abolir, agora também se tornou absurdo em termos histórico-empíricos.

Os radicais de esquerda “anti-alemães”, que apregoam a sua alucinação de uma coligação contra Hitler para combater o “fascismo islâmico”, com isso não só deixaram de ser “anti-alemães”, como também têm de deixar de pensar de um modo radical de esquerda para, em vez disso, denunciarem a crítica do capitalismo em geral como uma mera diversão do suposto inimigo principal chamado “Islão” e como supostamente “anti-semita” já no seu conceito. Na prática, já apenas resta uma possibilidade para esta consciência, a saber, a tomada de partido incondicional pelo capitalismo mundial realmente existente na sua forma de agudo apodrecimento, ao passo que a antiga crítica, de qualquer modo nunca exercida com muita seriedade, vai definitivamente parar ao estatuto de um ornamento escapista (“Lutamos incondicionalmente pelo capitalismo, precisamente porque somos os seus críticos mais astutos”).

Mesmo que o constructo de um “fascismo islâmico” não corresponda exactamente à terminologia do imperialismo global democrático, está plenamente alinhado com a definição ideológica do conflito de todos os falcões ocidentais do império democrático. Em consequência disto, a mundividência dos antigos “críticos da sociedade” degradou-se num racismo antiárabe e antimuçulmano ordinário e incrivelmente primitivo; e foi a um ponto onde até agora mesmo os ideólogos ocidentais *hardcore* têm pruridos em ir.

O que é aqui especialmente repugnante é a instrumentalização de Israel (e, na perspectiva histórica, do Holocausto) para esta interpretação, ela própria já bárbara, do mundo em crise capitalista; também isto já é um mero resquício da original projecção anacrónica e alucinatória. O que está aqui em causa não é Israel e o destino dos judeus, mas única e exclusivamente a legitimação da própria mundividência grotesca e da própria conversão ao “imperialismo global ideal” democrático. Por isso, os criminosos de mangas de alpaca na órbita dos autodenominados cavaleiros do Santo Graal da anticivilização capitalista, antigamente “anti-alemães” e agora convertidos em “antimuçulmanos”, glorificam precisamente os ultras racistas e teocráticos da sociedade israelita, como os heróis da luta contra o anti-semitismo e a barbárie.

Esta instrumentalização é de tal modo desavergonhada que todo o Israel secular, e especialmente a esquerda israelita, que se encontra numa luta pela sobrevivência não só contra a barbárie palestina, mas também contra a barbárie no próprio país, são denunciados e repreendidos da pior maneira como uma espécie de quinta coluna do “fascismo islâmico”. A cada ocasião que se vislumbra, estes cruzados alemães que ainda se apresentam com uma máscara de “esquerda” atiram-se à esquerda israelita e a qualquer oposição israelita secular em geral. Por exemplo, quando 149 cientistas israelitas publicaram no britânico Guardian uma carta aberta, em que criticavam severamente a política do governo ultra de Sharon, não se fez esperar a tomada de partido a favor dos radicais de direita israelitas por parte dos ideólogos anacrónicos da coligação contra Hitler: “Com toda a razão, [...] os representantes da direita em Israel que foram visados podem responder que a oposição dentro de Israel apenas está a levar a água aos moinhos de todos aqueles que na Europa não pretendem outra coisa senão que os judeus se comportam como os anti-semitas sempre

os pintaram” (v. der Osten-Sacken 2002). Por outras palavras: A própria oposição israelita é incluída no lote do “anti-semitismo”; só tem é que se calar bem caladinha, porque não tem cabimento na mundividência anacrónica dos guerreiros de ordenamento mundial alemães. Esta inaudita insolência de subordinar Israel (e, já agora, toda a realidade atinente à sociedade mundial) às necessidades autolegitimatórias de antigos elementos da esquerda alemã, se não existisse, tinha de ser inventada. Tudo isto não passa de um *fait-divers* insignificante no âmbito do processo de crise do capitalismo mundial. O imperialismo global democrático nem sequer precisa dos delirantes agitadores que já foram de esquerda. A fixação redutora no padrão anacrónico da Segunda Guerra Mundial é um modelo em fim de linha, mesmo que fique um resquício deste padrão sob a forma de uma pretensão moral tornada abstracta, visto que o impulso para a interpretação anacrónica não pode desaparecer por completo. A definição do conflito culturalista “contra o Islão” de Huntington já começou a dissociar-se do paradigma legitimatório “antifascista”, que já apenas assombra a totalmente insignificante interpretação dos nostálgicos outrora “anti-alemães”, como se nada fosse.

Há só um motivo pelo qual este assombramento se reveste de algum interesse para uma análise crítica: pois lança uma luz traiçoeira sobre o apego da totalidade do que até agora tem sido a esquerda às categorias da modernidade burguesa. A esquerda esteve sempre habituada a apenas ocupar como vanguarda o surto seguinte da modernização capitalista. Nos limites históricos do desenvolvimento capitalista, já apenas pode levar-se a si própria à loucura, se não for capaz de ultrapassar este seu próprio apego à forma capitalista, o que quer dizer sobretudo à forma de sujeito burguesa, através do alargamento da crítica. Nesse caso, já apenas pode tentar ocupar positivamente os momentos do processo de decomposição bárbara.

Uma versão desta tentativa condenada ao fracasso consiste em, dando um seguimento alucinatório ao velho paradigma anti-imperialista (“Sempre de novo, a Primeira Guerra Mundial”), arranjar maneira de reinterpretar positivamente as tendências de barbarização étnica e pseudo-religiosa como impulsos emancipatórios, como fazem, por exemplo, Hardt/Negri, na sua argumentação intrinsecamente contraditória e para esquecer. A outra versão, que, no seguimento do velho paradigma antifascista (“Sempre de novo, a Segunda Guerra Mundial”), conduziu a que os fantasistas ideológicos ex-“anti-alemães” se atirassem para os braços do imperialismo global democrático, está igualmente votada ao fracasso. No seu caso trata-se da inversão meramente abstracta do tosco anti-imperialismo etnonacionalista, que não chega a furar o sistema de referência comum de ambos os padrões ideológicos.

Também fala por si o facto de que ideólogos da guerra, tanto de direita e liberais como outrora pertencentes à esquerda, não se contentem em deduzir a sua legitimação de uma determinada constelação mundial actual (por muito irreal que seja a sua interpretação), mas invoquem e se refiram todos sem excepção ao contexto global da história da modernização capitalista, aos “valores ocidentais” e à fundamentação filosófica da modernidade no Iluminismo. Está esquecida toda a “Dialéctica do Iluminismo”, toda a crítica do “eurocentrismo”, toda a reflexão sobre o carácter ideológico dos “ideais” burgueses, toda a acusação contra o potencial destrutivo do modo de produção capitalista.

Esta “falta de memória” intelectual dá uma ideia da profundidade do processo de crise: a ideologia iluminista e o seu cânone de valores, que, a bem dizer, há muito que está desmascarado, converte-se na última posição de recuo e, ao mesmo tempo, na prédica militante do ódio e da vingança da modernidade capitalista, no seu inglório fim definitivo, contra os seus próprios produtos de decomposição. A fuga rumo ao passado, a interpretação anacrónica da situação mundial, não permanece circunscrita ao padrão da época das guerras mundiais; recua ainda muito mais em termos ideológicos, até à época da constituição da forma de sujeito capitalista, até ao fundamento primordial comum de todas as modernas teorias e ideologias afirmativas no século XVIII.

É um facto que, após o 11 de Setembro, a maior parte da esquerda que resta não se passou, no meio de uma algazarra psicótica, para o lado do imperialismo global democrático, como essa meia dúzia de fantasistas da coligação contra Hitler eternamente renovada. Mas, se se pretender que a esquerda que não quer permitir que a façam esquecer a crítica radical não só previna uma regressão tão assustadora como também a compreenda, a fim de ultrapassar o apego às formas capitalistas que

nela se manifesta – nesse caso ela também tem de se libertar do seu próprio padrão de um anti-imperialismo anacrônico e de um anticapitalismo redutor, para chegar até à crítica emancipatória da forma de sujeito burguesa, da ideologia iluminista e dos “valores ocidentais”; ou seja, até à crítica de formas de pensar e de agir em que ficaram atascados tanto o anti-imperialismo tradicional, com as suas bandeirinhas palestinianas, como a mais recente população ideológica do iluminado programa democrático de destruição do mundo, agitando em altos berros a bandeira estrelada.

11. DA GUERRA DE ORDENAMENTO MUNDIAL AO AMOQUE NUCLEAR?

A “vitória” dos EUA e da polícia mundial democrática no Afeganistão foi na realidade um fracasso. De Osama bin Laden, nem rasto, e mesmo que fosse encontrado ou a sua morte fosse comprovada, a Al-Qaeda continuaria, não menos que antes, um fantasma impossível de agarrar. Até o fenómeno dos talibãs, aparentemente mais fácil de perceber, se perdeu no reino do imperscrutável; os líderes mais importantes desapareceram (se é que foram assim tão importantes), e os prisioneiros de Guantánamo não passam de figuras de segunda ordem ou, o que é ainda mais embaraçoso, revelaram ser filhos de camponeses ou de refugiados, totalmente ignorantes, obrigados a servir os talibãs.

Mesmo com a ajuda do regime Karzai, na prática limitado a Cabul, os EUA não podem esperar exercer nem uma aparência de controlo sobre a situação pouco transparente nas extensíssimas regiões de alta montanha; de resto, o mesmo se aplica também ao Paquistão, cujo Governo também não exerce qualquer controlo sobre os pachtuns, nas vastas e inacessíveis regiões fronteiriças. Em boa verdade, o resultado global da expedição ao Afeganistão é frustrante, e de modo nenhum pode passar por desagravo pelos golpes que a Al-Qaeda infligiu aos EUA. De modo semelhantemente frustrante evolui, no seu todo, a pomposamente anunciada “guerra contra o terrorismo”. Na medida em que houve sequer resultados, estes podem antes de mais ser designados como lastimosos. Algumas detenções, na sua maioria duvidosas, tão-pouco podem fazer-se passar por “vitória” sobre a rede-fantasma, como o congelamento de algumas contas bancárias e actividades afins, que denotam antes de mais o desamparo. É um facto que os EUA se arrogaram o direito de proceder em qualquer Estado, sem o acordo ou mesmo sem o conhecimento do respectivo governo, a operações militares ou policiais; mas agora revela-se cada vez mais claramente que nem sabem o que devem fazer ao certo, nem contra quem. Que os serviços secretos da última potência mundial, onde poucos dominam alguma língua estrangeira e cujo presidente nem sequer sabe pronunciar correctamente os nomes dos seus inimigos e dos respectivos países, trabalham de um modo tudo menos eficaz e fiável, é coisa que já provaram até à exaustão no passado.

Mas não são apenas factores superficiais deste tipo que fazem supor que a “guerra contra o terrorismo” está a dar em nada. Antes é a própria natureza desta hostilidade que ameaça tornar o empreendimento improcedente; trata-se precisamente da incompatibilidade dos adversários que não combatem no mesmo plano. Por muito assustador que possa ser um rinoceronte-indiano, não é capaz de lutar contra os seus próprios vírus intestinais e “ganhar”. O problema é e continua a ser que tanto o aparelho militar, como a política de estado de necessidade global dos EUA e de todo o “capitalismo global ideal” se referem ao sistema da soberania territorial que começa a dissolver-se diante dos olhos e com a involuntária cumplicidade dos aparelhos capitalistas democráticos.

O regresso ao paradigma dos "Estados vilões"

O dilema do estado de excepção do império mundial e dos seus actores já se agudiza quase de mês para mês: por um lado, o imperialismo da segurança e da exclusão da democracia mundial assumiu ele próprio, com a sua definição culturalista do inimigo como “o Islão” e com a postulada “guerra contra o terrorismo”, um paradigma pós-soberano, pós-territorial e pós-político; não o fez

voluntariamente, mas sob a pressão da crise mundial e dos acontecimentos que a acompanham. Por outro lado, porém, o seu horizonte mental, o seu alinhamento institucional e sobretudo também os seus instrumentos de poder estão completamente limitados ao mundo da soberania, da territorialidade e da política.

Uma orientação contrária, que tivesse em conta o real processo de decomposição deste sistema de referência, apenas poderia acelerar esse processo. Mais ainda: os aparelhos imperiais teriam de trair e quase que abandonar a sua própria natureza para conseguirem fazer frente ao inimigo na realidade e chegar a aproximar-se dele o suficiente; no entanto, tal apenas significaria que não só teriam de deixar de ser o que são, mas que também teriam de prescindir dos seus instrumentos de poder apenas aparentemente superiores (a saber, num plano diferente). Além disso, nesse caso já nem sequer poderiam dar seguimento à sua intenção fulcral, que é a de defenderem de “perturbações” a ordem mundial capitalista existente, antes teriam de participar na sua decomposição; ainda mais do que já fazem involuntariamente.

Como o seu objectivo é apenas não tolerar qualquer outra ordem no planeta, e, por outro lado, os fantasmas da crise deste sistema que combatem também não trazem em si o germe de uma outra ordem, não passando de produtos da sua própria barbarização, toda a “guerra” gravita, no fundo, em torno do facto de o sistema que domina o planeta não ser capaz de viver nem de morrer. Já não consegue viver porque a sua substância global de fim em si do trabalho abstracto está objectivamente em decadência. E não consegue morrer porque a forma desta substância, a agora esvaziada forma de sujeito da modernidade, que já não se consegue “realizar” suficientemente no processo real de valorização, não desaparece por si, mas apenas pode ser ultrapassada conscientemente; e porque os indivíduos e as instituições se negam a fazer este esforço, visto quererem continuar a mover-se como fantasmas dentro da forma dessubstanciada. Deste modo, todas as opções apenas podem conduzir ao absurdo.

Por isso, mantém-se a necessidade de regressão anacrónica, mesmo que as referências imediatas à época das guerras mundiais vão empalidecendo. Mas “o mal”, os maus da fita de serviço que é preciso apanhar, têm de ser de algum modo reinseridos no velho esquema político estatal, para ainda se conseguir imaginar um espaço operacional acessível.

A nova regressão dos EUA, da “guerra” contra Bin Laden, a Al-Qaeda e o terrorismo para um ataque ao Iraque e ao seu ditador Saddam Hussein, deve ser vista neste contexto. Depois do 11 de Setembro, pareceu inicialmente que o paradigma dos Estados vilões estava a ser abandonado. Em muitos comentários, até se falava na possibilidade de alguns dos até aí considerados Estados vilões serem levados a participar nesta nova campanha contra o terror; neste contexto era referido sobretudo o antigo inimigo islamista principal, o Irão. Parece também ter havido sinais da parte do Irão, do Iraque e de outros Estados muçulmanos de estarem disponíveis para prestar alguma cooperação nesse sentido. Esta possível opção pode ser facilmente explicada pelo facto de, independentemente da respectiva orientação ideológica, pelo menos formalmente ainda se tratar de estruturas estatais modernas, que só podem estar interessadas em salvaguardar a soberania e têm de ser hostis a potências pós-soberanas do tipo da Al-Qaeda.

Mas os EUA acabaram por não poder adoptar esta opção. O desastre factual da campanha contra Bin Laden e a Al-Qaeda, a falta de notícias de sucessos espectaculares, a situação totalmente confusa no Afeganistão como, de resto, em todas as regiões globais em crise e desmoronamento, os novos atentados terroristas entretanto ocorridos e o problema da intransparência geral das paisagens do terror e da barbarização global quase que impuseram uma “fuga para a frente”, que consiste pura e simplesmente na regressão ao paradigma aparentemente transparente dos “Estados vilões”. O imperialismo global democrático e especialmente o governo da última potência mundial necessitam desesperadamente de um grande êxito espectacular na guerra de ordenamento mundial para poderem demonstrar que ainda “são eles quem manda”. No entanto, esta demonstração de força e vontade de domínio do mundo apenas é possível no plano anacrónico da guerra territorial à moda de Clausewitz, onde sabem ser imbatíveis.

Evidentemente, o Iraque apresenta-se para “servir de exemplo” na medida em que aqui a definição do inimigo já vem sendo construída desde a guerra do Golfo do início dos anos 90 do século passado, de modo que esse processo já não tem de ser iniciado. No seguimento seriam possíveis outros ataques preventivos contra os países referidos pelo presidente Bush júnior como pertencentes a um tal “eixo do mal”, ou seja, contra o Irão, talvez a Coreia do Norte, possivelmente alguns países africanos (a Somália voltou a integrar o círculo restrito dos candidatos), ou seja, uma série de intervenções que se prolongaria por um longo período de tempo, em que o desrespeito pelo direito internacional iniciado na guerra contra a Jugoslávia restante se tornaria um hábito, e o mundo poderia ser preparado para “danos colaterais” que podem ir até ao extermínio de grupos populacionais inteiros; isto com o objectivo de conseguir um acobardamento global, de incrementar a obediência geral na comunidade dos Estados em decomposição e de provar a si próprios uma capacidade de intervenção em nada diminuída, ou seja, de dar um tratamento de compensação triunfalista às frustrações vividas desde o 11 de Setembro.

As tentativas de legitimação de um ataque ao Iraque são as menos credíveis de todas as guerras de ordenamento mundial até à data. Que o regime de Saddam Hussein, completamente exangue economicamente e nos seus potenciais militares, constitua um “perigo para o mundo” é uma afirmação descabelada e duplamente inverdadeira.

Pois, em primeiro lugar, a suposição do desenvolvimento de armas químicas ou biológicas aplica-se a grande parte da comunidade dos Estados; e os próprios EUA não são os últimos a recusarem qualquer controlo neste sentido, a cancelarem acordos internacionais a seu bel-prazer e a não se incomodarem com os projectos correspondentes dos seus próprios amigos ditadores. Em segundo lugar, todas as opções e projectos da ditadura de Saddam Hussein estão de tal modo reduzidos pelo embargo, pelas zonas de exclusão de voo, pelos bombardeamentos constantes, pelos controlos dos inspectores de armamentos conduzidos ao longo de anos e pela destruição de sistemas de armamentos e de componentes de armas químicas (apesar da sabotagem por parte do regime), que há muito o aparelho militar iraquiano deixou de ter qualquer capacidade de empreender uma operação estratégica séria dirigida para o exterior.

Já antes, esta potência militar de segunda ou terceira classe tinha poucas capacidades neste sentido, visto que a breve ocupação do Emirato do Kuwait, quase inexistente em termos militares, não pode ser considerada uma acção desse tipo; e, nos anos 80 do século passado, na guerra contra o regime dos mulás iranianos, equipado de modo ainda muito mais rudimentar, o exército de Saddam tinha falhado em toda a linha, apesar do generoso apoio ocidental. Que agora os escombros deste exército possam invadir os vizinhos árabes, ou mesmo Israel, e até constituir uma “ameaça para o mundo”, é simplesmente ridículo. Até os antigos inspectores de armamentos, que nunca fizeram segredo de estarem ao serviço do governo dos EUA, recusaram energicamente esta afirmação do governo Bush.

A única coisa que ainda restaria a Saddam no caso de um ataque da maquinaria militar dos EUA seria uma derradeira acção de desespero; provavelmente um ataque contra Israel com alguns mísseis e substâncias químicas restantes que poderia causar alguns danos (e, o que seria suficientemente mau, causar a morte ou ferimentos a um considerável número de pessoas), mas sem capacidade de desferir um golpe estratégico. No caso de um ataque a Bagdade com tropas terrestres, porém, com a intenção de eliminar fisicamente ou de prender Saddam e a sua camarilha, os EUA teriam de contar com baixas substanciais, especialmente na eventualidade de um feroz combate casa a casa. É de rezear que os EUA, para minimizarem as suas próprias baixas, poderiam em tal caso preparar a invasão da megalópole com um bombardeamento cerrado, aceitando como consequência a morte de massas da população civil e a criação de caóticos fluxos de refugiados. Que o imperialismo global da polícia mundial democrática está em princípio predisposto para o assassínio de massas é algo que já provou com os “danos colaterais” das guerras de ordenamento mundial até aqui ocorridas.

Mas também existe a eventualidade de que não haja qualquer resistência séria. Pode ser que o decrépito exército iraquiano entre em colapso de imediato e capitule ou se dissolva simplesmente. Depois de os EUA já terem encorajado abertamente ao assassínio do presidente iraquiano, também este resultado não é improvável. De qualquer modo, uma parte considerável do aparelho iraquiano

não vai tardar a oferecer os seus serviços à potência mundial à primeira vista infinitamente superior. Apenas seria perigosa e impossível de ganhar uma guerra de guerrilha sistemática contra o contingente de ocupação dos EUA; mas ninguém a vai conduzir, pelo menos não em nome do regime de Saddam. É absolutamente improvável que exista alguma facção no Iraque que tenha vontade de arriscar a vida por esta corrupta e bárbara ditadura baseada nos clãs.

No plano da guerra à moda de Clausewitz, portanto, é de esperar, se não um passeio militar, mesmo assim uma decisão relativamente rápida que poderá levar no máximo semanas a alcançar. Como potência territorial e soberana, apoiada num exército clássico, o regime de Saddam não tem a mínima hipótese. E, neste sentido, ainda há outras guerras deste tipo que podem ser “ganhas” sem qualquer problema. Afinal foi por isso que a administração Bush reduziu as iniciativas estratégicas ao plano dos “Estados vilões” fáceis de vencer, para poder apresentar êxitos superficiais.

Mas é precisamente neste aspecto que se revela toda a irracionalidade deste modo de proceder. Quanto mais Estados ou territórios pós-estatais os EUA esmagam, mais precária se torna a sua situação como última potência mundial. Se a massa das populações mortas ou afugentadas apresentar uma desproporção cada vez mais flagrante relativamente aos resultados alcançáveis, e mesmo aos objectivos ainda passíveis de serem formulados politicamente, a legitimação moral dos EUA vai entrar em colapso no plano mundial, mesmo que a matilha dos *media* democráticos uive com o poder. A prazo, é inegável: os EUA e a NATO acabam por ser incapazes de pacificar estes territórios e as suas massas populacionais, e tanto mais incapazes quantos mais estes forem.

Já no Iraque torna-se extremamente difícil construir mesmo apenas uma criatura do tipo de um Djindjic ou Karzai. A dita oposição iraquiana, que agora é apaparicada a muito custo pelo Governo dos EUA, contrariamente ao que acontece, por exemplo, na Sérvia ou no Afeganistão, pelo menos no Iraque central não consiste em forças internas relevantes, mas apenas em obscuros grupos de exilados sem qualquer base no próprio país, e metade dos quais, de resto, traz outra vez no seu nome o adjectivo de mau agouro “islâmico”. Se daí sair alguma coisa, será a próxima fornada de monstros.

No Iraque, provavelmente nem sequer poderia ser encenada a farsa de uma “democratização”. Não existe qualquer concepção coerente para a constituição de um governodepois da “guerra”. A divisão em “zoos étnicos” sob o controlo dos EUA, propalada em 1996 pelo MIT, ou seja, o estabelecimento, já hoje indirectamente preparado pelo estabelecimento de zonas de exclusão de voo, de uma região curda autónoma, ou mesmo de um Estado curdo independente no Norte, de uma região dominada por clãs xiitas no Sul, e de um Iraque restante governado por alguma das figuras que actualmente se encontram no exílio, teria por consequência última uma nova zona de insegurança totalmente instável e fustigada por guerras permanentes. Já existem esforços do Irão no sentido de cerrar fileiras com os xiitas do Sul; e já está claro que a estratégia do MIT constitui uma flagrante afronta ao regime torturador preferido do Ocidente, a estrategicamente importante Turquia, cujo governo já assinalou que “em circunstância nenhuma” irá aceitar a criação de um “Curdistão” de algum modo autónomo no Norte do Iraque. E é extremamente improvável que um regime do Iraque central, seja de que género for, aceite ceder aos curdos a região petrolífera em torno de Kirkuk, hoje ainda controlada por Saddam.

Foi a compreensão da inevitabilidade de tais processos subsequentes de desestabilização ulterior e guerras secundárias infundáveis, de consequências arrasadoras para toda a já de si explosiva região do Médio Oriente, que fez com que o governo do presidente Bush sénior, no início dos anos 90 do século passado, não passasse ao ataque da própria cidade de Bagdade, depois de ter corrido Saddam do Kuwait. Parecia demasiado grande o perigo de os EUA se verem envolvidos numa infundável intervenção permanente com efeitos de escalada. O facto de a camarilha de falcões em torno do presidente Bush júnior ignorar agora estas reflexões e querer passar à “fuga para a frente” a qualquer preço deixa claro em que medida as contradições da concepção do ordenamento mundial democrático e a irracionalidade do poder capitalista amadureceram, na década de guerras de ordenamento mundial que se seguiu ao fim de uma época.

A crise dos mercados financeiros e o “sonho do Oleodorado”

No entanto, a força propulsora de uma irracional “fuga para a frente” não é apenas a frustração na “guerra contra o terrorismo”, mas ainda mais o avançar da crise económica no próprio Ocidente. A economia vudu do capitalismo das bolhas financeiras dos anos 90 do século passado está em colapso e apenas um milagre ainda a poderia salvar. O total desastre da *new economy* e a rápida queda dos mercados financeiros em curso desde a Primavera do ano 2000 repercute-se com algum desfasamento na economia real. O centro desta crise encontra-se nos EUA, cuja economia das bolhas financeiras tinha puxado toda a economia mundial nos anos 90 do século passado, com fantásticos excedentes de importação. O inevitável fim desta etérea era de prosperidade do “capital fictício” ameaça não só arrastar a economia completamente sobreendividada dos EUA para o precipício e despoletar uma crise mundial de dimensão insuspeitada, mas também, numa perspectiva mais ampla, pôr em causa a capacidade de financiamento da máquina militar dos EUA e acarretar o fim da hegemonia mundial.

A queda protelada da última potência mundial chegou assim ao domínio do iminente possível. Como era de esperar, são as próprias contradições internas da forma capitalista amadurecida em sistema mundial que precipitam este colapso. Para os representantes do “imperialismo global ideal” democrático e seus ideólogos, esta relação não é compreensível, precisamente porque lhes faltam todos os instrumentos conceptuais para tal. Mas é o instinto de poder que fareja o perigo, e são os fenómenos empíricos que sinalizam uma ameaça iminente. O optimismo económico profissional das entidades oficiais virou miserável e cabisbaixo, enquanto a decomposição do sistema político vai progredindo e os êxitos retumbantes na “luta” contra os fantasmas da crise teimam em não aparecer. A “fuga para a frente” em grandes intervenções militares preventivas recebe, assim, um ímpeto adicional da ameaça da crise económica mundial: tem de aparecer um “milagre”, a qualquer preço.

Em termos superficiais, este milagre teria evidentemente de consistir em de algum modo reverter o rebentar das bolhas financeiras e obrigar o aumento do valor fictício sobretudo das cotações em bolsa a regressar ao movimento ascendente aparentemente imparável e permanente dos anos 90 do século passado, de onde possam alimentar-se de novo e secundariamente investimentos e consumo sem uma base real. Uma tal reversão improvável do processo de crise do capitalismo financeiro parece possível, se tomarmos por base a conhecida ideologia da economia política contemporânea de que a economia supostamente é feita “a 90 por cento de psicologia” e não de processos objectivados. Por muito insustentável que esta ideia seja em princípio, é igualmente verdade que precisamente o carácter de sismógrafo da bolsa se exprime através das reacções subjectivas dos “participantes do mercado”; e, pelo menos no curto prazo, o “momento psicológico” pode, por isso, levar a agulha do instrumento de medição a dar uma leitura em contraciclo com o processo objectivo. O cálculo neste sentido consistiria em que as bolsas, após uma superficial “vitória” à moda de Clausewitz contra o Iraque de Saddam, poderiam fazer saltar as rolhas das garrafas de espumante e, assim, dar o tiro de partida para um novo *boom* das bolhas financeiras.

Evidentemente, também o Governo dos EUA, os adivinhos económicos e toda a peritocracia sabem bem que a euforia da vitória após um ataque preventivo bem sucedido (se ocorrer mesmo) só por si não poderia sustentar um *boom* bolsista por um período prolongado. Já na passada era das bolhas financeiras, esta proeza apenas era possível devido ao facto de a cada passo serem proclamados novos suportes intra-económicos ou tecnológicos para uma “onda longa” de acumulação real vindoura, que deviam justificar o *boom* bolsista como mera antecipação de uma era subsequente de crescimento da economia real em vários planos. Quer fosse a esperança de um novo capitalismo “terciário” dos serviços ditos pessoais, a de um ímpeto secular através da capitalização e comercialização da Internet ou a de uma era pós-fordista de investimento e consumo da indústria de telecomunicações veiculada pelo UMTS, etc.: qualquer destas opções revelou-se um *flop*. Este tipo de pseudoprogóstico com o fim de acelerar a constituição de bolhas de “capital fictício” tornou-se um modelo em fim de linha. No entanto, aquilo que já não funcionou como renovação interna,

passível de acumulação, da expansão capitalista (a “destruição criativa” na gíria da economia empresarial de Schumpeter) é o que agora se pretende pôr em marcha sob a forma de um impulso de valorização do capital exterior, induzido pela guerra e pela devastação militar puramente destrutiva.

Não se trata de um programa de relançamento económico sustentável a longo prazo e baseado no rearmamento, pois, numa extensão necessária para que assim seja, este nem poderia ser financiado devido à dívida acumulada, nem seria minimamente necessário tecnicamente e mediante a mobilização social de todos os recursos; para tal, o regime de Saddam Hussein é um peixe demasiado miúdo. Nem se trata tão-pouco de uma conjuntura de reconstrução, pois ninguém vai pagar a reparação dos estragos causados no Iraque, nem evidentemente haverá no Ocidente quaisquer estragos de guerra de relevância económica; mesmo os efeitos dos maiores atentados terroristas situam-se mais no plano do simbólico em termos psicológicos, não podendo, evidentemente, ser comparados com a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, no sentido da conjuntura de uma reconstrução eventualmente subsequente (que, de resto, sozinha teria sido de longe fraca demais para parir um “milagre económico”; para tal foi necessária a expansão interna do capital sob a forma das novas indústrias fordistas).

O que está em causa relativamente ao aspecto económico e da política de crise da “fuga para a frente” rumo a uma nova “guerra” contra o Iraque é, de facto, um cálculo referido à base energética do petróleo. Nos EUA, o debate sobre o assunto é feito perfeitamente às claras, ao passo que na Europa até à data apenas um determinado discurso de política energética se ocupou deste aspecto. Ao mesmo tempo, o interesse central é por demais óbvio: “O presidente não tem quaisquer interesses no âmbito da economia empresarial. Quer assegurar o fluxo constante do ouro negro – e isto tornando acessíveis novas fontes de abastecimento e enfraquecendo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)” (Krönig/Vorholz 2002).

O que está em causa não são, portanto, interesses imperiais nacionais dos EUA, mas uma redução drástica do preço do crude e a sua abundância em ordens de grandeza superiores. Para os EUA, este cálculo reveste-se tanto de um interesse estratégico de longo prazo como de um interesse de curto prazo no âmbito da política de crise, e assim não foi por acaso que o Iraque passou ao primeiro plano: “Libertado de amarras políticas e com uma infra-estrutura petrolífera renovada, o Iraque [...] em cinco anos poderia tornar-se um *major player* no mercado do petróleo. Esta visão fascina os estrategos da energia em Washington. É um facto que os Estados Unidos da América extraíram, desde o início da era do petróleo, mais petróleo do que qualquer outra nação. E continuam a ser o segundo maior produtor de petróleo à escala mundial. Mas as reservas domésticas de petróleo estão a esgotar-se, ao passo que a sede de petróleo dos americanos continua a crescer. O efeito desta situação é que os EUA se tornam cada vez mais dependentes de petróleo importado. De acordo com uma comissão de peritos do ministério do comércio dos EUA, tal configura ‘uma ameaça à segurança nacional’. A produção petrolífera dos EUA já está a decrescer desde 1970. A manter-se o volume actualmente extraído, as reservas estarão esgotadas em menos de 11 anos. Ainda menores são as perspectivas do petróleo do mar do Norte. E as esperanças acalentadas nos anos 90 do século passado de uma riqueza petrolífera quase infinita na região do mar Cáspio entretanto também mostraram ser exageradas. O potencial de hidrocarbonetos no Cazaquistão, no Azerbaijão, no Turquemenistão e nas regiões russas e iranianas limítrofes do mar Cáspio comparar-se-ia afinal mais ao do mar do Norte do que ao do Médio Oriente, segundo reza uma análise do Ministério da Energia dos EUA [...]. Segundo espera Washington, um Iraque libertado não se subordinará necessariamente ao sistema de quotas de produção da OPEP [...]. Um Iraque libertado [...] poderia tornar-se um verdadeiro Oleodorado [...]. Todos os peritos entram em devaneio ao falarem do potencial do Iraque. As condições de produção são consideradas ideais. Em lado nenhum é mais barato bombear o petróleo da terra. Os custos de produção não chegam a um dólar por barril; tirar a mesma quantidade do *permafrost* da Sibéria ou do mar do Norte custa 14 a 18 dólares. De acordo com estimativas conservadoras, no solo iraquiano jazem cerca de 15 por cento das reservas mundiais...” (Krönig/Vorholz, *ibidem*).

Com base nestes dados, é fácil de adivinhar o contexto em que se insere a mobilização da máquina militar dos EUA contra o Iraque. Trata-se de uma dupla investida da política de crise: por um lado, no plano da própria guerra de ordenamento mundial e, por outro, no plano do iminente colapso da economia mundial com a economia dos EUA ao centro: “Dois coelhos de uma cajadada’ é como o perito em questões do Médio Oriente e colunista do *New York Times*, Thomas L. Friedman, define a sua visão: poderíamos libertar-nos de um perigoso ditador e, ao mesmo tempo, destruir o cartel da OPEP, responsável pela constante alta dos preços do petróleo (!) se um novo governo moderado do Iraque modernizasse as instalações de extracção de petróleo, as levasse rapidamente a produzir ao máximo das suas capacidades e assim ajudasse a reduzir os preços da energia no mundo inteiro. Esta opinião é partilhada pelo perito em energia dos EUA, Philip Verleger, que agora constata: ‘Um ataque ao Iraque comporta riscos económicos se não for bem sucedido. Mas se for conseguida uma rápida transição do poder sem grandes complicações, tal conduzirá a um longo período de preços reduzidos do petróleo (!) e a um impulso para a economia mundial (!)’ (Diederichs 2002).

É claro como água: o ataque ao Iraque é idealizado como um duplo “golpe de libertação”, como o possível “milagre” destinado tanto a compensar as frustrações da “guerra contra o terrorismo” como (e sobretudo) a sustentar o colapso dos mercados financeiros e, por arrastamento, da economia global real. Apenas secundariamente entra nesta opção também o cálculo estratégico de longo prazo para responder à redução da produção própria de petróleo nos EUA e à crescente dependência da produção de petróleo do Médio Oriente com uma atempada intervenção musculada, evitando a “ameaça à segurança nacional” por parte do desperdício energético desenfreado e da cultura de combustão que, como é sabido, é especialmente desmedida nos EUA. Mas, primariamente, trata-se do problema mais candente, a saber, a actual “salvação” do capitalismo das bolhas financeiras dos EUA, da respectiva conjuntura e, por conseguinte, da economia mundial.

Depois de as concepções tecnológicas internas (Internet, UMTS, etc.) terem falhado como projecções para um insuflamento ulterior do capitalismo financeiro simulativo, pretende-se agora uma “era do petróleo barato” induzida externamente com meios militares faça as vezes de uma nova projecção para recuperar o *boom* bolsista e, depois dos anos 90 do século passado, fazer também da primeira década do século XXI uma era de *jobless growth* [crescimento sem emprego]. Certamente também os ideólogos da inteligência democrática assassina que apostam nesta opção sabem ou intuem que a energia barata por si só não é capaz de inaugurar uma nova época de acumulação real, mas que para tal seria necessária uma verdadeira era fundadora, com capacidade de reabsorção maciça de força de trabalho no processo de valorização, enquanto a geração fundadora da *new economy* fracassou miseravelmente por motivos que não deixam de ser objectivos.

Mas a almejada “era do petróleo barato”, que se promete construir sobre os cadáveres de maciços “danos colaterais” humanos, apenas deve servir de máquina dos desejos projectivos de uma nova capitalização das bolsas para brindar com mais uns anitos o capitalismo dos accionistas, vazio de substância, e as suas elites perversas, até que (segundo a imaginação inconsciente ou meio consciente) se invente uma nova patranha, e deste modo se possa continuar, segundo pensam, *ad aeternum* com o capitalismo das bolhas financeiras, sobre o fundo de um mundo real de miséria em decadência.

O facto de que algo não está bem em todo este cálculo, que este acaba por equivaler a um jogo de azar e poderá acelerar o colapso em vez de o impedir, é uma ideia que é recalcada por todos os meios. No que diz respeito às alterações que podem ser esperadas na zona de crise do Médio Oriente, esta concepção, que no fundo já nem merece tal designação, precisamente porque se assemelha antes a uma cega “fuga para a frente”, já apenas pode recorrer a quimeras auto-sugestivas.

É mais uma vez à ideologia culturalista pós-moderna e da economia institucional, com a sua inversão de causas e efeitos, que se recorre para pintar do espaço árabe e islâmico uma imagem de “paisagens florescentes” como consequência supostamente expectável do ataque dos EUA ao Iraque: “Para Philip Verleger [...] pouco admira que países como a Arábia Saudita, o Kuwait, ou o Irão tenham um interesse eminente em que Saddam Hussein continue em funções. Afinal a alta dos preços energéticos garante as receitas que são necessárias à continuidade dos seus regimes autocráticos, à opressão de opositores e à manutenção do luxuoso estilo de vida das elites

políticas. Por isso, o perito do mundo árabe Fareed Zakaria já pensa mais longe: ‘Uma invasão do Iraque bem executada seria o melhor meio de finalmente trazer todo o mundo árabe para o caminho das reformas’. Na opinião de Zakaria, uma região que é caracterizada sobretudo pelo falhanço gritante dos seus governantes, pelo fundamentalismo daí (!) resultante e por uma propensão para tendências terroristas precisa urgentemente de uma ‘história de sucesso’. Na opinião de Zakaria, um Iraque reformado com uma liderança moderada que aceite a modernidade e a democracia poderia, por isso, tornar-se um exemplo para o mundo árabe e impor mudanças, precisamente em países que até à data se destacam sobretudo pela opressão e privação de direitos dos seus cidadãos. Zakaria e outros peritos não temem que uma intervenção no Iraque possa ‘incendiar a região’, como muito se refere na Europa” (Diederichs 2002).

Por um lado, estamos aqui perante a habitual percepção ocidental dos fenómenos de crise, que põe os factos de pernas para o ar, na medida em que reinterpreta o falhanço objectivo do mercado e do sistema como um “falhanço dos governantes” meramente subjectivo, e não deduz a “propensão para tendências terroristas” do colapso da integração no mercado mundial mas, inversamente, deduz este colapso económico daquela “propensão” (definida de maneira culturalista). Por outro lado, porém, as reflexões da peritocracia dos EUA da categoria de um Verleger ou de um Zakaria, com o seu quase incrível desfasamento da realidade, excedem de longe a medida habitual da ignorância ocidental. Pois evidentemente que uma “era do petróleo barato” imposta pelas armas teria como consequência última o preciso oposto da “história de sucesso” que idealizam, acompanhada de “lideranças moderadas” com base em “modernidade e democracia”; isto sem referir que aqui de qualquer modo apenas se trata de chavões ideológicos sem conteúdo.

É pura e simplesmente absurda a ideia de que “a alta dos preços energéticos” teria conduzido a regimes autocráticos, ao passo que precisamente “preços reduzidos do petróleo” teriam por consequência a paz, a democracia e a alegria geral no Médio Oriente. Evidentemente, a destruição da OPEP e a redução imposta do preço do petróleo a um “nível de salvação” do capitalismo mundial significaria a ruína completa de todo o Médio Oriente. Já com os preços do petróleo relativamente elevados por intervenção da OPEP, uma estabilização, por muito precária que seja, das massas no nível de pobreza apenas se consegue com a ajuda de ditaduras e monarquias torturadoras pró-ocidentais. Se, no seguimento da ocupação do Iraque, os EUA impuserem um preço do petróleo ao nível reduzido do período anterior à OPEP, aos regimes autocráticos até à data por eles apaniguados substituir-se-á o colapso económico e estatal completo da totalidade da região petrolífera central, tal como acontece em grandes partes de África, da Ásia Central, da Indonésia ou da Jugoslávia, e por aí adiante.

O resultado apenas poderia ser um desastre completo do imperialismo da segurança, precisamente na região estrategicamente mais importante do mundo. O ódio já acumulado e por demais justificado contra o Ocidente explodiria por completo nesta nova grande região em colapso. A esses sombrios regimes não iriam substituir-se democracias bem comportadas, mas estados anómicos avançados e uma guerrilha de ódio pan-árabe contra as instalações de extracção e as vias de transporte do “petróleo barato”. Os EUA teriam de inaugurar o estado de necessidade qualitativamente novo de uma ditadura militar directa e de um sangrento regime de ocupação para toda a região petrolífera, um empreendimento impossível de aguentar. Devido aos custos do imperialismo da segurança, o suposto “petróleo barato” tornar-se-ia rapidamente mais caro que o extraído no *permafrost* da Sibéria.

Torna-se, portanto, evidente que o contexto justificativo da anunciada intervenção no Iraque tem, na realidade, por consequência última um recrudescimento do processo global de crise, a aceleração da desestabilização e da anomização, uma degradação ainda mais violenta dos mercados financeiros e da economia mundial. Neste processo, a própria racionalidade capitalista do interesse entra em colapso. Não são interesses imperiais nacionais que entram em choque no espaço do mar Cáspio para, perante o pano de fundo de uma “eterna valorização do capital”, demarcarem os seus quinhões de um novo Eldorado energético. Pelo contrário, estamos perante a tentativa desesperada dos EUA de, em nome do “imperialismo global ideal” ou, se tiver de ser, por sua conta e risco, na velha região petrolífera que, na realidade é a única que se reveste de uma relevância real, abrirem, através

do estado de excepção de uma ditadura militar descarada dos EUA imposta à totalidade desse espaço estratégico, uma última opção “milagrosa” e “de salvação” para impedirem o seu próprio afundamento. A racionalidade interna do cálculo dos interesses particulares é definitivamente suplantada pela irracionalidade do contexto sistémico sobrejacente; a racionalidade e a irracionalidade do capitalismo começam a coincidir imediatamente.

A pulsão de morte nuclear do poder

Já os anos 90 do século passado, “década louca” do capitalismo global das bolhas financeiras, foram acompanhados pelos excessos de anomização, economia de saque, barbárie violenta, atentados suicidas, amoque e pelas guerras de ordenamento mundial democráticas ou expedições punitivas rumo à periferia. Desde o colapso da *new economy* e o início da crise do capitalismo financeiro, estes fenómenos de uma violência irracional e autodestrutiva ampliaram-se e aceleraram enormemente.

Os atentados do 11 de Setembro fizeram parte de uma série ininterrupta de manifestações da pulsão de morte do capitalismo que indiciam o colapso da moderna forma de sujeito à escala mundial; e isto não só ao modo específico da “sede de morte” islamista, mas numa onda que ultrapassa em muito um extremamente agressivo cansaço de viver, e que entretanto já se descarrega numa cadência quase semanal em actos herostráticos de aniquilação e auto-aniquilação encenada. Quer se trate desse estudante finlandês de 19 anos que se fez explodir juntamente com um centro comercial popular, ou desse veterano da Guerra do Golfo que, nos arredores de Washington, se empenhou como “atirador de elite” a matar indiscriminadamente mais de uma dúzia de pessoas com a sua mira telescópica, ou a feri-las com gravidade: estes acontecimentos multiplicam-se inflacionariamente e, através dos *media*, inundam a consciência de uma humanidade desgastada pelos desaforos do capitalismo e que não pára de ser humilhada.

Neste clima, que é cada vez mais atizado pela ignorância desavergonhada da redutora inteligência funcional do capitalismo e da sua representação democrática, são possíveis escaladas ulteriores de uma violência suicida cega; até ataques terroristas com meios químicos e biológicos, ou mesmo ogivas nucleares, como a imprensa democrática tem imaginado desde o 11 de Setembro, movida pelo pressentimento e pelo medo, mas sem se deixar perturbar minimamente por qualquer compreensão do contexto condicionante. Nas imensas extensões da antiga e fracturada União Soviética existem armas nucleares tácticas “perdidas” suficientes para algum dia poderem cair nas mãos de “mártires” enamorados com a morte; e a “bomba islâmica” já espreita no Paquistão, país totalmente decrépito e dilacerado por contradições, cujo aparelho de administração de violência, oficialmente pró-ocidental, já há muito que está infestado pela loucura religiosa.

Até à data ainda podia parecer que a pulsão de morte manifesta da razão capitalista se expressa unicamente nas formas de asselvajamento ideológico da periferia e nas ideias desvairadas de um massa crescente de indivíduos desorientados do centro, ou seja, nos actos de comandos suicidas e de atiradores tresloucados. A representação democrática oficial, pelo contrário, parecia defender a “normalidade” funcional capitalista; é verdade que uma normalidade de fim em si intrinsecamente louca e a braços com os seus próprios fantasmas de crise, mas ainda não no mesmo grau de anomia e de manifestação da pulsão de morte. Ainda assim, foi e continua a ser a mesmíssima forma de sujeito capitalista da concorrência universal, comum a ambos os lados, que se manifesta nas guerras de ordenamento mundial e nas erupções de violência; numa figura que deixou de ter limites, anomizada, depravada e abertamente paranóica, por um lado, e numa figura oficial (ainda) formalmente vinculada, agarrada à racionalidade interna, por outro.

Mas esta diferenciação vai sendo sucessivamente aplanada. Do lado oficial, a irracionalidade do todo esteve presente desde o início não só sistémica e indirectamente, mas também imediatamente, nas soluções procuradas pela violência e no real recurso a armas de destruição maciça de alta tecnologia. Já hoje, o imperialismo global democrático tem mais vidas humanas a pesarem-lhe na

consciência do que todos os senhores da guerra, guerreiros de Deus, neonazis, assim como perpetradores de atentados suicidas e de amouques juntos. Que a ideologia que o acompanha ultrapassou o limite da paranóia sobressai sobejamente de uma argumentação como a de Ulrich K. Preuss. A rápida progressão da anomização por parte do poder oficial nas guerras de ordenamento mundial aponta no mesmo sentido, tal como os momentos ideológicos de fundamentalismo religioso cristão na administração Bush.

Na realidade, a sociedade central do capitalismo, que é a dos EUA, está carregada de emoções apocalípticas primitivas como nenhuma outra. Nisso se reflecte o carácter vulgar da política imperial global e o pressentimento do seu final desastroso que, no entanto, não é imaginado como o inevitável fim da hegemonia dos EUA enquanto última potência mundial, mas como a ruína do planeta Terra numa “religiosa” terceira guerra mundial; visão esta que já exerce os seus efeitos sobre as massas à escala da cultura pop: “Os dois fundamentalistas cristãos Tim LaHaye e Jerry B. Jenkins, um dos quais já foi padre, e o outro, um colaborador próximo do evangelista Billy Graham, cumprem uma missão: O seu ciclo ‘Left Behind’, uma saga dos ‘Últimos Dias da Terra’ em dez volumes, tem um sucesso louco junto dos leitores nos EUA. Títulos como ‘Final’ ou ‘A Visitação’ mantêm-se no topo da lista dos mais vendidos do *New York Times* ao longo de meses. Uma série de romances feitos de parangonas catastróficas, retratos de um final dos tempos, que são pintados a negro com uma estranha satisfação. Gritos e escandaleira, dentes a bater e olhos a revirar-se, faz-se ouvir o som da última trombeta. E, com esta receita, os autores que se fizeram a si próprios dotados, LaHaye e Jenkins, conseguem algo com que outros apenas conseguem sonhar: serem lidos como se fosse uma questão de vida ou de morte. O que se passa aí para que pessoas civilizadas devam, numa espécie de frenesim do final dos tempos, estas pilhagens da Apocalipse de João? [...]. Enquanto os bons e os maus se disputam, o mundo, *en passant*, vai-se afundando. É um processo bastante grosseiro, o de despoletar a terceira guerra mundial para criar algum suspense [...]. Na sua obra incendiária, os autores levaram até aos limites um clima de instabilidade existencial e histeria latente. Com a sua fusão de uma ficção diletante com uma teologia insidiosa acertam, com uma pontaria extraordinária, no ponto sensível, no calcanhar de Aquiles dos nossos dias, sejam os últimos ou não. Com recurso a um meio de comunicação social, prosseguem com o projecto dos grandes movimentos do despertar americano do início do século XIX: um milhão de almas para Cristo. Sem dúvida, os autores entendem-se sobretudo como missionários, como agentes ao serviço do Senhor [...]. Para o próximo volume, encaixaram, nos EUA, o maior adiantamento que alguma vez foi desembolsado por um livro [...].” (Gogos 2002).

A ligação entre esta “variante *low cost* do Apocalipse”, a política do governo dos EUA e a lógica interna da relação de capital é mais estreita do que pode parecer à primeira vista. Afinal não se trata apenas de um clima na cultura dos EUA, desde sempre especialmente vulnerável ao fundamentalismo protestante. O “Senhor”, em cujo nome a ficção científica do despertar apocalíptico se mobiliza, apenas representa uma cifra para a metafísica real secularizada do capitalismo, em cujo centro se encontra o vazio metafísico da forma do valor: a forma referida a si própria sem qualquer conteúdo, a forma de fim em si do movimento de valorização do capital monetário, que apenas se “externaliza” nas coisas in-diferentes do mundo para – de acordo com a tal formulação de Hegel – voltar a si própria numa quantidade paradoxalmente alargada desse “nada”, de uma riqueza abstracta puramente numérica. É apenas esta auto-referência dessa “vigência sem significado”, desse “princípio vazio”, que anda a assombrar a história intelectual moderna, por ser o paradoxal princípio da realidade da modernidade produtora de mercadorias.

O ponto decisivo neste contexto é o problema do movimento de “externalização”, a que aqui ainda temos de voltar. A contaminação com matéria física qualitativa, com relações sociais, etc., que por princípio já causa horror à ética de Kant que fica absorvida por inteiro na abstracção vazia, é “infelizmente” necessária para que o capital (a abstracção do valor) possa estar neste mundo e ser deste mundo; mas, de acordo com esta lógica, apenas é aceitável na medida em que serve de mero suporte ao processo de valorização e o regresso da abstracção vazia a si mesma permanece garantido (fazer de um dólar, euro, etc., dois, numa progressão infinita). Referências e necessidades materiais, tal como relações sociais são, portanto, apenas toleradas na medida em que forem

capazes de representar o estado de agregação “encarnado” “no mundo” e, nesta medida, do ponto de vista do vazio metafísico, constituem de certo modo um mal necessário.

Mas se o processo de valorização deparar com limites, se o movimento de “externalização” da metafísica real já não for conseguido e no mundo real já não puder ser representado nenhum estado de agregação regular do capital, então os objectos físicos e sociais reais apresentam-se como um meio circundante incómodo, e mesmo hostil, para esta metafísica real. Não é o fim em si vazio do capital, mas o mundo que deve desaparecer, dissolvendo-se definitivamente no “princípio vazio”. Por outras palavras: a mesma lógica que se manifesta no plano de perpetradores individuais de amouques, no âmbito micro, também espregueia no plano macro da relação global. O capitalismo não é só um programa para a destruição gradual do mundo pelos seus efeitos colaterais, mas caminha para uma aniquilação e auto-aniquilação final pelas suas próprias instituições.

A vontade destrutiva sem sujeito no centro vazio da relação de capital, que se traduz em vários planos na acção destrutiva de sujeitos individuais e institucionais, já no passado se descarregou periodicamente nas catástrofes sociais e mundiais do capitalismo. Como, na terceira revolução industrial, a “externalização” da abstracção do valor no mundo real embate definitivamente nos seus limites internos, o programa de aniquilação do mundo é necessariamente accionado de modo igualmente final.

Numa primeira etapa, que chegou ao fim com o colapso da *new economy* e com o megaterror do 11 de Setembro, este desenvolvimento ainda se apresentou num movimento duplo, não uniforme e aparentemente em contraciclo. Por um lado, a abstracção do valor reduziu o seu movimento autista de fim em si à auto-referencialidade imediata (já não “externalizada” no mundo real) do capital monetário, sob a forma do capitalismo global das bolhas financeiras. Deste modo, simulou-se no centro, pela reciclagem do “capital fictício” em consumo e investimentos, um processo de valorização ulterior e uma daí derivada reprodução real da sociedade, mesmo que também já associado a restrições sociais cada vez mais brutais. Por outro lado, a pulsão de morte já se manifestava, nas regiões em colapso da periferia, de imediato e em grande escala como concorrência violenta, barbarização, “*reductio ad insanitatem*”, etc. Nas sociedades do centro democrático, a mesma tendência parecia limitar-se a indivíduos “passados”, a perpetradores de amouques, a *killer kids* assassinos, etc.

Numa segunda etapa, esta diferenciação começa agora a dissolver-se e o movimento de crise desemboca numa manifestação universal e imediata da pulsão de morte do capitalismo. Tal como a racionalidade interna e a irracionalidade sistémica coincidem imediatamente, assim também coincidem a auto-afirmação e a autodestruição; mas agora no plano da própria representação democrática, e já não apenas nos seus fantasmas de crise. O próprio poder em vigor transforma-se no “perpetrador do amoque global ideal”.

Na medida em que o capitalismo das bolhas financeiras se desmorona e a produção real já não pode ser simulada secundariamente como sendo capitalista, a lógica capitalista tem de se dirigir directamente contra o mundo físico e social. E nessa mesma medida também a representação democrática é envolvida na anomização e nas formulações pós-políticas dos conflitos. Deste modo, a pulsão de morte traduz-se nas acções do próprio poder oficial, que se torna o maior e mais terrível de todos os fantasmas de crise. Os estragos que os perpetradores individuais de amouques podem causar são limitados pela sua própria natureza; e mesmo os processos de barbarização da periferia apenas conseguem mobilizar potenciais destrutivos relativamente primitivos, precisamente porque não se encontram à altura do desenvolvimento tecnológico. Agora, porém, o próprio poder democrático, armado até aos dentes, começa a render-se ao feitiço da pulsão de morte, e as consequências são arrasadoras a condizer.

É uma raiva destrutiva difusa, que não deixa de ser aparentada com a dos nazis (se bem que não idêntica), que começa a germinar no íntimo do poder democrático: se o mundo não pode ser dominado por nós, que se afunde connosco. Na sua amplitude, o amoque democrático destrói um sector da reprodução social após outro: deve ser “desactivado” e desaparecer tudo o que já não puder ser abrangido pela lógica do economismo real universal. Nesta medida, poderia falar-se

metaforicamente de um amoque do “vazio” princípio da realidade capitalista. Mas aqui não se trata de modo nenhum de uma mera metáfora para processos secundários de destruição social. O conceito de amoque democrático agora bem pode ser levado à letra, no plano da acção militar.

Esta transformação da polícia mundial imperial democrática em loucura destrutiva assumida caracteriza-se por dois momentos essenciais: um é político, e o outro, tecnológico-militar. Em termos políticos trata-se da inclinação crescente da administração dos EUA para acções unilaterais que quebram abertamente todas as regras, mesmo com relação aos seus “aliados”. Esta tendência está na natureza da coisa: quanto mais a situação mundial se tornar insustentável e perigosa, mais o aspecto militar toma a dianteira e menor se torna o constrangimento em recorrer à violência de alta tecnologia em grande escala, sem sequer fazer grandes perguntas. Mas, na mesma medida em que vão saltando os fusíveis, a acção foca-se necessariamente na última potência mundial, que controla mais de 90 por cento da máquina militar ocidental.

Por isso, nos EUA, com o agravamento da crise também tem de crescer a inclinação para passar ao ataque com todos os meios da violência de alta tecnologia, precisamente por saberem estar nos comandos dessa violência e de outro modo porventura não tardarem a já não ter nada na mão. E, perante o limite interno objectivo, com causas sistémicas e por isso intransponível, do modo de produção e de vida capitalista, esta consciência do poder da violência começa a ser tomada por uma raiva destrutiva contra o mundo desobediente e contra o carácter elusivo dos problemas. Por outras palavras: no plano da psique administrativa da potência mundial replica-se precisamente o que acontece na psique dos perpetradores individuais de amoques.

O facto de o resto do mundo capitalista e democrático hesitar cada vez mais em acompanhar os EUA e preferir armar-se em mosca morta, por mais desenfreada que se torne a predisposição paranóica para a violência da administração dos EUA, deve-se precisamente à desigualdade da distribuição das armas. Se Schröder e Chirac não querem apoiar a agressão ao Iraque, se a UE em geral, mas também outros Estados tentam travar as acções unilaterais dos EUA e se absterem da loucura destrutiva assumida, tal não tem nada a ver com os seus próprios interesses em termos de estratégia de poder, como preferem imaginar os incorrigíveis pensadores “geopolíticos”. Trata-se única e exclusivamente do desconforto daqueles que não são os que têm o dedo no gatilho.

Não é um resto de racionalidade que aqui se faz sentir, mas sim a paralisia dos subalternos, aos quais o “grande irmão” que parece estar a perder o autocontrolo começa a meter tanto medo como os insanáveis fenómenos de crise que levaram a esta situação. A astúcia da impotência não se transforma em astúcia da razão, porque nenhum dos lados compreende a problemática. Todos querem apenas fazer o que já não é possível, ou seja, continuarem a desenrascar-se no binómio da democracia e da economia de mercado; e, por isso, todos acabam por ter de aceitar e de algum modo apoiar a *ultima ratio* da irracionalidade capitalista. A pulsão de morte do capitalismo manifesta-se como um amoque da polícia mundial, que ameaça assumir dimensões capazes de destruir o planeta.

Esta nova qualidade da violência imperial também tem um lado tecnológico. Na era da Guerra Fria, o “equilíbrio do terror” entre as superpotências tinha evitado o conflito nuclear, que tinha sido declinado em todos os seus aspectos nas fobias e imaginações, da ficção científica até ao movimento pela paz. Depois do fim de uma época, neste aspecto parecia chegada a hora de levantar o alarme. Se os esperados “dividendos da paz” teimaram em não aparecer, ainda assim, o pesadelo da aniquilação nuclear parecia pertencer ao passado. Mas, com a agudização da crise, também este pesadelo regressa. De repente, o recurso às armas nucleares tornou-se mais possível que nunca. E isto não se aplica, em primeira linha, às novas potências nucleares, mutuamente hostis e abaladas por crises internas, que são a Índia e o Paquistão, por muito agudo que ali seja o perigo da escalada nuclear. A maior ameaça parte, isso sim, dos EUA que, sob a impressão da crise, entretanto deixaram claro que estão dispostos a recorrer unilateralmente às armas nucleares, mesmo contra potências não nucleares.

A última potência mundial prepara-se com toda a seriedade para trazer à razão o mundo, que está a ficar fora de controlo, com recurso a explosões nucleares: “No relatório secreto para a análise da

estratégia nuclear, que o Pentágono entregou ao Congresso em Janeiro, refere-se expressamente a Líbia, a Síria, o Iraque e o Irão como alvos potenciais de armas nucleares americanas [...]. O relatório, do qual o *Los Angeles Times* [...] publicou pormenores explosivos, também causou indignação noutras regiões do mundo. Pois o documento reunia numa ampla reorientação da estratégia nuclear americana, o que até à data era conhecido no máximo como iniciativas isoladas de militares e políticos americanos. A nova ‘Nuclear Posture Review’ (NPR) faz temer que os EUA, após o fim da Guerra Fria, estejam a adaptar a composição e os âmbitos de aplicação do seu arsenal nuclear ao objectivo de cimentarem a sua posição como única superpotência que resta [...]. (O) NPR prevê para as forças de combate nuclear da superpotência três opções futuras de entrada em acção: em resposta a um ataque com armas de destruição maciça – nucleares ou mesmo biológicas ou químicas, contra ‘alvos capazes de resistir a ataques com armas não nucleares’, ou ‘no caso de desenvolvimentos militares surpreendentes’ [...]. Já o primeiro ponto alarga o cerne da doutrina americana de dissuasão em vigor até à data e inclui pela primeira vez explicitamente uma resposta nuclear a ataques com armas biológicas ou químicas. As duas opções subsequentes contêm uma má notícia estratégica: A superpotência, já hoje a contar com uma superioridade militar maior que a de qualquer Estado na história mundial, quer de futuro recorrer às armas nucleares como a quaisquer outras armas [...]. A guerra nuclear finalmente deve tornar-se passível de ser conduzida [...]. O facto de depois da Guerra Fria o perigo de uma guerra nuclear não ter desaparecido, mas – uma vez que esta está a ser preparada nos seus aspectos concretos – até estar a aumentar, não foi apenas comprovado pela revisão da estratégia nuclear americana que agora se tornou conhecida. A seriedade com que são encaradas estas novas opções já ressaltou das declarações que o Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, fez aquando da guerra aérea contra o Afeganistão. O chefe do Pentágono tinha anunciado que os EUA haveriam de perseguir os seus inimigos com recurso a todos os meios, ‘os EUA nunca excluíram a utilização de armas nucleares’. Uma vez que a NPR agora prevê expressamente que ‘operações de ataque nuclear de dimensão, extensão e opções variáveis’ devem ‘complementar as outras capacidades militares’, por exemplo Paul Rogers, cientista militar na universidade britânica de Bradford, teme que os EUA possam estar decididos a um ‘ataque nuclear preventivo’. Avisa: ‘Mesmo que os EUA apenas recorram a uma arma nuclear de fraca potência, tal significaria franquear um limiar – nesse caso, o génio teria saído da garrafa’ [...]” (Beste et al. 2002).

Tudo indica que o planeamento militar da administração dos EUA já passou a fronteira da paranóia. O Dr. Strangelove manda saudades... Entretanto pretende-se, com o conceito das “mini-bombas nucleares”, fazer passar por coisa de somenos a utilização de armas nucleares e aproximá-la do formato desses supostos “golpes de precisão cirúrgica” que, já no plano dos armamentos convencionais, se têm revelado o preciso oposto, ou seja, cega destruição em larga escala e assassínio em massa. Pelos vistos, os perpetradores de amoques nucleares no Pentágono não têm consciência de estarem em vésperas de pôr em marcha um programa de extermínio que rebenta com todas as proporções.

Uma utilização “limitada” de armas nucleares não pode existir, como todos os teóricos militares que possam ser levados a sério constataram há muito tempo, como é por exemplo o caso do historiador militar Martin v. Creveld: “No entanto, a verdade é esta: as armas nucleares são ferramentas de assassínio em massa. Contra elas não há defesa. Servem unicamente para uma chacina cega que superaria tudo o que existiu na História e que, com a maior das probabilidades, significaria o fim da História. Armas nucleares simplesmente não podem ser utilizadas para a condução de uma guerra que mereça essa designação, nem sequer aproximadamente. Entre os apocalípticos efeitos colaterais das armas nucleares e a miserável tentativa de as ‘aproveitar’ para fins que tenham algum sentido abre-se um precipício profundo e insondável [...]” (van Creveld 1998/1991, p. 30).

O mero facto de “golpes preventivos” nucleares contra um regime carcomido como o do Iraque, contra “presumíveis esconderijos terroristas” na alta montanha afegã, e porventura contra outros “Estados vilões” ou contextos terroristas elusivos serem não apenas equacionados, mas também concretamente planeados demonstra claramente o grau de embrutecimento da última potência mundial. A única resposta aos processos de crise impossíveis de resolver no âmbito da ordem

vigente e à literal intangibilidade das forças destrutivas interiores à sociedade mundial é o recurso a potenciais de aniquilação exterior cada vez maiores, cujo ponto final lógico só pode ser a utilização de armas nucleares contra os fantasmas da crise.

Já no passado, os EUA provaram, com as bombas nucleares lançadas sobre Hiroxima e Nagasaki, que não se detêm perante esta consequência do extermínio em massa destituído de qualquer sentido: “Um ponto alto da violência foi alcançado em 1945, quando duas bombas nucleares foram lançadas sobre o Japão, matando 150 000 pessoas, ignorando o facto de na altura já estarem em curso negociações de paz em Moscovo.” (van Creveld, *ibidem*, p. 82). Na realidade, este acto não foi legitimado como legítima defesa, nem teve nenhum influência decisiva sobre o resultado da guerra, sendo apenas expressão de uma vontade de vingança e de aniquilação (também alimentada pelo racismo), ou seja, um crime de guerra. Por pouco que este crime possa ser equiparado a Auschwitz, porque não passou de um fenómeno pontual e não teve por objectivo a extinção definitiva de um “princípio oposto” colectivamente personificado, este bárbaro acto de destruição não deixou de se manifestar como igualmente abstracto e autotélico (sem qualquer sentido estratégico ou de algum modo utilitário).

Se os EUA já foram capazes de uma tal vontade de aniquilação enquanto potência mundial capitalista ascendente, ou no final de uma guerra já ganha, a real predisposição para um ataque nuclear preventivo apontado ao vazio, que só pode ser um assassinio em massa e nada de diferente, deve ser levada tanto mais a sério quanto surge nos limites do modo de produção capitalista e, assim, das capacidades de uma potência mundial moderna. Enquanto a matilha mediática democrática ainda imagina com calafrios a possibilidade de um ataque nuclear terrorista, que, por muito horrível que seja, apenas pode ser levado a cabo isoladamente por comandos suicidas, a última potência mundial de “democracia e economia de mercado”, que age à escala planetária e está armada até aos dentes com ogivas nucleares, já equaciona a guerra nuclear como modo de proceder sistemático relativamente a todas as regiões mundiais malcomportadas.

O contexto motivacional, que aqui se adensa em paranóia, não se situa no plano de uma ideologia de crise universal, como é centralmente representada pelo anti-semitismo, embora haja ligações nesse sentido (por exemplo sob a forma da clientela anti-semita, na margem direita do partido Republicano). O anti-semitismo constitui uma última reserva ideológica de crise do sistema, na medida em que oferece à consciência das massas uma explicação irracional para a irracionalidade da própria relação de capital que se manifesta na crise, assim captando energia oposicionista para a desviar para o fantasma da “conspiração mundial judaica”. Nesta forma, a pulsão de morte do capitalismo pode manifestar-se como o fez na Alemanha: como um anti-semitismo eliminatório, como vontade de aniquilação dirigida contra os judeus, que foi acompanhada pela auto-aniquilação. Para poder avolumar-se até ao começo da aniquilação do mundo, o anti-semitismo teve de se tornar a doutrina de Estado de uma potência do centro capitalista. A racionalidade interna do capital, a vontade de valorizar o capital monetário como única forma de reprodução pensável e o cálculo a ela associado continuaram a existir como se nada fosse, mas secundariamente inseridas na sobrejacente ideologia de crise do anti-semitismo, tornada violência imediata e poder constituinte.

De certo modo, as coisas passam-se precisamente ao contrário no cada vez mais evidente programa de aniquilação nuclear mundial da administração dos EUA. Aqui, a manifestação da pulsão de morte não toma o desvio pela ideologia de crise, mas nasce imediatamente do próprio cálculo da racionalidade interna que, deste modo, exprime a sua própria irracionalidade de modo igualmente imediato. Ou, dito por outras palavras: a racionalidade sistémica e a sua irracionalidade coincidem imediatamente. A vontade da racionalidade interna de valorizar o capital e nada mais, já de si a doutrina de Estado dos EUA, enlouquece consigo própria; manifesta-se como desejo de aniquilação que se dirige contra os elusivos “factores de perturbação” e contra a massa de milhares de milhões de “supérfluos”, desejo que tem de acabar por ir dar também em auto-aniquilação. A ideologia de crise anti-semita, como última reserva relativamente à consciência das massas e como catalisador de impulsos racistas de exclusão, mantém-se como dantes, mas agora integrada por seu lado na racionalidade interna do princípio da valorização, que ele próprio se converteu em violência paranóica imediata.

É a forma de sujeito identicamente capitalista que apenas se expressa diferentemente em condições históricas diferentes, até chegar à manifestação da pulsão de morte que lhe é inerente. Aqui, não só se faz sentir a diferença das histórias constitucionais nacionais (Alemanha *versus* França, Inglaterra e EUA) ou do âmbito cultural religioso (islão *versus* cristianismo), mas também a diferença entre a linha ainda ascendente do capitalismo (época das guerras mundiais) e o seu limite histórico absoluto (situação de hoje). Agora já não é possível tomar partido no plano de uma diferenciação histórica interna, porque a forma de sujeito enquanto tal está a converter-se em destruição do mundo e autodestruição. Se os nazis ainda sacrificaram a racionalidade interna capitalista à loucura destrutiva da ideologia de crise do anti-semitismo, hoje é essa mesma racionalidade interna que descamba imediatamente em loucura destrutiva. A violência da racionalidade interna torna-se congruente com a violência da loucura anti-semita da ideologia de crise na idêntica manifestação da pulsão de morte. A oposição de “valores ocidentais” à construção do “fascismo islâmico” já é, ela própria, um elemento desta paranóia social: uma tentativa louca em si mesma de mais uma vez salvar a forma do sujeito capitalista de si própria.

Saber em que extensão e a que velocidade se processará o amoque nuclear da potência mundial democrática depende literalmente da conjuntura do capitalismo das bolhas financeiras; ou seja, de ver por quanto tempo se vai arrastar a sua agonia e em que horizonte temporal serão libertados processos de crise irresolúveis da sociedade mundial, para além do seu estado actual. As agulhas já estão acertadas. E não pode subsistir qualquer dúvida de que os EUA, com a primeira arma nuclear que utilizarem na guerra de ordenamento mundial, impossível de ganhar, contra os fantasmas da crise do capitalismo, também selam a sua auto-aniquilação. A última potência mundial e o “imperialismo global ideal” do Ocidente (cujos elementos restantes, apesar da sua hesitação, terão de partilhar inevitavelmente o destino da sua potência hegemónica) assim apenas acelerarão a ruína do seu princípio da realidade; não serão capazes de manter afastados de si os efeitos secundários da destruição nuclear, ou mesmo de lidar com os mesmos de um modo “calculado”; e ficarão alvo do ódio ilimitado e implacável de uma maioria esmagadora da humanidade que encontrará meios de se vingar, nem que seja de modo igualmente desumano e infernal.

Por um renascimento da crítica social radical

A falta de perspectiva das alternativas que ainda emergem do moderno sistema produtor de mercadorias sugere com cada vez maior insistência a crítica do próprio contexto categorial, em cujos limites se moveu, até aqui, todo o pensamento e toda a acção da modernidade. Podemos virar-nos e revirar-nos como quisermos: a modernidade, que equivale à metafísica real da forma do valor ou à relação de fetiche do capital, de modo nenhum pode ser “reinventada”, mas já só pode ser ultrapassada. É necessária uma antimodernidade emancipatória que apenas pode resultar da transformação da crítica social de esquerda. O desarmamento desta crítica foi precisamente o caminho errado. Mas foi igualmente errada a insistência num paradigma tornado anacrónico, apegado às categorias do moderno sistema produtor de mercadorias e à história da sua ascensão.

A paralisia da crítica social radical tornou-se a condição de possibilidade para uma conotação etnorracista e pseudo-religiosa dos imparáveis processos de crise. Aqui, o maior perigo de um desvio assassino da energia da crise parte evidentemente do universalismo negativo da loucura religiosa com carga anti-semita, que se comporta especularmente ao universalismo negativo do capital. Se, nos anos 60 e 70 do século passado, a análise crítica da religião ainda parecia fazer parte de uma história intelectual há muito passada dos séculos XVIII e XIX, enquanto as correntes religiosas da história do pós-guerra se consideravam antes de mais de esquerda, sobretudo no contexto dos movimentos do Terceiro Mundo (por exemplo, a “teologia da libertação”), hoje a regressão religiosa mundial tornou-se o detonador da barbarização. Isto aplica-se a todas as religiões sem excepção, tanto ao fundamentalismo católico da “Opus Dei” como às seitas

protestantes, ao islamismo, aos messiânico-teocráticos ultras judeus, ao movimento hindu de extrema-direita, aos budistas racistas do Sri Lanka, etc.

Não faz sentido guarnecer com o atributo anacrônico de “fascista” tais movimentos pós-políticos, todos eles incapazes de formar uma ordem social autónoma, não passando de produtos de decomposição do capitalismo. Em vez disso, a esquerda tem de se recordar que “a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” (Marx). Simplesmente, na situação alterada nos limites da modernidade, não se trata de uma crítica da religião segundo o padrão do iluminismo. O materialismo mundividencial primitivo de proveniência iluminista e marxista vulgar é completamente incapaz de lidar com o fundamentalismo religioso de crise de hoje (e o mesmo também se aplica às correntes ditas esotéricas). Não é uma questão como a da essência da matéria ou a da essência da morte, ou seja, não é a ocupação com a metafísica tradicional dos “problemas transcendentais” que constitui a linha da frente de uma reformulação da crítica da religião, mas sim a tentativa bárbara de uma formulação religiosa da situação de crise da sociedade mundial.

Nesta medida, a crítica da religião renovada tem de ser idêntica a uma crítica igualmente radical da própria filosofia iluminista burguesa; uma exigência que corresponde exactamente à maturidade de crise da modernidade. O que está em causa não é a metafísica, no sentido de questões transcendentais, mas a crítica da metafísica real terrena, ou seja, a crítica da constituição fetichista da sociedade, começada por Marx, sem que o marxismo do movimento operário o conseguisse seguir nela. O Iluminismo foi, na sua essência, uma falsa crítica da religião, ela própria merecedora de uma crítica radical, que não tinha outro conteúdo senão o de substituir a metafísica real agrária da tradicional constituição religiosa da sociedade pela metafísica real capitalista da modernidade. O que é designado por “secularização” não foi outra coisa senão uma transformação no seio da metafísica social ou da formação fetichista da sociabilidade.

Este nexos revela-se no final catastrófico da modernidade: nem a representação democrática da metafísica real capitalista dominante está em posição de criticar adequadamente a barbárie religiosa pós-política, porque esta é carne da sua carne; nem, inversamente, a formulação religiosa dos problemas da crise social é capaz de descer até ao fundo da miséria capitalista moderna, porque não passa de uma regressão ideológica no seio das relações sociais fetichistas, onde roda em falso – a verdadeira constituição religiosa da sociedade estava ligada às formas agrárias da constituição pré-moderna e não contém qualquer competência de resolução para a actual situação de crise da modernidade. A Bíblia, o Alcorão, etc. não se prestam hoje a servir de livros de receitas para a crise da sociedade de mercado mundial do século XXI; a não ser que se desrealize esta crise, traduzindo-a em situações existenciais supra-históricas abstractas, e se pretenda ficar a saber pela sarça ardente ou por inspiração divina o que apenas a análise crítica das formas sociais pode mostrar.

Provavelmente, uma crítica que vá além de Marx, da constituição fetichista e irracional da sociedade (os recursos humanos e naturais são submetidos a um cego “princípio” de lemingue) também chegará a uma formulação alterada das questões “transcendentais” originais; mas a Humanidade apenas se poderá debruçar sobre a mesma com toda a consequência quando tiver feito os seus trabalhos de casa sociais e se tiver livrado da modernidade produtora de mercadorias juntamente com os seus fantasmas da crise. A crítica coerente da religião, neste sentido e em nenhum outro, é uma *conditio sine qua non* para uma ultrapassagem emancipatória da crise mundial. E o que se aplica à religião, tanto mais tem de se aplicar às interpretações erróneas da crise etnorracistas e, de um modo geral, culturalistas e pós-modernas, que trabalham a favor da barbárie.

Assim se torna visível, com cada vez maior clareza, uma tarefa dupla para a reformulação de uma crítica social radicalmente emancipatória de esquerda, à medida que progride a crise mundial que não pode ser resolvida com os meios da democracia capitalista: nomeadamente recusar por princípio as falsas alternativas do movimento imanente de autodestruição e assumir uma “terceira” posição, para lá das oposições entre “valores ocidentais” e “culturas antiocidentais”, entre Bush e Bin Laden, entre o Iluminismo burguês e o contra-Iluminismo igualmente burguês, entre o universalismo negativo do capital e o universalismo igualmente negativo da regressão religiosa, entre a globalização capitalista e o etnoparticularismo igualmente capitalista. No centro desta posição a conquistar, ultrapassando as regressões bárbaras e a crítica aparente pós-moderna que não

atinge a essência da ordem repressiva e auto-destrutiva, apenas pode estar a ruptura total e clara com a metafísica real capitalista, com o princípio da realidade economista e com o *nomos* democrático da modernidade.

Esta “terceira” posição de uma antimodernidade emancipatória também é a única possível para se fazer frente à ideologia de crise da exclusão racista e do anti-semitismo que desponta. Uma defesa de Israel contra o anti-semitismo a isto associada apenas pode ser pensada como defesa simultânea do Israel secular e da esquerda israelita contra a barbárie racista e teocrática dos ultras. Quem celebra o fundamentalismo israelita de direita e político-religioso como o Israel que “se defende” contra o anti-semitismo árabe e mundial, denunciando a esquerda israelita como a “quinta coluna” do mesmo, comete um crime ideológico contra a existência de Israel, que é ameaçada tanto do interior como do exterior. Quanto mais se agudiza a situação na região mundial estrategicamente central do Médio Oriente, quanto mais os ultras israelitas impõem, à boleia da guerra de ordenamento mundial capitalista, a sua própria formulação agressiva da situação de crise, tanto maior se torna o perigo de esta agressão também se virar para o interior, fazendo com que os judeus seculares e de esquerda em Israel fiquem sujeitos a uma pressão persecutória manifesta. O assassinio de Rabin foi uma advertência nesse sentido, e a atmosfera social em Israel é cada vez mais atizada precisamente nesse sentido, à medida que, ao mesmo tempo, a barbarização palestina se agudiza, e uma intervenção em grande escala dos EUA se torna premente.

Por isso, uma defesa de Israel contra a ideologia de crise anti-semita global (e em especial árabe-palestina) apenas pode ser uma defesa do sionismo secular; não porque a ideologia sionista, originária do século XIX, esteja à altura da situação de crise, mas porque constitui o último baluarte contra a decomposição interna da sociedade israelita. Que “a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica” também se aplica neste contexto.

No entanto, é evidente que o desenvolvimento não pode parar neste ponto. A dupla crítica das duas formas de manifestação da subjectividade de crise capitalista apenas se pode tornar eficaz se for capaz de dotar a sua negação fundamental da moderna forma de sujeito, do princípio da realidade capitalista e do *nomos* democrático de uma perspectiva de revolução social. O limite objectivo da economia da valorização e a dissolução da soberania exigem que se precise a tarefa formulada por Marx de ultrapassar os poderes da alienação do mercado e do Estado, e de subsumir a reprodução social aos indivíduos sociais. No entanto, a ideia da autogestão sempre se manteve limitada às relações internas no seio do invólucro formal capitalista, ou seja, ao plano da cooperativa-empresa.

Esta limitação teria de ser ultrapassada no sentido de uma autogestão cooperativa no plano da totalidade da sociedade (incluindo serviços e infra-estruturas públicos), ou seja, na relação mútua entre as unidades de produção e de reprodução. O mercado e o Estado, enquanto formas fetichistas, não são a solução, mas sim o problema. Para chegar a uma solução que abranja a sociedade no seu todo e a sociedade mundial, ou seja, para ultrapassar realmente a relação de capital e o seu fim em si irracional, a questão da autogestão cooperativa tem de ser retomada no plano superior e abrangente do fluxo de recursos de toda a sociedade. Entre as tradições e os modelos melhores e que foram mais longe, que possam servir de inspiração, contam-se precisamente os *kibutzim*. Libertados das escórias do “terror da comunidade” de uma mera ideologia de colonos e elevados acima de um cooperativismo “empresarial” meramente particular, trata-se de um conceito de *kibutz* alargado, que abranja toda a sociedade; indo até um *kibutz* mundial transnacional, que ultrapasse todas as fronteiras.

Precisamente os habitantes da Palestina e dos países árabes, atormentados pelo poder dos senhores da guerra e pelo processamento alucinado da crise, teriam todos os motivos para se debruçarem sobre este paradigma socioeconómico do suposto inimigo de morte, em vez de se dedicarem a ilusões de capacidade de concorrer no mercado mundial e de fundação de um Estado, em que, no fundo, eles próprios já não acreditam. Reciprocamente, tanto em Israel como no mundo inteiro, deveria trabalhar-se para continuar a desenvolver a ideia de *kibutz*, em vez de permitir que se estilhace entre o realismo do mercado e o fundamentalismo da crise.

No entanto, para que se torne possível o desenvolvimento de relações socioeconómicas qualitativamente novas, para lá do mercado e do Estado, para lá do trabalho abstracto e da soberania, para lá da barbárie democrática e etnorreligiosa, ou seja, para o nascimento de uma formação social realmente nova para lá da modernidade produtora de mercadorias, é necessário que se ultrapasse a relação concorrencial abstracta. Se a proclamação da solidariedade como ideia de oposição, através de sindicatos e partidos socialistas, sempre esteve apenas organizada num quadro meramente particular (empresarial, sectorial, nacional) e, por isso, nos confins da modernidade, se dissolveu na dessolidarização de indivíduos abstractos e, por outro lado, na concorrência de crise violenta de novos sujeitos particulares (etnorreligiosos), hoje, a solidariedade tem de ser “reinventada” num sentido alargado que fure as categorias formais capitalistas.

Assim, também a relação moderna entre os sexos, como relação de dissociação, se desloca para o centro da crítica social radical que tem de ser renovada. A forma do sujeito da concorrência, tal como é constituída pela metafísica real capitalista, é e permanece na sua essência (tanto lógica como histórica) estruturalmente masculina, descendendo da constituição protomoderna do despotismo militar das armas de fogo. O que resta dela, no contexto da decomposição da racionalidade da economia empresarial e da soberania, é o sujeito violento que deixou de ter limites e que continua a ser estruturalmente (e, na maior parte dos casos, também empiricamente) masculino. É por tais sujeitos violentos que é executada, em múltiplas gradações, a redução dos indivíduos (incluindo a maioria dos indivíduos masculinos) à “vida nua” no sentido de Agamben, a biomassa. A violenta “continuação da concorrência por outros meios”, que não vai a lado nenhum, manifesta-se tanto na forma dos bárbaros guerreiros tribais e religiosos, como na forma da máquina militar democrática. Até à ameaça do amoque nuclear, é a psique da dissociação sexual que executa a pulsão de morte do capital dessubstanciado.

Um movimento global e transnacional contra a guerra de ordenamento mundial democrática do “imperialismo global ideal” e contra o estado de excepção planetário apenas pode surtir efeito se o pensamento emancipatório se libertar dessa central relação social de dissociação sexual. Não são as igualmente redutoras “virtudes femininas” que devem ser mobilizadas como reverso desta relação, pelo contrário, tem de ser feita na prática a crítica do contexto transversal, tanto da “masculinidade” dissociadora como da “feminilidade” dissociada; não em último lugar, contra a ideologia democrática de uma “libertação da mulher” dentro do capitalismo, que até ainda é instrumentalizada para a guerra de ordenamento mundial pelas feministas de carreira verde-rubras. Na realidade, é a massa global das mulheres que tem de suportar a maior parte do fardo da crise mundial, e nas regiões em colapso tornam-se alvos do ataque das milícias aliadas com o Ocidente e da barbárie dos “socorristas” ocidentais.

É um contexto de encadeamento lógico o único que pode suportar o renascimento da crítica radical da sociedade: apenas a crítica fundamental da relação de dissociação sexual da modernidade produtora de mercadorias torna possível uma ressolidarização contra a violenta subjectividade pós-soberana; e apenas através desta ressolidarização num plano superior é possível ultrapassar positivamente a metafísica real capitalista e escapar à falsa alternativa entre o amoque democrático do mundo e a barbárie fundamentalista religiosa do mundo.

Mesmo que esta “terceira” posição de recusa das alternativas aparentes dominantes possa parecer actualmente impotente, ainda assim pode ganhar um futuro. A força intelectual de uma antimodernidade emancipatória não tem de se aferir pela força de gravidade da presente situação de crise, mas pela indignância intelectual e moral, tanto do poder capitalista democrático vigente, como dos seus fantasmas de crise. Neste sentido, a crítica até hoje existente, que já não é crítica nenhuma, não basta de modo nenhum à situação real, que exige uma crítica muito mais radical.

BIBLIOGRAFIA

- Agamben, Giorgio (2002, 1.^a ed. 1995): *Homo sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben*, Frankfurt/Main. [Trad. port.: *O poder soberano e a vida nua – Homo Sacer*, Lisboa, 1998]
- Arendt, Hannah (1986, 1^a ed. 1951): *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft* [Elementos e origens da dominação totalitária]; München. Trad. Port.: *As origens do totalitarismo*, Lisboa, D. Quixote, 2006
- Astbury, Sid (2001): "*Flüchtlingsflut*" vor Wohlstandsinsel ["Maré cheia" de refugiados nas ilhas de bem-estar]; *dpa-Bericht*, August 2001.
- Avenarius, Tomas (2000): Aller Kraft beraubt. Kriegsverbrechen in Tschetschenien: Ein Land in der Hand der Plünderer [Todo o poder rouba. Crimes de guerra na Chechénia. Uma terra nas mãos dos saqueadores]; in: *Süddeutsche Zeitung*, 11.10.2000.
- Back, Les (2000): Im Kreisverkehr. Offener und institutioneller Rassismus in London [Na rotunda. Racismo aberto e institucional em Londres]; in: *Jungle World* 6/2000.
- Barber, Benjamin (1996): *Coca-Cola und Heiliger Krieg. Jihad versus McWorld* [Coca-cola e guerra santa. Jihad versus McWorld]; München.
- Baumann, Jochen (2002): Des Staatsbürgers neue Kleider. Giorgio Agamben zieht die Menschenrechte ab und lässt den Homo sacer einsam zurück [As novas vestes do cidadão. Giorgio Agamben tira os direitos humanos e deixa o *homo sacer* novamente só]; in: *Jungle World* 30-31/ 2002.
- Baumer, Harald (1999): Trubel um des Richters Haupt [Confusão no topo da magistratura]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 11.11.1999.
- Bebber, Hendrik (2001): Der Frust der farbigen Jugendlichen richtet sich wieder einmal gegen die Polizei [A frustração dos jovens de cor vira-se mais uma vez contra a polícia]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 9.7.2001.
- Beck, Ulrich (1986): *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne* [A sociedade do risco. A caminho de uma nova modernidade]; Frankfurt/Main. [Trad. Port.: *Sociedade de Risco – Rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010]
- Becker, Thomas (1999): Good bye, America! Durch eine Schwächung der Nato könnte Deutschland wieder zur dominierenden Macht in Europa werden [Good bye, America! Com o enfraquecimento da NATO, a Alemanha poderia tornar-se novamente um espinhoso poder na Europa]; in: *Jungle World* 16/999.
- Behrens, Diethard/Hafner, Kornelia (1990): Auf der Suche nach dem "wahren Sozialismus" [Em busca do "verdadeiro socialismo"]; in: *Kritik und Krise* 2/3; Freiburg.
- Bendemann, Chris (2002): Keine Aufklärung. An einer juristischen Aufarbeitung der Rostocker pogrom zeigt der Staat kaum Interesse [Nada de esclarecimento. O Estado não mostra qualquer interesse no tratamento jurídico do *pogrom* de Rostock]; in: *Jungle World* 35/2002.
- Bender, Klaus W. (1997): Die "Perle der Adria" kämpft ums Überleben [A pérola do Adriático luta pela sobrevivência]; in: *FAZ*, 18.8.1997.
- Beste, Ralf. a. (2002): "*Den Knüppel herausgeholt*"["Com o cacete à mostra"]; in: *Der*

*Spiegel*12/2002.

- Beucker, Pascal (2001): Die Bronx am Rhein [Bronx no Reno]; in: *Jungle World* 38/2001.
- Birnbaum, Norman (2002): Europas Unmündigkeit [A menoridade da Europa]; in: *Der Spiegel* 9/2002.
- Bodin, Jean (1976, 1ª ed. 1583): *Über den Staat* [Sobre o Estado]; Stuttgart.
- Böhm, Andrea (2000 a): *Freier für den Frieden* [Pretendentes para a paz]; in: *Die Zeit* 3/2000.
- Böhm, Andrea (2000 b): Ali Baba und das Recht [Ali Babá e o direito]; in: *Die Zeit* 34/2000.
- Böhm, Andrea (2001): Allah unterm Sternenbanner [Alá sob a bandeira das estrelas]; in: *Die Zeit* 49/2001.
- Bomhard, Lorenz (2002): Ein Ausreisezentrum für abgelehnte Asylbewerber [Um centro de saída para candidatos que viram o pedido de asilo recusado]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 16.8.2002.
- Borchert, Thomas (2001): Ausländerhass fordert in Norwegen erstes Todesopfer [O ódio aos estrangeiros provoca a primeira vítima mortal na Noruega]; *dpa-Bericht*, Januar 2001.
- Brisard, Jean-Charles/Dasquie, Guillaume (2002): *Die verbotene Wahrheit. Die Verstrickungen der USA mit Osama bin Laden* [A verdade proibida. Os envolvimento dos EUA com Osama bin Laden]; München.
- Broder, Henryk M. (2000): Da unten ist er [Ele está lá em baixo]; in: *Der Spiegel* 50/2000.
- Broder, Henryk M. (2001): Ab nach Abidjan [Desde o caminho para Abidjan]; in: *Der Spiegel* 25/2001.
- Bruhn, Joachim (1999): Bomber-Harris Blindgänger. Die pax americana führt im Kosovo auch einen Krieg gegen die spezifische Weise deutscher Friedensstiftung [As bombas não deflagradas do bombardeiro Harris. A Pax Americana no Kosovo também conduz uma guerra contra o modo específico alemão de estabelecer a paz]; in: *Jungle World* 28/1999.
- Brzezinski, Zbigniew (1999): *Die einzige Weltmacht. Amerikas Strategie der Vorherrschaft* [A potência mundial única. A estratégia de hegemonia da América]; Frankfurt/Main.
- Busch, Alexander (2001): Tage der Anarchie [Dias de anarquia]; in: *Handelsblatt*, 16.7.2001.
- Calic, Marie-Janine (2001): Der Stabilitätspakt für Südosteuropa [O pacto de estabilidade para a Europa de Sudeste]; in: *Beilage zur Wochzeitung Das Parlament*, 23.3.2001.
- Cremer, Georg (2001): *Reform gegen Korruption!* [Reforma contra a corrupção!]; in: *iz3W* 252/April 2001.
- Creveld, van, Martin (1998, 1ª ed. 1991): *Die Zukunft des Krieges* [O futuro da Guerra]; München.
- Creveld, van, Martin (1999): *Aufstieg und Untergang des Staates* [Ascensão e queda do estado]; München. [Trad. Port.: *Ascensão e Declínio do Estado*, Martins Fontes, São Paulo, 2004]
- Dachs, Gisela (2002): Da bröckelt's kräftig an der Front. In Israel verweigern Reservesoldaten den Dienst in den besetzten Gebieten [O esboroamento fortalece-se na frente. Em Israel soldados na reserva recusam-se a prestar serviço nas zonas ocupadas]; in: *Die Zeit* 9/2002.
- Dahlkamp, Jürgen/Mascolo, Georg (2001): Massives Niederdrücken [Opressão maciça]; in: *Der Spiegel* 31/2001.
- Daitz, Werner (1938): *Der Weg zur volkischen Wirtschaft und zur europäischen Grossraumwirtschaft* [A via para uma economia nacionalista e para uma economia do grande espaço europeu], 2 Bde.; Dresden.
- Dasquie, Guillaume: s. Brisard, Jean-Charles.
- Dettling, Wamfried (2001): Die Zeit der Ideologien ist vorüber [O tempo das ideologias já passou]; in: *Das Parlament* 3-4/2001.
- Diederichs, Friedemann (2002): Amerikanische Irak-Experten mochten zwei Fliegen mit einer

- Klappe schlagen [Peritos americanos sobre o Iraque queriam matar dois coelhos de uma cajadada]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 10.8.2002.
- Dietrich, Helmut (2000): Am Ende der alten Welt. Die Flüchtlings und Kriminalitätspolitik ist der Schrittmacher für eine neue europäische Raumordnung [No fim do velho mundo. A política sobre refugiados e criminal é pioneira de uma nova ordem no espaço europeu]; in: *Jungle World* 51/ 2000.
- Doran, Jamie (2002): Dokumente eines Kriegsverbrechens [Documentação de um crime de guerra]; in: *Le Monde diplomatique*, Deutsche Ausgabe, September 2002.
- Dreis, Ralf (2000): Multiple Deportation; in: *Jungle World* 30/2000.
- Ebeling, Dieter (2000): Der alltägliche Rassismus [O racismo do dia-a-dia]; *dpa-Bericht*, September 2000.
- Eisenberg, Gotz (2002): *Gewalt, die aus der Kälte kommt. Amok-Pogrom-Populismus* [A violência que veio do frio. Amoque-pogrom-populismo]; Giessen.
- Eisenstadt, Shmuel N. (1987, 1ª ed. 1985): *Die Transformation der israelischen Gesellschaft* [A transformação da sociedade israelita]; Frankfurt/Main.
- Elwert, Georg (1996): *Nicht ethnische sondern ökonomische Konflikte stehen hinter Kriegen* [Atrás das guerras estão conflitos económicos e não étnicos]; in: *Frankfurter Rundschau*, 30.7.1996.
- Englisch, Erhard (1998): *Rechtsradikale Schläger haben 80 Brandenburger Orte in Verruf gebracht* [Ataques da direita radical envergonharam 80 localidades do Brandenburgo]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 25.2.1998.
- Englisch, Erhard (2000): "Nicht erwartet, dass die Polizei Opfer misshandelt" ["Não é de esperar que a polícia maltrate as vítimas"]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 30.8.2002.
- Enzensberger, Hans Magnus (1993): *Aussichten auf den Bürgerkrieg*; Frankfurt/Main. [Trad. port.: *Perspectivas da guerra civil*, Relógio D'Água, Lisboa, 1998]
- Epiney, Astrid (2000): Völkerrecht und Anwendung von Militärgewalt. Ein Nachtrag zu den Nato-Angriffen in Serbien [Direito internacional e uso da força militar. Um aditamento aos ataques da NATO na Sérvia]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 6.1.2000.
- Farnam, Arie (2001): *Harte Arbeit, Über Unternehmer im Kosovo* [Ciclópicas tarefas para os empresários no Kosovo]; in: *Wirtschaftswoche* 38/2001.
- Feldhay, Rivka (2002): "Wer nicht mehr spricht, stirbt" ["Quem já não fala morre"], Interview; in: *Die Zeit* 18/2002.
- Fleischhauer, Jan (2001): "Jeden Tag strammstehen?" ["Todos os dias em sentido?"]; in: *Der Spiegel* 46/2001.
- Flottau, Renate/Kraske, Marion (2002): Kalaschnikows in Plastiktüten [Kalachnikovs em sacos de plástico]; in: *Der Spiegel* 23/2002.
- Fraenkel, Ernst (2001, 1ª ed. 1940): *Der Doppelstaat* [O duplo Estado]; Hamburg.
- Friedman, Ina; s. Karpin, Michael.
- Gebauer, Thomas (2002): Neutralität ist eine Illusion. Die Rolle humanitärer Hilfsorganisationen in Bürgerkriegs-Ökonomien [A neutralidade é uma ilusão. O papel das organizações de ajuda humanitária na economia da guerra civil]; in: *Dr. Med. Mabuse* 136.
- Gerloff, Wilhelm (1932); *Autarkie als wirtschaftliches Problem* [A autarcia como problema económico]; in: *Autarkie, Fünf Vorträge*; Berlin.
- Ginsburg, Hans Jakob (1999); Nützliche Ausländer [Estrangeiros lucrativos]; in: *Wirtschaftswoche* 21/1999.
- Gloor-Disler, Urs (1997): Zusammenbruch der Strafjustiz in Transkei [O desmoroamento da justiça penal no Transkei]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 23.8.1997.

- Gogos, Manuel (2002): Es steht geschrieben. Eine Billigvariante der Apokalypse macht in Amerika Furore [Está escrito. Uma variante barata do Apocalipse faz furor na América]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 1.10.2002.
- Gollwitzer, Heinz (1982); *Geschichte des weltpolitischen Denkens* [História do pensamento político mundial], 2 Bde; Göttingen.
- Grill, Bartholomäus (1999): Der globale Sumpf. Korruption bedroht den Fortschritt und Wohlstand der ganzen Welt [O pântano global. A corrupção ameaça o progresso e o bem-estar de todo o mundo]; in: *Die Zeit* 44/1999.
- Hackenbroch, Veronika (2002): Angst im Labor [Pavor no labor]; in: *Der Spiegel* 6/2002.
- HaCohen, Ran (2002): Lebendiger, tödlicher Postmodernismus. Ein Brief aus Israel [Pós-modernismo vivo e mortal. Uma carta de Israel]; in: *ak* 462.
- Hafner, Kornelia: s. Behrens, Diethard.
- Hamilton, Douglas (1999): Der Kosovo markiert das Ende der "alten" Nato. Die Souveränität eines Staates ist nicht mehr unantastbar [O Kosovo marca o fim da "velha" NATO. A soberania de um Estado já não é inviolável]; *rtr-Bericht*, April 1999.
- Harding, Jeremy (2000): Die Unwillkommenen – ImSchatten der modernen Mobilität [Não-benvindos. Na sombra da mobilidade moderna]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 26.2.2000.
- Hardt, Michael/Negri, Antonio (2002, 1ª ed. englisch 2000): *Empire. Die neue Weltordnung* [Império. O novo ordenamento mundial]; Frankfurt/New York [Trad. Port.: *Império*, Livros do Brasil, Lisboa, 2004].
- Haubrich, Walter (2001): "Eine nationale Schande". Ausbeutung von Ausländern in Spanien ["Uma vergonha nacional". Exploração de estrangeiros em Espanha]; in: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 6.1.2001.
- Hielscher, Hans(1998): Mystische Waffen [Armas místicas]; in: *Der Spiegel* 14.1.1998.
- Hofmann, Hasso (1964); *Legitimität gegen Legalität. Der Weg der politischen Philosophie Carl Schmitts* [Legitimidade contra legalidade. O percurso da filosofia política de Carl Schmitt]; Neuwied.
- Hoyng, Hans (2001); Richter und Henker [Juiz e carrasco]; in: *Der Spiegel* 52/2001.
- Huntington, Samuel P. (1996): *Kampf der Kulturen(The Clash of Civilizations). Die Neugestaltung der Weltpolitik im 21. Jahrhundert* [O choque das civilizações. A reformulação da política mundial no século XXI]; München-Wien. [Trad. Port.: *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999]
- Initiative Sozialistisches Forum/ISF (1996): *St. Nimmerleinstag der Linken* [O dia de S. Nunca da esquerda]; Freiburg.
- Initiative Sozialistisches Forum/ISF (2001): *Dschihad und Werwolf. Die Zerstörung des World Trade Center und der barbarische Untergang der bürgerlichen Gesellschaft* [A Jihad e o lobisomem. A destruição do World Trade Center e a bárbara decadência da sociedade burguesa]; Freiburg.
- Jacobs, Andreas/Masala, Carlo (1999): Vom Mare Nostrum zum Mare Securum. Sicherheitspolitische Entwicklungen im Mittelmeerraum und die Reaktion von EU und NATO [Do mare nostrum ao mare securum. Desenvolvimentos da política de segurança no mediterrâneo e as reacções da União Europeia e da NATO]; in: *Beilage zur Wochenzeitung Das Parlament* 17/1999.
- Jappe, Anselm (2002): Des Proletariats neue Kleider. Vom Empire zurück zur Zweiten Internationale [As novas vestes do proletariado. De volta do Império à Segunda Internacional]; in: *Krisis* 25, *Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft*, Bad Honnef.
- Jean, François/Rufin, Jean-Christophe (1999, 1ª ed. 1996): *Ökonomie der Bürgerkriege* [Economia das guerras civis] (Hrsg.); Hamburg.

- John, Dominique (2000): Fit für Europa [Em forma para a Europa]; in: *Jungle World* 35/2000.
- Kabou, Axelle (1993): *Weder arm noch ohnmächtig* [Nem pobre nem impotente]; Basel.
- Kaldor, Mary (2000): *Neue und alte Kriege* [Guerras novas e velhas]; Frankfurt/Main.
- Kampfner, John (2002): Vom Dnjepr ins Gelobte Land. Die Einwanderer und die Regierung Sharon [Do Dnieper para a terra prometida. Os imigrantes e o governo Sharon]; in: *Le Monde diplomatique*, deutsche Ausgabe, 4/2002.
- Kant, Immanuel (1998, 1ª ed. 1788): *Kritik der praktischen Vernunft*, Werkausgabe Band VII, hrsg. von Wilhelm Weischedel; Frankfurt/Main. [Trad. port.: *Crítica da razão prática*, Edições 70, Lisboa, 2014]
- Karpin, Michael/Friedman, Ina (1998): *Der Tod des Jitzhak Rabin. Anatomie einer Verschwörung* [A morte de Isaac Rabin. Anatomia de uma conspiração]; Reinbek bei Hamburg. Original: *Murder in the name of God. Plot To Kill Yitzhak Rabin*[Assassínio em nome de Deus. A conspiração para matar Yitzhak Rabin]
- Kautsky, Karl (1914): Der Imperialismus [O imperialismo]; in: *Die Neue Zeit*, Wochenschrift der Deutschen Sozialdemokratie, Zweiunddreissigster Jahrgang, Zweiter Band.
- Kennedy, Paul (1991, 1ª ed. 1987): *Aufstieg und Fall der grossen Mächte. Ökonomischer Wandel und militärischer Konflikt von 1500 bis 2000*; Frankfurt/Main. [Trad. port.: *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação económica e conflito militar de 1500 a 2000*, Campus, Rio de Janeiro, 1989]
- Knaup, Horand u.a. (2001): "Alle Bürger unter Generalverdacht" ["Todos os cidadãos sob suspeita geral"]; in: *Der Spiegel* 43/2001.
- Kornblum, John (2001): Voll engagieren. Über den europäischen Isolationismus [Compromisso total. Sobre o isolacionismo europeu]; in: *Wirtschaftswoche* 26/2001.
- Korosides, Konstantin (2001): Geistliche Green Card [Green card etéreo]; in: *Der Spiegel* 47/2001.
- Kraske, Marion: s. Flottau, Renate.
- Krönig, Jürgen/Vorholz, Fritz (2002): Der Traum vom Öldorado [O sonho do oleodorado]; in: *Die Zeit* 39/2002.
- Krug, Uli (1999): Interesse, Gewissen und Projektion im Jugoslawienkrieg [Interesse, consciência e projecção na guerra da Jugoslávia]; in: *Context XXI*, Wien.
- Küntzel, Matthias (2000): *Der Weg in den Krieg. Deutschland, die Nato und das Kosovo* [O caminho para a guerra. A Alemanha, a NATO e o Kosovo]; Berlin.
- Laak, van, Dirk (1999): *Weisse Elefanten. Anspruch und Scheitern technischer Grossprojekte im 20. Jahrhundert* [Elefantes brancos. Pretensão e fracasso dos grandes projectos técnicos no século XX]; Stuttgart.
- Ladumer, Ulrich (2002): Verheerende Lektion. Bosnien beugt sich Amerikas Druck und beschädigt den eigenen Rechtsstaat [Lição devastadora. A Bósnia verga-se à pressão da América com prejuízo do próprio Estado de direito]; in: *Die Zeit* 5/2002.
- Landes, David (1999): *Wohlstand und Armut der Nationen. Warum die eine reich und die anderen arm sind*; Berlin. [Trad. port.: *A riqueza e a pobreza das nações. Porque são algumas tão ricas e outras tão pobres*, Gradiva, Lisboa, 2001]
- Landsmann, Charles A. (2001): Dem Volk Israel droht ein emeuter Exodus [Está eminente um novo Êxodo para o povo de Israel]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 19.9.2001.
- Lenine, Vladimir I. (1970, 1ª ed. 1917): *Der Imperialismus als höchstes Stadium des Kapitalismus*; Berlin. [Trad. port.: *O imperialismo, estádio supremo do capitalismo*, Centelha, Coimbra, 1974]
- Lock, Peter (1998): Polizisten und Soldaten dienen privaten Firmen und Warlords [Polícias e soldados ao serviço de empresas privadas e de senhores da guerra]; in: *Frankfurter*

Rundschau, 25.9.1998.

- Lohoff, Ernst (1996): *Der dritte Weg in den Bürgerkrieg. Jugoslawien und das Ende der nachholenden Modernisierung* [A terceira via na guerra civil. A Jugoslávia e o fim da modernização atrasada]; Bad Honnef.
- Lomborg, Björn (2002): *Apocalypse No! Wie sich die menschlichen Lebensgrundlagen wirklich entwickeln* [Apocalypse não! Como se desenvolvem de facto as bases da vida humana]; Lüneburg.
- Löwer, Chris (1999): Goldgräbergebiet wird zum Groschengrab [Zonas de pesquisa de ouro viram covas de tostões]; in: *Handelsblatt*, 4.11.1999.
- Marquard, Odo (2000): *Apologie der Bürgerlichkeit* [Apologia da Burguesia]; in: Philosophie des Städtessens; Stuttgart.
- Martin, Bernd (1989): *Weltmacht oder Niedergang? Deutsche Grossmachtspolitik im 20. Jahrhundert* [Potência mundial ou decadência? A política alemã de grande potência no século XX]; Darmstadt.
- Masala, Carlo: s. Jacobs, Andreas.
- Mascolo, Georg s. Dahlkamp. Jürgen.
- Mazower, Mark (2000): Die letzte der Revolutionen [A última das revoluções]; in: *Die Zeit* 43/2000.
- Münkler, Herfried (2002): Das Ende des "klassischen" Krieges [O fim da guerra "clássica"]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 14.9.2002.
- Myers, Steven Lee (1999): Städte als Schutzschilder [As cidades como escudos de protecção]; in: *Wirtschaftswoche* 18/1999.
- Nastase, Adrian (2001): Rumanien wird Schutzschild gegen illegale Einwanderung [A Roménia como escudo de protecção contra a imigração ilegal]; in: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 4.7.2001.
- Negri, Antonio: s. Hardt, Michael.
- Nesshöver, Christoph (2001): Fluchtweg Kanaltunnel [O túnel do canal como caminho de fuga]; in: *Handelsblatt*, 11.9.2001.
- Olson, Mancur (2000): *Power and Prosperity. Outgrowing Communist and Capitalist Dictatorships* [Poder e prosperidade. A superação das ditaduras comunistas e capitalistas]; New York.
- Osten-Sacken, von der, Thomas (1999): s. Uwer, Thomas.
- Osten-Sacken, von der, Thomas (2002): Deutschland hilf! Offener Brief israelischer Wissenschaftler [Alemanha ajuda! Carta aberta dos cientistas israelitas]; in: *Jungle World* 43/2002.
- Ott, Hugo/Schäfer, Hermann (1984): *Wirtschafts-Ploetz* [A queda da economia]; Freiburg-Würzburg.
- Oztovics, Walter (2000): Angst ohne Grenzen [Medo sem fronteiras]; in: *Wirtschaftswoche* 41/2000.
- Pfeifer, Karl (2000): WCOTC wascht weisser. In den USA nehmen rechtsextremer Terror und antisemitische Hetze weiter zu [O WCOTC lava mais branco. Nos EUA prosseguem o terror da extrema direita e as perseguições anti-semitas]; in: *Jungle World* 10/2000.
- Pfeiffer, Gabi (1999): Krieg mit Theaterblut. Soldaten üben ihren Einsatz in Krisengebieten [A guerra com sangue a fingir. Os soldados exercem o seu mister nas zonas de crise]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 30.11.1999.
- Pieper, Dietmar (2000): Big Brother brutal; in: *Der Spiegel* 20/2000.
- Piper, Nikolaus (1996): Standort Sarajevo [A localização Sarajevo]; in: *Die Zeit* 25/1996.
- Preuss, Ulrich K. (2002): *Krieg, Verbrechen, Blasphemie. Zum Wandel bewaffneter Gewalt* [Guerra, crime, blasfémia. Sobre as transformações do poder armado]; Berlin.

- Prose, Francine (2002): Wer ist ein echter Patriot? [Quem é um verdadeiro patriota?] in: *Die Zeit* 6/2002.
- Räther, Frank (2000): Wir waren so stolz auf Alberto [Estávamos tão orgulhosos do Alberto]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 27.12.2000.
- Ramthun, Christian (1997): Dr. Jekyll und Mister Hyde; in: *Wirtschaftswoche* 43/1997.
- Redaktion "Bahamas" (2001): *Zur Verteidigung der Zivilisation* [Em defesa da civilização]; Berlin.
- Ricks, Thomas E. (1999): Global Power for America; in: *Wirtschaftswoche* 18/1999.
- Rückert, Sabine (2002): Blut, Speichel und Tränen [Sangue, saliva e lágrimas]; in: *Die Zeit* 8/2002.
- Rüst, Michael (2001): Schwacher Staat-Starke Bürgerwehr. Das blutige Handwerk der Bakassi Boys in Nigeria [Estado fraco, milícia forte. A actividade sangrenta dos Bakassi Boys na Nigéria]; in: *Neue Zürcher Zeitung*, 1.9.2001.
- Rufin, Jean-Christophe (1991): Das Reich und die neuen Barbaren [O Império e os Novos Bárbaros], Berlin.
- Rufin, Jean-Christophe (1999): s. Jean, Francois.
- Schäfer, Hermann: s. Ott, Hugo
- Schäfer, P.: s. Wieland, C.
- Schaudwet, Christian (2002): Diskretes Nicken. Die Menge der internationalen Einsätze überlastet die Armeen des Westens. Kommerzielle Militäragenturen wollen die Lücke füllen [Discreto assentimento. A quantidade de intervenções internacionais sobrecarrega os exércitos do Ocidente. Agências militares comerciais querem suprir as faltas]; in: *Wirtschaftswoche* 37/2002.
- Scheit, Gerhard (1999): Albaner auf Schindlers Liste. Über den NATO-Einsatz gegen Auschwitz [Albaneses na lista de Schindler. Sobre a missão da NATO contra Auschwitz]; in: *Jungle World*, 14.4.1999.
- Scheit, Gerhard (2000): Demokratischer Rassismus, Outsourcing des Staates [Racismo democrático, outsourcing do Estado]; in: *Krisis 23, Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft*, Bad Honnef.
- Schmid, Bernhard (2000): Antisemitismus ohne Rechte [Antisemitismo sem direitos]; in: *Jungle World* 45/2000.
- Schmid, Bernhard (2002): Bis hierhin und noch weiter [Até aqui e mesmo depois]; in: *Jungle World* 26/2002.
- Schmidt-Häuer, Christian (2001): Grosser Mann ganz klein [O homem grande que é pequeno de todo]; in: *Die Zeit* 15/2001.
- Schmitt, Carl (1985, 1ª ed. 1922): *Politische Theologie. Vier Kapitel zur Lehre von der Souveränität* [Teologia política. Quatro capítulos sobre a teoria da soberania]; Berlin.
- Schmitt, Carl (1961, 1ª ed. 1921): *Die Diktatur. Von den Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf* [A ditadura. Dos começos da moderna ideia de soberania até à luta de classes proletária]; Berlin.
- Scholz, Roswitha (2000): *Das Geschlecht des Kapitalismus. Feministische Theorien und die postmoderne Metamorphose des Patriarchats* [O sexo do capitalismo. As teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do patriarcado]; Bad Honnef.
- Schwelien, Michael (2002): Im Käfig des Siegers [Na jaula do vencedor]; in: *Die Zeit* 5/2002.
- Seibert, Thomas (2000): Die Weltsozialarbeiter [Os trabalhadores sociais do mundo]; in: *Jungle World* 27/2000.
- Simon, Jana (2000): "Ich bin denen nicht gewachsen". Dreiste Nazis, überforderte Sozialarbeiter, verängstigte Lokalpolitiker ["Não estou à altura desses". Nazis atrevidos, trabalhadores

- sociais a quem é exigido demais, políticos locais intimidados]; in: *Die Zeit* 33/2000.
- Sontheimer, Michael (2000): Spiel mit der Rassen-Karte [O jogo com a carta das raças]; in: *Der Spiegel* 17/2000.
- Soto, de, Hernando (2002): *Freiheit für das Kapital! Warum der Kapitalismus nicht weltweit funktioniert*; Berlin. Trad. port.: O Mistério do Capital – Por que o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do Mundo, Rio de Janeiro, 2001.
- Stalker, Peter (2000): *Arbeiter ohne Grenzen* [Trabalhadores sem fronteiras]; ILO-Bericht; Genebra.
- Steinberger, Petra (2001): Moral über Bord. Ohne festen Boden: Wie die Ozeane zur Heimstätte für die Armsten und die Reichsten werden [Moral borda fora. Sem terra firme: como os oceanos se tornam a casa para os mais ricos e para os mais pobres]; in: *Süddeutsche Zeitung*, 31.8.2001.
- Thielke, Thilo (2002): Schamlose Helfer [Ajudantes sem vergonha]; in: *Der Spiegel* 19/2002.
- Thörner, Klaus (2001): Ohne Cash in den Crash. Die serbische Regierung wartet bislang vergeblich auf die versprochenen westlichen Kredite [Sem cash no crash. O governo sérvio esperou até agora em vão pelos prometidos créditos ocidentais]; in: *Jungle World* 35/2001.
- Tocqueville, Alexis de (1987, 1ª ed. 1835): *Über die Demokratie in Amerika*, 2 Bde.; Zürich. [Trad. Port.: *Da democracia na América*, Principia, Lisboa, 2001]
- Trampert, Rainer (1999): Unsichere Räume. Jugoslawien, die moderne Seidenstrasse und der Kampf um die Macht auf der eurasischen Landmasse [Zonas sem segurança. A Jugoslávia, a moderna rota da seda e o domínio da Eurásia]; in: *Jungle World* 29/1999.
- Trampert, Rainer (2000): Revolution ist schwer, wenn keiner sie will. Zehn Jahre Deutsche Einheit [A revolução é difícil quando ninguém a quer. Dez anos de unidade alemã]; in: *Jungle World* 46/2000.
- Ulrich, Andreas (1999): Formal sauber. Einer zwölfjährigen Türkin droht die Abschiebung [Com rigor formal. Menina turca de doze anos ameaçada de expulsão]; in: *Der Spiegel* 14/1999.
- Uthmann, Jörg von (1991): Die Verdrängung des Establishments. Entwickelt sich der Schmelztiegel Amerika zur multikulturellen Gesellschaft? [A repressão do establishment. A América do melting pot caminha para uma sociedade multicultural?]; in: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 14.12.1991.
- Uwer, Thomas/von der Osten-Sacken, Thomas (1999): Die Heimat, die sie meinen [A pátria a que eles se referem]; in: *Jungle World* 22/1999.
- Vorholz, Fritz: s. Krönig, Jürgen.
- Wälterlin, Urs (2001 a): Ganz unten. Australiens konservative Regierung nutzt seit ihrem Amtsantritt die fremdenfeindlichen Gefühle in der Bevölkerung für ihre Zwecke [Baixeza total. Desde a sua tomada de posse o governo conservador australiano aproveita para os seus objectivos os sentimentos populares xenófobos]; in: *Süddeutsche Zeitung*, 31.8.2001.
- Wälterlin, Urs (2001 b): Die Hölle im Paradies [O inferno no paraíso]; in: *Süddeutsche Zeitung*, 2.1.2001.
- Wagner, Wolfgang (2002): Nach seiner Abschiebung landete Singh Bhullar in der Todeszelle [Após a sua expulsão, Sing Bhullar foi parar à cela da morte]; in: *Frankfurter Rundschau*, 13.7.2002.
- Wehner, Markus (2000): Die Ukraine will nicht aus Europa ausgeschlossen werden [A Ucrânia não quer ser excluída da Europa]; in: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 11.10. 2000.
- Weltbank (2002): *Institutionen für Märkte schaffen. Weltentwicklungsbericht 2002* [Criar instituições para os mercados. Relatório do desenvolvimento mundial 2002]; Washington, D.C.
- Werber, Niels (2002): Die Normalisierung des Ausnahmefalls. Giorgio Agamben sieht immer und

überall Konzentrationslager [A normalização do caso excepcional. Giorgio Agamben vê campos de concentração sempre e em toda a parte]; in: *Merkur* 2002.

Wiedemann, Erich (2001): Wirtschaftsfaktor erster Ordnung. Die Friedenstruppen im ehemaligen Jugoslawien beleben die Nachfrage nach käuflichem Sex [Factor económico de primeira ordem. As tropas de manutenção da paz na antiga Jugoslávia animam a procura de sexo comercial]; in: *Der Spiegel* 2/ 2001.

Wieland, C./Schäfer, P. (2002): Zittern und verkriechen. Bleierne Stille über Jerusalem und Ramallah [Tremor e esconder-se. Silêncio de chumbo sobre Jerusalém e Ramallah]; *dpa-Bericht*, April 2002.

Wolf, Reinhard (1999): Europa muss keine militärische Weltmacht sein [A Europa não precisa de ser uma potência militar mundial]; in: *Handelsblatt*. 2.11.1999.

Wolf, Reinhard (2001): Eitel Sonnenschein über dem Atlantik [O sol brilha vaidoso sobre o Atlântico]; in: *Handelsblatt*, 27.2.2001.

Wolfensohn, James D. (2002): *Vorwort* [Prefácio]; in: Weltbank, Institutionen für Märkte schaffen. Weltentwicklungsbericht 2002; Washington, D.C.

Woratschka, Rainer (1999): "Mit vielen Bürgermeistern waren wir per Du" ["Estivemos por ti, com muitos burgomestres"]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 30.10.1999.

Woratschka, Rainer (2000): Tragödien in den Folterkellern [Tragédias nos subterrâneos da tortura]; in: *Nürnberger Nachrichten*, 19.5.2000.

Sobre o autor

Nascido em 1943, morto em Julho de 2012, Robert Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. Viveu em Nuremberg como publicista autónomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redactor da revista teórica *exit! - Kritik und Krise der Warengesellschaft* (*exit! - Crítica e crise da sociedade da mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrangeu a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publicou regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. O seu livro *O Colapso da Modernização* (1991), também editado no Brasil—tal como *O Retorno de Potemkine* (1994), *Os Últimos Combates* (1998) e *Razão Sangrenta* (2004)—provocou grande discussão e não apenas na Alemanha. Publicou também, entre outros, *Schwarzbuch Kapitalismus* (*O Livro Negro do Capitalismo*) em 1999, *Marx Lesen* (*Ler Marx*) em 2000, *Weltordnungskrieg* (*A Guerra de Ordenamento Mundial*, agora traduzido em Português) em 2002, *Die Antideutsche Ideologie* (*A Ideologia Anti-alemã*) em 2003, *Das Weltkapital* (*O Capital Mundial*) em 2005 e *Geld Ohne Wert*, em 2012 (Edição portuguesa: *Dinheiro sem valor*, Antígona, Lisboa, 2014).

www.exit-online.org

www.obeco-online.org